

VOCÊ NO COMANDO:

Coletânea de TCC'S do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte



Organizador:
Adão Paulo Ronconi



Editora
UNIVINTE

**ORGANIZAÇÃO
ADÃO PAULO RONCONI**

**VOCÊ NO COMANDO
COLETÂNEA DE TCC'S DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVINTE – 5**



CAPIVARI DE BAIXO

2022

Editora Univinte – 2022.

Título: Você no comando: coletânea de TCC's do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte – 5.

Organizador: Adão Paulo Ronconi.

Capa: Andreza dos Santos.

Editoração: Andreza dos Santos.

CONSELHO EDITORIAL
Exedito Michels – Presidente
Emillie Michels
Andreza dos Santos

Dr. Diego Passoni

Dr. José Antônio

Dr. Nelson G. Casagrande

Dra. Joana D'arc de Souza

Dr. Rodrigo Luvizotto

DR. Amílcar Boeing

Dra. Beatriz M. de Azevedo

Dra. Patrícia de Sá Freire

Dra. Solange Maria da Silva

Dr. Paulo Cesar L. Esteves

Dra. Adriana C. Pinto Vieira

Dr. Antônio Auresnedi Minghetti

S51s

Ronconi, Adão Paulo.

Você no comando: coletânea de TCC's do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte – 5 / Adão Paulo Ronconi – organizador. Capivari de Baixo: Editora Univinte, 2022.

ISBN: 978-65-87169-50-7

Ciências Contábeis. I. Título.

CDD: 657

(Catalogação na fonte por Andreza dos Santos – CRB/14 866).

Editora Univinte – Avenida Nilton Augusto Sachetti, nº 500 – Santo André, Capivari de Baixo/SC.
CEP 88790-000.

Todos os Direitos reservados.

Proibidos a produção total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo art. 184 do Código Penal.



Publicado no Brasil – 2022.

VOCÊ NO COMANDO
COLETÂNEA DE TCC'S DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVINTE – 5

COLABORADORES

Adão Paulo Ronconi
Alessandro de Medeiros
Aline Antônia Alves Souza
Daniel Barbosa de Souza
Dyorginne Cardoso Eyng
Edilson Citadin Rabelo
Elisângela Ribeiro Prates
Fernando Pacheco
Giovana do Prado Lima
Janaína Gomes Alexandre Zeferino
Jéssica Tyburski Cardoso
Joana D'Arc de Souza
Juliana Bitencourt Martins Cardoso
Larissa Schotten Nascimento
Luciane Machado Luciano
Maria Aparecida Cardozo
Marcionei Machado
Michelle de Souza Lopes
Mirela Cancelier Sumariva
Morgana Pacheco Lessa
Oscar Pedro Neves Junior
Rodrigo Machado
Steffany Medeiros Corrêa
Thais Santiago
Vitória Mello Schmidt

É preciso coragem para comandar. Mais do que isso, é preciso determinação e foco quando nos colocamos em uma posição de comando. O livro *Você no Comando*, retrata a essência de seus escritores. Jovens futuros contadores, que apresentam aqui seu protagonismo enquanto cidadãos que contribuem com o conhecimento e a disseminação de informação, por meio de seus artigos fundamentados na teoria de anos de estudo. No campo das competências e habilidades, denota-se que o desenvolvimento do saber contábil, possibilita que o futuro contador tenha inúmeras vantagens competitivas e estratégicas, sendo um diferencial no mercado de trabalho, o qual exige cada vez mais profissionais éticos, qualificados e que demonstrem, em especial, visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil. Verifica-se que esta ação de divulgar os trabalhos de conclusão de curso promovida pelo curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade Capivari (FUCAP) é de suma importância para a construção do conhecimento contábil, o que resulta em novas abordagens para futuras pesquisas de temas relacionados à contabilidade, bem como contribui para a articulação dos conceitos da teoria com a prática profissional. Cumpre-se ainda frisar que o processo de aprendizagem nas instituições de ensino superior deve ser uma via de mão dupla, na qual se tenha uma interação entre os docentes e os discentes, como forma de contribuir para o crescimento individual e que seja, depois, compartilhado com a sociedade por meio do vínculo entre o ensino e a pesquisa. Convido para que mergulhem no universo desta obra, a fim de prestigiarem a produção acadêmica contábil, a qual deve ser fortalecida diariamente, assim como a profissão a qual escolhemos seguir. A contabilidade não começa quando é executada, mas sim, quando é ensinada a outrem.

Rúbia Albers Magalhães

**Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina
(CRCSC) - Gestão 2020/2021.**

SUMÁRIO

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: ESTUDO REALIZADO EM UMA EMPRESA DE COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS	7
<i>Dyorginne Cardoso Eyng; Adão Paulo Ronconi; Edilson Citadin Rabelo.</i>	
ASPECTOS CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA DE CRÉDITO CRESOL JAGUARUNA- SC	55
<i>Rodrigo Machado; Marcionei Machado; Maria Aparecida Cardozo; Edilson C. Rabelo.</i>	
CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO JORGE LACERDA	82
<i>Vitória Mello Schmidt; Maria Aparecida Cardozo; Edilson Citadin Rabelo.</i>	
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS PRINCIPAIS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA EMPRESA M&M MODAS LTDA	115
<i>Luciane Machado Luciano; Maria Aparecida Cardozo; Alessandro de Medeiros.</i>	
CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO NA ESTER SILVA ME	153
<i>Elisângela Ribeiro Prates; Maria Aparecida Cardozo; Oscar Pedro Neves Júnior.</i>	
CONTABILIDADE DIGITAL: UM ESTUDO DE CASO NA HOLD ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL	175
<i>Aline Antônia A. Souza; Mirela C. Sumariva; Maria Aparecida Cardozo; Edilson C. Rabelo.</i>	
CENÁRIO PANDÊMICO E A ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO	263
<i>Larissa Schotten Nascimento; Daniel Barbosa de Souza; Alessandro de Medeiros.</i>	
CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO EM CONDOMÍNIOS: INFORMAÇÃO E REGULARIZAÇÃO, DOIS PRINCIPAIS ITENS PARA O GERENCIAMENTO DE UM BEM IMÓVEL COLETIVO	263
<i>Jéssica T. Cardoso; Juliana B. Martins Cardoso; Fernando Pacheco; Oscar P. Neves Júnior.</i>	
A INFLUÊNCIA DO COVID-19 NA GESTÃO: ESTUDO DE CASO NO LABORATÓRIO BIOCLÍNICO SANTA CATARINA	291
<i>Giovana do Prado Lima; Thais Santiago; Fernando Pacheco; Oscar Pedro Neves Júnior.</i>	
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA MVT REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA	324
<i>Michelle de Souza Lopes; Daniel Barbosa de Souza; Alessandro de Medeiros.</i>	
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA JM BATERIAS AUTOMOTIVAS	362
<i>Janaína Gomes A. Zeferino; Morgana P. Lessa; Fernando Pacheco; Joana D’Arc de Souza.</i>	
VALUATION: AVALIAÇÃO DO VALOR JUSTO DA EMPRESA WEG S.A.	395
<i>Steffany Medeiros Corrêa; Fernando Pacheco; Oscar Pedro Neves Júnior.</i>	

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: ESTUDO REALIZADO EM UMA EMPRESA DE COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS

Dyorginne Cardoso Eyng¹

Adão Paulo Ronconi²

Edilson Citadin Rabelo³

Resumo: Diante da atual situação econômica do país, que possui uma das cargas tributárias mais elevadas no mundo e em virtude da complexidade e das constantes mudanças ocorridas na legislação, os tributos pagos pelas empresas requerem uma atenção especial, ou seja, um correto planejamento minimizando os custos tributários. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo geral identificar a melhor forma de tributação para uma empresa de comércio varejista de artigos esportivos. O estudo destaca os seguintes objetivos específicos: (a) evidenciar a importância do planejamento tributário; (b) demonstrar as formas de tributação existentes na legislação vigente brasileira; (c) coletar documentos e relatórios contábeis necessários à realização do planejamento tributário; (d) determinar qual a melhor forma de tributação para a empresa em questão. Quanto à metodologia do artigo, a pesquisa é exploratória e bibliográfica realizada através de uma pesquisa teórica e prática. Trata-se de um estudo de caso, pois é direcionada a um único caso. A lógica aplicada é dedutiva, pois testa o estudo na prática. A coleta de dados é secundária, os instrumentos utilizados são a observação e entrevista, sendo estes dados analisados através da abordagem qualitativa. Com base nos resultados alcançados, a empresa atualmente utiliza a forma de tributação do Simples Nacional. Após os cálculos realizados, verificou-se, por meio do planejamento tributário, que a empresa analisada deve permanecer como contribuinte do Simples Nacional, pois das formas de tributação, caracterizou-se menos onerosa.

Palavras-chave: Planejamento tributário. Contabilidade tributária. Regimes tributários. Simples nacional.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é de fundamental importância para a tomada de decisão gerencial nas empresas. Tem como finalidade principal coletar, sistematizar e registrar fatos contábeis praticados, demonstrando a real situação patrimonial, econômico-financeira, de acordo com os princípios e normas de contabilidade, para as empresas.

Com a intenção de se estabilizar no mercado e enfrentar a concorrência, as empresas procuram alternativas para reduzir seus custos e obter lucros. Uma delas

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Orientador e Professor do Curso de Ciências Contábeis Centro Universitário Univinte.

³ Professor do Curso de Ciências Contábeis Centro Universitário Univinte.

é a busca do profissional contábil para auxiliar na gestão dos custos tributários através de um planejamento que direcione para a melhor forma de tributação.

O planejamento tributário é um processo que faz a empresa identificar a forma de tributação menos onerosa para seus negócios, promovendo economia dos impostos auxiliando no processo financeiro da entidade.

A utilização do planejamento tributário também contribui para que as empresas deixem de lado os atos ilícitos, tais como, a sonegação tributária e passem a trabalhar na forma da lei. Este planejamento, trata-se de uma ação preventiva, servindo também como suporte para a tomada de decisão.

O objeto de estudo dessa pesquisa é uma empresa do ramo de comércio varejista de artigos esportivos, que optou por manter sigilo de seus dados empresariais. Iniciou suas atividades em 25 de maio de 2016, está localizada na cidade de Tubarão, Santa Catarina. Atualmente é enquadrada como optante do regime tributário do Simples Nacional e tem como atividade principal o comércio varejista de artigos esportivos. A empresa objeto de estudo encontra-se tributada pelo Anexo I da Lei Complementar 123/2006.

Por essa razão, visando contribuir para desenvolvimento e prosperidade da empresa objeto de estudo, levanta-se a seguinte questão: Qual a melhor forma de tributação para uma empresa de comércio varejista de artigos esportivos?

O objetivo geral desta pesquisa é identificar a melhor forma de tributação para uma empresa de comércio varejista de artigos esportivos.

Para atender o objetivo geral, tem-se os seguintes objetivos específicos: (a) evidenciar a importância do planejamento tributário; (b) demonstrar as formas de tributação existentes na legislação vigente brasileira; (c) coletar documentos e relatórios contábeis necessários à realização do planejamento tributário; (d) determinar qual a melhor forma de tributação para a empresa em questão.

A justificativa deste trabalho reside no fato de haver questionamento da referida empresa do ramo de comércio varejista de artigos esportivos, com relação a sua tributação, tendo em vista sua alta carga tributária. Sendo assim, este estudo é importante para que a empresa possa entender através dos resultados que serão demonstrados, o regime de tributação mais adequado, possibilitando minimizar seus custos com a incidência dos impostos. A pesquisa se delimita como coleta de dados efetuada no local de estágio, possibilitando que os mesmos sejam registrados e analisados, utilizando-se as técnicas de observação e a entrevista semi-estruturada.

O estudo está organizado da seguinte forma, introdução, embasamento teórico, tratando da contabilidade fiscal e tributária, os regimes tributários e planejamento tributário.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Esta seção trata do embasamento teórico que norteia a pesquisa, apresentando-se da seguinte forma: Contabilidade fiscal e tributária, Regimes Tributários e Planejamento Tributário.

2.1 CONTABILIDADE FISCAL E TRIBUTÁRIA

A contabilidade é definida como ciência, pois possui um objeto de estudo sendo esse o patrimônio da entidade. É a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades, mediante registro, demonstração e interpretação dos fatos nele ocorridos.

Para Frabetti (2008), a contabilidade é a ciência que pesquisa, realiza estudos, registra os fatos econômicos, faz o controle e anotações relevantes a respeito da entidade para no final do período econômico-financeiro demonstrar os resultados aos sócios e os usuários interessados na informação.

Segundo Ribeiro (2009) o objeto da contabilidade é o patrimônio das entidades, e seu objetivo é o estudo e o controle do patrimônio e de suas variações tendo como objetivo o fornecimento de informações que auxiliem e sejam úteis para a tomada de decisões econômicas.

Em relação ao objeto e objetivo da contabilidade o olhar de Ribeiro é mais técnico, voltado mais para a prática contábil fiscal. Na sequência apresenta-se um olhar mais gerencial para esta prática, em que os autores abordam como objeto e objetivo fornecimento de informações estruturadas para a tomada de decisão.

“O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade.” (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2009 p. 33).

O objetivo da contabilidade é atender aos usuários internos e externos fornecendo as informações necessárias para as tomadas de decisão, com a

emissão de relatórios de formas simples e claros para que todos os interessados possam compreender.

Sendo assim passa a ser importante o estudo de alguns ramos da contabilidade que têm como um dos seus objetivos contribuir com a área tributária.

Dos que mais se relacionam com a área tributária, estão a contabilidade gerencial e financeira. A gerencial tem o papel de auxiliar no planejamento e na tomada de decisões.

Para Crepaldi (2011), a gerencial é o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer aos administradores de empresas, documentos ou instrumentos que os auxiliem em suas funções. É portanto, voltada para melhorar a utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos por um sistema de informação gerencial. (CREPALDI, 2011)

Este ramo da contabilidade se apoia em informações de diversas áreas das empresas, em que pese a gestão destas informações, através de relatórios também gerenciais elaborados em tempo específico, de acordo com as necessidades dos administradores.

Já a contabilidade financeira, como todos os outros ramos da contabilidade é uma área importante, pois trata da elaboração de relatórios que atenderam não só os usuários internos, mas também, com grande importância, os usuários externos.

De acordo com Crepaldi (2011), a contabilidade financeira é o processo de elaboração de demonstrativos financeiros com o propósito de atender terceiros, como os acionistas, credores, autoridades governamentais, bem como órgãos reguladores e fiscais, além das exigências de auditoria de contadores independentes.

Tanto a contabilidade gerencial quanto a contabilidade financeira apoiam e auxiliam a contabilidade tributária.

O termo contabilidade tributária é usado para nomear um conjunto de atividades e procedimentos que são utilizados para fazer a contabilização dos tributos em uma entidade.

Segundo Fabretti (2012, p. 05) “é o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária de forma simultânea e adequada”.

A contabilidade tributária tem como objetivo o estudo da teoria e a aplicação na prática dos princípios e normas básicas da legislação tributária. (OLIVEIRA, 2013).

A contabilidade tributária é uma ferramenta importante para a gestão de tributos, que resulta em alternativas melhores em tributações disponíveis na Legislação Tributária para a empresa. No entanto, é instrumento necessário para mensurar, identificar e informar o impacto causado pelos tributos no patrimônio de uma organização (REZENDE; PEREIRA; CARVALHO, 2010).

O Código Tributário Nacional em seu art. 3º dispõe que “tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor que nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”

No art. 145 da Constituição Federal do Brasil determina que cada forma de tributo, os impostos, taxas e contribuições de melhoria, os quais possuem âmbito federal, estadual e municipal, serão aplicados de acordo com a sua legislação específica.

Portanto os tributos acabam sendo a maior fonte de arrecadação do governo, que por sua vez utiliza desses valores para financiar obras públicas, para investimento e manutenção de serviços como a educação, saneamento básico, saúde, segurança entre outras atividades.

2.2 REGIMES TRIBUTÁRIOS

Os regimes tributários são fundamentais para contabilidade tributária. Serão abordados os regimes do Simples Nacional, Lucro Presumido Lucro Real e Lucro Arbitrado.

2.2.1 Simples Nacional

O Simples Nacional, foi instituído pela Lei Complementar (LC) 123 de 14 de dezembro de 2006 e estabelece as normas gerais relativas à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Visando facilitar a arrecadação dos tributos para as

microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), o recolhimento é feito de forma unificada.

Declara-se microempresa, a pessoa jurídica que auferir receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 em cada ano calendário, já as empresas de pequeno porte, poderão ter receita bruta superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00, conforme descrito no artigo 3º da LC 123/2006

Com a unificação dos tributos faz com que em um único documento de arrecadação esteja atribuído tributos todos os entes federados. Onde no art. 13 da Lei Complementar nº123 demonstra os tributos abrangente, sendo eles: IRPJ (Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), PIS (Programa de Integração Social), CPP (Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica), ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços de transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação), e o ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)

Ainda de acordo com a LC 123/2006 a definição de receita bruta para a apuração do simples nacional é o produto da venda de bens e serviços nas operações próprias, excluindo destes valores as operações canceladas e descontos incondicionais

No regime do simples nacional para se chegar à base de cálculo e alíquotas deve-se primeiramente interpretar o significado de receita bruta. Que por sua vez o §1 do art. 3º da Lei Complementar nº 123 define que receita bruta se caracteriza como:

[...] produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. (§1 do art. 3º da Lei Complementar nº 123)

Portanto na forma prática define que a receita bruta é o faturamento de um determinado período. Entendendo então o conceito de faturamento, basta seguir o parágrafo 1º, 1ºA, 1ºB, 1ºC e 2º do art. 18 da referida Lei Complementar nº 123 onde a mesma menciona que:

§ 1º Para efeito de determinação da alíquota, o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração.

§ 1º A. A alíquota efetiva é o resultado de: $\frac{RBT12 \times Aliq-PD}{RBT12}$, em que:
I - RBT12: receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração;
II - Aliq: alíquota nominal constante dos Anexos I a V desta Lei Complementar;
III - PD: parcela a deduzir constante dos Anexos I a V desta Lei Complementar.

§ 1º B. Os percentuais efetivos de cada tributo serão calculados a partir da alíquota efetiva, multiplicada pelo percentual de repartição constante dos Anexos I a V desta Lei Complementar, observando-se que:

I - O percentual efetivo máximo destinado ao ISS será de 5% (cinco por cento), transferindo-se eventual diferença, de forma proporcional, aos tributos federais da mesma faixa de receita bruta anual;

II - Eventual diferença centesimal entre o total dos percentuais e a alíquota efetiva será transferida para o tributo com maior percentual de repartição na respectiva faixa de receita bruta.

§ 1º C. Na hipótese de transformação, extinção, fusão ou sucessão dos tributos referidos nos incisos IV e V do art. 13, serão mantidas as alíquotas nominais e efetivas previstas neste artigo e nos Anexos I a V desta Lei Complementar, e lei ordinária disporá sobre a repartição dos valores arrecadados para os tributos federais, sem alteração no total dos percentuais de repartição a eles devidos, e mantidos os percentuais de repartição destinados ao ICMS e ao ISS

§ 2º Em caso de início de atividade, os valores de receita bruta acumulada constante das tabelas dos Anexos I a VI desta Lei Complementar devem ser proporcionalizados ao número de meses de atividade no período.

Desse modo aplica-se a fórmula conforme instrução do art. 18 da LC 123/2006 considerando também a atividade que a empresa exerce para se enquadrar no devido anexo para se conhecer alíquota efetiva a ser aplicada.

2.2.2 Lucro presumido

Segundo Oliveira *et al* (2007, p. 181) “Lucro presumido é a forma simplificada de apuração da base de cálculo dos tributos com o Imposto de Renda e da contribuição social, restrita aos contribuintes que não estão obrigados ao regime de apuração de tributos com base no lucro real”.

O regime de tributação do lucro presumido como própria denominação se conceitua, é um regime tributário, que segundo Young (2012, p. 11) “[...] presume-se a margem de lucro por ramos de atividades, sem levar em consideração as despesas e custos que a empresa teve para implantar seu empreendimento”. Portanto entendo que para o cálculo dos tributos sobre o lucro presumido as

despesas não são levadas em consideração, somente as receitas servem de como base de cálculo para dos tributos.

A forma de calcular os tributos a ser aplicada ocorre “Sobre a receita bruta trimestral onde são aplicados percentuais que, somados às demais receitas da empresa, formam a base de cálculo para tributação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro”. (YOUNG, 2012, p. 11)

Portanto entendendo de forma geral que as receitas apuradas pela empresa servirão como base de cálculo de percentuais, sendo esse valor a presunção do lucro do período da apuração dos tributos do IR e da CSLL.

O Lucro Presumido deve ser apurado trimestralmente nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário, ou na data de extinção da pessoa jurídica, caso encerre as atividades ou o seu acervo líquido seja totalmente destinado.

Conforme o Art. 13. da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, poderá optar pelo regime de tributação pelo lucro presumido:

A pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido. (Redação dada pela Lei nº 12.814, de 2013) (Vigência 01 de janeiro de 2014).

Conforme já mencionado, à existência de percentuais de presunção do IR e CSLL que são utilizados no regime tributário pelo lucro presumido para calcular a presunção do lucro, essa aplicada sobre a receita bruta.

Desse modo, em cada trimestre, deverá se chegar à presunção do lucro presumido, que será determinada aplicando-se, sobre a receita bruta da atividade, o percentual a ela correspondente de acordo com o art. 15 da Lei 9.249/95. Caracterizando assim uma forma de se chegar à verdadeira base de cálculo para IR e CSLL.

Portanto ao fim do período de apuração, a pessoa jurídica determinará o IR a pagar utilizando as seguintes alíquotas: 15% aplicada sobre a base de cálculo achada na presunção do lucro e 10% de adicional de IR que se aplica em

determinadas ocasiões, onde este serve como adicional a base de cálculo em determinadas situações. (COAD, 2013)

A presunção da CSLL funciona da mesma forma que a do Imposto de Renda, porém com alíquotas são diferentes, onde as essas são fixadas pelo artigo 20 da Lei 9.249/95, alterado pela da Lei 12.973/2014. A alíquota de presunção da CSLL poderá ser 12% ou 32% variando conforme a atividade que a empresa exerce.

A partir do momento que se tem a base de cálculo após a presunção se aplica a alíquota básica da CSLL, segundo Coad (2013, p. 33) é de:

- 15%, aplicável aos fatos geradores ocorridos desde 1º de maio de 2008, conforme a lei 11.727/2008, para as pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização, bancos de qualquer espécie, distribuidoras de valores mobiliários, corretoras de câmbio e de valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimentos, sociedade de crédito imobiliário, administradoras de cartão de crédito, sociedade de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito e associações de poupança e empréstimo; e
- 9%, no caso das demais pessoas jurídicas.

Portanto depois de aplicada a alíquota de presunção e se chegar à base de cálculo da CSLL, será utilizada a alíquota básica de 15% ou 9%, conforme a atividade empresarial da pessoa jurídica.

A contribuição de PIS/PASEP e COFINS pelo regime tributário do lucro presumido é apurada através da forma cumulativa, onde Young (2012, p.57) menciona que serve como base de cálculo dessas contribuições “[...] o total das receitas da pessoa jurídica, sem deduções em relações a custos, despesas e encargos”. Deste modo entendendo que não ocorre o aproveitamento de crédito nas compras, sobre despesas e custos envolvendo a atividade operacional da empresa.

Ainda de acordo com Young (2012) é importante ressaltar que todas as pessoas jurídicas de direito privado, e as equiparadas pela legislação do IR, que apuram o IRPJ com base no lucro presumido ou arbitrado estão sujeitas à incidências dos tributos na forma cumulativa. Sobre à alíquota aplicada para o PIS e COFINS, Santos (2008, p. 37) define que essas “[...] devem calcular as respectivas contribuições devidas na modalidade cumulativa mediante a aplicação da alíquota de 0,65% (PIS) e de 3% (COFINS) sobre o faturamento bruto auferido”. Exceto as atividades como instituições financeiras e bancos, que para a contribuição de COFINS “[...] a alíquota é diferenciada, comparativamente às demais empresas”. (SANTOS, 2008, p. 37)

Portanto apesar destas alíquotas possuírem valores menores que as apuradas pelo regime não cumulativo, as empresas não podem se aproveitar de créditos de qualquer operação de compra ou despesas e custos operacionais.

Quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) trata-se de um imposto de competência dos Estados e Distrito federal, onde cada estado possui a sua legislação pertinente sobre a cobrança deste tributo. O fato gerador do ICMS pode ocorrer em três ocasiões sendo elas: na circulação de mercadorias, na prestação de serviço de transportes intermunicipais e interestaduais e na prestação do serviço de comunicação. (SABBAG, 2010)

No regime tributário do lucro presumido e lucro real onde se trata da forma de recolhimento do imposto do ICMS, os fatos geradores do tributo. Vale ressaltar que no estado de Santa Catarina a alíquota de 17% serve como regra geral, no entanto, existe uma listagem constando quais produtos serão tributadas às alíquotas diferenciadas, ou seja, 7%, 12% e 25%. (RICMS-SC/2013).

No momento que ocorrer uma compra seja ela de matéria prima ou mercadorias para revenda a contabilização desta etapa da operação ocorrerá segundo Fabretti (2012, p. 165) com a “[...] dedução do ICMS do preço dos insumos, uma vez que esse imposto não cumulativo será recuperado”.

A estruturação deste ponto de vista demonstra como regra geral que “O ICMS é, por determinação constitucional, trata-se de um imposto não cumulativo. Onde do imposto devido em cada operação será abatido o valor pago na operação anterior” (FABRETTI, 2012). Caracterizando então uma operação onde o tributo só é repassado até chegar ao consumidor, final o verdadeiro contribuinte do tributo do ICMS. Entendendo que quando se trata de não cumulativo esse é cobrado só à diferença entre uma operação e outra.

2.2.3 Lucro real

As pessoas jurídicas optantes pelo Lucro Real apuram o Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de acordo com o que determina a legislação pertinente, sobre determinado período.

O Lucro Real é um regime tributário em que os tributos incidentes sobre o resultado têm como base de cálculo o lucro líquido apurando em determinado

período, com alguns ajustes que serão determinados pela legislação. Sua complexidade se dá pela necessidade de ajustar o lucro que servirá como base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

A expressão lucro real significa o próprio lucro tributável, distinto do lucro líquido apurado contabilmente.

Silva (2009, p.354) define o lucro real como “[...] uma forma complexa de apuração do IRPJ e da CSLL. Tem como fato gerador o resultado contábil ajustado pelas adições, exclusões e compensações determinadas na legislação tributária”.

Assim entende-se que para se chegar ao lucro tributável à pessoa jurídica deverá apurar o lucro líquido do período, e esses serão ajustados de acordo com as adições, exclusões e possíveis compensações.

O LALUR é assim conhecido, pois tem como significado o de ser o Livro de Apuração do Lucro Real. É um livro fiscal que objetiva demonstrar a passagem do lucro contábil para o lucro fiscal. Portanto no LALUR se encontra o resultado contábil líquido antes do IRPJ e CSLL e esses serão ajustados de acordo com as adições, exclusões e possíveis compensações, obtendo assim o Lucro Real. (OLIVEIRA, 2013).

Estão obrigadas ao lucro real as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional quando a organização estiver iniciando suas atividades. Também estão obrigados a este regime os bancos de forma geral, pessoas jurídicas com lucros e rendimentos de origem estrangeira, quem estiver autorizado pela legislação tributária a usufruir de benefícios fiscais relativos a redução ou isenção de impostos, quem tenha efetuado pagamento mensal do imposto de renda pelo regime de estimativa no ano-calendário, aqueles que explorem as atividades de *factoring*, além das empresas que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio, conforme disposto na Lei nº 9.718, de 1998, em seu art. 14

No Lucro real a pessoa jurídica pode optar em apurar os tributos sobre o lucro de duas formas: a apuração trimestral e a apuração anual.

Na forma trimestral são apurados os lucros por trimestre por meio de balanços levantados ao final de cada trimestre. A forma de recolhimento do tributo por estimativa é aquela em que a pessoa jurídica poderá optar pelo pagamento mensal do imposto mais o adicional calculado no balancete apurado mensalmente. (YOUNG, 2011).

Portanto a empresa fará o recolhimento mensalmente, com base na estimativa do lucro. Entretanto é importante salientar que a mesma ao optar por esta forma de apuração ficará de acordo com Young (2011, p. 56) “[...] vinculada a um ajuste anual ou periodicamente, podendo optar por suspensão ou redução do pagamento” ao final do ano calendário.

Em relação às alíquotas a serem aplicadas é considerado 15% para cálculo do IR conforme o art. 28 da Lei nº. 9.249/1995 e 9% para a CSLL, conforme a Lei nº. 7.689/1988. Contudo, haverá uma alíquota adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que ultrapassar o limite de R\$ 60.000,00 (limite trimestral), que será proporcional nos casos de início das atividades, ou seja, R\$ 20.000,00 para cada mês.

A contribuição de PIS e COFINS tratam-se de contribuições federais que são incidentes sobre o faturamento mensal que a pessoa jurídica teve no período. Sendo que no regime tributário pelo Lucro Real com relação as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, com a incidência não-cumulativa são, de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS (SANTOS, 2008)

Desse modo, com as alíquotas do PIS/PASEP e do COFINS citadas a cima, serão aplicadas sobre o faturamento que a pessoa jurídica contribuinte do Lucro Real obteve no período de apuração, sendo estes tributos calculados mensalmente com o prazo para pagamento no vigésimo quinto dia do mês posterior ao fato gerador.

Quanto à apuração do ICMS no Lucro Real, será realizada da mesma forma que no lucro presumido, conforme o mencionado anteriormente.

2.2.4 Lucro arbitrado

A fim de conhecer mais uma forma de tributação das pessoas jurídicas no Brasil é interessante comentar sobre o lucro arbitrado. Pois se trata de uma forma de tributação onde o contribuinte pode optar por esse regime tributário, porém é mais comum o fisco utilizar desse regime forma de penalizar o contribuinte. Onde Silva (2009, p.373) caracteriza essa forma de tributação como:

[...] uma forma de tributação (na pior das hipóteses uma penalidade) para se apurar a CSLL e o IRPJ, pois é uma maneira utilizada pelo fisco, mas que pode ser adotada pelo contribuinte, quando a receita bruta é conhecida e

somente poderá ser adotada na ocorrência de qualquer uma das hipóteses de arbitramento.

Como já mencionado anteriormente as hipóteses nada mais são que os motivos que irão fazer com que o fisco se utilize dessa forma de tributação, conforme Silva (2009, p.374) destaca as seis hipóteses de arbitramento:

1. O contribuinte, obrigado a tributação com base no lucro real, não mantiver escrituração na forma das leis comerciais e fiscais, ou deixar de elaborar as demonstrações financeiras (contábeis) exigidas pela legislação fiscal;
2. A escrituração a que estiver obrigado o contribuinte revelar evidentes indícios de fraudes ou contiver vícios, erros ou deficiências que a tornem imprestável para:
*Identificar a efetiva movimentação financeira, inclusive bancária; ou
*Determinar o lucro real.
3. O contribuinte deixar de apresentar à autoridade tributária os livros e documentos e a escrituração comercial e fiscal, ou o Livro Caixa, conforme exigido pela legislação;
4. O contribuinte optar indevidamente pela tributação com base no lucro presumido;
5. O comissário ou representante da pessoa jurídica estrangeira deixar de escriturar e apurar o lucro da sua atividade separadamente do lucro do comitente residente ou domiciliado no exterior (art. 398 do RIR/1999);
6. O contribuinte não mantiver, em boa ordem e segundo as normas contábeis recomendadas, Livro Razão ou fichas utilizados para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário.

Portanto entende-se a importância de manter a veracidade nos registros contábeis da empresa, pois se o fisco reconhecer alguma das hipóteses a cima o mesmo irá efetuar o arbitramento em parcela única, que “Quando conhecida a Receita Bruta, o Lucro arbitrado das pessoas jurídicas será determinado mediante a aplicação de percentuais do lucro presumido acrescidos de vinte por cento”. (SILVA, 2009, p.375)

2.3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O planejamento tributário é de grande importância para as tomadas de decisões dentro da empresa. Pois ele tem como objetivo principal a economia de tributos, e assim procura maneiras legais de reduzir os valores de tributos a serem pagos.

Segundo Fabretti (2003) o planejamento tributário é um estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, onde se é

pesquisado os seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais e menos onerosas.

Oliveira *et al* (2003, p. 36) discorre:

[...] uma forma lícita de reduzir a carga fiscal, o que exige alta dose de conhecimento técnico e bom senso dos responsáveis pelas decisões estratégicas no ambiente corporativo. Trata-se do estudo prévio à concretização dos fatos administrativos, dos efeitos jurídicos, fiscais e econômicos de determinada decisão gerencial, com o objetivo de encontrar a alternativa menos onerosa para o contribuinte.

Assim, fica claro que se deve organizar todas as etapas de uma apuração tributária, prevendo antecipadamente quanto será pago, planejando todas as operações de modo a gerar o menor valor possível a ser arrecadado, dentro da lei.

Portanto para a empresa é interessante até para fins gerenciais à gestão tributária, pois a empresa poderá estar inserida em um regime tributário que não é o mais adequado para aquele certo período do exercício. Assim acaba fazendo o recolhimento a maior dos tributos e como consequência pode acabar perdendo a competitividade no mercado, caso fosse um recolhimento a menor poderia levar a empresa a ganhar competitividade devido a um custo menor dos produtos comercializados.

Para que ocorra adequadamente o planejamento tributário é necessário que se conheça profundamente as operações da empresa e a legislação tributária. Por ser preciso ter conhecimento da legislação e ela mudar frequentemente, que o profissional estar atento com as mudanças, fazendo com que a empresa atinja um nível maior de competitividade.

2.3.1 Elisão fiscal

Faz-se necessário conhecer com bastante clareza as leis tributárias, assim, pode-se desenvolver um bom planejamento tributário, para reduzir o ônus de encargos.

De acordo com Fabretti (2003, p. 133), “a elisão fiscal é legítima e lícita, pois é alcançada por escolha feita de acordo com o ordenamento jurídico, adotando-se a alternativa legal menos onerosa ou utilizando-se de lacunas da lei.”.

Para Oliveira (2005, p.171), “a elisão fiscal ou economia legal ou ainda planejamento tributário pode ser definida como todo procedimento lícito realizado pelo contribuinte antes da ocorrência do fato gerador com o objetivo de eliminar ou postergar a obrigação tributária ou reduzir o montante devido.”.

Segundo Huck (1997, p.17),

No processo evasivo, a omissão do contribuinte posterior a ocorrência do fato imponible, pode decorrer de sua ignorância da existência da obrigação tributária, o que é aceitável na sociedade moderna, quando se levam em consideração a imensa complexidade e as dificuldades para um completo entendimento pelo contribuinte de seu sistema tributário nacional.

“A elisão é desenvolvida pelo planejamento tributário, adequando o contribuinte à melhor forma de tributação, executando-o em conformidade com os sistemas legais que possibilitam a redução de tributos e ou alíquotas.” (NOBREGA, 2001 apud OLIVEIRA, 2005, p.171).

Diante disso, entende-se que a elisão fiscal é a forma legal de achar “lacunas na lei” para reduzir o montante dos tributos e proporcionar melhores resultados às empresas, tendo uma economia lícita.

2.3.2 Evasão fiscal

A evasão fiscal, ao contrário da elisão, consiste na omissão ou redução da obrigação tributária de forma ilegal.

Para Higuchi et al (2009, p. 690), “[...] é o ato praticado com violação de lei, com o intuito de não pagar tributo ou contribuição, ou de reduzir o seu montante. É o ato praticado com violação de lei porque é posterior à ocorrência do fato gerador do tributo.”

Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:
I – Omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;
II – Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;
III – Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;
IV – Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;

V – Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação. (Art. 1. da LEI n. 8.137/1990).

Ainda de acordo Frabretti (2003, p. 134) “a evasão fiscal consiste em prática contrária à lei. É cometida após a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, objetivando reduzi-la ou ocultá-la.”.

Portanto, diante dos conceitos acima, pode-se dizer que a evasão fiscal é toda ação consciente, intencional ou dolosa do contribuinte, por meio de meios ilícitos para evitar, eliminar, reduzir ou retardar o pagamento do tributo.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Essa seção trata dos métodos e técnicas de pesquisa considerando o enquadramento metodológico e os procedimentos de coleta e análise dos dados

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Em relação à natureza do objetivo, a pesquisa é exploratória, uma vez que o estudo de caso busca e elabora informações sobre contabilidade fiscal e tributária, com foco no planejamento tributário realizado na empresa Alfa Artigos Esportivos. A pesquisa é feita através de material bibliográfico, explorando vários elementos para sua finalidade de estudo, tendo uma visão global da obra (GIL, 2010).

Quanto a natureza do artigo, pode-se afirmar que é um estudo teórico e prático. O aspecto da pesquisa teórica é caracterizado pelo estudo bibliográfico sobre o assunto em questão. O estudo teórico-prático tem como visão descobrir teorias, princípios e discussões como a aplicação prática do conhecimento a partir da necessidade de compreender determinada situação (BARROS; LEHFELD, 2007).

No que se refere à lógica da pesquisa, se trata de um estudo dedutivo, pois testa uma teoria de um estudo já existente. Por intermédio do raciocínio e pelo método de abordagem dedutiva, pode-se emitir uma opinião particular sobre o assunto estudado validado por teorias existentes (MOTTA, 2009).

Para a coleta de dados se pode afirmar que as informações são de dados primárias e secundárias, visto que as tabelas, cálculos realizados e quadros criados a partir dos documentos disponibilizados pela empresa são de fonte primária, pois

foram produzidos durante o estudo e não sofreram nenhum tratamento anterior. Os dados de fonte secundária são os relatórios contábeis e as referências bibliográficas utilizadas como suporte teórico para o estudo em questão. Segundo Beuren (2008) dados de fontes primárias são coletados por quem pesquisa, observa, entrevista ou busca em documentos, os de fontes secundárias são extraídos de obras literárias, revistas, teses ou publicações em geral, pois são fontes já publicadas e utilizadas como meio de pesquisa.

Em relação à abordagem da pesquisa, o estudo se classifica como qualitativo e quantitativo. A abordagem qualitativa é aquela que analisa e que interpreta aspectos mais profundos, pois evidencia uma análise mais detalhada do assunto abordado. Mas também utiliza de alguns aspectos quantitativos, pois abrange de informações numéricas (MARCONI; LAKATOS, 2015)

Quanto ao resultado da pesquisa, trata-se de um estudo aplicado, pois gera conhecimento a partir de uma única pergunta de pesquisa. Conforme Prodanov (2013) a pesquisa aplicada se refere aos métodos e às técnicas da pesquisa para a coleta de informações, desejando a solução de problemas e questões em estudo.

Com relação aos procedimentos técnicos são de: estudo bibliográfico e estudo de caso, por ser bibliográfico é desenvolvida por meio de material já elaborado, como livros e artigos científicos. O estudo de caso é caracterizado na investigação de uma única empresa. Concentra-se a leitura, análise e interpretação de livros em busca da fundamentação teórica e prática (GIL, 2008).

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O primeiro passo dado para realização da pesquisa foi a delimitação do tema e a pergunta de pesquisa que norteia este estudo. Em seguida, buscou-se o embasamento teórico para orientar o processo, o qual utilizou livros, artigos, leis e pesquisas online relacionados com o tema escolhido, alcançando, desta forma, um melhor entendimento sobre o assunto estudado.

A segunda parte, para maior aprofundamento do estudo se dá pela coleta de dados junto à empresa objeto de estudo de caso, no qual foram fornecidos pelo escritório responsável pela contabilidade desta (Escrita Serviços Contábeis). Foram utilizados documentos e relatórios gerenciais, tais como: faturamento do exercício de 2019/2020, balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício de 2020.

A última etapa para obtenção do resultado de estudo proposto, foram elaboradas planilhas no excel detalhando os cálculos efetuados, conforme os regimes de tributação vigentes, para análise deste estudo e gráficos para demonstração dos resultados obtidos, como forma de análise para comparação dos regimes tributários, simples nacional, lucro presumido e lucro real, respondendo deste modo, a pergunta de pesquisa que norteadora deste artigo.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os dados coletados nas 312 horas de estágio na empresa concedente estão presentes nesta seção objetivando reunir informações necessárias para a obtenção dos resultados esperados.

Por conseguinte, tem-se da primeira fase do estágio a caracterização e identificação da empresa objeto de estudo e da segunda fase dos estágios se tem a coleta de dados para a pesquisa e seu resultado final.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A empresa cedente do estágio, Escrita Serviços Contábeis, foi fundada em 2001, por José Otávio Gonçalves de Souza e Alexsandra Mendes Chipiski de Souza, situada na cidade de Tubarão do Estado de Santa Catarina.

A empresa surgiu com o intuito de oferecer uma prestação de serviços contábeis que pudesse sanar as necessidades do mercado, independentemente de seu segmento, sempre com transparência, segurança e preços justos, focando sempre em satisfazer com honestidade as expectativas dos clientes.

A filosofia de trabalho, da Escrita Serviços Contábeis, é a do compromisso e responsabilidade perante os clientes, focando em buscar resultados rápidos e bem acessíveis.

Hoje a empresa situa-se na Rua Luís Pedro de Oliveira, nº 130, no bairro Humaitá de Cima em Tubarão e Região.

Em 2019 a empresa sofreu uma alteração e se transformou em uma EIRELI, ficando assim apenas o antigo sócio José Otávio Gonçalves de Souza como titular. A entidade está registrada sob a forma de uma microempresa tendo como razão social Escrita Serviços Contábeis Eireli. Sua principal atividade é a prestação de

serviços contábeis, porém, ela presta também, os seguintes serviços: Assessoria e Consultoria Empresarial, Análise de Custos, Planejamento Fiscal Tributário, Trabalhista e Previdenciária.

A empresa está dividida em cinco setores, sendo eles: fiscal, contábil, setor pessoal, consultoria e societário; possui oito funcionários ativos, além do proprietário. A carteira do escritório de contabilidade possui uma cartela com aproximadamente 150 clientes, dentre eles foi escolhido a empresa Alfa Artigos Esportivos.

4.1.1 Alfa Artigos Esportivos

A Empresa, objeto de estudo, está situada na cidade de Tubarão do Estado de Santa Catarina. A empresa em estudo solicitou que seu nome fosse mantido em sigilo. Por conta disto, a mesma será tratada pelo nome fictício de Alfa Artigos Esportivos.

A empresa Alfa Artigos Esportivos foi constituída por um único sócio e iniciou suas atividades em 25 de maio de 2016, tem como atividade principal, Comércio varejista de artigos esportivos, possui oito funcionários além do proprietário, sendo eles dois consultores de vendas, um operador de caixa, cinco vendedores e o proprietário que atua como diretor.

Desde o início de suas atividades a empresa está enquadrada no regime tributário do Simples Nacional, seu capital social é de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), onde o empresário responsável possui 100% das cotas de capital.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo será apresentado a análise e discussão dos resultados obtidos conforme os objetivos específicos designados para este estudo. Assim será possível identificar qual a tributação mais vantajosa para empresa objeto de estudo.

Este artigo foi realizado em uma empresa do ramo de comércio varejista de artigos esportivos, tributada atualmente pelo simples nacional. Com o intuito de recolher as informações necessárias para atingir os objetivos gerais propostos neste artigo, tomou-se como base as demonstrações contábeis da empresa no ano de 2020. Após a realização dos cálculos, será apresentada comparação e análise dos

resultados obtidos, identificando qual a melhor forma de tributação com base na legislação vigente para a empresa Alfa Artigos Esportivos.

4.2.1 Simples Nacional

Conforme citado na revisão bibliográfica, o Simples Nacional é um regime tributário aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte. No Simples Nacional é feito o recolhimento de forma mensal, mediante documento único de arrecadação onde está unificado todos os tributos sendo eles dos entes Federados, União, Estados e Municípios, implicando no recolhimento unificado dos tributos.

Apesar disso, nem sempre o Simples Nacional pode ser apresentado como a melhor forma de tributação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por isso é necessário um planejamento tributário.

Para determinar a alíquota que será utilizada na empresa é necessário considerar a receita bruta total acumulada nos 12 meses anteriores ao período de apuração e utilizar a tabela do anexo I da Lei Complementar nº. 123/2006.

A seguir, na tabela 01 apresenta-se o anexo I da LC 123/2006 com as faixas de enquadramento, alíquotas, valores a deduzir e o percentual de repartição para cada tributo do anexo I do simples nacional:

Tabela 01 - Anexo I da Lei Complementar nº 123/2006

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional – Comércio			
Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)		Alíquota	Valor a Deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,00%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,30%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,30%	87.300,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,00%	378.000,00

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos					
	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	ICMS
1ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
2ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
3ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
4ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
5ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
6ª Faixa	13,50%	10,00%	28,27%	6,13%	42,10%	-

Fonte: Brasil, 2006.

A seguir, vê-se a receita bruta mensal dos últimos 12 meses anteriores ao período de apuração que serviram como base para realização do cálculo da apuração da alíquota utilizada em que se somam os doze meses anteriores ao período de apuração para encontrar a faixa de enquadramento:

Tabela 02 - Faturamento mensal 2019

Faturamento Mensal 2019		
Mês	Ano	Anexo I
Janeiro	2019	59.035,36
Fevereiro	2019	66.458,04
Março	2019	67.621,08
Abril	2019	88.623,45
Mai	2019	93.525,20
Junho	2019	119.702,23
Julho	2019	110.097,90
Agosto	2019	114.754,00
Setembro	2019	71.323,54
Outubro	2019	88.545,80
Novembro	2019	73.573,44
Dezembro	2019	210.535,64
TOTAL		1.163.795,68

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

É demonstrado na sequência, a apuração dos tributos com base no Simples Nacional do exercício de 2020:

Tabela 03 - Apuração dos tributos sem substituição tributária do ICMS

SIMPLES NACIONAL - ANO DE 2020				
Receitas decorrentes da revenda de mercadorias não sujeitas a substituição tributária, exceto as receitas decorrentes de exportação - Sem substituição tributária do ICMS				
Mês	Faturamento dos últimos doze meses	Anexo I	Alíquota	Valor do Simples Nacional no mês
Janeiro	1.163.795,68	121.519,47	8,77%	10.653,22
Fevereiro	1.227.395,14	100.392,57	8,87%	8.901,67
Março	1.262.934,74	78.540,05	8,92%	7.004,55
Abril	1.274.986,06	118.374,84	8,94%	10.577,12
Mai	1.304.945,62	197.105,51	8,98%	17.691,78
Junho	1.408.737,63	163.324,62	9,10%	14.867,16
Julho	1.453.497,84	143.915,75	9,15%	13.171,19
Agosto	1.488.019,86	176.035,19	9,19%	16.173,98
Setembro	1.553.338,34	114.159,95	9,25%	10.561,52
Outubro	1.597.686,55	143.855,18	9,29%	13.366,61
Novembro	1.653.864,90	196.098,88	9,34%	18.314,76
Dezembro	1.777.371,95	298.256,30	9,43%	28.137,76
TOTAL		1.851.578,31		169.421,32

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Na tabela 03 apresenta-se o faturamento com operações tributadas pelo ICMS sem substituição tributária, onde a empresa teve um faturamento total no ano de 2020 de R\$ 1.851.578,31 (um milhão, oitocentos e cinquenta e um mil, quinhentos e setenta e oito reais e trinta e um centavos), sobre o qual pagou o referido imposto no valor total de R\$ 169.421,32 (cento e sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos).

Para encontrar o valor do Simples Nacional a recolher no mês de janeiro foi necessário primeiro apurar o valor da receita bruta acumulada dos últimos doze meses. Considera-se os últimos doze meses para fim de cálculo, os doze meses anteriores ao período de apuração (janeiro à dezembro de 2019). Sendo assim foi somado os valores das receitas que estão demonstradas na tabela 02, resultando assim no valor de R\$ 1.163.795,68 (um milhão, cento e sessenta e três mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos). Após encontrarmos esse valor é necessário identificar a faixa de enquadramento conforme o anexo I da LC 123/2006 que está na tabela 01. Analisando a tabela 01, identifica-se que o faturamento se enquadra na quarta faixa de tributação da tabela, uma vez que fica entre R\$ 720.000,01 à R\$ 1.800.000,00. Sendo assim deve-se utilizar a alíquota de 10,70% e a parcela a deduzir de 22.500,00 para aplicarmos na fórmula da alíquota efetiva. Onde alíquota efetiva = $[(\text{Receita Bruta Total dos últimos 12 meses} * \text{Alíquota}) - \text{Parcela a Deduzir}] / \text{Receita Bruta Total dos últimos 12 meses}$. Após realizar o cálculo da alíquota efetiva encontra-se o valor percentual de 8,7667% para então apurar o valor do simples nacional a recolher no mês de janeiro de 2020. Após encontrada a alíquota efetiva, aplica-se sobre o valor da receita bruta do mês R\$ 121.519,47 (cento e vinte e um mil, quinhentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos), resultando assim no valor de R\$ 10.653,32 (dez mil, seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e dois centavos) de simples nacional a recolher referente as operações de venda de mercadorias sem ICMS substituição tributária. Para os meses seguintes deve-se utilizar a mesma sistemática para encontrar o valor a recolher.

Demonstra-se na sequência a tabela com a apuração das mercadorias vendidas com ICMS substituição tributária.

Tabela 04 - Apuração dos tributos com substituição tributária do ICMS

SIMPLES NACIONAL - ANO DE 2020

Receitas decorrentes da revenda de mercadorias sujeitas a substituição tributária, exceto as receitas decorrentes de exportação - Com substituição tributária do ICMS

Mês	Faturamento dos últimos doze meses	Anexo I	Alíquota	Valor do Simples Nacional no mês
Janeiro	1.163.795,68	1.115,35	5,83%	65,03
Fevereiro	1.227.395,14	1.605,07	5,90%	94,64
Março	1.262.934,74	1.132,35	5,93%	67,15
Abril	1.274.986,06	208,17	5,94%	12,36
Mai	1.304.945,62	211,70	5,97%	12,64
Junho	1.408.737,63	1.137,82	6,05%	68,89
Julho	1.453.497,84	704,17	6,09%	42,86
Agosto	1.488.019,86	4.037,29	6,11%	246,68
Setembro	1.553.338,34	1.511,80	6,15%	93,01
Outubro	1.597.686,55	868,97	6,18%	53,70
Novembro	1.653.864,90	981,61	6,21%	60,96
Dezembro	1.777.371,95	1.099,77	6,27%	69,00
TOTAL		14.614,07		886,90

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Na tabela 04 apresenta-se o faturamento com operações tributadas com ICMS substituição tributária, sendo assim, não é tributando o percentual relativo ao ICMS na alíquota do Simples Nacional. Nestas operações a empresa obteve um faturamento total no ano de 2020 de R\$ 14.614,07 (quatorze mil, seiscentos e quatorze reais e sete centavos), sobre o qual pagou o de imposto o valor total de R\$ 886,90 (oitocentos e oitenta e seis reais e noventa centavos).

Para encontrar o valor do simples nacional correspondente as operações de venda de mercadorias com ICMS substituição tributária conforme o apresentado na tabela 04, deve-se utilizar a mesma sistemática da apuração sobre as vendas de mercadorias sem ICMS substituição tributária, porém deve-se remover o percentual correspondente ao ICMS da alíquota efetiva. Sendo assim, para o mês de janeiro temos como receita bruta acumulada dos últimos doze meses acumulada de R\$ 1.163.795,68 (um milhão, cento e sessenta e três mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos), após realizar o cálculo da alíquota efetiva encontra-se o valor percentual de 8,7667% (encontrada no cálculo demonstrado anteriormente) para então deduzir o percentual correspondente ao ICMS que é de 33,5% do total da alíquota efetiva, neste caso que é equivalente a 2,93% conforme o anexo I da LC 123/2006. Assim, temos como alíquota efetiva final o percentual de 5,8298% para as operações de vendas de mercadorias com ICMS substituição

tributária. Conforme o apresentado na tabela 04, o faturamento do mês de janeiro para essa modalidade foi de R\$ 1.115,35 (mil cento e quinze reais e trinta e cinco centavos), resultando assim após a apuração do simples nacional, o valor de R\$ 65,03 (sessenta e cinco reais e três centavos) para estas operações. A mesma sistemática se aplica aos demais meses.

Apresenta-se a seguir a tabela com o total dos valores apurados no simples nacional para o ano de 2020:

Tabela 05 - Total do Simples Nacional em 2020

TOTAL DO SIMPLES NACIONAL – 2020			
Mês	ANEXO 1	ANEXO I	TOTAL
	SEM SUBSTITUIÇÃO	COM SUBSTITUIÇÃO	
Janeiro	10.653,22	65,03	10.718,26
Fevereiro	8.901,67	94,64	8.996,31
Março	7.004,55	67,15	7.071,70
Abril	10.577,12	12,36	10.589,48
Mai	17.691,78	12,64	17.704,41
Junho	14.867,16	68,89	14.936,05
Julho	13.171,19	42,86	13.214,05
Agosto	16.173,98	246,68	16.420,66
Setembro	10.561,52	93,01	10.654,53
Outubro	13.366,61	53,70	13.420,32
Novembro	18.314,76	60,96	18.375,72
Dezembro	28.137,76	69,00	28.206,75
TOTAL	169.421,32	886,90	170.308,22

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Na tabela 05 exemplifica o total dos tributos calculados nas operações de faturamento da empresa, tanto com ICMS sem substituição tributária quanto nas operações com ICMS substituição tributária. Sendo assim, a empresa pagou o imposto no valor total de R\$ 170.308,22 (cento e setenta mil, trezentos e oito reais e vinte e dois centavos).

Para fins de apuração referente aos encargos sociais inerentes ao regime do Simples Nacional, a empresa deverá recolher o FGTS com a alíquota de 8% à folha de pagamento como demonstra a tabela:

Tabela 06 - Demonstrativo da folha de pagamento e encargos sociais 2020

FOLHA DE PAGAMENTO		
Mês	Valor	Encargos a pagar (FGTS 8%)
Janeiro	8.670,09	R\$ 693,61
Fevereiro	8.641,00	R\$ 691,28
Março	8.507,50	R\$ 680,60
Abril	7.840,00	R\$ 627,20
Mai	8.741,75	R\$ 699,34
Junho	11.010,42	R\$ 880,83
Julho	9.610,42	R\$ 768,83
Agosto	8.217,67	R\$ 657,41
Setembro	8.692,33	R\$ 695,39
Outubro	7.955,39	R\$ 636,43
Novembro	13.737,89	R\$ 1.099,03
Dezembro	15.738,53	R\$ 1.259,08
Total	R\$ 117.362,99	R\$ 9.389,04

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Na tabela 06 são demonstradas as despesas com folha de pagamento do exercício de 2020, totalizando o valor de R\$ 117.362,99 (cento e dezessete mil e trezentos e sessenta e dois reais e noventa e nove centavos). Sendo assim, aplicando a alíquota de 8% de FGTS o valor total pago pela empresa em 2020 é de R\$ 9.389,04 (nove mil trezentos e oitenta e 9 reais e quatro centavos).

Para encontrar o valor a ser recolhido de FGTS para o mês de janeiro foi utilizado a soma total das folhas de pagamento deste mês (R\$ 8.670,09 – oito mil, seiscentos e setenta reais e nove centavos), que foi então multiplicado por 8% resultando no valor a recolher (R\$ 693,61 – seiscentos e noventa e três reais e sessenta e um centavos). A mesma sistemática se aplica aos demais meses.

4.2.2 Lucro presumido

O Lucro Presumido, como já dito na fundamentação teórica, é uma forma simplificada de tributação para determinação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, sendo aplicados sobre a receita bruta percentuais de presunção que variam de acordo com a atividade da empresa

A sistemática de cálculos baseia-se na aplicação de percentuais presunções dispostos na legislação fiscal sobre a receita bruta trimestral para apuração de IR e CSLL e sobre a receita bruta mensal para apuração de PIS/Pasep e COFINS.

As pessoas jurídicas tributadas pelo Lucro Presumido deverão pagar o IRPJ e CSLL por períodos de apuração trimestrais. Já a periodicidade do PIS e da COFINS, são cumulativos mensais, conforme Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

A seguir demonstra-se a tabela com os cálculos das apurações mensais com base no Lucro Presumido:

Tabela 07 - Apuração dos tributos pagos mensalmente pelo Lucro Presumido em 2020

LUCRO PRESUMIDO 2020	Valores de Presunções e Alíquotas para Cálculo				
		BC Ind. e Com	BC Serviço	Alíquota	
	CSLL	12%	32%	9%	
	IRPJ	8%	32%	15%	
PIS	0,65%	COFINS	3%		
	Faturamento		Tributos Mensais sobre o faturamento		
Mês	Vendas totais	Prestação de Serviços	Receita Bruta	PIS (0,65%)	COFINS (3%)
Jan.	122.634,82	0,00	122.634,82	797,13	3.679,04
Fev.	101.997,64	0,00	101.997,64	662,98	3.059,93
Mar.	79.672,40	0,00	79.672,40	517,87	2.390,17
Abr.	118.583,01	0,00	118.583,01	770,79	3.557,49
Mai	197.317,21	0,00	197.317,21	1.282,56	5.919,52
Jun.	164.462,44	0,00	164.462,44	1.069,01	4.933,87
Jul.	144.619,92	0,00	144.619,92	940,03	4.338,60
Ago.	180.072,48	0,00	180.072,48	1.170,47	5.402,17
Set.	115.671,75	0,00	115.671,75	751,87	3.470,15
Out.	144.724,15	0,00	144.724,15	940,71	4.341,72
Nov.	197.080,49	0,00	197.080,49	1.281,02	5.912,41
Dez.	299.356,07	0,00	299.356,07	1.945,81	8.980,68
TOTAL	1.866.192,38	0,00	1.866.192,38	12.130,25	55.985,77

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Na tabela 07 apresenta-se os totais das apurações mensais do lucro presumido, que seria os valores de PIS e COFINS, onde se tem os valores acumulados durante o ano de R\$ 12.130,25 (doze mil, cento e trinta reais e vinte e cinco centavos) para o PIS e R\$ 55.985,77 (cinquenta e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos).

Para encontrar os valores de PIS e COFINS a recolher conforme o demonstrado na tabela 07, deve-se pegar o valor da receita bruta do mês (R\$ 122.634,82 – cento e vinte e dois mil, seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos), e multiplicar pelo percentual do imposto correspondente, onde PIS é de 0,65% e COFINS de 3%. Portanto para o mês de janeiro encontra-se o valor de R\$ 797,13 (setecentos e noventa e sete reais e treze centavos) de PIS e R\$

3.679,04 (três mil, seiscentos e setenta e nove reais e quatro centavos) de COFINS. Para os meses seguintes deve-se utilizar a mesma sistemática de cálculo.

Se a empresa estudada fosse tributada por este regime, por ser uma atividade de comercialização, para realizar o cálculo do IRPJ e CSLL cada atividade tem um percentual de presunção aplicado sobre a receita bruta alcançada no trimestre, sobre estas se aplicam 15% e 9% respectivamente. Os percentuais presunção que seriam aplicados para CSLL e IRPJ seriam respectivamente de 12% e 8% sobre a receita auferida no período, conforme Lei 8.981, de 1995, artigo 57.

Para cálculo da CSLL a fórmula é a seguinte:

Base de Cálculo (faturamento) X Alíquota da presunção (12% comércio) = Base da para cálculo do CSLL x 9% (Alíquota do imposto) = Imposto a pagar.

Para o cálculo do Imposto de Renda a fórmula é a seguinte:

Base de Cálculo (faturamento) X Alíquota da presunção (8% comércio) = Base da para cálculo do IR x 15% (Alíquota do imposto) = Imposto a pagar.

Segue abaixo a tabela com os cálculos dos tributos apurados trimestrais pelo Lucro Presumido:

Tabela 08 - Tributos trimestrais sobre o lucro presumido em 2020

Tributos Trimestrais sobre Lucro Presumido							
Trimestre	Faturamento	BC CSLL	CSLL (9%) a Pagar	BC IRPJ	Adicional 10%	Alíquota 15%	IRPJ a Pagar R\$
1º Trimestre	304.304,86	36.516,58	3.286,49	24.344,39	0,00	3.651,66	3.651,66
2º Trimestre	480.362,66	57.643,52	5.187,92	38.429,01	0,00	5.764,35	5.764,35
3º Trimestre	440.364,15	52.843,70	4.755,93	35.229,13	0,00	5.284,37	5.284,37
4º Trimestre	641.160,71	76.939,29	6.924,54	51.292,86	0,00	7.693,93	7.693,93
TOTAL	1.866.192,38	223.943,09	20.154,88	149.295,39	0,00	22.394,31	22.394,31

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Na tabela 08 apresenta as apurações da CSLL e IRPJ em 2020, na opção pela forma de tributação do Lucro Presumido, onde, nesta operação a empresa pagaria um valor total de CSLL e IRPJ, respectivamente de R\$ 20.154,88 (vinte mil,

cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) e R\$ 22.394,31 (vinte e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais e trinta e um centavos).

Para encontrar o valor da CSLL e do IRPJ a recolher no primeiro trimestre (janeiro à março) conforme o demonstrado na tabela 08, somasse a receita bruta do trimestre (R\$ 304.304,86 - trezentos e quatro mil, trezentos e quatro reais e oitenta e seis centavos), para então aplicar os percentuais de presunção conforme a atividade da empresa, sendo eles de 12% para a CSLL e de 8% para IRPJ, que assim resultará na base de cálculo. Após encontra a base de cálculo será aplicada a alíquota do imposto correspondente que por fim resultará no valor a recolher. Sendo assim, a base de cálculo será de R\$ 36.516,58 (trinta e seis mil, quinhentos e dezesseis reais e cinquenta e oito centavos) para CSLL e de R\$ 24.344,39 (vinte e quatro mil, trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos) para o IRPJ. Ao multiplicar as bases de cálculo pelas alíquotas de 9% para CSLL e de 15% para IRPJ encontra-se os valores de CSLL (R\$ 3.286,49 três mil, duzentos e oitenta e seis reais e quarenta e nove centavos) e IRPJ (R\$ 3.651,66 três mil, seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos) a recolher no trimestre.

4.2.3 Encargos sociais, lucro presumido e lucro real

A apuração referente aos encargos sociais para as empresas tributadas pelo Lucro Presumido e Lucro Real, são calculados conforme **Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974**, aplicada às mesmas.

Na sequência a tabela 09 que demonstra os cálculos de INSS e FGTS.

Tabela 09 - Apuração do INSS e FGTS sobre o Lucro Presumido em 2020

LUCRO PRESUMIDO/LUCRO REAL 2020		FGTS	8%
		INSS	26,30%
		Salários	
		INSS	20%
Pró-Labore			
SALÁRIOS	PRÓ-LABORE	INSS	FGTS
8.670,09	1.039,00	2.488,03	693,61
8.641,00	1.045,00	2.481,58	691,28
8.507,50	1.045,00	2.446,47	680,60
7.840,00	1.045,00	2.270,92	627,20
8.741,75	1.045,00	2.508,08	699,34
11.010,42	1.045,00	3.104,74	880,83
9.610,42	1.045,00	2.736,54	768,83
8.217,67	1.045,00	2.370,25	657,41
8.692,33	1.045,00	2.495,08	695,39
7.955,39	1.045,00	2.301,27	636,43
13.737,89	1.045,00	3.822,07	1.099,03
15.738,53	1.045,00	4.348,23	1.259,08
117.362,99	12.534,00	33.373,27	9.389,04

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

A tabela 09 evidencia que para o exercício de 2020 a empresa terá obrigações previdenciárias de R\$ 33.373,27 (trinta e três mil, trezentos e setenta e três reais e vinte e sete centavos) de INSS patronal, considerando 26,30% conforme previsto em legislação para as empresas Lucro Real e Lucro Presumido. O valor de FGTS será aplicado a alíquota de 8% sobre a folha de pagamento, totalizando o valor anual de R\$ 9.389,04 (nove mil, trezentos e oitenta e nove reais e quatro centavos).

Para encontrar o valor de INSS correspondente a janeiro de 2020 foi necessário aplicar 26,30% que corresponde ao INSS patronal sobre as despesas com salários dos empregados (R\$ 8.670,09 - oito mil, seiscentos e setenta reais e nove centavos) resultando em R\$ 2.280,23 (dois mil, duzentos e oitenta reais e vinte e três centavos) e somar o INSS sobre as despesas com pró-labore do mês (R\$ 1.039,00 - um mil e trinta e nove reais) que é de 20% destas despesas, que corresponde ao valor de R\$ 207,80 (duzentos e sete reais e oitenta centavos). Portanto o total do INSS a recolher em janeiro será de R\$ 2.488,03 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e três centavos).

Para encontrar o valor do FGTS é utilizado a mesma sistemática do calculado pelo simples nacional, que foi o valor da folha de pagamento dos empregados do mês de janeiro (R\$ 8.670,09 – oito mil, seiscentos e setenta reais e nove centavos),

que foi então multiplicado por 8% resultando no valor a recolher (R\$ 693,61 – seiscentos e noventa e três reais e sessenta e um centavos). A mesma sistemática será usada em todos os meses, tanto para o INSS quanto o FGTS.

Os valores referentes aos encargos sociais dos regimes de tributação do lucro presumido e lucro real, estão apresentados juntos, em decorrência de ambos terem a mesma forma de cálculo.

4.2.4 Apuração ICMS, lucro presumido e lucro real

Conforme visto anteriormente no embasamento teórico, a apuração do ICMS ocorre da mesma forma, tanto no Lucro Presumido quanto no Lucro Real. Sendo assim serão demonstrados agora de forma unificada.

Na sequência a tabela 10 que demonstra os cálculos de ICMS de Janeiro a Junho.

Tabela 10 - Apuração do ICMS de Janeiro a Junho de 2020

SAÍDAS	Meses					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Dentro de SC 17%	47.796,63	51.405,84	30.405,99	30.540,20	54.293,58	52.159,20
Fora de SC 17%	4.555,19	3.846,22	1.628,27	6.415,30	7.153,67	5.904,25
Fora de SC 17,5%	0,00	0,00	0,00	0,00	206,80	699,90
Fora de SC 18%	62.294,77	41.908,43	43.903,08	75.679,30	125.286,66	93.225,60
Fora de SC 20%	12.195,40	8.837,29	6.348,32	5.939,94	17.761,19	15.292,66
Débito ICMS 17%	8.899,81	9.392,85	5.445,82	6.282,44	10.446,03	9.870,79
Débito ICMS 17,5%	0,00	0,00	0,00	0,00	36,19	122,48
Débito ICMS 18%	11.213,06	7.543,52	7.902,55	13.622,27	22.551,60	16.780,61
Débito ICMS 20%	2439,08	1767,46	1269,66	1187,99	3552,24	3058,53
Total dos Débitos	22.551,95	18.703,83	14.618,04	21.092,70	36.586,06	29.832,41
ENTRADAS						
Entradas 20%	0,00	337,07	227,17	0,00	1.252,94	309,90
Entradas 18%	756,99	3.721,10	2608,79	199,90	4.173,42	3.262,29
Entradas 17,5%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas 17%	8.558,68	8.172,89	983,77	0,00	1.600,81	10.454,58
Entradas 12%	22.082,48	28.876,40	24.033,25	6.972,43	25.175,33	7.954,63
Entradas 7%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas 4%	73.222,84	57.487,45	54.555,33	1.265,68	16.568,18	60.240,80
Crédito ICMS 20%	0,00	67,41	45,43	0,00	250,59	61,98
Crédito ICMS 18%	128,69	632,59	443,49	33,98	709,48	554,59
Crédito ICMS 17,5%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Crédito ICMS 17%	1.454,98	1.389,39	167,24	0,00	272,14	1.777,28
Crédito ICMS 12%	2.649,90	3.465,17	2.883,99	836,69	3.021,04	954,56
Crédito ICMS 7%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Crédito ICMS 4%	2.928,91	2.299,50	2.182,21	50,63	662,73	2.409,63
Total dos Créditos	7.162,48	7.854,06	5.722,37	921,30	4.915,97	5.758,04
ICMS a recolher/recuperar	15.389,47	10.849,77	8.895,67	20.171,40	31.670,09	24.074,37

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Na sequência a tabela 11 que demonstra os cálculos de ICMS de Julho a Dezembro

Tabela 11 - Apuração do ICMS de Julho a Dezembro de 2020

SAÍDAS	Meses					
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Dentro de SC 17%	35.586,96	63.527,88	48.034,90	56.261,60	56.934,86	134.310,99
Fora de SC 17%	7.555,76	5.781,80	4.307,67	7.505,22	10.852,43	10.011,20
Fora de SC 17,5%	688,30	283,80	572,98	349,30	810,55	330,80
Fora de SC 18%	99.650,45	102.063,32	61.278,53	77.235,71	116.009,13	147.140,92
Fora de SC 20%	11.955,81	13.040,76	7.004,18	14.599,88	15.534,00	18.912,87
Débito ICMS 17%	7.334,26	11.782,65	8.898,24	10.840,36	11.523,84	24.534,77
Débito ICMS 17,5%	120,45	49,67	100,27	61,13	141,85	57,89
Débito ICMS 18%	17.937,08	18.371,40	11.030,14	13.902,43	20.881,64	26.485,37
Débito ICMS 20%	2391,16	2608,15	1400,84	2919,98	3106,80	3782,57
Total dos Débitos	27.782,96	32.811,86	21.429,48	27.723,89	35.654,13	54.860,60
ENTRADAS						
Entradas 20%	2.393,47	814,49	229,49	602,72	178,02	1.251,62
Entradas 18%	7.536,08	6.011,07	5.571,23	9.095,05	1.248,75	8.024,57
Entradas 17,5%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas 17%	14.600,57	1.836,81	1.328,60	8.178,20	3.617,88	4.764,02
Entradas 12%	33.333,37	18.156,11	45.149,81	40.069,55	53.258,14	70.642,62
Entradas 7%	0,00	0,00	0,00	128,06	2.708,17	2.557,91
Entradas 4%	76.744,54	52.838,38	53.686,33	73.371,38	71.027,29	87.979,48
Crédito ICMS 20%	478,69	162,90	45,90	120,54	35,60	250,32
Crédito ICMS 18%	1.281,13	1.021,88	947,11	1.546,16	212,29	1.364,18
Crédito ICMS 17,5%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Crédito ICMS 17%	2.482,10	312,26	225,86	1.390,29	615,04	809,88
Crédito ICMS 12%	4.000,00	2.178,73	5.417,98	4.808,35	6.390,98	8.477,11
Crédito ICMS 7%	0,00	0,00	0,00	8,96	189,57	179,05
Crédito ICMS 4%	3.069,78	2.113,54	2.147,45	2.934,86	2.841,09	3.519,18
Total dos Créditos	11.311,71	5.789,31	8.784,30	10.809,16	10.284,57	14.599,73
ICMS a recolher/recuperar	16.471,25	27.022,55	12.645,18	16.914,73	25.369,56	40.260,87

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Conforme as tabelas 10 e 11 apresentaram, para realizar o cálculo do ICMS foi necessário confrontar as compras e vendas realizadas, bem como separar as entradas e saídas por alíquota das mercadorias que são vendidas sem substituição tributária. Assim foi possível identificar que a empresa recolheria o montante de R\$ 249.734,90 (duzentos e quarenta e nove mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa centavos).

Para encontrar o valor do ICMS a recolher ou a recuperar no mês deve-se somar o total do ICMS destacado nas operações de saídas conforme suas alíquotas, tem-se assim o total dos débitos com ICMS de R\$ 22.551,95 (vinte e dois mil,

quinhentos e cinquenta e um reais e noventa e cinco centavos) e depois somar o total das operações de entradas com crédito de ICMS destacadas, tem-se portanto o valor de R\$ 7.162,48 (sete mil, cento e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos) de crédito de ICMS em janeiro. Após encontrar os totais de débitos e créditos deve-se confrontar os valores e verificar se o saldo será devedor ou credor. Para a apuração de janeiro temos, portanto, um saldo devedor (a recolher) de R\$ 15.389,47 (quinze mil, trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos) de ICMS. A mesma sistemática de cálculo deverá ser aplicada nos meses seguintes. Cabe ressaltar que, caso algum mês fique com saldo credor (a recuperar), esse valor será utilizado na apuração do mês seguinte.

Observa-se a tabela com o resumo dos tributos apurados pelo Lucro Presumido:

Tabela 12 - Resumo dos tributos apurados pelo Lucro Presumido em 2020

RESUMO DOS TRIBUTOS - LUCRO PRESUMIDO - 2020	
PIS	R\$ 12.130,25
COFINS	R\$ 55.985,77
INSS	R\$ 33.373,27
FGTS	R\$ 9.389,04
CSLL	R\$ 20.154,88
IRPJ	R\$ 22.394,31
ISS	R\$ 0,00
ICMS	R\$ 249.734,90
TOTAL	R\$ 403.162,42

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Após a demonstração de todos os cálculos pelo Lucro Presumido, conclui-se que em comparação com o Simples Nacional a carga tributária aumentou consideravelmente, inviabilizando a opção por esta forma de tributação.

4.2.5 Lucro real

A apuração do Lucro Real é realizada mediante o ajuste do resultado líquido obtido, depois de efetuadas as adições, exclusões e compensações. Pode ser feito de duas formas: trimestral ou anual, cabendo neste último o recolhimento mensal por estimativa ou com base no balancete para reduzir ou até mesmo suspender o imposto.

Nesta forma de tributação a empresa deve manter escrituração contábil completa; obedecendo aos princípios e normas contábeis, a legislação fiscal aplicável e também as leis comerciais; mantendo livros, fichas, demonstrações financeiras e demais obrigações acessórias em dia evitando possíveis autuações ou ainda levando ao arbitramento do lucro por autoridade competente.

4.2.5.1 Apuração lucro real trimestral

A tributação pelo Lucro Real Trimestral exige que sejam levantados balanços trimestrais a fim de obter o Lucro Real tributável daquele trimestre.

A seguir demonstram-se os cálculos efetuados no Lucro Real Trimestral do ano de 2020 pela empresa Alfa Artigos Esportivos:

Tabela 13 - Apuração do IRPJ e CSLL pelo Lucro Real Trimestral em 2020

LUCRO REAL - TRIMESTRAL - ANO DE 2020				
Período	1º Trim./2020	2º Trim./2020	3º Trim./2020	4º Trim./2020
(+) RECEITA BRUTA	304.304,86	480.362,66	440.364,15	641.160,71
(=) Receita de Venda de Mercadorias	304.304,86	480.362,66	440.364,15	641.160,71
(=) Receita de Serviços Prestados	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES	84.022,02	131.944,71	122.757,98	177.545,99
(-) PIS	5.021,03	7.925,98	7.266,01	10.579,15
(-) COFINS	23.127,17	36.507,56	33.467,68	48.728,21
(-) ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) ICMS	55.873,82	87.511,17	82.024,30	118.238,62
(=) RECEITA LÍQUIDA	220.282,84	348.417,95	317.606,17	463.614,72
(-) CMV	217.360,62	343.116,18	314.545,82	457.971,93
(=) LUCRO BRUTO	2.922,22	5.301,77	3.060,35	5.642,79
(-) Despesas com Vendas	28.574,95	57.709,00	81.163,50	65.366,37
(-) Despesas Operacionais	76.762,77	87.882,70	87.934,84	125.091,83
(-) Despesas Financeiras	2.334,16	1.244,57	2.257,99	630,37
(+) Receitas Operacionais	124,00	12,00	50,11	34.427,90
(+) Receitas Financeiras	0,00	0,04	0,03	292,99
(=) LUCRO antes do IRPJ e CSLL	-104.625,66	-141.522,50	-168.245,87	-151.017,88
(-) Compensação de Prejuízo	0,00	0,00	0,00	0,00
(=) LUCRO após a compensação	-104.625,66	-141.522,50	-168.245,87	-151.017,88
(-) CSLL	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) IRPJ	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Adicional de IRPJ	0,00	0,00	0,00	0,00
(=) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-104.625,66	-141.522,50	-168.245,87	-151.017,88

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

A tabela 13 evidencia os valores apurados sobre o resultado antes do IR e CSLL, neste caso a empresa não considera ajustes de adições e exclusões, por não

se enquadrar nos respectivos e por apresentar prejuízo fiscal nos meses decorrentes. Sendo assim a empresa não iria recolher CSLL e IRPJ visto que não apresentou lucro.

Para encontrar os valores de CSLL e IRPJ do primeiro trimestre da apuração pelo lucro real trimestral, foi levantado o balancete trimestral onde apresenta os valores somados das receitas do trimestre (R\$ 304.304,86 - trezentos e quatro mil, trezentos e quatro reais e oitenta e seis centavos), posteriormente é lançado as deduções da receita (R\$ 84.022,02 - oitenta e quatro mil, vinte e dois reais e dois centavos), para encontramos a receita líquida (R\$ 220.282,84 - duzentos e vinte mil, duzentos e oitenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), da qual será deduzido o custo das mercadorias vendidas (R\$ 217.360,62 - duzentos e dezessete mil, trezentos e sessenta reais e sessenta e dois centavos) para encontra o lucro bruto de R\$ 2.922,22 (dois mil, novecentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos), deste, será ainda deduzido outras despesas e receitas da empresa, resultando no lucro antes do IRPJ e CSLL (R\$ -104.625,66 cento e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e sessenta e seis centavos negativos). Após encontrar o valor do lucro antes do IRPJ e CSLL, deve-se aplicar as alíquotas de IRPJ e CSLL sobre o lucro. Porém na empresa estudada, o resultado encontrado foi negativo em todos os trimestres. Sendo assim, não gerou valores para IRPJ e CSLL.

Assim como no Lucro Presumido, o PIS, COFINS são apurados mensalmente. A diferença está na não-cumulatividade de PIS/COFINS; nas compras a empresa tem os créditos e na prestação do serviço e nas vendas os débitos. O cálculo do ICMS, ISS e INSS patronal também funcionam da mesma maneira.

Ressalto que, para realizar os cálculos de PIS e COFINS não cumulativos, foram considerados o valor total constante nas fiscais das notas de entrada e saída e não os produtos específicos, visto que a empresa objeto de estudo por ser optante pelo simples nacional, não possui um controle de estoque que permita identificar a tributação do PIS e COFINS por produto. Logo, demonstra-se o quadro com os créditos e débitos de PIS e COFINS não-cumulativo:

Tabela 14 - Cálculo dos créditos e débitos do PIS não-cumulativos em 2020

APURAÇÃO DE PIS NÃO CUMULATIVO ANO DE 2020						
	ENTRADAS		SAÍDAS		SALDO DO PERÍODO	PIS A PAGAR
	Base de Cálculo	Crédito PIS	Base de Cálculo	Débito PIS		
Janeiro	108.327,81	1.787,41	122.634,82	2.023,47	236,07	236,07
Fevereiro	109.150,60	1.800,98	101.997,64	1.682,96	-118,02	
Março	91.867,82	1.515,82	79.672,40	1.314,59	-201,22	
Abril	16.814,72	277,44	118.583,01	1.956,62	1.679,18	1.359,93
Mai	57.943,90	956,07	197.317,21	3.255,73	2.299,66	2.299,66
Junho	118.015,60	1.947,26	164.462,44	2.713,63	766,37	766,37
Julho	154.145,54	2.543,40	144.619,92	2.386,23	-157,17	
Agosto	115.145,44	1.899,90	180.072,48	2.971,20	1.071,30	914,12
Setembro	126.147,62	2.081,44	115.671,75	1.908,58	-172,85	
Outubro	156.464,90	2.581,67	144.724,15	2.387,95	-193,72	
Novembro	150.240,90	2.478,97	197.080,49	3.251,83	772,85	406,28
Dezembro	202.247,99	3.337,09	299.356,07	4.939,38	1.602,28	1.602,28
TOTAL	1.406.512,84	23.207,46	1.866.192,38	30.792,17	7.584,71	7.584,71

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Tabela 15 - Cálculo dos créditos e débitos de COFINS não cumulativos em 2020

APURAÇÃO DA COFINS NÃO CUMULATIVA - ANO DE 2020						
	ENTRADAS		SAÍDAS/SERVIÇOS		SALDO DO PERÍODO	COFINS A PAGAR
	Base de Cálculo	Crédito COFINS	Base de Cálculo	Débito COFINS		
Janeiro	108.327,81	8.232,91	122.634,82	9.320,25	1.087,33	1.087,33
Fevereiro	109.150,60	8.295,45	101.997,64	7.751,82	-543,62	
Março	91.867,82	6.981,95	79.672,40	6.055,10	-926,85	
Abril	16.814,72	1.277,92	118.583,01	9.012,31	7.734,39	6.263,91
Mai	57.943,90	4.403,74	197.317,21	14.996,11	10.592,37	10.592,37
Junho	118.015,60	8.969,19	164.462,44	12.499,15	3.529,96	3.529,96
Julho	154.145,54	11.715,06	144.619,92	10.991,11	-723,95	
Agosto	115.145,44	8.751,05	180.072,48	13.685,51	4.934,46	4.210,51
Setembro	126.147,62	9.587,22	115.671,75	8.791,05	-796,17	
Outubro	156.464,90	11.891,33	144.724,15	10.999,04	-892,30	
Novembro	150.240,90	11.418,31	197.080,49	14.978,12	3.559,81	1.871,35
Dezembro	202.247,99	15.370,85	299.356,07	22.751,06	7.380,21	7.380,21
TOTAL	1.406.512,84	106.894,98	1.866.192,38	141.830,62	34.935,65	34.935,65

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Para apurar os valores de PIS e COFINS pelo lucro real, estes tributos passam a ser não cumulativos, ou seja, devem ser apurados os créditos pelas entradas e os débitos pelas saídas. Para encontrar o valor do PIS de janeiro de 2020, é necessário somar o total das entradas com direito a crédito (R\$ 108.327,81 - cento e oito mil, trezentos e vinte e sete reais e oitenta e um centavos), multiplicar pelo percentual do crédito permitido que é de 1,65% para o PIS e encontrar o total dos créditos no mês (R\$ 1.787,41 - mil, setecentos e oitenta e sete reais e quarenta e um centavos). O mesmo processo é utilizado para encontrar o valor dos débitos de

PIS, soma-se o total das operações de saídas tributadas no mês (R\$ 122.634,82 - cento e vinte e dois mil, seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos), multiplicar pelo percentual de 1,65% para o PIS, resultando no valor total dos débitos do mês (R\$ 2.023,47 - dois mil e vinte e três reais e quarenta e sete centavos). Após encontrar o total dos créditos e dos débitos, confrontam-se os valores para apurar o saldo do período, sendo ele devedor procede-se com o recolhimento, caso seja credor, o saldo pode ser aproveitado para os períodos seguintes. Em janeiro o resultado entre os débitos e os créditos foi de R\$ 236,07 (duzentos e trinta e seis reais e sete centavos) a pagar.

Para apurar o COFINS de janeiro, vai ser utilizada a mesma sistemática que é utilizada para o PIS, observando apenas a diferença entre as alíquotas, que neste caso para o COFINS é de 7,6%. Sendo assim, temos a mesma base de cálculo tanto nas entradas quanto nas saídas em janeiro para o COFINS, que aplicando as formulas encontra-se o valor de R\$ 1.087,33 (mil e oitenta e sete reais e trinta e três centavos) a recolher em janeiro.

Observando a tabela a seguir, a apuração pelo Lucro Real Trimestral também não se mostrou como uma forma vantajosa para empresa apurar seus tributos federais, visto que o Simples Nacional deu um resultado bastante inferior ao alcançado pelo Lucro Real Trimestral.

Tabela 16 - Resumo dos tributos apurados pelo Lucro Real Trimestral em 2020

RESUMO DOS TRIBUTOS - LUCRO REAL TRIMESTRAL - 2020	
PIS	R\$ 7.584,71
COFINS	R\$ 34.935,65
INSS	R\$ 33.373,27
FGTS	R\$ 9.389,04
CSLL	R\$ 0,00
IRPJ	R\$ 0,00
ICMS	R\$ 249.734,90
ISS	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 335.017,57

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Como o exposto na tabela 16, caso a empresa optasse por tributar no lucro real trimestral os valores totais a recolher seriam de R\$ 335.017,57 (trezentos e trinta e cinco mil, dezessete reais e cinquenta e sete centavos).

4.2.5.2 Apuração lucro real anual

As pessoas jurídicas que optarem pelo regime de tributação com base no lucro real anual tem a opção pelo pagamento do imposto em bases estimadas mensais, apurando o lucro real anualmente, ou a possibilidade de suspensão ou redução do imposto com base em balanços ou balancetes periódicos.

Lucro Real por estimativa mensal utiliza-se dos mesmos percentuais de presunção e da aplicação das alíquotas do lucro presumido, no entanto, no final do ano, a empresa deverá levantar um balanço anual e apurar o Lucro Real do exercício, apurando também o valor real a ser pago do IRPJ e da CSLL.

A seguir, apresenta-se esta forma de tributação na empresa analisada:

Tabela 17 - Cálculo do Lucro real por estimativa de Janeiro a Junho de 2020

Receita Bruta auferida	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Receita Bruta Revenda de Mercadorias	122.634,82	101.997,64	79.672,40	118.583,01	197.317,21	164.462,44
Receita Bruta Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base de Cálculo IR 8%	9.810,79	8.159,81	6.373,79	9.486,64	15.785,38	13.157,00
Base de Cálculo IR 32%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma das bases	9.810,79	8.159,81	6.373,79	9.486,64	15.785,38	13.157,00
IRPJ a pagar 15%	1.471,62	1.223,97	956,07	1.423,00	2.367,81	1.973,55
Base de Cálculo CSLL 12%	14.716,18	12.239,72	9.560,69	14.229,96	23.678,07	19.735,49
Base de Cálculo CSLL 32%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma das bases	14.716,18	12.239,72	9.560,69	14.229,96	23.678,07	19.735,49
CSLL a pagar 9%	1.324,46	1.101,57	860,46	1.280,70	2.131,03	1.776,19

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Tabela 18 - Cálculo do Lucro real por estimativa de Julho a Dezembro de 2020

Receita Bruta auferida	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Receita Bruta Revenda de Mercadorias	144.619,92	180.072,48	115.671,75	144.724,15	197.080,49	299.356,07
Receita Bruta Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base de Cálculo IR 8%	11.569,59	14.405,80	9.253,74	11.577,93	15.766,44	23.948,49
Base de Cálculo IR 32%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma das bases	11.569,59	14.405,80	9.253,74	11.577,93	15.766,44	23.948,49
IRPJ a pagar 15%	1.735,44	2.160,87	1.388,06	1.736,69	2.364,97	3.592,27
Base de Cálculo CSLL 12%	17.354,39	21.608,70	13.880,61	17.366,90	23.649,66	35.922,73
Base de Cálculo CSLL 32%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma das bases	17.354,39	21.608,70	13.880,61	17.366,90	23.649,66	35.922,73
CSLL a pagar 9%	1.561,90	1.944,78	1.249,25	1.563,02	2.128,47	3.233,05

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Para efeito de cálculos dos recolhimentos com base na estimativa, deve-se utilizar como base a receita bruta mensal, separando as vendas de mercadorias da prestação de serviços, pois são aplicados diferentes percentuais de estimativa. Com isso ao final do ano de 2020 poderia ter sido recolhido por estimativa, R\$ 22.394,31 (vinte e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais e trinta e um centavos) de IRPJ e R\$ 20.154,88 (vinte mil, cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) de CSLL.

Para apurar o valor de IRPJ e CSLL no lucro real por estimativa de janeiro, deve-se utilizar as receitas brutas do mês (R\$ 122.634,82 – cento e vinte e dois mil, seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos) e aplicar a mesma presunção que foi utilizada para o lucro presumido, sendo 8% de IRPJ e 12% para a CSLL, após encontrar o valor da base de cálculo deve-se aplicar as alíquotas de 15% para IRPJ e 9% para CSLL resultando assim no valor de R\$ 1.471,62 (mil quatrocentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos) para IRPJ e R\$ 1.324,46 (mil, trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e seis centavos) de CSLL. Para os meses seguintes deve-se utilizar a mesma sistemática.

A seguir, a tabela 19, apresenta o resumo dos tributos apurados no Lucro Real por estimativa:

Tabela 19 - Resumo dos tributos apurados pelo Lucro Real por estimativa em 2020

RESUMO DOS TRIBUTOS - LUCRO REAL - 2020	
PIS	R\$ 7.584,71
COFINS	R\$ 34.935,65
INSS	R\$ 33.373,27
FGTS	R\$ 9.389,07
CSLL	R\$ 20.154,88
IRPJ	R\$ 22.394,31
ICMS	R\$ 249.734,90
ISS	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 377.566,75

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Como o exposto na tabela 19, caso a empresa optasse por tributar no lucro real por estimativa os valores totais a recolher seriam de R\$ 377.566,75 (trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos).

Como visto no embasamento teórico, pode-se suspender ou reduzir o recolhimento do tributo mensal, por meio de balanços ou balancetes de suspensão ou redução.

A opção de utilizar o balanço ou balancete de suspensão ou redução aplica-se em qualquer mês em que a empresa desejar suspender ou reduzir o pagamento do imposto mensal. A seguir, verifica-se o cálculo do balancete acumulado:

Tabela 20 - Balancete acumulado Janeiro à Junho de 2020

Período	Janeiro	Janeiro a Fevereiro	Janeiro a Março	Janeiro a Abril	Janeiro a Maio	Janeiro a Junho
(+) RECEITA BRUTA	122.634,82	224.632,46	304.304,86	422.887,87	620.205,08	784.667,52
(=) Receita de Revenda de Mercadorias	122.634,82	224.632,46	304.304,86	422.887,87	620.205,08	784.667,52
(=) Receita de Serviços Prestados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) D E D U Ç Õ E S	33.895,67	62.034,28	84.022,02	116.083,64	170.921,54	215.966,73
(-) PIS	2.023,47	3.706,44	5.021,03	6.977,65	10.233,38	12.947,01
(-) COFINS	9.320,25	17.072,07	23.127,17	32.139,48	47.135,59	59.634,73
(-) ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) ICMS	22.551,95	41.255,77	55.873,82	76.966,51	113.552,57	143.384,98
(=) RECEITA LÍQUIDA	88.739,15	162.598,18	220.282,84	306.804,23	449.283,54	568.700,79
(-) CMV	87.596,30	160.451,76	217.360,62	302.062,77	443.003,63	560.476,80
(=) LUCRO BRUTO	1.142,85	2.146,42	2.922,22	4.741,46	6.279,91	8.223,99
(-) Despesas com Vendas	5.877,62	18.081,28	28.574,95	36.150,82	47.309,99	86.283,95
(-) Despesas Operacionais	21.950,97	51.298,15	76.762,77	101.693,84	129.413,86	164.645,47
(-) Despesas Financeiras	801,46	1.564,44	2.334,16	2.543,58	2.753,02	3.578,73
(+) Receitas Operacionais	100,00	100,00	124,00	136,00	136,00	136,00
(+) Receitas Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,04
(=) LUCRO ANTES DO IRPJ E CSLL	-27.387,20	-68.697,45	-104.625,66	-135.510,78	-173.060,95	246.148,12
(-) CSLL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) IRPJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Adicional de IRPJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(=) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-27.387,20	-68.697,45	-104.625,66	-135.510,78	-173.060,95	246.148,12

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Tabela 21 - Balancete acumulado Julho à Dezembro de 2020

Período	Janeiro a Julho	Janeiro a Agosto	Janeiro a Setembro	Janeiro a Outubro	Janeiro a Novembro	Janeiro a Dezembro
(+) RECEITA BRUTA	929.287,44	1.109.359,92	1.225.031,67	1.369.755,82	1.566.836,31	1.866.192,38
(=) Receita de Revenda de Mercadorias	929.287,44	1.109.359,92	1.225.031,67	1.369.755,82	1.566.836,31	1.866.192,38
(=) Receita de Serviços Prestados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES	257.127,03	306.595,59	338.724,71	379.835,58	433.719,66	516.270,70
(-) PIS	15.333,24	18.304,44	20.213,02	22.600,97	25.852,80	30.792,17
(-) COFINS	70.625,85	84.311,35	93.102,41	104.101,44	119.079,56	141.830,62
(-) ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) ICMS	171.167,94	203.979,80	225.409,28	253.133,17	288.787,30	343.647,90
(=) RECEITA LÍQUIDA	672.160,41	802.764,33	886.306,96	989.920,24	1.133.116,65	1.349.921,68
(-) CMV	663.776,74	792.399,94	875.022,62	978.397,01	1.119.168,79	1.332.994,55
(=) LUCRO BRUTO	8.383,67	10.364,39	11.284,34	11.523,23	13.947,86	16.927,13
(-) Despesas com Vendas	107.693,45	145.431,37	167.447,45	190.247,29	208.213,07	232.813,82
(-) Despesas Operacionais	196.852,02	225.104,68	252.580,31	279.859,25	316.453,34	377.672,14
(-) Despesas Financeiras	4.334,56	5.623,87	5.836,72	6.035,72	6.211,49	6.467,09
(+) Receitas Operacionais	182,91	182,91	186,11	614,01	614,01	34.614,01
(+) Receitas Financeiras	0,04	0,04	0,07	1,95	230,19	293,06
(=) LUCRO ANTES DO IRPJ E CSLL	-300.313,41	-365.612,58	-414.393,96	-464.003,07	-516.085,84	565.118,85
(-) CSLL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
(-) IRPJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Adicional de IRPJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(=) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-300.313,41	-365.612,58	-414.393,96	-464.003,07	-516.085,84	565.118,85

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Para fazer a apuração no lucro real por balanço ou balancetes de suspensão ou redução deve-se levantar o balancete de forma mensal e realizar a apuração no mês, para encontrar a base de cálculo do IRPJ e CSLL. Para janeiro, conforme a tabela 20, foi encontrado o valor da receita bruta do mês (R\$ 122.634,82 – cento e vinte e dois mil, seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos) e a partir disto, foi descontado as deduções (R\$ 33.895,67 - trinta e três mil, oitocentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos), resultando assim na receita líquida de R\$ 88.739,15 (oitenta e oito mil, setecentos e trinta e nove reais e quinze centavos), a partir deste valor deve-se deduzir o custo das mercadorias vendidas (R\$ 87.596,30 - oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e seis reais e trinta

centavos), resultando assim no valor do lucro bruto. Após encontrar o valor do lucro bruto (R\$ 1.142,85 – um mil, cento e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), deve-se ainda deduzir ou acrescentar as outras despesas e receitas da empresa para encontrar o lucro antes do IRPJ e CSLL (R\$-27.387,20 - vinte e sete mil, trezentos e oitenta e sete reais e vinte centavos). Na sequência deve-se aplicar as alíquotas de IRPJ e CSLL sobre o lucro. Porém na empresa estudada, o resultado encontrado foi negativo em todos os trimestres. Sendo assim, não gerou valores para IRPJ e CSLL.

De acordo com os cálculos demonstrados, a empresa apresentou prejuízos, portanto, caso em 2020 optasse pela forma de tributação por balancete de suspensão ou redução, a empresa não pagaria IRPJ e CSLL.

A seguir na tabela 22, apresenta o resumo dos tributos apurados no Lucro Real por balancete de suspensão ou redução em 2020:

Tabela 22 - Resumo dos tributos apurados pelo Lucro Real por balancete de suspensão ou redução em 2020

RESUMO DOS TRIBUTOS - LUCRO REAL - 2020	
PIS	R\$ 7.584,71
COFINS	R\$ 34.935,65
INSS	R\$ 33.373,27
FGTS	R\$ 9.389,04
CSLL	R\$ 0,00
IRPJ	R\$ 0,00
ICMS	R\$ 249.734,90
ISS	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 335.017,57

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Apurando seus tributos com base no Lucro Real anual, a empresa terá a vantagem de optar pela estimativa mensal ou por balanço ou balancete de suspensão ou redução, em qualquer mês do ano-calendário. A seguir, demonstra-se a alternativa mais viável no Lucro Real para a empresa:

Tabela 23 - Comparativo entre estimativa mensal e balancete de suspensão ou redução 2020

Mês/ano	Estimativa			Balancete		
	IRPJ	CSLL	TOTAL	IRPJ	CSLL	TOTAL
Janeiro	1.471,62	1.324,46	2.796,07	0	0	0
Fevereiro	1.223,97	1.101,57	2.325,55	0	0	0
Março	956,07	860,46	1.816,53	0	0	0
Abril	1.423,00	1.280,70	2.703,69	0	0	0
Mai	2.367,81	2.131,03	4.498,83	0	0	0
Junho	1.973,55	1.776,19	3.749,74	0	0	0
Julho	1.735,44	1.561,90	3.297,33	0	0	0
Agosto	2.160,87	1.944,78	4.105,65	0	0	0
Setembro	1.388,06	1.249,25	2.637,32	0	0	0
Outubro	1.736,69	1.563,02	3.299,71	0	0	0
Novembro	2.364,97	2.128,47	4.493,44	0	0	0
Dezembro	3.592,27	3.233,05	6.825,32	0	0	0

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Nota-se que comparando o lucro real anual por estimativa mensal e o balancete de suspensão e redução, a melhor opção em 2020 seria o balancete de suspensão e redução, pois devido aos prejuízos apresentados no período, não teria IRPJ e CSLL a pagar.

4.2.6 Análise comparativa entre lucro real, lucro presumido e Simples Nacional

Passa-se agora a comparação dos resultados obtidos em cada forma de tributação de âmbito feral. Como já fora dito, para o Lucro Arbitrado não foi realizada demonstração de cálculos.

Tabela 24 - Resumo geral dos tributos nas formas de tributação analisadas em 2020

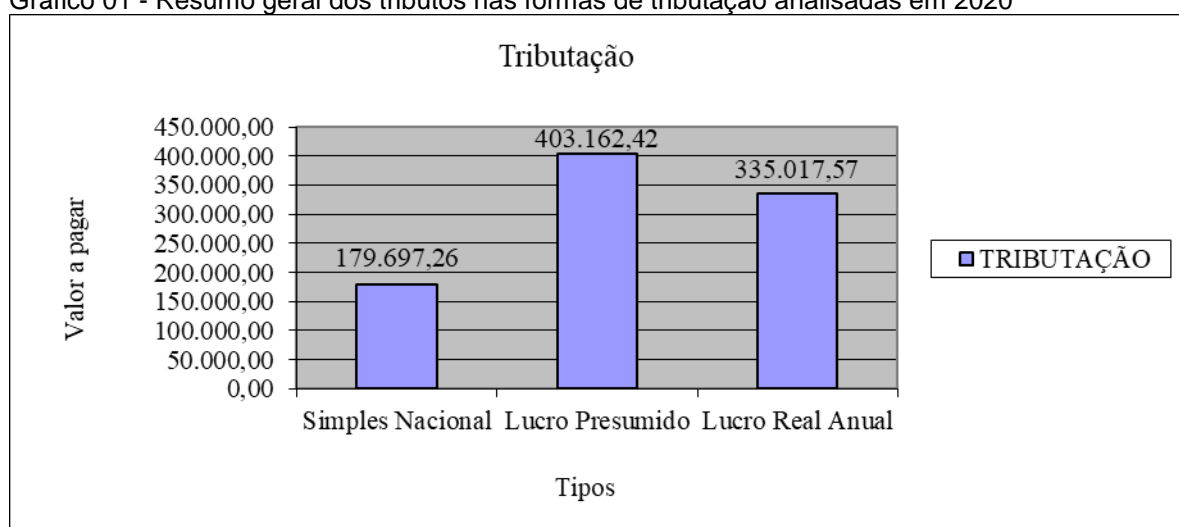
Tributos	Simples Nacional	Lucro Presumido	Lucro Real Trimestral	Lucro Real Anual
Simples Nacional	170.308,22			
ISS		0,00	0,00	0,00
ICMS		249.734,90	249.734,90	249.734,90
PIS		12.130,25	7.584,71	7.584,71
COFINS		55.985,77	34.935,65	34.935,65
INSS		33.373,27	33.373,27	33.373,27
FGTS	9.389,04	9.389,04	9.389,04	9.389,04
CSLL		20.154,88	0,00	R\$ 0,00
IRPJ		22.394,31	0,00	R\$ 0,00
TOTAL	179.697,26	403.162,42	335.017,57	335.017,57

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

A forma de tributação menos onerada para a empresa face às atividades por ela desenvolvidas é o Simples Nacional. Observa-se no quadro acima, as diferenças entre os valores apurados por cada forma de tributação. Pode-se verificar que o fator que mais influenciou nesta comparação foi o valor do ICMS, que adicionado à forma de tributação do Lucro Presumido e Lucro Real, tornou estes mais onerosos em relação ao Simples Nacional.

Verifica-se de forma mais clara, por meio do gráfico seguir, as diferenças entre cada forma de tributação:

Gráfico 01 - Resumo geral dos tributos nas formas de tributação analisadas em 2020



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

O gráfico 01 demonstra de forma bem objetiva a diferença dos tributos a serem recolhidos conforme cada regime tributário. É possível identificar que o simples nacional é o que apresenta o regime mais benéfico para a empresa, diferença essa que é representada principalmente pelos valores de ICMS, como já analisado anteriormente.

4.3 VISÃO SISTEMICA APLICADA AO CASO

A cada ano o mercado brasileiro tem tornado a competitividade entre as empresas maior e com o aumento da concorrência entre elas, o contador está sendo cada vez mais requisitado por elas, uma vez que o profissional contábil tem papel fundamental no auxílio do administrador, analisando os fatos econômico-financeiros, gerando relatórios e informações úteis para o processo de tomada de decisão.

A contabilidade possui vários métodos que auxiliam as entidades a assegurar a sustentabilidade e posicionamento no mercado. Dentre os maiores desafios enfrentados pelas empresas, está a carga tributária elevada do Brasil, que deve ser cuidadosamente observada por um profissional da contabilidade a fim de gerar as informações para maximizar os resultados reduzindo a carga tributária.

A contabilidade tributária, é o ramo da contabilidade que é responsável pelo estudo, gestão e contabilização dos tributos incidentes no processo operacional da empresa, tendo o planejamento tributário como ferramenta, que possibilita uma análise das operações realizadas pelas entidades a fim de identificar a melhor forma de tributação, visto que os tributos representam grande parte dos custos e despesas do negócio.

Percebe-se a relação do tema deste trabalho com a contabilidade, uma vez o planejamento tributária ajuda os gestores na redução dos gastos com tributos e essa é uma grande preocupação na busca pela competitividade, visto que uma gestão tributária adequada pode evitar que a empresa tenha gastos desnecessários e cabe encerrando suas atividades prematuramente.

Nesse contexto, explorou-se o tema planejamento tributário, com o intuito de identificar o melhor regime tributário, objetivando a redução de tributos dentro da legalidade e conseqüentemente gerar lucro para a empresa objeto de estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas buscam no Planejamento Tributário, as informações necessárias para auxiliá-las nas tomadas de decisões. A elaboração e a implementação deste planejamento por pessoas capacitadas, proporcionam informações que amenizam a principal ameaça da empresa, que é o custo tributário, garantindo uma correta gestão destes, além do desenvolvimento econômico da empresa.

Diante da complexa realidade tributária brasileira, verificou-se a necessidade da implantação de um Planejamento Tributário, para que não ocorra uma surpresa futura, mesmo que o crescimento proporcione um custo tributário que sufoque o resultado final da empresa, levando ao caminho que muitos empresários utilizam quando atingem este ponto: o caminho da evasão fiscal. Esse é um caminho que traz muitos riscos e, que pode trazer um triste final para um empreendimento.

Este artigo tem como pergunta de pesquisa: qual a melhor forma de tributação para uma empresa de comércio varejista de artigos esportivos? Para responder à pergunta em questão foi necessário determinar o objetivo geral e os específicos. Objetivos estes apresentados no decorrer deste estudo de caso, afim de apresentar os resultados esperados.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar a melhor forma de tributação para uma empresa de comércio varejista de artigos esportivos. Sendo esse objetivo alcançado através dos cálculos realizados para compara os regimes tributários legais do país.

Para atender o objetivo geral, foi necessário explorar os objetivos específicos, sendo o primeiro: evidenciar a importância do planejamento tributário, sendo assim, foi necessário conhecer e identificar os conceitos e definições do planejamento tributário para que a empresa possa saber quais informações são necessárias e relevantes na coleta de dados e ter como base as informações para montar o planejamento tributário.

No segundo momento, para atender ao segundo objetivo específico, que era demonstrar as formas de tributação existentes na legislação vigente brasileira; foi necessário apresentar estes regimes tributários, sendo eles: o Simples Nacional, Lucro Presumido, Lucro Real e o Lucro Arbitrado.

Para o terceiro objetivo específico, que pretendia coletar documentos e relatórios contábeis necessários à realização do planejamento tributário, este foi atendido a partir do momento em que se buscou os relatórios e as demonstrações contábeis de 2019 e 2020, como o faturamento de 2019 e 2020, o balanço patrimonial e a demonstração de resultado.

Por último, para atender ao quarto e último objetivo específico que era de determinar qual a melhor forma de tributação para a empresa em questão, foi realizado os cálculos e comparado os resultados, sendo assim foi identificado o Simples Nacional como o melhor regime de tributação para a empresa no momento, uma vez que o Lucro Presumido e o Lucro Real ficaram visivelmente com a carga tributária mais elevada.

O estudo tributário mostrou para a empresa quais os caminhos que ela deve trilhar, no futuro, para uma eficaz gestão, possibilitando a mesma, criar condições para que os seus objetivos possam ser atingidos, trazendo como consequência o sucesso econômico.

Este trabalho proporcionou ao autor, uma grande evolução acadêmica, pois, assim se teve a oportunidade de testar parte dos conhecimentos obtidos durante a vida acadêmica, além de buscar mais informações e ir se familiarizando um pouco mais com a profissão, conhecendo as responsabilidades, direitos e deveres.

O estudo tornou-se possível graças à administração da empresa, juntamente com o escritório de contabilidade, que disponibilizaram documentos e forneceram todos os dados, informações necessárias para realizar este trabalho.

Ao final das análises e prognósticos, reforça-se o achado da pesquisa em que observou-se, que a empresa está sendo tributada pela forma menos onerosa, pois apura seus tributos pelo Simples Nacional, sendo tributada no anexo I.

Por meio dos resultados obtidos nesta pesquisa, recomenda-se que o empresário dê continuidade, a essa forma de tributação para a empresa no momento, que é o Simples Nacional.

Cabe ressaltar que a pesquisa foi desenvolvida apenas com base no ano de 2020, portanto, sugere-se que a empresa dê continuidade ao estudo, realizando anualmente uma avaliação da tributação aplicada, comparando com as outras formas de tributação, de modo a identificar se continua com a forma menos onerosa.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aildin Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Lei Nº 12.973 de 13 de Maio de 2014**. Brasília, 13 de maio de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12973.htm. Acesso em: 17 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.249 de 26 de Dezembro de 1995**. Brasília, 26 dez. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9249.htm. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.718 de 27 de Novembro de 1998**. Brasil, 27 nov. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9718compilada.htm. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006**. Brasil, 14 dez. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 01 mar. 2021.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CURSO prático – IRPJ – vol. I. Rio de Janeiro: COAD, 2013.

CURSO prático – IRPJ – vol. II. Rio de Janeiro: COAD, 2013.

CURSO prático – IRPJ – vol. XI. Rio de Janeiro: COAD, 2013.

FABRETTI, Laudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária e societária para advogados**. São Paulo: Atlas 2008.

FABRETTI, Laudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Celso; HIGUCHI, Fábio Hiroshi. **Imposto de renda da empresas: interpretação e prática**. 34. ed. São Paulo: Ed. Do Autor, 2009.

HULK, Hermes Marcelo. **Evasão e elisão: rotas nacionais e internacionais**. São Paulo: Saraiva, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria, **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MOTTA, Alexandre. **O TCC e o fazer científico: da elaboração à defesa pública**. Tubarão: Copiart, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, Luís Martins de *et al.* **Manual de contabilidade tributária**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PRODANOV, Ermani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REZENDE, Amaury José; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, Roberta Carvalho de. **Contabilidade tributária: entendendo a lógica dos tributos**. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

SANTOS, Cleônimo dos. **Como calcular e recolher PIS/PASEP e COFINS**. 5. ed. São Paulo. IOB, 2008.

SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Lourivaldo Lopes Da. **Contabilidade geral e tributária**. 5. ed. São Paulo: IOB, 2009.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Lucro real**. 6. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Lucro presumido**. 12. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

ASPECTOS CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA DE CRÉDITO CRESOL JAGUARUNA- SC

Rodrigo Machado¹

Marcionei Machado²

Maria Aparecida Cardozo³

Edilson Citadin Rabelo⁴

Resumo: Na capacidade de unir pessoas com objetivos comuns e com as mesmas dificuldades, onde cada membro contribui com uma parcela de esforço, o Cooperativismo procura melhorar as condições econômicas e sociais das pessoas que fazem parte dessa sociedade. As Cooperativas de Crédito se desenvolvem através da associação de pessoas que buscam administrar as suas finanças com vantagens melhores do que os bancos comuns. A evolução do mercado agrícola em virtude da grande demanda, gera a abertura de novos agricultores constantemente, buscando o empreendedorismo e, sendo assim, causando a busca das instituições financeiras. As Cooperativas de Crédito vêm se destacando cada vez mais no sistema financeiro nacional. Portanto, a pergunta de pesquisa é: Quais os principais aspectos contábeis de uma cooperativa? O estudo tem como objetivo geral apresentar os principais aspectos contábeis da cooperativa de crédito Cresol Jaguaruna. Para atender ao objetivo geral, são objetivos específicos: apresentar o resumo das principais práticas contábeis à luz da legislação para cooperativas; levantar as demonstrações contábeis da Cresol Jaguaruna dos exercícios 2019 e 2020; coletar as informações das operações de crédito realizadas nos anos 2019 e 2020; identificar a forma de distribuição do Patrimônio Líquido. A metodologia utilizada trata-se de uma pesquisa exploratória. Sendo um estudo prático e teórico, pois os aspectos teóricos são caracterizados pela busca de conceitos e de teorias em livros e artigos científicos que tratam do tema, já o aspecto prático, o estudo foca em único objeto, a Cresol Jaguaruna. Também é uma pesquisa dedutiva, que tem como fundamento a dedução é a relação lógica que se constitui entre as propostas. Foram realizadas pesquisas bibliográficas para definição dos conceitos utilizados para auxiliar a pesquisa. No estudo realizado notou-se que os principais aspectos contábeis de uma cooperativa envolvem as demonstrações contábeis, onde pode se observar as movimentações financeiras, junto a elas, estão às operações de crédito, sendo a principal fonte de recursos da cooperativa, e os ganhos aos juros do capital referente aos empréstimos, de certa forma retorna aos cooperados, considerando que as cooperativas não visam lucro.

Palavras-chave: Cooperativismo. Demonstrações contábeis. Cooperativa de crédito. Aspectos contábeis. Cresol.

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

³ Orientadora e Professora do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

⁴ Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

1 INTRODUÇÃO

O Cooperativismo baseia-se na capacidade de unir pessoas com objetivos comuns e com as mesmas dificuldades, onde cada membro contribui com uma parcela de esforço, procurando melhorar as condições econômicas e sociais das pessoas que fazem parte dessa sociedade. Para Buttenbender (2011), o cooperativismo é um método econômico que norteiam as organizações cooperativas e seus trabalhos de produção e distribuição, com intuito de atingir o desenvolvimento econômico e social.

As Cooperativas de Crédito ou Cooperativa Financeira se desenvolve através da associação de pessoas que buscam administrar as suas finanças com vantagens melhores do que os bancos comuns. Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços, tendo o poder igual de voto independentemente da sua cota de participação no capital social da cooperativa.

A evolução do mercado agrícola em virtude da grande demanda, gera a abertura de novos agricultores constantemente, buscando o empreendedorismo e, sendo assim, causando a busca das instituições financeiras. As cooperativas de crédito vêm se destacando cada vez mais no sistema financeiro nacional.

Neste sentido, o estudo deste artigo é importante, pois estabelece informações aos associados para melhor entendimento e planejamentos, assim se tornando essencial. Portanto, a pergunta de pesquisa consiste em: Quais os principais aspectos contábeis de uma cooperativa?

Logo, para responder à pergunta de pesquisa tem-se como objetivo geral apresentar os principais aspectos contábeis da cooperativa de crédito Cresol Jaguaruna.

Para atender ao objetivo geral, têm-se como objetivos específicos: (I) Apresentar o resumo das principais práticas contábeis à luz da legislação para cooperativas; (II) levantar as demonstrações contábeis da Cresol Jaguaruna dos exercícios 2019 e 2020; (III) coletar as informações das operações de crédito realizadas nos anos 2019 e 2020; (IV) identificar a forma de distribuição do Patrimônio Líquido.

O trabalho justifica-se diante da importância da contabilidade em cooperativas de crédito, análise das medidas econômico-financeiras como ferramentas utilizadas

para auxiliar à tomada de decisões, tornando possível fazer projeções e estimativas sobre a evolução das empresas empregando como base os elementos obtidos na análise dos números, as cooperativas planejam suas ações para assegurar que o futuro lhes seja promissor. Desta forma, conseguem controlar e realizar suas ações com excelência, tendo em vista um futuro abrangente. Os resultados alcançados se delimitam a Cresol Jaguaruna, objeto desse estudo considerando análise dos dados dos exercícios 2019 e 2020.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta a introdução, os objetivos gerais e específicos que conduzem o estudo, e a importância deste artigo para as partes envolvidas. O segundo capítulo apresenta o embasamento teórico com os temas: cooperativismo, principais tipos de cooperativas, lei federal nº 5.764 de 1971 e cooperativa de crédito. O terceiro capítulo apresenta os métodos e técnicas da pesquisa utilizadas durante a realização do estudo. No quarto capítulo está uma breve apresentação da empresa, a análise e discussão dos resultados que contém: práticas contábeis nas cooperativas, demonstrações financeiras, informações sobre operações de créditos, distribuição do patrimônio líquido e também a visão sistêmica aplicada ao caso. Por fim, o quinto capítulo trata das considerações finais do estudo.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Esta seção trata do embasamento teórico que norteia a pesquisa, apresentando-se da seguinte forma: cooperativismo, principais tipos de cooperativas, lei federal nº 5.764 de 1971 e cooperativa de crédito.

2.1 COOPERATIVISMO

Santos, Gouveia e Vieira (2008), afirmam que o cooperativismo se inicia através do movimento dos Pioneiros de Rochdale, por vários precursores. Em Rochdale, Manchester, na Inglaterra, em 1844, quando 28 tecelões (27 homens e 1 mulher), começaram a se unir no intuito de organizarem e articularem mudanças de forma consciente e ordenada, que garantissem uma vida mais digna a todos os membros, fundaram então a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, com investimento mensal de uma libra, a qual economizaram durante um ano. Esses

tecelões procuravam alternativas econômicas para adentrarem fortemente no mercado, pois, sofriam exploração sob o sistema capitalista.

Como se sentiam explorados pelos donos dos meios de produção e dos donos dos grandes armazéns, concluíram que a tendência da miséria experimentada seria crescente ao longo dos anos e que algo teria que ser feito. Assim sendo, formularam um projeto, o qual era visto como uma reação pacífica e organizada à opressão dos agentes econômicos e políticos da época. (MENEZES, 2004). Sem intenção, os Pioneiros de Rochdale, acabaram por formular a variedade de cooperativas hoje existentes e o planejamento de sistemas de poupança interna para financiar os projetos cooperativos.

No Brasil, a cultura da cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa, estimulada por funcionários públicos, militares, profissionais liberais, operários e imigrantes europeus. Oficialmente, o movimento teve início em 1889, em Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, cujo foco era o consumo de produtos agrícolas (OCB, 2004). Depois dela, surgiram outras cooperativas em Minas Gerais e também nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Para Pereira (1993), o cooperativismo originou-se de um conflito social constituído pelo capitalismo, e não da ideologia capitalista, sendo que as ideias cooperativistas foram motivadoras pela corrente liberal. Baseia-se na capacidade de unir pessoas com objetivos comuns e com as mesmas dificuldades, onde cada membro contribui com uma parcela de esforço, procurando melhorar as condições econômicas e sociais das pessoas que fazem parte dessa sociedade. Uma cooperativa prevê um vínculo mediante o qual os patrocinadores protegem-se mutuamente com eficiência em bens e serviços de qualidade, e seus membros individuais têm a oportunidade de conhecer na prática as virtudes da ação conjunta, e de conhecer, compreender e aceitar as responsabilidades de uma “Sociedade Democrática”. Para cumprir estas responsabilidades, é necessário obedecer aos princípios cooperativos (BENATO, 1994).

Santos, Gouveia e Vieira (2008), abordam os princípios que hoje norteiam o cooperativismo, são eles: adesão voluntária e livre, gestão democrática e livre, participação econômica dos associados, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação, interesse pela comunidade. Os princípios cooperativos manifestam o sentimento social do sistema, através da democracia,

onde os associados são os dirigentes, recebem os excedentes da cooperativa de forma proporcional às suas operações, visam o capital como mero instrumento e não como fator determinante, não perseguem lucros e acima de tudo visam o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ser humano. De acordo com Meinen (2012), o cooperativismo é uma atividade socioeconômica baseada em valores e princípios, com a finalidade de conceber uma vida melhor para as centenas de pessoas que existem ao redor do mundo.

2.2 PRINCIPAIS TIPOS DE COOPERATIVAS

Como descrito pela Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (2004), desde 1993 o quadro da nomenclatura do Sistema Cooperativo Brasileiro apresentava no total treze ramos do cooperativismo, até o ano de 2019. Em 2020, após um processo democrático e uma avaliação minuciosa dos benefícios para as cooperativas, passou para uma estrutura de sete ramos. Essa modernização vem para garantir que o Sistema OCB fique ainda mais próximo da realidade das cooperativas, gerando cada vez mais impactos positivos tanto para as pessoas, quanto para o negócio, grande movimento de fortalecimento da economia brasileira (OCB, 2020). Apesar das diferenças, para todos os ramos são aplicados os princípios e valores do cooperativismo. Alguns ramos se uniram, outros foram resinificados, são eles: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; trabalho produção de bens e serviços, tendo como principais as Cooperativas Agropecuárias, Cooperativas de Infraestrutura e Cooperativas de Saúde.

2.2.1 Cooperativas agropecuárias

As Cooperativas Agropecuárias, são compostas por produtores rurais ou agropastoris e de pesca, tem como objetivo principal ajudar seus associados a comercializar da melhor forma possível as suas produções, com isso conseguindo bons compradores e preços para os produtos agropecuários. Santos, Gouveia e Vieira (2008), relatam que as cooperativas agropecuárias cuidam a maior parte de toda a cadeia produtiva, no início do preparo da terra até a industrialização e comercialização dos produtos. Sem as cooperativas muitos produtores não teriam tido acesso aos financiamentos e, posteriormente desenvolvimento tecnológico pela

falta de condições operacionais (BENETTI, 1982).

Enquanto um negócio tradicional visa fortemente o lucro, a cooperativa agropecuária tem como função aumentar a exposição do produtor rural e também de ajudar o grupo a se sair melhor no mercado. Conforme OCB (2020), o campo brasileiro é protagonista na produção de alimentos e na geração de trabalho e renda no país, as cooperativas têm conseguido fortes investimentos no aumento e na modernização das técnicas de plantio, comercialização e agroindustrialização das principais matérias-primas e fibras produzidas no Brasil. Com isso, colaboram ativamente para o desenvolvimento não apenas do agronegócio, mas da economia brasileira.

2.2.2 Cooperativas de infraestrutura

As Cooperativas de Infraestrutura têm como finalidade atender direta ou indiretamente os associados com serviços essenciais de infraestrutura, limpeza pública, saneamento, segurança, telefonia, energia elétrica. Santos, Gouveia e Vieira (2008), afirmam que as cooperativas de eletrificação rural são a maioria, e geralmente são repassadoras de energia ou já passaram a gerar energia própria. Inúmeras cidades brasileiras onde as franquias tradicionais de energia elétrica não atuam diretamente, por estarem fora dos grandes centros urbanos, foram as cooperativas de infraestrutura responsáveis por levar a luz à população, que permitiram a troca de lâmpões e lamparinas pela eletricidade (OCB, 2020). E essas cooperativas deixam de ser apenas distribuidoras para serem também grandes geradoras. Assim, o modelo continua em plena expansão. Passa a fazer parte do Ramo Infraestrutura, as cooperativas habitacionais tendo como missão construir e administrar habitacionais para os cooperados, este segmento reúne cooperados para construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais e condomínios, que usam autofinanciamentos ou créditos oficiais.

2.2.3 Cooperativas de Saúde

As Cooperativas de Saúde são formadas por trabalhadores da área da saúde, mais especificamente, os que se dedicam à preservação e recuperação da saúde humana, como por exemplo, os médicos, dentistas, psicólogos, enfermeiros e

profissionais de outras atividades afins. De acordo com os dados da OCB (2020), o cooperativismo de saúde oferece diversas oportunidades no atendimento ao setor público, por meio de parcerias com os governos federal, estadual e municipal. Garantem, assim, atendimento de qualidade nas mais diversas regiões do país. No Brasil lidera o cooperativismo de profissionais de saúde no mundo, contando com 849 cooperativas e 250 mil cooperados, que atendem 24 milhões de pessoas, este levantamento é de 2010. Santos, Gouveia e Vieira (2008) apontam que, tem como a maior experiência cooperativista na área da saúde o sistema Unimed, considerado a maior rede de assistência médica do Brasil.

2.3 LEI FEDERAL Nº 5.764, DE 1971

A Lei Federal nº 5.764, de 1971 é a norma que regulamenta as cooperativas no Brasil, estabelece o modelo e a estrutura das sociedades cooperativas. Conhecida como a Lei das Sociedades Cooperativas, ela está dividida em 18 capítulos e, dentro destes, há uma subdivisão em seções, para melhor definir as normas legais. Têm como características próprias das sociedades cooperativas, conforme o artigo 4, que são: adesão voluntária, ou seja, aberto para todas as pessoas, variabilidade do capital social representado por quotas-partes, limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado que é intransferível, singularidade de voto, é preciso um número mínimo de associados para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral e as sobras líquidas do exercício são divididas proporcionalmente as operações realizadas pelo associado (BRASIL, 1971).

Para Santos, Gouveia e Vieira (2008), além dessas características explícitas das cooperativas, há outras na Lei nº 5.764/71 como: sem objetivo de lucro; sociedade civil; não sujeitas a falência e por fim podem ser responsabilidade limitada ou ilimitada. Wakulicz (2015), relata que a principal característica que aponta as sociedades cooperativas das demais sociedades, é que a cooperativa é uma sociedade de pessoas, é ter o ser humano como componente principal de sua sociedade.

Na Lei 5.764/71 consta ainda, que uma sociedade cooperativa deve-se elaborar os seguintes documentos: livro de matrícula, e nele contendo uma ordem cronológica de admissão dos associados; Atas das Assembleias Gerais; Atas dos

órgãos de administração; Atas do conselho fiscal; Presença dos associados nas Assembleias Gerais; fiscais e contábeis, obrigatórios (BRASIL, 1971).

Para melhor compreensão do fenômeno cooperativista, traz-se a análise o conceito legal de ato cooperativo, expresso no art. 79 da Lei 5.764/71, no qual denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria. Ainda para Wakulicz (2015), a sociedade cooperativa, tem como objetivo gerar ações, viabilizando os negócios, que são de interesse da coletividade, opera de forma que o sócio não só preste um serviço, mas também receba os serviços da cooperativa, caracterizando a dupla qualidade, qual seja, sócio usuário.

2.4 COOPERATIVA DE CRÉDITO

Pagnussatt (2004), afirma que o início da Cooperativa de Crédito no Brasil foi em 1902, no Rio Grande do Sul, através de um grupo de pessoas formado por produtores rurais, liderados pelo padre suíço Teodoro Amstadt, enquanto percorria a região como missionário, também levava a doutrina do cooperativismo. Através desse grupo surgiu a criação de novas cooperativas de crédito, pois os benefícios e os resultados foram favoráveis aos associados e à comunidade.

As Cooperativas de Crédito, se desenvolve por meio da associação de pessoas que buscam administrar as suas finanças com vantagens melhores do que os bancos comuns. Para Santos, Gouveia e Vieira (2008) essas cooperativas se propõem a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus associados. Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços, tendo o poder igual de voto independentemente da sua cota de participação no capital social da cooperativa.

Segundo Schardong (2003), o Cooperativismo de Crédito tem como objetivo agenciar a captação de recursos financeiros para financiar as atividades econômicas dos cooperados, todas as operações feitas pelos associados (empréstimos, aplicações, depósitos e outras) são revertidas em seu benefício através de uma política de preços justos e da distribuição das sobras geradas no exercício. Os

recursos aplicados na cooperativa ficam na própria comunidade, o que contribui para o desenvolvimento das localidades onde está inserida. As cooperativas de crédito vêm se destacando cada vez mais, tendo como principais sistemas SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo), SICOOB (Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil), UNICRED (Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos), CRESOL (Cooperativas de Crédito Rural) e ECOSOL (Cooperativas de Crédito Rural e de Crédito Urbano).

Conforme Fortuna (1999), as cooperativas podem atuar com, depósitos à vista que é uma maneira de captação dinheiro a custo zero, depósito a prazo que devem ser remunerados, também podem oferecer produtos como: cheque especial, talão de cheque, receber pagamento de contas de serviços públicos e folha de pagamento.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Este tópico trata dos métodos e das técnicas utilizados na elaboração da pesquisa. Para tanto, considera-se o enquadramento metodológico e dos respectivos procedimentos para coleta e análise dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Em relação a natureza do objetivo deste estudo, a pesquisa, se enquadra como exploratória. Segundo Gil (2002), tem como objetivo principal, estas pesquisas exploratórias, o desenvolvimento de ideias ou a descoberta de hipóteses.

No que se refere à natureza da pesquisa, trata-se de um estudo prático e teórico. Os aspectos teóricos são caracterizados pela busca de conceitos e de teorias em livros e artigos científicos que tratam do tema. Ainda para Gil (2010), as pesquisas teóricas são consideradas aquelas que possuem o propósito de entender ou investigar estudos e discussões.

De acordo com Cervo e Bervian (2002), uma pesquisa dedutiva tem como fundamento a dedução é a relação lógica que se constitui entre as propostas. Desta forma, este artigo aplica o método dedutivo para apresentar um raciocínio lógico.

No processo de pesquisa em relação à coleta dos dados secundários, utilizaram-se dados a partir da coleta de informações da Cooperativa de Crédito

Cresol Jaguaruna. Para Gil (2006), o pesquisador é o instrumento essencial, e o ambiente natural é a base para a coleta de dados.

No que tange à abordagem da pesquisa, trata-se de um estudo qualitativo, Creswell (2007), destaca que a pesquisa qualitativa tem como ideia principal estabelecer propostas e estudos, por meio de profundidade de análises qualitativas através dos atores envolvidos no fenômeno. Já para Richardson (1999), a virtude da pesquisa qualitativa não está ligada a estrutura da amostra, mas pelo empenho com que o estudo é concretizado.

Quanto ao resultado da pesquisa pode-se afirmar que trata de um estudo aplicado, pois objetiva gerar conhecimento em resposta a solução da pergunta de pesquisa: quais os principais aspectos contábeis de uma cooperativa? Essa categoria de pesquisa aponta abordar suas descobertas a um problema (COLLIS, HUSSEY, 2005).

Os procedimentos técnicos transcorrem pela pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de levantar o conhecimento sobre o tema e um estudo de caso, pois envolve um único objeto de estudo, a Cooperativa de Crédito Cresol Jaguaruna. Cervo e Bervian (2002), afirmam que a pesquisa bibliográfica procura esclarecer um problema a partir de referências teóricas apresentadas em documentos, por meios escritos e eletrônicos. Já a pesquisa documental abrange, explorando as fontes mais variadas (FONSECA, 2002). O estudo de caso permite, conforme Gil (2007) um estudo qualificado sobre objetos, que consegue ser um indivíduo, uma instituição ou um grupo, onde pode ser utilizado nas mais diversas áreas do conhecimento.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para fundamentar o estudo, foram desenvolvidas pesquisas bibliográficas, em livros, revistas, leis, artigos e estudos já elaborados, ou seja, na busca de conhecimento para a elaboração do referencial teórico.

O levantamento dos dados é baseado pelos materiais atribuídos, realizado pela análise de documentos fornecidos diretamente pela cooperativa, por meio de arquivos sobre análise de demonstrações financeiras, fornecido diretamente do sistema em que a instituição dispõe.

A terceira etapa do estudo é o levantamento das práticas contábeis, onde são coletadas dadas das demonstrações financeiras, que despontam as operações de crédito como a principal fonte de recursos, obtendo as sobras, e assim feitas as distribuições do patrimônio líquido conforme os estatutos.

Por fim, evidenciar a relação de todo o material levantado no estudo, com a contabilidade, onde coloca a cooperativa de crédito e os aspectos contábeis lado a lado, para obter-se uma boa gestão e resultado aos associados.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Essa seção trata da caracterização do objeto de estudo, análise e discussão dos resultados e a visão sistêmica aplicada ao caso. Onde os autores cumprem as 312 horas de estágio na mesma instituição. Portanto, para efeito de pesquisa, ou seja, o objeto de estudo é a Cooperativa de Crédito Rural e Economia com Interação Solidária de Jaguaruna – CRESOL.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO⁵

Na década de 90 um grupo de agricultores familiares de Jaguaruna, Sangão, Treze de Maio e Tubarão desafiaram-se em mudar sua situação sócia econômica a partir da sua organização. A Cresol Jaguaruna possui sua origem ligada à organização sindical da Agricultura Familiar. O movimento iniciou com a aprovação de entidades representativas da agricultura familiar da Associação de Municípios da Região de Laguna (AMUREL) que vinham discutindo seus problemas e soluções.

O Programa Terra Solidária, realizado em municípios desta região, aprofundou o debate da realidade rural e mostrou os caminhos a ser seguido pelas lideranças participantes de tal programa que alfabetizava e escolarizava até o final do ensino fundamental, homens e mulheres agricultores familiares. A partir da formação destes grupos na região, foram surgindo diversas entidades e fortalecendo as que já existiam, como grupos de produção orgânica de hortaliças, sindicatos, cooperativas de produção e comercialização e feiras locais.

⁵ Estas informações foram fornecidas pelos gestores da instituição, assim como, retirados do site da Cooperativa de Crédito Rural e Economia com Interação Solidária de Jaguaruna – CRESOL.

Em 2001 com a criação da FETRAF-SUL (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul) filiam-se todos os sindicatos da região sul do Brasil a essa entidade inclusive o regional de Treze de Maio, com nome de SINTRAF (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar). Importante instrumento de organização dos agricultores, o sindicato tem seu papel no debate do alcance das classes menos favorecidas as políticas públicas. A primeira entidade sindical formada por este grupo qualificado através de uma educação calcada nos princípios da educação transformadora proposta por “Paulo Freire”.

O problema central que unia todos era a dificuldade de acessar crédito rural por pequenos produtores agropecuários. Com isto, a luta sindical, que abrangia os municípios de Jaguaruna, Sangão, Tubarão, Treze de Maio foi construir a primeira Cooperativa de Crédito Rural na Região. No ano de 2002 surge, então, a Cresol Jaguaruna, como fruto do trabalho, perseverança e coragem de agricultores familiares, homens e mulheres, entidades de classe da agricultura e pesca familiar que não se acovardaram frente às dificuldades que o Estado Brasileiro na época empunhava aos mais necessitados do campo.

Esta cooperativa de crédito foi criada em 16 de agosto de 2002, com a adesão de 25 agricultores familiares conhecidos atualmente como sócios fundadores, porém o início ao atendimento a seus cooperados foi em 12 de fevereiro de 2003. Atualmente, fica localizada na Avenida Duque de Caxias, 398 – Centro, Jaguaruna, Santa Catarina. Horário de atendimento da cooperativa é das 10h00min até as 15h00min e conta com doze funcionários.

Desde então a Cresol Jaguaruna tem por objetivo atender seus associados por meio da desburocratização do crédito, empréstimos e financiamentos com juros reduzidos, aplicação com rendimento acima da poupança e operações bancárias com poucas taxas ou tarifas. Oferece serviços e produtos de forma clara, sem prejudicar o cooperado. O propósito dos negócios na sociedade cooperativa é proporcionar retornos aos seus associados, otimizando o desenvolvimento econômico social.

A instituição tem como identidade organizacional, visão: ser referência no desenvolvimento local por meio do cooperativismo de crédito solidário, crescendo com foco na agricultura familiar, mantendo diferenciais a partir do princípio da democracia, da profissionalização e do crédito orientado atendendo a todas as necessidades financeiras e de serviços dos associados. Ter um modelo de gestão

eficiente gerando inclusão financeira, resultado aos cooperados e as cooperativas de forma solidária e sustentável.

Missão: Fortalecer e estimular a interação solidária entre agricultores e cooperativas através do crédito orientado e da educação financeira com a construção do conhecimento, visando o desenvolvimento sustentável.

Princípios e Valores: Cooperativismo, Desenvolvimento Sustentável, Transparência, Ética, Solidariedade e Cooperação, Sustentabilidade Institucional, Simplicidade.

A Cooperativa é composta pelos setores: assembleia geral, conselho fiscal, conselho de administração, comitê de crédito, assistente de gestão de cooperativas, operador de caixa, assistente operacional de crédito, assistente operacional de crédito rural, análise de crédito, assistente produtos e serviços, auxiliar administrativo, técnico agrícola, engenheiro agrônomo.

A contabilidade da cooperativa é realizada através da Cresol Central, localizada na Rua Achilles Tomazeli, nº 1310, Santa Maria, na cidade de Chapecó, Santa Catarina, tendo como contadores principais Ronivan Bertotti e Indianara de Castilhos de Souza Paludo.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nessa seção será apresentada a análise e discussão dos resultados da pesquisa, conforme os objetivos específicos designados para este estudo.

4.2.1 Práticas contábeis nas cooperativas

O primeiro objetivo específico é apresentar o resumo das principais práticas contábeis à luz da legislação para cooperativas. Nesse sentido pode-se destacar as normas e legislações que regem as cooperativas, como a Lei 5.764/71, que se encontra no item 2.3 do referencial teórico. No entanto, de forma resumida, pode-se destacar que no item *Demonstração do Resultado* os ingressos e os consumos são reconhecidos pelo regime de competência do exercício. Se comparados às normas contábeis estabelecidas pelo CPC 00, por exemplo, que trata dos princípios da contabilidade, descreve que a demonstração do resultado é a fonte principal de informações sobre o desempenho financeiro da entidade para o período de relatório,

para Gonçalves (2003), sempre que ocorrer uma mudança contábil relativo ao exercício anterior, os mesmos devem ser expressos os valores referente as variações.

Outro ponto a destacar é sobre o *Caixa e Equivalentes de Caixa* observa-se que seguem as regras comuns da contabilidade que compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez. Quanto ao item, *Estimativas Contábeis*, é o valor que se estima para uma determinada situação patrimonial, como exemplo, o valor estimado dos créditos de liquidação duvidosa. Como consta na NBC T 11 a estimativa contábil é uma previsão quanto ao valor de um item que considera as melhores evidências disponíveis, caso não exista forma precisa de quantificação.

No, *Títulos e Valores Mobiliários e Relações Interfinanceiras* sendo classificados segundo a intenção da administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, são atuais pelos rendimentos pactuados até a data do balanço, não superando o valor de mercado. Parte desses títulos garantem operações de repasses de recursos de crédito rural. Já nas *Operações de Créditos*, as pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados, e sendo regulamentada e normatizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) através do Manual de Normas e Instruções.

Imposto de Renda e Contribuição Social são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda. Após a Lei 6.404/76 alterada e revogada pela Lei 11.638/07 as *Demonstração dos Fluxos de Caixa* passaram a ser obrigatória nas demonstrações financeiras, que nas cooperativas são preparados pelo método indireto e sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.


As *Provisões* são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro, ou seja, é considerada uma despesa incorrida, que nem sempre ocorre o desembolso efetivo. Os *Ativos Contingentes* não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização, já os *Passivos Contingentes* são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras

análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, as Provisões, Passivos e Ativos Contingentes são regulamentados pelo CPC 25.

4.2.2 Demonstrações financeiras Cresol Jaguaruna

O segundo objetivo específico é levantar as demonstrações contábeis da Cresol Jaguaruna dos exercícios 2019 e 2020. O quadro 01 mostra o Balanço Patrimonial, onde traz o comparativo dos dois semestres de 2019 e do primeiro semestre de 2020.

Quadro 01 - Balanço patrimonial

		Nota	jun/20	dez/19			Nota	jun/20	dez/19
 <p>COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE JAGUARUNA – CRESOL JAGUARUNA</p> <p>Balanços patrimoniais Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 Em reais</p>									
Ativo					Passivo				
Circulante			28.198.601	30.633.242	Circulante		39.731.866	35.392.207	
Disponibilidades	3		438.890	228.430	Depósitos	11	35.818.622	30.951.494	
Títulos e valores mobiliários			139.906	140.193	Relações interfinanceiras	12	3.642.283	3.567.207	
Relações interfinanceiras	5		19.340.120	15.165.148	Relações interdependências		102.694	31.687	
Operações de crédito	6		7.028.339	13.942.081	Obrigações por empréstimos e repasses		-	450.452	
Outros créditos	7		849.146	879.447	Outras obrigações	13	370.267	391.367	
Outros valores e bens	8		604.221	479.943					
			25.355.670	18.757.344	Não circulante		7.472.967	8.297.205	
Não circulante					Exigível a longo prazo				
Realizável a longo prazo					Relações interfinanceiras	12	7.461.950	7.838.737	
Operações de crédito	6		24.148.508	17.440.609	Obrigações por empréstimos e repasses		-	450.451	
Outros créditos			36.781	20.362	Outras obrigações		11.017	8.017	
Outros valores e bens			-	117.816					
Investimentos	9		837.578	799.482	Patrimônio líquido	15	6.349.438	5.701.174	
Imobilizado de uso	10		332.825	379.075	Capital social		4.649.067	4.356.120	
					Reserva legal		1.043.268	1.043.268	
					Fundo Eco Cresol		81.600	65.342	
					Sobras acumuladas		595.503	236.444	
Total do ativo			53.554.271	49.390.586	Total do passivo e patrimônio líquido		53.554.271	49.390.586	

Fonte: Cresol (2020).

Já o quadro 02 apresenta a Demonstração do Resultado dentro do período de 2020 e 2019 respectivamente, onde pode-se observar a sobra líquida dos exercícios.

Quadro 02 - Demonstração de resultado

Cooperativa de Crédito Rural e Economia com Interação Solidária de Jaguaruna – CRESOL JAGUARUNA			
Demonstrações do resultado			
2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019			
Em reais			
	Nota	2020	2019
		Exercício	Exercício
Ingressos da intermediação financeira		6.144.214	6.240.300
Operações de crédito	6a	5.711.450	5.536.412
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	4	6.788	5.701
Ingressos de depósitos intercooperativos	5(i)	425.976	698.187
Dispêndios da intermediação financeira		(1.645.323)	(2.653.990)
Operações de captação no mercado	10	(837.096)	(1.328.691)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	24b	(604.120)	(476.134)
Provisão para perdas em operações de crédito	7b	(199.325)	(841.998)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7b	(4.782)	(7.167)
Resultado bruto da intermediação financeira		4.498.891	3.586.310
Outros ingressos operacionais		1.468.962	896.303
Ingressos de prestação de serviços		938.979	771.208
Outros ingressos operacionais	16	529.983	125.095
Outros (dispêndios) operacionais		(5.048.542)	(4.271.118)
Dispêndios administrativos	17	(1.285.607)	(1.114.732)
Dispêndios de pessoal e honorários	18	(1.864.630)	(1.810.591)
Dispêndios de depreciação e amortização		(100.327)	(109.202)
Outros dispêndios operacionais	19	(1.797.978)	(1.236.593)
Resultado operacional		919.311	211.495
Resultado não operacional		(61.332)	88.912
Resultado antes da tributação		857.979	300.407
Imposto de renda e contribuição social		(2.492)	(1.776)
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre o capital integralizado		855.487	298.631
Juros sobre o capital	15b	122.518	-
Sobra líquida do semestre/exercícios		978.005	298.631

Fonte: Cresol (2020).

O quadro 03 destaca a Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido dos períodos de 2019 e 2020 em comparativos, demonstrando aumento de capital, saldo e destinações legais nos exercícios.

Quadro 03 - Demonstração de mutação do patrimônio líquido

Cooperativa de Crédito Rural e Economia com Interação Solidária de Jaguaruna – CRESOL JAGUARUNA					
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019					
Em reais					
	Capital social	Reserva legal	Fundo Cresol Eco	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	4.177.982	804.409	52.192	309.304	5.343.887
Aumento de reserva com sobras	-	209.304	-	(209.304)	-
Destinação para o FATES	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Integralizações de capital	632.319	-	-	-	632.319
Devoluções de capital	(454.181)	-	-	-	(454.181)
Utilização Fundo Eco Cresol	-	-	(1.628)	-	(1.628)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	298.631	298.631
Destinação da reserva legal	-	29.555	-	(29.555)	-
Destinação Fundo Cresol Eco	-	-	14.778	(14.778)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(14.778)	(14.778)
FATES - não cooperados	-	-	-	(3.076)	(3.076)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.356.120	1.043.268	65.342	236.444	5.701.174
Aumento de capital com sobras	100.000	-	-	(100.000)	-
Aumento de reserva com sobras	-	100.000	-	(100.000)	-
Destinação para o FATES	-	-	-	(36.444)	(36.444)
Aumento de reserva contas inativas	-	215	-	-	215
Utilização Fundo Eco Cresol	-	-	(8.078)	-	(8.078)
Transferência para fundos voluntários	-	-	(57.264)	-	(57.264)
Integralizações de capital	752.058	-	-	-	752.058
Devoluções de capital	(197.365)	-	-	-	(197.365)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	978.005	978.005
Juros sobre o capital	122.518	-	-	(122.518)	-
IRRF sobre juros ao capital	(1.813)	-	-	-	(1.813)
Destinação da reserva legal	-	255.002	-	(255.002)	-
Destinação Fundo Cresol Eco	-	-	-	(42.500)	(42.500)
FATES - cooperados	-	-	-	(42.500)	(42.500)
FATES - não cooperados	-	-	-	(5.480)	(5.480)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.131.518	1.398.485	-	510.005	7.040.008
	Capital social	Reserva legal	Fundo Cresol Eco	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de julho de 2020	4.649.067	1.043.268	61.602	595.503	6.349.440
Aumento de capital com sobras	100.000	-	-	(100.000)	-
Aumento de reserva com sobras	-	100.000	-	(100.000)	-
Destinação para o FATES	-	-	-	(36.445)	(36.445)
Aumento de reserva contas inativas	-	215	-	-	215
Utilização Fundo Eco Cresol	-	-	(4.338)	-	(4.338)
Transferência para fundos voluntários	-	-	(57.264)	-	(57.264)
Integralizações de capital	401.208	-	-	-	401.208
Devoluções de capital	(139.462)	-	-	-	(139.462)
Sobra líquida do semestre	-	-	-	618.947	618.947
Juros sobre o capital	122.518	-	-	(122.518)	-
IRRF sobre juros ao capital	(1.813)	-	-	-	(1.813)
Destinação da reserva legal	-	255.002	-	(255.002)	-
Destinação Fundo Cresol Eco	-	-	-	(42.500)	(42.500)
FATES - cooperados	-	-	-	(42.500)	(42.500)
FATES - não cooperados	-	-	-	(5.480)	(5.480)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.131.518	1.398.485	-	510.005	7.040.008

Fonte: Cresol (2020).

No quadro 04 ressalta a Demonstrações dos Fluxos de Caixa do segundo semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, onde demonstra o aumento do caixa e seus equivalentes.

Quadro 04 - Demonstrações dos fluxos de caixa

Cooperativa de Crédito Rural e Economia com Interação Solidária de Jaguaruna – CRESOL JAGUARUNA			
Demonstrações dos fluxos de caixa			
2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019			
Em reais			
	2020	2019	
	2º semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	6.487.042	6.797.122	1.511.942
Sobra ajustada do semestre/exercícios	842.726	1.371.449	1.421.303
Sobra líquida do semestre/exercícios	618.947	978.005	298.631
Provisão para perdas em operações de crédito	110.687	199.325	841.998
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	4.782	7.167
Desvalorização de outros valores e bens	54.145	63.000	125.060
Depreciações e amortizações	49.011	100.327	109.202
Residual de baixas de imobilizado de uso e intangível	6.859	6.510	31.804
Provisões passivas	3.077	19.500	7.441
Redução (aumento) nos ativos	(1.519.869)	(5.684.961)	(3.001.371)
Títulos e valores mobiliários	16.224	16.511	4.202
Relações interfinanceiras	3.204.166	(970.806)	(497.026)
Operações de crédito	(4.966.520)	(4.849.313)	(2.406.897)
Outros créditos	252.302	277.821	(280.412)
Outros valores e bens	(26.041)	(159.174)	178.762
Aumento (redução) nos passivos	7.164.185	11.110.634	3.092.010
Depósitos	5.561.854	10.226.982	2.292.870
Relações interfinanceiras	1.901.134	1.599.423	216.535
Relações interdependências	(64.474)	6.533	10.804
Obrigações por empréstimos e repasses	(450.451)	(900.903)	900.903
Provisões	(8.256)	(8.256)	(120.557)
Outras obrigações	224.378	186.855	(208.545)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(37.139)	(79.951)	(452.144)
Aumento de investimentos	-	(38.096)	(302.597)
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(37.139)	(41.855)	(149.547)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	198.546	487.753	176.510
Aumento de reserva contas inativas	215	215	-
Integralizações de capital	401.208	752.058	632.319
Devoluções de capital	(139.462)	(197.365)	(454.181)
Utilização Fundo Eco Cresol	(4.338)	(8.078)	(1.628)
Transferência Fundo Eco	(57.264)	(57.264)	-
IRRF sobre juros ao capital	(1.813)	(1.813)	-
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	6.648.449	7.204.924	1.236.308
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios (nota 3)	12.799.948	12.243.503	11.007.195
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios (nota 3)	19.448.427	19.448.427	12.243.503

Fonte: Cresol (2020)

4.2.3 Informações sobre operações de créditos

Para pessoas, empresas, organizações e nações, o crédito é de extrema importância, afinal todos precisam dispor dele em suas atividades, seja para investir, pagamento de dívidas, ou até mesmo para manter uma empresa ativa, com isso é demonstrado a seguir, os créditos de mais relevância da Cresol Jaguaruna. O *Crédito Pessoal* é uma das operações de crédito, formada de empréstimo destinada para pessoa física, que está precisando de dinheiro rápido e sem comprovação de destinação, o consumidor pede o empréstimo sem necessidade de oferecer garantia ou de alienar um bem que está comprando. Outra modalidade de crédito, de *Crédito Imobiliário*, destinada para atender às demandas habitacionais, nos empreendimentos de aquisição de imóveis, compra, construção, reforma e ampliação de imóveis rurais ou urbanos, seja habitacional ou comercial.

Crédito Veículos é aquele oferecido para a compra de veículos destinados tanto a uso pessoal quanto comercial, sendo pessoas físicas ou pessoas jurídicas. A taxa de juros é prefixada e pode financiar carros, usados ou novos, importados ou nacionais, com potencial de chegar a até 100% do valor do veículo, conforme o ano de fabricação e o relacionamento do cliente. Existe autorização para que o saldo devedor seja quitado preliminar ou parcialmente.

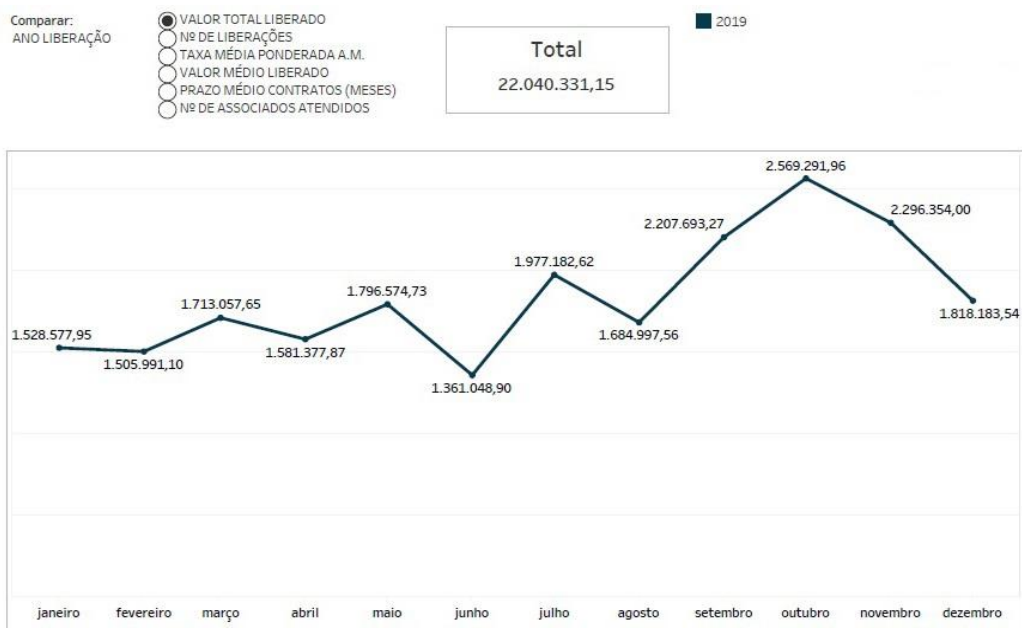
O procedimento de crédito, *Desconto de Cheques*, aceita adiantar o fluxo de caixa na forma de pré-datados, recomendado para empresas de caráter privado e comercial utilizando o uso dos cheques pré-datados no processo de compra e venda. Outra categoria de Crédito que é voltada para atender as obrigações financeiras cotidianas da administração de uma empresa, como pagamento de salários, aluguel entre outras modalidades, é o *Capital de Giro*, uma linha de crédito que visa auxiliar na reorganização do fluxo de caixa de um negócio.

Já no *Custeio – Crédito Rural* o objetivo é financiar o custeio das atividades agrícolas e pecuárias. Nessa linha, outro financiamento que faz parte do *Crédito Rural* é o chamado *Investimentos* que auxilia os produtores rurais, associações a expandir suas operações, fazendo investimentos e custear a produção e a comercialização dos itens agropecuários. Esse tipo de empréstimo é fundamental para o setor agropecuário, pois é um dos mais importantes do Brasil.

Neste contexto, o terceiro objetivo específico do estudo é coletar as informações das operações de crédito realizadas nos anos 2019 e 2020 na empresa estudada. São das operações de créditos que vem a grande parte dos recursos da cooperativa, e seus lucros, de onde sai os valores para desenvolver e transformar uma simples cooperativa em uma instituição com capacidade de fortalecer seus associados, já que todo o lucro é destinado a suas reservas legais, e distribuído seus dividendos aos sócios. Por esse motivo acredita-se que estas informações podem contribuir para os achados da pesquisa.

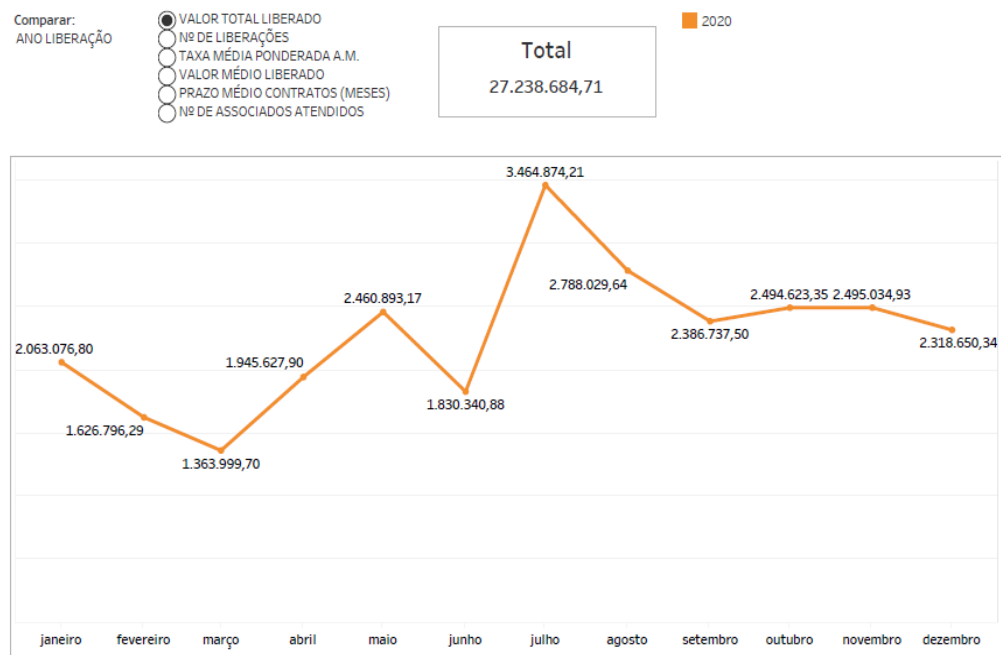
Nas figuras 01 a 03, encontram-se gráficos que demonstram o valor total liberado e, os números de associados atendidos nos respectivos anos. Já o quadro 05, que demonstra a composição da carteira de crédito por modalidade.

Figura 01: Valor total liberado 2019



Fonte: Cresol (2021).

Figura 02: Valor total liberado 2020



Fonte: Cresol (2021).

Nas Figuras 01 e 02, são colocados em gráficos os Valores Liberados nos períodos 2019 e 2020 respectivamente. Percebe-se portanto, que em 2019 tem-se uma estabilidade nos valores liberados, em comparação com o ano de 2020, que foi

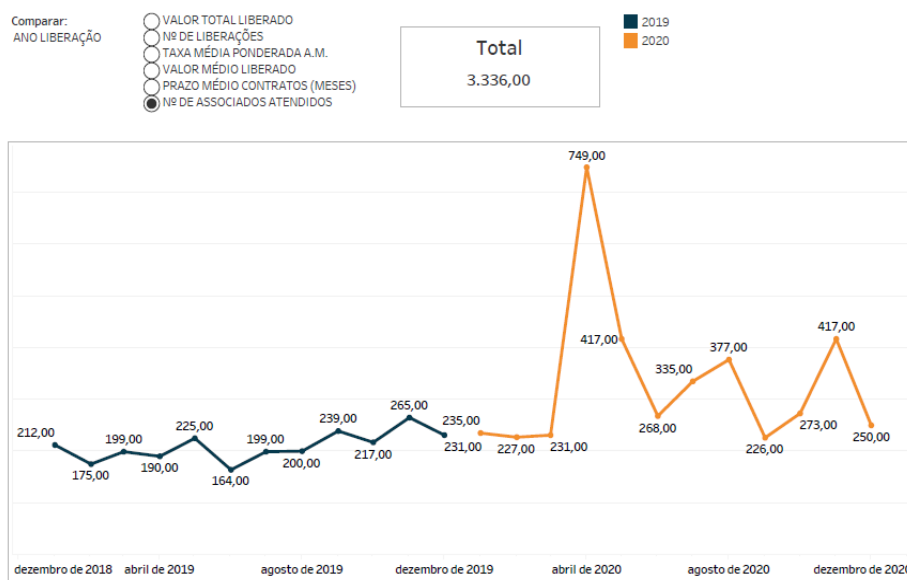
um ano atípico devido ao surto mundial da pandemia do Covid-19, afetando a economia local.

Mas com as novas modalidades que foram criadas na cooperativa, para auxiliar seus associados nos momentos difíceis que se passa, como os créditos emergenciais, os valores de empréstimos foram elevados de R\$1.363.999,70 que foi o valor liberado em março, para R\$3.464.874,21 liberado em julho, sendo na maior parte, os créditos criados em relação as necessidades dos sócios no momento da pandemia.

Devido aos grandes problemas que a pandemia do Covid-19 trouxe ao mundo, no Brasil foram feitos lockdown para evitar a transmissão da doença, fazendo com que as pessoas não pudessem sair de casa, e nem mesmo trabalhar, assim a Cresol obteve a iniciativa de criar algumas modalidades de crédito com carências para pagamento, de modo a ajudar os associados neste momento difícil.

Mesmo com a instabilidade de liberações de crédito e incertezas no mercado financeiro devido ao surto, a cooperativa fechou em rendimentos de operação de crédito no valor de R\$5.711.450,00, diferentemente de 2019 que foi o montante de R\$5.536.412,00.

Figura 03: Número de associados atendidos 2019 e 2020



Fonte: Cresol (2021)

O mesmo pode ser visto na figura 03, onde a diferença da estabilidade de 2019 para a instabilidade de 2020, obtendo um número superior de atendimento no

último ano, que é agregado ao surto de Covid-19, onde os sócios precisaram procurar a cooperativa para renegociação de suas dívidas e também a procura de novos créditos para manter suas atividades comerciais ativas, assim gerando mais receitas e lucros para a Cresol Jaguaruna.

O quadro 05 é referente as operações de créditos de 2019 e 2020, que apresenta a composição da carteira por modalidade, que destacada os circulantes, que são as contas que poderão ser convertidas em dinheiro a curto prazo, em menos de 12 meses, e as não circulantes que se tratam dos recursos a longo prazo, ou seja, são liquidadas em um prazo superior a 12 meses.

Quadro 05 – Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a depositantes	17.352	-	17.352	6.657	-	6.657
Cheque especial e conta garantida	291.629	-	291.629	168.858	-	168.858
Empréstimos e financiamentos	10.511.916	14.329.633	24.841.549	9.380.490	9.788.865	19.169.355
Títulos descontados	469.880	-	469.880	745.189	-	745.189
Financiamentos rurais: Próprios	202.353	59.710	262.063	935.580	320.885	1.256.465
Financiamentos rurais: Repasses	3.640.472	7.846.317	11.486.789	3.781.884	7.716.659	11.498.543
	15.133.602	22.235.660	37.369.262	15.018.658	17.826.409	32.845.067

Fonte: Cresol (2020).

Conforme já mencionado sobre a importância das informações sobre operações de crédito remetidas a uma das etapas para o alcance do objetivo geral desse estudo, percebe-se a contribuição da análise dos aspectos contábeis no sentido de contribuir para as empresas na evidência das informações e na tomada de decisão a qualquer tempo e situação.

4.2.4 Distribuição do patrimônio líquido da Cresol Jaguaruna

O quarto objetivo específico é identificar a forma de distribuição do Patrimônio Líquido da Cresol Jaguaruna no ano de 2020, representado pelas integralizações de 6.136 cooperados em 31 de dezembro de 2020. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas partes. No exercício deste ano, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 752.058,00 e também ocorreram devoluções, no montante de R\$ 197.365,00, proveniente de cooperados desligados. O capital social é de R\$ 5.131.518,00 no final do exercício. Conforme Assaf Neto (2006), o Patrimônio

Líquido é uma das partes essenciais que compõe o Balanço Patrimonial. Portanto, acredita-se ser um aspecto contábil de grande interesse dos cooperados.

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2020, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações demonstradas no quadro 06.

Quadro 06 – Distribuição de patrimônio líquido

Descrição	2020
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	978.005
Destinação Estatutárias:	
Juros sobre o capital	(122.518)
Reserva legal	(255.002)
Fundo Cresol Eco	(42.500)
FATES	(42.500)
Transferido para FATES	(5.480)
Sobras à disposição de Assembleia Geral	510.005

Fonte: Cresol (2021)

Sobre os Juros ao capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, que foram propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa, em reunião realizada em 23 de dezembro de 2020, foi aprovado a remuneração das cotas capital dos cooperados. O montante a ser capitalizado de R\$ 120.705,00 líquido do IRRF, foi contabilizado como “Capital Social”, conforme determinação do plano de contas do COSIF. Adicionalmente, conforme determinado pela Circular nº 2.739 do BACEN, os juros sobre o capital integralizado foram registrados no resultado do exercício, como “Outros dispêndios operacionais”, e ajustados.

Com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, 30% das sobras apuradas foram para Reserva Legal, esse fundo funciona com uma poupança interna, 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com intuito de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade.

As Sobras Acumuladas são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 25 de junho de 2020, foi aprovada a destinação das sobras

acumuladas do exercício de 2019, para o aumento de capital social em R\$ 100.000,00, reserva legal R\$ 100.000,00 e FATES R\$ 36.444, 00.

Portanto, novamente pensando na relação desse último objetivo específico com a proposta do artigo, remete-se ao papel da informação contábil, nos seus principais aspectos, aos seus diversos usuários e, sobretudo nesse item, aos cooperados.

4.3 VISÃO SISTÊMICA APLICADA AO CASO

Santos, Gouveia e Vieira (2008), apontam que a contabilidade, através das chamadas demonstrações contábeis, relata os acontecimentos gerando informações que auxiliam seus usuários no processo decisório.

Deste modo, a demonstração dos principais aspectos contábeis é fundamental para contabilidade, onde tem a finalidade de proporcionar informações financeiras aos gestores, para se situarem com a atual realidade da cooperativa. Desta forma, a contabilidade tem como a principal ferramenta guiar as empresas e instituições, a seguirem as normas e legislações para os processos de tomada de decisões.

Percebe-se a relação da cooperativa com a contabilidade, em vários pontos, principalmente onde a cooperativa de crédito possui suas leis próprias, característica comum com a contabilidade, mas que ao mesmo tempo deve seguir a estrutura contábil e, conseqüentemente, atender o objetivo dessa ciência, alcançado seus objetivos principais. Portanto, corroborando e concluindo sobre a visão sistêmica aplicado ao estudo Zdanowicz (2014), destaca que a contabilidade nas cooperativas irá apresentar seus atos e fatos, obedecendo aos princípios e às leis de ambas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Cooperativas de Crédito tiveram um desenvolvimento muito grande nos últimos anos, atuando intensamente na aprovação de crédito e ocupando um maior espaço no mercado financeiro. São entidades que, se desenvolvem por meio da associação de pessoas que buscam administrar as suas finanças com vantagens melhores do que os bancos comuns. Os associados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e

serviços, tendo o poder igual de voto independentemente da sua cota de participação no capital social da cooperativa. A contabilidade contribui significativamente com esse crescimento na medida em que, fornece ferramentas que auxiliam no planejamento e no controle de tomada de decisão.

O estudo tem como objetivo geral apresentar os principais aspectos contábeis da cooperativa de crédito Cresol Jaguaruna. Perante aos resultados constatados nesta pesquisa, pode-se visualizar quais aspectos contábeis que mais representam as cooperativas de crédito. Sendo assim, acredita-se que o objetivo geral deste estudo de caso foi atingido e seus resultados contribuem para um melhor entendimento desse ramo de atividade e na busca de novos estudos.

Nesse contexto, e respondendo à pergunta de pesquisa, conclui-se que os principais aspectos contábeis de uma cooperativa de crédito envolvem as demonstrações contábeis, onde pode-se observar, entre outros aspectos, as movimentações financeiras. Junto a elas, estão as operações de crédito, sendo a principal fonte de recursos da cooperativa. Provenientes das operações de crédito decorrem os ganhos aos juros do capital. Levando em consideração que as cooperativas não visam lucro, conforme descrito na Lei nº 5.764/71, ocorre como consequência a distribuição do Patrimônio Líquido seguindo as regulamentações.

Se destaca ainda que, no Patrimônio Líquido as peculiaridades das distribuições na Cresol Jaguaruna, as sobras acumuladas são distribuídas entre os cooperados, as mesmas são reaplicadas na cooperativa, tal qual a reserva legal, que passa por votação em assembleia para aumento ou não do que é permitido por lei. Com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, 30% das sobras apuradas foram para Reserva Legal, esse fundo funciona com uma poupança interna, 5% para o FATES, estes dados foram apresentados em 2020.

Considerando o aumento significativo no surgimento de cooperativas nos últimos tempos, sobretudo as de crédito. Ainda, considerando a contribuição da contabilidade na tomada de decisão e no controle das empresas como um todo. Sugere-se novas pesquisas envolvendo os aspectos contábeis em outros objetos de estudo, sejam do ramo das cooperativas ou não.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

BENATO, João Vitorino. **O ABC do Cooperativismo**. São Paulo: Instituto de Cooperativismo e Associativismo ICA-OCESP, 1994.

BENETTI, Maria Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**. 5. ed. Porto Alegre: FEE, 1982.

BRASIL. **Lei nº 5.764/71**. Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 25 set. 2020.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís *et al.* (org.). **Gestão de Cooperativas: fundamentos, estudos e prática**. Porto Alegre: Unijuí, 2011.

CENTRAL Cresol Baser. **Cresol**, 2020. Página inicial. Disponível em: <https://cresol.com.br>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COLLIS, Jill, HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GONÇALVES, César Schmidt. **Uma contribuição à estruturação dos procedimentos e demonstrações contábeis das cooperativas:** aplicação e cooperativa de trabalho. São Paulo, out. 2003. Biblioteca Digital USP. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-12122003-112731/publico/DISSERTACA_OCESARSCHMIDT.pdf. Acesso em: 07 mai. 2021.

MEINEN, Ênio. **O Cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã.** Brasília: Confabras, 2012.

MENEZES, Antônio. **Cooperativa de crédito:** o que é e quais seus benefícios. Brasília: CONFEBRÁSS, 2004.

OCB. **O cooperativismo brasileiro:** uma história. Ribeirão Preto: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004.

OCB. **Organização das Cooperativas Brasileiras,** 2020. Cooperativismo. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/ocb>. Acesso em: 25 set. 2020.

PAGNUSSATT, Alcenor. **Guia do cooperativismo de crédito:** organização, governança e políticas corporativas. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

PEREIRA, Anísio Candido. **Contribuição à análise e estruturação das demonstrações financeiras das sociedades cooperativas Brasileiras.** Universidade de São Paulo, 1993.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Arioaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Contabilidade das sociedades cooperativas:** aspectos gerais e prestação de contas. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativas de crédito:** instrumento de organização econômica da sociedade. 2. ed. Porto Alegre: Rigel, 2003.

WAKULICZ, Gilberto. **Legislação cooperativista.** Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/453269/>. Acesso em: 25 set. 2020.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Gestão financeira para cooperativas:** enfoques contábil e gerencial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO JORGE LACERDA

Vitória Mello Schmidt¹
Maria Aparecida Cardozo²
Edilson Citadin Rabelo³

Resumo: O terceiro setor, formado pelas entidades que prestam serviços para a sociedade, está conquistando cada vez mais espaço na economia do país. Possuindo, como uma de suas características, a não finalidade de lucro, ainda assim necessitando da captação de recursos, tornando a contabilidade fundamental para e evidenciação de suas contas. Portanto, o objetivo geral do estudo é apresentar o papel da contabilidade no processo de controle interno financeiro da Associação Jorge Lacerda. Para cumprir com o objetivo geral, os objetivos específicos são: a) Levantar, conforme a literatura, caracterizações das entidades do terceiro setor; b) Identificar, alguns dos principais aspectos legais e contábeis do terceiro setor; c) Apresentar dados do controle interno financeiro da associação estudada. No que se refere à metodologia, trata-se de um estudo exploratório, teórico com aspectos práticos, dedutivo a partir de dados secundários. O estudo ainda se classifica como qualitativo, aplicado, tendo os seus procedimentos técnicos definidos como estudo de caso, bibliográfico e documental. Os instrumentos utilizados foram documentações específicas da empresa estudada. Como resultado tem-se que a presença da contabilidade é considerada fundamental para gestão da Associação Jorge Lacerda. Além de ficar claro que a empresa estudada tem esse entendimento, observa-se também que a contabilidade participa no processo de controle interno como forma de evidenciar as ações realizadas, tornando-as mais transparente, tendo como intuito orientar os gestores e transmitir as informações aos patrocinadores e apoiadores.

Palavras-chave: Terceiro setor. Contabilidade. Controle interno. Controle financeiro.

1 INTRODUÇÃO

É possível observar o papel de destaque que o terceiro setor vem adquirindo no contexto social e econômico do país, por meio de entidades sem fins lucrativos, tendo como intuito prover atividades como cultura, educação, esporte e saúde para população.

Sendo assim, por mais relevância que essas entidades tenham com a sociedade o lucro não é seu objetivo, porém a obtenção de recursos é essencial para sua existência e manutenção. Recursos esses adquiridos, na maioria das

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Orientadora e Professora do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

³ Professor do Curso de Ciências Contábeis Centro do Universitário Univinte.

vezes, por doações próprias de empresas privadas e por programas ou benefícios do governo, como os projetos via incentivo fiscal. À vista disso, uma das maneiras que se utilizam a contabilidade é esclarecendo a forma com que destinam essas receitas, fornecendo informações do patrimônio e a situação financeira da organização, auxiliando nas tomadas de decisões.

Desta forma, segundo Franco (1997), a contabilidade está presente em todos os setores e organizações, independentemente de seu porte, visando o lucro ou não.

De acordo com Olak e Nascimento (2010), existe uma dificuldade na definição das entidades sem fins lucrativos. Além disso, o conceito lucro é bem abrangente, pois trata da sobrevivência da organização, sendo ela visando o lucro ou não.

Este trabalho tem como base de estudo a Associação Jorge Lacerda, entidade que administra o Parque ambiental Encantos do Sul, localizado no município de Capivari de Baixo. Atualmente, ele depende de aportes mensais de empresa privada, locações de espaços e coordenações dos projetos incentivados, sendo eles, Lei de Incentivo à Cultura (LIC) e o Fundo da Criança e do Adolescente (FIA).

Portanto, a relação do tema com a associação está ligada diretamente, pois a entidade trabalha para que o controle interno seja eficaz, distribuindo seus recursos corretamente para que não haja desperdícios, apresentando suas prestações de contas mais claro possível, através dos documentos contábeis, como balanço patrimonial e demonstração de resultados, aos seus associados.

Nesse contexto, a pergunta desta pesquisa é: qual o papel da contabilidade no processo de controle interno financeiro da Associação Jorge Lacerda?

Respondendo à pergunta da pesquisa, o objetivo geral do estudo é apresentar o papel da contabilidade no processo de controle interno financeiro da Associação Jorge Lacerda.

De acordo com exposto, os objetivos específicos do estudo, são: a) Levantar, conforme a literatura, caracterizações das entidades do terceiro setor; b) Identificar, alguns dos principais aspectos legais e contábeis do terceiro setor; c) Apresentar dados do controle interno financeiro da associação estudada.

Durante a vida acadêmica do estudante contábil, pouco é falado sobre o terceiro setor, por motivos de os estudos concentrarem, principalmente nas empresas privadas que tem como uma de suas finalidades visarem o lucro. Para

isso, este tema de pesquisa apresenta o outro lado da contabilidade, onde o lucro não é o objetivo, porém obter o controle interno e a transparência dos resultados financeiros são necessários para as entidades, pois as prestações de contas aos seus envolvidos são obrigatórias e conseqüentemente suas aprovações.

Pelo fato de o autor ser colaborador da Associação estudada, o tema tende a elucidar as normas contábeis utilizadas no terceiro setor, aperfeiçoando seu trabalho, que busca aprimorar o controle interno da entidade.

Diante disso, compreende-se que todo desenvolvimento acadêmico pode influenciar de alguma forma a sociedade, sobretudo o setor econômico que atinge diretamente quem os envolve. Pelo fato de as entidades dependerem grande parte das doações ou patrocínios, tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, elas possuem o dever e a responsabilidade de utilizarem os recursos de acordo com o proposto da entidade e realizarem a prestação de contas com total transparência. Visto que, é direito do doador ou patrocinador, ter o conhecimento que a verba está sendo destinada corretamente.

Assim sendo, o objeto de estudo do tema desta pesquisa é a Associação Jorge Lacerda, no qual administra o Parque Ambiental Encantos do Sul, localizado no município de Capivari de Baixo, estado de Santa Catarina. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, que tem como principais objetivos prestar serviços à sociedade, através dos projetos executados via incentivos fiscais e a locação de seus espaços para eventos.

Deste modo, este trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo eles a introdução, o embasamento teórico, métodos e técnicas de pesquisa, apresentação dos resultados e as considerações finais.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Essa seção trata do embasamento teórico, no qual direciona a pesquisa abordando temas como conceitos e objetivos da contabilidade, aspectos fundamentais do controle, o terceiro setor e a contabilidade no terceiro setor.

2.1 CONTABILIDADE: CONCEITOS E OBJETIVOS

Segundo Franzoni (1997), devido à necessidade que as pessoas têm de controlar o que possuem, administrar o que ganham e o que devem, deu-se o surgimento da contabilidade. Podendo então ser encontrada onde há qualquer pessoa jurídica, física ou instituição. Complementando, Marion (1996) afirma que todo ser com direitos e obrigações, em conformidade com a lei, deverá usufruí-la.

De acordo com Franco (2006), a contabilidade pode ser conceituada como uma das ciências econômicas e administrativas, pelo fato de ser um conjunto de conhecimentos sistematizados de princípios e normas próprias. Sendo assim, para que os administradores tenham as informações necessárias nas devidas tomadas de decisões, são funções de a contabilidade registrar, classificar, demonstrar, auditar dados e analisar todas as informações que decorre no patrimônio das entidades.

Marion (1996) aborda que a contabilidade registra todas as movimentações monetárias, sendo que, com esses registros são apresentados os relatórios aos interessados, onde através dessas informações conseguem visualizar e analisar os resultados obtidos e o caminho percorrido para então a tomada de decisão.

Para Franzoni (1997), o objetivo da contabilidade é que os fins das entidades sejam alcançados, sejam eles lucrativos ou sociais, e para isso é preciso garantir o controle do patrimônio administrado e que sejam fornecidos as informações, variações e os resultados das atividades econômicas desenvolvidas.

Ainda segundo Franco (2006), o patrimônio é o objeto da contabilidade, sendo ele o conjunto de bens, direitos e obrigações da entidade, e define que a sua finalidade é justamente obter o controle dos fatos ocorridos no patrimônio por meio da classificação, demonstração e interpretação das informações para então as orientações, com a maior eficiência na gestão.

Ribeiro (2005) destaca que a principal finalidade da contabilidade é fornecer informações do patrimônio aos administradores da empresa, proprietários, aos seus fornecedores, pelo fato de precisarem conhecer seus clientes, para então fornecer produtos ou serviços, aos atuais ou futuros investidores, ou seja, se já é investidor, ele precisa acompanhar os resultados da empresa para continuar o investimento e se pretende ser um investidor, nada mais justo que todas as informações da

empresa sejam repassadas a ele, e também ao governo, que fiscaliza a arrecadação de tributos.

2.2 CONTROLE: ASPECTOS FUNDAMENTAIS

Controle é uma palavra de origem francesa *controler*, que tem como significado registrar, inspecionar ou examinar, neste caso seriam todas as operações realizadas na entidade. Consistindo então, em fiscalizar os procedimentos da empresa, para obter o controle das atividades e resultados do dia a dia, verificando se está de acordo com o esperado (ARIMA; GIL; NAKAMURA, 2013).

Sendo assim, ele nada mais é que a ação no qual a alta administração tem como uma de suas funções, se certificar que os processos durante as atividades da empresa estão agindo em conformidade com os planejamentos e políticas, estabelecidos pela própria alta administração da empresa (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Crepaldi (2007) ressalta que em todas as entidades é possível encontrar problemas de controle interno, visto que quando o mesmo exercido adequadamente torna-se essencial para que os resultados satisfatórios sejam alcançados. O autor salienta também, a necessidade de diferenciá-lo da auditoria, uma vez que a auditoria interna tem a função de um trabalho organizado para a revisão e apreciação, normalmente por departamentos especializados, já o controle interno trata dos procedimentos e organizações impostos nos planejamentos e planos da empresa. Visto isso, quando examinado o mesmo de uma entidade, está sendo analisada sua organização e a sua execução.

O Instituto Americano dos Contadores Públicos Certificados, define que para proteger seu patrimônio, controlar a veracidade dos dados da contabilidade, assegurar eficácia e a aplicação das instruções corretamente, é necessário elaborar o controle interno pelo plano de organização e dos procedimentos internos da empresa.

Arima, Gil e Nakamura (2013), definem que o controle existe em uma empresa, onde na qual contenha um planejamento, ou seja, ao elaborá-lo, são direcionados padrões, resultados esperados e procedimentos, para então desempenhar suas funções durante a execução de verificação, sobre o que foi planejado e o que está sendo realizado.

Almeida (2010) realça a importância de estabelecer claramente e limitadamente as funções de cada colaborador, mediante manuais. Os motivos para que isso seja exercido, são para garantir que todos os procedimentos determinados sejam executados de forma correta e a averiguação das responsabilidades, caso ocorra omissões na realização de procedimento incorreto.

De acordo com Attie (2012), as políticas operacionais são essenciais para obter organização definida, porém para isso é necessário também ter uma equipe de colaboradores adequados, eficientes e motivados, para exercê-las. Vale ressaltar, que os meios utilizados pelo controle, podem ser registros, relatórios, projetos, plano de contas, sistemas de autorização e aprovação, procedimentos, formulários, treinamentos, orçamentos, entre outros (ATTIE, 2012).

Diante das definições descritas, compreende-se que o mesmo deve considerar com grande relevância a proteção do patrimônio, destacando os bens, conferir a exatidão e fidelidade dos dados contábeis, a competência das atividades operacionais e ao cumprimento às ordens administrativas direcionadas (ARIMA; GIL; NAKAMURA, 2013).

Mediante suas finalidades, controle pode ser classificado como: controles organizacionais, (segregação de funções), ou seja, definir responsabilidades e delegar autoridades, para isso documentar as definições e instruções de operação, perante manuais, organogramas e descrições de cargos; Controle de sistema de informação, se faz necessário pelo fato de os diretores/presidentes não poderem estar presentes para acompanharem todas as operações e decisões nos diferentes níveis de organizações, sendo assim esse sistema equivale aos “olhos e ouvidos” dos mesmos, para isso os relatórios devem conter dados relevantes, informar detalhadamente e conforme as responsabilidades dos setores, as tomadas de decisões de possíveis problemas ocorridos; e o controle de procedimento que tem como função ser executado para a melhor eficiência operacional, que tem como características a estrutura organizacional, que os procedimentos sejam documentados, definidos e sejam fáceis de entender e executar (CREPALDI, 2011).

Para Franco e Marra (2000), ao introduzir o controle interno no sistema contábil, alguns dos objetivos a serem atingidos, são: que todas as transações sejam registradas no valor correto, na conta e no período contábil apropriado, para a emissão das demonstrações contábeis de acordo com os relatórios contábeis; que o acesso aos ativos seja permitido apenas prévio autorização da administração, que

os dados dos ativos sejam comparados com os existentes, para tomar medidas apropriadas, caso haja diferenças.

Arima, Gil e Nakamura (2013), contam que o ato de o efetuar, tendo como intuito assegurar que os objetivos e metas da entidade sejam alcançados com a devida eficiência das atividades, que atinge diretamente os objetivos e metas da empresa, a veracidade dos relatórios financeiros e de acordo com as leis que estão sujeitas à aplicação na entidade, provém das diretorias, gerencias e colaboradores.

2.3 TERCEIRO SETOR

De acordo com Alves e Bonho (2019), para chegar até o terceiro setor, é preciso identificar e classificar os dois primeiros, sendo eles: O primeiro setor formado pelo Estado, o governo; o segundo setor são as empresas privadas, onde visam o lucro para benefícios particulares e o terceiro setor que está no meio dos dois anteriores, pelo fato de utilizar recursos financeiros públicos e privados, para benefícios à sociedade, porém sem fins lucrativos.

Pode-se denominar o terceiro setor como um meio termo, que faz a intermediação do Estado e o mercado, no que se refere à melhora social. Agindo como agente transformador social, ele constrói consciência de transformar os recursos do país em benefícios e indicadores para sociedade (CAMARGO *et al.*, 2001).

Mello e Froes (2001), afirmam que devido à decorrência de falência do Estado, que seria o principal provedor de serviços sociais para com a sociedade, deu-se o surgimento desta ordem social. Contam também que dentre suas características estão à natureza específica das ações, o caráter filantrópico e os investimentos nos projetos e programas sociais.

Concebido no século XIX, teve seu conceito revigorado durante o período ditatorial, devido à necessidade da sociedade de buscar espaço para atuar em causas coletivas fora da alçada do governo. Visto que, no Brasil, ainda é indefinido a sua dimensão, porém é comentado que o mesmo é um ponto relevante na economia, inclusive pelo grande número de trabalhadores que nele existe (CAMARGO *et al.*, 2001).

Ainda segundo Alves e Bonho (2019), outra característica importante para diferenciar os setores está na hora do planejamento das suas ações, visto que cada

um identifica o seu cenário, sendo do primeiro setor o cenário político, o segundo o cenário econômico e o terceiro o cenário social.

Szazi (2006) ressalta que apesar da obtenção de patrimônio e a realização de negócios para que o aumente ou apenas para sua manutenção, as entidades não perdem a categoria de serem sem fins lucrativos.

É salientado, que o terceiro setor não surgiu com intuito de competir com Estado, sendo ele defasado ou não, mas sim como forma de cooperação por meio dos financiamentos e políticas sociais. Sendo que, alguns dos seus valores são confiabilidade, gestão eficiente e a capacidade de atrair a sociedade civil e as empresas que prezam pela responsabilidade social. Firmando esses pontos, o seu crescimento é contínuo (CAMARGO *et al.*, 2001).

Olak e Nascimento (2010), afirmam que existem os grupos que compõem o terceiro setor, são: Associações, organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade, organizações não governamentais (ONG's), Fundações, organizações sociais e organizações de sociedade civil de interesse público (OSCIP). Entretanto, esta pesquisa tem como estudo uma associação.

Portanto, associação nada mais é que uma pessoa jurídica, de direito privado, composto por um grupo de pessoas que se juntam com os seus conhecimentos e serviços, tendo um mesmo ideal seguindo o mesmo objetivo, sendo eles voltados à realização de atividades culturais, sociais, recreativas, além de outros. Sua constituição é firmada diante de um estatuto social, onde contém as cláusulas contratuais e também relaciona a entidade com seus fundadores, associados e dirigentes, concedendo seus direitos e obrigações (CAMARGO *et al.*, 2001).

A obtenção de recursos no terceiro setor é um grande desafio, pelo fato de virem através de programas governamentais e empresas privadas, tendo então que realizar a comprovação das destinações destes recursos obtidos por meio de prestações de contas fiscal e financeira. Ressaltando que quando for o recurso for de empresa privada, pode ocorrer uma auditoria para a legitimidade das informações fornecidas. Por esses fatores, essas entidades têm como a ética sendo predominante (ALVES; BONHO, 2019).

Para Olak e Nascimento (2010), as entidades podem ser classificadas através de suas principais fontes de recursos que são constituídas de doações, contribuições, subvenções e algumas delas também recebem como forma de receitas taxas ou cobranças da sociedade. Podendo então serem classificadas em:

entidades que dependem de recursos governamentais e entidades que não dependem de recursos governamentais.

2.3.1 Entidades que dependem de recursos governamentais

Os principais meios de arrecadações destes recursos são via incentivos fiscais, que nada mais é que benefícios fiscais, onde empresas privadas ou pessoas físicas concedem, reduzindo a dívida junto à receita federal, o mais conhecido é a Lei de incentivo à cultura (Lei nº 8.313/1991). Outra forma são as doações de bens ou serviços para realização de projetos sociais. Os patrocínios e as transferências orçamentárias com recursos da União para empresas, sociedade e entidades que realizam serviços nas áreas de assistência social, médica e educacional (CAMARGO *et al.*, 2001).

Entidades que dependem totalmente de doações governamentais, são consideradas de utilidade pública, obtendo pelo Conselho Nacional de Assistência Social, o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos. Os recursos são recebidos ordinariamente, para custear as despesas fixas de manutenção, salários e materiais, ou extraordinariamente que são utilizados para investimentos em construções ou eventos. Alguns exemplos são: assistência à saúde e educação (OLAK; NASCIMENTO, 2010).

De acordo com uma pesquisa realizada pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, O Brasil é considerado o país que mais investe nesta área em toda a América Latina, embora os números de analfabetismo seja o mais relevante em comparativo aos outros países. Na área da educação seu investimento é em torno de 39%, seguido do Chile com 37%. Porém, pode ser concluído que nenhum desses países consegue satisfazer com qualidade esta demanda. Tendo em vista que o Brasil tem a necessidade de possuir um controle das destinações destes recursos e também falta por parte da sociedade e do terceiro setor um acompanhamento rigoroso em cima das verbas disponibilizadas pelo governo, para então um melhor aproveitamento (CAMARGO *et al.*, 2001).

2.3.2 Entidades que não dependem apenas de recursos governamentais

Neste grupo, encontram-se as entidades que suas principais fontes de recursos são doações ou patrocínios oriundos dos associados, empresas privadas, sócios e cobranças de taxas, ingressos da comunidade em geral. São exemplos deste grupo as associações, entidades sindicais, entidades religiosas (OLAK; NASCIMENTO, 2010).

No Brasil, o costume das empresas privadas de investirem e se conscientizarem da sua responsabilidade social é recente, porém está em alto crescimento. Pode-se perceber que ainda existem certas restrições por parte delas, quanto ao que diz respeito a doações em dinheiro, pela incerteza da destinação dos recursos e confiabilidade. O que facilita essa captação seria o alinhamento das duas partes, para que o projeto esteja de acordo com a responsabilidade social da empresa (CAMARGO *et al.*, 2001).

2.4 CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR

Como visto, a contabilidade é aplicada para qualquer pessoa física ou jurídica, tendo finalidades lucrativas ou não. Porém, segundo Alves e Bonho (2019), a contabilidade não era muito usada, não década de 1970, no que se referia ao terceiro setor, sendo considerado ramo da cultura e não dos valores, no mundo dos negócios. Sendo que, as normas e práticas contábeis no Brasil, no que diz respeito a entidades sem fins lucrativos, ainda são embrionárias.

Conforme contam Niyama e Silva (2008), não existe uma teoria da contabilidade específica para o terceiro setor, embora tenha suas características diferenciadas, dispondo então como questionamento de que se existem ou se são necessárias regras específicas para o mesmo, ou as aplicadas no primeiro e segundo setor são válidas.

Pelo fato de a contabilidade ter a responsabilidade e objetivo de fornecer as informações aos gestores, a sua importância é reconhecida, para que se possam tomar as devidas decisões, tendo então um papel determinante no que se refere ao gerenciamento das entidades. Além disso, a área contábil é crucial também como forma de evidência aos envolvidos para demonstração do que foi ou está sendo desenvolvido pelas instituições. Uma vez que, quanto mais transparente e clara

forem essas evidências do que foi realizado, sua confiabilidade será mais positiva, por consequência, as chances de arrecadação dos recursos serão maiores, oriundos de incentivos fiscais ou doações diretas de empresas privadas (ALVES; BONHO, 2019).

Vale salientar também, que para captação dos recursos, deve-se ter uma boa relação das entidades com os doadores ou patrocinadores, visto que a busca de aportes é de responsabilidade das entidades (NIYAMA; SILVA, 2008).

Segundo Ludícibus (2010), as informações contábeis são mais que dados fornecidos diante de solicitações, mas sim, uma estrutura de um planejamento elaborado para que se faça sua execução e que seja acompanhado periodicamente. Além disso, elas trazem consigo três benefícios: o planejamento, o controle e a tomada de decisão.

2.4.1 A importância do planejamento

Para todas as ações que se possam fazer, o planejamento tem que ser o primeiro passo a seguir, pois nele serão definidos dados importantes, como quais serão os objetivos e como serão atingidos, serão também analisadas as alternativas e metodologias de ações, entre outros. Além disso, ele contribui na mobilização da captação de investimentos/recursos do setor privado, de modo que as entidades percebam a necessidade de aprofundar como é formado o ambiente que os rodeiam e suas possibilidades, para então alcançar a transformação social, com os serviços disponibilizados através do terceiro setor (ALVES; BONHO, 2019).

Complementando, Mações (2017), conta que o planejamento é a etapa mais importante para uma gestão, não obtendo uma linha estratégica e uma definição clara dos objetivos da organização, a probabilidade de os gestores, não alocarem os recursos corretamente, não saberem como instruir a equipe e não acompanharem os resultados são grandes. Sendo então, essa a etapa fundamental pelo fato de ser onde os gestores definem os objetivos e selecionam as ações necessárias.

2.4.2 O benefício do controle interno

O controle interno contábil foi definido, pelo *Instituto Americano de Contadores Públicos (AICPA)*, como o plano de Organização de uma empresa, com

intuito de proteger o patrimônio, verificar a exatidão dos dados contábeis, acompanhar as atividades operacionais e verificar a obediência das diretrizes da empresa. Logo após, o Instituto dividiu o controle interno em dois grupos, sendo o controle administrativo onde não está ligado diretamente as informações contábeis, mas sim no operacional e obediência da organização, como por exemplo controle de contratos, convênios, ações, entre outros. O outro grupo é o controle contábil, que este sim está ligado diretamente a exatidão das informações contábeis fornecidas, compreendida por números e demonstrativos apresentados através dos sistemas com suporte (CASTRO, 2018).

De acordo com Ludícibus (2010), é usado também como meio de comunicação com os gestores através dos relatórios contábeis, para o melhor gerenciamento dos colaboradores, auxiliando na motivação para que a equipe trabalhe em conformidade ao objetivo organizacional. Resumidamente, o controle é um procedimento do planejamento, onde nesta etapa são acompanhadas todas as atividades desenvolvidas.

2.4.3 Fundamentos para tomada de decisão

Define-se a tomada de decisão como o ato de realizar uma escolha, entre algumas alternativas e diante de uma situação. Para isso, são utilizados procedimentos e métodos de análises para assegurar concordância das informações disponíveis, para então efetuar as tomadas de decisões (GOMES; GOMES, 2019).

Diariamente gestores são deparados com situações que exigem tomadas de decisões, sendo uma mais fácil e outra mais difícil, pode-se dizer que essas decisões é a fundamentação da profissão do gestor. Elas podem ser classificadas em 3 tipos, primeiro são as decisões operacionais, ou seja, mais correntes e de curto prazo; o segundo são as decisões táticas ou administrativas, que são referentes à estrutura e gestão de recursos pelas atividades e setores, também de curto prazo e o terceiro são as decisões estratégicas, sendo essa de longo prazo, devido ao fato de ser definido o futuro da organização, como qual produto produzir e qual mercado a ser explorado (MAÇÃES, 2017).

Para Ludícibus (2010), um dos principais valores da contabilidade se dá pelo fato de fornecer tais informações que sejam capazes de reduzir a incerteza, auxiliando para que se tome a melhor decisão, na maioria das vezes corretivas,

devido ao fato de a execução das atividades não estarem de acordo com o planejado.

Portanto, segundo Alves e Bonho (2019), a contabilidade no terceiro setor contribui no processo de planejamento para a elaboração dos pontos estratégicos, é essencial no controle, auxiliando na averiguação das atividades, se estão de acordo com o planejado e por fim, fundamental para o fornecimento das informações contábeis aos gestores.

Acredita-se que os conceitos e considerações dos autores destacados nessa seção corroboram com o papel da contabilidade no terceiro setor considerando além da sua atividade fim, a contribuição da ciência contábil na prestação de contas e transparência.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Essa seção trata de apresentar os métodos e técnicas de pesquisa deste trabalho, subdividido em duas etapas, a primeira é o enquadramento metodológico e a segunda são os procedimentos de coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A natureza do objetivo deste trabalho é classificada como exploratória, pois conceitua-se como uma pesquisa ampla, possuindo como finalidade o aprofundamento no assunto, aumentando o nível de conhecimento e desenvolvimento, sendo o ponto de partida para pesquisas posteriores (LOZADA; NUNES, 2019).

Sobre a natureza do artigo, pode ser definido como predominantemente teórico, porém não podendo negar a existência de aspectos práticos. De acordo com Galliano (1979), o uso da teoria é uma base, tendo como origem o simples, conduzindo-se ao mais complexo, reunindo as partes estudadas e prática pelo levantamento de dados e aprofundamento ao assunto abordado (GALLIANO, 1979).

No que diz respeito à lógica da pesquisa, determina-se como dedutiva. Marconi e Lakatos (2009), contam que o modo dedutivo define se o raciocínio está correto ou incorreto, não dispondo de posições intermediárias, tendo como função explicar o conteúdo exposto no princípio.

Em relação à coleta de dados, é categorizada como secundária, pelo motivo de que, além de se constituir, ela também analisa fontes já existentes, ou seja, as fontes primárias, como bibliografias e relatórios da empresa, conforme escreve Andrade (2006).

A abordagem de pesquisa é denominada como qualitativa. Gil (2010), relata que nesta abordagem não há fórmulas definidas para orientar, sendo então uma análise de dados que depende de certa forma do pesquisador, além de ser prevalecte nos estudos de casos, um dos procedimentos técnicos utilizados neste trabalho.

No que se refere ao resultado da pesquisa, considera-se como aplicada. Ruiz (2006), à descreve tendo como alguns de seus objetivos investigar, comprovar ou rejeitar hipóteses já existentes e dispendo como seu início, as leis ou teorias mais amplas.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, é definido, como já mencionado, pelo estudo de caso na Associação Jorge Lacerda, contendo também o bibliográfico, por ter como base livros, e documental, pois utilizou-se de relatórios e documentos da empresa. De acordo com Gil (2010), o estudo de caso é muito utilizado nas ciências sociais e biomédicas. Apesar de os primeiros trabalhos terem sido elaborados durante um longo período, com o passar do tempo e as experiências adquiridas, foi provado que esta modalidade pode ser desenvolvida por um período mais curto e com a mesma importância. No que diz respeito a modalidade bibliográfica, é fato que em certo momento de toda e qualquer pesquisa, deve-se utilizar este método, que corresponde em basear-se nos materiais já publicados, como livros, revistas, teses, dissertações e outros documentos relacionados, tendo como vantagem ao pesquisador, o acesso a uma imensa quantidade de informações (GIL, 2010). Já o procedimento documental, também muito atuante nas ciências sociais, é semelhante ao bibliográfico, porém a diferença existente são as fontes, visto que neste método pode ser usado todos os tipos de documentos existentes, principalmente pelo fato de ser utilizado o material interno da empresa/organização (GIL, 2010).

Os instrumentos utilizados para a realização desta pesquisa foram as documentações, em razão pela qual, foi feito o levantamento de relatórios, planilhas e documentos utilizados pela entidade e a busca por pesquisas bibliográficas. Além de os documentos terem benefícios significantes para pesquisas da ciência social,

eles agilizam o processo investigatório e possibilitam, ainda mais, a resolução e exploração do tema escolhido (BEUREN *et al.*, 2008).

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Além da escolha do tema para realização deste trabalho, o primeiro momento deu-se principalmente, da busca de variados livros e autores, com o intuito de aprofundar e adquirir mais conhecimentos diante do tema, analisando as informações que caracterizam o terceiro setor, obtendo então a base para o início da construção desta pesquisa.

No segundo passo, a procura ocorreu perante leis e normas, que pudessem auxiliar na identificação de alguns aspectos legais que envolvem a contabilidade no terceiro setor, visando cumprir com o segundo objetivo específico.

A última etapa conduziu-se basicamente de levantar e coletar dados e informações através dos documentos utilizados pela entidade, para a demonstração dos procedimentos aplicados, como forma de controle interno do setor financeiro. Desse modo, identificou-se o papel que a contabilidade atinge na associação estudada em diversos pontos como o controle, a prestação de contas, a transparência e a contribuição na capitação de recursos como consequência.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, ocorre a caracterização e identificação do objeto de estudo, sendo ela a Associação Jorge Lacerda. Em seguida constam a análise e discussão do resultado, visando cumprir os objetivos específicos e por último, a visão sistêmica aplicada ao caso.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO⁴

Essa seção trata da caracterização da empresa concedente de estágio. Portanto, a empresa aqui apresentada e utilizada como objeto de estudo, será:

⁴ Os dados contidos nessa seção têm como fonte estatuto social, documentos da associação e conversas informais com o supervisor do estágio.

Associação Jorge Lacerda, entidade que administra o Parque Ambiental Encantos do Sul.

Em 1998, a empresa Tractebel energia adquiriu o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, na região sul de Santa Catarina, local onde a exploração do carvão mineral foi uma das atividades responsáveis pelo desenvolvimento econômico entre as décadas de 1940 e 1980.

Com as intensas ações de recuperação da área, devido à queima do carvão mineral, diminuíram os impactos e permitiu o uso da área para outros fins. Sendo o Parque, uma iniciativa completamente voluntária da companhia, que empreendeu a idealização e a construção do mesmo, investindo mais de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a fim de oferecer novo destino a uma área recuperada da degradação ambiental.

O Parque Ambiental foi inaugurado para população, em 18 de outubro de 2013. Formado por 35 hectares, localizado no município de Capivari de Baixo, região sul de Santa Catarina, beneficia cerca de 350 mil habitantes diretamente da região da Amurel.

Para seu gerenciamento, foi então fundada a Associação Jorge Lacerda, que o administra mediante um estatuto social, composta por cinco entidades, são elas: Engie, Fucap, Unisul, Amurel e Ases, no qual cada uma delas intitula seus representantes, sendo um titular e um suplente.

A administração da associação é formada pelos seguintes órgãos: Assembleia geral ou Conselho deliberativo, Conselho de gestão, Conselho superior, Conselho fiscal e Diretoria Executiva.

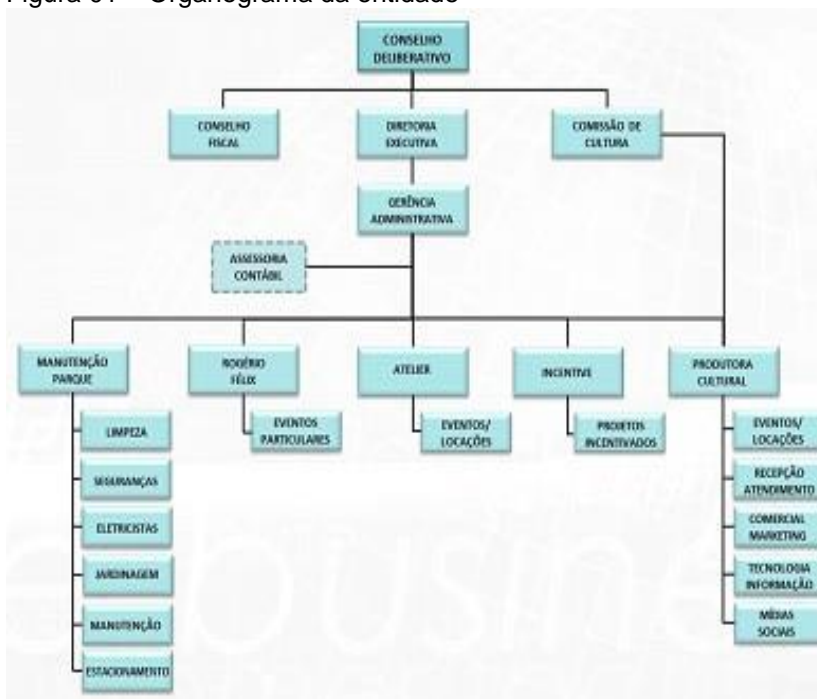
Atualmente, o quadro de colaboradores é constituído por quatorze pessoas e cinco setores, são eles: O setor da administração, composto pela gerente geral/comercial e a assistente administrativa. O setor Atendimento com uma recepcionista. Setor de manutenção, sendo um líder e três auxiliares de manutenção predial. Setor de segurança patrimonial, com quatro vigias alternados (dois diurnos e dois noturnos). E o setor da limpeza, sendo três auxiliares de serviços gerais.

Prestam serviços para associação, mediante contratos, treze microempreendedores individuais. Todos trabalham para os projetos que ocorrem no Parque ambiental, a grande maioria via incentivo fiscal. Dentre os prestadores, estão: Produtor cultural, assistente financeiro dos projetos, assistente de produção, marketing, assessoria de imprensa/comunicação, técnico de som e luz, professores

de dança, professores de música erudita, violão, teatro, educadora ambiental e responsável técnica da área ambiental.

A entidade contém um organograma da estrutura hierárquica, conforme apresentado na figura 01.

Figura 01 – Organograma da entidade



Fonte: AJL (2020).

Com o intuito de se tornar autossustentável, a entidade tem como uma de suas finalidades implementar e gerir o Parque Ambiental encantos do Sul com recursos próprios ou obtidos por meio de contratos, convênios, termos de parceria e/ou patrocínios, incluindo a captação de recursos incentivados ou não por dispositivos legais e/ou doações, prestação de serviços, promoção de eventos e locações de espaços, gestão de espaços próprios e de terceiros.

Diante disso, hoje as receitas são oriundas de repasse de valor da Engie Brasil Energia, para custear o bom funcionamento do Parque, locações de espaços para casamentos, formaturas, aniversários, eventos corporativos, locações oriundas de projetos incentivados, participação de shows, locações de parceiros fixos como, restaurante, pedalinhos, estacionamento, entre outros.

Existem dois setores financeiros, um para as contas gerais do parque, que recebe todas as locações, realiza os pagamentos referentes a toda manutenção e colaboradores. E o outro é somente para projetos via incentivo fiscal, como a Lei de

Incentivo a Cultura e o Fundo da Criança e do Adolescente, que cuida toda a parte de captação de recursos, pagamentos de fornecedores, prestadores de serviços e prestação de contas.

Há uma série de normas a serem seguidas por todos os setores, principalmente os financeiros que trabalham em constante contato com a contabilidade, assessorada por um escritório externo, chamado Orprocon serviços contábeis. Mensalmente, a assistente administrativa encaminha para a eles, todas as documentações, como relatórios financeiros, planilha com os lançamentos das notas de entradas e saídas, extratos bancários, entre outros e da parte de recursos humanos, como horários registrados pelos colaboradores, atestados médicos, ou seja, todas as informações relevantes. Do mesmo modo, o responsável pelo financeiro dos projetos também envia as documentações do seu setor.

Portanto, seguir as normas internas e manter essa ligação com a contabilidade, encaminhando cada pagamento, cada captação de recurso, aquisição de bens, contratações, entre outros, é de grande relevância, para que assim a assessoria contábil obtenha todas as informações podendo então emitir os documentos necessários para que haja a prestação de contas clara e conseqüentemente aprovadas.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta etapa apresenta a análise e discussão dos resultados deste trabalho, que tem como finalidade o cumprimento dos objetivos específicos atribuídos à pesquisa, visando levantar informações, identificar aspectos e coletar dados relacionados.

4.2.1 A caracterização do terceiro setor

O primeiro objetivo específico da pesquisa é levantar, conforme a literatura, caracterizações das entidades do terceiro setor. Esse objetivo encontra-se cumprido de forma completa no referencial teórico. Nesse contexto e de forma resumida pode-se destacar que as entidades do terceiro setor se caracterizam pela forma como recebem e designam seus recursos e suas finalidades. Ou seja, as entidades ou instituições, como geralmente são chamadas, têm seus recursos oriundos de

programas governamentais, os denominados incentivos fiscais que é quando empresas privadas ou pessoas físicas concedem recursos à instituição, reduzindo a sua dívida com a receita federal. Outra forma seria a de patrocínio ou doação, em ambas as formas é um grande desafio conquistar estes recursos. Obtendo também, como uma de suas principais características, a destinação dos recursos revertidos em prestações de serviços para com a sociedade, seja ele na cultura, educação, saúde, lazer e outros. Outro ponto de destaque deste setor é o fato de não terem como objetivo a lucratividade, e sim a finalidade em se manterem como entidade e manterem seu patrimônio.

Como também já visto, não se tem dados exatos da sua dimensão, porém com a geração de empregos, o valor significativo de recursos que é circulado e os benefícios que trazem a sociedade, o terceiro setor está ganhando cada vez mais espaço no país.

As entidades que o compõem, são: Associações, organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade, organizações não governamentais (ONG's), Fundações, organizações sociais e organizações de sociedade civil de interesse público (OSCIP).

Outra particularidade é que pode ser constituído por um grupo de pessoas físicas ou um grupo de empresas privadas. No caso de empresas privadas, geralmente um funcionário é designado para representar a empresa por meio de uma procuração particular, na maioria das vezes é voluntariamente. Após as escolhas dos representantes (jurídicos ou físicos), é realizado uma assembleia geral ordinária de posse, onde deve-se elaborar a Ata de posse e então formalizarem o estatuto da entidade.

O denominado estatuto social, nada mais é que um instrumento legal, do qual a entidade é orientada e regida de acordo com as normas, características e regras que nele se encontram. Devem conter as seguintes informações: Os objetivos, denominação e os fins; a sede da associação; as exigências para admissão, demissão e exclusões dos colaboradores e associados; os direitos e deveres dos associados; suas fontes de recursos; como será a sua constituição, o funcionamento dos conselhos e a gestão administrativa; como deverá ser realizado a prestação e aprovação de contas e entre outras informações que vierem a serem relevantes. Ao finalizar o documento, o mesmo deve ser registrado no cartório para sua validação.

Portanto, cabe destacar, que a associação Jorge Lacerda, objeto de estudo desta pesquisa, é constituída pelo conselho deliberativo, sendo este o supremo, o conselho fiscal, no qual aprova ou não as contas, a diretoria executiva e a comissão de cultura.

4.2.2 A contabilidade para o terceiro setor

O segundo objetivo específico deste trabalho é identificar alguns dos principais aspectos legais e contábeis do terceiro setor, destacando que a contabilidade é indispensável para todas as entidades, com ou sem fins lucrativos, pequenas ou grandes, públicas ou privadas. Nesse sentido é importante destacar que a contabilidade possui um papel fundamental, pois é preciso tê-la como orientação para que seja comprovado o cumprimento das exigências.

Quando falado em exigências para esse segmento, refere-se à transparência na prestação de contas, logo nos documentos contábeis e relatórios financeiros, sendo este um fator decisivo para sobrevivência da entidade, esta prestação seria para o Estado, empresas privadas e a quem mais for envolvido, conforme consta na Lei 9.637/98. Outro ponto é o suporte e orientação para o gerenciamento da entidade, este é direcionado aos colaboradores e administradores da mesma.

É necessário que seja feita a escrituração e que se tenha o controle de todas as receitas e despesas, assegurando sua exatidão. Ou seja, cada gasto, cada aquisição feita deve conter nas informações contábeis, assim como todas as receitas oriundas de doações ou patrocínios. Além da comprovação de que os serviços foram realizados conforme planejado.

Quanto às demonstrações contábeis, é sugerido que sejam feitas no mesmo modelo das demonstrações de empresas privadas, porém com as devidas adaptações. Importante ressaltar que segundo a ITG (2002), as entidades devem seguir o princípio da competência, ou seja, as receitas e despesas devem ser reconhecidas na apuração do período em que ocorrem, mesmo que não se tenha feito pagamento ou recebimento.

Ainda de acordo com a ITG (2002), as principais demonstrações contábeis exigidas são os balanços patrimoniais, essencial para qualquer organização, nele é evidenciado a situação econômica, financeira e patrimonial. Basicamente a estrutura é a mesma das empresas privadas, sendo adaptadas apenas algumas

nomenclaturas. Outra demonstração exigida é a demonstração de resultado, que tem como finalidade evidenciar as atividades desenvolvidas durante um determinado período. Compõem também a demonstração do resultado do período, a demonstração de mutação no patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa e as notas explicativas, quando aplicável.

Como o objetivo destas entidades não é o lucro, o principal motivo de acompanharem essas informações não seria apenas para verificar se o resultado deu déficit ou superávit, mas sim para verificarem as atividades que foram exercidas, se estão de acordo com o que haviam. De acordo com a NBC 10.19, quando resultado final for superávit, o mesmo não deve ser distribuído entre diretores ou associados, mas sim permanecer nas contas da entidade, sendo destinado a manutenção, crescimento ou investimentos.

Olak e Nascimento descrevem a existência do princípio da entidade, no qual reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade, independentemente se pertence à uma pessoa ou um grupo, com finalidades de lucro ou não, sendo que em caso de instituição/organização, não se deve confundir o patrimônio da associação, com o dos associados.

4.2.3 Procedimentos internos utilizados pela Associação Jorge Lacerda

Controle interno é um termo bem abrangente, visto que não se restringe somente ao controle financeiro ou contábil, o mesmo deve estar em todos os setores de uma organização, para seu melhor desempenho e resultados. Portanto, este terceiro objetivo específico é concentrado em apresentar os dados do controle interno financeiro da Associação Jorge Lacerda.

O controle tem a finalidade de fornecer informações válidas à contabilidade, auxiliar na administração, na tomada de decisão e proteger os ativos. Uma vez que, para qualquer entidade estar atuante, ela precisa estar com seu controle financeiro e sua organização administrativa transparente e consistente, para que assim possa alocar devidamente seus recursos.

O mesmo é formado por diversos procedimentos, métodos e técnicas, para que os gerenciadores e administradores, executem diariamente. Sendo que, cada organização deve ter sua própria organização, diante das suas necessidades e realidade.

É fundamental que esses procedimentos definidos não estejam apenas no papel, mas sim no dia a dia da organização. Para isso os envolvidos precisam reconhecer a importância de executá-los, pois cada informação é primordial para os relatórios contábeis, para a utilização correta das receitas, evitando desperdícios ou falhas.

A Associação Jorge Lacerda segue uma linha de procedimentos diariamente, tanto para os recebimentos dos seus recursos, sendo o controle de contas a receber, quanto para a destinação deles, no controle de contas a pagar.

4.2.3.1 Contas a receber

É essencial obter um controle eficiente nesta etapa, evitando os atrasos nos recebimentos ou até mesmo o risco de deixar de receber. No caso da AJL, as receitas são oriundas principalmente de doações, onde a fundadora, a empresa Engie Brasil Energia, realiza aportes mensalmente para a manutenção das instalações e equipamentos, e também para as despesas fixas, como os salários, encargos e outros. Primeiramente, é acordado um termo de doação entre as partes onde é renovado a cada ano. O procedimento realizado para o recebimento deste recurso é através de uma nota de débito, onde a entidade emite, o diretor financeiro assina e após é encaminhado para a doadora, conforme mostra a figura 02.

Figura 02 – Nota de débito



Rua Osvaldo Pinto da Veiga, nº 1 – 88745-000 – CNPJ 12.606.501/0001-03

NOTA DE DÉBITO

ENGIE BRASIL ENERGIA S.A, AV. Paulo Santos Mello, 555	Número:	05/2021
Capivari de Baixo – SC	Emissão:	05/04/2021
CNPJ – 02.474.103/0002-08	Vencimento:	05/05/2021
	Valor:	R\$ XXXX

(XXXXXX REAIS *****
*****)

HISTÓRICO

VALOR QUE LHES DEBITAMOS REFERENTE AO PAGAMENTO DOS RECURSOS PARA A ASSOCIAÇÃO JORGE LACERDA, REFERENTE AO MÊS DE MAIO/2021, CONFORME TERMO DE DOAÇÃO Nº REJL.NAJL.19.178172.

Parcela: R\$ XXXXX

INSTRUÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A/C FINANCEIRO

Diretoria Administrativo/Financeiro

Fonte: AJL (2021).

Outra forma de receitas são as comerciais, através das locações de espaços para eventos privados e aluguel dos parceiros, como o restaurante, academia, quiosques e outros. Devido a sede da Associação ser no parque ambiental encantos do sul, contendo amplos espaços, os mesmos são utilizados comercialmente para que os recursos da entidade não sejam limitados apenas em doações. Para este, é emitido um recibo de locação, de acordo com a figura 03.

Figura 03 – Recibo de locação



Capivari de Baixo, 24 de março de 2021.

RECIBO


A Associação Jorge Lacerda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.606.501/0001-03, com sede na Avenida General Osvaldo Pinto da Veiga declara ter recebido da empresa xxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx./xxx-xx, com sede na Rua xxxxxxxx, a importância de R\$ xxx,xx, referente à locação da sala do meio ambiente no dia 29 de março de 2021 das 07h00min as 22h00min, 5 (cinco) mesas e 10 (dez) cadeiras.

Gerente administrativa/financeira

Fonte: AJL (2021)

Por último, seriam os recursos oriundos dos projetos via incentivo fiscal. Conforme já escrito, a AJL realiza projetos pela LIC, para estes projetos já se obtém um modelo de recibo padrão, o chamado recibo de mecenato. São emitidas três vias, sendo uma via para o Ministério da Cultura, uma para o proponente do projeto, ou seja, a AJL, e a outra para a empresa apoiadora, que irá aportar os recursos, que neste caso também seria a empresa Engie, conforme consta na figura 04.

Figura 04 – Recibo de mecenato

 Ministério da Cultura PRONAC - MECENATO	COMUNICADO MECENATO RECIBO Nº 002	N.º PRONAC: 193113 Segmento Cultural: Teatro	
	RECEBI(EMOS) A IMPORTÂNCIA, ABAIXO ESPECIFICADA, COMO PARTICIPAÇÃO NO PRONAC/MECENATO, CONFORME ESTABELECE OS ARTIGOS 26 E 18 DA LEI N. 8.313 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991, DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEX/MINC/ SRF/MF N.º 01 DE 13.06.95.		
DADOS DA PARTICIPAÇÃO			
01- TIPO DA OPERAÇÃO ART. 26 DA LEI 8.313 ART. 18 DA LEI 8.313/91 <input type="checkbox"/> - DOAÇÃO <input type="checkbox"/> - DOAÇÃO <input type="checkbox"/> - PATROCÍNIO <input checked="" type="checkbox"/> - PATROCÍNIO		02 - VALOR DO INCENTIVO <p style="text-align: center;">165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais)</p>	
03. BANCO: 001	04. Nº DA AGÊNCIA: 5456-9	05. N.º CONTA CORRENTE: 17.244-8	06. DATA DO RECEBIMENTO DO INCENTIVO:
07. MENCIONAR A FORMA DE INCENTIVO: <input type="checkbox"/> - BENS <input type="checkbox"/> - SERVIÇOS			
08. ESPECIFICAR A DOAÇÃO/PATROCÍNIO:			
09. - FORMA DE AVALIAÇÃO DA DOAÇÃO/PATROCÍNIO:			
DADOS DO INCENTIVADOR			
10. NOME: ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.			
11. C.N.P.J/C.P.F.: 02.474.103/0001-19		12. ENDEREÇO: Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064 Agrônômica	
13. CIDADE: Florianópolis	14. UF: Santa Catarina	15. CEP: 88.025-255	16. TELEFONE/FAX: (48) 3221-7076
17. EMPRESA: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		18. FAZ PARTE DE ALGUM GRUPO EMPRESARIAL ? Sim QUAL ? Engie.	
19. NOME DO DIRIGENTE MÁXIMO DA EMPRESA INCENTIVADORA: Eduardo Sattamini			
DADOS DO PROJETO BENEFICIADO			
20. NOME: Plano Bienal do Parque Ambiental Encantos do Sul 2020/2021			
21. DATA DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA DE APROVAÇÃO NO DOU: DOU de aprovação - n.220 (p.11) de 13.11.2019.			
22. PROPONENTE: Associação Jorge Lacerda			23. CNPJ/CPF: 12.606.501/0001-03
24. ENDEREÇO: Rua General Osvaldo Pinto da Veiga, 01 - Centro			25. TELEFONE/FAX: (48) 3623-2460
26. CIDADE: Capivari de Baixo		27. UF: SANTA CATARINA	28. CEP: 88.745-000
DADOS DO DECLARANTE (NO CASO DE PESSOA JURÍDICA)			
29. NOME: Valdeci Francisco Algayer			
30. C.P.F.: 343.181.780-72		31. CARGO: Presidente	32. TELEFONE: (48) 3623-2460
33. LOCAL/DATA: Capivari de Baixo, 29 de setembro de 2020.		34. ASSINATURA:	
1º. VIA - INCENTIVADOR / 2º VIA - SECRETARIA/MINC / 3º. VIA - EMITENTE			

Fonte: Ministério da cultura (2021).

Importante destacar que estes recursos são destinados exclusivamente às despesas referentes a execução dos projetos. Como exemplo têm-se o projeto das oficinas culturais do Parque, onde é ofertado aulas de música e danças para crianças e adolescentes. Os gastos com professores, equipamentos para aulas, uniformes, material e outras que venham surgir relacionado a estas atividades, são pagos com estes recursos via incentivos fiscais. O aporte é depositado diretamente

em um conta bancária aberta apenas para a execução do mesmo, conforme exigência da Lei de Incentivo à Cultura.

A figura 05 apresenta a planilha do controle financeiro da administração, do qual são feitos os lançamentos dos valores recebidos, na aba das entradas, envolvendo apenas a doação mensal da Engie, para as despesas fixas e as locações dos espaços. Os recursos dos projetos são lançados em outra planilha, semelhante a esta. Os lançamentos são separados, pois as contas bancárias e os centros de custos são distintos.

Figura 05 – Planilha do controle financeiro (entradas)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
1	ASSOC											562.254,48	
2	Ordem	DataEmissao	CódCli	Nome Cliente/Associado/Parcel	Doc	ValorOriginal	DataVenc	Valor Parcela	CentroCusto	NaturezaFinanceira	DataRecebimento	ValorRebido	Situacao
14	3	08/01/2020	206	Associação Abraço Fraternal	1	R\$ 800,00	08/01/2020	R\$ 800,00	Administração	Transferencia entre contas	08/01/2020	R\$ 800,00	Quitada
23	14	15/01/2020	213	Engie Brasil Energia	1	R\$ 70.000,00	15/01/2020	R\$ 70.000,00	Administração	Transferencia entre contas	15/01/2020	R\$ 70.000,00	Quitada
34	10	30/01/2020	215	Ibrahim Ricardo	1	R\$ 400,00	30/01/2020	R\$ 400,00	Administração	Transferencia entre contas	30/01/2020	R\$ 400,00	Quitada
35													
36													
37													
38													
39													
40													
41													
42													
43													
44													
45													
46													
47													
48													
49													

Fonte: Orprocon Contabilidade (2020).

4.2.3.1 Contas a pagar

Nesta etapa, são descritos os procedimentos utilizados para a realização de pagamentos das obrigações, sendo elas os fornecedores de produtos e equipamentos, prestadores de serviços, obrigações fiscais, sociais e trabalhistas. Da mesma forma que o controle nas contas a receber é essencial, nas contas a pagar ele tem a mesma importância, pois irá fazer o acompanhamento e previsão das despesas, tendo então que trabalhar adequadamente com seus recursos, cumprindo com todas as suas obrigações.

Além disso, conforme escreve Almeida (2007), se a organização tiver um controle eficaz, ele irá auxiliar para que o administrador conheça seus principais fornecedores, irá conceder informações para priorizar os pagamentos da empresa e fornecerá informações referentes ao montante que deverá ser pago em um determinado período, podendo já prever o que de receita será preciso para cobri-lo.

Cada organização deverá estabelecer seus métodos e procedimentos, de acordo com suas necessidades, porém o intuito será sempre o mesmo, organizar de forma com que seja evidenciado nitidamente os gastos, evitando acontecer falhas como atrasos que possam gerar juros ou restrições e também para que tenham conhecimento desses números, obtendo uma programação e planejamento dos seus recursos.

Desta forma, devido ao fato de a AJL ser uma entidade que além de priorizar a ética e a lealdade, precisa também ser transparente com suas contas e adequar seus gastos de acordo com sua realidade, sendo assim a mesma realizou a contratação de uma consultoria para auxiliar, da melhor maneira, na formalização destes procedimentos.

Primeiramente, para compras de material, equipamentos, manutenções e outros gastos inesperados, é necessário seguir as normas de compras, que são: Realizar três orçamentos em empresas distintas, solicitando em um papel timbrado. Preencher o quadro comparativo, com as informações dos orçamentos recebidos, conforme mostra a figura 06. Após realizar a aquisição, é feito a ordem de compra, onde deve constar todas as informações da empresa, do material/serviço, da garantia e o prazo de entrega ou prazo de execução, quando for prestação de serviço.

Figura 06 – Quadro comparativo de compras

AJL – ASSOCIAÇÃO JORGE LACERDA							
QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS							
Dossiê nº: 2020 - 0075 _ R0		Proponentes				Observações	
Nome da Empresa:		Central Sul Uniformes	Bruna Bordados	Triunfo Uniformes			
Telefone / Email:		(48) 3052-2957	(48) 9662-6912	(48) 9647-6006			
Nome do Vendedor:		Valdirene	Bruna Bordados	Marcos			
Data da Consulta:		xxxxx	xxxxx	xxxxx			
Validade da Proposta:		30 dias	30 dias	30 dias			
Condições de Pagamento:		parcelado	À vista	parcelado			
N.º	Item	Qtde.	Valores (R\$)				Orçamento Básico (R\$) ¹
	Descrição						
1	Camiseta branca	1	Unitário 6,00	10,00	11,00	0,00	0,00
			Total Item 6,00	10,00	11,00	0,00	0,00
2	Calça jeans (retirar bolso)	1	Unitário 6,00	10,00	10,50	0,00	0,00
			Total Item 6,00	10,00	10,50	0,00	0,00
3	Jaqueta (bordado e retirar bolso)	1	Unitário 6,00	10,00	11,00	0,00	0,00
			Total Item 6,00	10,00	11,00	0,00	0,00
4	Camisa Azul (bordado)	1	Unitário 6,00	10,00	11,00	0,00	0,00
			Total Item 6,00	10,00	11,00	0,00	0,00
5	Calça (bordado aplicado)	1	Unitário 6,00	10,00	11,00	0,00	0,00
			Total Item 6,00	10,00	11,00	0,00	0,00
6	Jaqueta azul (Bordado)	1	Unitário 6,00	10,00	11,00	0,00	0,00
			Total Item 6,00	10,00	11,00	0,00	0,00
11	Camisa Bege (bordar, retirar e colocar bolso)	1	Unitário 7,00	10,00	11,00	0,00	0,00
			Total Item 7,00	10,00	11,00	0,00	0,00
Sub-Total (R\$)			43,00	50,00	76,50	0,00	0,00
Desconto			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL (R\$)			R\$ 43,00	R\$ 50,00	R\$ 76,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Lista de Fornecedores ² :		Aprovação da Consulta de Preços		Justificativas e Observações ³ :
Comprador	Assinatura do Comprador	Data Aprovação	Assinatura do Aprovador	
Nome: Vitória Mello Schmidt			Valdeci Francisco Algayer	Orçamentos realizados para troca de bordados nos uniformes doados pela Engie para AJL. Indicamos o orçamento da empresa Cantral Sul Uniformes, por ser o de melhor valor e já ter feito outros uniformes para o Parque, sendo o serviço de qualidade.
Data da Cotação: xx/xx/xxxx	Matrícula do Comprador: 00000		Função: Presidente	

Fonte: AJL (2021).

planejamentos do próximo ano, cabendo a todos os membros darem suas aprovações.

Figura 08 - Balancete

Balancete de 01/01/2020 a 31/12/2020

Página: 3

Empresa: 506 - ASSOCIACAO JORGE LACERDA

Capivari de Baixo/SC - CNPJ:12.606.501/0001-03

Conta	Classificação	Tipo	Nome da conta contábil	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
303	4	T	SUPERÁVIT/DEFICIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	1.106.199,18	1.136.900,03	30.700,85
304	4.01	T	RECEITAS	0,00	272,35	1.084.400,38	1.084.128,03
305	4.01.01	T	RECEITAS ATIVIDADES	0,00	0,00	1.083.590,84	1.083.590,84
312	4.01.01.02	T	RECEITA DE DOAÇÕES	0,00	0,00	915.115,00	915.115,00
757	4.01.01.02.06	C	Doações Não Governamentais de Pessoas .	0,00	0,00	915.115,00	915.115,00
316	4.01.01.02.06.001		Doações Não Governamentais de Pess	0,00	0,00	915.115,00	915.115,00
382	4.01.01.09	T	OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	168.475,84	168.475,84
539	4.01.01.09.10		Comissão Red Park	0,00	0,00	14.323,45	14.323,45
875	4.01.01.09.42		Coordenação Projetos	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
742	4.01.01.09.31		Locação Comercial	0,00	0,00	62.233,30	62.233,30
741	4.01.01.09.30		Locação Patrimonial	0,00	0,00	12.017,12	12.017,12
386	4.01.01.09.09		Outras Receitas das Atividades	0,00	0,00	3.200,00	3.200,00
693	4.01.01.09.20		Receita Amigos do Park	0,00	0,00	56.701,97	56.701,97
387	4.01.02	T	DEDUÇÕES DAS RECEITAS	0,00	272,35	0,00	(272,35)
388	4.01.02.01	T	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DAS ATIVIDA	0,00	272,35	0,00	(272,35)
392	4.01.02.01.04		(-) Cofins Sobre Receita Bruta	0,00	272,35	0,00	(272,35)
434	4.01.05	T	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	809,54	809,54
435	4.01.05.01	T	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	809,54	809,54
436	4.01.05.01.01		Receitas de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	809,54	809,54
448	4.02	T	DESPESAS	0,00	1.105.926,83	52.499,65	(1.053.427,18)
449	4.02.01	T	DESPESAS COM RECURSOS HUMANOS	0,00	575.471,58	39.661,65	(535.809,93)
457	4.02.01.02	T	DESPESAS COM EMPREGADOS	0,00	575.046,58	39.661,65	(535.384,93)
551	4.02.01.02.10		Assistencia ao Trabalhador	0,00	830,00	0,00	(830,00)
462	4.02.01.02.05		Despesa com Provisão para Remuneração	0,00	117.396,49	11.075,62	(106.320,87)
459	4.02.01.02.02		Encargos Sociais com Empregados-FGTS	0,00	25.395,78	748,01	(24.647,77)
460	4.02.01.02.03		Encargos Sociais com Empregados-INSS	0,00	90.340,15	0,00	(90.340,15)
458	4.02.01.02.01		Ordenados, Salários, Gratificações e Outras	0,00	337.013,94	26.117,46	(310.896,48)
463	4.02.01.02.09		Outros Gastos com Empregados	0,00	557,06	0,00	(557,06)
559	4.02.01.02.11		Vestuario ao trabalhador	0,00	1.792,60	0,00	(1.792,60)
464	4.02.01.03	T	DESPESAS COM PESSOAS SEM VÍNCULO	0,00	425,00	0,00	(425,00)
469	4.02.01.03.09		Outros Gastos com Pessoas Fisicas sem Ví	0,00	425,00	0,00	(425,00)
470	4.02.02	T	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	513.464,23	12.838,00	(500.626,23)
471	4.02.02.01	T	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	513.464,23	12.838,00	(500.626,23)
647	4.02.02.01.39		Água e Esgoto	0,00	9.643,73	33,46	(9.610,27)
743	4.02.02.01.59		Alimentação Colaboradores	0,00	32.704,98	0,00	(32.704,98)
550	4.02.02.01.21		Alimentação/Lanches e Refeições	0,00	52.235,44	0,00	(52.235,44)
573	4.02.02.01.29		Bens de Pequeno Valor	0,00	5.771,58	0,00	(5.771,58)
574	4.02.02.01.30		Brindes	0,00	1.987,40	0,00	(1.987,40)
552	4.02.02.01.22		Combustiveis/Lubrificantes - Veiculos	0,00	13.734,13	0,00	(13.734,13)
554	4.02.02.01.24		Comunicacoes	0,00	5.806,18	0,00	(5.806,18)
744	4.02.02.01.60		Confraternização	0,00	1.728,76	0,00	(1.728,76)
648	4.02.02.01.40		Correios e Malotes	0,00	21,00	0,00	(21,00)
482	4.02.02.01.11		Depreciação e Amortização	0,00	12.152,52	0,00	(12.152,52)
872	4.02.02.01.66		Despesas com Cartorio	0,00	177,70	0,00	(177,70)

Fonte: Oroprocon contabilidade (2021).

Diante do exposto, a contabilidade entra com um dos seus papéis, que é a busca, seleção e identificação das informações lançadas na planilha financeira, juntamente com as notas fiscais, pagamentos, recibos e notas de débitos, para então emitirem o balancete e enviá-lo, ao conselho fiscal da associação.

4.3 VISÃO SISTÊMICA APLICADA AO CASO

Iudícibus (2000), resume o objetivo da contabilidade como a principal fonte de informações econômica, financeira, produtiva e social, para os envolvidos à determinada instituição, com intuito de auxiliá-los na tomada de decisão e também, o acompanhamento das variações do patrimônio da mesma.

O objeto da contabilidade é o patrimônio de qualquer entidade, sendo ele formado pelos bens, direitos e obrigações. E o seu campo de atuação, são todas as instituições que exerçam atividades econômicas. Além disso, o contador também pode exercer uma função social, pelo fato de fornecer as informações da situação econômica da entidade, do quão bem ela está e se a aplicação dos recursos recebidos está de acordo com esperado pelos interessados, que no caso do terceiro setor, são os patrocinadores, apoiadores, sociedade e o Estado (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2018).

Para Araújo (2005), os registros e apurações da contabilidade no terceiro setor, são fundamentais para o funcionamento das entidades, devendo seguir sempre as regras impostas pela NBC. Relata também que a importância desses registros e a atuação do profissional contábil não diferenciam, de segundo ou terceiro setor, obtendo apenas suas particularidades, conforme suas necessidades.

Portanto, acredita-se que o tema abordado nesse estudo tem relação direta com a contabilidade, pois através dos métodos utilizados no controle interno da associação, que a mesma levanta informações referentes à sustentabilidade e evolução do seu patrimônio, além de conceder os documentos necessários para a prestação de contas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O terceiro setor, sendo ele formado por entidades sem fins lucrativos, conquistou nos últimos anos, funções fundamentais na sociedade, fornecendo serviços à população e adquirindo como consequência maior visibilidade na economia do país.

Embora tenha conquistado o seu papel na economia, uma de suas características é não possuir como finalidade a lucratividade, porém para sua

existência é necessário a captação de recursos que são revertidos nos serviços prestados e em manutenções do patrimônio.

Além disso, as exigências nas prestações de contas são rigorosas e é fundamental que sejam transparentes e válidas. Para isso o objetivo geral do estudo é apresentar o papel da contabilidade no processo de controle interno financeiro da Associação Jorge Lacerda. Portanto, o cumprimento deste objetivo deu-se através da identificação das etapas e dos procedimentos realizados pela entidade, utilizados pela contabilidade para que possa comprovar as informações, demonstrando o que foi recebido de recursos e aonde foram destinados com as despesas obtidas, de forma exata e eficaz, fornecendo então os dados e materiais exigidos.

Diante dos resultados encontrados neste trabalho, no que se refere ao terceiro setor, é possível identificar algumas das características e o que as classificam nesta modalidade e principalmente, compreender o papel fundamental da contabilidade para sua existência. Para isso, os profissionais contábeis responsáveis acompanham as operações financeiras realizadas pela entidade, tornando-as mais claras e objetivas aos interessados, com intuito de auxiliá-los nas tomadas de decisões e nas prestações de contas.

Portanto, sabendo que a contabilidade está presente em todos os ramos de atividades, sendo ele com fins lucrativos ou não, pode-se considerar que a contabilidade participa no processo de controle interno como forma de evidenciar as ações realizadas. Tornando-as então, mais clara e transparente, tendo como intuito orientar os gestores e transmitir as informações aos patrocinadores e apoiadores.

Após o levantamento de todas as informações relacionadas ao tema e ao objeto de estudo, a Associação Jorge Lacerda, na qual concedeu e execução do estágio, pode-se concluir que a entidade realiza todos os procedimentos exigidos perante seu estatuto e órgãos responsáveis. Deste modo, obtém sua transparência nas contas e serviços realizados, estando em dia com suas obrigações. Contudo, cabe recomendar apenas seja um trabalho contínuo e podendo ser aperfeiçoado juntamente com a contabilidade.

Tendo em vista que a contabilidade é uma ciência que contribui consideravelmente na gestão de todas as entidades, sugere-se que sejam feitas pesquisas mais aprofundadas no que diz respeito ao balanço contábil e demonstrações de resultados em entidades que fazem parte do terceiro setor.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria um curso moderno e completo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ALVES, Aline. BONHO, Fabiana Tramontin. **Contabilidade do terceiro setor**. Porto Alegre: Sagah, 2019.
- ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2005.
- ATTIE, William. **Auditoria interna**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Maury *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BRASIL. **Lei N° 9.637, de 15 de maio de 1998**. Das Organizações sociais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm. Acesso em: 13 abr. 2021.
- CAMARGO, Mariângela Franco *et al.* **Gestão do terceiro setor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Futura, 2002.
- CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- CONSELHO Federal da Contabilidade. **Normas brasileira da contabilidade 10.19: entidades sem finalidades de lucro**. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1019.htm>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- CONSELHO Federal da Contabilidade. **Interpretação técnica geral, ITG 2002 (R1)**. Entidades sem finalidades de lucro. Brasília, 21 agosto 2015. Disponível em: <https://www.lei13019.com.br/legislacao/arquivo/82.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- FRANCO, Hilário. MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- FRANZONI, Gervásio. **Contabilidade geral**. São Paulo: FTD, 1997.

GALLIANO, Guilherme. **O Método científico teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio de Loureiro; ARIMA, Carlos Hídeo; NAKAMURA, Wilson Toshio. **Gestão controle interno, risco e auditoria**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GOMES, Luiz Flavio Autran Monteiro; GOMES, Carlo Francisco Simões. **Princípios e métodos para tomada de decisão**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio. MARION, José Carlos. FARIA, Ana Cristina. **Introdução à teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; KANITZ, Stephen Charles *et al.* **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOZADA, Gisele. NUNES, Karina da Silva. **Metodologia científica**. Porto Alegre: Sagah, 2019.

MAÇÃES, Manuel Alberto Ramos. **Planejamento estratégico e tomada de decisão**. 4. ed. Portugal: Conjuntura Actual editora, 2017.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial a administração do terceiro setor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro setor: regulação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Petrópolis, 2006.

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS PRINCIPAIS IMPACTOS DA
PANDEMIA DE COVID-19 NA EMPRESA M&M MODAS LTDA**

Luciane Machado Luciano¹

Maria Aparecida Cardozo²

Alessandro de Medeiros³

Resumo: Este artigo aborda a relação entre a pandemia de covid-19 e os principais impactos causados por ela, sendo analisados do ponto de vista contábil tendo como base as demonstrações da empresa M&M Modas Ltda nos períodos de 2019 e 2020. Sem faturamento por causa dos decretos elaborados no país, muitas micro e pequenas empresas acabaram fechando definitivamente suas portas, outras tiveram que se reinventar e buscar alternativas para continuar seus negócios. Com isso planejar e tomar decisões era preciso, e a contabilidade acaba se tornando uma ferramenta fundamental, visto que é a ciência que tem como objeto o controle do patrimônio das entidades e a função de registrar todos os fenômenos que os afetam, chegando assim ao seu objetivo, que são informações. Diante disso, o objetivo geral de pesquisa é identificar os principais impactos causados pela pandemia de covid-19 na microempresa M&M Modas Ltda. a partir das análises das demonstrações contábeis. Com o intuito de alcançar objetivo geral, têm-se como objetivos específicos: (i) apresentar através da literatura as técnicas e métodos de análise das demonstrações contábeis; (ii) Coletar os dados da empresa M&M Modas Ltda. nos exercícios de 2019 e 2020; (iii) aplicar os métodos de análise contábeis sobre os dados coletados da empresa estudada; (iv) analisar de forma descritiva os resultados apurados por meio das demonstrações contábeis. A pesquisa trata-se de um estudo de caso exploratório aplicado, uma vez que estuda apenas a microempresa M&M Modas Ltda., sendo classificada quanto à sua natureza como teórica e prática, já que faz um misto entre as mesmas, pois uma não substitui a outra e cada uma tem a sua função dentro do estudo. Quanto à lógica abordagem é predominantemente qualitativa, com alguns aspectos quantitativos e com relação aos procedimentos técnicos foram bibliográficas e documentais. Ao realizar as técnicas análises contábeis pode-se afirmar que apesar de todas as consequências sofridas no período de 2020 devido à pandemia de covid-19 e mesmo tendo adotado uma postura conservadora, a microempresa M&M Modas Ltda. ainda conseguiu gerar lucros e se manter competitiva no mercado.

Palavras-chave: Análise. Demonstrações contábeis. Controle do patrimônio. Tomada de decisão.

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Orientadora e Professora do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

³ Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte

1 INTRODUÇÃO

No início de 2020 o mundo se deparou com uma realidade inesperada, um vírus tão poderoso capaz de se tornar uma pandemia global e abalar a economia de todos os países.

No Brasil não foi diferente, medidas tiveram que ser criadas e adotadas por todos para evitar a proliferação e contaminação, sendo adotado isolamento social que impactou diretamente vidas das pessoas comuns e também das pessoas jurídicas que se viram em uma situação muito difícil, tendo suas empresas fechadas por decretos, sem perspectivas de melhoras no cenário econômico, visto que ainda não existe um tratamento ou uma cura eficaz.

Sem faturamento por causa dos decretos, muitas micro e pequenas empresas acabaram fechando definitivamente suas portas, outras tiveram que se reinventar e buscar alternativas para continuar seus negócios. Com isso planejar e tomar decisões era preciso, e a contabilidade acaba se tornando uma ferramenta fundamental, uma vez que é a ciência que tem como objeto o controle do patrimônio das entidades e a função de registrar todos os fenômenos que os afetam, chegando assim ao seu objetivo que é fornecer informações confiáveis (CREPALDI, 2003).

O estudo demonstrações contábeis possibilita, através de análises, evidenciar a realidade econômica e financeira da empresa. E assim poderá identificar o que ocorreu com o patrimônio ao longo de um período de tempo.

Com base nos dados apresentados, a pergunta de pesquisa é: Quais os principais impactos causados pela pandemia de covid-19 na empresa M&M Modas Ltda.?

O objetivo geral de pesquisa é identificar os principais impactos causados pela pandemia de covid-19 na microempresa M&M Modas Ltda. a partir das análises das demonstrações contábeis.

Com o intuito de alcançar objetivo geral, têm-se como objetivos específicos: (i) apresentar através da literatura as técnicas e métodos de análise das demonstrações contábeis; (ii) Coletar os dados da empresa M&M Modas Ltda. nos exercícios de 2019 e 2020; (iii) aplicar os métodos de análise contábeis sobre os dados coletados da empresa estudada; (iv) analisar de forma descritiva os resultados apurados por meio das demonstrações contábeis.

A empresa concedente do estágio é a empresa Fato Contábil Assessória Empresarial, o mesmo é um escritório bem conceituado no seu ramo de atuação e fica localizado na cidade de Tubarão, Santa Catarina. Porém o estudo de caso será baseado em um de seus clientes, que é uma empresa de comércio varejista de roupas e sem comprometer as análises, também localizada na cidade de Tubarão – SC. A pedido da empresa concedente de estágio, não será divulgado o nome empresarial, sendo assim utilizado um fictício: M&M Modas Ltda.

A pesquisa se justifica por ser uma forma de o gestor utilizar os resultados como base para tomadas de decisões de curto e longo prazo, fazer planejamentos e poder contornar os efeitos causados durante a pandemia. Para acadêmicos que possam se utilizar da pesquisa para possíveis trabalhos futuros sobre o tema e para a sociedade de uma forma geral.

O resultado do trabalho se delimita ao estudo de caso da empresa M&M Modas Ltda., no período de 2019 e 2020. Sendo que a escolha desse período é justificada pela ocorrência da pandemia de covid-19 no início do ano de 2020, fazendo-se assim comparação com as demonstrações de 2019.

O artigo está organizado em cinco capítulos: introdução, embasamento teórico, métodos e técnicas de pesquisa, apresentação dos resultados e considerações finais.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Esta seção trata sobre o desenvolvimento teórico que norteia a pesquisa e o mesmo será apresentado da seguinte forma: Origem e Desenvolvimento da Ciência Contábil, Demonstrações Obrigatórias ITG 1000, Análise das Demonstrações Contábeis, Técnicas de Análise Contábil.

2.1 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA CONTÁBIL

A contabilidade é uma das mais antigas ciências estudadas pelo homem e sempre foi utilizada como instrumento de aplicação prática. Não surgindo assim de conceitos filosóficos ou por força de legislação fiscal ou societária (DANTAS, 2015).

Segundo Sá (2008) o homem mesmo antes de saber escrever e calcular, já manifestava em inscrições e pinturas, suas noções de qualidade e quantidade das

coisas, contendo assim as primeiras manifestações da inteligência humana. Sendo que as provas mais antigas dessas gêneses são da época do paleolítico superior entre 10 a 20.000 anos atrás.

Para Jochem (2013) os primeiros controles e registros criados pelo ser humano buscavam manter uma forma de controle sobre as principais riquezas da época, como o rebanho de animais e alimentos produzidos para subsistência.

Jochem (2013) relata ainda que com o passar dos séculos a humanidade pela própria necessidade foi aperfeiçoando os controles e registros, chegando assim à substituição das figuras e desenhos por contas.

Luz (2015) complementa ao dizer que o ser humano ao decorrer do tempo passou acumular bens e formar um determinado patrimônio – termo cuja etimologia vem de *patri* (pai) e *monium* (recebido), riquezas essas que eram passadas de pai para filho. E que os controles existiam com o fim de manter esse patrimônio.

Segundo Jochem (2013) a revolução comercial se tornou um terreno fértil para a formação dos pilares de sustentação científica da contabilidade. Pois preocupada com o patrimônio, enquadra-se assim como ciência social já que o patrimônio nasce, cresce ou se modifica pela interferência direta ou indireta do homem.

Ao longo da história da contabilidade, merece destaque a obra de Luca Pacioli, pois representou uma etapa extraordinária, com método das partidas dobradas que enfatizava a teoria contábil do débito e crédito correspondente à teoria dos números positivos e negativos. Sendo que por essa contribuição é considerado o pai dessa ciência (LUZ, 2015).

Os sucessores de Pacioli na Europa (principalmente na Itália), nos séculos seguintes começaram a dar cunho científico para contabilidade e também originando a Escola Contábil Europeia, ou mais especificamente a Escola Contábil Italiana. Podendo-se assim ser chamada de Berço da Contabilidade (PRADO, 2012).

Com a ascensão econômica do colosso norte-americano, o mundo voltou sua atenção para os Estados Unidos principalmente a partir de 1920, com a origem da Escola Contábil Norte Americana, constituindo assim um solo fértil para o avanço das teorias e práticas contábeis voltadas com ênfase no usuário da informação, usando a contabilidade gerencial e a auditoria como uma forma de ferramenta de gestão (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2009).

Iudícibus, Marion e Faria (2009) relatam ainda que a tendência nos dias atuais é rumo à harmonização internacional das normas contábeis, visando eliminar diferenças nas práticas e formas de apresentação das demonstrações entre os países do mundo.

2.2 DEMONSTRAÇÕES OBRIGATÓRIAS ITG 1000

Para Crepaldi (2003) a contabilidade é o ramo do conhecimento humano que identifica, avalia, registra, acumula e apresenta os eventos econômicos de uma entidade, seja ela industrial, financeira, comercial, agrícola, pública etc., com o objetivo final de permitir a tomada de decisão por seus usuários internos e externos por meio de seus sistemas de informação.

Segundo Bortoli (2020) com a internacionalização da economia brasileira aos demais mercados e a importância crescente das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) para a economia mundial, surgindo assim necessidades de convergência das normas brasileiras de contabilidade para os padrões internacionais, criando uma linguagem única para o mundo dos negócios.

Para a devida adequação, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estruturou em um único pronunciamento todas as práticas contábeis que devem ser utilizadas pelas pequenas e médias empresas, sendo aprovada a Norma Brasileira de Contabilidade e Interpretação Técnica Geral 1000 (NBC ITG 1000) (PADOVEZE; MARTINS, 2014).

A resolução CFC n. 1.418 de 2012 foi à lei aprovou a criação da ITG 1000, onde visa estabelecer critérios simplificados para micro e pequenas empresas que são obrigadas a elaborar ao final de cada exercício o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e notas explicativas (SANTOS; VEIGA, 2014), sobre as quais serão apresentados conceitos e principais aspectos de forma individualizada.

2.2.1 Balanço patrimonial

Iudícibus, Marion e Faria (2009) afirmam que os relatórios contábeis são os produtos finais da contabilidade. E ainda completam dizendo que os relatórios de posição representam a entidade em um determinado momento. Sendo que o principal deles é o balanço patrimonial.

Para Ribeiro (2018) o balanço patrimonial é a demonstração destinada a evidenciar de forma qualitativa e quantitativa o patrimônio e o patrimônio líquido da entidade em uma determinada data. Nele deve-se compreender todos os bens e direitos, tanto tangíveis como os intangíveis, as obrigações e o patrimônio líquido.

Segundo Santos (2001) a estrutura do balanço é composta por duas colunas. A da esquerda correspondente ao ativo e a da direita correspondente ao passivo e patrimônio líquido.

O ativo demonstra os elementos patrimoniais positivos enquanto o passivo demonstra dois elementos até controversos: em primeiro lugar as dívidas da empresa consideradas elementos patrimoniais negativos, em segundo lugar complementando a equação contábil, o valor da riqueza dos acionistas evidenciada pelo patrimônio líquido, sendo assim considerada a figura central do balanço patrimonial uma vez que é formado basicamente por duas origens de recursos: o capital social e lucros ou prejuízos acumulados (PADOVEZE; MARTINS, 2014).

2.2.2 Demonstração do resultado do exercício

A demonstração do resultado do exercício (DRE) é expressão máxima, juntamente com o balanço patrimonial da evidenciação contábil, provinda da aplicação criteriosa dos procedimentos de escrituração e ajuste, obedecendo aos princípios fundamentais da contabilidade, prioritariamente à competência (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2009).

A DRE apresenta de forma resumida as operações realizadas pela empresa durante o exercício social, com o intuito de destacar o resultado líquido do período. Tendo como objetivo fornecer aos usuários os dados básicos e essenciais sobre a formação do resultado (GONÇALVES; BAPTISTA, 2011).

A demonstração do resultado apresenta as receitas e despesas do exercício social, definidas de acordo com a resolução CFC 1.285/2010 (SILVA; MARION, 2013).

As contas de resultados são contas periódicas, sendo zeradas ao fim do exercício social, por meio de confrontação ordenada e sucessiva dos saldos (GONÇALVES; BAPTISTA, 2011).

2.2.3 Notas explicativas

As notas explicativas são procedimentos esclarecedores das demonstrações contábeis, pois abarcam um resumo das políticas contábeis significativas e demais informações referentes à evolução do patrimônio da entidade (SILVA; MARION, 2013).

Segundo a ITG 1000, as notas explicativas devem compreender: declaração explícita e não reservada de conformidade com esta interpretação; Descrição resumida das operações da entidade e suas principais atividades; Referência às práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis; Descrição resumida das políticas contábeis significativas utilizadas pela entidade; Descrição resumida de contingências passivas, quando houver; e qualquer outra informação relevante para a adequada compreensão das demonstrações contábeis (CFC, 2012).

2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para Marion (2009) a análise das demonstrações contábeis é tão antiga quanto à contabilidade, tendo seu início mais provável entre 4.000 a.c, de forma primitiva através de inventários dos rebanhos de animais.

A análise de balanços é a técnica contábil que consiste no exame e na interpretação dos dados contidos nas demonstrações contábeis, com a intenção de transformar os dados em informações úteis aos diversos usuários da contabilidade, podendo-se assim estimar a situação econômica e financeira da entidade (RIBEIRO, 2018).

Matarazzo (2010) ainda completa afirmando que a análise de balanços é a técnica que permite uma visão estratégica da empresa avaliada e dos seus planos. Permitindo estimar seu futuro, suas limitações e suas potencialidades.

A análise da situação econômica é feita através dos elementos integrantes da demonstração do resultado do exercício, possibilitando o estudo e a interpretação do resultado alcançado pela gestão do patrimônio, torna-se possível conhecer a rentabilidade obtida pelo capital investido na entidade. Já a análise financeira por sua vez, é realizada com base nos dados contidos no balanço patrimonial, permitindo conhecer o grau de endividamento bem como a existência ou não de

insolvência suficiente para entidade honrar com seus compromissos de curto e longo prazo (RIBEIRO, 2018).

2.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE CONTÁBIL

As técnicas de análises contábeis são processos utilizados pelos analistas de balanços para a obtenção de conclusões sobre a situação econômica e financeira da entidade ou de outros aspectos que envolvem o patrimônio, de acordo com os interesses dos usuários (RIBEIRO, 2018).

2.4.1 Análise vertical e horizontal

Conforme Assaf Neto (2012) o critério básico que norteia a análise de balanços é a comparação, pois através dela que se analisam os valores obtidos em determinado período com aqueles alcançados em períodos anteriores e o relacionamento desses valores com outros afins.

Para Marion (2009) quando se utiliza duas grandezas em uma divisão os olhos tem a tendência de ler no sentido vertical, dessa forma a técnica de análise que utiliza os dados de um mesmo período é chamada de análise vertical. Já a técnica que consiste em comparar vários períodos em índices é chamada de análise horizontal, pois os olhos leem no sentido horizontal.

A análise vertical tem como objetivo definir a importância de cada conta em relação a um valor total. No balanço patrimonial pode ser calculada pela participação relativa das contas, tendo como base o seu capital total. No entanto na DRE a referência é o valor da receita operacional líquida (BLATT, 2001).

De acordo com Assaf Neto (2012) a análise horizontal é a comparação feita em diferentes exercícios sociais, entre os valores de uma mesma conta ou grupos de contas sendo um processo de análise temporal e desenvolvido por meio de números-índices.

A análise horizontal tem como objetivo demonstrar o crescimento ou queda ocorrida nos itens que constituem as demonstrações contábeis em períodos consecutivos comparando seus percentuais obtidos (BLATT, 2001).

Matarazzo (2010) ressalta que esses dois métodos de análise devem ser utilizadas em conjunto, uma complementando a outra, destacando a estrutura de

ativo e passivo, bem como suas modificações, fazendo a análise em detalhes do desempenho da empresa.

2.4.2 Indicadores econômico-financeiros

Os indicadores econômico-financeiros buscam relacionar elementos afins das demonstrações contábeis para melhor extrair conclusões sobre a situação da empresa (ASSAF NETO, 2012).

Para Saporito (2015) os índices financeiros podem se dividir em três categorias distintas de acordo com o quesito que se pretende analisar e sua utilização. Podendo ser classificados em: liquidez, estrutura de capitais e de rentabilidade.

2.4.2.1 Índice de liquidez

Segundo Blatt (2001) os índices de liquidez são indicadores financeiros que tentam medir a capacidade de uma empresa em cumprir com suas obrigações perante terceiros.

Para Ribeiro (2018) os quocientes de liquidez mostram a proporção existente entre os investimentos feitos no ativo circulante e no ativo realizável a longo prazo em relação a capitais de terceiros, servindo como base de cálculo os dados extraídos do balanço patrimonial.

O índice liquidez geral segundo Blatt (2001), demonstra a solidez do embasamento financeiro da empresa a longo prazo, levando em conta tudo aquilo que a empresa converterá em dinheiro e como se relacionara com as dívidas assumidas a curto e longo prazo. Essa técnica pode ser feita por meio da fórmula descrita no quadro 01.

Quadro 01 – Liquidez geral

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Fonte: Adaptada Blatt (2001).

O índice de liquidez imediata representa o quanto de valor a empresa possui imediatamente para saldar suas dívidas de curto prazo (IUDÍCIBUS, 2008). Podendo ser calculada de acordo com a fórmula apresentada no quadro 02.

Quadro 02 – Liquidez imediata

$$LI = \frac{\textit{Disponibilidades}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Adaptada Iudícibus (2008).

De acordo com Ribeiro (2018) o índice de liquidez corrente tem a capacidade de revelar se a empresa poderá cumprir com seus compromissos de curto prazo, isto é, revelando quanto à empresa possui de ativo circulante para cada R\$ 1 de passivo circulante. Sendo que quanto maior o índice, melhor será para a empresa. Podendo ser calculado mediante da fórmula expressa no quadro 03.

Quadro 03 – Liquidez corrente

$$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2018).

Conforme Saporito (2015) o índice de liquidez seca é a técnica mais rigorosa em analisar a capacidade de pagamento de curto prazo, pois os estoques são desconsiderados por estarem mais propensos a perdas e avarias que outras contas. Uma vez que representa a quantidade de valores em reais que existe a receber até o prazo de 360 dias, sem considerar os valores de estoques a pagar no mesmo prazo. Sendo aplicada pela fórmula descrita no quadro 04.

Quadro 04 – Liquidez seca

$$LS = \frac{\textit{Ativo Circulante} - \textit{Estoques}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Adaptado de Saporito (2015).

2.4.2.2 Índice de estrutura de capitais

Segundo Ribeiro (2018), esse índice serve para evidenciar o grau de endividamento da empresa em decorrência das origens dos capitais investidos no patrimônio, mostrando a proporção existente entre os capitais próprios e de terceiros.

Para Saporito (2015), quando se compara o capital de terceiros com o patrimônio líquido tem se como resultado o índice de participação de terceiros, que também pode ser chamado de índice de garantia de recursos próprios. Por meio dele é possível verificar se há ou não recursos próprios suficientes para garantir a dívida total que ocorre quando a relação percentual é inferior ou igual a 100%.

De acordo com (Diniz 2015), o índice de participação de capitais de terceiros demonstra o quanto de capital foi pego emprestado em relação ao capital investido. Esse mesmo índice faz relação entre duas grandezas de fontes de recursos da empresa, ou seja, do capital próprio que é representado pelo patrimônio líquido e de capitais de terceiros que é a junção do passivo circulante mais passivo não circulante. Sendo que do ponto de vista financeiro quanto menor o índice melhor será para a empresa. A fórmula que representa a participação de capital de terceiros está descrita no quadro 05.

Quadro 05 – Índice de capitais de terceiros

$$PCT = \frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Fonte: Diniz (2015).

A composição de endividamento é o indicador que demonstra o perfil de dívida da empresa, onde é possível saber se a maior parte dos débitos deverá ser quitada no curto prazo ou se essa parte mais expressiva tem prazo superior a um ano. Representando assim o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais (LUZ, 2014). Para que seja calculado esse índice utilizasse a fórmula descrita no quadro 06.

Quadro 06 – Composição de endividamento

$$\text{Composição do endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}} \times 100$$

Fonte: Luz (2014).

A imobilização do patrimônio líquido é o índice que revela qual a parcela dos recursos próprios da empresa foi utilizada para financiar a compra de ativo fixo. Fazendo relação entre o que a empresa imobilizou para cada R\$ 1 de patrimônio líquido. Sendo que quanto menor o resultado apurado, melhor será para a empresa (RIBEIRO, 2018). Podendo ser calculado conforme a fórmula no quadro 07.

Quadro 07 – Imobilização do patrimônio líquido

$$\text{Imobilização do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Ativo Não Circulante} - \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Fonte: Ribeiro (2018).

A imobilização dos recursos não correntes para Diniz (2015) é um índice de detalhamento maior do que o índice de imobilização do patrimônio líquido, pois auxilia a observar se há investimentos permanentes com recursos de curto prazo (passivo Circulante).

Saporito (2015) complementa ainda afirmando que esse índice é muito interessante, pois permite estabelecer uma percepção melhor quanto à imobilização, deixando mais claras as circunstâncias em que o excesso de imobilização pode comprometer a situação da empresa no curto prazo. A fórmula que representa esse índice está descrita no quadro 08.

Quadro 08 – Imobilização dos recursos não correntes

$$\text{IRNC} = \left(\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Passivo não circulante}} \right) \times 100$$

Fonte: Diniz (2015).

2.4.2.3 Índices de rentabilidade

Segundo Ribeiro (2018), os índices de rentabilidades servem para demonstrar a capacidade econômica da empresa, evidenciando o grau de êxito obtido pelo capital investido. Sendo calculados com dados obtidos por meio da demonstração do resultado exercício ou do balanço patrimonial.

Para Diniz (2015), o índice de giro demonstra a proporção entre as vendas de determinada empresa e os investimentos feitos nela, que são representados pelo valor do seu ativo total. Também outro ponto importante é destacar que o mesmo não é apresentado em percentual, pois ele indica uma relação de quantas vezes o faturamento líquido da empresa é maior que o total de seu ativo. Sendo calculado pela fórmula descrita no quadro 09.

Quadro 09 – Índice de giro do ativo

$$GA = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$$

Fonte: Diniz (2015).

Conforme Luz (2014) a margem líquida é o índice que demonstra a rentabilidade das vendas, isso quer dizer o quanto ela lucra em cada unidade vendida. Sendo que quanto maior, melhor será para a empresa. Podendo ser calculada pela fórmula apresentada no quadro 10.

Quadro 10 – Margem líquida

$$ML = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

Fonte: Adaptada de Luz (2014).

De acordo com Ribeiro (2018) a rentabilidade do ativo é o índice que evidencia o potencial de geração de lucros por parte da empresa, ou seja, é quanto à mesma obteve de lucro líquido para cada R\$ 1 de investimentos totais. Nesse índice quanto maior melhor para a empresa. Podendo ser calculado utilizando a fórmula do quadro 11.

Quadro 11 – Rentabilidade do ativo

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Fonte: Adaptada de Ribeiro (2018).

A rentabilidade do patrimônio líquido demonstra a proporção entre o lucro que a empresa obteve e o valor do seu capital próprio (patrimônio líquido). Então se calcular esse índice para cada R\$ 100 investidos pelos sócios na empresa, pode se observar que o lucro obtido será um percentual desse valor. Sendo também conhecido como *Return On Equity* (ROE) termo utilizado em inglês (DINIZ, 2015). Esse índice pode ser calculado pela fórmula descrita no quadro 12.

Quadro 12 – Rentabilidade do Patrimônio Líquido

$$RSPL = \left(\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \right)$$

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2018)

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Esta seção trata dos métodos e técnicas de pesquisa, utilizados na elaboração desse estudo considerando o enquadramento metodológico e os procedimentos de coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Segundo Ruiz (2014) a pesquisa científica é a realização de uma investigação sólida, planejada e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010) os métodos científicos são um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que permitem atingir o objetivo com maior segurança e economia, gerando conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, possibilitando a detecção de erros e auxiliando nas decisões de cientistas.

Com relação à natureza do objetivo trata-se de uma pesquisa exploratória, visto que busca proporcionar o conhecimento sobre um determinado problema ou fenômeno podendo já ser conhecido como também pouco explorado (CASARIN; CASARIN, 2012).

Já quanto à natureza da pesquisa é classificada como teórica e prática, pois de acordo com Demo (2006), a teoria e prática detêm a mesma importância científica e compõem no fundo um só, sendo que uma não substitui a outra e cada qual tem sua lógica própria.

Quanto à lógica de pesquisa trata-se de um estudo de dedutivo, uma vez que o método dedutivo tem a finalidade de explicar os conteúdos das premissas, que por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise geral para o particular, chegando a uma conclusão (SILVA; MENEZES, 2005).

Com relação à coleta de dados pode ser classificado como secundários uma vez que foram utilizados na pesquisa os relatórios eletrônicos, fornecidos pela empresa concedente de estágio referente aos exercícios de 2019 e 2020. Sendo que Cervo, Bervian e Silva (2007) dados secundários são aqueles que utilizam de dados já existentes como é caso dos relatórios e outras fontes impressas ou eletrônicas.

A abordagem de pesquisa é predominantemente qualitativa, pois visa descrever os resultados encontrados de forma clara e obtidos por meio dos métodos de análises das demonstrações contábeis. O estudo também apresenta alguns aspectos quantitativos, devido à utilização de cálculos envolvidos das técnicas análises aplicadas. Pois para Beuren (2008), a contabilidade apesar de lidar constantemente com números, é uma ciência social possibilitando abordar um problema de forma qualitativa. Já a pesquisa quantitativa é empregada instrumentos estáticos tanto na coleta como também no tratamento dos dados.

No que se refere ao resultado da pesquisa é caracterizado como um estudo aplicado, visto que esse tipo de estudo é voltado para alcance de novos conhecimentos com vistas à aplicação de uma condição específica (GIL, 2018).

Os procedimentos técnicos utilizados são: a pesquisa bibliográfica já que foi desenvolvido o referencial teórico de acordo com o problema de pesquisa; pesquisa documental uma vez que foram utilizadas as demonstrações contábeis para o desenvolvimento das técnicas. E estudo de caso, pois se concentra no estudo de um único caso que é a empresa M&M Modas Ltda. De acordo com Cervo, Bervian e

Silva (2007) pesquisa bibliográfica busca esclarecer um problema a partir de referências teóricas publicadas em livros, artigos, teses e etc. Para Severino (2012) a pesquisa documental é aquela que tem como fonte documentos num sentido amplo e que ainda não receberam nenhum tipo de tratamento analítico servindo de matéria-prima para o pesquisador desenvolver sua investigação e análise. Já o estudo de caso de acordo com Beuren (2008), é caracterizado principalmente pelo estudo concentrado de um único caso.

Os instrumentos para a coleta de dados não foram específicos, já que não utilizou questionários, entrevista, etc., sendo que para Apolinário (2016) os instrumentos de pesquisa na ciência social normalmente são utilizados questionários, inventários, entre outros. Contudo, cabe destacar que os relatórios contábeis fornecidas pela empresa concedente de estágio, podem ser considerados fundamentais para o desenvolvimento das fórmulas e critério de análises adota pelo estudo da empresa objeto da pesquisa que é a M&M Modas Ltda.s entre os exercícios de 2019 e 2020.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Dando continuidade ao trabalho foi iniciado o desenvolvimento do embasamento teórico, onde foram pesquisadas as teorias que serviram de base para mapear o uso das técnicas envolvidas para o desenvolvimento do estudo.

Posteriormente foram feitas as coletas de informações e iniciado o tratamento dos dados para elaboração dos quadros utilizados para o desenvolvimento das técnicas de análises.

Em seguida foram aplicadas as técnicas de análise das demonstrações contábeis na empresa M&M Modas Ltda tendo como base os balanços patrimoniais e DREs dos exercícios de 2019 e 2020, desenvolvendo os cálculos e quadros apresentados na pesquisa. Por fim, em concordância com os resultados obtidos elaborou-se as devidas análises, cumprindo assim os objetivos específicos e respondendo a pergunta de pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Esta seção trata-se da caracterização do objeto de estudo, assim como análise e discussão dos resultados obtidos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO⁴

Essa seção trata da caracterização das duas empresas concedentes de estágio. A duração do mesmo é de 312 horas, realizado em um escritório de contabilidade e o objeto de estudo é uma empresa cliente. Portanto, as empresas aqui apresentadas são: Fato Contábil Assessória Empresarial, e M&M Modas Ltda. (nome fictício). Cabe ressaltar que o objeto de estudo é, portanto, a M&M Modas Ltda.

A empresa Fato Contábil é um escritório de contabilidade localizada na cidade de Tubarão, Santa Catarina. Sendo bem conceituada na região onde atua, possuindo mais de 40 anos de atividade e atende também outras cidades da região da Amarel. Inicialmente possuía o nome de Maneca Serviços Contábeis, e posteriormente foi mudado, devido à venda para seus atuais proprietários: Sr. Odilon Fernandes e o Sr. Renato Goulart.

Segundo Odilon, o nome “Fato Contábil” foi escolhido por ele, e o qual não queria atrelar o nome de uma pessoa ao da empresa e que ele fosse marcante que permanecesse através do tempo, e ao se questionar o que é contabilidade, a resposta lhe deu o nome perfeito.

O escritório é uma microempresa caracterizada como uma sociedade simples limitada, enquadrada pelo regime tributário do Simples Nacional e possui 13 funcionários. É organizada por setores específicos que são: Recepção, setor fiscal, setor contábil, e RH que é administrado pelo seu sócio Renato. Conta ainda com uma vasta cartela de clientes, que possuem regimes tributários variados, que vão de Micro Empreendedor Individual (MEI) até o Lucro Real.

A empresa escolhida dentre essas, é a M&M Modas Ltda. que é uma microempresa optante pelo regime tributário do Simples Nacional e fica localizada na cidade de Tubarão – SC. Fazendo parte do seguimento de comércio varejista de

⁴ Os dados contidos nessa seção têm como fontes conversas informais com o administrador da empresa concedente de estágio e redes sócias das mesmas.

roupas e acessórios femininos a mais de uma década, sendo muito bem avaliada por seus clientes. É uma empresa familiar, tendo como sócios mãe e filho que gerenciam a loja, contando apenas com uma funcionária.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Essa seção trata da análise e discussão dos resultados da pesquisa com base no cumprimento dos objetivos específicos propostos.

4.2.1 Técnicas de análise das demonstrações contábeis

O primeiro objetivo específico da pesquisa é apresentar através da literatura as técnicas e métodos de análise das demonstrações contábeis. Como resposta a esse objetivo foram descritas dentro do referencial teórico as técnicas para as devidas análises como: análise horizontal e análise vertical, índice de liquidez geral, índice de liquidez imediata, índice de liquidez corrente, índice de liquidez seca, índice de estrutura de capitais, composição de endividamento, imobilização do patrimônio líquido, imobilização dos recursos não correntes, índice de giro do ativo, margem líquida, rentabilidade do ativo, rentabilidade do patrimônio líquido.

A análise vertical é o índice que demonstra em percentuais o quanto cada conta representa do total de um grupo dentro de um mesmo período de tempo. Podendo ser calculada no balanço patrimonial através do total do ativo ou passivo. Já na DRE é calculada com base na receita operacional líquida.

Já a análise horizontal é a técnica que permite comparação entre diferentes exercícios sociais, tendo como objetivo demonstrar o crescimento ou queda dos itens que compõem as demonstrações contábeis através de percentuais, sendo obtidos comparando valores de uma mesma conta ou grupo de contas em um período de tempo. Apesar de se apurar cada qual de formas diferentes e cada possua uma função específica, elas se completam demonstrando o desempenho da empresa.

Os índices de liquidez por sua vez demonstram a capacidade que a empresa possui de honrar seus compromissos perante terceiros tanto a curto como a longo prazo e sendo extraídos do balanço patrimonial. Sendo classificados em índice de liquidez geral, imediata, corrente e seca.

A liquidez geral demonstra a capacidade financeira da empresa a longo prazo, levando em consideração tudo o que empresa transformara em dinheiro e como se relaciona com as dívidas de curto e longo prazo.

Já a liquidez imediata é o índice que demonstra se a empresa possui disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa para suprir o pagamento de seu passivo de curto prazo.

A liquidez corrente por sua vez, demonstra o quanto de ativo a empresa possui em relação ao seu passivo determinando se possui capacidade de pagamento a curto prazo.

Já liquidez seca tem a capacidade de medir mais rigorosamente os pagamentos de curto prazo, uma vez que exclui o total do estoque, por considerar que eles são mais propensos a perdas e avarias que outras contas, demonstrando em reais a quantidade de valores a receber dentro do prazo de 360 dias.

Os índices de estruturas de capitais servem para evidenciar o grau de endividamento da empresa em relação às origens de capitais investidos, sendo eles próprios ou de terceiros. Podendo ser classificados em: índices de capitais de terceiros, composição de endividamento, imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos não correntes.

O índice de capitais de terceiros tem função evidenciar o percentual de recursos pegos de terceiros em relação ao capital investido. Onde o capital de terceiros é representado pelo total passivo e o capital próprio por meio da conta patrimônio líquido. Sendo que quanto menor esse índice é melhor para empresa financeiramente.

A composição de endividamento tem objetivo demonstrar o perfil da dívida da empresa, podendo assim saber se a maior parte será paga a curto prazo ou a longo prazo. Fazendo uma comparação em percentual das obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais.

A imobilização do patrimônio líquido é o índice que indica o valor utilizado do patrimônio líquido para financiar a compra de ativo fixo, expressando essa quantidade em reais. Sendo que quanto menor esse índice melhor será para a empresa.

Já a imobilização dos recursos não correntes tem como função fazer um detalhamento mais aprofundado que o índice de imobilização do patrimônio líquido,

uma vez que revela se há investimentos permanentes em excesso comprometendo os recursos de curto prazo da empresa.

Os índices de rentabilidades têm o objetivo de demonstrar a capacidade econômica da empresa, sendo possível se apurar o grau de êxito obtido em relação ao capital investido, tendo como base de dados o balanço patrimonial e a demonstração do resultado exercício.

O giro de ativo é o índice que relaciona as vendas da empresa com os investimentos feitos por ela, para evidenciar em reais quantas vezes sua venda líquida é maior que o total de seu ativo.

A margem líquida por sua vez é o índice que mede o grau de rentabilidade que a empresa possui em suas vendas, possibilitando identificar o quanto de lucro está sendo gerado a cada unidade vendida.

Com relação à rentabilidade do ativo, esse índice é responsável por evidenciar o potencial da empresa de gerar lucro, sendo possível identificar o quanto de lucro líquido gerado em relação aos investimentos totais feitos por ela.

Já a rentabilidade do patrimônio líquido ou ROE (termo em inglês) demonstra o lucro obtido pela empresa em relação ao capital próprio. Podendo verificar a rentabilidade em percentuais do quanto foi gerado de lucro em relação ao capital investido pelos sócios.

4.2.2 Dados coletados da empresa M&M Modas Ltda

O segundo objetivo específico da pesquisa é coletar os dados da empresa M&M Modas Ltda. nos exercícios de 2019 e 2020. Com os dados coletados torna-se possível realizar os cálculos para as análises necessárias alcançar o objetivo geral da pesquisa.

Para a elaboração das análises será apresentado no quadro 13 o ativo do balanço patrimonial, o quadro 14 o passivo do balanço patrimonial e no quadro 15 a demonstração do resultado do exercício.

Quadro 13 – Balanço patrimonial – ativo

Ativo	2019 em R\$	2020 em R\$
Ativo Circulante	158.819,61	203.164,72
Disponibilidades	128.863,43	183.436,03
CAIXA	14.742,63	63.459,69
Caixa	14.742,63	63.459,69
BANCOS CONTA MOVIMENTO	65,05	11.128,81
Banco Itaú	10	11.127,81
Bradesco S/A	55,05	1,00
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	114.055,75	108.847,53
Banco Itaú S.A.	10.418,05	1.307,16
Bradesco Investimento	23.783,69	12.351,83
Bradesco S.A	79.854,01	95.188,54
DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	29.956,18	19.728,69
ADIANTAMENTOS	1.478,18	1.478,18
Adiantamento Férias	1.478,18	1.478,18
ESTOQUES	28.478,00	18.250,51
Estoque de Mercadoria Para Revenda	28.478,00	18.250,51
ATIVO NÃO CIRCULANTE	480	300,00
IMOBILIZADO	480	300,00
BENS E DIREITOS EM USO	1.800,00	1.800,00
Máquinas e Equipamentos	1.800,00	1.800,00
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(1.320,00)	(1.500,00)
(-) Máquinas e Equipamentos – Depreciação	(1.320,00)	(1.500,00)
Total do Ativo	159.299,61	203.464,72

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quadro 14 – Balanço patrimonial – passivo

Passivo	2019 em R\$	2020 em R\$
PASSIVO CIRCULANTE	7.251,10	4.662,60
FORNECEDORES DIVERSOS	2.081,59	222
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	3.482,60	3.788,77
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.686,91	651,83
SIMPLES a Pagar	1.686,91	651,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	152.048,51	198.802,12
CAPITAL SOCIAL	2.700,00	2.700,00
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	149.348,51	196.102,12
Total do Passivo	159.299,61	203.464,72

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Quadro 15 – Demonstração do resultado do exercício

DRE	2019 em R\$	2020 em R\$
Receita Bruta	173.816,24	131.440,00
(-) Deduções	(8.138,98)	(5.338,05)
(=) Receita Líquida	165.677,26	126.101,95
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(88.935,31)	(75.661,17)
(=) Lucro Bruto	76.741,95	50.440,78
(-) Despesas Operacionais	(16.705,11)	(2.045,77)
Despesas Tributárias	0,00	(338,60)
Despesas Administrativas	(16.705,11)	(1.707,17)
(+) Outras Receitas	6.957,04	4,54
(=) Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	66.993,89	48.399,55
(-) Despesas Financeiras	(1.526,92)	(1.645,94)
(=) Resultado antes das Despesas com Tributos sobre o Lucro	65.466,97	46.753,61

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

4.2.3 Análises nas demonstrações contábeis da M&M Modas Ltda.

Esse subcapítulo cumpre o terceiro e quarto objetivos específicos, quais sejam: aplicar os métodos de análise contábeis sobre os dados coletados da empresa estudada e analisar de forma descritiva os resultados apurados por meio das demonstrações contábeis.

Para o desenvolvimento dos cálculos envolvidos na pesquisa são utilizados como base os dados extraídos dos balanços patrimoniais e DREs dos exercícios sociais de 2019 e 2020 da empresa M&M Modas Ltda. Sendo assim torna-se possível utilizar as técnicas de análises como: análise vertical e horizontal; liquidez geral, liquidez imediata, liquidez corrente, liquidez seca, índice de capital de terceiros, composição de endividamento, imobilização do patrimônio líquido, imobilização dos recursos não correntes, giro do ativo, margem líquida, rentabilidade do ativo e rentabilidade do patrimônio líquido.

4.2.3.1 Análise vertical e horizontal

A análise vertical é o índice que releva em percentuais o valor que cada conta representa em relação ao seu grupo total, sendo sempre realizada dentro de um mesmo período de tempo.

A análise horizontal por sua vez é o índice responsável por revelar a evolução de cada conta de acordo com os exercícios sociais comparados. Sendo que as mesmas devem ser analisadas sempre em conjunto, uma complementando a outra.

Os quadros 16, 17 e 18 demonstram os resultados apurados através das técnicas mencionadas, tendo como base as demonstrações contábeis dos exercícios de 2019 e 2020 encerradas em 31 de dezembro de cada ano.

Quadro 16 – Análise vertical e horizontal – ativo

Ativo	2019 em R\$	A.V em %	A.H em %	2020 em R\$	A.V em %	A.H em %
Ativo Circulante	158.819,61	99,70%	100,00%	203.164,72	99,85%	27,92%
Disponibilidades	128.863,43	80,89%	100,00%	183.436,03	90,16%	42,35%
CAIXA	14.742,63	9,25%	100,00%	63.459,69	31,19%	330,45%
Caixa	14.742,63	9,25%	100,00%	63.459,69	31,19%	330,45%
BANCOS CONTA MOVIMENTO	65,05	0,04%	100,00%	11.128,81	5,47%	17.008,09%
Banco Itaú	10	0,006%	100,00%	11.127,81	5,47%	17.008,09%
Bradesco S/A	55,05	0,03%	100,00%	1,00	0,0005%	-98,18%
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	114.055,75	71,60%	100,00%	108.847,53	53,50%	-4,57%
Banco Itaú S.A.	10.418,05	6,54%	100,00%	1.307,16	0,64%	-87,45%
Bradesco Investimento Plus	23.783,69	14,93%	100,00%	12.351,83	6,07%	-48,07%
Bradesco S.A	79.854,01	49,50%	100,00%	95.188,54	46,78%	19,20%
DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	29.956,18	18,80%	100,00%	19.728,69	9,72%	-34,14%
ADIANTAMENTOS	-1.478,18	0,93%	100,00%	-1.478,18	0,73%	0,00%
Adiantamento Férias	-1.478,18	0,93%	100,00%	-1.478,18	0,73%	0,00%
ESTOQUES	28.478,00	17,88%	100,00%	18.250,51	8,97%	-35,91%
Estoque de Mercadoria Para Venda	28.478,00	17,88%	100,00%	18.250,51	8,97%	-35,91%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	480	0,30%	100,00%	300,00	0,15%	-37,50%
IMOBILIZADO	480	0,30%	100,00%	300,00	0,15%	-37,50%
BENS E DIREITOS EM USO	1.800,00	1,13%	100,00%	1.800,00	0,88%	0,00%
Máquinas e Equipamentos	1.800,00	1,13%	100,00%	1.800,00	0,88%	0,00%
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	-1.320,00	0,83%	100,00%	-1.500,00	0,74%	13,64%
(-) Máquinas e Equipamentos - Depreciação	-1.320,00	0,83%	100,00%	-1.500,00	0,74%	13,64%
Total do Ativo	159.299,61	100,00%	100,00%	203.464,72	100,00%	27,72%

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quadro 17 – Análise vertical e horizontal – passivo

Passivo	2019 em R\$	A.V em %	A.H em %	2020 em R\$	A.V em %	A.H em %
PASSIVO CIRCULANTE	7.251,10	4,55%	100%	4.662,60	2,29%	-35,70%
FORNECEDORES DIVERSOS	2.081,59	1,31%	100%	222	0,11%	-89,34%
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	3.482,60	2,19%	100%	3.788,77	1,86%	8,79%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.686,91	1,06%	100%	651,83	0,32%	-61,36%
SIMPLES a Pagar	1.686,91	1,06%	100%	651,83	0,32%	-61,36%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	152.048,51	95,45%	100%	198.802,12	97,71%	30,75%
CAPITAL SOCIAL	2.700,00	1,69%	100%	2.700,00	1,33%	0,00%
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	149.348,51	93,75%	100%	196.102,12	96,38%	31,31%
Total do Passivo	159.299,61	100,00%	100%	203.464,72	100,00%	27,72%

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quadro 18 – Análise vertical e horizontal – DRE

DRE	2019 em R\$	A.V em %	A.H em %	2020 em R\$	A.V em %	A.H em %
Receita Bruta	173.816,24	100%	100%	131.440,00	100%	-24,38%
(-) Deduções	-8.138,98	4,68%	100%	-5.338,05	4,06%	-34,41%
(=) Receita Líquida	165.677,26	95,32%	100%	126.101,95	95,94%	-23,89%
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	88.935,31	51,17%	100%	75.661,17	57,56%	-14,93%
(=) Lucro Bruto	76.741,95	44,15%	100%	50.440,78	38,38%	-34,27%
(-) Despesas Operacionais	-16.705,11	9,61%	100%	-2.045,77	1,56%	-87,75%
Despesas Tributárias	0,00	0,00%	100%	-338,60	0,26%	0,00%
Despesas Administrativas	16.705,11	9,61%	100%	-1.707,17	1,30%	89,78%
(+) Outras Receitas	6.957,04	10,63%	100%	4,54	0,01%	-99,93%
(=) Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	66.993,89	38,54%	100%	48.399,55	36,78%	27,76%
(-) Despesas Financeiras	-1.526,92	0,88%	100%	-1.645,94	1,25%	7,79%
(=) Resultado antes das Despesas com Tributos sobre o Lucro	65.466,97	37,66%	100%	46.753,61	35,57%	-28,58%

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Aplicadas às técnicas de análises vertical e horizontal foram verificadas as maiores variações negativas nas demonstrações contábeis do ano de 2020, justamente no ano que o mundo começou a enfrentar a pandemia de covid-19, o qual não trouxe apenas consequências para economia global, mas também influenciou diretamente sobre o resultado da empresa M&M Modas Ltda.

A partir da análise horizontal da DRE dos exercícios propostos pode se verificar uma diminuição considerável no volume de vendas em 2020 (-24,38%) impactando diretamente na redução do lucro (-28,58 %) se comparado com o lucro do ano de 2019, quando não havia a pandemia.

O balanço patrimonial apresentou muitas modificações em 2020 quando comparado com o exercício de 2019, dentre elas destacam-se a diminuição da 'conta investimento de liquidez imediata' e um aumento na sua 'conta banco' (17.008,09%). Outro ponto de destaque é a 'conta fornecedores', que sofreu diminuição considerável -89,34% no mesmo período. Isso significa que a empresa adotou uma postura conservadora, priorizando diminuir suas obrigações e aumentando sua liquidez imediata e assim poder enfrentar as incertezas do mercado perante a pandemia.

Já a 'conta estoques' apresentou redução de -35,91% quando comparada ao exercício de 2019, essa redução dos estoques pode ter sido causada por um incentivo de vendas á vista causando assim, um aumento da 'conta caixa' em 330,45%.

Com relação ao 'patrimônio líquido' foi uma das contas que dentre outras, que obteve evolução positiva em 2020 de 30,75%. Isso indica que apesar da diminuição das vendas a empresa ainda teve um lucro satisfatório mesmo em meio há tempos difíceis.

A análise vertical demonstra que a 'conta caixa' possui um valor bem expressivo do valor do ativo no ano de 2020 (31,29%) quando comparada a 2019 (9,25%).

A conta 'banco conta movimento' obteve uma evolução bem satisfatória, já que antes representava apenas 0,04% em relação ao seu ativo total e em 2020 obteve o percentual de 5,47% reforçando assim os dados apurados anteriormente na análise horizontal.

Outro ponto analisado e demonstrado na análise vertical é a 'conta aplicações de liquidez imediata' que em 2019 era umas das contas de maior expressividade do ativo com 71,60% e agora no ano de 2020 teve um percentual menor de 53,50%.

Perante a suas obrigações que são de curto prazo e que fica expresso no subgrupo do 'passivo circulante' demonstrou variação expressiva em 2020 (2,29%) quando comparado com 2019 (4,55%), sendo considerado positivo para a empresa, pois além pagar em dia suas contas evitou contrair dívidas para a manutenção de suas atividades.

Com relação ao patrimônio líquido houve modificações significativas, uma vez que foi alavancado pelo lucro que a mesma obteve no ano de 2020. Sendo que esse índice representa 96,38% do seu passivo total. Contudo essas duas técnicas

revelam muito sobre como está situação econômica e financeira da empresa M&M Modas e que apesar das adversidades e ter diminuição de seu lucro ainda se mostra sólida e equilibrada.

4.2.3.2 Índices de liquidez

Os índices de liquidez têm a finalidade de demonstrar a capacidade que a empresa possui de honrar com seus compromissos perante terceiros. Sendo que pode ser medida pelas técnicas de liquidez geral, liquidez imediata, liquidez corrente e liquidez seca.

O quadro 19 demonstra o índice de liquidez geral, a qual expressa à solidez da empresa e como se relacionara com as dívidas contraídas por ela no curto e longo prazo, já que incluem nos cálculos os direitos e obrigações de longo prazo.

Quadro 19 – Liquidez geral

$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$
$2019 - LG = \frac{158.819,61 + 0}{7.251,10 + 0} = 21,90$
$2020 - LG = \frac{203.164,72 + 0}{4.662,60 + 0} = 43,57$

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A utilização de índice revela que a empresa que já possuía um bom valor de liquidez geral no ano de 2019 (R\$ 21,90), e que no ano seguinte conseguiu superar ainda mais esse resultado. Isso quer dizer em 2020 a cada R\$ 1,00 em dívidas a empresa obtém R\$ 43,57 para pagá-las.

A liquidez imediata é o índice que revela o quanto que a empresa possui de caixa e disponibilidades para fazer frente às contas de curto prazo. Tendo sua aplicação expressa no quadro 20.

Quadro 20 – Liquidez imediata

$LI = \frac{\textit{Disponibilidades}}{\textit{Passivo Circulante}}$
$2019 - LI = \frac{128.863,43}{7.251,10} = 17,77$
$2020 - LI = \frac{183.436,03}{4.662,60} = 39,34$

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Aplicada à técnica de liquidez imediata pode se observar que esse índice teve uma evolução positiva no decorrer dos períodos de 2019 e 2020, apresentando os valores de R\$ 17,77 e R\$ 39,34 respectivamente. Ficando claro que a empresa possui uma ótima liquidez de imediato caso precisasse pagar suas contas de curto prazo de uma única vez.

A liquidez corrente é o índice que releva a capacidade de pagamento de curto prazo levando em consideração a quantidade de ativo em relação ao seu passivo. Sendo evidenciada pelo quadro 21.

Quadro 21 – Liquidez corrente

$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$
$2019 - LC = \frac{158.819,61}{7.251,10} = 21,90$
$2020 - LC = \frac{203.164,72}{4.662,60} = 43,57$

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Este índice revela assim como os demais uma evolução significativa de 2019 para 2020. Isso representa que a empresa possui uma boa condição de pagar suas contas no curto prazo, sendo que em 2019 o valor era de R\$ 21,90 para cada R\$ 1 de dívida e em 2020 o valor quase dobrou tendo o valor de R\$ 43,57.

Já o quadro 22 demonstra a utilização do índice de liquidez seca que demonstra a capacidade de pagamento sem a utilização do estoque para quitar suas dívidas de curto prazo.

Quadro 22 – Liquidez seca

$LS = \frac{\textit{Ativo Circulante} - \textit{Estoques}}{\textit{Passivo Circulante}}$
$2019 - LS = \frac{158.819,61 - 28.478,00}{7.251,10} = 17,98$
$2020 - LS = \frac{203.164,72 - 18.250,51}{4.662,60} = 39,66$

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Esta técnica revela em reais valores mais baixos comparados com os demais índices uma vez que desconsidera o valor do estoque para fins de cálculo, mas mesmo assim a situação da empresa que já possuía um valor alto de liquidez seca em 2019 (R\$17,98) conseguiu mais que dobrar essa situação em 2020, tendo assim para cada R\$ 1,00 de dívida R\$ 39,66 recursos para a sua quitação.

Ter uma boa liquidez com certeza é ótimo para uma empresa, principalmente em momentos incertos da economia que tenta ainda se recuperar dos impactos da pandemia de covid-19, nesses casos os administradores devem optar sim por uma postura ponderada e comedida. Porém é preciso estar atento uma vez que muita liquidez pode resultar em uma menor lucratividade.

4.2.3.3 Índices de estruturas de capitais

Os índices de estruturas de capitais são compostos por índices que demonstram a composição do capital da empresa que pode ser próprio ou de terceiros e qual a relação entre eles, evidenciando assim o grau de endividamento que a empresa possui a curto e longo prazo. Sendo classificados em: índices de capitais de terceiros, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos não correntes.

O índice de capitais de terceiros é o índice que revela qual a proporção de recursos foram pegos emprestados de terceiros em relação ao capital próprio

investido pelos sócios. O capital de terceiros é representado no balanço patrimonial pelo grupo do passivo e o capital próprio é representado pelo grupo do patrimônio líquido. Sendo que quanto menor esse índice melhor será para empresa. O quadro 23 demonstra essa relação empregada na empresa M&M Modas Ltda.

Quadro 23 – Índice de capitais de terceiros

$PCT = \frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$
$2019 - PCT = \frac{7.251,10}{152.048,51} \times 100 = 4,77\%$
$2020 - PCT = \frac{4.662,60}{198.802,12} \times 100 = 2,35\%$

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Aplicada à técnica, pode se verificar que no ano de 2019 a empresa possuía em percentuais 4,77% de capitais de terceiros e que em 2020 conseguiu melhorar esse resultado, tornado esse percentual ainda menor (2,35%). Isso significa que a empresa evoluiu positivamente de um período para o outro, pois quanto menor esse índice melhor para a empresa.

Já o índice de composição de endividamento é responsável por demonstrar o quanto em percentual das obrigações da empresa será de curto ou longo prazo. Sendo que o quadro 24 evidencia a utilização dessa técnica de análise.

Quadro 24 – Composição de endividamento

$\text{Composição do endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}} \times 100$
$2019 - \text{Composição do endividamento} = \frac{7.251,10}{7.251,10} \times 100 = 100\%$
$2020 - \text{Composição do endividamento} = \frac{4.662,60}{4.662,60} \times 100 = 100\%$

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A composição do endividamento releva que a empresa M&M Modas Ltda, não possui obrigações de longo prazo, concentrando todas as obrigações no curto prazo se mantendo assim nos dois períodos analisados.

A imobilização do patrimônio líquido expressa em reais o quanto do patrimônio líquido foi utilizado para financiar o ativo fixo da empresa. Sendo que quanto menor melhor será para a empresa. O quadro 25 expressa a evolução desse índice entre os períodos de 2019 e 2020.

Quadro 25 – Imobilização do patrimônio líquido

$\text{Imobilização do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Ativo Não Circulante} - \text{Realizável a Longo}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
$2019 - \text{Imobilização do Patrimônio Líquido} = \frac{480 - 0,00}{152.048,51} =$
$2020 - \text{Imobilização do Patrimônio Líquido} = \frac{300,00 - 0,00}{198.802,12} =$

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Essa técnica de análise demonstra valores mínimos dessa relação, haja vista que a empresa possui pouco ativo fixo e que esse não teve aumento durante os períodos apurados. A diminuição ocorrida de 0,003 para 0,002 no ano de 2020 ocorreu devido à depreciação que ocorre nesses tipos de ativos em razão de sua utilização.

Já a imobilização dos recursos não correntes tem a função de aprofundar o detalhamento quanto aos investimentos que pode estar em excesso comprometendo assim os recursos de curto prazo da empresa. A aplicação dessa técnica está descrita no quadro 26.

Quadro 26 – Imobilização dos recursos não correntes

$\text{IRNC} = \left(\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Passivo não circulante}} \right) \times 100$
$2019 - \text{IRNC} = \left(\frac{480}{152.048,51 + 0,00} \right) \times 100 = 0,32\%$
$2020 - \text{RNC} = \left(\frac{300,00}{198.802,12 + 0,00} \right) \times 100 = 0,15\%$

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A imobilização dos recursos não correntes mostra que a empresa possui percentuais muito pequenos de ativos financiados com recursos de curto prazo. E que esse percentual foi reduzido pela metade no ano de 2020, passando a ter um percentual de 0,15%.

A utilização dessas técnicas de análise demonstra que a empresa M&M Modas Ltda possui pouco capitais de terceiros na composição de seu capital e que esses são todos de curto prazo.

4.2.3.4 Índices de rentabilidade

Os índices de rentabilidade têm a função de evidenciar a capacidade econômica da empresa, apurando assim o grau de êxito obtido em relação ao capital investido, utilizando como base o balanço patrimonial e a DRE. Esses índices podem ser classificados em: índice de giro do ativo, margem líquida, rentabilidade do ativo e rentabilidade do patrimônio líquido.

O índice de giro do ativo é o responsável em demonstrar a proporção entre as vendas e os investimentos feitos por ela, sendo que o resultado obtido não é percentual e sim em quantas vezes seu faturamento girou em relação ao valor de seu ativo. O quadro 27 demonstra a aplicação dessa técnica nas demonstrações contábeis da M&M Modas nos exercícios de 2019 e 2020.

Quadro 27 – Índice de giro do ativo

$GA = \frac{Vendas\ Líquidas}{Ativo}$
$2019 - GA = \frac{165.677,26}{159.299,61} = 1,04$
$2020 - GA = \frac{126.101,95}{203.464,72} = 0,62$

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A técnica de giro de ativo demonstra uma diminuição significativa nesse índice que era de 1,04 em 2019 para 0,62 em 2020. Significando que a empresa não conseguiu girar seu faturamento nem uma em 2020, sendo que o ideal para esse índice é que fique igual ou superior a 1.

A margem líquida é o índice que revela quanto de lucro esta sendo gerado para cada unidade vendida pela entidade, medindo assim o seu grau de rentabilidade. O quadro 28 evidencia a aplicação e resultado dessa técnica de análise.

Quadro 28 – Margem líquida

$ML = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$
$2019 - ML = \frac{65.466,97}{165.677,26} = 0,40$
$2020 - ML = \frac{46.753,61}{126.101,95} = 0,37$

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O índice de margem de líquida demonstra que a empresa apresentou uma redução desse índice de R\$ 0,40 no ano de 2019 para R\$ 0,37 em 2020, evidenciando assim que a empresa obtendo uma rentabilidade de vendas menor, o que é uma situação desfavorável.

A rentabilidade do ativo, é o índice que revela a capacidade da empresa em gerar lucro em relação aos ativos investidos, sendo evidenciado o quanto de lucro líquido será obtida em reais para cada R\$ 1,00 de ativos totais. O quadro 29 demonstra a aplicação dessa técnica de análise.

Quadro 29 – Rentabilidade do ativo

$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$
$2019 - \text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{65.466,97}{159.299,61} = 0,41$
$2020 - \text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{46.753,61}{203.464,72} = 0,23$

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A rentabilidade do ativo da empresa M&M Modas Ltda mostra uma diminuição da capacidade de geração de lucro no exercício de 2020 em relação a 2019, sendo

que antes a empresa possuía capacidade de gerar R\$ 0,41 de lucro e agora só possui R\$ 0,23.

Já a rentabilidade do patrimônio líquido é o índice que revela a quantidade de lucro gerado pelos recursos empregados pelo capital dos sócios, ou seja, o patrimônio líquido. Sendo que pode para cada R\$ 100,00 investidos pelos sócios, será obtido um lucro em percentual conforme demonstra o quadro 30.

Quadro 30 – Rentabilidade do patrimônio líquido

$RSPL = \left(\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \right) \times 100$
$2019 - RSPL = \left(\frac{65.466,97}{152.048,51} \right) \times 100 = 43,06\%$
$2020 - RSPL = \left(\frac{46.753,61}{198.802,12} \right) \times 100 = 23,52\%$

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A rentabilidade do patrimônio líquido aplicada nas demonstrações contábeis da empresa M&M Modas Ltda., nos respectivos exercícios de 2019 e 2020 apresentaram os valores de 43,06% e 23,52%, deixando evidente a queda expressiva desse índice de acordo com os períodos. Significando que a entidade apesar de gerar lucro, perdeu rentabilidade.

Por fim pode se verificar que assim como os demais índices empregados no estudo com a exceção do de liquidez que mostram uma evolução positiva, os índices de rentabilidade se mostram afetados no período de 2020, o que reforça a tese que quanto maior a liquidez menor será a rentabilidade obtida. Isso se justifica pela postura conservadora que a empresa precisou adotar durante a pandemia de covid-19, e assim se manter no mercado.

4.3 VISÃO SISTÊMICA APLICADA AO CASO

A contabilidade é a ciência que tem como função registrar, demonstrar, auditar e analisar os fenômenos que ocorrem com o patrimônio de uma empresa, visando fornecer informações, orientações e pareceres sobre a composição de variações desse patrimônio, para a tomada de decisões por partes dos gestores da instituição (FRANCO, 2006).

Com isso, o estudo utilizasse dessa ciência e suas ferramentas para demonstrar a situação econômica e financeira da empresa estudada, através dos relatórios gerados e aplicando as técnicas de análises contábeis.

Sendo que para Gonçalves e Baptista (2011), a contabilidade utiliza-se técnicas para atingir sua finalidade que é a geração de informações úteis e confiáveis para as tomadas de decisões. Sendo entre elas a análise das demonstrações contábeis.

Ficando claro que a contabilidade como ciência utiliza-se de ferramentas específicas, aprimoradas e desenvolvidas tanto para o controle do patrimônio como também para a interpretação dos dados contidos nos relatórios elaborados por ela, visando ao seu usuário informações pertinentes ao negócio e tomando decisões com base nos resultados obtidos e como administrá-lo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade é a ciência social responsável por evidenciar, registrar e controlar o patrimônio das entidades, utilizando-se de muitas técnicas que foram aperfeiçoadas ao decorrer da história para fornecer sempre informações claras e úteis para a tomada de decisões. A essência da ciência contábil faz com que ela se torne uma grande aliada dentro das empresas de forma geral, dando um norte para seus gestores sobre a real situação econômica e financeira em que a mesma se encontra em determinado período, principalmente em tempos de incertezas e instabilidades do mercado devido à pandemia de covid-19.

Diante disso, o objetivo geral de pesquisa é identificar os principais impactos causados pela pandemia de covid-19 na microempresa M&M Modas Ltda. a partir das análises das demonstrações contábeis.

Com o intuito de cumprir o objetivo geral por intermédio dos objetivos específicos e assim alcançar os resultados almejados, o estudo inicia pelas realizações de pesquisas para a composição do embasamento teórico necessário ao caso e que puderam nortear e desenvolver os demais objetivos propostos.

Posteriormente realizaram-se as coletas de dados mediante os relatórios contábeis da microempresa M&M Modas Ltda. nos exercícios de 2019 e 2020, cumprindo-se assim mais uma etapa da pesquisa.

Após a coleta de dados deu-se início ao seu tratamento, com as elaborações de quadros, fórmulas e cálculos por via de índices de cunhos financeiros e econômicos tais como: análise vertical e horizontal, índices de liquidez e índices de rentabilidade cumprindo-se assim todos os objetivos propostos.

Com relação às técnicas das análises verticais e horizontais, elas evidenciam e deixam bem claro as contas que mais sofreram modificações em percentuais com base nas análises realizadas nas demonstrações envolvidas na pesquisa no ano de 2020 (período de pandemia de covid-19).

Fica evidente a diminuição de vendas e também a redução do lucro do exercício quando comparado com o ano de 2019 e como isso refletem nas outras contas dentro do balanço patrimonial, uma vez que a empresa priorizou por manter seus recursos empregados nas contas de maior liquidez como 'caixa' e 'banco conta movimento'. Já com relação as suas obrigações encontram-se todas no curto prazo, mostrando que houve diminuição significativa, o que indica que a empresa evitou contrair novas dívidas, adotando assim uma postura conservadora diante da incerteza do mercado em relação aos negócios.

Já a respeito dos índices de liquidez pode-se afirmar que a empresa evoluiu positivamente, tendo ótimos resultados nesses critérios uma vez que a empresa concentrou seus recursos em contas de liquidez imediatas, como já mencionado anteriormente. Ao optar por ter uma liquidez maior e correr menos riscos, menor é a rentabilidade obtida, sendo que as técnicas aplicadas aos índices de rentabilidades revelaram uma situação desfavorável, tendo diminuições consideráveis na maioria dos métodos empregados.

Por fim, com relação os índices de estrutura de capitais, o ponto que mais sofreu modificação em 2020 foi à imobilização dos recursos não correntes que caiu pela metade. Significando algo positivo para a empresa, uma vez que esse índice é o responsável por detalhar investimentos que podem estar em excesso comprometendo os recursos de curto prazo.

Contudo, pode-se afirmar que apesar todas as consequências sofridas no período de 2020 devido à pandemia de covid-19 e mesmo tendo adotado uma postura conservadora, a microempresa M&M Modas Ltda. ainda conseguiu gerar lucros e se manter competitiva no mercado.

Portanto conclui-se que os principais impactos causados pela pandemia de Covid-19 na empresa M&M Modas Ltda. foram:

Diminuição de vendas que quando comparada ao ano de 2019, obteve um percentual de -24,38%.

Redução de lucros uma vez que esse percentual é -28,58 % menor que o obtido em 2019.

Perda de rentabilidade, já que a maioria dos índices demonstrou diminuições consideráveis.

A pesquisa se mostrou muito produtiva, uma vez que por meio dela geraram-se conhecimentos ainda não explorados sobre o tema, servindo de base para os gestores tomarem decisões mais seguras e tentarem reverter à situação no próximo exercício social. Acredita-se que isso também para estimular outros acadêmicos na busca do conhecimento científico.

Porém, como forma de melhorias a empresa, a mesma deveria avaliar melhor suas necessidades de capital de giro e de liquidez uma vez que tanto recurso parado em caixa diminui a obtenção de rentabilidade. Com os recursos excedentes, por exemplo, ela pode fazer outros investimentos, atentando sempre aos resultados das devidas análises e avaliações dos riscos envolvidos.

Sugere-se, com o intuito de não esgotar os estudos sobre o tema, que novas pesquisas acadêmicas possam ser realizadas também em outras empresas de vários portes e regimes tributários distintos para a verificação dos impactos causados em cada uma delas decorrente da pandemia de covid-19.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia científica**. São Paulo: Cengage, 2016.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BLATT, Adriano. **Análise de balanços: estruturação e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: Makron Books, 2001.

BORTOLI, Cassiana. **Contabilidade e gestão de micro e pequenas empresas**. Curitiba: Contentus, 2020.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica: da teoria à prática**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução N. 1.418/12**. ITG1000 – Modelo contábil para microempresa e empresa de pequeno porte. Disponível em: <https://crcsp.org.br/portal/fiscalizacao/projetos/downloads/ITG1000.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2020.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade**: resumo da teoria, atendendo às novas demandas da gestão empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DANTAS, Inácio. **Contabilidade**: introdução e intermediária. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DINIZ, Natália. **Análise das demonstrações financeiras**. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade geral**. São Paulo: Atlas, 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**: análise da liquidez e do desenvolvimento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira, indicadores e análise especiais. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JOCHEM, Laudelino. **Contabilidade**: uma visão crítica da evolução histórica. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2013.

LUZ, Érico Eleutério da. **Análise e demonstração financeira**. São Paulo: Pearson, 2014.

LUZ, Érico Eleutério da. **Teoria da contabilidade**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, **Análise financeira de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PRADO, Roberto Rodrigues. **Teoria da contabilidade**. Usina Digital. 2012.
Disponível em: https://www.academia.edu/14846930/Teoria_da_Contabilidade.
Acesso em: 06 out. 2020.

PADOVEZE, Clóvis Luiz; MARTINS, Miltes Angelita Machuca. **Contabilidade e gestão para micro e pequenas empresas**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da contabilidade geral**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração financeira da pequena e média empresa**. São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, Fernando de Almeida. **Contabilidade**: com ênfase em micro, pequenas e Médias Empresas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SAPORITO, Antônio. **Análise e estrutura das demonstrações contábeis**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARION, José Carlos. **Manual de contabilidade para pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO NA ESTER SILVA ME

Elisângela Ribeiro Prates¹

Maria Aparecida Cardozo²

Oscar Pedro Neves Júnior³

Resumo: Este artigo demonstra as rotinas e uso de sistemas que a empresa utiliza para manter o equilíbrio financeiro com a competitividade do mercado. Diante disso o objetivo geral da pesquisa é apresentar as principais contribuições de uma prestadora de serviços contábeis, no auxílio da gestão da empresa Ester Silva ME. Para atender o objetivo geral, os objetivos específicos são: Levantar perante a literatura, a necessidade da contabilidade para a gestão; identificar os principais recursos usados pela Contabilidade Prates para os clientes do ramo de comércio de vestuário; analisar dentre os recursos utilizados pelo escritório Contabilidade Prates, quais a empresa Ester Silva ME utiliza; propor o uso adequado dos recursos aplicáveis a empresa em estudo. Quanto à metodologia a pesquisa se classifica como exploratória por se tratar de um estudo de caso na empresa Ester Silva ME. Em relação à natureza do artigo trata-se de um estudo teórico e prático, onde a pesquisa se baseia em conceitos e conhecimento da literatura. Já o que se refere à lógica da pesquisa ela é dedutiva porque parte de um estudo já existente e dele se deduz uma verdade em particular. A coleta de dados se refere a dados primários e secundários, obtidos por meio de uma entrevista informal. É um estudo qualitativo e aplicado. Em relação aos procedimentos técnicos trata-se de um estudo de caso na empresa Ester Silva ME, de uma pesquisa bibliográfica e, ainda, de uma pesquisa documental. Como resultado tem-se a confirmação e evidência de que o uso de todos os recursos disponíveis na atualidade e aplicado de forma eficiente tem a possibilidade de permitir que a empresa estudada analise a sua saúde financeira e econômica, proporcionando, sem dúvida, uma contribuição significativa na tomada de decisão.

Palavras-chave: Contabilidade. Tomada de decisão. Gestão. Ferramenta de gestão.

1 INTRODUÇÃO

Visando manter o equilíbrio financeiro com a competitividade do mercado e suas mudanças tempestivas, a contabilidade é considerada uma ferramenta que apresenta recursos para a gestão e organização do planejamento fiscal, mostrando os pontos onde deve ser criadas metas e ações para alcançar os objetivos da empresa. Percebendo as mudanças, o profissional contábil sentiu a necessidade de

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Orientadora e Professora do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

³ Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

desenvolver um novo perfil, buscando explorar novas responsabilidades agindo de outra maneira, reavaliando seus conceitos e buscando adaptar-se a gestão como parte de exercício de sua profissão. O gestor necessita da contabilidade agindo em favor da sua empresa, ele precisa do profissional da contabilidade para ajustar e fazer a manutenção das receitas dos seus negócios.

A contabilidade se vê na responsabilidade de auxiliar o gestor a buscar soluções para manter seus negócios e avançar com novas estratégias para o seu desenvolvimento econômico, superando assim as dificuldades.

De acordo com Matias e Martins (2012) o profissional contábil deve estar sempre se atualizando para colaborar com a gestão, auxiliando o empreendedor com novos conhecimentos e habilidades, para que o empresário se sinta motivado e obtenha uma ótima gestão empresarial.

Diante disso a pergunta desta pesquisa é: quais as principais contribuições de uma prestadora de serviços contábeis, no auxílio da gestão da empresa Ester Silva ME.

O objetivo geral da pesquisa é apresentar as principais contribuições de uma prestadora de serviços contábeis, no auxílio da gestão da empresa Ester Silva ME.

Complementando o objetivo geral apresentam-se os objetivos específicos: (a) levantar, perante a literatura, a necessidade da contabilidade para a gestão; (b) identificar os principais recursos usados pela Contabilidade Prates para os clientes do ramo de comércio de vestuário;

(c) analisar dentre recursos utilizados pelo escritório Contabilidade Prates, quais a empresa Ester Silva ME utiliza; (d) propor o uso adequado dos recursos aplicáveis a empresa em estudo.

O tema escolhido para esta pesquisa é a necessidade de obter conhecimento para cumprir o papel de contador, no quesito de fornecer informações e formas capazes de contribuir com os usuários dos serviços contábeis na tomada de decisão. Como nos dias atuais as empresas atuam em competitividade, as organizações devem estar melhor preparadas e atentas nas mudanças de mercado. Como muitas empresas tem a dificuldade de se adequar as mudanças, o serviço contábil vem com essas possibilidades de auxiliá-los.

A pesquisa pode contribuir para o futuro de um profissional da contabilidade, onde o usuário dos serviços contábeis vai poder contar com o conhecimento adquirido do graduado nessa área.

Com isso, a pesquisa apresenta um plano de negócios com estratégias de manter a empresa fortalecida na atual situação econômica e fazer com que a empreendedora não desista de seu comércio.

Esta pesquisa está composta em cinco capítulos. No primeiro capítulo foi apresentada a introdução sobre o assunto abordado, o tema geral, os objetivos e o porquê do tema e as suas delimitações. No segundo capítulo apresenta-se o embasamento teórico com alguns conceitos para o entendimento da pesquisa. No terceiro capítulo são colocados o enquadramento metodológico e os procedimentos de coleta e análise dos dados. Já o quarto capítulo mostra a caracterização do objeto de estudo, a análise e discussão dos resultados e a visão sistêmica aplicada ao caso. Por fim, no quinto capítulo apresentam-se as considerações finais.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Esta seção trata do Embasamento Teórico da pesquisa onde aborda os seguintes temas: Contabilidade, Contabilidade Decisória e Contabilidade e Gestão.

2.1 CONTABILIDADE

A contabilidade é uma ferramenta no auxílio da gestão dos negócios que contribui para registrar fatos econômicos que possam afetar o patrimônio das entidades, gerando relatórios e demonstrações informando os fatos ocorridos dentro da empresa. Ela já existe desde o início da civilização, onde já se mostrava a história da contabilidade na relação social. Oliveira (2003) diz que: A contabilidade é antiga, que já resolvia as situações do ser humano, em busca do crescimento. Ela sempre fará parte da vida do homem.

A história da contabilidade foi bem lenta, foi se tornando cada vez mais necessária para o desenvolvimento econômico, sendo hoje uma profissão realizadora e valorizada. A Contabilidade também tem sido muito importante nos métodos de registrar, captar, reunir interpretar e demonstrar as situações as quais afetam o patrimônio das empresas com lucratividade ou não. Para Araújo (2009), a contabilidade tem a responsabilidade de mostrar como está o patrimônio da empresa, registrando e controlando a divulgação dos fatos que podem alterá-lo além de auxiliar no planejamento trazendo bons resultados para a empresa.

Segundo SEBRAE (2014) a contabilidade deve ser usada como ferramenta e disponibilizar recursos para o empresário tomar decisões certas, no contínuo auxílio ao administrador. O empresário não tem uma organização exemplar para pagamentos de tributos, não tem um planejamento de como administrar seu capital sem a contabilidade para auxiliá-lo, cabe o contador tirar as dúvidas e mostrar como o gestor deve cumprir com suas contas e fazer girar seu capital.

A contabilidade busca informações para a utilização de várias questões, até para empresa que necessite de financiamento, se faz necessário conter os relatórios contábeis para apresentação junto ao órgão financeiro, ao qual precisa saber a real situação dentro da entidade. Todas as informações coletadas são consideradas importantes para a empresa, porque é com essas informações que a gerência poderá tomar as devidas decisões, fazendo com que a entidade alcance vantagem na competitividade.

Conforme Crepaldi (2008) a contabilidade gerencial tem o objetivo de disponibilizar todos os recursos para uma boa gestão, principalmente com os que a contabilidade disponibiliza dando acesso ao sistema de informações contábeis.

Contudo a contabilidade disponibilizando todas as informações necessárias a entidade, o gestor pode tomar as decisões certas para perpetuar e não ser mais uma a fechar as portas.

2.2 CONTABILIDADE DECISORIAL

A Contabilidade é considerada um instrumento para auxiliar o empresário nas suas tomadas de decisões, dentro da empresa. Com o aumento da busca do serviço contábil, se exige do mercado contador com mais eficiência, para fornecer aos gestores recursos que lhes de prosperidade aos negócios.

Com a utilização do serviço contábil o gestor terá todos os dados importantes apresentados em relatórios e outros recursos, como a demonstração dos produtos e seus preços, elaboração do orçamento, os pontos de equilíbrio e metas da empresa, para que se possa fazer uma comparação com outras empresas concorrentes e assim tomar as decisões diferenciadas, para se sair melhor no mercado.

Conforme Fernandes e Antunes (2010), a profissão de contador é a melhor nos tempos de hoje, o profissional tem que estar se atualizando, buscando estudar

para se aperfeiçoar na área, e estar sempre preparado para dar suporte aos seus clientes e empresas que presta serviço.

O contato pessoal do contador com gestor transmite confiança, acrescentando uma visão estratégica do negócio, passando todas as informações necessárias para que seu empreendimento não feche as portas.

Rocha (2014) afirma que as empresas fecham bem cedo por falta de planejamento, pesquisa no mercado, viabilidade econômica, clientes, investigação de fornecedores, conhecimento do negócio, pesquisa de preço, etc.

Segundo Oliveira (2010) a contabilidade decisória possui um sistema integrado de informações que oferece aos empreendedores diversos dados da empresa, mostrando assim quais recursos vão ser mais apropriados para as tomadas de decisões, já que as empresas querem mais clareza nas informações e mais praticidade no entendimento das informações apresentadas. O processo decisório é a transformação das informações estudadas em ação. Assim leva os gestores a buscar informações reais, para que todas as decisões sejam feitas conforme as expectativas e objetivos.

Beuren (2000) diz que: a quantidade de dados e informações a que as organizações apresentam diariamente, necessita de um gerenciamento eficaz sendo este aspecto parte integrante do processo decisório dos dirigentes e gestores dentro das organizações.

De acordo com Macedo e Fontes (2009), se observou nas empresas que as decisões tomadas pelos gestores também perdem algumas informações importantes durante essas decisões, já que os limites de capacidade do indivíduo não são perfeitamente como se espera. Assim a contabilidade deve estar atenta e sempre atualizada, para que evite a ocorrência da falta de informações corretas as organizações.

2.3 CONTABILIDADE E GESTÃO

Dornelas (2001) afirma que um empreendedor necessita ter uma visão do futuro para a organização, ter ideias que outros ainda não tiveram, a partir daí colocar essas ideias em prática.

Segundo Rocha (2018) o contador deve estar sempre se atualizando ser um empreendedor, ter uma preparação para gerenciar um negócio, tanto ao abrir um

escritório de contabilidade, o contador deve oferecer um serviço de boa qualidade aos seus clientes, dando auxílio as empresas na tomada de decisões. O contador como empreendedor tem a possibilidade e maior capacidade de resolver as necessidades quanto ao mercado de trabalho.

Athayde e Martins (2012) analisam que o contador possui estratégias para as empresas serem bem-sucedidas, eles apresentam ao empreendedor o que é necessário para o desenvolvimento da empresa. Auxiliam no bom planejamento e no controle operacional da empresa.

O trabalho de um contador é indispensável para que o empreendimento cresça. Os registros da empresa que o contador disponibiliza de todas as informações, como relatórios sobre encargos, giro de capital, os custos, tributos, etc, mesmo assim não serve somente relatórios o contador deve ser participante, tem que ter determinação.

Conforme Matias (2013) o empreendedor depende de um suporte grande do contador, com habilidades e competência daquilo que ele estudou e se aperfeiçoou para o seu trabalho.

Para Oliveira (2014) a capacidade de inovar e evoluir vem com as atitudes e as habilidades do profissional, quando buscam crescer e obter resultados no empreendimento, progredindo e utilizando estratégias com resultado eficaz para novos projetos.

Com as habilidades do contador ele pode dar sugestões até na hora de uma crise no mercado, de como se reerguer e não fracassar nos seus negócios, pode tentar reestruturar a empresa, elaborar um projeto e consertar suas finanças.

O contador pode fazer uma previsão do desempenho das situações adversas para o futuro, como recursos de caixa, buscando quais fontes de financiamento podem recorrer nas horas de dificuldades financeiras. Ter uma estimativa para onde o mercado está se dirigindo, estudando as ocorrências, tendências de produtos, serviços, especialmente os preços e necessidades de investimento.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

A seção trata do enquadramento metodológico utilizado na pesquisa, como sua natureza, a lógica, abordagem, os procedimentos e técnicas utilizadas para a elaboração da pesquisa.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A metodologia utilizada nesta pesquisa quanto a natureza do objetivo se trata de uma abordagem exploratória, pois tem como objetivo de estudo a empresa Ester Silva ME. Com base nas demonstrações e informações obtidas, informa-se o objetivo geral. Para Gil (1999) a pesquisa exploratória esclarece e faz mudanças nos conceitos e ideias, apresentando hipóteses ou problemas que serão pesquisados em estudos futuros. Conforme o autor, esse tipo de pesquisa é planejado para alcançar aproximadamente de um determinado fato.

Em relação à natureza do artigo trata-se de um estudo teórico e prático, onde a pesquisa se baseia em conceitos e conhecimento da literatura, através de livros e artigos para elaboração das referências bibliográficas. Toda pesquisa que tem por objetivo entender e discutir alguma área é considerado um estudo teórico (GIL, 2010). Já no aspecto prático é voltado a interceder na realidade social, o pesquisador usa métodos para a pesquisa apresenta as ações mostrando o que encontrou, como nesse artigo onde se refere os recursos contábeis (DEMO, 2000).

Já o que se refere a lógica da pesquisa ela é dedutiva porque parte de um estudo já existente e dele se deduz uma verdade em particular. O método dedutivo tem como propósito explicar, complementar o conteúdo abordado na pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2003).

A coleta de dados se refere a dados primários e secundários, obtidos por meio de uma entrevista informal. Segundo Marconi e Lakatos (2009), a coleta de dados é uma tarefa cansativa, e exige do pesquisador paciência constância e esforço. Secundário utilizando documentos da empresa e planilhas elaboradas de acordo com a pesquisa. Qualquer coleta de dados feitas em livros, artigos científicos e registros são considerados secundários porque são fontes existentes (DEMO, 2011).

No que se refere a abordagem da pesquisa é qualitativa, pois é feita uma coleta dos dados da organização para apresentar a relação dos recursos contábeis utilizados pelo comércio do vestuário. Godoy (1995) afirma que esse tipo de pesquisa envolve a busca por dados descritivos com o intuito de entender os fenômenos destacados no estudo.

O resultado da pesquisa se caracteriza como aplicado, pois objetiva gerar conhecimento sobre as vantagens das principais contribuições de uma prestadora

de serviços contábeis no auxílio da gestão do empreendedor. Quando se tem a necessidade de conhecer para aplicar imediatamente os resultados contribui para fins práticos, com a pesquisa aplicada se busca orientação prática para achar o resultado rápido dos problemas reais do cotidiano (BARROS, LEHFELD, 2014).

Em relação aos procedimentos técnicos trata-se de um estudo de caso na empresa Ester Silva ME, de uma pesquisa bibliográfica e, ainda, de uma pesquisa documental. Conforme Gil (2008) quando a pesquisa é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos ela é bibliográfica, e o estudo de caso já vem de uma pesquisa aprofundada e exaustiva de um ou poucos objetos, de modo que se consiga uma conclusão de um grande conhecimento.

Para Severino (2007) pesquisa documental é aquela que através do uso de documentos oficiais ou documentos pessoais, onde se pega a informação bruta, que ainda não foram analisadas. No modo ao qual o investigador poderá realizar sua própria investigação.

O instrumento utilizado na pesquisa foi a observação dentro do escritório de contabilidade e uma entrevista informal para obter informações sobre a empresa estudada. Segundo Gil (1987) a entrevista é uma forma de diálogo onde uma coleta os dados e a outra informa apresentando informações a respeito.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os primeiros procedimentos tomados foram a pesquisa em livros e artigos, para comparar e conceituar os assuntos abordados e ter como base um referencial teórico. Após essas abordagens se coletou dados através de conversas informais com o gestor do escritório de contabilidade Mario José Prates no intuito de obter as primeiras informações.

A partir disso se buscou destacar o levantamento perante a literatura a necessidade da contabilidade para a gestão e identificar os principais recursos gerenciais usados pela Contabilidade Prates para os clientes do ramo de comércio de vestuário.

Também houve uma conversa informal com a proprietária da empresa Ester Silva ME, onde foi observado que ela utiliza muito o auxílio do gestor da contabilidade para as tomadas de decisões. Com o avanço das tecnologias o gestor

sempre está em busca de novos recursos para auxiliar seus clientes. Diante disto, foi verificado que a empresa precisava se inovar perante as atualizações tecnológicas.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção apresentam-se a caracterização do objeto de estudo, a análise e discussão dos resultados e a visão sistêmica aplicada ao caso.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A pesquisa é no escritório Mario José Prates, fundado em janeiro de 2005, na cidade de Laguna, Santa Catarina. O ramo de atividade é contabilidade, possui clientes de Laguna, interiores e algumas empresas da cidade de Tubarão.

O escritório fornece sua contabilidade para empresas de Pequeno Porte, EPP, LTDA e Microempreendedor Individual, no ramo de fabricação, comércio, representação e manipulação.

Atualmente a empresa possui seis colaboradores, cada um responsável por um setor. O administrador é o proprietário do escritório, ele é quem cuida da parte financeira e visita seus clientes mensalmente, prestando seus serviços tanto como auxiliar na administração de cada empresa como a entrega de toda documentação solicitada por eles, principalmente as taxas e impostos a serem pagos. Os colaboradores cuidam de toda a parte burocrática tendo um setor do RH e os outros divididos por setores onde resolvem situações de alvarás e outros documentos. A parte da contabilidade como aberturas, contratos, balanços e declarações, etc., são feitas pelo proprietário e contador da empresa.

Dentre tantos clientes que a contabilidade Mario José Prates possui, a empresa de comércio de vestuário Ester Silva ME foi escolhida para o estudo, com coleta de dados, através de entrevista informal e observação dos métodos trabalhados dentro da empresa. A empresa de estudo está situada na Rua Gustavo Richard no Centro de Laguna.

A empresa possui uma sócia e uma funcionária e está enquadrada no regime de tributação do Simples Nacional. A área de atuação da empresa é comércio, disponibilizando uma variada linha de produtos de vestuário, sendo estes: roupas

femininas, roupas masculinas, roupas infantis e lingerie. Tendo como os seus principais clientes pessoas de classe média e alta, a empresa busca fornecer produtos de qualidade, entre eles confecções de malharias vindas do estado de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, visando se sobressair sobre lojas concorrentes as quais estão no mesmo ramo.

A loja de Ester Silva foi uma herança dos pais, a qual já existe desde 1984, sendo passada para ela em 2010. Ester é a responsável pelas compras, pagamentos, toda a parte burocrática da empresa. Tem preferência por viajar para fazer suas compras para a loja, compra pouca coisa pela internet.

A contabilidade é feita pelo escritório de contabilidade Mario Jose Prates, o proprietário faz a visita no início do mês dando suporte, entrega todos os impostos, folha de pagamento e tira as dúvidas apresentada pela proprietária.

Onde a empresa está inserida, está exposta aos impactos inerentes ao negócio, correndo riscos e ameaças, cabe a contabilidade auxiliar e traçar metas para a sobrevivência do empreendimento.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção trata da análise e discussão dos resultados da pesquisa a partir do estágio dentro de um escritório de contabilidade, se fazendo um acompanhamento de 312 horas sendo estágio supervisionado. Portanto está organizada a partir do cumprimento de cada objetivo específico.

4.2.1 A contabilidade como fonte indispensável na administração de uma empresa

O primeiro objetivo específico é levantar perante a literatura a necessidade da contabilidade para a gestão. Pode se notar que muitas empresas que aparecem no mercado, possuem empreendedores que exercem o papel gerencial em suas próprias empresas não utilizando dos serviços contábeis.

Para Crepaldi (1998) o empreendedor que atribui os serviços contábeis utiliza-se das técnicas de planejamento, organização, controle e tomada de decisões fazendo com que os resultados sejam positivos para empresa.

Oliveira (2014) afirma que a inovação nas habilidades e capacidade do profissional de contabilidade é dar suporte ao empreendedor com direção para obter resultados e consolidar novos projetos com estratégias evolutivas para empresa.

A contabilidade pode projetar resultados a partir de metas apresentando relatórios para iniciar seu empreendimento.

Mesmo que o empresário possua um perfil inovador tendo a capacidade de assumir riscos, a contabilidade deve ser representante primordial na tomada de decisão dando todo o suporte. Com a abertura de uma empresa o contador pode auxiliar o empresário a escolher o melhor regime tributário, como o lucro real, presumido ou simples, dependendo do porte e das características da empresa. O contador possui noções de gestão reunindo conhecimento em relação às tecnologias, tributações, leis e afins.

Conforme Matias e Martins (2012) a ligação entre o contador e o empresário se promove com a potencialização nos conhecimentos que o contador adquire ao longo dos anos e apresenta ao empresário, se fazendo intermediador através das suas ações, contribuindo como apoio na gestão de seus negócios.

Portanto, de forma resumida conclui-se que, baseado na literatura estudada nessa pesquisa a contabilidade é uma ferramenta fundamental que disponibiliza recursos que precede a ação para a tomada de decisão, suporte para que o gestor visualize a situação real da empresa no controle do planejamento de sua atividade econômica, visando obter lucros e desenvolver adequadamente o capital nela investido.

O gestor se utiliza das informações fornecidas pela Contabilidade para as tomadas de decisões como forma mais segura, a fim de alcançarem suas metas e objetivos podendo ampliar seus negócios que o mercado oferece.

4.2.2 Recursos fornecidos pela contabilidade

Essa seção visa cumprir o segundo objetivo proposto, que trata de identificar os principais recursos usados pela Contabilidade Prates para os clientes do ramo de comércio de vestuário. A contabilidade é a fornecedora de informações que se referem as movimentações ocorridas nas empresas, e com isso a mesma é utilizada para sustentar as tomadas de decisões dos empresários responsáveis pelas definições dentro da organização.

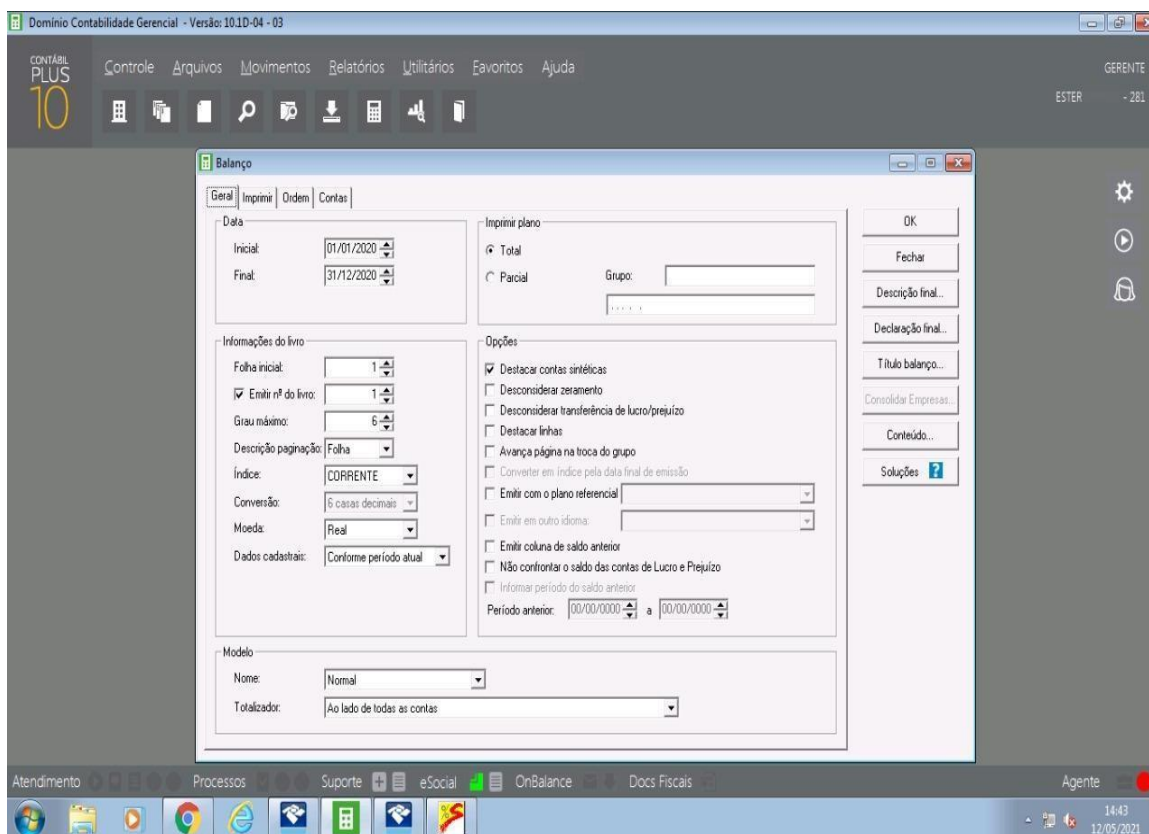
Com uma análise das demonstrações financeiras pode se ter uma visão estratégica dos objetivos ao qual a empresa quer alcançar, achando os pontos fracos e fortes e encaminhando para o caminho certo. É notório que os gestores só podem tomar decisões assertivas e de maneira eficaz se tiverem conhecimento prévio do que são fornecidos pelos recursos contábeis para a empresa.

Se fazendo um planejamento, as tomadas de decisões anteriores aos fatos dão para se escolher alternativas para as atitudes onde não vão ocorrer tantos riscos. O planejamento não controla os gastos ele somente permite que não haja problemas futuro nas operações e finanças da empresa. Tendo um orçamento adequado também pode se corrigir e fazer melhorias, para a divulgação dos produtos da loja, já que o acesso a divulgação está em alta por aplicativos e sites.

Para tanto se utiliza de diversos recursos disponíveis, sejam eles obrigatórios ou não, fornecidos por órgãos governamentais ou adquiridos de forma voluntária. A maioria deles objetivam facilitar e garantir o registro e uso das informações advindas desses recursos de forma eficiente.

O Sistema de *software* implantado na contabilidade, para apresentar mensalmente o balancete da empresa do vestuário é um dos recursos mais utilizado pela contabilidade a qual apura os dados contábeis da empresa em relação as suas movimentações destinadas ao cumprimento das metas do comércio do vestuário. Com esse sistema toda a movimentação da empresa, tanto a parte contábil como a fiscal são lançadas podendo gerar o resultado de toda finança. Esse recurso além de conseguir apresentar um controle de estoque ao qual informa suas entradas e saídas dos produtos da empresa, possui base para se extrair informações uteis sobre as mercadorias e a necessidade de compra, suficiente para que não falte mercadoria e nem fique estocada por muito tempo. Suas despesas mensais são lançadas neste sistema mostrando minuciosamente todo o cálculo, resultando se a empresa teve lucro ou prejuízo com o Balanço Patrimonial. A figura 01 apresenta o sistema que a contabilidade utiliza como recurso contábil.

Figura 1 - Sistema que a contabilidade utiliza como recurso contábil

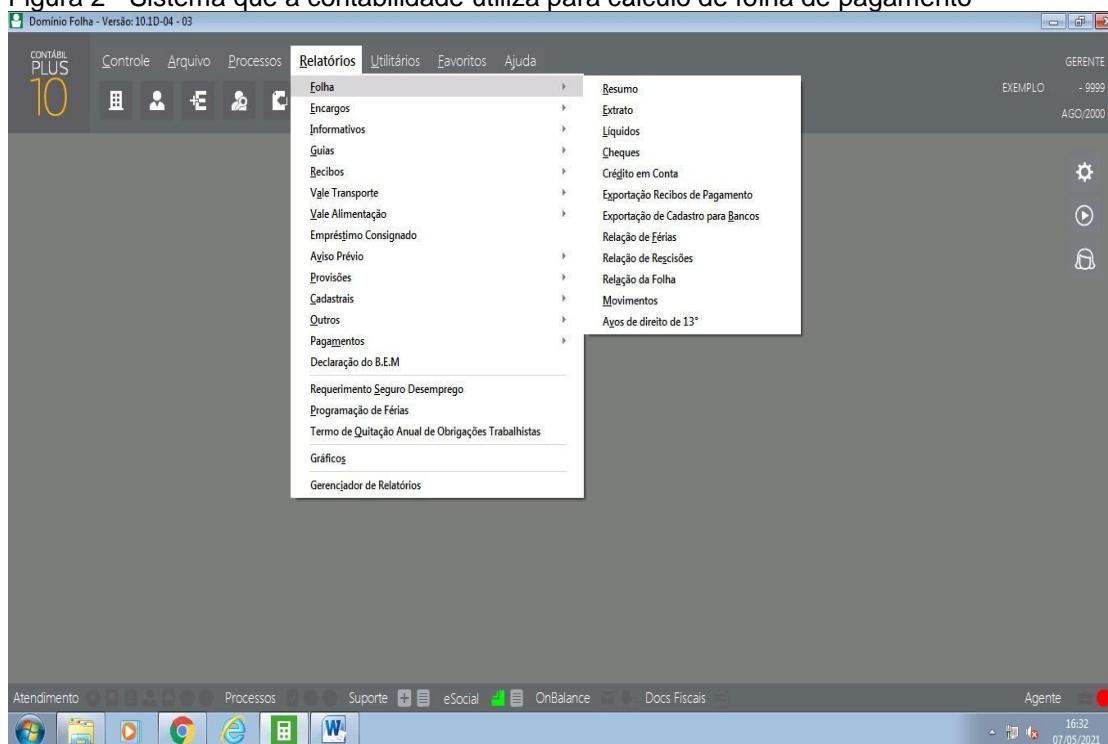


Fonte: Contabilidade Mario José Prates (2021).

No Sistema possui um módulo que o setor de cobrança utiliza para análise de débitos e créditos efetuados, tributos a serem pagos e verificação da saúde da empresa. A análise contábil é essencial para qualquer empresa no ramo de qualquer atividade, pois a importância de ter resultados financeiros positivos é relevante para fornecedores e credores, tornando tomadas de decisões necessárias para conseguir bons resultados.

O Setor pessoal cuida de toda a parte das obrigações com os funcionários, como folhas de pagamento, horas extras, férias, benefícios e muitos outros que são necessários serem processados todos os meses. Ele é considerado um setor primário já que parte dele o início do propósito da organização onde engloba muitas das responsabilidades que vai além da contratação de funcionários aos cálculos de pagamento. Na figura 02 observa-se o sistema que calcula as folhas de pagamento.

Figura 2 - Sistema que a contabilidade utiliza para cálculo de folha de pagamento

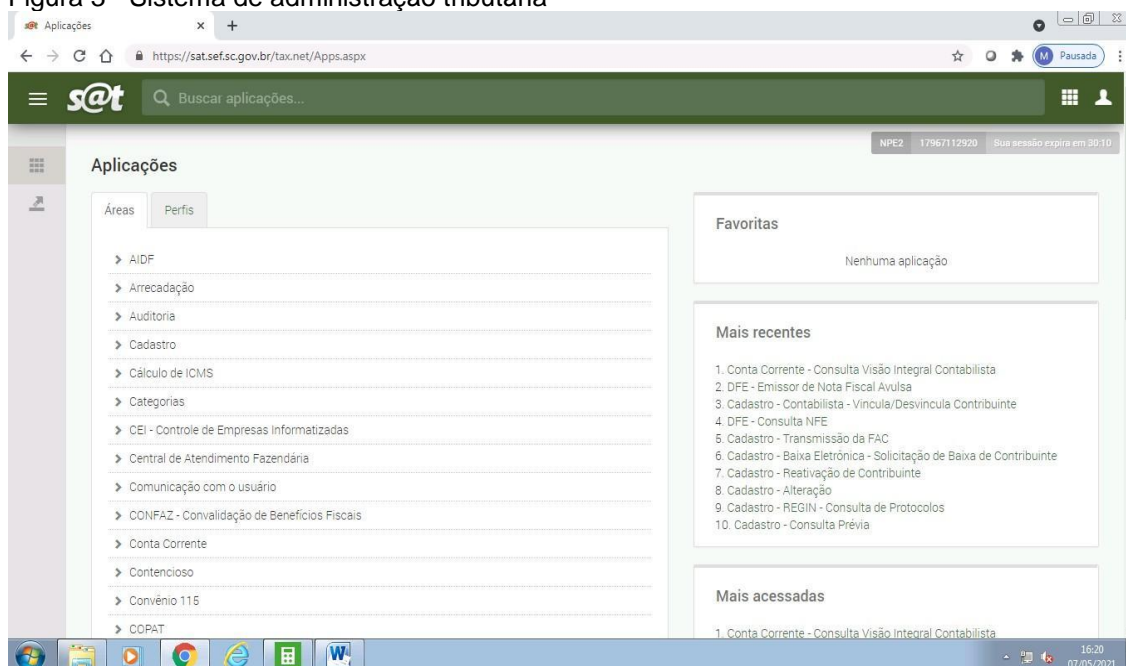


Fonte: Contabilidade Mario José Prates (2021).

A Consultoria contábil é um recurso que o escritório Mario José Prates utiliza para passar orientações aos clientes, como está sempre em conformidade com as leis trabalhistas, e atualizando as informações necessárias para as empresas desde a abertura, como estratégias para o alcance dos objetivos.

O Sistema de Gestão de Documentos que possibilita gerenciar os documentos fiscais online, armazenando notas eletrônicas, no Sistema de Administração Tributária, onde se efetua a consulta dos documentos eletrônicos no site da Secretaria da Fazenda, a contabilidade vincula seus clientes com um cadastro e muitos outros acessórios para as empresas a qual a contabilidade cuida. A figura 03 apresenta o site da Secretaria da Fazenda onde possui o Sistema de Administração Tributária.

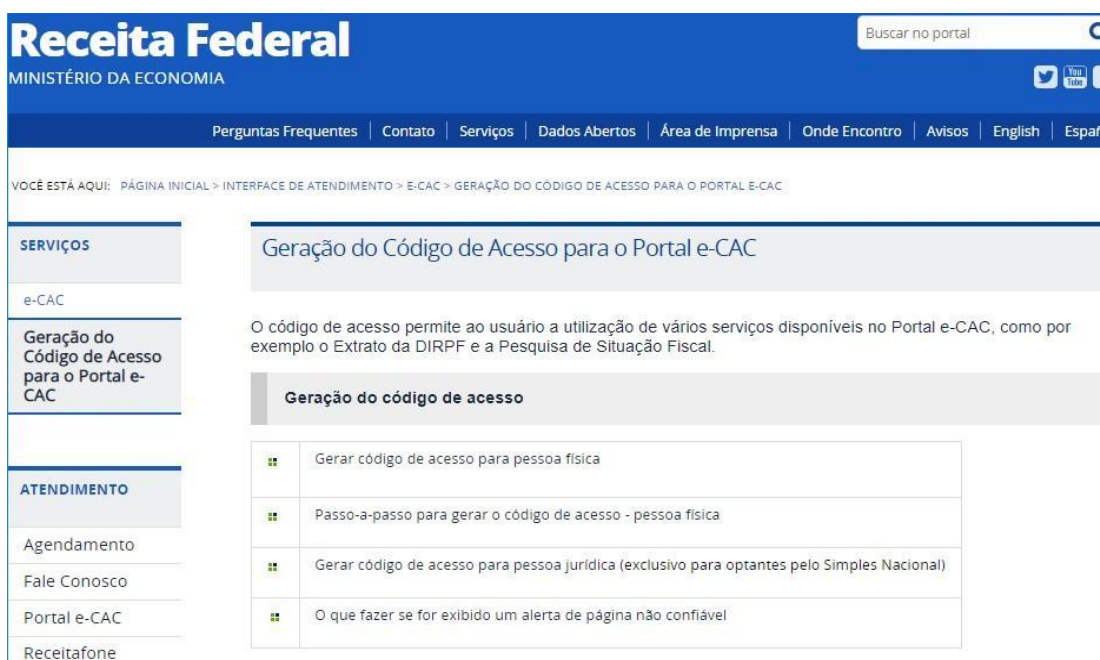
Figura 3 - Sistema de administração tributária



Fonte: Site Secretaria da Fazenda 2021.

A Receita Federal também disponibiliza recursos tecnológicos, que facilita o demonstrativo da situação fiscal da empresa. Com a disponibilidade dessas informações o escritório Contábil pode informar periodicamente ao seu cliente a real situação fiscal. A figura 04 apresenta o *site* da Receita.

Figura 4 - Sistema da Receita Federal



Fonte: Site da Receita Federal 2021.

O setor de Plano comercial é um recurso ao qual a contabilidade teve que se adequar devido às mudanças no mercado. Pois disponibiliza ideias ao empreendedor, traçando caminhos e como montar a exposição do seu trabalho por aplicativos muito eficaz. Na identificação das melhores mercadorias, pode-se traçar as estratégias táticas comerciais sobre como estar vendendo o seu produto para o público alvo. Devendo-se buscar melhorias nos métodos de compra, buscando um acesso mais remoto, com disponibilização de compras *online*, e que sejam entregues essas mercadorias sem muita alteração no valor frete. Este processo sugere melhorias nos processos realizados na organização, se propondo uma implantação melhor no controle interno. A figura 05 demonstra os aplicativos usados no setor de plano comercial.

Figura 5 - Aplicativos do Sistema Comercial



Fonte: Aplicativos da Internet 2021.

4.2.3 Recursos utilizados pelo Comércio de Ester Silva ME

Essa seção visa a cumprir o terceiro objetivo específico buscando analisar dentre os recursos utilizados pelo escritório Contabilidade Prates, quais a empresa Ester Silva ME utiliza. Dentre os recursos disponibilizados pela contabilidade ela utiliza o *Software* de gestão contábil, onde permite ter controle de todas suas entradas e saídas, realização de relatórios e balancetes. Esse *software* tem facilidade de importação desses lançamentos por meio de planilhas em *excel*. Facilitado a coleta de dados, que servem como base para identificação e execução

das tarefas, possibilitado a realização de cálculo e índice de demonstrações contábeis. Transformando essas informações para o contexto definição de estratégias.

O Setor pessoal faz parte da estrutura organizacional da empresa sendo gerenciado com precisão e seriedade, para que não haja negligências neste setor deixando de lado todos os procedimentos a serem tomado e acarretar em graves problemas jurídicos. Esse setor gerencia todo o quadro de pessoal desde a admissão, passando pelo controle das remunerações, assiduidade, pontualidade e as demissões. Dentre essas funcionalidades como explorar o índice de rotatividade, controlar as entradas e saída de funcionários, as faltas e ausência de colaboradores sendo o setor responsável pela manutenção da qualidade da organização e dos registros da empresa.

O Setor de cobrança onde a contabilidade emite os tributos mensais a qual a empresa deve pagar. Percebe-se que essa preocupação excessiva com as questões fiscais é comum entre a maioria das empresas e, apesar de não se descartar essa importância, acaba comprometendo os outros benefícios que a contabilidade pode trazer para o bom desempenho de uma entidade, ou seja, para o auxílio na sua gestão.

O Sistema de Gestão de Documentos ao qual é um sistema online que a contabilidade possui o acesso e fornece os documentos fiscais, como o sistema da Secretaria de Estado da Fazenda, onde possui um órgão central dos sistemas de administração financeira das empresas, controlando internamente o planejamento orçamentário. Ela administra a arrecadação e a fiscalização de tributos estaduais gerenciando, controlando a utilização dos recursos públicos estaduais e acompanha as dívidas públicas do estado.

A Receita Federal onde se efetua a consulta dos documentos eletrônicos no *site*, gerando relatório de pendências, suas regularizações e envio de declarações.

4.2.4 Complementação dos recursos contábeis

Por fim, o último objetivo específico busca propor o uso adequado dos recursos aplicáveis a empresa em estudo. Conforme esses recursos que a

Contabilidade Prates disponibiliza para o comércio de Ester Silva ME e não são todos utilizados.

A Consultoria Contábil é um serviço diferenciado, onde é muito solicitado pelos empresários, é a inovação dos serviços contábeis com o intuito de garantir maior auxílio sobre os assuntos contábeis, fiscais e financeiros para os empreendedores. Esse recurso se faz necessário que ela utilize para obter muitas vantagens, pois a colaboração de uma Consultoria Contábil para sua loja lhe fornece suporte para todas as tomadas de decisões. Não serve só como base para a iniciação empresarial, ela pode estar sempre colaborando ao longo da vida da empresa fornecendo atualizações e ideias para a consolidação permanente.

O Setor de Plano Comercial é outro recurso a qual a loja da Ester Silva ME não utiliza, justamente um dos recursos o qual mais pode dar acesso as redes sociais, obter aumento em suas vendas, expor seu vestuário e suas promoções, chamar aqueles clientes que não tem acesso as suas mercadorias, por ter muito desse tipo de comércio. Esse recurso é o mais usado ultimamente, ao qual é aplicado para as empresas que querem fazer melhorias nos seus processos de vendas, aumentando seu faturamento consideravelmente. Por meio de aplicativos a contabilidade cadastra o comércio em todos os que a empresa necessita, e auxilia como utilizar e expor suas mercadorias, a participar na elaboração dos vídeos expondo suas mercadorias, fazer as fotos de apresentação dos produtos e mostrar a vantagens de preços e formas de pagamentos e adicionar novos clientes pelos aplicativos com a propaganda.

Assim se propôs a empresa de Ester Silva ME a utilização desses recursos no início da pesquisa, relatando a empresa todos os benefícios que ela teria, a partir disso ela buscou mais informações com a contabilidade e aderiu os recursos, vendo que assim que começou a utilizar já pode se ter resultados significativos, tanto no aumento de clientes como na parte financeira. A proprietária pode rever seus créditos financeiros ao qual estava com pendencias, chegando ao ponto de solicitar empréstimo para organizar suas dívidas, assim não se foi necessário recorrer a este e pode reorganizar suas dívidas, progredir com seu comércio e reestruturar sua loja.

4.3 VISÃO SISTÊMICA APLICADA AO CASO

O profissional da contabilidade deve estar sempre se atualizando e buscando auxiliar na gestão de seus clientes, para que esses empreendedores tenham o conhecimento e sejam ágios nas suas tomadas de decisões (MARTINS 2012).

Segundo Padoveze (1996), a Contabilidade é uma ciência contábil, que fornece dados que servem como ferramenta para a administração e gestores da organização, auxiliando também para possíveis tomadas de decisões.

A Contabilidade tenta preservar o patrimônio da organização, já que tem a disponibilidade de utilizar recursos para dar concretização nos objetivos das empresas, ao qual se disponibiliza a passar todas as informações para ações de um controle e estratégias para uma boa gestão. Todos os dados contábeis permitem esses controles diários, com o intuito de reduzir impactos negativos ou remanejamento de custos, despesas e receitas para melhores resultados à entidade.

No entanto a relação do estudo na pesquisa com a contabilidade e seus recursos tem uma grande importância, pois a utilização deles pela contabilidade sendo aplicados corretamente na gestão exerce um papel significativo nas tomadas de decisões na qual a situação financeira da empresa fica clara a todo o momento, assim fazendo que as decisões não transcorrem com dificuldades evitando a queda da organização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade tem a responsabilidade de ajudar o empresário a encontrar soluções para a manutenção do seu negócio e a formular novas estratégias de desenvolvimento econômico para superar as dificuldades. O profissional contábil deve estar se atualizando, para ajudar os empreendedores a adquirir novos conhecimentos e habilidades, para que eles se sintam motivados e obtenham uma excelente gestão.

Neste sentido o objetivo geral da pesquisa foi apresentar as principais contribuições de uma prestadora de serviços contábeis, no auxílio da gestão da empresa Ester Silva ME, se alcançou com sucesso, pois o estudo demonstrou a importância de estar sempre buscando por inovações e evoluindo conforme a

procura no mercado, pois os recursos disponíveis fazem com que a gestão empresarial conduza uma geração de valor. Valor este que aumenta a saúde da empresa e consiga ter ganhos a curtos e longos prazos.

A tomada de decisão sem o aproveitamento das informações geradas pela contabilidade, inevitavelmente conduz a empresa ao fracasso. Sob o aspecto do aproveitamento das informações da contabilidade, sendo essas gerenciadas, pode-se dizer que reduzirá os riscos, trazendo segurança para a empresa, com tomadas de decisões em dados verdadeiros e fundamentais.

Para atender os objetivos específicos foram analisados todos os recursos disponíveis na Contabilidade Mario José Prates, realizado várias pesquisas literárias e observação na empresa de estágio, pode se obter inúmeras informações e ver o quanto ela disponibiliza auxílio as organizações desde a abertura quanto ao acompanhamento diário das atitudes tomadas pelos proprietários.

Portanto, com base em todo o conhecimento adquirido, a pesquisa realizada pode ter impacto no meio acadêmico, apresentando diversas formas de gerenciar uma empresa, planejá-la e estimular o controle e a direção de novas pesquisas em outras áreas de negócios, apresentando as principais contribuições de uma prestadora de serviços contábeis no auxílio da gestão da empresa Ester Silva ME.

Além da contribuição para a empresa estudada, pode-se concluir que os recursos contábeis são indispensáveis para a formação de dados, que tem como base para tomada de decisão e conseqüentemente a contribuição no crescimento da empresa. Já que o mercado está mais exigente, buscando profissionais bem preparados, capacitados, capazes de registrar corretamente a informação certa para essas tomadas de decisões. Quanto mais recursos utilizados disponíveis para sua trajetória no comércio, maior é a proporção de entendimento das operações que estão sendo feitas e as futuras operações para ganhos financeiros.

Não se pode construir uma organização sem o auxílio de uma contabilidade, se analisou no período de estágio o quanto foi buscado informações para abertura de uma empresa sem ter um mínimo de informação, observando-se que a contabilidade instrui corretamente os passos a serem tomados e não deixa os clientes saírem com dúvidas se o negócio vai poder se realizar e se vai ser lucrativo.

O assunto abordado não se limitou apenas a esta empresa, pois abriu mais uma possibilidade de pesquisa continuada, podendo contribuir para futuros estudos. Sugere-se, que sejam aplicados modelos semelhantes na intenção adquirir novos

resultados, com a finalidade de aperfeiçoá-lo, criando fonte sólida de pesquisa e aplicação em outras empresas do mesmo ramo ou porte, ou ainda de ramos e portes diferentes.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2014.
- BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da Informação**: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. 2. ed;. São Paulo: Atlas, 2000.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial**, 4. ed. São Paulo: Atlas 2008.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2000.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FERNANDES, Waldir Aparecido; ANTUNES, Maria Auxiliadora. **O profissional da contabilidade**: um perfil da atualidade. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2010.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: 1995.
- HASHIMOTO, Marcos; BORGES, Candido. **Empreendedorismo**: plano de negócio em 40 lições. São Paulo: Saraiva 2014.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Mariana De Andrade. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- LAPOLLI, Edis Mafra; FRANZONI, Ana Maria Benciveni; LAPOLLI, Juliana. **Ações empreendedoras**. Florianópolis: Pandion, 2014, 292p.
- MATTAR, F. R.. **Pesquisa de marketing**: metodologia e planejamento. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MATIAS, Marcia Athayde; MARTINS, Gilberto de Andrade. Educação empreendedora em contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 193, p. 40-53, 2012.

MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva; FONTES, Patrícia Vivas da Silva. Análise do comportamento decisório de analistas contábil financeiros: um estudo com base na teoria da racionalidade limitada. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 6, n.11, p. 159-186, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Djalma Pinho R. **Empreendedorismo: vocação, capacitação e atuação-direcionado para o plano de negócios**. São Paulo: Atlas, 2014.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistema de informações contábeis: fundamentos e análise**. São Paulo: Atlas, 1996.

PEREIRA, José Matias. **Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ROCHA, Denner Half Dias. **O contador empreendedor: ações iniciais, desafios, riscos e possibilidades**. Curitiba: UFPR, 2012.

ROCHA, Cícero A. **O empreendedor e a contabilidade**. 2014. Disponível em: <http://www.refaf.com.br/index.php/refaf/article/viewFile/280/pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia de trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CONTABILIDADE DIGITAL: UM ESTUDO DE CASO NA HOLD ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL

Aline Antônia Alves Souza¹

Mirela Cancelier Sumariva²

Maria Aparecida Cardozo³

Edilson Citadin Rabelo⁴

Resumo: A contabilidade digital é uma nova categoria de serviços contábeis, e destaca a aplicação de novos métodos nos processos operacionais. Em busca de melhorias nos escritórios, a contabilidade digital qualifica o atendimento que um negócio recebe do seu contador. Portanto, o objetivo geral do estudo é identificar quais as principais percepções do escritório contábil sobre a contabilidade digital. Para cumprir o objetivo geral, os objetivos específicos são: I) Elaborar uma entrevista semiestruturada aplicável ao gestor principal da HOLD Assessoria e Consultoria Contábil com foco na contabilidade digital; II) Elaborar questionários aplicáveis aos colaboradores da empresa estudada e profissionais aleatórios da área com foco na contabilidade digital; III) Examinar qual o nível de adoção e as principais dificuldades enfrentadas para a implementação da contabilidade digital pelo escritório de contabilidade; IV) Identificar os principais impactos da contabilidade digital na HOLD Assessoria e Consultoria Contábil, em comparação aos respondentes aleatórios. No que se refere à metodologia, trata-se de um estudo exploratório, teórico com aspectos práticos, dedutivo a partir de dados primários. O estudo ainda se classifica como qualitativo, aplicado, tendo os seus procedimentos técnicos definidos como estudo bibliográfico, estudo de caso e levantamento. Os instrumentos utilizados foram questionário e entrevista semiestruturada. Como resultado tem-se que a aplicação da contabilidade digital no escritório da empresa estudada traz resultados positivos. Nas percepções dos colaboradores do escritório estudado e de profissionais aleatórios da área da contabilidade, a contabilidade digital é primordial para a evolução da profissão.

Palavras-chave: Serviços. Contabilidade digital. Contador. Evolução.

1 INTRODUÇÃO

O mundo dos negócios está cada vez mais digital, e o ramo contábil acompanha diariamente essas transformações. No início, os profissionais necessitavam de máquinas de escrever e muitos papéis, não eram notáveis desde

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

³ Orientadora e Professora do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

⁴ Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

então, que ao longo dos anos para que essa profissão continuasse no mercado, o contador necessitaria mudar drasticamente sua rotina.

Os avanços tecnológicos aumentam a capacidade profissional da área contábil de esclarecer os dados com eficiência e eficácia, com menos tempo possível. Diariamente, esses métodos vêm acrescentando valor e produtividade nos escritórios de contabilidade. A contabilidade digital pode ser vista como um esforço do governo para centralizar as informações geradas pelas empresas por meio de um único informativo mensal. E principalmente, como uma forma encontrada pelo estado de combater a sonegação fiscal.

Quando um contador adota o modelo de Contabilidade Digital ele está fazendo algo muito maior do que imagina, e não somente por si mesmo ou pela qualidade do escritório. Sabe-se que o país está crescendo com o empreendedorismo, com as pequenas empresas, e ajudar esse empreendedor a performar melhor em meio à nossa selva fiscal, tributária e regulatória, é extremamente importante para ele crescer, gerar empregos, prosperidade e consequentemente importante para o Brasil (LOMBARDO; DUARTE, 2017).

O artigo estuda esse método em uma empresa do ramo da contabilidade que exerce sua atividade auxiliando as empresas nas áreas contábil, fiscal e trabalhista, de forma comprometida que facilita a administração financeira.

Por ser uma contabilidade que possui uma visão sistêmica referente aos métodos utilizados para realizar as rotinas contábeis, a HOLD Assessoria e Consultoria Contábil apresenta processos em desenvolvimento que precisam ser analisados para atingir a excelência. Com a execução da contabilidade digital dentro desses processos de informações é notório que os resultados serão abrangidos de forma mais eficaz.

Os dados e as informações tem o propósito de responder a seguinte pergunta de pesquisa: Quais as principais percepções do escritório contábil sobre a contabilidade digital?

Com base nesse questionamento, o artigo proposto tem como objetivo geral identificar quais as principais percepções do escritório contábil sobre a contabilidade digital.

Complementando o objetivo geral e possibilitando o seu cumprimento, tem-se como objetivos específicos: I) Elaborar uma entrevista semiestruturada aplicável ao gestor principal da HOLD Assessoria e Consultoria Contábil com foco na

contabilidade digital; II) Elaborar questionários aplicáveis aos colaboradores da empresa estudada e profissionais aleatórios da área com foco na contabilidade digital; III) Examinar qual o nível de adoção e as principais dificuldades enfrentadas para a implementação da contabilidade digital pelo escritório de contabilidade; IV) Identificar os principais impactos da contabilidade digital na HOLD Assessoria e Consultoria Contábil, em comparação aos respondentes aleatórios.

O tema do artigo visa a habitualidade dos escritórios contábeis em relação as novas rotinas tecnológicas, contribuindo com a compreensão e o interesse dos escritórios contábeis sobre a implementação da contabilidade digital nas suas rotinas. Salienta também que a contabilidade digital é considerada uma evolução no ramo contábil, e servem para os escritórios que desejam prestar um serviço rápido, prático e bem desenvolvido. A pesquisa se justifica na necessidade de utilizar as novas ferramentas digitais, no qual, é primordial para as empresas que precisam declarar suas informações mensalmente aos fiscos.

Essa pesquisa delimita-se em buscar informações sobre o desenvolvimento da contabilidade digital nos escritórios contábeis no ano de 2020, tendo como base nesse estudo a prestadora de serviços contábeis HOLD Assessoria e Consultoria Contábil.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta a introdução, os objetivos gerais e específicos que conduzem o estudo, e a importância deste artigo para as partes envolvidas. O segundo capítulo apresenta o embasamento teórico com os temas: surgimento e evolução da contabilidade, serviços contábeis, sistemas de informação e contabilidade digital. O terceiro capítulo apresenta os métodos e técnicas da pesquisa utilizados durante a realização do estudo. No quarto capítulo está uma breve apresentação da empresa, a análise e discussão dos resultados. Por fim, o quinto capítulo trata das considerações finais do estudo.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Nessa seção tem-se o referencial teórico o qual norteia a pesquisa, apresentando da seguinte forma: o primeiro assunto trata-se do surgimento e evolução da contabilidade, no segundo item refere-se aos serviços contábeis, no

terceiro assunto tem-se a adaptação do contador a evolução contábil e finalizando com a contabilidade digital.

2.1 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

A contabilidade surgiu desde a existência humana com o propósito de auxiliar no controle e a evolução do patrimônio. No início ela foi utilizada para avaliar o crescimento ou perdas na atividade de pastoreio. Para que se compreenda a Contabilidade, pois, como ramo importante do saber humano que é, necessário se faz remontar a suas profundas origens (SÁ, 2008).

A origem da contabilidade está ligada a necessidade dos registros do comércio. Foi a partir de 1.100 a. C., com o surgimento da moeda, que a Contabilidade passou a desenvolver-se com mais ênfase, entre os séculos XIII e XVII, juntamente com a intensidade do desenvolvimento da atividade mercantil, econômica e cultural, surgiram as escolas de Contabilidade, na Itália (MACHADO; FREITAS; DOMINGUES, 2011).

Conforme Sá (1997), os primeiros registros foram feitos em tábuas de argila, na Suméria. Para saber o movimento de um dia, os registros eram anotados em uma tábua maior, surgindo o diário. Ao classificar as tábuas da mesma natureza, surgiu o livro razão.

Para Ludícibus (2005) a contabilidade é tão antiga quanto o próprio homem que pensa. Mesmo na sociedade antiga, o ser humano já utilizava das ferramentas contábeis para controlar seus bens. Há hipóteses de que a contabilidade tenha surgido antes mesmo da escrita e até sido base para o surgimento desta (ÁVILA, 2006).

Segundo Ludícibus e Marion (2007), a contabilidade existe desde os povos mais primitivos, em função da necessidade de controlar, medir e preservar o patrimônio familiar e, até mesmo, em função de trocar bens para maior satisfação das pessoas.

O surgimento da contabilidade ocorreu com a necessidade de controlar o patrimônio, pois a contabilidade dentro da empresa auxilia nas origens de informações para o planejamento e controle das atividades (CREPALDI, 2010).

Para Moura (2000), a contabilidade foi se expandindo e ocupando um espaço de destaque mediante as necessidades geradas com o nascimento do capitalismo,

pois a partir desse momento ocorreram as mudanças de trabalho escravo, usado até então, para o trabalho assalariado, o que fez com que os registros contábeis ficassem mais complexos.

Define-se a contabilidade como a ciência teórica e prática, que estuda os métodos de cálculo e registro da movimentação financeira de uma firma ou empresa e existe desde a antiguidade (MARIANO; OLIVEIRA; SAVIAN, 2017).

De acordo com Souza (2016), atualmente a contabilidade transformou-se em a principal ferramenta para controlar o desenvolvimento e alterações patrimoniais das grandes empresas, após o surgimento do capitalismo que impulsionou e aumentou sua eficácia, acompanhando o avanço econômico e institucional da sociedade.

2.2 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS

Historicamente a profissão contábil sofreu inúmeras mudanças em seu papel de atuação, antigamente o contabilista era conhecido como guarda-livros, no qual sua função era arquivar documentos, registrar fatos ocorridos em um determinado período manualmente em livros, apenas com um curso de formação técnica, era visto como a pessoa responsável pelas informações que visava atender principalmente ao fisco (CECCATO, 2012).

É comum associar os serviços contábeis apenas com questões tributárias como apuração e pagamento de impostos que, no entanto, está longe de se restringir a isso. Os serviços de contabilidade devem ser capazes de auxiliar nas gestões da empresa, como ajudar na tomada de decisão junto com os administradores, gerentes, e até mesmo todos os envolvidos dentro da corporação. (THOMÉ, 2001).

Para Augusto (2006) e Carvalho e Tomaz (2010), o serviço contábil deve ser visto pelo empresário como essencial, para isso, deve-se seguir alguns quesitos básicos: atender as normas fiscais, estar de acordo com os princípios contábeis, cumprir os prazos estabelecidos pelos fiscos federal, municipal e estadual, realizar os serviços em tempo hábil e com segurança e manter controle no âmbito gerencial das empresas

As empresas de serviços contábeis estão inseridas na área de serviços e devem atuar como fomentadoras do desenvolvimento econômico das empresas,

uma vez que têm a responsabilidade de fornecer-lhes informações contábeis e gerenciais. Em geral, essas empresas são constituídas sob a forma de sociedade civil para a exploração do trabalho de contabilidade, sendo registradas no Conselho Regional de Contabilidade - CRC de cada jurisdição e obedecem às determinações do CRC (PINHO *et al.*, 2008).

De acordo com Lombardo e Duarte (2017), o mundo dos serviços contábeis está em transição, sofrendo fortes e rápidas mudanças. É um fato comum em qualquer mercado que atravessa modificações é a existência de uma grande confusão entre os diversos modelos existente.

O visionário e estrategista Boomer (2018), relata que a empresa contábil de sucesso hoje é mais diversificada e se concentra em habilidades além da contabilidade para fornecer aos clientes os serviços que eles precisam e desejam.

De acordo com Cabrino (2002), quando uma organização de serviços contábeis oferece mais que o esperado a seus clientes, acaba o surpreendendo, desta forma os clientes notam essas diferenças e ficam mais propensos a adquirir os serviços que vão além do aspecto material, tornando a marca mais evidenciada e conhecida, pois ocupa um lugar muito precioso no mercado, fica na mente do seu consumidor.

2.3 ADAPTAÇÕES DO CONTADOR A EVOLUÇÃO CONTÁBIL

Os profissionais contábeis acreditam na sua importância para o cenário atual, sejam eles econômicos ou sociais. Diariamente buscam formas para vencer os novos desafios gerados pelo mercado, atendendo as necessidades e expectativas dos consumidores externos, onde com o passar do tempo tornam-se mais seletivos na escolha de seus produtos e serviços (CARNEIRO, 2018).

De acordo com Silva (2003), o profissional contábil precisa ter visão e ser comunicador de informações essenciais à tomada de decisões, e auxiliar os empresários a obter perspectivas mais amplas sobre o seu negócio, que no qual predominam para o sucesso.

Os novos profissionais da era digital deverão pensar em mudança de foco. Com a migração para a contabilidade digital, os profissionais saem da rotina de elaboração de guias e lançados de papéis, para um consultor na gestão dos negócios de seus clientes (CLETO, 2006).

O contador atualmente precisa possuir informações satisfatórias dos sistemas de informação. Com o apoio da tecnologia e com o auxílio dos serviços disponibilizados na internet, a contabilidade digital se adequa a esses profissionais, que cada vez mais precisam se habituar a esses novos processos (COSTA; CORDEIRO; SOUZA, 2014).

Afirma Oliveira (2003), que os desafios para os contadores está exatamente em acompanhar as mudanças, e com isso, consigam mudar sua maneira de atuar. Destaca também, que, precisam ser criativos para que as coisas possam melhorar.

2.4 CONTABILIDADE DIGITAL

A transformação digital vem redesenhando o modo como é desenvolvido os processos e as rotinas nas empresas. Nos escritórios contábeis não é diferente. A tecnologia na contabilidade traz uma série de novas possibilidades e oportunidades (FERREIRA, 2019).

Segundo Pires (2017), a contabilidade digital veio também para suprir, notas e livros fiscais em papel, que veio a ganhar forma através da certificação digital, criada pela medida provisória 2.202-2 de 17/08/2001, em conjunto com o decreto 3.872 de 18/07/2001, que definiu sobre o comitê gestor da infraestrutura de chaves públicas brasileiras (CGICP – Brasil), sua secretaria executiva e sua comissão técnica executiva (COTEC).

De acordo com Bitar (2019), a melhor forma de entender o conceito de contabilidade digital é enxergando a internet como um meio para a realização de tarefas contábeis. A contabilidade digital não é meramente um escritório virtual ou atender o cliente via internet. Sua proposta consiste em utilizar ferramentas online para tornar a atividade contábil mais produtiva e eficiente, tanto para o contador quanto para o cliente.

Enfatiza Backers (2019), que pelo fato de ser um ramo da contabilidade pouco comentado ainda, cause um pouco de impacto em quem pretende utilizar. No entanto, a Contabilidade Digital oferece centenas de sistemas e serviços online que garantem facilidade e melhorias.

Menciona Batista (2020), que o termo se refere à digitalização dos processos contábeis, tanto por parte do escritório que atende à empresa quanto do próprio negócio em relação às rotinas administrativas ligadas à contabilidade e às

obrigações legais. É uma forma de agregar valor aos serviços, aumentar a produtividade de processos contábeis e administrativos e produzir resultados úteis ao negócio em documentos por meio da inovação na gestão.

A contabilidade digital representa a otimização dos serviços contábeis por meio da internet e *softwares* online, agregando conceitos como a automação, inteligência artificial e análise de dados ao trabalho do contador (CONTA AZUL, 2021)

O modelo de contabilidade digital permite que o contador tenha acesso a dados mais completos dos clientes, principalmente através de sistemas *Enterprise Resources Planning* - ERP integrados aos seus sistemas contábeis que reúnem e organizam informações com precisão e sem erros, o que garante melhores análises dos dados e aumentam o nível do planejamento estratégico (OMIE SISTEMAS, 2020).

Para Santana e Guimarães (2020), a contabilidade digital contribui para o aumento da performance e ganho de produtividade. É a evolução tecnológica transformando o mercado contábil, o mundo digital está em constante evolução e era certo que chegaria aos serviços contábeis. As ferramentas digitais aumentam a capacidade dos contadores de interpretar e relatar dados com mais eficiência e rapidez.

De acordo com a afirmação de Rodrigues (2019), a contabilidade digital nada mais é do que levar a gestão contábil da empresa fiscal ou financeira, para uma plataforma digital. Assim, ao invés das empresas irem a um escritório físico toda vez que precisam entregarem ou pegarem um documento ou solicitar um serviço, bastam acessar a plataforma online, pela internet, gerenciar seu negócio e resolver tudo o que é necessário por ali mesmo.

Esclarece Almeida (2020), que rotinas contábeis são complexas, porém, com a contabilidade digital, as tarefas se tornam mais fáceis. A tecnologia automatiza os processos de demonstração e escrituração, melhorando os resultados e o orçamento mensal, fornecendo informações precisas e eliminando qualquer possibilidade de erro. A rapidez na execução das atividades é um fator que merece destaque entre os mais variados benefícios conferidos pela solução.

Segundo Marcos (2020), a contabilidade digital é basicamente, oferecer os serviços de um contador usando ferramentas tecnológicas e softwares, tudo pelo meio digital. Isso dá mais agilidade na troca de informações, e garante ao

empresário acesso em tempo real a dados e planilhas. isso tudo com segurança extra envolvida no processo.

2.4.1 Surgimento da contabilidade digital

O avanço da contabilidade tradicional para a digital ocorreu de forma lenta, assim como todo processo de mudança. O ábaco, uma espécie de calculadora manual, foi um dos primeiros instrumentos dos contadores que auxiliava nos cálculos, surgiu há cerca de 3 mil anos (MARCOLIN, 2002).

A primeira máquina auxiliadora de cálculo passou a existir em 1642, era uma caixa cheia de engrenagens apoiada em uma mesa e fazia apenas soma e subtração, por meio de cilindros e engrenagens montados numa pequena caixa, chamada de Pascalina, por causa do nome do seu criador Blaise Pascal (OLIVEIRA, 2011).

A contabilidade digital surgiu no Brasil em 2015 como uma revolução para os serviços contábeis, com o auxílio da internet e da tecnologia, foram criadas ferramentas para melhorar e facilitar o serviço do contador (OLIVEIRA; FELTRIN; BENEDETI, 2018).

A contabilidade digital é normalizada de acordo com a resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.061, de 09.12.2005, e foi revogada pela resolução do CFC nº 1.078, em 2006. Ela estabelece o Leiute Brasileiro de Contabilidade Digital afins de escrituração, geração e armazenamento de informações contábeis em meio digital (CFC, 2006).

Os últimos 20 anos trouxeram grandes mudanças na área, visto que a tecnologia “despertou” e se tornou capaz de trazer novidades a cada semana. Deste modo, o governo brasileiro começou a criar projetos para centralizar todas as informações das empresas, através dos sistemas de informação, para que além de auxiliar no cumprimento das obrigações, também pudesse combater a sonegação fiscal (TOLEDO; TRETER, 2019).

A base digital atualmente é o SPED – Sistema Público de Escrituração Contábil, constituindo-se também pela Escrituração Fiscal Digital (EFD), Escrituração Contábil Digital (ECD), Nota Fiscal Eletrônica (NFe), Escrituração Contábil Fiscal (ECF), EFD- Contribuições, Conhecimento de Transporte Eletrônico (CTe), e os eSocial (OLIVEIRA, 2019).

2.4.1.1 Sistema de escrituração digital – SPED

Instituído pelo Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007, e alterado pelo Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013, o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED é o instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações (BRASIL, 2007).

Complementa Giroto (2008), que o SPED se refere a um método eletrônico moderno que unifica os procedimentos de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias.

O projeto SPED altera a forma de cumprimento das obrigações acessórias realizadas pelos contribuintes, substituindo a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais em papel por documentos eletrônicos, cuja autoria, integridade e validade jurídica são reconhecidas pelo uso da certificação digital; essa iniciativa governamental em conjunto com a sociedade visando reduzir essas obrigações é muito importante para aumentar a eficiência e eficácia de todo o sistema (SASSO; ROSA; BARBOSA, 2011).

O SPED pode ser definido como um instrumento capaz de unificar as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos integrantes da escrituração comercial e fiscal das empresas, mediante fluxo único e computadorizado de informações (GERON, et al., 2011).

Destaca Young (2009) que, com a criação do SPED, o Governo propicia maior controle e agilidade na fiscalização das informações contábeis e fiscais das empresas por meio de compartilhamento de arquivos eletrônicos, disponibilizados nos níveis de governo federal, estadual e municipal, ao mesmo tempo em que promove uniformidade e racionalização no cumprimento das diversas obrigações acessórias por parte das empresas para com o fisco.

2.4.1.2 Escrituração contábil digital – ECD

Partindo do projeto SPED, sendo um de seus subprojetos, a ECD é a substituição da escrituração em papel e visa basicamente obter os livros e informações contábeis dos contribuintes por meio de arquivo eletrônico, facilitando a fiscalização e o acompanhamento da evolução do patrimônio das entidades (LIZOTE; MARIOT, 2012).

De acordo com o art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.774 (RFB, 2017), estão obrigadas a adotar a ECD, todas as pessoas jurídicas obrigadas a manter escrituração contábil, às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, no qual são devidos pelas Microempresas e Empresas de pequeno porte.

Conforme o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 787/2007, a ECD compreenderá a versão digital dos livros diário e auxiliares, livro razão e seus auxiliares se houver e o livro balancetes diários, balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Conforme Azevedo (2009), a ECD visa a substituição da emissão de livros contábeis diário e razão em papel pela sua existência apenas digital.

A Escrituração contábil digital traz em sua essência a transparência e a qualidade das informações contábeis que devem ser produzidas à luz dos Princípios de Contabilidade que direcionam os contadores aos registros contábeis (JACINTO; RODRIGUES, 2011).

2.4.1.3 Escrituração fiscal digital – EFD

De acordo com o Conselho Nacional de Políticas Fazendária - CONFAZ (2006), a EFD foi instituída pelo Convênio ICMS 143/2006, posteriormente substituído pelo Ajuste SINIEF 02/2009 e pode ser definida como um arquivo digital, composto por um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Receita Federal do Brasil, assim como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.

Conforme esclarece a Receita Federal Brasileira - RFB, a EFD trata de arquivo digital instituído no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a ser

utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS e mais recentemente para a Contribuição Patronal Previdenciária - CPP, relativamente as atividades descritas na IN da RFB nº 1.252, de 1 de março de 2012.

A EFD veio com o intuito de substituir a impressão dos livros de Registro de Entradas, Registro de Saídas, Registro de Inventário e Registro da Apuração do ICMS e IPI (PETRI, et al., 2013).

Cita-se como objetivo da EFD a rapidez na identificação de lícitos tributários, agrupamento de diversas declarações e Livros Fiscais no menor número possível de declarações digitais e também promover a atuação integrada dos fiscos federais, estaduais e futuramente municipais, mediante padronização e racionalização das informações (ECKERT, et al., 2011).

2.4.1.4 Nota fiscal eletrônica – NF-e

De acordo com o CONFAZ (2005), o Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico- Fiscais – SINIEF 07/05 de 30 de setembro de 2005, institui que a nota fiscal eletrônica é o documento emitido e armazenado eletronicamente, e de existência digital, que tem objetivo de documentar as operações e prestações.

A nota fiscal eletrônica é a substituição do documento em papel, que passou a ser digital, que ocorreu com a atualização da tecnologia das informações para evolução nos campos específicos da nota fiscal, e deixando digitais as informações antes encontradas somente na forma de papel para as notas fiscais das empresas (SOMBRA, 2013).

O objetivo da nota fiscal eletrônica é implantar um modelo nacional de documento eletrônico, com validade jurídica pela assinatura digital do remetente, visando à simplificação das obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo que o fisco acompanhe em tempo real as operações comerciais (BONFIM et. al., 2012).

A criação da NF-e evidenciou vantagens para as administrações financeiras, e contribuiu com a melhoria da qualidade das informações transmitidas, que racionalizou os custos e aumentou a competitividade entre as empresas brasileiras,

e o maior benefício que é a dispensa da emissão e guarda de documentos em papéis (MARTINS, et al., 2012).

2.4.1.5 Escrituração contábil fiscal – ECF

Instituída em dezembro de 2013 pela Instrução Normativa nº 1.422, é a obrigação acessória do SPED que passou a ser obrigatória a partir de 2015, a qual substitui a Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica – DIPJ.

Dissertam Silva e Silva (2016), que a Escrituração Contábil Fiscal é a obrigação imposta às pessoas jurídicas estabelecidas no Brasil. Os contribuintes deverão informar, na ECF, todas as operações que influenciem a composição da base de cálculo e o valor devido do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

A Escrituração Contábil Fiscal, ou ECF, baseia-se principalmente na junção das evidências que comprovem os resultados existentes, e por isso deve estar em sintonia com todo o contexto de escrituração abrangido pelo SPED (SILVA; SILVA; COSTA, 2017).

A ECF carrega consigo os dados transmitidos na ECD. O governo criou as duas declarações ECD e ECF, dependentes uma da outra, coibindo as fraudes que eram rotineiramente cometidas por alguns contribuintes (TSUKAMOTO, 2019).

2.4.1.6 Escrituração fiscal digital - contribuições

A Escrituração Fiscal Digital das Contribuições - EFD-Contribuições é parte integrante do projeto SPED, que no qual, tem o objetivo a integração do fisco federal, estadual e municipal, bem como integrar todo o processo de escrituração fiscal substituindo o documento que antes era em papel, por documento eletrônico (GAITA, 2014).

Define-se em um arquivo digital com extensão txt, gerado por um programa eletrônico da pessoa jurídica, com leiaute previamente padronizados, sistematizando de forma eficaz a relação fisco/contribuinte (RODRIGUES et al., 2011).

Instituída pela instrução normativa RFB nº 1.052, de 05 de julho de 2010, e alterada pela Instrução Normativa 1.252 de 1º de março de 2012 a Escrituração

Fiscal Digital das Contribuições – EFD Contribuições é apenas uma das obrigações acessórias instituídas pelo projeto SPED ao qual se refere o decreto nº 6.022 de 2007.

De acordo com o artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.252 de 01 de março de 2012, deverá ser emitida de forma eletrônica e assinada digitalmente pelo representante da empresa ou seu procurador. Para isso necessita do certificado digital válido, que não tenha sido revogado ou fora do prazo de validade.

2.4.1.7 Conhecimento de transporte eletrônico – CTe

Instituído pelo ajuste SINIEF Nº 9 de 25 de outubro de 2007 e alterado pelo SINIEF 07/2020 de 03 de abril de 2020, o Conhecimento de Transporte Eletrônico é o documento emitido e armazenado eletronicamente e tem o objetivo de documentar prestações de serviços de transporte de cargas.

Por ser instituído pelo programa SPED, trata-se de um documento digital que registra a prestação de serviço de transporte de cargas ou mercadorias. Esse documento fiscal é emitido pelas empresas de transportes que prova o recebimento da mercadoria e a obrigação de transportá-la de um lugar para outro (WAGNER, 2017).

O intuito do projeto CT-e veio para formalizar a substituição do Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8; Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9; Conhecimento Aéreo, modelo 10; Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11; Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 27; e Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7, quando utilizada em transporte de cargas (RUSCHEL; FREZZA; UTZIG, 2011).

O CT-e é validado e aprovado pela administração tributária, no qual, sua aprovação é realizada pela concessão da autorização ao uso que contem a chave de acesso com todas as informações do documento. Feito sua autorização de Uso, a carga ou a mercadoria estão automaticamente liberadas para sua entrega ao destinatário (WAGNER, 2017).

2.4.1.8 Sistema informatizado do SPED

Considerado um SPED trabalhista, o sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas - e-Social, visa unificar as transmissões fiscais, previdenciárias e trabalhista. Tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo um ambiente nacional (BRASIL, Decreto 8373 - 2014).

O e-Social é um projeto do governo federal que vai coletar as informações descritas no Objeto do eSocial, armazenados no Ambiente Nacional do eSocial, possibilitando aos órgãos participantes do projeto, sua efetiva utilização para fins previdenciários, fiscais e de apuração de tributos e do FGTS (OLIVEIRA, 2014).

De acordo com Oliveira (2014), as preocupações em se adequar ao eSocial são muito grandes, pela sua complexidade na implantação total. O autor ainda afirma que o eSocial atinge desde pessoas físicas que empregam trabalhadores domésticos a empresas de toda modalidade e enquadramentos, passando por profissionais de recursos humanos, departamento de pessoal, contábeis, consultores, auditores, advogados e analistas de sistemas. Oliveira (2014) complementa que a escrituração digital da folha de pagamento e das obrigações legais irá registrar a vida laboral de todos os contribuintes, bem como, permitirá maior transparências e segurança jurídica nas relações, dificultando o surgimento de fraudes contra a previdência e as leis trabalhistas.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Essa seção trata dos métodos e técnicas de pesquisa desse estudo considerando o enquadramento metodológico e os procedimentos de coleta e análise dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Em relação a natureza do objetivo tem-se uma pesquisa exploratória, pois tem como objeto de estudo uma única empresa, sendo a HOLD Assessoria e Consultoria Contábil. De acordo com Gil (2006), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior

familiaridade com o assunto, tornando-o mais compreensível e seu objetivo principal é o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Quanto a natureza do artigo entende-se como teórico e prático. Teórico, pois parte da pesquisa foi realizada em artigos científicos e livros. Conforme Mezzaroba e Monteiro (2003), a pesquisa teórica utiliza um arsenal bibliográfico suficiente e de excelente qualidade para se aproximar os problemas. A pesquisa se enquadra ainda como prática, pois o projeto investiga com profundidade a percepção do escritório em relação à contabilidade digital.

Quanto à lógica da pesquisa, é dedutiva, pois testa a teoria pela observação empírica, argumenta e enuncia de modo claro as informações, com o propósito de explicar o conteúdo presente nelas (MARCONI; LAKATOS, 2010). Para Andrade (2006), esse método parte de teorias e leis gerais, pode-se chegar a determinações ou previsões de fenômenos particulares.

Já a coleta de dados, faz-se a partir de dados primários, utilizando questionários elaborados de acordo com proposta da pesquisa. Para Mattar (2001), os dados primários referem-se aos dados não coletados anteriormente, e tem o propósito de atender as necessidades específicas da pesquisa.

No que diz respeito à abordagem da pesquisa, é qualitativa, porque os resultados são expressos de formas descritivas. Nessa categoria de pesquisa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno estudado, visando a destacar características que não foram observadas no qualitativo (BEUREN, 2008).

Com relação ao resultado da pesquisa, caracteriza-se como aplicada, pois gera conhecimento em resposta para a pergunta de pesquisa: Quais as principais percepções do escritório contábil sobre a contabilidade digital? Segundo Mota (2009), a pesquisa aplicada busca resolver problemas, a partir de um quadro teórico de referências fornecidas pela pesquisa pura.

Sobre os procedimentos técnicos, trata-se de pesquisa bibliográfica, pois o referencial teórico é elaborado através de matérias já publicados, leis e artigos elaborados. Para Severino (2007), a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.

A pesquisa também se configura como estudo de caso, porque envolve um estudo mais aprofundado de uma determinada área da Contabilidade. Segundo Ludke e André (1986), o estudo de caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus

objetivos claramente definidos no desenrolar do estudo. O método de levantamento também foi utilizado para cumprir os objetivos específicos com a utilização de questionários para os funcionários e profissionais da área contábil fora da empresa de estudo e um entrevista semiestruturada com o sócio. Para Gil (2008), levantamento se refere a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

O instrumento que foram utilizados para concluir os questionamentos proposto neste trabalho, refere-se à aplicação de um questionário com 14 perguntas destinado aos colaboradores da empresa estudada e outro com 12 perguntas para os profissionais da área contábil que não englobam a empresa de estudo. Segundo Malhotra (2001), questionário é uma técnica estruturada para coleta de dados, prático e fácil que consiste em uma série de perguntas que um entrevistado deve responder. Foi aplicado ao sócio da empresa objeto de estudo, uma entrevista semiestruturada para concluir um dos objetivos específicos proposto. De acordo com Mattar (1996), as entrevistas por telefone consistem na coleta de dados através de telefone, ao invés do contato pessoal.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Primeiramente, foram realizadas pesquisas bibliográficas em busca de embasamento teórico para a fundamentação deste trabalho, por meio de autores relacionados à contabilidade digital.

No segundo momento, foi realizada uma entrevista semiestruturada com o sócio da HOLD Assessoria e Consultoria Contábil, Maurício Dobiez. A entrevista teve o intuito de conhecer a sua percepção sobre contabilidade digital e saber como surgiu a vontade de trazê-la para os seus escritórios.

Para aumentar o nível de conhecimento sobre a empresa, sua relação com o tema, e ainda entender seus processos através da contabilidade digital, foi elaborado um questionário com 14 questões destinadas aos colaboradores da HOLD. Através dele foram obtidas 11 respostas dentre os 40 colaboradores que estão atualmente trabalhando no escritório e que receberam o questionário. Ou seja, o retorno das respostas compreende uma amostra de 27,5% da população alvo.

Para completar a análise, foi elaborado um questionário através de um *link*, do Google Forms, e encaminhado para outros colaboradores da área contábil, que não fazem parte do escritório estudado. Os dados coletados, teve intuito de obter um número maior de respostas sobre o tema do objeto de estudo.

As respostas foram recebidas através de um grupo de *WhatsApp* que contém profissionais que exercem funções da área da contabilidade dentro de escritórios diversos, como na área fiscal, departamento pessoal, e contábil. O grupo atualmente possui 50 pessoas de diversas idades e regiões, e tem o objetivo de auxiliar nas questões da contabilidade que ocorrem diariamente. O questionário possui 11 questões de múltipla escolha e 1 resposta dissertativa, depois de aplicado, foi obtido o retorno de 22 avaliações respondidas pelos participantes do grupo da mídia de *WhatsApp* para a formalização da análise.

Logo após de serem realizadas todas as coletas de dados, iniciou-se uma análise de comparação de todas as respostas, desde as recebidas pelo escritório do projeto de estudo até as respostas encaminhadas pelos profissionais da área contábil.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Esta seção trata da vivência de 312 horas de estágio, neste tópico serão descritos os resultados alcançados deste estudo por meio do estágio.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A HOLD Contabilidade está localizada na Rua Luiz Martins Collaço, 537, Santo Antônio de Pádua - Tubarão/SC, no qual o endereço refere-se a sua Matriz, e no centro de Laguna / SC localiza-se a sua filial. Teve suas atividades iniciadas no mês de maio do ano de 2017 e conta hoje com um escritório totalmente equipado e com uma equipe de 40 colaboradores, sendo que desses 5 (cinco) trabalham de forma terceirizada em um dos clientes na cidade de Criciúma e 1 (uma) contadora atuando em uma rede de postos de combustível em Tubarão.

A empresa fornece com frequência a seus colaboradores treinamentos e capacitações, com o propósito de realizar com excelência os seus serviços prestados. Com a preocupação da qualidade de seus serviços, cuidados e valorização com a equipe de trabalho, a HOLD Contabilidade busca destaque na sociedade atual, onde o índice de competitividade aumenta cada dia. Atualmente o escritório presta serviço em 10 estados do Brasil.

A empresa tem por missão prestar serviços contábeis de qualidade e de forma eficiente, levando conteúdos relevantes e seguros para a sua empresa.

Sua Visão é: com responsabilidade, transparência e ética buscamos a excelência na nossa prestação de serviços, garantindo bons resultados e constante desenvolvimento na área contábil.

Possui por Valores: a) Excelência: um compromisso constante com o desenvolvimento, de forma eficiente e precisa, buscamos surpreender nossos clientes excedendo as expectativas; b) Atendimento: a satisfação dos nossos clientes é nosso principal objetivo. Por isso, trabalhamos com atenção total focada nas suas necessidades; c) Desenvolvimento: valorizamos e investimos no crescimento dos nossos profissionais, pois sabemos que é parte fundamental no desenvolvimento da nossa empresa.

O escritório está dividido em quatro departamentos, sendo eles o Departamento Contábil, o fiscal, o trabalhista e departamento de outros serviços. O Departamento Contábil é responsável pela classificação da contabilidade de acordo com as normas e princípios contábeis vigentes, elaboração de balanço anual e demais demonstrações contábeis obrigatórias, lançamentos contábeis, escrituração de livros contábeis, análise e conciliação de contas, relatórios gerenciais, balancetes mensais e SPED Contábil.

O Departamento Fiscal é responsável pela orientação e controle dos dispositivos legais vigentes, sejam eles federais, estaduais e/ou municipais, elaboração de obrigações acessórias, escrituração de livros, emissão de guias para recolhimento de impostos, auxílio para emissão de notas fiscais de venda ou prestação de serviços e parcelamentos.

O Departamento Trabalhista é responsável por assuntos que envolvem funcionários, ou seja, pelas admissões e rescisões, emissão de folhas de pagamento, emissão de guias de INSS, FGTS, seguro desemprego, comprovante de

rendimento, controle no vencimento das férias. O quarto e último departamento é o de Outros Serviços, esse responsável pela abertura, alteração e encerramento de empresas, declaração anual de impostos de renda pessoa física, assessoria empresarial, planejamento tributário.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo será apresentado a análise e discussão dos resultados, conforme os objetivos específicos designados para este estudo, referente ao ano de 2020 na empresa HOLD Assessoria e Consultoria Contábil.

Conforme apresentado na caracterização da empresa, a HOLD Assessoria e Consultoria Contábil possui sede na cidade de Tubarão e Laguna. Conforme informação do sócio responsável, a contabilidade digital já está sendo implantada no escritório de Tubarão, e na cidade de Laguna o processo digital está em andamento. No entanto, a discussão dos resultados demonstra o desenvolvimento e a evolução da contabilidade digital em todos os setores e sedes que o escritório possui.

4.2.1 Concepções do sócio sobre contabilidade digital

O primeiro objetivo específico é elaborar uma entrevista semiestruturada aplicável ao gestor principal da HOLD Assessoria e Consultoria Contábil com foco na contabilidade digital. Na entrevista foi questionado ao sócio como surgiu a ideia da implementação da contabilidade digital no escritório e qual foi a dificuldade enfrentada, em resposta ele acredita que toda empresa precisa estar em constante evolução, investindo sempre em: regulamento, treinamento e tecnologia para não perder mercado. A dificuldade que o sócio enfrentou ao implementar foi a quebra de paradigmas, de mudar algo que já estava acostumado a fazer diariamente.

Em relação aos colaboradores, o sócio percebeu que a implementação da contabilidade digital fez com que tivesse um aumento na produtividade das atividades do dia a dia. Conforme destacado no decorrer deste trabalho, e conhecendo a rotina de um escritório contábil, percebe-se que esse resultado é uma das melhorias esperadas pela implantação da contabilidade digital.

A adaptação dos clientes também foi questionada na entrevista, e o sócio explica que, logo no início da implementação, houve rejeição de alguns clientes, mas

que logo virou rotina e se visualizou como uma necessidade. Deixando evidente, que a contabilidade digital se resume em se adaptar em uma rotina sem papel, que para muitos empresários, o meio digital ainda é uma ferramenta pouco explorada, mas que traz muitos benefícios e praticidade.

Para complementar, o sócio destaca que foi feito uma série de treinamentos e argumentações sobre os benefícios que a contabilidade digital traz para o cliente, mostrando assim, a importância dessa nova maneira de prestar serviços.

Questionado sobre onde aplicou recursos para a implementação da contabilidade digital, o sócio respondeu que seus principais gastos foram com novas tecnologias para o escritório, como sistemas mais rápidos, treinamentos para os colaboradores e dedicação de tempo para se adaptar aos novos meios de prestação de serviços.

Na visão do sócio, o escritório alcançou uma mudança importante para o desenvolvimento da rotina contábil com a contabilidade digital, e o destaque foi no aumento da carteira de clientes sem aumentar a equipe, e também, a agilidade na prestação de serviço. Além disso, na sua opinião, a contabilidade digital se tornou uma aliada para todos os portes de empresa, sejam elas pequenas, médias ou grandes.

Questionado sobre o motivo do escritório localizado na cidade de Laguna não estar totalmente no formato digital, o sócio novamente deixou evidente que a quebra de paradigmas no escritório afeta o desenvolvimento e o crescimento da contabilidade digital nas rotinas contábeis.

No último momento da entrevista foi solicitado para que o sócio que tanto acredita nesse novo formato de serviços contábeis, deixasse uma mensagem para outros empresários da área contábil, que queiram implementar o sistema digital dentro de seus escritórios. Em resposta, o mesmo diz que a evolução é necessária para expandir, e quem fica parado já está reduzindo.

4.2.2 Implementação da contabilidade digital na concepção dos colaboradores da HOLD

Nessa seção, será analisado o segundo objetivo específico proposto que é elaborar questionários aplicáveis aos colaboradores da empresa estudada e profissionais aleatórios da área com foco na contabilidade digital. No qual, refere-se

à elaboração de um questionário aplicável aos colaboradores da empresa estudada, com foco na contabilidade digital. Foram elaboradas 14 perguntas nos questionários, das quais, apenas 11 respostas foram encaminhadas.

Inicialmente, considerou-se importante conhecer o perfil dos participantes do estudo para uma melhor compreensão dos resultados. Para tanto, foram elaboradas na primeira parte do questionário questões sobre: faixa etária, grau de instrução, formação e tempo de experiência na área da contabilidade.

Tabela 01 - Perfil dos colaboradores da HOLD Assessoria e Consultoria Contábil

Característica	Classificação	Frequência	Percentual
Faixa etária	Até 17 anos.	0	0%
	De 18 a 24 anos.	8	27,30%
	De 25 a 35 anos.	3	72,7%
	De 36 a 50 anos.	0	0%
	Maior de 50 anos.	0	0%
Grau de Instrução	Ensino médio.	0	0%
	Superior.	9	81,08%
	Especialização.	2	18,20%
Formação	Mestrado. Doutorado.	0	0%
	Técnico em contabilidade.	0	0%
	Bacharelado em contabilidade.	11	100%
	Bacharelado em Administração.	0	0%
	Processo Gerenciais.	0	0%
Tempo de experiência na contabilidade	Menos de um ano.	2	18,2%
	1 a 3 anos.	3	27,3%
	4 a 6 anos.	2	18,2%
	7 a 9 anos.	2	18,2%
	Maior de 10 anos	2	18,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A tabela 01 demonstra que no escritório estudado possui 72,7% de colaboradores com idade entre 25 a 35 anos, e 27,30% entre as idades 18 a 24 anos, o que constitui uma empresa com pessoas adeptas a utilizar mais tecnologia diariamente. O grau de instrução dos colaboradores da HOLD se divide em 18,20% em especialização e 81,08% representando a maioria com ensino superior. Todos os 11 respondentes possuem a formação de Bacharel em contabilidade, totalizando

100% das respostas nessa opção. E para finalizar a primeira parte do questionário, o escritório possui a concentração de 27,3% dos funcionários com média entre 1 a 3 anos de experiência na área da contabilidade.

A tabela 02 trata do questionário aplicado aos funcionários da HOLD Contabilidade.

Tabela 02 – Informações relacionadas aos funcionários e o escritório

Característica	Classificação	Frequência	Percentual (%)
Localidade da HOLD Assessoria e consultoria contábil que trabalham atualmente.	Tubarão. Laguna.	8	72,7%
		3	27,30%
Tempo de contribuição na HOLD	1 a 5 anos.	11	100%
	6 a 11 anos.	0	0%
	12 a 17 anos.	0	0%
	18 a 23 anos.	0	0%
	Maior que 24 anos.	0	0%
Setor que trabalha atualmente	Fiscal. Contábil.	4	36,40%
	Departamento pessoal.	2	18,2%
	Outros serviços.	2	18,2%
		3	27,30%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

De acordo com a amostra, 72,7% das respostas foram enviadas pelos funcionários da HOLD Contabilidade da cidade de Tubarão, e 27,3% da filial de Laguna.

O tempo de contribuição, no qual se refere ao período que estão registrados na empresa HOLD Assessoria e Consultoria Contábil como funcionários, totalizou 100% na opção de 1 a 5 anos.

A maioria dos respondentes do questionário trabalham atualmente no setor fiscal, que representam 36,4%, 18,2% na parte contábil e departamento pessoal, e na opção de outros serviços totalizou 27,3%. A opção outros serviços, referem-se aos responsáveis pela abertura, alteração e encerramento de empresas, declaração anual de impostos de renda pessoa física, assessoria empresarial, planejamento tributário.

A tabela 03, mostra os percentuais apurados referente as questões sobre a prática básica da contabilidade digital realizadas diariamente nos escritórios.

Tabela 03 – Concepções dos colaboradores aos processos digitais no escritório

Característica	Classificação	Frequência	Percentual (%)
Porcentagem dedicada do tempo de trabalho para separar e armazenar documentos em papéis.	10% a 20%.	9	81,8%
	30% a 50%.	1	9,1 %
	60% a 80%.	0	0%
	90% a 100%	0	0%
	Não utilizo tempo para separar ou armazenar.	1	9,1%
Utiliza armazenamento de documentos em nuvem ou qualquer outro meio de armazenamento digital	Sim	11	100%
	Não	0	0%
Frequência que os clientes do escritório costumam entregar documentos que a contabilidade pode ter acesso digital ou online. Exemplos: Notas fiscais eletrônicas, Redução Z, CT-e.	Muita frequência. Frequentemente.	1	9,1%
	Ocasionalmente.	5	45,5%
	Raramente. Nunca.	3	27,30%
		2	18,2%
		0	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Na terceira parte do questionário, foram abordadas perguntas referentes às rotinas no escritório. O conceito da contabilidade digital diz respeito a redução da utilização de papéis no ambiente do escritório. Em um escritório contábil, é comum encontrar em cima da mesa de trabalho documento que são atualmente substituídos por sistemas ou armazenamentos digitais.

A análise dos dados coletados mostra o percentual representativo da concepção dos colaboradores, sobre se o escritório está preparado para prestar serviços com a utilização da contabilidade digital.

A primeira pergunta refere-se a porcentagem dedicada do tempo de trabalho para separar e armazenar documentos em papéis. Obtiveram-se 81,8% das respostas na opção entre 10% a 20%. Logo em seguida com 9,1% cada, as opções de 30 a 50% e a não utilizo tempo para separar ou armazenar foram as escolhidas pelos colaboradores.

A utilização de armazenamento de documentos em nuvem ou em qualquer outro meio digital no escritório, teve um percentual de 100% nas respostas.

Foi questionado sobre a frequência que os clientes do escritório costumam entregar documentos que podem ser acessados digitalmente ou *online*, e a opção

'frequentemente' obteve 45,5% das respostas. Em segundo lugar com 27,30%, optaram pela opção 'ocasionalmente'.

Essas respostas mostram o que acontece diariamente nos escritórios. A opção 'frequentemente' traz uma observação para a análise, que mesmo utilizando sistemas digitais de armazenamento no escritório, ou utilizando pouco tempo para separar e armazenar documentos em papéis, ainda ocorrem de receberem documentos que não são mais necessários terem eles físicos no escritório.

4.2.3 Principais dificuldades enfrentadas na implementação da contabilidade digital

A seguir será apresentado em duas partes as respostas obtidas do terceiro objetivo específico que é examinar qual o nível de adoção e as principais dificuldades enfrentadas para a implementação da contabilidade digital pelo escritório de contabilidade.

Na primeira parte, é apresentada o nível de adoção e dificuldades na implementação da contabilidade digital no escritório objeto de estudo: HOLD Assessoria e Consultoria Contábil.

Em seguida na segunda parte, é apresentada as respostas coletadas dos profissionais da área contábil, que fazem parte de um grupo de mídia social no aplicativo *WhatsApp*.

4.2.3.1 Contabilidade digital: uma perspectiva da HOLD Assessoria e Consultoria Contábil

Nessa seção serão apresentados os dados coletados do questionário encaminhado para os colaboradores da HOLD Assessoria e Consultoria Contábil, onde, dos 40 funcionários ativos, 11 retornaram com as respostas e a partir delas foram feitas as análises para a conclusão do terceiro objetivo específico.

Tabela 04 – Nível de adoção e dificuldades na implementação da contabilidade digital na HOLD Assessoria e Consultoria Contábil

Característica	Classificação	Frequência	Percentual (%)
Você concorda que a contabilidade digital é importante para o desenvolvimento do escritório contábil?	Concordo totalmente.	7	63,6 %
	Concordo.	4	36,34%
	Não estou decidido sobre o assunto.	0	0%
Na sua opinião, o que dificulta a implementação da contabilidade digital no escritório?	Discordo.	0	0%
	Discordo totalmente	0	0%
Na sua opinião, o que dificulta a implementação da contabilidade digital no escritório?	A maioria dos clientes não são adeptos para processos digitais.	10	90%
	O escritório não possui estrutura suficiente para armazenamento digital.	0	0%
	Os sistemas de armazenamentos digitais geram custos altos para o escritório.	1	9,1%
	Otimização no tempo de entrega de serviços.	8	72,7%
Na sua opinião, quais das vantagens da contabilidade digital agrega melhores resultados ao escritório?	Redução das chances de falhas na execução dos serviços contábeis.	0	0%
	Atendimento das legislações de maneira mais precisa e eficiente.	0	0%
	Aprimoramento da comunicação, que passa a acontecer em tempo real entre empresa e escritório de contabilidade	3	27,3%
	Melhor eficiência por um custo menor.	0	0%
	Sim, salvo impresso no escritório e no armazenamento digital.	3	27,30%
Você como colaborador, na entrega das obrigações ou declarações costuma imprimir vias para armazenamento em papéis no escritório?	Sim, salvo impresso e não possuo armazenamento digital.	0	0%
	Não, salvo em armazenamento digital.	0	72,7%
	Não, pois não costumo salvar os documentos após a entrega.	8	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O primeiro questionamento foi saber se os colaboradores concordam que a contabilidade digital é importante para o desenvolvimento do escritório. Com a disposição de cinco classificações para serem selecionadas, a opção liderada foi a concordo totalmente que obteve 63,6% das respostas. Em segundo, a opção “concordo” teve 36,34% representando 4 respostas dos respondentes.

Na pergunta relacionada a dificuldade da implementação da contabilidade digital no escritório, foi respondida com 90% a opção em que a maioria dos clientes do escritório não são adeptos para processos digitais, com um percentual de 1% a

segunda opção selecionada foi, os sistemas de armazenamentos digitais geram custos altos para o escritório.

Na opinião dos colaboradores a maior vantagem que a contabilidade digital proporciona é a otimização no tempo de entrega de serviços, que foi a opção que representou 72,7% das respostas. Em segundo, a opção aprimoramento da comunicação que passa a acontecer em tempo real entre empresa e escritório de contabilidade, foi representada por 27,3% das respostas.

Para implementar a pesquisa, foi questionado sobre como funciona por parte dos colaboradores o armazenamento de documentos referentes a entregas das obrigações de declarações, e com 72,7% das respostas a opção escolhida foi que, a maioria não tem copias impressas, pois utilizam de armazenamento digital para fazer esse processo.

4.2.3.2 Contabilidade digital: uma perspectiva dos profissionais da área contábil

Nessa seção serão apresentados os dados coletados do questionário encaminhado para os profissionais da contabilidade aleatórios, em que, foram coletadas 22 respostas e a partir delas foram feitas as análises para a conclusão do terceiro objetivo específico.

Novamente, considerou-se importante conhecer o perfil dos participantes do estudo para uma melhor compreensão dos resultados. Para tanto, foram elaboradas na primeira parte do questionário questões sobre: faixa etária, grau de instrução, formação, tempo de experiência e qual setor trabalha atualmente.

Tabela 05 – Perfil dos participantes

Característica	Classificação	Frequência	Percentual (%)
Faixa etária	Até 17 anos.	0	0%
	De 18 a 24 anos.	3	13,6%
	De 25 a 35 anos.	14	63,6%
	De 36 a 50 anos.	5	22,7%
	Maior de 50 anos.	0	0%
Grau de Instrução	Ensino médio.	5	22,7%
	Superior.	8	36,4%
	Mestrado.	1	4,5%
	Doutorado.	0	0%
	Especialização.	8	36,4%
Formação	Técnico em contabilidade.	2	9,1%
	Bacharelado em contabilidade.	16	72,7%
	Bacharelado em Administração.	0	0%
	Processo Gerenciais.	1	4,6%
	Técnico Serviços Jurídicos	3	13,6%
Tempo de experiência na contabilidade	Menos de um ano.	0	0%
	1 a 3 anos.	4	18,2%
	4 a 6 anos.	8	36,4%
	7 a 9 anos.	5	22,7%
	Maior de 10 anos.	5	22,7%
Qual setor trabalha atualmente?	Fiscal.	16	72,7%
	Contábil.	3	13,6%
	Departamento pessoal.	2	9,1%
	Outros serviços.	1	4,6%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme os dados apresentados na tabela 05, a maioria dos respondentes possui idade entre 25 a 35 anos, representando na pesquisa um percentual de 63,6%. Apenas 13,6% possuem entre 18 a 24 anos.

No que se refere ao grau de instrução, a maior parte possui ensino superior e especialização que representam 36,4%, ensino médio têm-se 22,7% e mestrado apenas 4,5% dentre os participantes.

A maioria dos profissionais possui bacharelado em contabilidade que correspondeu a 72,7%. Em seguida, a opção “técnico em serviços jurídicos” possui 13,6% e com 9,1% é a representatividade dos participantes formados em técnico em contabilidade. Com 4,6% foi representada a opção “processos gerenciais”.

O tempo de experiência com a maior frequência foi entre 4 a 6 anos representando 36,4% dos dados coletados. Com percentuais iguais a 22,7%, ficaram as opções de 7 a 9 anos e maior de 10 anos. E por último com percentual menor, ficam representados os participantes com experiência entre 1 a 3 anos com percentual de 18,2%.

Na pergunta de qual setor trabalham atualmente, foram respondidas 72,7% na opção fiscal, em seguida, com 13,6% trabalham no setor contábil, 9,1% no departamento pessoal e 4,6% representam a opção outros serviços.

Tabela 06 - Concepções dos colaboradores aos processos digitais no escritório

Característica	Classificação	Frequência	Percentual (%)
Percepção do conceito de contabilidade digital na visão dos participantes	Integração entre cliente e contador num sistema.	16	72,7%
	Sistemas mais inteligentes.	4	18,2%
	Modelo moderno on-line.	2	9,1%
	Não tenho opinião.	0	0%
	Outros. Qual?	0	0%
Frequência que os clientes do escritório costumam entregar documentos que a contabilidade pode ter acesso digital ou online.	Muita frequência.	5	22,7%
	Frequentemente.	9	40,9%
	Ocasionalmente.	3	13,6%
	Raramente.	5	22,7%
	Nunca.	0	0%
Recurso mais utilizado no escritório de contabilidade	Internet.	6	27,3%
	WhatsApp.	6	27,3%
	E-mail.	1	4,5%
	Plataforma em nuvem.	6	27,3%
	Todos.	8	36,4%
Forma de envio dos documentos para o escritório de contabilidade	Online.	2	9,1%
	E-mail.	8	36,4%
	Presencial.	5	22,7%
	Via sistema/Software específico.	7	31,8%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

F

Na segunda parte do questionário, representada pela tabela 06, foram respondidas às questões referentes ao processo diário da contabilidade digital no escritório. Diante da pergunta sobre a percepção do conceito de contabilidade digital, 72,7% escolheram a opção, integração entre cliente e contador num sistema como o conceito de contabilidade digital.

Referente à frequência que os clientes do escritório costumam entregar documentos que a contabilidade pode ter acesso digital, teve uma relevância nas opções frequentemente com 40,9% e muita frequência com percentual de 22,7%. A opção raramente obteve também 22,7% das respostas e com um percentual de 13,6% destinou-se para ocasionalmente. A opção nunca não foi escolhida por nenhum dos participantes.

Com o intuito de verificar a forma de comunicação com os clientes, foi solicitado escolher a opção que mais utilizam no escritório. Nas opções encontra-se 'internet', *WhatsApp*, e plataforma em nuvem com 27,3%, a alternativa *e-mail*

apresenta um percentual de 4,5% das respostas, e todas as opções listadas com 36,4% correspondendo a escolha da maioria dos participantes.

A forma que mais se recebe os documentos nos escritórios diariamente é no formato de e-mail com representatividade de 36,4%, empresas que já possuem sistemas e *software* de sistemas de envio e recebimento representam 31,8%. Por último a opção online representa 9,1%.

Tabela 07 – Nível de adoção e dificuldades na implementação da contabilidade digital

Característica	Classificação	Frequência	Percentual (%)
Na sua opinião, quais das vantagens da contabilidade digital agrega melhores resultados ao escritório?	Otimização no tempo de entrega de serviços.	13	59,1%
	Redução das chances de falhas na execução dos serviços contábeis.	4	18,2%
	Atendimento das legislações de maneira mais precisa e eficiente.	0	0%
	Aprimoramento da comunicação, que passa a acontecer em tempo real entre empresa e escritório de contabilidade	5	22,7%
	Melhor eficiência por um custo menor.	0	0%
Na sua opinião, o que dificulta a implementação da contabilidade digital no escritório?	A maioria dos clientes não são adeptos para processos digitais.	21	95,5%
	O escritório não possui estrutura suficiente para armazenamento digital.	1	4,5%
	Os sistemas de armazenamentos digitais geram custos altos para o escritório.	0	0%
	Sistemas complexos.	0	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Na tabela 07, buscou-se entender as vantagens e as dificuldades encontradas pelos participantes sobre a contabilidade digital. De início, o questionamento sobre as vantagens que a contabilidade agrega para o escritório, a opção que trata da otimização no tempo de entrega dos serviços obteve 59,1% das respostas. Em seguida com 22,7% a opção aprimoramento da comunicação, que passa a acontecer em tempo real entre empresa e escritório de contabilidade. Por último com 18,2%, consideram a redução da hipótese de falhas na execução dos serviços contábeis.

Sobre as dificuldades da implementação da contabilidade digital, a maioria, que no caso representam 95,5% das respostas, optaram pela opção: os clientes do escritório não são adeptos para processos digitais. E a opção que os escritórios não possuem estrutura para o armazenamento digital, representou 4,5% das respostas.

4.2.4 Impactos da contabilidade digital

No decorrer do artigo foi demonstrado que para o escritório contábil se transformar em digital é preciso que o mesmo esteja pronto para mudar seus procedimentos. Através deste, será respondido o quarto objetivo específico que é identificar os principais impactos da contabilidade digital na HOLD Assessoria e Consultoria Contábil, em comparação aos respondentes aleatórios.

O intuito da contabilidade digital é tornar os serviços contábeis mais ágeis, na HOLD Assessoria e Consultoria contábil, o contador teve que se ajustar às novas tecnologias para poder suprir essa necessidade. De acordo com o sócio do escritório estudado, o mesmo, não considera que foi gerado custos para a implementação da contabilidade digital, e sim investimentos com novos *softwares*. O sócio salienta que esse investimento, foi necessário para que possa ocorrer os procedimentos de forma correta.

As entregas de documentos por parte dos clientes do escritório, são enviados através de um sistema que possui uma mensagem de confirmação via e-mail automático pelo sistema. Questionado se no decorrer desses processos ocorrem falhas ou algo que possa ser dificilmente evitado, o sócio respondeu que desconhece qualquer tipo de falha ao longo desse processo de entrega, e que até o momento não houve perda de dados.

Para concluir, foi formulada uma pergunta para os respondentes aleatórios que trabalham em escritório de contabilidade, com o seguinte questionamento: Você concorda que a contabilidade digital poderá um dia substituir totalmente o método contábil tradicional (sem documentos físicos)? Por quê?

O quadro 01 traz as respostas coletadas dos 22 respondentes aleatórios que atuam na área da contabilidade.

Quadro 01 – Respostas dos respondentes aleatórios sobre Contabilidade Digital

Participantes	Respostas
1º Participante	Sim.
2º Participante	Acredito que não, existem empresas que não aceitam.
3º Participante	Sim, é a evolução dos processos e mais agilidade na entrega de resultados para os clientes.
4º Participante	Sim.
5º Participante	tecnologia avançando de certa forma obriga as empresas e a contabilidade se atualizarem, automaticamente indo para o digital.
6º Participante	ando de certa forma obriga as empresas e a contabilidade se atualizarem.
7º Participante	Sim, modernização natural dos processos.
8º Participante	tecnologia avançando de certa forma obriga as empresas e a contabilidade se atualizarem, automaticamente indo para o digital.
9º Participante	Sim, acredito que assim como outras áreas que tiveram que se adaptar as tecnologias, o financeiro das empresas deverá se adequar ao controle financeiro digital e as contabilidades ao processo digital.
10º Participante	o, isso até a profissão de contador vai diminuir a necessidades, em quantidades de profissionais.
11º Participante	Acredito que será difícil.
12º Participante	Sim, pela rapidez, agilidade.
13º Participante	Acredito que será difícil.
14º Participante	Sim.
15º Participante	Concordo, por que até documentos que preciso ver o original já estão digitalizados.
16º Participante	orrer dos anos nos mostra a imensa mudança tecnológica e até de adaptação, as vezes formada, dos clientes as novas formas de trabalho.
17º Participante	Não concordo.
18º Participante	Não.
19º Participante	h tantos recursos tecnológicos, tudo salvo em nuvem, pen drive, computador, não será mais necessário arquivamento de caixas e mais caixas.
20º Participante	Sim, devido a tecnologia e preservação da natureza.
21º Participante	Não.
22º Participante	Pode, mas será preciso um banco de dados que pode onerar consideravelmente.

Fonte: Dados da pesquisa, (2021).

Conforme análises das respostas obtidas pelos participantes e pelo sócio do escritório da HOLD Assessoria e Consultoria Contábil, tem-se que a contabilidade digital possui um impacto positivo dentro dos escritórios contábeis atuais, trazendo praticidade e agilidade.

Apesar de existir algumas exceções na pesquisa em relação a aplicação da contabilidade digital, obteve-se um número de repostas positivas maior que as negativas. E nota-se que ambas as respostas coletadas, tanto o sócio quanto as respostas dos participantes mostram estarem ciente que é necessário se adequar as mudanças que a profissão vem enfrentando ao longo do tempo.

4.3 VISÃO SISTÊMICA APLICADA AO CASO

A contabilidade digital já era uma tendência em crescimento na expansão no mercado mundial, ela consiste ser um aprimoramento nos processos e na otimização dos resultados.

Recordando o surgimento da contabilidade, têm-se que a profissão de contador era baseada em arquivar muitos papéis durante o dia, e que o intuito dela era gerar guias e cuidar do patrimônio das empresas. Diante deste cenário, cabe ressaltar também que além de gerar guias o contador lida até hoje com as mudanças da legislação e cálculos complexos.

Com a contabilidade digital, a aplicação do objetivo da profissão continua no mesmo sentido, porém, ela se tornou um serviço mais dependente de tecnologias. A função do contador no cenário atual, se baseia em se adequar aos novos métodos de prestar serviço sem interferir diretamente no conceito da contabilidade.

No ano decorrente da elaboração do trabalho, o país foi submetido a uma pandemia que mudou várias formas e rotinas em vários ambientes trabalhistas. As empresas tiveram que acelerar sua digitalização durante a pandemia, os motivos estão diretamente ligados aos novos desafios econômicos e legais impostos pela crise de mercado, que vão muito além do distanciamento físico dos consumidores.

No entanto, para o ramo da contabilidade se tornar digital passou ser uma obrigação e não um planejamento para realizar ao longo prazo. Pois, os processos onde eram necessários o recebimento dos documentos físicos em papéis ou contato físico se tornou uma ameaça para a contaminação do vírus. Através disso, todos os processos trabalhistas e fiscais ganharam uma nova forma de serem executados.

Além de todas essas mudanças importantes que a profissão contábil se submeteu, o contador, passou auxiliar mais as empresas diante a crise e o mesmo foi visto como um grande aliado das empresas durante todo esse período.

O trabalho elaborado, demonstra que esse método inovador da contabilidade alcança mudanças diretamente nos escritórios contábeis. Conseqüentemente, a profissão de contador precisa se atualizar nos novos métodos, para assim poder auxiliar as empresas a gerar grandes resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade digital existe para que os métodos utilizados na rotina contábil sejam simplificados através de programas digitais. Nota-se que a qualidade das informações aos processos das empresas cresceu com a sua aplicação nos escritórios, principalmente na questão dos dados contábeis apresentada aos clientes.

Na base do trabalho, destacaram-se alguns exemplos de contabilidade digital que já estão em execução independente se o escritório utiliza métodos atuais digitais. Para cumprir algumas legislações, os escritórios e os seus clientes passaram a ter que emitir documentos obrigatórios como NF-e, CT-e, eSocial entre outros citados.

Com todo o avanço tecnológico nos processos empresariais, a figura dos profissionais nessa fase não deixou de ser caracterizada. Portanto, o objetivo geral do estudo foi identificar quais as principais percepções do escritório contábil sobre a contabilidade digital. Para alcançar esse objetivo foram apresentadas as respostas da entrevista semiestruturada e dos questionários, com informações sobre os procedimentos e a execução da contabilidade digital nos escritórios.

Através dos resultados encontrados, é notório que na opinião do sócio da HOLD Assessoria e Consultoria Contábil, a contabilidade digital é essencial nos seus escritórios. A mudança trouxe mais agilidade, precisão nos resultados e melhor atendimento aos seus clientes. Foi possível identificar que existem processos para executar a contabilidade digital, desde treinamentos aos seus funcionários, clientes e utilização da tecnologia para auxiliar diariamente, o que se destaca como essencial. Com as respostas dos questionários a observação se tornou mais ampla, podendo ser destacada a funcionalidade da contabilidade digital nos escritórios sendo bem executada. Praticamente não utilizam tempo para armazenar papéis pelo fato de já utilizarem arquivamento em nuvem, o que se concretiza com a entrevista com o sócio que destaca a melhoria nos seus serviços prestados. Diante do exposto, conclui-se que a pergunta de pesquisa foi respondida.

Após a execução das análises e do estágio na empresa, pode-se adquirir uma visão mais ampla da funcionalidade da contabilidade digital. Foi alcançada através dela, que a profissão contábil tem princípios importantes no mercado de trabalho, e

que não precisa ser seguido padrões antigos para poder executá-la de maneira formal. A função do contador na pesquisa, trouxe caminhos para novas formas de apresentar os dados contábeis com mais precisão que, no entanto, contribui a cumprir os princípios gerais da contabilidade.

As percepções realizadas dentro da HOLD Assessoria e Consultoria Contábil, e com os profissionais aleatórios, mostraram que seguem os padrões digitais e procuram se aperfeiçoar diante das mudanças repentinas. Porém, cabe recomendar que sejam estudadas formas preventivas de arquivamento de dados e métodos para que seus clientes evitem estarem entregando documentos desnecessários ao escritório.

A contabilidade possui assuntos muito amplos para serem fundamentados, porém, por se tratar de um método novo que vem sendo aplicado nos escritórios, a contabilidade digital possui poucos trabalhos acadêmicos, livros e referências por grandes autores. Acredita-se que esse trabalho contribuiu para ampliar essa fonte de pesquisa, logo, sugerem-se novas pesquisas e aplicação da mesma para contribuir com o crescimento da profissão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Henrique. **Contabilidade digital: saiba o que é e conheça suas principais vantagens.** Disponível em: <https://wecont.net/blog/contabilidade-digital/>. Acesso em: 07 set. 2020.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

AUGUSTO, Herquimeire Cristina Guarrido. **Os serviços contábeis necessários à gestão das empresas do comércio varejista da cidade de Sousa-PB.** Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/15604>. Acesso em: 27.set. 2020.

ÁVILA, Carlos Alberto de. **Gestão contábil para contadores e não contadores.** Curitiba: Ibpex, 2006.

AZEVEDO, Osmar Reis. MARIANO, Paulo Antônio. **Sistema Público de Escrituração Digital.** São Paulo: IOB, 2009.

BATISTA, João Otávio Carvalho. **Contabilidade digital: o que é e porque optar pelo serviço.** Ano publicação, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/WgXkY01>. Acesso em: 07.set. 2020.

BRASIL. **Decreto n.º 8373, de 11 de dezembro de 2014.** Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial e dá outras providências. Disponível em: <https://cutt.ly/decreto8373>. Acesso em: 09. nov. 2020.

BITAR, Jean. **Qual a diferença entre contabilidade tradicional e contabilidade online?** 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/sgXklOq>. Acesso em: 27. set. 2020.

BONFIM, Douglas Paveck. MORAES, Deise MACHADO, Heraldo. Nota fiscal eletrônica: uma mudança de paradigma sob a perspectiva do fisco estadual. **ConTexto**, v. 12, n. 21, p. 18 – 28, 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/Note/Downloads/23246-110111-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Note/Downloads/23246-110111-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 20. out..2020.

CABRINO, Thiago. **Marketing de relacionamento.** Disponível em: <https://cutt.ly/vgQJgZ6>. Acesso em 17. set. 2020.

CARNEIRO, Gabrieli Batista. **Contabilidade digital:** um estudo sobre a nova era digital na visão dos alunos da UEPB. 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/qgEEj7a>. Acesso em: 27. out. 2020.

CARVALHO, José Ribamar Marques. TOMAZ, Francilene Araújo Silva. 2010. **Qualidade em serviços contábeis:** um estudo nas empresas do setor de comércio varejista de material de construção. Disponível em: <https://cutt.ly/VgQJuHA>. Acesso em: 27. set .2020.

CECCATO, Jucelei Maria. **Benefícios da implantação de um programa de Qualidade em um escritório de contabilidade.** Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/5416>. Acesso em: 17. set. 2020.

CLETO, Nivaldo. **Chegou à nota fiscal eletrônica.** Informativo do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina. 2006. Disponível em: <http://www.nivaldocleto.cnt.br/sitefiles/entrev/entCRCSC.html>. Acesso em: 27. out. 2020.

CREPALDI, S.A. **Curso básico de contabilidade.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CONFAZ. **Convênio ICMS 143/06, de 15 de dezembro de 2006.** Institui a escrituração fiscal digital - EFD. Disponível em: <https://cutt.ly/ZgXkQhk>. Acesso em: 20. out. 2020.

CONFAZ. **Ajuste SINIEF 07/05, de 30 de setembro de 2005.** Institui a nota fiscal eletrônica e o documento auxiliar da nota fiscal eletrônica. Disponível em: <https://cutt.ly/sgXkWDW>. Acesso em: 20. out. 2020.

CONTA AZUL. **Contabilidade digital.** O guia completo. Disponível em: <https://contadores.contaazul.com/blog/contabilidade-digital>. 2021. Acesso em: 02. jun. 2021.

COSTA, Denise Rodrigues; CORDEIRO, Paulo Sérgio Antunes; SOUZA, Marta Alves de. **Os desafios do profissional contábil na era da contabilidade digital:**

uma pesquisa de campo. 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/8gEREJf>. Acesso em: 20. out. 2020.

ECKERT, Alex; SANTOS, Eveline Cordova dos; MECCA, Marlei Salete. Vantagens e desvantagens da implantação do sistema público de escrituração digital em uma grande empresa industrial. **Revista de Contabilidade e Controladoria**. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v3i3.19699>. Acesso em: 20. out. 2020.

FERREIRA, Adriano. **Contabilidade digital: o que é e o que proporciona**. 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/kgXkRV1>. Acesso em: 02. set. 2020.

GAITA, Michele Bonfada. **EFD — contribuições: os desafios acerca da sua implantação**. Cruz Alta, 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/KgQLGON>. Acesso em: 20. out. 2020.

GERON, Cecília Moraes Santostaso. FINATELLI, João Ricardo. FARIA, Ana Cristina de. ROMEIRO, Maria do Carmo. SPED — Sistema Público de Escrituração Digital: percepção dos contribuintes em relação os impactos de sua adoção. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 5, n. 2, p. 44-67, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIROTTI, M. Sped contábil, o novo paradigma. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 37, n.170, p. 7 – 11, mar./abr. 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 288 p.

JACINTO, Michelane da Silva; RODRIGUES, José Rodolfo Melo Cavalcante. **Escrituração contábil digital, a transparência das informações e o perfil do profissional contábil**. 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/XgQHxNV>. Acesso em: 18. out. 2020.

LIZOTE, Suzete Antonieta; MARIOT, Diego Menin. **A estrutura do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): um estudo das novas obrigações**. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Note/Downloads/73-353-1-PB.pdf>. Acesso em: 18. out. 2020.

LOMBARDO, Marcelo; DUARTE, Roberto Dias. **Contabilidade online x contabilidade digital**. 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/OgXkL5B>. Acesso em: 08. out. 2020.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.

MACHADO, Debora Gomes; FREITAS, Luciana Lopes de; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. **A graduação em ciências contábeis na Universidade**

Federal do Rio Grande-FURG: sua evolução através de um resgate histórico. Rio Grande, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/2045/1435>. Acesso em: 24 out. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Pablo Luiz; OLIVEIRA, Camila Freitas; SERAFIM, Claudiana Cardoso; STOCCO, Lucas Conde; ÁZARA, Maria Aparecida de. **Simpósio de excelência em gestão e tecnologia**. SPED — Sistema Público de Escrituração Digital na Visão do profissional contábil. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos/12/28816532.pdf>. Acesso em: 24 out. 2020.

MARCOS, Cleyson. **Contabilidade digital para empresário, equilibrar metodologias para gerar mais resultado**. Disponível em: <https://cutt.ly/8gXkFkS>. Acesso em: 17 set. 2020.

MARCOLIN, Neldson. Máquina de calcular. **Revista Pesquisa FAPESP**. 2002. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2002/05/01/maquina-de-calculador/>. Acesso em: 18 out. 2020.

MARIANO, Paulo Antônio; OLIVEIRA, Rodrigo Albanez G. de; SAVIAN, Tatiane D'Castro Teixeira. **Contabilidade na era digital**. Disponível em: <https://cutt.ly/ZgXzm2d>. Acesso em: 24 ago. 2020.

MALHOTRA, Naresch. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: metodologia e planejamento**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996. 336 p.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MOTTA, Alexandre de Medeiros. **O TCC e o fazer científico: da elaboração à defesa pública**. Tubarão: Copiart, 2009.

MOURA, I.J. **Evolução da contabilidade: profissional contábil no Mercosul**. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Edilson. **O fim da profissão contábil no Brasil**. Disponível em: <https://cutt.ly/rgXkHsz>. Acesso em: 27 out. 2020.

OLIVEIRA, Leonardo Paganini De. **Tendências da contabilidade digital**. Disponível em: <https://arquivei.com.br/blog/tendencias-contabilidade-digital-tf/>. Acesso em: 08 set. 2020.

OLIVEIRA, Edvaldo Fialho de. **A calculadora como ferramenta de aprendizagem**. 2011. Trabalho de conclusão de curso — (licenciatura - Matemática) — Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/120264>. Acesso em: 18 out. 2020.

OLIVEIRA, Alisson Victor; FELTRIN, Juliane Aparecida; BENEDETI, Thiago Santos. **Contabilidade digital**. Disponível em: <https://cutt.ly/egQH8af>. Acesso em: 08 set. 2020.

OLIVEIRA, Aristeu Martins de. **ESocial**: sistema de escrituração fiscal das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. São Paulo: Atlas, 2014.

OMIE Sistemas Contábeis. **Contabilidade digital x contabilidade online**: entenda a diferença! 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/VgXkB6g>. Acesso em: 02. Set. 2020.

PETRI, Murilo Sérgio; KOETTKER, Bárbara Heidrich Seibert; OLIVEIRA, Tatiane Marques *et al.* **Escrituração fiscal digital (EFD)**: vantagens e desvantagens a partir da literatura selecionada. 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/Note/Downloads/1814-3958-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Note/Downloads/1814-3958-2-PB%20(1).pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

PINHO, Lorena de Andrade. FMEA: análise do efeito e modo de falha em serviços - uma metodologia de prevenção e melhoria dos serviços contábeis. **Revista da Associação Brasileira de Custos**, vol. III, n.º 1, jan./abr.: 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Note/Downloads/40-2865-1-PB.pdf>. Acesso em: 17 set.. 2020.

PIRES, Fernando Gomes da Silva. **Contabilidade e sua evolução na era digital**: um estudo nos escritórios contábeis da cidade de pimenta Bueno – RO. Disponível em: <http://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/2045>. Acesso em: 15 set. 2020.

RFB — Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa RFB n.º 1.774, de 28 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=88912#1839513>. Acesso em: 18 out. 2020.

RFB — Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa RFB n.º 1.252, de 1 de março de 2012**. Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital – Contribuições. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=37466>. Acesso em: 20 out. 2020.

RFB — Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa n.º 1.422/13**. Dispõe sobre a Escrituração Contábil Fiscal. Disponível em: <https://cutt.ly/receita-fazenda>. Acesso em: 26 out. 2020.

RFB — Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa n.º 1.052/12**. Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital – Contribuições. Disponível em: <https://cutt.ly/INRFB-N1052>. Acesso em: 28 out. 2020.

RODRIGUES, Carlos Jose. **Contabilidade digital**: o que é e quais são os seus benefícios? Disponível em: <https://zipcontabilidade.com.br/blog/contabilidade-digital/>. Acesso em: 07 set. 2020.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz *et al.* **EFD (Escrituração fiscal digital) PIS/COFINS**. São Paulo: IOB, 2011.

RUSCHEL, Marcia Erna; FREZZA, Ricardo; UTZIG, Mara Jaqueline Santore. O impacto do SPED na contabilidade desafios e perspectivas do profissional contábil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil — CRSC**, Florianópolis, v. 10, n. 29, p.9-26, jul. 2011.

SANTANA, Rodrigo; GUIMARÃES, Tiago Fernandes. **Contabilidade digital**. Disponível em: <https://cutt.ly/VgQHKjd>. Acesso em: 17 set. 2020.

SASSO, Alexandra; ROSA, Ivana Carla; BARBOSA, Alberto. **O SPED e seus reflexos na profissão contábil**. Disponível em: <https://cutt.ly/5gQHG0n>. Acesso em: 18 out. 2020.

SÁ, Antonio Lopes de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SÁ, Antonio Lopes. **Teoria da contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia de trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Cleisomar Rezende; SILVA, Sabrina Eterna de Sousa Prudente; COSTA, Suellem Thainara Ferreira. **A evolução da escrituração contábil à era digital, com foco na escrituração contábil digital e escrituração contábil fiscal**: desafios dos contadores no cenário atual. 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/Note/Downloads/4-39-1-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Note/Downloads/4-39-1-PB%20(4).pdf). Acesso em: 26 out. 2020.

SILVA, Thais Souza da; SILVA, Luzia Ribeiro da. **A relevância da escrituração contábil e fiscal com ênfase na evolução do processo de informatização**. Disponível em: <http://periodicos.unicathedral.edu.br/revistafacisa/article/view/111>. Acesso em: 26 out. 2020.

SOMBRA, Ricardo de Sousa. **Contabilidade**: descoberta, evolução e globalização de uma ciência. Monografia apresentada — Ciências Contábeis — Centro de Ensino Superior do Ceará, 2013. Disponível em: <https://cutt.ly/ygQG4lh>. Acesso em: 20 out. 2020.

SOUZA, Daiana Piona de. **A contabilidade gerencial como ferramenta de gestão no agronegócio**. 2016. 71p. Monografia (Pós-Graduação em Auditoria e Gerência Contábil), Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins, 2016.

TOLEDO, Bárbara Noronha; TRETER, Jaciara (ori.). **Contabilidade na era digital**. 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/2gQH0OY>. Acesso em: 18 out. 2020.

THOMÉ, Irineu. **Empresas de serviços contábeis: estrutura e funcionamento.** São Paulo: Atlas, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TSUKAMOTO, Vitor Henrique Souza. **Sistema público de escrituração digital (SPED) — ECF — escrituração contábil fiscal — lucro real, lucro presumido e imunes ou isentas.** Disponível em: <https://cutt.ly/3gQKSH0>. Acesso em: 26 out. 2020.

WAGNER, Christiane Shoji. **Conhecimento de transporte eletrônico: CT-E.** Disponível em: <https://cutt.ly/conhecimento-de-transporte>. Acesso em: 04 nov. 2020.

YOUNG, L. H. B. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital.** Curitiba: Juruá, 2009.

CENÁRIO PANDÊMICO E A ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO

Larissa Schotten Nascimento¹

Daniel Barbosa de Souza²

Alessandro de Medeiros³

Resumo: A presente pesquisa aborda os impactos na arrecadação tributária municipal de Capivari de Baixo por decorrência da crise pandêmica provocada pelo COVID-19 através do estudo de tabelas que demonstram os valores tributários arrecadados no município entre 2019 e 2020. Neste sentido, a pergunta de pesquisa é: Quais são os principais impactos do cenário pandêmico atual na arrecadação tributária do Município de Capivari de Baixo? E tem como objetivo geral destacar os principais impactos gerados pela pandemia do COVID-19 na arrecadação tributária do Município de Capivari de Baixo. Para atender o objetivo geral foram destacados quatro objetivos específicos: levantar, perante documentos públicos municipais, dados acerca da arrecadação tributária antes do início e durante a pandemia do COVID-19; Identificar as diferenças arrecadatórias entre os anos de 2019 e 2020; coletar dados que relacionem a diferença arrecadatória por influência do COVID-19 no pagamento de tributos no período estudado; analisar nos dados coletados quais as influências que mais impactaram a diferença arrecadatória. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, quantitativa e qualitativa, com lógica indutiva. Por fim, as informações necessárias para o desenvolvimento do estudo partem de uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso utilizando-se de dados primários e secundários. Como resultado tem-se que houve um déficit na arrecadação tributária municipal no valor de R\$ 565.119,91, 21,59% a menos que o ano anterior devido à tomada de decisões decorrentes da presença do vírus no território catarinense, além da falta de preparação na gestão de crises.

Palavras-chave: Arrecadação tributária. Crise pandêmica. Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

A crise econômica provocada pelo COVID-19 é uma das muitas que este vírus causa no mundo de hoje. Com o fechamento compulsório – mesmo que provisório – das áreas comerciais, industriais e de serviços houve reflexos de grandes proporções no meio empresarial, causando uma queda enorme de receita para muitas organizações.

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Orientadora e Professora do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

³ Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

A diminuição de receita de uma instituição causa a ela muitos danos, caso não tenha um plano de contingência para possíveis problemas. Por conta disto, muitas empresas têm dificuldades com suas responsabilidades e o problema transcende, porque funcionários sem salário – ou com estes reduzidos – consomem menos, e com isto outra receita é diminuída e a roda da economia vai estagnando.

Do outro lado estão os órgãos públicos, que obtém sua receita de impostos, estes pagos pelas empresas, que no cenário atual estão com problemas financeiros em decorrência da crise econômica. Portanto, órgãos públicos também estão sentindo a queda da receita financeira, além de ainda serem responsáveis pela manutenção da saúde pública que está em crise também. Segundo Cucolo (2020), estes gastos com a pandemia e a queda de receitas estão levando as contas públicas a um nível recorde de déficit.

A Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo não é diferente, também houve queda em sua receita, que provém de tributos municipais, como imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN), imposto predial e territorial urbano (IPTU), imposto de transferência de bens imóveis (ITBI), contribuição para custeio da iluminação pública (COSIP) e outras que advém de recursos estaduais e federais.

O Município de Capivari de Baixo tem quase 25 mil habitantes em uma área territorial de um pouco mais de 53 mil km², segundo dados do IBGE 2019, ficando geograficamente localizado entre Laguna e Tubarão, dois importantes Municípios da região. É conhecida como a Capital termelétrica da América Latina, devido ao funcionamento do Complexo Jorge Larcerda. Com uma importante empresa deste porte – que é a principal fonte econômica da região – em seu território, outros ramos de atividade também começaram a desenvolver-se na região, assim como a estrada de ferro: Ferrovia Dona Tereza Cristina. Estas atividades, por serem os pontos fortes econômicos da região, impactam positivamente na arrecadação tributária municipal, sendo as empresas que mais pagam impostos ao município.

A pesquisa, portanto, tem informações de interesse público, tanto da prefeitura, quanto dos habitantes e empresas situadas no município, pois se trata de recurso que será investido na própria cidade, e havendo déficit deste recolhimento também faltará para investimento em políticas públicas para que a região possa continuar a desenvolver-se.

Os tributos exercem papel muito importante na economia, podendo contribuir para o crescimento e desenvolvimento de uma nação ou podem reduzir este

potencial, tudo depende da forma como é administrado (REZENDE; PEREIRA; ALENCAR, 2010). E para administrar é necessário que o recurso esteja nos cofres públicos.

Todavia, as pessoas, no geral, não percebem e não se atém ao detalhe de como isto afeta também a parte pública. E, apesar de ser um tema bastante amplo vê-se necessidade de reconhecer o lado público da crise e levando isso em consideração é formulada a pergunta de pesquisa “Quais são os principais impactos do cenário pandêmico atual na arrecadação tributária do Município de Capivari de Baixo?”.

Para tanto, o estudo tem como objetivo geral destacar os principais impactos gerados pela pandemia do COVID-19 na arrecadação tributária do Município de Capivari de Baixo.

Conjuntamente tem como objetivos específicos: levantar, perante documentos públicos municipais, dados acerca da arrecadação tributária antes do início e durante a pandemia do COVID-19; Identificar as diferenças arrecadatórias entre os anos de 2019 e 2020; coletar dados que relacionem a diferença arrecadatória por influência do COVID-19 no pagamento de tributos no período estudado; analisar nos dados coletados quais as influências que mais impactaram a diferença arrecadatória.

O tema da pesquisa foi escolhido, pois a autora sente necessidade de demonstrar como, além das empresas privadas, o meio público também sofre com a economia da região, principalmente se influenciados por uma pandemia mundial.

O que torna o tema bastante relevante, principalmente por se tratar de um assunto recente, atual e de importância mundial, além da relevância regional para quem vive em Capivari de Baixo e cidades próximas.

Portanto, a pesquisa tem muitas contribuições. Para o meio acadêmico, no bacharelado da autora no curso de Ciências Contábeis e futuros estudantes, mesmo que não sejam da área de contabilidade, para que possam entender e conhecer o cenário pandêmico e suas problemáticas.

Tem sua contribuição também para o meio social e empresarial da região. Além disso, atuais e futuros governantes poderão ter conhecimento das reais proporções que o período tomou com relação à arrecadação tributária do município de Capivari de Baixo.

E para a sociedade, principalmente aos contribuintes de Capivari de Baixo, tem sua contribuição ao terem acesso a informações que influenciam diretamente no

seu dia-a-dia. Porque a arrecadação tributária faz parte também dos valores investidos em saúde, educação e segurança.

A prefeitura de Capivari de Baixo é viável para a pesquisa por ser uma entidade pública, possuir controle na arrecadação tributária e estar de acordo com o princípio da transparência. Além de a autora fazer estágio na referida empresa, o que torna mais fácil o acesso às informações, necessárias à pesquisa.

O tema é, de fato, bastante oportuno, principalmente por se tratar de um assunto muito atual e de relevância mundial. Também, por tratar de assuntos públicos, como a arrecadação de impostos. Estes que podem ser usados em todo o município, e por serem tributos não vinculados⁴ podem também ajudar a desenvolver melhor a região com educação, saúde e segurança pública. Além de a região poder tomar ciência de como estão economicamente frente a atual pandemia.

O estudo se delimita ao município de Capivari de Baixo, com principal enfoque na Prefeitura Municipal. Porém, também estudará, de forma mais superficial, os fatos ocorridos no Estado de Santa Catarina, já que impactam em decisões municipais. A pandemia chegou ao Brasil em março de 2020, assim sendo a pesquisa busca informações referentes ao mesmo ano, comparando com os mesmos períodos do ano anterior (2019).

A estrutura está organizada da seguinte forma: Introdução, Embasamento Teórico, Métodos e Técnicas de Pesquisa, Apresentação dos Resultados e Considerações Finais.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo será apresentado o referencial teórico dividido em quatro subcapítulos. No primeiro será feito uma abordagem sobre as crises pandêmicas, uma breve comparação entre a crise espanhola de 1918 e a atual pandemia provocada pelo COVID 19, como elas afetaram e afetam o mundo. Já o subcapítulo 2.2 trata sobre alguns contextos que abordam a gestão pública e como esta deve se portar. O subcapítulo 2.3 aborda sobre a cobrança de tributos, a obrigação de cada ente da federação e os objetivos da cobrança de impostos. Por fim, mas não menos

⁴ Tributo que poderá ser utilizado para pagamentos de forma generalizada. Diferentemente do vinculado, que deve ser utilizado para determinado fim a que foi destinado. Fonte: <https://portogente.com.br/portopedia/85465-tributo-vinculado-e-nao-vinculado>.

importante, o subcapítulo 2.4 expõe a contabilidade em sua plena essência, uma ciência social.

2.1 AS CRISES PANDÊMICAS E O MUNDO

Pandemias não podem ser previstas, surgem quando menos se espera e tem resultados catastróficos. Um grande exemplo é a gripe espanhola ocorrida em 1918. Devido à época – um momento em que a epidemiologia estava menos desenvolvida que atualmente – foi extremamente mortal. Hoje, com as pesquisas recentes e grande evolução epidemiológica, acredita-se que as medidas adotadas para o combate do novo Corona-vírus (COVID-19) sejam mais eficientes para atingir o objetivo sanitário com menos custos do que a gripe de 1918. Apesar de a economia mundial ser muito mais complexa nos dias de hoje, se comparadas às indústrias nos Estados Unidos da década de 1910 (ARAUJO, 2020).

A pandemia causada pela gripe espanhola está tendo muita atenção dos economistas, pois estes querem verificar se as pandemias, em geral, sempre causam crises econômicas ou se é uma reação exclusiva ao COVID-19, que causou uma contração de tamanho histórico e início abrupto, bem como um alto grau de incerteza econômica (BEACH; CLAY; SAAVEDRA, 2020).

Embora os dados da década de 1910 sejam escassos, é estimado que o impacto negativo da gripe espanhola no PIB mundial foi de 6% e no consumo agregado esse número chegou a 8%. Cerca de doze países sofreram com desastres macroeconômicos baseados na queda do PIB e oito sofreram com o impacto econômico. O que tornou a gripe espanhola o quarto evento com maior impacto econômico negativo desde 1870, atrás apenas da 1ª e 2ª guerra mundial. Na crise atual é estimada uma recessão de 5,3% em 2020. Além de uma recuperação mais lenta da economia, estendendo-se entre o quarto trimestre de 2022 e o quarto trimestre de 2024 (MEDICI, 2020).

Nos Estados Unidos verifica-se que o nível de renda que vinha crescendo em 1917 se estagna em 1918, seguido de uma queda em 1919 (ano em que o impacto econômico da segunda onda da pandemia ocorreu com maior intensidade). Entretanto, a reorganização da indústria trazida pela guerra gerava mais trabalho para todos e a elevada mortalidade de trabalhadores trazida pela gripe fez os salários subirem para aqueles que sobreviveram. O que leva a crer que a gripe

espanhola teve menos impacto econômico do que uma grande pandemia teria agora (MEDICI, 2020).

Pandemias têm sido, ao longo da história, fatores que aumentam o nível de incerteza dos mercados e, portanto, podem levar a decisões que inibem os investimentos e induzem à recessão. Há um elevado grau de incerteza gerado pelo COVID-19 em 2020, comparado ao de outras pandemias anteriores da década passada. Este choque de incerteza tem criado pânico nos mercados de capitais, desencadeando uma forte resposta do sistema financeiro e dos Bancos Centrais. Há grandes problemas com liquidez, escassez de investimentos e uma queda prolongada nos níveis de emprego e produtividade. Diferente do que se viu na crise da década de 1910, onde havia euforia pós-guerra, o que fez com que o mercado de ações fosse pouco afetado pelo surto da doença (MEDICI, 2020).

Bech, Clay e Saavedra (2020) mencionam que a pandemia de 1918 não foi um fator determinante da volatilidade do mercado de ações dos EUA (Estados Unidos da América). Essa brevidade da recessão e a falta de volatilidade do mercado de ações levantam a questão: Como os efeitos da pandemia da gripe espanhola na economia dos Estados Unidos é tão menor se comparada aos grandes efeitos da pandemia do COVID-19? Os Estados Unidos tinham uma taxa de mortalidade mais baixa, em 1918, do que a maioria do mundo. Outro motivo é que a pandemia da gripe espanhola ocorreu em uma época em que doenças eram causas comum de morte. Naquela época, americanos estavam acostumados com o risco de morrer de doenças infecciosas de maneira semelhante que muitos americanos modernos estão acostumados ao risco de morrer de doenças cardíacas. E, terceiro, embora tenha havido intervenções não farmacêuticas durante o a pandemia da gripe espanhola, eles não eram tão severos quanto às leis de distanciamento social como as que foram implementadas em 2020. Em 1918 muitas empresas e escolas não fecharam ou isto ocorreu apenas brevemente. A demanda por munições para a guerra pode ter evitado o fechamento de empresas e fábricas (BEACH; CLAY; SAAVEDRA, 2020).

Um dos pontos positivos para contornar uma pequena parte da grande crise causada pelo COVID-19 é o uso da tecnologia. Permitiu que muitos serviços pudessem ser feitos de casa, o que fez com que muitas atividades não precisassem ser totalmente paralisadas (ARAUJO, 2020), apesar de ainda haver grandes impactos negativos na economia que crescem com o passar dos dias e do afastamento social.

Durante crises tão grandes, como a provocada pela gripe espanhola e a do COVID-19 as entidades políticas tem inúmeras e infindáveis discussões. O que muito se discute hoje é o *trade-off*⁵ salvar vidas versus salvar emprego. Segundo Correia, Luck e Verner (2020) essa discussão sempre vai haver em qualquer pandemia passada, presente ou futura. Não levar isso em consideração poderá incorrer tanto em um número maior de vidas perdidas quanto em uma perpetuação da depressão econômica.

2.2 A GESTÃO PÚBLICA

A gestão pública se refere a um conjunto de organizações que atendem a necessidade de se ajustar ao sistema complexo de governança pública (CARNEIRO; MENICUCCI, 2013). Além disso, incorpora temas como democracia e responsabilidade, e valores como equidade, igualdade e probidade. O setor público partilha com o setor privado a necessidade de alcançar seus objetivos com economia e eficiência (CARNEIRO; MENICUCCI, 2013 apud PERRY; KRAEMMER, 1983).

É preordenada à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas. Significa não só prestar serviço e executá-lo, mas também dirigir, governar e exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil. A administração pública executa o serviço público que é indispensável à sociedade, sua existência e funcionamento (KOHAMA, 2014).

E, de acordo com o ressaltado na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, artigo 1º, § 1º, que estabelece normas de finanças públicas: a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas (BRASIL, 2000).

Portando, a gestão deve, além de realizar os serviços e satisfazer as necessidades de uma comunidade, ser transparente conforme a utilização destas finanças e fazer uma boa administração dos recursos públicos, com planejamentos e

⁵ *Trade-off* é um termo em inglês muito utilizado na economia e que define as situações em que existem conflitos de escolha. Aborda o resultado de uma escolha comparando o que foi selecionado em detrimento daquilo que se abriu mão.

projetos para que tudo possa ser alcançado de forma mais eficiente. Além dos instrumentos de transparência – os planos, orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas, entre outros –, também é assegurada a transparência quanto ao incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante esses processos de elaboração e discussão dos planos e das leis orçamentárias. Ou seja, a sociedade deve acompanhar em tempo real as informações sobre a execução orçamentária e financeira. Além disso, essas informações devem estar disponíveis com periodicidade e devem divulgadas em meio eletrônico de amplo acesso, conforme art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000).

Um dos desafios dos gestores públicos é de assegurar constantemente o bem-estar coletivo e resguardar e promover a liberdade e autonomia dos seus cidadãos conforme os cinco princípios que regem a Administração Pública inscritos na Constituição brasileira (COELHO, 2009). Pois o estado é um meio para proporcionar satisfação de bem-estar, mediante uma organização, com prosperidade, liberdade e justiça (KOHAMA, 2014).

Porém, não se consegue assegurar o bem-estar necessário ao cidadão sem que haja recursos para tal fim. Desta forma, os tributos municipais fazem o seu papel tão importante. São parte da receita pública que servirá para proporcionar a satisfação de bem estar e implantação de políticas públicas para que se possa arcar com as despesas que atendam às necessidades do coletivo.

A gestão pública, portanto, não deve se limitar aos meios, mas incorporar os objetivos e orientar-se a partir de valores sociais. Ela deve facilitar a expressão de vontades, mediar entre elas e encontrar valores para conduzir as ações; deve pensar na evolução histórica, nas tendências ou possibilidades de seu desenvolvimento futuro (CARNEIRO; MENICUCCI, 2013).

Seguindo esta linha de raciocínio é possível entender a importância de uma gestão pública eficiente, principalmente ao se tratar de um período pandêmico – momento em que pode haver escassez de recursos. Os gestores encaram novos desafios nas tomadas de decisões, além dos dilemas morais enfrentado nas ações de prevenção ao COVID-19 que impactam diretamente a vida de praticamente todos os brasileiros.

2.3 TRIBUTOS MUNICIPAIS: TIPOS, INCIDÊNCIA, OBRIGAÇÕES E OBJETIVOS

O recolhimento de impostos faz parte da civilização há 4.000 anos. Com o tempo, foram sendo adaptados por conta da complexidade da economia, à necessidade de manter as estruturas públicas e à evolução. O município, por exemplo, tem sob sua responsabilidade alguns desses tributos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2020).

Para que haja tributos deve-se haver incidência. Ou seja, quando ocorre um fato gerador previsto em lei. Porém, também há a não incidência e a isenção dos tributos. Ao contrário da incidência, a não incidência é quando o legislador não elenca uma determinada atividade como fato gerador do imposto. E a isenção é derivada de lei que determina que uma atividade não seja tributada por algum motivo (ANDRADE; BORGES; LINS, 2013).

Em cada esfera governamental (federal, estadual e municipal) é o poder legislativo quem aprova as leis – no caso municipal, este é o papel da câmara de vereadores –, ao judiciário julgar os conflitos e questões que possam surgir entre governo e contribuinte (ALENCAR; PEREIRA; REZENDE, 2010) e ao poder executivo (prefeito e administração) cabe a total prerrogativa na criação das leis, arrecadação e fiscalização, principalmente quando se tratando do planejamento, do orçamento e dos tributos.

O poder executivo tem a obrigação de apurar e conferir o valor declarado pelo contribuinte, dependendo do tipo de tributo. Deve também instituir obrigações relacionadas ao processo de arrecadação, fiscalização e cobrança, e não deve deixar de cobrar os tributos, inclusive em via judicial (dívida ativa). Deve também fornecer documentos comprobatórios de quitação do contribuinte: as certidões negativas. E jamais se abster em responder às consultas feitas pelo contribuinte em matéria tributária. (ALENCAR; PEREIRA; REZENDE, 2010).

O objetivo principal da cobrança de impostos é fazer com que o cidadão contribua com serviços que utiliza frequentemente: como por exemplo, saúde e transporte público. O dinheiro revertido em impostos seria, então, para manter com eficiência e qualidade todos os serviços que a população necessita. Devem ser destinados, também, a programas de geração de emprego e de inclusão social (ORGANIZZE, 2015). E, atualmente, para o combate ao COVID-19.

A arrecadação de impostos municipais é um dos mais importantes instrumentos para que o Município possa viabilizar investimentos na cidade, manter a folha de pagamento dos servidores em dia e cobrir as despesas como o sistema de saúde, a educação e o atendimento à população (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2020). Ressaltando os limites constitucionais de investimentos públicos dos recursos próprios determinados pela Constituição Federal de 1988. Em educação, conforme previsto no art. 212 “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” e em saúde, conforme o art. 77:

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; e
II - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º (BRASIL, 1988).

Essa cobrança de impostos se baseia na premissa de que os agentes econômicos (lojas, indústrias ou escritórios) utilizam-se do espaço público para poderem funcionar, e a manutenção e melhoria do espaço que ocupam requer recursos para que mais atividades possam se desenvolver no local. Da mesma forma como ocorre na cobrança de IPTU, por exemplo. É necessária a manutenção e melhoria do espaço, para que as pessoas possam viver melhores ou de forma mais adequada. Ou seja, essa cobrança também viabiliza que o poder público satisfaça as necessidades da população com a prestação de serviços essenciais (saúde, educação, saneamento e obras) (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2020).

Com a nova Constituição Federal, os municípios passaram a receber transferências financeiras, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e também a cobrar impostos próprios. Essa descentralização de poder ocorreu para que as diferenças regionais pudessem ser levadas em conta e também para que o governo esteja próximo do cidadão. Devido a isto, hoje as prefeituras possuem autonomia administrativa e financeira (CLP, 2017).

A arrecadação municipal compreende os Impostos Predial e Territorial Urbano (IPTU), os impostos sobre Serviços (ISS), os sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e as Taxas e contribuições de melhoria (CLP, 2017).

2.3.1 Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)

O IPTU (imposto predial e territorial urbano) é um imposto direto⁶ de competência municipal que incide sobre a propriedade, posse ou domínio útil de edificações e terrenos localizados na zona urbana do Município. É caracterizando por ser um fato gerador do tipo permanente (REZENDE; PEREIRA; ALENCAR, 2010).

É considerado um imposto como de lançamento por ofício. Ou seja, todos os anos a prefeitura calcula os valores do tributo e não o próprio contribuinte que o faz, como é o caso do ISS, onde a obrigatoriedade do registro dos débitos é do contribuinte (FREITAS, 2021).

O cálculo é efetuado mediante aplicação da alíquota – determinada pela legislação municipal em que está localizado o imóvel – sobre valor venal (valor de mercado) –, também estabelecido em lei municipal (REZENDE; PEREIRA; ALENCAR, 2010).

O IPTU tem previsão no artigo 156, inciso I, da Constituição Federal de 1988 e também é tratado no Código Tributário Nacional (CTN), Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, em seu artigo 32. Além de cada Município possuir o seu próprio Código Tributário.

Para a cobrança do imposto, entende-se como zona urbana a área definida em lei municipal, desde que observados os requisitos mínimos da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos do artigo 32, parágrafo 1º do CTN, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

Art. 32. [...]

§ 1º [...]

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

⁶ Que são cobrados do contribuinte que é o responsável por cumprir as obrigações tributárias, não podendo repassar este ônus à outra pessoa.

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado (BRASIL, 1966).

O artigo também prevê que a lei municipal possa considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão mesmo que localizados fora das zonas definidas pelo parágrafo 1º do artigo 32 do CTN.

2.3.2 Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)

É um imposto de correspondência dos Municípios e do Distrito Federal que incide sobre a prestação de serviços de qualquer natureza. Encontra-se fundamentado no artigo 156, inciso III da Constituição Federal (ANDRADE; BORGES; LINS, 2015) e também no Código Tributário Municipal.

Têm como fato gerador os serviços constantes na Lei Complementar Federal nº 116 de 31 de julho de 2003 e a base de cálculo é o preço do serviço. Andrade, Borges e Lins (2015) consideram como preço do serviço tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço (dinheiro, bens, serviços, direitos, doação, patrocínio, entre outros).

O valor devido do imposto é calculado através de alíquota sobre o preço do serviço. A alíquota do imposto é definida em Lei Municipal, mais especificamente no Código Tributário Municipal. Entretanto, é definido pela Emenda Constitucional nº 37 de 12 de junho de 2002, em seu artigo 3º – que incluiu o artigo 88 ao Ato das Disposições Constitucionais – a alíquota mínima do ISS em 2%. Igualmente, também há uma alíquota máxima, fixada em 5%, pelo artigo 8º, inciso II da mesma lei. Porém, há alguns serviços que podem ter essa alíquota reduzida conforme a lista de serviços anexa ao Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968 (CHIEREGATO; GOMES; JUNIOR; OLIVEIRA, 2009).

Quanto ao pagamento do imposto, é devido e considera-se prestado o serviço no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto em algumas hipóteses previstas no artigo 3º da Lei Complementar 116 de 2003 (CHIEREGATO; GOMES; JUNIOR; OLIVEIRA, 2009).

Não há incidência do imposto na exportação de serviços para o exterior do País. Entretanto, são tributáveis os serviços desenvolvidos no País cujo resultado aqui se verifique, embora o pagamento seja feito por residente no exterior (PORTAL TRIBUTÁRIO).

2.3.3 Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)

O Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI é previsto na Constituição Federal, no artigo 156, inciso II e o CTN rege sobre o ITBI em seus artigos 35 a 42 (PORTAL TRIBUTÁRIO).

O ITBI é um tributo cobrado quando há transferência da propriedade do bem imóvel. Deve ser recolhido em transmissão, a qualquer título, de propriedade ou domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física (TUBARÃO, 2020).

É importante ressaltar que o ITBI é um imposto cobrado sobre a transmissão imobiliária *inter vivos*⁷. A Constituição estipula que nas situações de transmissão causa mortis ou doação é cobrado o ITCMD (imposto sobre a transmissão causa mortis ou doação) e compete aos Estados e ao Distrito Federal, conforme artigo 155, inciso I (PORTAL TRIBUTÁRIO).

Para a base de cálculo do tributo utiliza-se o valor de mercado do imóvel que pode ser calculado de duas formas: por valor declarado pelo proprietário ou por avaliação fiscal, sobressaindo-se aquela de maior valor (TUBARÃO, 2020).

A alíquota do ITBI varia de cada Município e pode chegar ao máximo de 2% sobre a base de cálculo da transação conforme previsto no Ato Complementar nº 27, de 8 de dezembro de 1966, em seu art. 8º:

Art. 8º Até que sejam fixadas pelo Senado Federal os limites a que se refere o artigo 39 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, ficam estabelecidas, para a cobrança do imposto a que se refere o artigo 35 da mesma, lei, as seguintes alíquotas máximas:
Transmissões compreendidas no sistema financeiro da habitação a que se refere a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 e legislação complementar 0,5%;
Demais transmissões a título oneroso 1,0%;
Quaisquer outras transmissões 2,0%.

Porém, há algumas situações em que esta alíquota pode diferir ou ser isenta conforme legislação Municipal.

Entretanto, o imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito ou quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra. Igualmente não incide sobre a

⁷ Realizado entre pessoas vivas.

transmissão aos mesmos alienantes caso haja desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos (BRASIL, 1966).

Contudo, a não incidência não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade a venda ou locação de propriedade imobiliária, ou ainda a cessão de direitos relativos à sua aquisição (BRASIL, 1966).

2.3.4 Taxas

Definidas pelos artigos 77 e 78 do CTN, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização do serviço público prestado ou colocado à disposição do contribuinte (FABRETTI, 2014).

O poder de polícia destina-se a assegurar o bem estar geral impedindo o exercício antissocial dos direitos individuais, o uso abusivo da propriedade, ou a prática de atividades prejudiciais à coletividade, através de ordens, proibições e apreensões (SILVA, 2006). É o poder público incumbido de fiscalizar, limitar, disciplinar o direito, interesse ou liberdade (FABRETTI, 2014).

Embora todo cidadão tenha liberdade para estabelecer-se como indústria, não pode, por exemplo, instalá-la em um bairro estritamente residencial. O poder de polícia refere-se à possibilidade de fiscalização e autorização de determinadas atividades, limitando-as em razão do interesse público relativos à segurança, à higiene, à ordem e aos costumes (FABRETTI, 2014).

Por este serviço, de fiscalização e autorização para funcionamento, paga-se uma taxa. Como, por exemplo, a Taxa de Licença e Localização (TLL) em Capivari de Baixo conforme definido pelo Código Tributário Municipal (CTM), Lei nº 1860 de 04 de outubro de 2017 em seu capítulo II.

A taxa não pode ter fato gerador ou base de cálculo idêntico ao imposto, nem ser calculada em função do capital das empresas (BRASIL, 1966).

Em Capivari de Baixo, segundo o CTM, a base de cálculo é de acordo com a atividade empresarial definida por uma tabela anexa à própria lei. No caso de atividades diversas exercidas no mesmo local pelo mesmo contribuinte, a taxa será calculada sobre a atividade principal acrescentando 10% do valor desta atividade para cada uma das demais, não excedendo o limite máximo de 50% do valor da principal.

Outros exemplos de taxas são as de coleta de resíduos sólidos, as de requerimento, de emissão de certidão de débitos, de certidão ambiental, entre outras.

2.3.5 Contribuição de melhoria

A contribuição de melhoria é um tributo definido pelo artigo 5º do CTN. Porém, só poderá ser cobrada em virtude de obra pública em que ocorrer a valorização imobiliária para o contribuinte. (FABRETTI, 2014).

Porém, na prática raramente é cobrada, pois há muitos requisitos mínimos para que a cobrança seja feita de forma legal conforme artigo 82 do CTN (FABRETTI, 2014):

Art. 82. A lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos:

- publicação prévia dos seguintes elementos:

memorial descritivo do projeto;

orçamento do custo da obra;

determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

delimitação da zona beneficiada;

determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

- fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior;

- regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

§ 1º A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcelado custo da obra a que se refere a alínea c, do inciso I, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo (BRASIL, 1966).

2.4 A CONTABILIDADE COMO CIÊNCIA SOCIAL

A contabilidade responde, por mecanismos próprios, aos estímulos de vários setores da economia. A definição de seus objetivos parte de pressupostos da evolução das sociedades em seus aspectos econômicos e necessidades informativas. Portanto, deve fornecer informações econômicas, físicas, de

produtividade e social relevantes para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar julgamentos com segurança (IUDÍCIBUS, 2010).

O papel da contabilidade é pensar e conceber um modelo de informação que auxilie na redução e mediação do conflito decorrente da apropriação de bens e serviços na sociedade. É nesta mediação, centrada em uma visão social e comportamental que a contabilidade procura refletir os desafios de um mundo contemporâneo (LOPES; PEDERNEIRAS; RIBEIRO FILHO, 2009).

Segundo Iudícibus (2010) as informações devem ser relevantes ao usuário de interesse. Ao menos se deve saber qual informação ele julga relevante e quais metas deseja maximizar para que se consiga delinear um conjunto de informações pertinentes (IUDÍCIBUS, 2010).

Ao contador cabe, portanto, não somente a responsabilidade pelo resultado alcançado, mas também como será alcançado. Segundo Jochen (2013) o contador precisa superar e vencer, além das próprias convicções ideológicas, as de cunho político e econômico ao seu redor para que possa fornecer as informações necessárias para a tomada de decisões.

Deste modo, a contabilidade atende finalidades sociais (IUDÍCIBUS, 2010) e, segundo Jochen (2013) enfatiza, ela está diretamente ligada ao patrimônio, que nasce, cresce ou modifica-se por interferência direta ou indireta do ser humano. Portanto, uma ciência social.

Ela ainda pode refletir o desejo de alterar importantes relações sociais, criar, modificar ou até extinguir direitos, e está inserida em determinados contextos governando a vida econômica e social das pessoas (JOCHEN, 2013 apud IUDÍCIBUS; LOPES, 2004).

Além de preocupada com controles e registros relativos ao patrimônio e a riqueza, a contabilidade também procura explicar o que está registrado, ou seja, captar a essência dos processos. Sendo assim, é dinâmica, influenciando os mais diversos fatores sociais, políticos e econômicos presentes na sociedade (JOCHEN, 2013).

Por este motivo, nem sempre as informações contábeis se prestam à orientação de decisões racionais e também podem ser utilizadas para reforçar determinadas relações de poder, legitimar decisões e modificar sistemas. A contabilidade tanto pode modificar a sociedade como ser modificada por ela (JOCHEN, 2013 apud IUDÍCIBUS; LOPES, 2004).

Logo, a contabilidade em momentos de crise é elemento fundamental para continuidade e superação das dificuldades, através do fornecimento de elementos para a tomada de decisões, como verdadeiro intérprete da situação financeira e econômica real. As decisões importantes só devem ser tomadas com base em análises e estudos, principalmente com relação à linha do tempo – o que torna muito mais eficaz. A contabilidade atua, então, em parceria com a gestão na superação de crises com as ferramentas adequadas (CHAVES, 2020).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

A metodologia da pesquisa diz respeito à aplicação do método para a aquisição de conhecimento, de como fazer ciência proporcionando-se caminhos alternativos, ferramentas e procedimentos (NASCIMENTO, 2012). Procura demonstrar a forma de condução do trabalho, através dos instrumentos de coleta e de análise de dados do estudo.

A pesquisa pode ser classificada quanto à natureza, aos métodos, quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos (NASCIMENTO, 2015). Já a coleta de dados é um processo que visa reunir os dados para análise por meio de técnicas específicas de pesquisa.

Desta forma, este capítulo se dedica a explicar o caminho, os procedimentos e as técnicas que foram utilizados para a consecução desta pesquisa.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Segundo Nascimento (2015), sob o enfoque da natureza, a pesquisa pode ser básica ou aplicada. A pesquisa básica ainda pode ser classificada em de avaliação e de diagnóstico. A de avaliação atribui um valor a determinado fenômeno estudado e a pesquisa de diagnóstico busca traçar um panorama de uma determinada realidade. Com relação à natureza do objetivo a pesquisa procura gerar e compartilhar conhecimento que seja útil para a ciência e tecnologia, compreendendo-os e, portanto, a pesquisa é básica diagnóstica.

Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa e quantitativa. Ou seja, além da modalidade de pesquisa descritiva – a partir de análises, de maneira geral, indutivas – também apresenta resultados, a partir de uma estrutura, como tabelas e gráficos.

Com relação aos objetivos a pesquisa é exploratória. Que segundo Gil (2010), são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral acerca de determinado fato. É um tipo de pesquisa bastante utilizado quando o assunto é pouco explorado. No caso em pauta, uma pandemia que atinge a várias áreas, mas principalmente a epidemiológica e a econômica. Um assunto ainda pouco explorado e sem precedentes possíveis de estudos muito aprofundados, portarem ocorrido em época remota, ou seja, em uma ocasião com pouco controle sanitário e sem tecnologia comparados aos dias de hoje.

Quanto à lógica da pesquisa, parte do método indutivo ao buscar o registro dos fatos, levantamento de hipóteses, análise e observação de fatos e fenômenos cujas causas desejam-se conhecer e então compará-las com a finalidade de descobrir as relações entre eles. E não há como deixar de reconhecer a importância deste método nas ciências sociais, adotando a observação como procedimento indispensável (GIL, 2010).

Já a coleta de dados é interpretada a partir de documentos primários e secundários, feita através de informações documentais da empresa estudada como, relatórios emitidos, informações obtidas através dos sistemas implantados, relatórios impressos, decretos, entre outros. Segundo Beuren (2008), a fonte de coleta de dados primária está restrita a documentos – escritos ou não –, ou seja, informações que ainda não receberam tratamento analítico. De outro lado, existem os documentos secundários, que de alguma forma já foram analisados, como: relatórios, tabelas, entre outros (GIL, 2010).

Os procedimentos na pesquisa científica fazem referência à maneira pela qual o estudo é conduzido e se obtém dados (BEUREN, 2008). A pesquisa, portanto, é um estudo de caso e pesquisa documental. Para Beuren (2008), o estudo de caso caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado em um único caso e tem a importância de compreender os fenômenos sociais complexos, verificando-os *in loco*. E a pesquisa documental tem sua notabilidade no momento em que se podem organizar informações que se encontram dispersas e conferir uma nova importância como fonte de consulta. Ainda segundo Beuren (2008), na contabilidade a pesquisa documental é utilizada com bastante frequência quando se deseja analisar o comportamento de determinado setor na economia.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Foram utilizadas, como forma de instrumento, a observação e a documentação para coleta de dados e informações necessárias. Para Gil (2010) a observação constitui elemento fundamental para a pesquisa, e é na fase de coleta de dados que seu papel se torna mais evidente. Para a realização deste trabalho e alcance do objetivo de estudo foram feitas várias pesquisas documentais e observações com relação ao momento em que o mundo está vivendo. Tanto em documentações e definições apenas de Capivari de Baixo, quanto da região da AMUREL (Associação dos Municípios da região de Laguna) e ao do Estado de Santa Catarina, que interferem diretamente nas decisões do executivo Municipal e no agir da população neste período pandêmico.

Com o objetivo de obter conhecimento dos impactos gerados pela pandemia na arrecadação tributária Municipal, foram feitas pesquisas através de relatórios oriundos dos sistemas implantados na prefeitura, portal da transparência, decretos e publicações. E então, iniciou-se um estudo de caso de forma a analisar e confrontar estes documentos de março a dezembro de 2020, comparados aos mesmos períodos de 2019 – quando ainda não havia uma crise sanitária mundial.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo será apresentada a história do Município de Capivari de Baixo, como surgiu e como foi a sua emancipação. Além disso, também trará informações a respeito do funcionamento da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento Urbano.

Ademais, apresentará tabelas, gráfico, análises e comparações entre as arrecadações dos meses de março a dezembro, divididos trimestralmente (exceto março) de 2019 e 2020 correlacionando com decisões executivas estaduais e municipais quanto ao enfrentamento do COVID-19 e quais impactos geraram na arrecadação municipal.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO⁸

Capivari de Baixo, sede do maior complexo termelétrico a carvão da América do Sul, teve seu nome derivado da palavra Tupi-Guarani "Capivary" que significa "Rios das Capivaras". Localizado ao Sul de Santa Catarina e fazendo divisa com os municípios de Gravatal (ao norte), Tubarão (ao sul e a oeste) e com Laguna (a leste) possui uma área total de 46,81 km² e foi primeiramente habitada pelos índios carijós.

Somente a partir de 1810 emigrantes da colônia Santo Antônio dos Anjos, de Laguna, começaram seu deslocamento acompanhando o Rio Tubarão até chegarem à Capivari, estabelecendo as primeiras propriedades na região. Em 1876 houve a instalação da Estrada de Ferro Tereza Cristina – que continua em funcionamento até os dias atuais. Porém, um dos fatores fundamentais e mais importantes para o crescimento e desenvolvimento de Capivari de Baixo foi a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Na época, Capivari era um bairro pertencente ao município de Tubarão e uma região agrícola. Outro ponto importante foi a instalação da Sociedade Termelétrica de Capivari (SOTELCA), em 1960, que passou a se chamar Eletrosul em 1971.

Apesar de Criciúma possuir uma grande reserva de carvão, Capivari de Baixo era uma boa escolha por estar próximo ao porto de Imbituba e possuir abundância em águas (rios Tubarão, Capivari e Estiva dos pregos). Com a chegada da Companhia na região – que aconteceu em 1941 por meio da lei assinada por Getúlio Vargas – houve um grande crescimento populacional com uma pequena vila de madeira da CSN para instalar seus operários, que foi chamada Vila Mendonça Lima, em homenagem ao General e Ministro de Getúlio Vargas.

A emancipação começou a ocorrer, oficialmente, em 02 de setembro de 1985, quando o então vereador Luiz Carlos Brunel Alves apresentou um projeto que foi aprovado por unanimidade. Em 04 de julho de 1986, a Câmara Municipal de Vereadores de Tubarão aprovou Lei nº 1243, que foi homologada em 13 de outubro de 1986, através da Lei nº 6.888 de Santa Catarina, transformando o bairro Capivari em distrito.

Em 15 de outubro de 1990, no Centro Social da Igreja São João Batista foi formada a primeira Comissão Emancipacionista do Distrito de Capivari de Baixo, que

⁸ Informações retiradas de livros sobre a história do Município, do site oficial da Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo e em entrevistas informais realizadas com os funcionários.

foi credenciada em 14 de maio de 1991 pela Assembleia Legislativa de SC (ALESC) como legítima. Mais tarde, em 04 de abril de 1991 foi formada uma segunda comissão Pró-Emancipação. A segunda comunicou sua formação à ALESC em 29 de abril de 1991, que cancelou a credencial da primeira comissão.

Em 10 de julho de 1991 a Câmara Municipal de Vereadores de Tubarão promulgou um decreto administrativo em apoio à ideia de emancipação do Distrito. Enquanto isto, na ALESC, o Deputado Antônio Ceron, relator do processo, dá parecer propondo o arquivamento dos processos, por haver duas comissões, o que deixou os processos confusos. Porém, em 07 de agosto de 1991, o Dep. Adelor Vieira emite parecer, solicitando que os membros da Comissão de Constituição e Justiça votem pelo não arquivamento para que seja dada oportunidade para a correção dos equívocos.

Sendo assim, em 12 de agosto de 1991 o relator permite que a CCJ procure resolver os erros existentes no processo. A votação foi aprovada por unanimidade em 13 de agosto. Em e 21 de agosto de 1991 houve, então, a criação de uma nova Comissão Emancipacionista, a terceira. Que foi criada pois perceberam, através de um sinal emitido pela ALESC, que a existência de duas comissões levaria ao indeferimento do processo. O reconhecimento desta comissão só foi legitimado em 06 de novembro a pedido da CCJ. Dez dias depois a Câmara Municipal de Tubarão emite um ofício ao Presidente da ALESC concordando com o pleito e pedindo agilidade no processo de emancipação.

O plebiscito só foi realizado em 15 de março de 1992. Data que foi marcada após a promulgação do Acórdão nº 11.279 promulgado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) em 05 de dezembro de 1992. Mas apesar da luta da maioria para a emancipação, outros da comunidade não concordavam e havia várias ações para inviabilizar a criação do município. Porém, logo houve desistência dos tais processos, o que permitiu que o plebiscito seguisse seu curso e a maioria dos votos foi a favor.

O TRE, em 18 de março de 1992, homologou o resultado do plebiscito e comunicou à ALESC, que anexou o resultado ao processo de emancipação. Em 25 de março a CCJ considerou o resultado favorável à emancipação e aprovou por unanimidade o parecer do relator Dep. Adelor Vieira para a criação do novo município. Então, o plenário da ALESC aprovou a lei parlamentar nº 73/92 para criação do município. E finalmente, em 30 de março de 1992 o então governador

Vilson Pedro Kleinubing sancionou a Lei nº 8.556 que criou o Município de Capivari de Baixo.

A estrutura da prefeitura municipal de Capivari de Baixo se divide basicamente em nove núcleos: Gabinete do Prefeito; Secretaria de Administração Finanças e Planejamento Urbano; Secretaria da Saúde, de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; de Assistência Social e da Família; de Obras, Trânsito e Meio Ambiente; Defesa Civil; Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Rural; e órgãos de assessoramento.

O departamento de Tributos do município funciona na sede da prefeitura e está atreladaa Secretária de Administração, finanças e planejamento Urbano e está diretamente ligado a outros departamentos como a contabilidade e procuradoria. Entre os setores há bastante comunicação para integrar os lançamentos tributários, pagamentos e inscrições de tributos em dívida ativa, além da sua execução.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão demonstradas as tabelas que contém os valores arrecadados, por tipo de imposto, do período que antecede a pandemia (2019), durante o cenário pandêmico (2020) e quais impactos gerados. Além disso, estes impactos serão detalhados e analisados, sejam eles negativos, ou positivos, se comparados ao mesmo período do ano anterior.

Para a presente análise, foram escolhidos os meses de março a dezembro, agrupados trimestralmente, exceto o mês de março, que será estudado separadamente. Escolhido como período inicial do estudo, o mês de março será estudado em separado por ter havido as primeiras confirmações de casos e início da transmissão comunitária⁹ em Santa Catarina.

Com o aumento dos casos, começaram as tomadas de decisões dos gestores, instituindo protocolos de contenção ao vírus, decretos para enfrentamento de emergência de saúde públicae isolamento social.

De início, o Estado de Santa Catarina tomou as primeiras providências. Houve, em 16 de março de 2020, a publicação do primeiro decreto (nº 507, de 16 de

⁹ É a ocorrência de casos sem vínculo a um caso confirmado; é aquela que não é possível rastrear qual a origem da infecção. Indica que o vírus circula entre as pessoas, independente de terem viajado ou não para o exterior.

março de 2020) que dispôs sobre as medidas de prevenção e combate ao contágio nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Direta e Indireta. Tratava, principalmente, a respeito do regresso de viagens e instruções para quem apresentasse sintomas. No dia seguinte, publicou o decreto estadual nº 515 de 17 de março de 2020 que declarou situação de emergência estadual, além de uma série de medidas restritivas. A partir de então, começaram os impactos sociais e econômicos.

O município de Capivari de Baixo iniciou os protocolos e publicou os primeiros decretos implantando os regramentos de isolamento social em concordância com os estaduais para contenção da disseminação do vírus COVID-19, que são: Decreto municipal nº 1.090 de 17 de março de 2020, nº 1.091 de 17 de março de 2020, nº 1.092 de 18 de março de 2020 e nº 1.095 de 19 de março de 2020. Todos com restrições à circulação de pessoas, de eventos, transporte e comércio. Sendo que o último declara situação de emergência municipal.

Sendo assim, os impactos serão analisados através das tabelas 1, 2 e 3 que conterão valores arrecadados em cada período e respectivas análises verticais (AV) e horizontais (AH). A tabela 1 demonstra os valores dos impostos arrecadados em 2019, sendo que, em março, o IPTU (imposto predial e territorial urbano) é um dos mais arrecadados do período, representando 55,30% de toda a arrecadação conforme análise horizontal. O ISS (imposto sobre serviço) fica em segundo lugar, representando 33,87 do período.

No trimestre 1 o IPTU perde sua representatividade e o ISS eleva-se, chegando a 69,20% do total do período, conforme análise horizontal. O trimestre 2 segue semelhante, exceto pelo crescimento na arrecadação do ISS do simples nacional, que representa 11,03%.

No trimestre 3 a arrecadação de ISS elevou-se a 73,11%, seguindo pelo ISS do SIMPLES NACIONAL, representando 9,10% do total arrecadado no período.

Na tabela 2, que demonstra os períodos de 2020, é possível identificar algumas diferenças. Em março, o IPTU representou 63,24, enquanto o ISS 24,64%. No trimestre 1, o IPTU passou a representar 13% (treze por cento) e o ISS 70,23% e nos trimestres 2 e 3, temos a representatividade maior no ISS, tanto o advindo do simples nacional, quanto o arrecadado por boleto próprio.

Perante apresentação das tabelas, já é possível identificar os primeiros impactos na arrecadação dos impostos. No mês de março, por exemplo, Capivari de

Baixo arrecadou, em recursos próprios, R\$ 1.884.311,92 no ano de 2019 e apenas R\$ 1.654.171,59 em 2020.

Dentre os impostos municipais, o ISS (imposto sobre serviço) teve a maior queda devido ao fechamento das atividades e o isolamento social. Segundo o Ministério da Economia (2020), algumas das atividades econômicas mais impactadas pela pandemia são as atividades artísticas, os transportes, serviços de alojamento e alimentação. Ou seja, serviços que resultam no pagamento do referido imposto.

No trimestre 1 também é possível identificar que houveram diferenças arrecadatórias, com ênfase igualmente no ISS. Em 07 de abril de 2020, através do Decreto Estadual nº 525, foi determinado prorrogação do período de isolamento social e enfrentamento de emergência de saúde pública, o que acarretou na diminuição de faturamento das empresas e, conseqüentemente, no pagamento de impostos.

Tabela 1 – Arrecadação de tributos municipais em Capivari de baixo no ano de 2019

TIPO DE IMPOSTO	MARÇO		TRIMESTRE 1 (ABR-MAIO-JUN)		TRIMESTRE 2 (JULHO-AGO-SET)		TRIMESTRE 3 (OUT-NOV-DEZ)	
	R\$	AV	R\$	AV	R\$	AV	R\$	AV
IRRF	R\$ 10.398,57	0,55%	R\$ 32.843,68	1,43%	R\$ 33.976,22	1,91%	R\$ 46.105,54	1,87%
IPTU	R\$ 1.042.086,94	55,30%	R\$ 278.447,86	12,09%	R\$ 159.369,17	8,96%	R\$ 172.798,31	7,01%
ITBI	R\$ 31.844,58	1,69%	R\$ 74.525,93	3,24%	R\$ 135.968,89	7,64%	R\$ 103.691,23	4,20%
ISS	R\$ 638.304,29	33,87%	R\$ 1.594.044,99	69,20%	R\$ 1.157.760,06	65,09%	R\$ 1.803.159,67	73,11%
ISS - SIMPLES NACIONAL	R\$ 66.024,66	3,50%	R\$ 183.943,15	7,98%	R\$ 196.254,48	11,03%	R\$ 224.489,32	9,10%
TAXAS DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 302,48	0,02%	R\$ 807,88	0,04%	R\$ 393,24	0,02%	R\$ 191,99	0,01%
TAXAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$ 42.121,11	2,24%	R\$ 65.902,13	2,86%	R\$ 58.904,64	3,31%	R\$ 80.816,66	3,28%
COSIP	R\$ 24.681,13	1,31%	R\$ 9.506,37	0,41%	R\$ 1.281,15	0,07%	R\$ 1.618,49	0,07%
SUCUMBÊNCIA	R\$ 3.553,27	0,19%	R\$ 10.387,69	0,45%	R\$ 11.403,34	0,64%	R\$ 15.537,52	0,63%
TLLF	R\$ 21.484,35	1,14%	R\$ 28.524,87	1,24%	R\$ 11.552,58	0,65%	R\$ 11.050,16	0,45%
TAXA DE LICENÇA PARA OBRAS	R\$ 1.224,28	0,06%	R\$ 18.545,54	0,81%	R\$ 8.016,32	0,45%	R\$ 4.162,79	0,17%
TAS	R\$ 2.286,26	0,12%	R\$ 6.139,99	0,27%	R\$ 3.798,08	0,21%	R\$ 2.818,93	0,11%
TOTAL ARRECADADO NO MÊS	R\$ 1.884.311,92	100,00%	R\$ 2.303.620,08	100,00%	R\$ 1.778.678,17	100,00%	R\$ 2.466.440,61	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora, (2021).

Tabela 2 – Arrecadação de tributos municipais em Capivari de baixo no ano de 2020

Tabela 2 – Arrecadação de Tributos Municipais em Capivari de Baixo no ano de 2020.

TIPO DE IMPOSTO	MARÇO		TRIMESTRE 1 (ABR-MAIO-JUN)		TRIMESTRE 2 (JULHO-AGO-SET)		TRIMESTRE 3 (OUT-NOV-DEZ)	
	R\$	AV	R\$	AV	R\$	AV	R\$	AV
IRRF	R\$ 11.358,93	0,69%	R\$ 39.577,97	1,89%	R\$ 40.132,09	1,92%	R\$ 39.975,17	1,96%
IPTU	R\$ 1.046.115,17	63,24%	R\$ 272.208,83	13,00%	R\$ 200.781,74	9,63%	R\$ 145.430,76	7,15%
ITBI	R\$ 30.587,94	1,85%	R\$ 101.904,98	4,87%	R\$ 134.925,54	6,47%	R\$ 199.862,06	9,82%
ISS	R\$ 407.595,42	24,64%	R\$ 1.470.249,63	70,23%	R\$ 1.287.363,31	61,73%	R\$ 1.342.253,13	65,96%
ISS - SIMPLES NACIONAL	R\$ 63.528,22	3,84%	R\$ 121.354,87	5,80%	R\$ 323.570,13	15,52%	R\$ 227.731,87	11,19%
TAXAS DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 79,90	0,00%	R\$ 183,24	0,01%	R\$ 155,73	0,01%	R\$ 175,08	0,01%
TAXAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$ 38.166,15	2,31%	R\$ 52.571,69	2,51%	R\$ 59.914,98	2,87%	R\$ 50.079,77	2,46%
COSIP	R\$ 25.468,25	1,54%	R\$ 4.819,51	0,23%	R\$ 3.433,96	0,16%	R\$ 1.254,18	0,06%
SUCUMBÊNCIA	R\$ 3.399,17	0,21%	R\$ 8.049,23	0,38%	R\$ 11.043,66	0,53%	R\$ 10.566,34	0,52%
TLLF	R\$ 23.379,86	1,41%	R\$ 16.028,81	0,77%	R\$ 13.180,07	0,63%	R\$ 7.765,15	0,38%
TAXA DE LICENÇA PARA OBRAS	R\$ 3.133,81	0,19%	R\$ 5.099,99	0,24%	R\$ 8.455,01	0,41%	R\$ 6.941,13	0,34%
TAS	R\$ 1.358,77	0,08%	R\$ 1.427,80	0,07%	R\$ 2.457,91	0,12%	R\$ 2.833,96	0,14%
TOTAL ARRECADADO NO MÊS	R\$ 1.654.171,59	100,00%	R\$ 2.093.476,55	100,00%	R\$ 2.085.414,13	100,00%	R\$ 2.034.868,60	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora, (2021).

Além disso, as empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL tiveram os impostos prorrogados por seis meses. O ISS de empresas optante por este regime tributário é cobrado juntamente com outros impostos, no documento de arrecadação federal, e devido à prorrogação o imposto sobre serviço que incide sobre empresas optantes pelo simples nacional chegou aos cofres públicos apenas no vencimento prorrogado, como é possível verificar no quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Períodos prorrogados pelo simples nacional em 2020

Período de Apuração (PA)	Vencimento Original	Vencimento Prorrogado	
mar/20	20/04/2020	Tributos Federais	20/10/2020
		ICMS/ISS	20/07/2020
abr/20	20/05/2020	Tributos Federais	20/11/2020
		ICMS/ISS	20/08/2020
mai/20	22/06/2020	Tributos Federais	21/12/2020
		ICMS/ISS	21/09/2020

Fonte: Página do Simples Nacional da Receita Federal.

Através da tabela 3, é possível identificar com mais clareza os impactos. O mês de março apresenta o valor deficitário de R\$ 230.140,33, que em análise horizontal representa uma queda de 12,21% com relação a março de 2019, visto na tabela 1. O déficit deve-se, principalmente, aos primeiros decretos emitidos pelo Estado de

Santa Catarina e pelo município de Capivari de Baixo, que acabaram sendo prorrogadas e impactando no recolhimento dos tributos municipais conforme demonstrado na tabela 3.

A soma do ISS não arrecadado neste primeiro mês – que somam R\$ 230.708,87 (Tabela 3) – ultrapassam o impacto da diferença entre os dois períodos, devido aos valores que, apesar das circunstâncias, ainda conseguiram ser superados em comparação a março de 2019. Perante a análise horizontal (tabela 3), houve uma queda de 36,14% na arrecadação do referido imposto.

Ante a situação da prorrogação dos impostos do SIMPLES NACIONAL, a arrecadação dos repasses teve uma queda de 29,78% no trimestre 1 e um aumento de 64,87% no trimestre 2, conforme é possível verificar os vencimentos no quadro 1.

Tabela 3 – Diferenças arrecadatórias dos tributos municipais em Capivari de baixo entre os anos de 2019 e 2020

TIPO DE IMPOSTO	MARÇO		TRIMESTRE 1 (ABR-MAIO-JUN)		TRIMESTRE 2 (JULHO-AGO-SET)		TRIMESTRE 3 (OUT-NOV-DEZ)	
	R\$	AH	R\$	AH	R\$	AH	R\$	AH
IRRF	960,36	9,24%	6.734,29	20,50%	6.155,87	18,12%	6.130,37	-13,30%
IPTU	4.028,23	0,39%	6.239,03	-2,24%	41.412,57	25,99%	27.367,55	-15,84%
ITBI	1.256,64	-3,95%	27.379,05	36,74%	1.043,35	-0,77%	96.170,83	92,75%
ISS	230.708,87	-36,14%	123.795,36	-7,77%	129.603,25	11,19%	460.906,54	-25,56%
ISS - SIMPLES NACIONAL	2.496,44	-3,78%	62.588,28	-34,03%	127.315,65	64,87%	3.242,55	1,44%
TAXAS DE FISCALIZAÇÃO	222,58	-73,59%	624,64	-77,32%	237,51	-60,40%	16,91	-8,81%
TAXAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.954,96	-9,39%	13.330,44	-20,23%	1.010,34	1,72%	30.736,89	-38,03%
COSIP	787,12	3,19%	4.686,86	-49,30%	2.152,81	168,04%	364,31	-22,51%
SUCUMBÊNCIA	154,10	-4,34%	2.338,46	-22,51%	359,68	-3,15%	4.971,18	-31,99%
TLLF	1.895,51	8,82%	12.496,06	-43,81%	1.627,49	14,09%	3.285,01	-29,73%
TAXA DE LICENÇA PARA OBRAS	1.909,53	155,97%	13.445,55	-72,50%	438,69	5,47%	2.778,34	66,74%
TAS	927,49	-40,57%	4.712,19	-76,75%	1.340,17	-35,29%	15,03	0,53%
DIFERENÇA TOTAL DO MÊS	-R\$ 230.140,33	-12,21%	-R\$ 210.143,53	-9,12%	R\$ 306.735,96	17,25%	-R\$ 431.572,01	-17,50%

Fonte: Elaborado pela autora, (2021).

A partir de então, tornou-se frequente os anúncios de flexibilizações e, em 1º de junho o governo Catarinense, através do decreto nº 630, anunciou um plano de regionalização das ações, compartilhando as medidas adotadas com os municípios.

No entanto, ainda houve uma queda de R\$ 210.143,53 no trimestre 1, e deste montante, 58,91% representam o ISS. O déficit, entretanto, foi menor do que o constatado no mês de março. O valor percentual foi cálculo através da divisão do

valor de ISS deixado de arrecadar pelo total de diferença entre os dois anos do trimestre 1, multiplicando o valor por 100 para se chegar à porcentagem.

A disparidade entre as diferenças arrecadatórias do mês de março e do trimestre 1 de 2020 se deve ao fato da abertura do comércio em 13 de abril e da publicação, em 12 de junho de 2020, do decreto municipal nº 1.123 que determinou as retomadas de algumas atividades como o transporte coletivo urbano de passageiro, o ensino superior consistentes em estágios obrigatório e, as atividades práticas presenciais curriculares nos laboratórios de cursos superiores – já previstos no decreto Estadual nº 630.

Também é possível destacar que, o TLLF (taxa de licença, localização e funcionamento) teve uma queda de 43,81% na arrecadação e a TAS (taxa de alvará sanitário) 76,75%. A taxa de licença para obras decaiu em 72,50%.

Além disso, também houve uma queda na arrecadação do ITBI (Imposto de transmissão de bens imóveis) de 36,74 e 49,30% na arrecadação da COSIP.

Como haviam algumas restrições e o pânico gerado pela disseminação do novo vírus, as taxas de fiscalização também tiveram déficit. A análise horizontal demonstra uma queda de 77,32% conforme é possível ver na tabela 3.

O IPTU, entretanto, não teve uma queda tão expressiva (R\$ 6.239,03), pois o decreto municipal nº 1.097 de 27 de março de 2020, prorrogou o pagamento da segunda a quinta parcelas e segunda e terceiras cotas únicas. Determinou o vencimento da última cota única para o mês de junho, além do vencimento da quarta parcela, o que amortizou o déficit do trimestre.

- o IPTU em Cota Única terá desconto de 15% (quinze por cento) sobre o valor lançado, sendo prorrogado seu vencimento até 15/05/2020;
- o IPTU em Cota Única terá desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor lançado, sendo prorrogado seu vencimento até 15/06/2020;
- o IPTU parcelado e sem desconto terão as seguintes datas de vencimento:
 - a) prorrogado (segundo) vencimento em 15/04/2020 para 15/05/2020;
 - prorrogado (terceiro) vencimento em 15/05/2020 para 15/06/2020;
 - prorrogado (quarto) vencimento em 15/06/2020 para 15/07/2020;
 - prorrogado (quinto) vencimento em 15/07/2020 para 15/08/2020 (CAPIVARI DE BAIXO, 2020).

No ano anterior (2019) a última cota, para pagamento do IPTU, teve seu vencimento no mês de maio, e a segunda cota única no mês de abril, conforme regulamento dado pelo decreto municipal nº 944 de 19 de dezembro de 2018.

No mês seguinte, através do Decreto Estadual nº 719, de 13 de julho de 2020 foi publicado que os eventos esportivos ficariam suspensos por 14 dias, assim como os cinemas, casas noturnas, shows e afins. Em Capivari de Baixo foi publicado o de nº 1.130 de 12 de julho de 2020 que determinou que os estabelecimentos comerciais em atividade e as instituições financeiras deveriam funcionar com acesso simultâneo de clientes em, no máximo, 40% da capacidade.

Em 24 de julho de 2020, a AMUREL (associação dos municípios da região de Laguna) publicou protocolos de combate à COVID-19, recomendando medidas restritivas em todo o território da região por 14 dias. Nesta data, a matriz de risco era considerada grave. Além disso, recomendou a capacidade de 40% e uma pessoa por família no ingresso de supermercados, a delimitação de horário de funcionamento de shoppings, galerias e centros comerciais. Quanto a restaurantes e pizzarias, capacidade de 50% da quantidade permitida e a vedação de eventos públicos e privados, principalmente a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, entre outras recomendações.

Em 16 de setembro de 2020 houve a publicação do decreto municipal nº 1.161, conforme determinada pela portaria 592/SES/SC de 17 de agosto de 2020 e seguindo as recomendações da AMUREL. O mesmo continuou em vigência até 30 de novembro de 2020, sendo revogado pelo de nº 1.215 quando a matriz de risco passou a ser considerada gravíssima. Diante da situação de flexibilização e retomada de algumas atividades, a arrecadação do trimestre 2 de 2020 conseguiu superar a arrecadação do ano anterior. O imposto com maior aumento foi o ISS, havendo um aumento de R\$ 129.603,25. A análise horizontal (Tabela 3) demonstra que este aumento chega a 11,19%. Contudo, em comparação ao trimestre anterior, a arrecadação ainda foi menor. Entretanto, o mesmo trimestre em 2019 também havia sido menor, o que explica o motivo de ser o único trimestre com superávit, visto que alguns vencimentos anteriores passaram para os meses de julho a setembro.

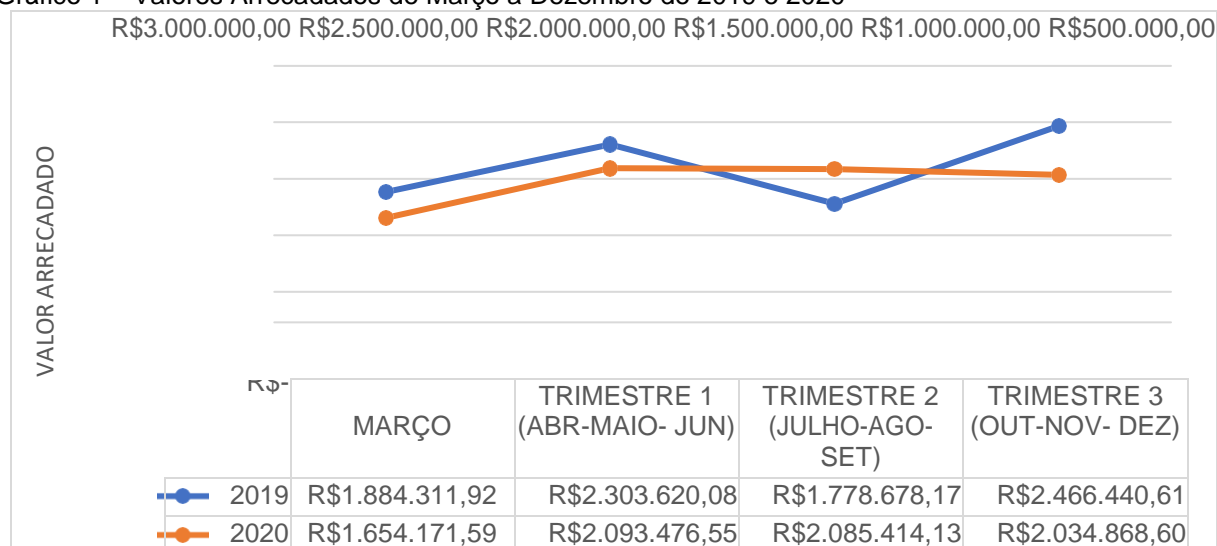
Todavia, o maior impacto recaiu sobre o trimestre 3, quando houve a queda de 17,50% na arrecadação. Além da maior queda de ISS quanto a valores, que somam R\$ 460.906,54 e 25,56% a menos que o mesmo período de 2019. Na tabela 3 é possível averiguar que o déficit do imposto foi maior do que o total do período, uma vez que alguns valores de impostos superaram o arrecadado em 2019. O TTLF caiu 29,73%, e as taxas de prestação de serviços 38,03%.

Apesar da grande queda do imposto sobre serviço, ainda existiu um aumento arrecadatório se comparado ao trimestre 2, como é possível ver na tabela 2.

Além disso, a arrecadação de ITBI cresceu 92,75% e também as taxas de licença para obras em 66,74%. Ou seja, apesar dos impactos gerados pelos decretos e o medo, a construção civil e transferências decorrentes de vendas de imóveis continuaram em normalidade e ainda superaram a arrecadação de 2019.

Através do Gráfico 1 é possível ter uma visão geral das arrecadações dos anos estudados. O ano de 2020 teve aumento arrecadatório no trimestre 1, assim como ano de 2019. Entretanto, manteve-se no mesmo patamar até o fim do ano. Em contrapartida, o ano de 2019 teve um grande aumento no último trimestre do ano.

Gráfico 1 – Valores Arrecadados de Março a Dezembro de 2019 e 2020



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Por fim, o ano de 2020 terminou com déficit arrecadatório de impostos municipais no valor de R\$ 565.119,91. Ou seja, o impacto resultante, em 2020, foi de um déficit de 21,59% se comparado com a arrecadação do ano de 2019 e o imposto com maior déficit foi o ISS, conforme pode ser visualizado na tabela 3.

Este déficit na arrecadação tributária municipal, no período de março a dezembro de 2020, pode recair diretamente sobre a gestão pública, investimentos e deliberação de políticas públicas que são direcionados ao desenvolvimento municipal e às necessidades do coletivo.

4.3 VISÃO SISTÊMICA APLICADA AO CASO

A contabilidade tem papel fundamental na sociedade por ser uma ciência social que estuda e pratica as funções de controle e de registro relativas aos atos e fatos da administração e da economia (SILVA apud BARROS, 2012). É partir dela que podem ser tomadas decisões. De acordo com os estudos destacados no embasamento teórico, pode-se afirmar que a contabilidade é uma ciência social que responde a estímulos de vários setores da economia e a gestão pública destina-se a satisfazer as necessidades de uma comunidade. Portanto, devem complementar-se.

Neste contexto nota-se a importância da contabilidade como ciência social, visto que, em uma pandemia mundial, todos os setores da economia foram atingidos abruptamente. A compilação dos fatores e informações a respeito dos acontecimentos passados e estudos futuros pode ajudar a entidade (pública ou privada) a tomar decisões que ajudam a atenuar os impactos causados por uma crise.

Além disso, verifica-se uma forte ligação entre o público e privado. Os impactos gerados pelos decretos publicados impactaram as entidades privadas, estas que impactaram na arrecadação municipal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral destacar os principais impactos gerados pela pandemia do COVID-19 na arrecadação tributária do Município de Capivari de Baixo. Sendo assim, para alcançar o resultado desejado seguiu-se os objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico foi levantar, perante documentos públicos municipais, dados acerca da arrecadação tributária antes e depois do início da pandemia do COVID-19. Com este intuito foram coletadas as integrações contábeis e informações acerca da arrecadação tributária nos anos de 2019 e 2020, mês a mês, no departamento de tributos, cadastro e fiscalização do município de Capivari de Baixo. Estas informações foram compiladas e geraram as informações contidas nas tabelas 1, 2 e 3 separadas entre março e trimestralmente até o último mês dos anos.

Das informações levantadas foram identificadas as diferenças arrecadatórias entre os dois anos estudados, completando o segundo objetivo específico. Após, o terceiro objetivo foi de coletar dados que relacionem as diferenças por influência do COVID-19 no pagamento de tributos no período estudado. Sendo assim, através de decretos, notícias, informações técnicas e recomendações conseguiu-se explicar os fatos ocorridos que impactaram direta ou indiretamente na arrecadação tributária municipal.

Consequente, em consonância com o quarto objetivo específico, foram analisados os dados coletados quais maiores influências e impactos que decaíram sobre a arrecadação municipal.

Teve-se como de suma importância o embasamento teórico, principalmente na questão crises pandêmicas, para auxiliar na argumentação de como uma crise pode afetar o mundo econômico, além de ressaltar a contabilidade como ciência social. Visto que uma crise sanitária do porte do COVID-19 impacta em vários setores.

A pergunta de pesquisa foi respondida através da demonstração das diferenças arrecadatórias entre os anos estudados, além da identificação dos impostos que mais sofreram o impacto no período pandêmico, se comparados ao exercício anterior. Essas informações foram representadas através de tabelas e gráficos, e demonstram que o ISS foi o imposto que mais sofreu déficit em 2020.

Além disso, a queda de arrecadação possivelmente impacta nas políticas públicas municipais, prejudicando sensivelmente nos serviços prestados à população, pois não se consegue assegurar bem-estar necessário ao cidadão sem que haja recursos. E os tributos municipais fazem parte da receita pública que traz condições para que isto ocorra.

Portanto, o estudo serviu para demonstrar que não há informações recentes a respeito dos possíveis impactos de uma crise pandêmica, além de qualquer preparação para gestão de crises sanitárias em âmbito público ou privado. Além de evidenciar que políticas de urgência e sem o devido estudo impactam, também, no poder de arrecadação dos entes públicos.

Perante isto, o artigo servirá como fonte de pesquisa para futuros acadêmicos, tanto da área contábil quanto de outras que se interessarem pelo assunto. Ainda, por ser um tema atual e de relevância mundial também poderá servir à estudiosos e governantes com intuito de ampliar as informações e criar métodos

de gestão de crises. Sendo assim, sugere-se novos estudos que auxiliem na implementação de políticas públicas, estudos de impactos causados na taxa de emprego e como tal situação pode ter afetado a economia, além da comparação de impactos na arrecadação municipal de outras cidades, não tão somente da região.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Roberta Carvalho de; PEREIRA, Carlos Alberto; REZENDE, Amauri José. **Contabilidade tributária**: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas. São Paulo: Atlas, 2010.

AMUREL. **Recomendação técnica do comitê extraordinário para acompanhamento e tomada de decisão quanto a COVID-19**. Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/1522/arquivos/1858469_Recomendacao_007_200_CERAPROVADA_1.pdf. Acesso em: 25 mai. 2021.

ANDRADE, Euridice S. Mamede de; BORGES Viviane Lima; LINS, Luiz dos Santos. **Contabilidade tributária**: um enfoque prático nas áreas federal, estadual e municipal. São Paulo: Atlas, 2013.

ANDRADE, Euridice S. Mamede de; BORGES Viviane Lima; LINS, Luiz dos Santos. **Contabilidade tributária**: um enfoque prático nas áreas federal, estadual e municipal. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ARAUJO, Lucas. **Quais os impactos de uma epidemia na economia?** Experiências a partir da gripe espanhola nos Estados Unidos. Disponível em: <http://www.blogdoideies.org.br/quais-os-impactos-de-uma-epidemia-na-economia-experiencias-a-partir-da-gripe-espanhola-nos-estados-unidos>. Acesso em: 27 set. 2020.

BEACH, Brian; CLAY, Karen; SAAVEDRA, Martin H. **The 1918 Influenza Pandemic and its lessons for COVID-19**. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w27673>. Acesso em: 29 set. 2020.

BEUREN, Ilse Maria (org); COLAUTO, Romualdo Douglas; LONGARAY, André Andrade. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 37, de 12 de junho de 2002**. Altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc37.htm. Acesso em: 18 mar. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000**. LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.html. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. **Lei complementar n 116, de 31 de julho de 2003.** Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, edá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp116.htm. Acesso em: 18 mar. 2021.

BRASIL. **Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966.** Código Tributário Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Ministério da Economia divulga lista dos setores mais afetados pela pandemia da Covid-19 no Brasil.** Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/ministerio-da-economia-divulga-lista-dos-setores-mais-afetados-pela-pandemia-da-covid-19-no-brasil>. Acesso em: 19 mai. 2021.

CAPIVARI DE BAIXO. **Bem vindos a Capivari de Baixo.** Capivari de Baixo. Disponível em: <https://www.capivaridebaixo.sc.gov.br/municipio/index/codMapaltem/4371>. Acesso em: 04 ago. 2020.

CAPIVARI DE BAIXO. **Código Tributário Municipal.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/codigo-tributario-capivari-de-baixo-sc>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CAPIVARI DE BAIXO. **Lista de normas cadastradas na categoria: COVID-19.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/4544/leis-de-capivari-de-baixo/categorias/covid-19>. Acesso em: 18 mai. 2021.

CAPIVARI DE BAIXO. **Estrutura de Governo.** Capivari de Baixo. Disponível em: <http://www.capivaridebaixo.sc.gov.br/estruturaorganizacional/index/index/codMapaltem/15391>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CARNEIRO, Ricardo; MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. **Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes.** Disponível em: <http://books.scielo.org/id/895sg/pdf/noronha9788581100159-06.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

CHAVES, Leonardo. **Qual a importância da contabilidade em tempos de crise?** Disponível em: <https://www.consisa.com.br/contabilidade-em-tempos-de-crise/>. Acesso em: 06 de jul. de 2021.

CHIEREGATO, Renato; GOMES, Marliete Bezerra; JUNIOR, José Hernandez Perez; OLIVEIRA, Luís Martins de. **Manual de contabilidade tributária: textos e teses com respostas.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CLP, Liderança Pública. **A captação de recursos financeiros pelos municípios: gestão tributária das cidades.** Disponível em: <https://www.clp.org.br/gestao-tributaria-das-cidades-ead3/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

CONTROLADORIA Geral da União. **O que é e como funciona**. Portal da transparência. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/o-que-e-e-como-funciona>. Acesso em: 21 ago. 2020.

CORREIA, Sergio; LUCK, Stephan; VERNER, Emil. **Pandemics depress the economy, public health interventions do not: evidence from the 1918 Flu**. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3561560. Acesso em: 27 set. 2020.

CUCOLO, Eduardo. Dados mostram a dimensão histórica do impacto da COVID-19 na economia. **Folha de São Paulo**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/dados-mostram-a-dimensao-historica-do-impacto-da-covid-19-na-economia.shtml>. Acesso em: 04 ago. 2020.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FREITAS. **IPTU**: Entenda o que é o imposto predial e territorial urbano. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/46051/iptu-entenda-o-que-e-o-imposto-predial-e-territorial-urbano/>. Acesso em 18 mar. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOLLAND, Carolina. **Após reabertura do comércio, casos de Corona vírus triplicam em SC**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/05/06/apos-reabertura-do-comercio-casos-de-coronavirus-triplicam-em-sc.ghtml>. Acesso em 24 mai. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Capivari de Baixo (SC). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/capivari-de-baixo.html>. Acesso em: 04 ago. 2020.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JOCHEM, Laudelino. **Contabilidade**: uma visão crítica da evolução histórica. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2013.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LEMONS, Maitê. Capivari de Baixo: **História documentada da emancipação**. Tubarão: Reuter, 2004.

LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide; RIBEIRO FILHO, José Francisco. **Estudando a teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa**: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

NASCIMENTO, Francisco Paulo do; SOUZA Flavio Luiz Leite. **Metodologia da pesquisa científica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2015.

MEDICI, André. **Efeitos das pandemias na economia**: da gripe espanhola ao Covid-19. Disponível em: <https://www.sincovaga.com.br/efeitos-das-pandemias-na-economia-da-gripe-espanhola-ao-covid-19/>. Acesso em: 27 set. 2020.

ORGANIZZE. **Afinal, para onde vão os impostos que pagamos?** Disponível em: <https://financaspessoais.organizze.com.br/afinal-para-onde-vao-os-impostos-que-pagamos/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Saiba para que servem os impostos municipais**. Disponível: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticiasespeciais/guia-de-tributos-municipais/5>. Acesso em: 27 nov. 2020.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Imposto sobre serviços de qualquer natureza: ISS**. Disponível em: [http://www.portaltributario.com.br/tributos/iss.html#:~:text=A%20Emenda%20Constitucion%20al%2037%2F2002,Emenda%20\(13.06.2002\)](http://www.portaltributario.com.br/tributos/iss.html#:~:text=A%20Emenda%20Constitucion%20al%2037%2F2002,Emenda%20(13.06.2002)). Acesso em: 18 mar. 2021.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Imposto sobre a transmissão de bens imóveis: ITBI**. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/artigos/itbi.htm>. Acesso em: 18 mar. 2021.

REZENDE, Amauri José; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, Roberta Carvalho de. **Contabilidade tributária**: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas. São Paulo: Atlas, 2010.

ROBERGE, Homero. **Capivari de Baixo**: Uma vila chamada Mendonça Lima. Capivari de Baixo: Humaitá, 2008.

SANTA CATARINA. **COVID-19 decretos estaduais**. Disponível em: <http://dados.sc.gov.br/dataset/covid-19-decretos-estaduais>. Acesso em: 17 mai. 2021.

SANTA CATARINA. **Portaria SES nº 592 de 17 de agosto de 2020**. Disponível em: https://www.sc.gov.br/images/Portaria_592_-_2020_-_de_17_de_agosto_de_2020_1.pdf. Acesso em: 18 mai. 2021.

SILVA, Alessandro. **Conceito e importância da contabilidade**. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/678/conceito-e-importancia-da-contabilidade/>. Acesso em: 30 mai. 2021.

TUBARÃO. **ITBI**: Saiba quando o imposto é cobrado. Disponível em: <https://tubarao.sc.gov.br/noticias/ver/2020/06/itbi-saiba-quando-o-imposto-e-cobrado>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO EM CONDOMÍNIOS: INFORMAÇÃO E REGULARIZAÇÃO, DOIS PRINCIPAIS ITENS PARA O GERENCIAMENTO DE UM BEM IMÓVEL COLETIVO

Jéssica Tyburski Cardoso¹

Juliana Bitencourt Martins Cardoso²

Fernando Pacheco³

Oscar Pedro neves Júnior⁴

Resumo: Na atualidade, um controle condominial preciso e claro requer que o administrador disponha de domínio em variadas áreas, como demandas trabalhistas, financeiras, legais e contábeis, pois o dia a dia condominial é difícil e pede, dessa forma, profissionais capacitados. O trabalho tem por objetivo geral demonstrar os processos de gestão condominial da Lema Administradora de Condomínios junto aos seus clientes. Como objetivos específicos têm-se: (I) analisar como ocorrem os processos de gestão condominial capazes de proporcionar uma gestão confiável e transparente e obter informações úteis para tomadas de decisões; (II) apresentar o modelo de prestação de contas utilizado atualmente pela Lema Administradora de Condomínios; (III) demonstrar as ações da empresa objeto de estudo, junto aos síndicos no processo de controle patrimonial do residencial, detalhando as responsabilidades junto aos órgãos governamentais. A realização desta pesquisa demonstra as informações contábeis relacionadas a condomínios, contribuindo para as tomadas de decisões. A metodologia dos objetivos foi obtida por meio de uma pesquisa descritiva. Em relação aos processos, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica. A análise desse caso se faz através de uma pesquisa com o proprietário da administradora de condomínios Lema Administradora de Condomínios Ltda., com o intuito de compreender melhor as dificuldades desse sistema administrativo condominial e estudar soluções. Notou-se que é um tema em constante crescimento, porém pouco expandido em relação a referenciais teóricos; então o foco maior foi o acesso aos documentos internos da empresa e entrevistas informais do dia a dia com o proprietário da administradora demonstrando o que é necessário para tomadas de decisões, e que deve-se possuir conhecimentos indispensáveis em relação à contabilidade em condomínio, que são de extrema importância.

Palavras-chave: Administradora de condomínio. Gestão condominial. Contabilidade em condomínios. Decisões. Importância.

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

³ Orientador e Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

⁴ Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço das pequenas e grandes cidades, em que há um grande potencial de crescimento na área da construção civil, no que se refere a condomínios, percebe-se que a maior parte das pessoas que optam por esse investimento, não possuem conhecimento de como é realizada toda a gestão condominial. E principalmente desconhecem a importância e os deveres que um condomínio deve ter em relação à gestão administrativa, as obrigações financeiras e contábeis.

Um condomínio possui cadastro como pessoa jurídica, assim como qualquer outra empresa registrada legalmente, e decisões mal geridas podem ocasionar danos financeiros. O condomínio, assim como uma empresa, precisa ter uma boa gestão, confiável e transparente, e principalmente cumprir as legislações, embora não seja obrigatório possuir uma contabilidade específica para o condomínio em si.

O síndico do condomínio é como o gestor de uma empresa, tem o dever e obrigação de controlar o condomínio financeiramente, assim como prestar contas para com os demais condôminos, que são como sócios e têm o direito de saber como está o investimento que fizeram. Legalmente não há obrigatoriedade de contratar serviços contábeis para um condomínio, mas o Novo Código Civil, em seu art. 1.348 (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), estipula que: “Art. 1348. Compete ao síndico: VI – elaborar o orçamento da receita e da despesa relativa a cada ano; VII – cobrar dos condôminos as suas contribuições, bem como impor e cobrar as multas devidas; VIII – prestar contas à assembleia, anualmente e quando exigidas.” (BRASIL, 2002).

Podem ser eleitos como síndico do condomínio: proprietário, locatário, se tiver procuração que conceda plenos poderes de votar e ser votado nas assembleias, ou até mesmo terceirizado.

Quando ninguém do condomínio se habilita ao cargo de síndico, por alegações de falta de tempo ou desconhecimento, uma administradora pode ser contratada para desempenhar esta função ou, ainda, pode-se contratar um(a) síndico(a) profissional. Um condomínio sem síndico torna-se um condomínio irregular, ou seja, sem representatividade legal. Isso pode acarretar inúmeros

problemas, tanto para o imóvel quanto para o síndico anterior, perante bancos, Receita Federal, etc.

Conforme descrito no artigo 1.347 do Código Civil: “A Assembleia escolherá um síndico, sendo este condômino ou não, para administrar o condomínio por um prazo não superior a dois anos, o qual poderá renovar-se” (BRASIL, 2002).

A empresa Lema Administradora de Condomínios Ltda. é a escolhida para o estágio supervisionado por ter como atividade principal administrar, de forma geral, os condomínios. Foi uma das primeiras empresas, com esse ramo de atividade específico, a surgir na cidade de Tubarão. É uma das administradoras mais recomendadas do município, com seu atendimento diferenciado e seu serviço de qualidade, e que continua crescendo mesmo com o aumento considerável da concorrência, pois o mercado imobiliário da área de condomínios está em constante progresso e evolução.

O tema escolhido tem destaque para a empresa estabelecida por ser uma área que se expande cada vez mais no mercado imobiliário e assim consegue sempre manter-se atualizada em relação às informações ligadas aos condomínios e às obrigações na área financeira especificamente.

A pergunta da pesquisa é: quais são os processos de gestão condominial da Lema Administradora de Condomínios junto aos seus clientes?

O objetivo geral é demonstrar os processos de gestão condominial da Lema Administradora de Condomínios junto aos seus clientes.

Com vistas a complementar o objetivo geral e possibilitar o seu cumprimento, têm-se os objetivos específicos: (I) analisar como ocorrem os processos de gestão condominial capazes de proporcionar uma gestão confiável e transparente e obter informações úteis para tomadas de decisões; (II) apresentar o modelo de prestação de contas utilizado atualmente pela Lema Administradora de Condomínios; (III) demonstrar as ações da empresa objeto de estudo, junto aos síndicos no processo de controle patrimonial do residencial, detalhando as responsabilidades junto aos órgãos governamentais.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se justifica pelo fato de haver dúvidas em relação à gestão condominial apropriada a ser utilizada, visto que se necessita de conhecimentos específicos para administrar um condomínio, como obrigações tributárias, legislações, manutenções constantes no condomínio, tanto

preventivas como corretivo arquivamento de documentos, tipos de seguro, previsões orçamentárias e controle financeiro.

As atribuições são designadas ao síndico, que é o responsável legal pela entidade condominial, mas, na maioria dos casos, é contratada uma assessoria de condomínios, seja uma administradora ou empresa de contabilidade, para assim poder auxiliar a realizar todo o controle gerencial, financeiro e contábil.

Haja vista o aspecto social, um condomínio bem administrado desperta o interesse, principalmente dos condôminos, em terem conhecimento de tudo que faz parte do condomínio, inclusive a área financeira, que deve ser a mais transparente possível, assim saberão no que estão investindo, através da cobrança das taxas condominiais, lançadas e detalhadas de acordo com a receita ou despesa, as quais normalmente são apresentadas em demonstrativos mensais.

A pesquisa se delimita ao fato de não haver muita literatura específica a esse item de contabilidade em condomínios, o que restringe o estudo à pesquisa prática e convivência na área.

E, por fim, o estudo está organizado da seguinte forma: introdução, referencial teórico, métodos e técnicas utilizadas para elaboração deste TCC, apresentação dos resultados, considerações finais e referências utilizadas. A realização desta pesquisa visa a suprir a necessidade das informações contábeis relacionadas a condomínios, o que permite otimizar o tempo para o processo de tomadas de decisões e indicações de ferramentas que a empresa poderá utilizar para aperfeiçoar o gerenciamento.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Esta seção trata do embasamento teórico que conduz a pesquisa, e está estruturada da seguinte forma: Contabilidade: aspectos fundamentais, contabilidade para condomínios, obrigações trabalhistas e previdenciárias em condomínios e, por fim, receitas x despesas.

2.1 CONTABILIDADE: ASPECTOS FUNDAMENTAIS

Cientificamente, afirma-se que no geral a Contabilidade é uma ciência social que serve para o controle do patrimônio e para apurar o resultado das entidades,

tanto as que visam ao lucro quanto as sem fins lucrativos, além de prestar as informações necessárias para o usuário (interno e externo) que tiver interesse na situação patrimonial de alguma entidade (RIBEIRO, 2005).

Esta ciência usa métodos especificamente desenvolvidos para “coletar, registrar, acumular, resumir e analisar todos os fatos que afetam a situação patrimonial de uma pessoa” (GONÇALVES; BAPTISTA, 2007). Este é o instrumento que auxilia a tomada de decisões, busca coletar todos os dados, mensurá-los e transformar esses dados em informações que contribuem para este processo (MARION, 2005).

O grande problema enfrentado pela Contabilidade não é tanto a inadequação do conhecimento contábil em si, mas muito mais erro de implementação dos profissionais, os quais, na verdade, nunca foram treinados em contabilidade moderna, e quanto o foram, restringem-se às aplicações parciais, sem um estudo e meditação rigorosos sobre as causas, sem uma apreciação crítica do porquê das coisas, muito menos de sua evolução. (IUDÍCIBUS, 1998).

A Contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio de uma empresa ou instituição, por meio de suas teorias, métodos e linguagens próprias.

2.1.1 Informações contábeis em modo gerencial

Contabilidade gerencial é o processo de fornecer a gerentes e funcionários de uma empresa informações relevantes, financeiras e não financeiras, para tomada de decisões, alocação de recursos, monitoramento, avaliação e recompensa por desempenho. Um exemplo de informação contábil gerencial é saber como montar os custos para fabricar um produto, custos de um serviço. A contabilidade gerencial tem como objetivo a informação contábil. Tem-se como enfoque o planejamento, controle, identificação e mensuração, com isso, o gestor empresarial ou usuário da informação consegue chegar a uma tomada de decisão mais ágil (PADOVEZE, 2010).

O profissional da contabilidade gerencial precisa ter domínio de conhecimentos matemáticos, estatísticos, técnicas de conhecimento operacional e de planejamento. Além de estar atualizado quanto à legislação vigente e respeitar as normas contábeis.

Um estudo mais aprofundado sobre Contabilidade define que esta ciência mede os pontos qualitativos e quantitativos de qualquer entidade, é um instrumento de controle e gerência para as organizações. A Contabilidade tem como item essencial as informações econômicas, financeiras e patrimoniais consideráveis para a organização e controle, também fornece informações importantes para facilitar que os seus usuários tenham a melhor escolha no momento do processo da tomada de decisão (SZUSTER *et al.*, 2009).

Sistemas de contabilidade gerencial eficazes podem criar valor considerável pela informação a tempo e com precisão sobre as atividades exigidas para o sucesso das organizações de hoje (ATKINSON *et al.*, 2008).

Além da contabilidade gerencial, é importante destacar a contabilidade financeira, a qual fornece informações sobre a entidade para os usuários externos, como os acionistas, investidores, bancos e outros, e assim facilita a análise. Pode-se dizer que a contabilidade financeira está diretamente ligada aos princípios de Contabilidade, ou seja, seguem um padrão estipulado por órgãos governamentais que, por sua vez, utilizam os mais diversos relatórios emitidos pela empresa para controle de sua movimentação econômica, e arrecadam também impostos e taxas provenientes de suas atividades.

A contabilidade financeira é parte do sistema que fornece informações para usuários externos, tais como acionistas controladores, gestores de fundo, órgãos que representam o governo, credores etc., e é orientada pelos princípios, geralmente aceitos, de Contabilidade. (FREZATTI; GUERREIRO; AGUIAR; GOUVÊA, 2007).

2.2 CONTABILIDADE PARA CONDOMÍNIOS

A palavra condomínio significa “propriedade comum”. Na prática, é um conjunto de direitos e obrigações decorrentes da propriedade exclusiva que possua pessoa física ou jurídica, de uma ou mais unidades de apartamentos, lojas, conjuntos, salas, andares, boxes de estacionamento, em um mesmo prédio, em copropriedade com outras pessoas, sobre o terreno, onde a cada unidade é atribuída uma fração ideal. Copropriedade esta que se estende às fundações, paredes-mestras, teto e às partes de uso comum de um mesmo prédio (SILVA, 1998).

Os condomínios não possuem obrigatoriedade legalmente para ter uma contabilidade formal, como livros fiscais, por exemplo. Basta apenas tomarem o devido cuidado de manter guardados todos os documentos, essencialmente guias e comprovantes de pagamentos de salários, recolhimento dos impostos e taxas devidos aos órgãos públicos, por no mínimo cinco anos, conforme previsto na Lei do Condomínio (Lei 4.591/64, art. 22, § 1º, g) (QUEIROZ, 2020).

Particularmente, embora os condomínios não tenham essa obrigação de contratar contadores para dar forma legal às suas prestações de contas, torna-se possível a oportunidade de o síndico contratar um contador ou uma administradora de condomínio para assessorar o condomínio. Mesmo porque, em função de mudanças constantes na legislação e suas novas exigências, como, por exemplo, os novos sistemas de informações governamentais, o *E- Social*, certificação digital e até mesmo contratação de autônomos ou microempresários individuais (MEI), torna-se mais difícil administrar um condomínio sem contabilidade especializada e consultoria jurídica (QUEIROZ, 2020).

No que se refere à administração de condomínios, como um auxílio ao síndico há os serviços que são normalmente ofertados para uma gestão de qualidade: a administração dos recursos arrecadados no condomínio, compatibilizando receita com despesas; pagamento de taxas, contribuições, impostos, fornecedores; registros financeiros do condomínio, mantendo a documentação rigorosamente em dia; recrutamento, seleção e administração de pessoal com emissão de folha de pagamento, encargos sociais e trabalhistas; orientação jurídica em questões que envolvam o condomínio.

Também é fornecido mensalmente demonstrativos de receitas e despesas dos condomínios, bem como a relação dos condôminos em atraso com as cotas condominiais; organização e arquivamento da documentação do condomínio; assessoria em assembleias, convocação aos condôminos e elaboração de atas; assessoria na contratação de fornecedores fixos e prestadores de serviços eventuais, como: pintores, jardineiros, pedreiros, etc.; elaboração da previsão orçamentária anual e orientação fiscal (SILVA, 1998).

Inicialmente, a gestão dos condomínios era feita, na maioria das vezes, por escritórios de contabilidade. Com o crescimento desse ramo de atividade específico e construção de cada vez mais condomínios prediais, surgem as empresas específicas de administração de condomínios.

2.2.1 Administração financeira em condomínios

Os condomínios estão obrigados, como as empresas, a efetuar o recolhimento de várias contribuições, inclusive a falta de pagamento acarretará multa, juros e correção monetária e, em caso de fiscalização, o condomínio será autuado (OLIVEIRA, 2009).

Um condomínio legalmente constituído, assim como as empresas, deve possuir inscrição junto à Receita Federal para obtenção do número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), registros referentes aos empregados, recursos financeiros (receita de valores pagos pelos condôminos), obrigações financeiras (pagamentos das despesas), e como o condomínio não possui lucratividade, visa a investir em melhorias necessárias para o bem-estar e segurança dos moradores (SCHWARTZ, 2004).

Algumas funções administrativas da parte financeira incluem a contabilização e receitas e despesas (demonstrativos mensais e anuais), recebimento das cotas condominiais, regularização de inadimplências, contratação e dispensa de funcionários, elaboração de folhas de pagamento, emissão de guias trabalhistas, tributárias e encargos, recolhimento de taxas e impostos, registro e atualizações do CNPJ, elaboração de relatórios contábeis simplificados. Os últimos cinco itens mencionados necessitam de um contador para realizar os trabalhos; quando a administradora não possui um setor específico para executar a contabilidade, normalmente é contratado um profissional terceirizado (FRAGA; MELLO, 2005).

2.2.2 Administração gerencial em condomínios

Administrar um condomínio é bastante amplo, faz-se necessário que se tenha um prévio conhecimento sobre: legislação do condomínio, dos funcionários, dos inquilinos, os tipos de administração, os documentos envolvidos na fiscalização, os itens de manutenção, e os tipos de seguro. A união dessas informações dará ao administrador os fundamentos principais para uma administração eficaz. Para que

uma gestão tenha bom desempenho, é fundamental que seja feita com integridade, transparência e competência (SCHWARTZ, 2004).

A administração do condomínio edilício compete ao síndico, que poderá exercê-la com o auxílio de terceiros, o que é previsto legalmente. Geralmente o síndico desempenha suas funções com ajuda de outras pessoas denominadas subsíndico e conselho fiscal e consultivo. Hoje em dia está cada vez mais comum a contratação de síndico profissional que não faz parte do condomínio, ou até mesmo de uma administradora, sendo pessoa jurídica com objetivo de auxiliar na rotina administrativa do condomínio (QUEIROZ, 2020).

Algumas funções administrativas da parte gerencial incluem a elaboração dos cadastros de moradores e fornecedores, envio de correspondências, manutenção de arquivos, solicitação de orçamentos, elaboração de contratos, elaboração de avisos e advertências, verificação, em conformidade com a parte financeira, da necessidade de arrecadações e realizações de melhorias necessárias no condomínio (FRAGA; MELLO, 2005).

2.3 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS EM CONDOMÍNIOS

A burocracia de movimentação e registro de pessoal empregada em condomínios não foge àquela imposta às empresas, e deve apresentá-la através da análise da documentação exigida pela lei (OLIVEIRA, 2009).

Administrar os empregados exige muita responsabilidade, é uma das funções mais trabalhosas para o síndico. É ele quem seleciona e admite os funcionários, efetua a divisão das atribuições e funções, orienta e demite. É importante que o condomínio possua uma boa assessoria nessa área, para evitar problemas de ordem legal. O fato de o síndico possuir uma administradora para assessorá-lo não elimina a necessidade de conhecer os direitos e os deveres dos empregados, e procurar sempre manter um bom relacionamento, que certamente facilitará a obtenção de resultados positivos. A legislação que envolve o relacionamento entre o condomínio e seus empregados é a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O vínculo empregatício estará criado quando o síndico assinar a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), e o registro em livro próprio ou em fichas do empregado (SCHWARTZ, 2004).

A administração condominial envolve o recolhimento e o pagamento de diversos impostos e taxas. As leis que regulamentam tais tributos são numerosas e costumam ser alteradas com frequência. O condomínio, como uma entidade sem fins lucrativos, é isento do Imposto de Renda (IR), porém deve ser recolhido dos funcionários. A folha de pagamentos está carregada de outros impostos e encargos adicionais: INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) etc. (RIBEIRO, 2003).

Os condomínios estão obrigados, como as empresas, a efetuar o recolhimento de várias contribuições, a falta de pagamento acarretará multa, juros e correção monetária e, em caso de fiscalização, o condomínio será autuado. É importante que o síndico verifique mensalmente as guias dessas contribuições, sobretudo se estão autenticadas normalmente pela rede bancária (SCHWARTZ, 2004).

2.4 RECEITAS E DESPESAS NO CONDOMÍNIO

Relativamente às despesas, é dever legal dos condôminos contribuir para o seu pagamento, na proporção das suas frações ideais, ressalvadas disposições em contrário porventura existentes na Convenção Condominial, onde poderá ser estabelecido que a contribuição seja proporcional à quantidade de economias (apartamentos, salas...) que a cada uma pertença, sem importar as suas dimensões (OLIVEIRA, 2009).

As despesas determinadas como ordinárias são as rotineiras ou comuns, concernentes à manutenção dos elevadores e dos serviços diários ou de administração do condomínio que abrangem os salários dos empregados, taxas de consumo de água e esgoto, luz e força consumidas nas instalações e partes de uso comum, limpeza, seguro do edifício, honorários do síndico, quando previstos na convenção, contribuições do INSS, todo desembolso, enfim, que ordinariamente se faz indispensável a coisas pertinentes à vida da comunidade. As despesas extraordinárias são as que ocorrem eventualmente e se referem à conservação, aos investimentos, às inovações e às reparações necessárias, úteis ou voluptuárias, que concernem à estrutura integral da edificação (MONTEIRO, 2003).

A maioria dos condomínios possui, além das despesas, o rateio de fundo de reserva, que, em tese, quer dizer provisão de dinheiro. Fundo de reserva é a verba

destinada a prover gastos eventuais do condomínio e deve ser expressamente previsto na convenção, sob pena de se tornar ilegal a sua cobrança aos condôminos. Integra, assim como o seguro do condomínio, por exemplo, o rol das despesas ordinárias. O gasto com o seguro do edifício está entre as despesas obrigatórias do condomínio, garantindo a reconstrução do prédio no caso de sinistro que o destrua, total ou parcialmente, e compreende não só as partes comuns como igualmente todas as unidades isoladas (MONTEIRO, 2003).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Esta seção trata dos métodos e técnicas de pesquisa deste estudo, considerando o enquadramento metodológico e os procedimentos de coleta e análise de dados.

Trata-se de um estudo de caso, que tem como objeto de estudo a empresa Lema Administradora de Condomínios Ltda., uma administradora de condomínios. Tem por objetivo geral demonstrar o desempenho da Lema Administradora de Condomínios em sua prestação de serviços no cotidiano.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto à natureza do objeto, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois tem como objeto de estudo a empresa Lema Administradora de Condomínios Ltda. A pesquisa se dá por meio das demonstrações e informações disponibilizadas pela empresa com o intuito de cumprir o objetivo geral. A pesquisa exploratória tem a finalidade de ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenômeno (GIL, 2007).

Em relação à natureza da pesquisa, caracteriza-se como um estudo prático e teórico: prático, visto que tem como finalidade gerar soluções aos problemas humanos, entender como lidar com um problema, inclusive pode contribuir teoricamente com novos fatos para o planejamento de novas pesquisas ou mesmo para a compreensão teórica de certos setores do conhecimento (FERRARI, 1982); teórico, devido à pesquisa se basear em conceitos e conhecimento da literatura, através de livros e artigos para a elaboração das referências bibliográficas. Toda

pesquisa que tem por objetivo entender e discutir alguma área é considerada um estudo teórico (GIL, 2010).

A lógica da pesquisa utilizada é a dedutiva, pois neste método parte-se do geral para o específico através de premissas e do pensamento lógico, ou seja, parte-se de uma ideia geral para conclusões particulares. Tem como propósito explicar, complementar o conteúdo abordado na pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2007).

Acerca da coleta dos dados, utilizam-se dados secundários a partir da coleta de informações nos relatórios e documentos fornecidos pela empresa estudada, além de pesquisas bibliográficas. A coleta de dados em um estudo de caso é baseada em diversas fontes de evidências (GIL, 1996). Toda coleta de dados feita a partir de livros, artigos científicos e registros é considerada secundária por se tratar de fontes já existentes (DEMO, 2011).

Quanto à abordagem da pesquisa, trata-se de um estudo com predominância em aspectos qualitativos, visto que possui dados coletados com base em pesquisas bibliográficas. Esse tipo de abordagem envolve a busca por dados descritivos com o intuito de entender os fenômenos destacados no estudo (GODOY, 1995). Além desse aspecto, a pesquisa também possui informações quantitativas, pois apresenta dados numéricos, como, por exemplo, os relatórios financeiros tratadas (LAKATOS; MARCONI, 2011).

O resultado da pesquisa é aplicado, pois se refere a um estudo de caso com um objetivo, que é demonstrar o desempenho da empresa estudada em sua prestação de serviços no cotidiano, e encontrar a resposta para o seguinte questionamento: “quais funções possuem uma prestadora de serviços administrativos para condomínios?” Quando o artigo gera conhecimento a partir de uma pergunta, é possível afirmar que se trata de um estudo aplicado (FERRARI, 1982).

Em relação aos procedimentos técnicos, conforme já mencionado, refere-se a um estudo de caso da empresa Lema Administradora de Condomínios Ltda., acompanhado de pesquisa bibliográfica e documental. É um estudo de caso, pois analisa e traz dados sobre uma entidade, e proporciona informações a seu respeito. O estudo de caso tem como finalidade relatar uma análise mais detalhada sobre a atual situação do estudo (TRIVIÑOS, 1987). E o processo bibliográfico se dá por possuir seu embasamento em teorias a partir de livros e artigos; é também

documental, por evidenciar informações da organização por meio de planilhas e relatórios internos (BEUREN, 2008).

Os instrumentos para a coleta de dados foram documentações e relatórios disponibilizados pela empresa estudada.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para a elaboração da pesquisa, iniciou-se um levantamento bibliográfico para conceituar os assuntos abordados, comparar e reforçar informações com perspectivas de diferentes autores. Foram realizadas, além de pesquisas bibliográficas, entrevistas informais com o proprietário da administradora, as quais trouxeram informações relevantes sobre como é feita essa administração, como é feita toda a contabilidade necessária, quais elementos são necessários, o que de fato é ou não obrigatório. Todas as informações são de extrema relevância para a tomada de decisões.

A partir disso, seguiu-se para a coleta de dados dentro da entidade, através de documentos e planilhas com informações financeiras e contábeis, com o intuito de demonstrar a transparência e seriedade dos serviços oferecidos pela empresa estudada a seus clientes, com vistas a auxiliar da melhor forma os gestores dos condomínios em relação à tomada de decisão e ao gerenciamento, visando a obter melhores resultados.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresenta-se o objeto de estudo que trata da empresa Lema Administradora de Condomínios Ltda., sua caracterização e identificação. Na sequência, são apresentados os resultados, onde constam os relatórios coletados a fim de alcançar os objetivos propostos na pesquisa. Na terceira etapa, encontram-se a análise dos dados apresentados, a discussão dos resultados e, por fim, a visão sistêmica aplicada ao caso.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Esta seção trata da caracterização da empresa concedente de estágio. Portanto, a empresa aqui apresentada é a Lema Administradora de Condomínios Ltda., a qual é o objeto de estudo da presente pesquisa.

4.1.1 Lema Administradora de Condomínios Ltda⁵.

A empresa Lema Administradora de Condomínios Ltda. foi fundada em maio de 2007 com o intuito de auxiliar a gestão dos condomínios da cidade de Tubarão; abrange também as cidades de Gravatal e Laguna. O surgimento da empresa está ligado ao grande crescimento na quantidade de prédios, principalmente residenciais.

Com esse aumento significativo de condomínios, a função de síndico necessita cada vez mais de auxílio para a gestão condominial. Assim, com o surgimento das administradoras de condomínios nas cidades grandes, o proprietário e administrador da empresa supracitada observou um grande potencial de crescimento nessa área na cidade de Tubarão.

O proprietário da referida empresa é natural da Região Sul, porém residia em São Paulo e trabalhava na empresa de cerâmica de propriedade de seu pai. Com o objetivo de abrir seu próprio negócio, enxergou na cidade de Tubarão, onde residiam alguns familiares, uma oportunidade na área de gerenciamento de condomínios, já que havia um crescimento considerável na cidade de São Paulo.

Ele, então, resolveu vender suas ações na empresa de seu pai e, com o valor recebido, mudou-se para Tubarão e montou o escritório de administração de condomínios. O surgimento do nome da empresa Lema vem dos nomes de seus pais Leci e Martinho, e leva a primeira sílaba do nome de ambos.

Atualmente a empresa é uma das pioneiras da cidade, com uma grande quantidade de condomínios em sua carteira de clientes. O proprietário está sempre em acompanhamento de novos treinamentos e atualizações sobre condomínios, busca inovar suas tecnologias e aprimorar a qualidade na prestação dos serviços, desde auxiliar em manutenções prediais até a área financeira. Possui, em seu quadro de funcionários, 4 colaboradores, porém 1 colaboradora atua no setor

⁵ Os dados contidos nesta seção têm como fonte conversas informais com o supervisor do estágio e o documento de constituição da empresa.

financeiro de contas a receber dos condomínios e no setor de gerenciamento geral da empresa em si, 1 colaboradora responsável pelo setor financeiro de contas a pagar dos condomínios e fechamento de balancetes, que são os demonstrativos de receitas e despesas de cada prédio administrado pela empresa, 1 colaborador faz as partes de manutenções simples em geral dos condomínios e agendamento com prestadores de serviços para manutenções mais específicas, e 1 colaboradora que está em função de estágio para auxílio nos lançamentos de contas a pagar e atendimento aos clientes.

A contabilidade, tanto da empresa quanto dos condomínios, é terceirizada e faz a parte contábil separadamente de cada condomínio. Cabe ressaltar que os condomínios possuem o CNPJ, e alguns possuem funcionários registrados com folha de pagamento, encargos e impostos a pagar, como qualquer outra empresa. Outros possuem prestadores de serviços com contratos mensais em que há retenções de impostos. Quando há troca de síndicos nos condomínios, o nome do novo síndico deve ser alterado na Receita Federal como representante legal do condomínio. Todos esses trabalhos contábeis são atribuídos à empresa responsável pela contabilidade.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção trata da análise e discussão dos resultados da pesquisa a partir do cumprimento dos objetivos específicos. Os próximos segmentos apresentam as principais características deste estudo, as principais características da empresa estudada, os dados levantados durante a pesquisa e seus resultados.

4.2.1 Métodos e sistemas utilizados atualmente pela empresa

O número de condomínios está aumentando consideravelmente, com isso os edifícios residenciais precisam cada vez mais estarem adaptados às mudanças, inclusive quanto à área organizacional e principalmente financeira. Alguns condomínios optam por ter sua gestão própria, e contam apenas com os representantes eleitos; outros preferem terceirizar a prestação de serviços com uma administradora de condomínios, uma empresa de contabilidade ou até mesmo um síndico profissional.

A empresa estudada oferece em seu serviço administrativo: gestão administrativa, financeira, recursos humanos, assuntos jurídicos, orientação ao síndico, atendimento geral (pessoal, telefônico, e-mails) de condôminos e representantes para esclarecer dúvidas, informações, reclamações, solução de problemas e passar orientações.

Ao iniciar a administração de um condomínio, o primeiro passo é o gerenciamento e atualização do cadastro de proprietários, confirmar as informações do condomínio de acordo com a instituição e convenção, e a verificação de quais documentos o condomínio possui, como CNPJ, regimento interno e seguro obrigatório do condomínio. Caso não possua, tais documentos deverão ser providenciados.

Os condomínios precisam ter um representante legal eleito pelos demais moradores. Se ninguém tiver interesse em assumir o cargo, pode ser contratado um serviço de síndico profissional, no caso, terceirizado. Na maior parte das vezes, o próprio representante da administradora se propõe a assumir o cargo até haver algum morador interessado. Normalmente, em conjunto com o síndico, também são eleitos outros moradores para fazerem parte do conselho fiscal ou conselho consultivo. Deve-se manter sempre atualizados os mandatos dos representantes do condomínio, para evitar atraso nas operações do condomínio, principalmente financeiras. Todos os documentos importantes e comprovantes de pagamentos são arquivados para fins de comprovações e conferências, caso se fizerem necessárias.

Entre os demais serviços realizados pela administradora, incluem-se ainda elaboração e emissão de editais e atas de assembleias, cartas, circulares, correspondências e notificações a condôminos e fornecedores, controle de uso, manutenção e cobrança de áreas de recreação, controle e cobrança de pagamentos das taxas condominiais, pagamentos a fornecedores, elaboração de relatórios de prestação de contas e demonstrativos mensais e anuais de receitas e despesas (conforme quadros 01, 02 e 03), cotações de orçamentos de obras, materiais e serviços, negociação com fornecedores, controle de manutenções preventivas e corretivas.

Quadro 01 – Modelo de demonstrativo mensal de receitas utilizado pela administradora

GRUPO LEMA - LEMA CONDOMÍNIOS CRA: 1975		
14/04/2021	DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS	Pág: 1/1

Fevereiro / 2021 - Período: 01/02/2021 a 28/02/2021

RECEITAS/HISTÓRICO	VALORES EM R\$	[%]
Receitas		
Taxa de condomínio - Ref: 01/21	2.010,91	74,40
Arrecadação p/ Fundo de Reserva - Ref: 01/21	201,12	7,44
Rendimentos de Aplicações	0,19	0,01
Previsão 13º salário - Ref: 01/21	131,88	4,88
Previsão férias - Ref: 01/21	88,40	2,48
Taxa de esgoto - Ref: 01/21	292,32	10,82
Total:	2.702,82	100,00
TOTAL DE RECEITAS:		2.702,82

Fonte: Lema (2021).

Quadro 02 – Modelo de demonstrativo mensal de despesas utilizado pela administradora

DESPESAS/HISTÓRICO	Mês Ref.	Baixa	Cheque	Nota Fiscal	Valor
Despesas					
Remunerações Salariais - Salário - Zelador	01/2021	18/02/2021	Internet		677,89
Encargos Trabalhistas e Sociais - FGTS. Competência 01/2021	01/2021	07/02/2021	Internet		49,76
Encargos Trabalhistas e Sociais - INSS. Competência 01/2021	01/2021	19/02/2021	Internet		108,93
Pagamentos de Conta de Energia - Energia - Elevador. Consumo: 100 Kwh. Período: 05/01 à 03/02	02/2021	22/02/2021	Débito Aut.		87,84
Pagamentos de Conta de Energia - Energia. Consumo: 137 Kwh. Período: 05/01 à 03/02	02/2021	22/02/2021	Débito Aut.		120,49
Despesas com Serviços Administrativos - Serviços administrativos, ref. 01/2021	01/2021	03/02/2021	Internet		559,90
Taxa Bancária - Cesta de relacionamento	02/2021	25/02/2021	Débito Aut.		52,00
Taxa Bancária - Integralização de capital	02/2021	10/02/2021	Débito Aut.		20,00
Tarifas de Boleto - Tarifas bancárias referente boletos liquidados	02/2021	26/02/2021	Débito Aut.		50,40
Despesas c/ Manutenção Predial Rotineira - Manutenção no jardim, ref. 01/2021	01/2021	05/02/2021	453		120,00
					1.847,01
Despesas Rateadas por Consumo					
Pagamentos de Conta de Água - Água. Consumo: 100 m ³ . Período: 07/01 à 05/02	02/2021	22/02/2021	Débito Aut.		722,04
					722,04
TOTAL DE DESPESAS:					2.569,05

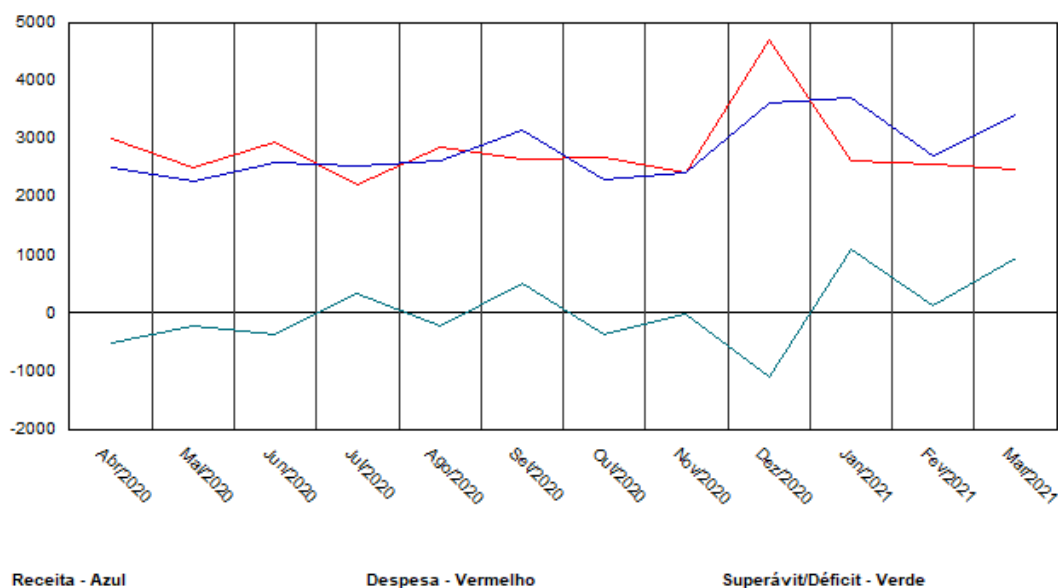
Fonte: Lema (2021).

Quadro 03 – Modelo de resultado de demonstrativo mensal de receitas e despesas utilizado pela administradora

GRUPO LEMA - LEMA CONDOMÍNIOS		
14/04/2021	Gráfico de Receitas x Despesas	Pág: 1/1

Contas baixadas com data de pagamento 01/04/2020 e 31/03/2021 (regime de caixa)

Mês	Receita	Despesa	Superávit/Déficit	Margem
Abr/2020	2.486,63	3.005,36	(518,73)	(20,86%)
Mai/2020	2.275,37	2.489,55	(214,18)	(9,41%)
Jun/2020	2.581,43	2.947,10	(365,67)	(14,17%)
Jul/2020	2.523,73	2.199,88	323,85	12,83%
Ago/2020	2.623,19	2.835,08	(211,89)	(8,08%)
Set/2020	3.127,17	2.830,50	496,67	15,88%
Out/2020	2.294,22	2.680,22	(386,00)	(16,82%)
Nov/2020	2.395,08	2.414,05	(18,97)	(0,79%)
Dez/2020	3.602,53	4.698,00	(1.095,47)	(30,41%)
Jan/2021	3.701,06	2.623,53	1.077,53	29,11%
Fev/2021	2.702,82	2.569,05	133,77	4,95%
Mar/2021	3.409,10	2.455,97	953,13	27,96%
Média:	2.810,19	2.795,69	14,50	
Total:	33.722,33	33.548,29	174,04	0,52%



RESUMO	
Saldo Anterior:	1.256,37
Total de Receitas:	2.702,82
Total de Despesas:	(2.589,05)
Saldo do Mês:	133,77
SALDO A SER TRANSFERIDO:	1.390,14

CONTAS CORRENTES	VALORES EM R\$
Conta Aplicação	
01 - Saldo Anterior	902,81
02 - Créditos	0,19
03 - Débitos	0,00
04 - Transferência (-)	(677,89)
04 - Transferência (+)	200,00
	R\$ 425,11
Conta Corrente Sicredi	
01 - Saldo Anterior	353,56
02 - Créditos	2.702,83
03 - Débitos	(2.589,05)
04 - Transferência (-)	(200,00)
04 - Transferência (+)	677,89
	R\$ 965,03

Fonte: Lema (2021).

Em relação aos funcionários dos condomínios, alguns edifícios possuem contrato com empresas prestadoras de serviços terceirizadas, outros possuem funcionários registrados pelo condomínio, o qual é considerado como empresa jurídica ao possuir legislação trabalhista de acordo com a Convenção Coletiva do Trabalho (CCT). Os edifícios que possuem esse vínculo empregatício estão sujeitos às mesmas situações que ocorrem em empresas comuns. Em relação ao setor contábil e recursos humanos, atualmente a empresa conta com a parceira de um escritório de contabilidade, o qual é responsável por gerar as folhas de pagamento, férias, 13º salário, rescisões, cálculos trabalhistas, guias de impostos e tributações, certidões negativas de débitos.

Outra parceria atual com a administradora é um escritório de advocacia, o qual oferece assessoria jurídica aos condomínios, como cobrança extrajudicial de inadimplência, atualização das legislações vigentes, acompanhamento de ações judiciais, revisão de contratos e documentos.

Em suma, a empresa preza pelo atendimento e serviço de qualidade, com o intuito de cumprir o que é proposto em suas ofertas. Dentre os itens, incluem-se nos serviços administrativos a gestão de controle, contabilização de receitas e despesas, elaboração de atas, regimento interno e convenção do condomínio, elaboração de contratos, elaboração e manutenção do cadastro de moradores e condôminos, elaboração e manutenção do cadastro de fornecedores, envio de correspondências, expedição de editais de convocação de assembleias, orientação e fiscalização na renovação de seguros, pagamento e organização das obrigações do condomínio, prestação de contas ao síndico e conselho fiscal, recebimento das cotas condominiais, solicitação de orçamentos, leituras de água e de gás para cobrança individual.

Em relação aos reflexos judiciais, propõe-se cobrança dos fornecedores em atraso, composição amigável de desavenças entre condôminos, elaboração de cartas para os condôminos com comportamento antissocial, elaboração e envio de avisos e advertências, envio de cartas de cobrança aos condôminos inadimplentes. Da estrutura organizacional e documentos contábeis, há a manutenção de arquivo permanente, organização em pastas dos documentos do condomínio, alvarás, apólices de seguro, balanços e balancetes; cadastro dos condôminos; cartão CNPJ, certificados de garantia, certificados de vistoria, certificados de serviços de manutenção preventiva, entre outros.

Na definição de manutenção e preservação do patrimônio, incluem-se acompanhamentos das manutenções, estudo para melhorias, vistorias frequentes nos itens essenciais para o bom funcionamento do condomínio, conhecimento técnico para uma manutenção eficaz, plantão 24 horas para atendimentos emergenciais.

Com uma visão moderna, atua com *softwares* próprios para o ramo de atividades e oferece várias facilidades para os condôminos, bem como para síndicos e conselheiros (conforme Figura 01). Em constante evolução, a empresa buscou outros caminhos e passou a ter seu próprio provedor de internet, atividade que durou seis anos.

Figura 01 – Plataforma de sistema online para gestão dos condomínios e interação dos moradores utilizada pela administradora



Fonte: Lema (2021).

Com a necessidade de mão de obra especializada na manutenção de condomínios, nasce a Lema Predial, empresa focada em ofertar mão de obra especializada em segurança de condomínios através de instalação de câmeras, controle de acessos, interfones, sistemas de detecção de incêndio. E mais recentemente desenvolve sistemas próprios de telemetria para leitura a distância do consumo de água e gás, vida útil de motores e equipamentos, controle de água na caixa d'água e cisternas, entre outros.

4.2.2 Processos fidedignos de uma gestão confiável para tomada de decisões

A empresa estudada atua no mercado de administração de condomínios desde 2007, está registrada no CNPJ como administradora e possui registro no Conselho Regional de Administração de Santa Catarina (CRA-SC). Conforme o segundo objetivo específico, tem-se apresentar o modelo de prestação de contas utilizado atualmente pela Lema Administradora de Condomínios;

Como forma de viabilizar a transparência de todos os serviços prestados aos condomínios, a empresa mantém todas as informações e documentos do condomínio disponíveis a todos os condôminos no escritório da administradora, ou podem ser apresentados no condomínio com agendamento de horário, ou nas assembleias de condomínio. Além do acompanhamento direto através dos membros da diretoria do edifício, a empresa dispõe de uma plataforma digital à qual todos os condôminos têm acesso, um site onde podem retirar segunda via de boleto, reservar o salão de festas e demais espaços de lazer que o condomínio possui, abrir chamados de manutenção, acompanhar os balancetes, contribuir com sugestões de melhorias, fazer reclamações, entre outras facilidades.

4.2.3 Contabilidade nos condomínios

No que diz respeito aos serviços contábeis prestados, podem ser citados a elaboração e entrega de balancetes mensais (demonstrativos de receitas e despesas), elaboração de relatórios contábeis simplificados, emissão e entrega de boleto bancário para pagamento da taxa condominial, preenchimento e entrega de declarações ao fisco, recolhimento de taxas e impostos, registro e atualização do CNPJ, registro de funcionários, emissão de folhas de pagamento, férias, rescisões, encargos, envio de informações ao Sistema E-Social.

Subjetivamente, apesar de possuir CNPJ, o condomínio não é citado como pessoa jurídica por não ter como intenção o lucro, embora obtenha um faturamento mensal, que é usufruído para manutenções do edifício, com o propósito apenas que os fundos arrecadados cubram as despesas mensais e designem a cota prevista para uma reserva de fundos, a fim de manter o equilíbrio das contas e evitar um possível déficit. Devido aos condomínios não se tratarem de uma pessoa jurídica,

não são obrigados por lei possuírem livros contábeis como uma empresa, mas devem possuir um guarda-arquivos trabalhistas e previdenciários.

A contabilidade de condomínios neste momento é feita pelo regime de caixa, e leva em consideração todas as receitas e despesas de um determinado período, geralmente são mensais, independentemente de seus fatos geradores.

Dentre várias atividades que o gestor de um condomínio desempenha, é possível mencionar algumas das principais:

Organização das rotinas de pagamentos, como folha de pagamento e férias, além de demissão e admissão de funcionários e também todos os encargos resultantes dessas ações.

Cálculo, elaboração, emissão e cobrança das taxas condominiais.

Pagamento das contas do condomínio em geral.

Preparação das previsões orçamentárias, balancetes mensais, avisos e editais de convocação de assembleias.

Prestações de contas anuais, entre outros.

O financeiro de um condomínio tem que estar bem nítido e os lançamentos contábeis precisam estar específicos em acordo com a receita ou despesa, regularmente nos demonstrativos mensais. Quase sempre é contratada uma assessoria de condomínios para um melhor auxílio na administração junto ao síndico, por ser indispensável um domínio técnico para estes procedimentos.

Vale ressaltar que, devido à responsabilidade fiscal, o condomínio deve estar prevenido e atento quanto às suas obrigações tributárias, mesmo que não possua a consideração de pessoa jurídica. É de suma importância destacar na contabilidade, que além da folha de pagamento dos funcionários e encargos devidos, também há cálculos tributários sobre prestadores de serviços. Neste caso, é fundamental ter um controle quanto ao cálculo, prazos e pagamento das guias devidas, pois qualquer atraso no pagamento ocasionará multas. Por meio destes controles contábeis relacionados aos impostos, o administrador conseguirá trabalhar com mais eficácia e imprimir maior transparência à administração, devido aos recursos alcançados serem de maneira planejada e controlada, do início da definição de valores de rateio até o próprio pagamento dos tributos obrigatórios pelo condomínio.

4.3 VISÃO SISTÊMICA APLICADA AO CASO

No tempo em que se passou na empresa estudada, ao analisar os procedimentos atuais, foi possível verificar alguns problemas que podem ser melhorados em relação à área gerencial e contábil.

Os dados fornecidos pela administradora permitem um controle fidedigno, o que possibilita um processo de confiança e transparência em seu serviço prestado, a ser valorizado e recomendado por seus clientes. O intuito é reduzir impactos negativos ou remanejamento de custos, despesas e receitas para melhores resultados à entidade.

Apesar de não existir na legislação a obrigatoriedade de que seja feita a contabilidade em entidades condominiais, há diversos itens que falam a respeito de atividades interligadas à contabilidade, como o cálculo e retenções de impostos, elaboração de prestação de contas, preparação de balancetes e planejamento de previsão orçamentária. Isso foi implementado dentro da Lema Administradora, para que sejam reais as informações. Também foi sugerido que sejam feitos balancetes, livro razão, livro diário, plano de contas, livro de inventário, balanço patrimonial e demonstração de resultado, para que, em caso de fiscalização nos condomínios, mesmo que não sejam considerados pessoa jurídica, devem estar atentos às obrigações tributárias

No que compete à contribuição deste artigo em relação à literatura contábil, descreve um assunto muito específico e com certa lacuna de conteúdo bibliográfico. Embora se trate de um ramo de atuação em constante crescimento, ainda existem poucas referências teóricas que detalhem o assunto.

É necessário destacar a importância da contabilidade em condomínios, pois é uma das funções de grande relevância, já que existem cálculos tributários sobre prestadores de serviços, além da folha de pagamento dos funcionários.

Neste ponto é notório que o administrador tenha um controle sobre o cálculo, prazos e pagamento das guias, já que poderá ocasionar multas por qualquer atraso ou esquecimento do pagamento. Diante dos itens supracitados, referentes aos impostos e às formas de controles contábeis apontados, o administrador conseguirá trabalhar com mais eficiência e transparência em sua administração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado demonstra, de forma clara e objetiva, como é exercida a regularização contábil em condomínios, visto que é uma importante ferramenta que pode ser empregada na gestão organizacional das entidades.

A pesquisa propõe resultado sobre como a informação e regularização podem ser importantes para uma correta gestão condominial, ao demonstrar as ferramentas ligadas à Contabilidade utilizadas pelos condomínios e como, com um controle adequado, podem ser empregadas de maneira mais eficaz.

Este estudo pode contribuir com os contadores que trabalham na área condominial, já que, apesar de não haver dispositivo na legislação que obrigue que a contabilidade em condomínios seja realizada, há vários elementos que se referem às atividades relacionadas à Contabilidade, como apresentação de prestação de contas, ações que auxiliam no processo de planejamento, execução e controle do residencial, elaboração de balancete, normalmente denominado para condomínios como demonstrativo de receitas e despesas, emissão de folhas de pagamento de funcionários, encargos trabalhistas, guias de impostos a recolher, entre outros diversos itens.

No que se refere ao crescimento considerável na construção de condomínios edifícios, pelo fato de haver dúvidas em relação ao gerenciamento dessas entidades, a pesquisa esclarece os conceitos de contabilidade condominial, que necessita de informações específicas para administrar um condomínio, como obrigações tributárias, legislações, manutenções constantes no condomínio, tanto preventivas como corretivas, arquivamento de documentos, tipos de seguro, previsões orçamentárias e controle financeiro, sendo favorável para obtenção uma gestão condominial apropriada.

Salienta-se que na atualidade, entre algumas ferramentas mencionadas que podem ser utilizadas pelas administradoras de condomínios para o controle da situação econômico- financeira do condomínio, destaca-se o fornecimento mensal de um relatório da demonstração de fluxo de caixa, chamado habitualmente de balancete mensal, que demonstra todos os recebimentos e as despesas de forma básica.

Conclui-se, com a realização desta pesquisa, que, mesmo que a legislação vigente não obrigue a contabilidade quanto à preparação de relatórios com formas

contábeis, os profissionais da Contabilidade devem atuar na área de condomínios, pois é um ramo que teve um crescimento exponencial nos últimos anos e que seus usuários estão cada dia mais interessados em ter informações, tanto financeiras quanto patrimoniais, a fim de auxiliar na tomada de decisão. Um condomínio bem administrado será mais sucedido, e deve ser o mais transparente possível, assim os condôminos que adquirem um apartamento terão conhecimento a respeito do que estão investindo.

Assim, o objetivo geral da presente pesquisa, que era demonstrar os processos de gestão condominial da Lema Administradora de Condomínios Ltda. junto aos seus clientes, foi alcançado com sucesso, pois, consegue-se identificar, junto ao proprietário, todos os processos para uma gestão condominial, bem como todas as informações necessárias a serem remetidas à área contábil. Isso facilitará no momento de tomar alguma decisão, visto que será fácil obter a apuração correta dos resultados, embora não seja obrigatório um condomínio contabilizar todas as suas movimentações financeiras.

Nesse sentido, observa-se também a importância deste estudo para a empresa, pois se pode recomendar a inclusão de algumas funções necessárias na rotina administrativa, como a interação de forma mais explícita entre condôminos, membros gestores e a administradora. A divulgação de itens que despertem o interesse dos condôminos para terem maior conhecimento de seu investimento imobiliário.

Já na parte da pesquisa que explana sobre a contabilidade para condomínios, demonstra a importância que é obter informações precisas para uma tomada de decisão imediata por exemplo. E, em particular, para a área acadêmica, define-se o estudo apresentado como uma das poucas fontes de pesquisa, pelo fato de acrescentar muitos conhecimentos na área condominial em relação às pesquisas bibliográficas e à experiência prática de convivência em escritório de administração de condomínios, ao demonstrar a realidade gerencial de um condomínio, que é ainda uma área pouco expandida sobre o tema abordado.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony A. *et al.* **Contabilidade gerencial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 7 ago. 2020.

CONTADOR para condomínios é obrigatório ou é opcional? **Rede Jornal Contábil**, 2019. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/contador-para-condominios-e-obrigatorio-ou-e-opcional/>. Acesso em: 07 ago. 2020.

DEMO, Pedro. **Princípio científico e educativo**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw- Hill, 1982.

FRAGA, Thelma Araújo Esteves; MELLO, Cleyson de Moraes. **Condomínio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2005.

FREZATTI, Fábio; GUERREIRO Reinaldo; AGUIAR, Andson Braga de; GOUVÊA, Maria Aparecida. Análise do relacionamento entre a contabilidade gerencial e o processo de planejamento das organizações brasileiras. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 2, Ed. Especial, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade geral**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MONTEIRO, Vilebaldo. **Condomínio edilício no novo código civil**. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2003.

NORBIM, Fernando Dalvi. **Administração de condomínios: Aspectos práticos e jurídicos**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

OLIVEIRA, Frederico Abrahão de. **Manual dos condomínios**. 2. ed. Porto Alegre: Notadez, 2009.

QUEIROZ, Luiz Fernando de. **Vida em condomínio: 120 questões do dia a dia**. 2. ed. Curitiba: Bonijuris, 2020.

RIBEIRO, Guilherme de Barros Monteiro. **Condomínios: gestão financeira para administradores**. Campinas: Millennium, 2003.

SCHWARTZ, Rosely Benevides de Oliveira. **Revolucionando o condomínio**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

SILVA, Edson Amaro Soares da. **Guia de orientação ao síndico**. 2. ed. Porto Alegre: Pallotto, 1998.

SZUSTER, Natan *et al.* **Contabilidade geral: introdução à contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

A INFLUÊNCIA DO COVID-19 NA GESTÃO: ESTUDO DE CASO NO LABORATÓRIO BIOCLÍNICO SANTA CATARINA

Giovana do Prado Lima¹

Thais Santiago²

Fernando Pacheco³

Oscar Pedro Neves Júnior⁴

Resumo: Para gerenciar uma empresa de maneira eficiente é preciso obter informações claras e concisas sobre todas as movimentações realizadas. A contabilidade gerencial consegue evidenciar informações contidas em relatórios para auxiliar na tomada de decisão. Este artigo traz uma abordagem de estudo referente a gestão financeira, tendo como objetivo geral apresentar a variação do faturamento versus o aumento no custo dos equipamentos de proteção que a pandemia da Covid-19 trouxe para o Laboratório Santa Catarina no período de março de 2020 a março de 2021. Para alcançar o objetivo geral, traçou-se os seguintes objetivos específicos: descrever as principais informações da pandemia da Covid-19; apresentar a variação de faturamento que a pandemia da Covid-19 ocasionou na empresa objeto de estudo; analisar a variação dos números da realização de exames para Covid-19, apontando os que houveram maiores demanda, e por fim, demonstrar a variação no custo de aquisição de Equipamentos de proteção individuais e coletivos durante o período de análise. Referente a metodologia da pesquisa é exploratória e descritiva. A lógica da pesquisa é dedutiva e a coleta dos dados acontece a partir de dados primários e secundários. Sobre a abordagem da pesquisa caracteriza-se com predominância em aspectos quantitativos. Diante da pesquisa demonstrada foi possível perceber que a contabilidade possui relevância na gestão empresarial, possui ligação direta na tomada de decisão e gera grandes impactos na empresa. Os relatórios obtidos nos sistemas e com base em todo o material a disposição coletado, forneceram grande suporte para a pesquisa. Por meio do estudo foi possível obter uma nova percepção que evidenciou a relevância de a empresa possuir um diferencial na qualidade e precisão na prestação de serviço, com o controle necessário, foi possível aumentar a demanda, evitar uma sobrecarga e ainda manter o custo acessível frente ao mercado. Tudo isso contribuiu para que a empresa obtivesse um ganho a curto prazo, diminuindo o impacto financeiro e econômico causado pela pandemia.

Palavras-chave: Contabilidade. Contabilidade gerencial. Tomada de decisão. Gestão na área da Saúde. Covid-19. Pandemia.

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

³ Orientador e Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

⁴ Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

1 INTRODUÇÃO

No início do ano de 2020 ocorreram os primeiros casos da Covid-19 no Brasil, pelo fato de ser um vírus transmitido com facilidade, ela instalou o medo e causou impacto em toda nação. O artigo explana as técnicas adotadas pela empresa para a prestação de serviços com foco na Covid-19, e também, compara os dados alcançados durante a pandemia por meio de demonstrações, onde serão evidenciados determinados gastos e o faturamento obtido durante o período em análise.

A contabilidade se torna uma ferramenta útil para uma boa gestão, pois a sua principal atribuição consiste no fato de gerar relatórios contábeis que sejam claros, exatos e com informações de qualidade, que por meio dessas informações os usuários contábeis possam tomar decisões sobre a organização empresarial. Mediante os relatórios, é possível obter uma série de informações que auxiliam no crescimento da empresa. Por exemplo, é possível obter o custo exato de cada análise laboratorial, formular o preço de venda para que a empresa obtenha lucro e ainda esteja com valor acessível frente ao mercado, apresentar uma comparação de qual exame foi mais requisitado em determinado momento, e é possível perceber até mesmo se com a pandemia aumentou ou diminuiu o faturamento empresarial.

O objetivo da informação contábil é ajudar alguém a tomar decisões, a lista é enorme, desde o presidente, ao gestor de produção, o administrador e até mesmo a um investidor. Cada usuário contábil (interno e externo) irá demandar de uma informação diferente, e isso também irá definir o procedimento a ser realizado (HORNGREN *et al.*, 2004).

Para qualquer ser humano obter uma vida com qualidade e bem-estar, é necessário ter cuidados como uma boa alimentação, atividade física e a realização de check-ups periódicos, onde é possível detectar eventuais desequilíbrios e tratá-los antes que ocasionem algum problema que comprometa a qualidade de vida.

Durante a pandemia, a insegurança e o medo com o risco de contaminação aumentaram. O laboratório inovou em exames para a Covid-19, o custo acessível, a confiança nas informações e a entrega dos resultados com agilidade contribuíram para que acontecesse uma grande requisição das análises bioquímicas. Conforme os cuidados com a saúde crescem diariamente, é necessário que ocorra a gestão

eficiente para evitar uma sobrecarga, impedir gastos desnecessários e também minimizar o risco de contágio entre os colaboradores.

Portanto, a pergunta de pesquisa é: Quais foram os principais efeitos econômicos e financeiros impostos pela pandemia da Covid-19 para o Laboratório Santa Catarina no período de março de 2020 a março de 2021?

Para responder à pergunta de pesquisa o objetivo geral é apresentar a variação do faturamento versus o aumento no custo dos equipamentos de proteção que a pandemia da Covid-19 trouxe para o Laboratório Santa Catarina no período de março de 2020 a março de 2021. Para atender o objetivo geral, têm-se como objetivos específicos: (a) descrever as principais informações da pandemia da Covid-19; (b) Apresentar a variação de faturamento que a pandemia da Covid-19 ocasionou na empresa objeto de estudo; (c) Analisar a variação dos números da realização de exames para Covid-19, apontando os que houveram maiores demandas; (d) Demonstrar a variação no custo de aquisição de Equipamentos de proteção individuais e coletivos durante o período de análise.

O tema foi escolhido pelo fato da Covid-19 possuir relevância mundial, principalmente pelo efeito pandêmico que atingiu grande parte da população. O impacto da pandemia não tem efeito apenas na saúde, mas também para os setores econômicos e sociais, onde alguns nichos de mercado estão impossibilitados de trabalhar normalmente, enquanto outros, conseguem até mesmo obter lucro. Contribui tanto para o meio acadêmico quanto para o profissional, pois é possível realizar análises comparativas e associar com as mudanças que ocorrem no cotidiano, além disso, possibilita a busca pelo conhecimento para ter capacidade de inovar e solucionar os conflitos existentes na organização, principalmente em meio a uma crise. É relevante também para a empresa em estudo pois é necessário que ocorra um melhor planejamento para a tomada de decisão eficiente na gestão da empresa, a fim de absorver maior custo de insumos, inovação de exames e maior requisição laboratorial.

Deste modo, o estudo de caso é cumprido no Laboratório Santa Catarina - LABSC, que possui sede em Tubarão, Santa Catarina. Será realizado uma análise entre os demonstrativos empresariais do período de março de 2020 a março de 2021 com foco na Covid-19 para a realização de exames laboratoriais e os gastos que a empresa obteve durante o período.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Essa seção trata do referencial teórico norteador da pesquisa abordando para tanto alguns aspectos da doença infecciosa que será utilizada na análise em comparação, os principais aspectos da contabilidade da tomada de decisão, a biossegurança e gestão na área da saúde.

Para tanto aborda os seguintes temas: principais aspectos da tomada de decisão, gestão na área da saúde, biossegurança e a utilização de equipamentos de proteção, e por fim, fatos essenciais da Covid-19.

2.1 CONTABILIDADE: PRINCIPAIS ASPECTOS DA TOMADA DE DECISÃO

A contabilidade gerencial é realizada com auxílio do processo alcançado na coleta de dados e informações, que são armazenadas e processadas no sistema de informações da empresa. Com a integração dessas informações coletadas em vários departamentos, é possível que a contabilidade gerencial proporcione aos seus usuários informações que permitem avaliar o desempenho da atividade empresarial, a situação econômico-financeira, serviços e projetos da empresa, com informações claras e objetivas de acordo com a necessidade de cada usuário contábil (CREPALDI, 2011).

Conforme acontece o aumento dos usuários da contabilidade, aumenta também a necessidade de a empresa evidenciar suas realizações para a sociedade, o que antigamente havia receio por medo da concorrência, atualmente é visto como uma empresa de confiança, transparente e que inspira outras organizações. A contabilidade não era utilizada com a sua devida importância, os gestores apenas usavam para demonstrar o lucro obtido em uma venda ou prestar informações tributárias, hoje em dia, é utilizada também como um instrumento gerencial.

Dentro da organização, o gestor está aliado de um bom sistema de informações que auxiliam na elaboração e interpretação de relatórios, e utiliza essas informações na tomada de decisão a fim de reduzir riscos. Para que ele possua utilidade, deve ser alimentado com informações corretas e provenientes a área funcional da empresa, normalmente é estabelecido critérios para a coleta de dados.

A contabilidade é utilizada de inúmeras maneiras, como: os sindicatos obterem conhecimento da capacidade empresarial de pagamento de salários, o

governo ter ciência da demanda de agregação de riqueza à economia e a capacidade de pagamento de impostos para a possível concessão de benefícios, os credores também utilizam informações para calcular o nível de endividamento e a possibilidade no pagamento de dívidas para concessão de crédito (CREPALDI, 2011).

Conforme ocorrem as mudanças, e para adequar suas operações às novas situações de mercado, cada vez mais é necessário obter o controle preciso, com informações relevantes sobre o negócio. A interpretação dos relatórios e mensuração dos resultados, faz com que todo processo de informações, norteiam a organização empresarial desde o planejamento, a execução e o controle. Portanto, pode-se dizer que a percepção da contabilidade evoluiu e atualmente é realizada com grande utilidade dentro das organizações, não existe mais o simples “guarda livros” como era conhecido antigamente.

Normalmente as empresas de pequeno porte são administradas pelos próprios sócios, que possuem formação ligada somente ao ramo de atuação do negócio, mas não possuem formação administrativa de gestão, como: finanças, economia, *marketing* e entre outros (CREPALDI, 2011).

A formação administrativa de gestão que falta em algumas empresas, normalmente também administradas de forma familiar, acabam atrapalhando o empreendimento com grande potencial de mercado, levando até mesmo a falência. Pois mesmo que haja um bom produto, uma boa prestação de serviço, não irá valer se ela não consegue custear no mínimo o que gastou, não possui um planejamento para futuras surpresas que possam ocorrer, ou se a empresa vende mais do que a sua capacidade de produção. Alguns desses itens são levados em consideração na tomada de decisão para um bom planejamento e gestão empresarial.

A análise relacionando custo/volume/lucro é uma das técnicas mais antigas e eficientes de análise de custos. Pode ser um instrumento considerável para a tomada de decisões, um de seus anseios é tentar prever o que irá acontecer com a atividade fim da empresa (seja a prestação de serviço ou venda de produto), contando com as variações na quantidade vendida/serviço prestado, nos preços de venda e nos custos dos insumos (IUDÍCIBUS; MELLO, 2013).

Porém, como todos sabem, nos negócios e na vida pessoal é possível realizar previsões e planejamentos para o futuro e pode ser que mesmo assim aconteça outra coisa completamente diferente. É importante que o analista de custos esteja

ciente e habituado com essa realidade. Mesmo que se afirme que ano que vem será prestado “x” de serviços pode ser que na época seja realizado menos ou mais. Com base em todas essas previsões, a empresa se organiza e cria um planejamento.

2.2 GESTÃO NA ÁREA DA SAÚDE

A gestão na área da saúde constitui uma prática administrativa que visa otimizar o funcionamento das organizações de forma a obter o máximo de eficiência, eficácia e efetividade. Portanto, o gestor utiliza conhecimentos, técnicas e procedimentos que lhe permitem conduzir o funcionamento dos serviços com foco nos objetivos definidos (TANAKA; TAMAKI, 2012).

Os gestores necessitam de muitas informações ao mesmo tempo, sobre custos e lucratividade dos produtos/serviços, segmentos de mercados, clientes e até mesmo fornecedores. Um sistema de controle operacional com qualidade reduz tempo de processamento de atividades desenvolvidas pelos colaboradores, possui grande valia para a eficácia do processo operacional, e nesse caso o sistema torna-se um aliado. Antigamente, o processamento de dados de uma requisição laboratorial era realizado manualmente e possuía muita lentidão até chegar na liberação para o laboratório de coleta, atualmente é possível realizar grande parte da requisição utilizando o sistema, de maneira cronológica, todas as informações são enviadas e recebidas simultaneamente, evitando o atraso desnecessário.

A gestão de serviços de saúde é uma prática administrativa complexa em função da amplitude desse campo e da necessidade de conciliar interesses individuais, corporativos e coletivos nem sempre convergentes. Nesse contexto, a avaliação necessita ter características particulares para poder cumprir com o seu papel (TANAKA; TAMAKI, 2012).

Por meio do conjunto de fatores que é utilizado na formação do resultado empresarial, o gestor deve estar atento em todas as necessidades da organização, na área da saúde o assunto é mais complexo ainda, pois deve garantir a qualidade e os cuidados necessários a prestação de serviços, ele irá lidar com variadas ações do trabalho cotidiano e gerenciar conflitos.

Sobre o conjunto de fatores, entre eles um que se destaca é o gerenciamento de custos, sobre os quais os responsáveis pelas áreas atuam em sua própria estrutura. A capacidade de gerar resultado para a empresa depende também de outros fatores localizados na área mercadológica como por exemplo: canais/regiões,

segmentos, clientes, fornecedores, negócios, produtos e rotas, que merecem uma análise íntegra (BEULKE; BERTÓ, 2005).

Conforme ocorre a realização de um pedido, é avaliada muitas informações relacionadas ao setor de custos, como o nível de cobertura dos custos fixos, qual a margem de lucratividade e entre outros. Com a utilização da tecnologia, consegue-se obter relatórios periódicos de controle. O preço de venda de um produto ou serviço também exige da política de preços do mercado. Normalmente empresas que não possuem o “custo na ponta do lápis”, não sabem exatamente quanto gastam para produzir um serviço, costumam utilizar o preço do mercado.

Pode-se utilizar muitos métodos, alguns são considerados tendo esse ou aquele comportamento por atribuição contábil, bom-senso ou experiência passada. Porém, nem sempre atribuições assim são eficientes e confiáveis na prática, pois existem muitas alterações na economia e na forma de prestação de serviço ou fabricação de um produto, que podem afetar e distorcer o comportamento de algum item, portanto deve-se utilizar técnicas rigorosas para a elaboração correta e confiável (IUDÍCIBUS; MELLO, 2013).

Por exemplo o custo de um insumo pode sofrer “N” variações no preço, decorrente de produção, procura de mercado ou inflação, e ainda irá variar conforme a necessidade de utilização empresarial, já o salário de um funcionário normalmente é considerado fixo, pois mesmo que aumente ou diminua a produção ou prestação de serviço ele não irá ser alterado.

Normalmente, apenas uma variável independente não é suficiente para explicar de forma clara as mudanças que ocorrem, ou seja, mais de um fator influencia o elemento de custo estudado, e é necessário saber, em cada item que será analisado, quais os possíveis fatores de alterações estão associados a ele. Esse processo depende muito do discernimento do responsável que fará a análise, tanto da sua experiência quanto de regras existentes. O uso da tecnologia facilita e auxilia muito nesse processo, pois é possível testar inúmeras alternativas com flexibilidade, rapidez e eficiência até chegar no resultado explicativo com maior grau de confiabilidade (IUDÍCIBUS; MELLO, 2013).

2.3 BIOSSEGURANÇA E A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

Devido à grande exposição que existe em ambientes hospitalares, o não cumprimento das normas básicas de biossegurança oferecem riscos à saúde e até mesmo à vida. A biossegurança é o conjunto de ações voltadas para a prevenção e o trabalho de forma segura, minimizando os riscos e trazendo maior proteção ao trabalhador e ao paciente.

Devido à falta de conhecimento e dificuldade na transmissão de informações, houve um longo e burocrático processo até as normas e leis serem criadas. Conforme não existia uma regra para o manuseio de perfurocortantes, para o descarte correto e até mesmo a utilização apropriada do Equipamento de Proteção Individual – EPI, muitos acidentes ocorreram, disseminando ainda mais doenças entre a população.

Quando houve a descoberta de Pasteur sobre os microrganismos, passou a existir uma preocupação sobre os cuidados que as pessoas deveriam ter em ambientes hospitalares. Porém, o conceito de biossegurança só começou a ser abordado na década de 1970, com o surgimento da engenharia genética. Em 1981, com primeiro registro de contágio acidental em um profissional da saúde, surgiu novamente, uma preocupação com a biossegurança. Assim, em 1987, foram estabelecidas as precauções universais, recomendadas pelo *Centers for Disease Control and Prevention* - CDC, de modo a estabelecer medidas para evitar o contágio pelos vírus do HIV e da hepatite B (STAPENHORST *et al.*, 2018).

No Brasil, o primeiro caso de contaminação acidental de HIV aconteceu com um auxiliar de enfermagem, no ano de 1994, em São Paulo. A primeira legislação sobre biossegurança no Brasil, surgiu com a Resolução nº1 do Conselho Nacional de Saúde, em 1988, quando foram aprovadas normas em pesquisa e saúde. Porém, somente em 1995 essa resolução foi formatada legalmente, com a Lei nº 8.974 e o Decreto de Lei nº 1.752. com essa lei, foi criada a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio (STAPENHORST *et al.*, 2018)

Durante a atividade laboral, existem muitas áreas de insalubridade, riscos variáveis conforme o tipo de atendimento prestado no local de trabalho e etc. Conforme o profissional está ligado a exposição e aos procedimentos exercidos, possui maior facilidade para aquisição de doenças. Por exemplo, com a Covid-19 muitos profissionais considerados “grupo de risco” por possuírem predisposição a sofrer com o vírus, foram afastados momentaneamente de suas atividades ou passaram a exercer sua função de forma remota.

Focando no cuidado do ser humano, um estudo expressa que um cuidado adequado minimiza a incidência de doenças, reduz o tempo de hospitalização/tratamentos e melhora o estado de saúde de cada um (SILVA *et al.*, 2013).

Entende-se que o maior problema está relacionado ao comportamento inadequado dos profissionais em relação às práticas seguras. As doenças e acidentes de trabalho são um problema importante para a saúde pública de todo o mundo, é normal que em todo ambiente de trabalho existam os riscos, porém é essencial que os profissionais, em especial da área da saúde, adotem seriamente as medidas de biossegurança (SILVA *et al.*, 2013).

A enfermagem exerce práticas diretas do cuidado, como venopunção, administração de medicamentos, coleta de exames, e essas ações definem como a principal função sintetizadora de resíduos em uma unidade hospitalar ou ambulatorial, e uma vez que ainda é de responsabilidade também, a identificação, separação e classificação de tais resíduos, e posteriormente transmitindo a responsabilidade para o setor de limpeza (SILVA *et al.*, 2013).

Mesmo que as práticas sejam realizadas de maneira correta e seguindo a legislação, sabe-se que ainda existe o risco, por mais que ele seja minimizado com as práticas corretas, foram adotadas práticas também caso ocorram acidentes. A primeira regra é realizar a avaliação do acidente, a identificação do paciente-fonte do material biológico, a avaliação do risco de contaminação, a notificação do acidente e as orientações de cuidados com o local exposto (STAPENHORST *et al.*, 2018)

Os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC's são utilizados como medidas de segurança para minimizar a exposição a agentes infecciosos, tóxicos, corrosivos e outros perigos que normalmente não são percebidos durante o dia-a-dia. Esses equipamentos protegem o profissional, o paciente e o ambiente de trabalho que está inserido, pois diminuem os riscos desnecessários e garantem o atendimento seguro.

A Norma Regulamentadora nº 6 da legislação em Segurança e Medicina do Trabalho disponibiliza, em sua relação oficial, diversos equipamentos de proteção individual (BARSANO *et al.*, 2014).

Os tipos de EPI's irão variar conforme a utilização, alguns deles são: luvas, capote/avental, toucas/gorros, óculos/protetores faciais, equipamentos de proteção

respiratórias, máscaras cirúrgicas e etc. O uso de sinalizações também é obrigatório e é realizado com símbolos, formas e cores diferentes.

Um estudo realizado para investigar as práticas realizadas pelos técnicos de enfermagem durante a atividade laboral sobre os riscos biológicos, concluiu que os colaboradores possuem consciência dos riscos existentes na atividade profissional, e mesmo assim o número de participantes que negligenciam o uso dos equipamentos de proteção individual é enorme. Situações como desatenção, desmotivação, crenças, conhecimento e sobrecarga do trabalho são alguns dos responsáveis pelos acidentes com perfurocortantes (SILVA *et al.*, 2013).

Percebe-se que muitos acidentes podem ser evitados, por meio da obrigatoriedade do cumprimento das normatizações e do uso de equipamentos de proteção. Os profissionais devem fazer a utilização adequada e colocar em prática todo o conhecimento disponível.

2.4 FATOS ESSENCIAIS DA COVID-19

Por meio de pesquisas, sabe-se que o Coronavírus não é algo recente, porém era pouco falado e conhecido. Conforme ocorreu a contaminação mundial, a necessidade de informação aumentou. O surgimento estimado dos primeiros Coronavírus variam entre 10.000 anos e 300 milhões de anos atrás. Os Corona vírus são vírus da ordem *Nidovirales* e possuem alguns dos maiores genomas de RNA já identificados, (três vezes mais longos que os de vírus como do HIV e hepatite C). A denominação “corona” origina-se da semelhança entre sua forma arredondada com projeções pontiagudas e uma coroa (CORREIA *et al.*, 2020).

Conforme a doença se tornou popular, surgiu inúmeros nomes e terminologias. O SARS-CoV-2 foi o nome dado pela *International Committee on Taxonomy of Viruses* para o coronavírus que causa a atual doença em questão - Significa “*severe acute respiratory syndrome coronavirus 2*”. E já Covid-19, foi o nome dado pela *World Health Organization - WHO* à doença que emergiu em dezembro de 2019 na China. Significa “*Coronavirus disease 2019*” (CORREIA *et al.*, 2020).

Os Coronavírus que podem causar infecções sintomáticas em humanos estão em dois gêneros: Alfacoronavírus (HCoV-229E e HCoV-NL63) e Betacoronavírus (HCoV-HKU1,

HCoV-OC43, MERS-CoV e SARS-CoV). Manifestam-se habitualmente como resfriados leves, 1 OC43 e HKU1, provenientes de roedores, e 229E e NL63, provenientes de morcegos. Por fim, o SARS-CoV-2, ou novo coronavírus, é outro betacoronavírus também responsável por, habitualmente atingir vias aéreas superiores, e também causando quadros graves de pneumonia e insuficiência respiratória. A origem do SARS-CoV-2 ainda não está determinada, sendo identificada semelhança de 96% de seu material genético com um vírus encontrado em morcegos de uma caverna em Yunnan, China (CORREIA *et al.*, 2020).

O primeiro caso foi identificado em 2019 na China, e devido as grandes notícias, ficou perceptível que seria praticamente uma guerra, ainda que dentro das fronteiras, para salvar as vidas em cada nação. Em alguns países, o vírus se espalhou com mais facilidade, no Brasil os primeiros casos ocorreram em 26 de fevereiro do ano de 2020. Desde o início, caberia pensar com um princípio de que nem sociedade e nem economia voltarão a ser o que eram antes do vírus se espalhar pelo mundo (MENDES *et al.*, 2020).

Na atual “guerra” que o mundo está, a melhor defesa é obter conhecimento do vírus e as maneiras de prevenção, ampliar assistência hospitalar, investir em kits para testes, leitos, respiradores e os mais diversos insumos necessários até que a vacina seja desenvolvida e aplicada na população (MENDES *et al.*, 2020).

A resposta brasileira à pandemia sob o ponto de vista normativo, teve início com a edição da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Desde então, houve diversos processos judiciais e alterações legislativas que buscaram dar suporte à ação governamental, para que houvesse eficácia adequada das medidas de contenção (MENDES *et al.*, 2020).

A capacidade reprodutiva do vírus (R_0) é de 2,28 – isto é, cada pessoa infectada tende a infectar 2-3 pessoas. Segundo o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde - OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, foram necessários 67 dias desde o primeiro caso relatado para atingir os primeiros 100.000 casos, 11 dias depois para atingir 200.000 e apenas mais 4 dias para superar 300.000 infecções (SOEIRO *et al.*, 2020).

Conforme as pessoas obtêm conhecimento das maneiras de prevenção da Covid-19 e o governo realiza as ações normativas, a tendência é que os níveis de contágio diminuam e não ocorra a sobrecarga no âmbito hospitalar, econômico e social. Evitando principalmente que o número de óbitos aumente, pois os

percentuais observados em gráficos do Ministério da Saúde, não demonstram apenas informações numéricas, realizam também a exposição de vidas que possuem grande importância para outra pessoa. Durante a apresentação dos resultados, constam a figura 03 e a figura 04 que faz alusão de determinados gráficos existentes.

Estudos mais aprofundados mostram, que o modo de transmissão dos coronavírus humanos comuns acontecem de duas principais formas: contatos próximos (em um raio de 1-2 metros) por meio de gotículas respiratórias produzidas quando uma pessoa infectada tosse ou espirra e através do contato por meio de fômites. Os indivíduos de qualquer idade podem adquirir infecção por Covid-19, porém os adultos de meia-idade e mais velhos, ou pessoas com problemas respiratórios costumam apresentar os quadros mais graves (SOEIRO *et al.*, 2020).

De acordo com as principais medidas de prevenção à Covid-19, foram criadas normas de distanciamento social, protocolos de isolamento (*lockdown*), uso obrigatório de máscaras e a disponibilização de álcool 70% nos estabelecimentos. Além desses cuidados, recomenda-se lavar as mãos frequentemente com água e sabão. Empresas adotaram o trabalho na modalidade “*home office*” para pessoas com predisposição a apresentar quadros graves caso seja contagiado, e sair de casa apenas em extrema necessidade. Todos esses cuidados são essenciais para a preservação da saúde e da vida.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Nesta seção trata dos métodos e técnicas de pesquisa desse estudo considerando o enquadramento metodológico e os procedimentos de coleta e análise dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Com relação à natureza do objetivo, a pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva. Exploratória, em razão de que o objeto de estudo é a empresa Laboratório Santa Catarina. A pesquisa é realizada sob as demonstrações contábeis e informações disponibilizadas pela empresa, com os dados obtidos, ela gera conhecimento sobre os desafios que a empresa obteve com a pandemia. De

acordo com Cervo *et al.*, (2007), a pesquisa exploratória é o passo inicial pois é nele que existe a base para formulação de hipóteses e sucessivamente novas visões de pesquisas do assunto. Esse método de pesquisa não induz a elaboração de hipóteses de teste, diminuindo a definição do objetivo e na busca de novas informações, mas sim adquirir conhecimento do assunto, novas visões e novas ideias. Cervo *et al.*, (2007), destaca que a pesquisa descritiva procura trazer novos relatos busca de conhecer diversas situações no comportamento humano e suas características.

No que se refere à natureza do artigo trata-se de uma pesquisa teórica e prática. Teórica pela pesquisa possuir embasamento bibliográfico que combina estudos de conceitos da literatura e artigos. De acordo com Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa bibliográfica, é feita com base no material que já existe, utilizados como ferramenta de acesso livros e artigos científicos, com finalidade de oferecer não apenas uma solução ou definição de problemas já conhecidos, mas proporciona o pesquisador uma nova abordagem e novas conclusões. Prática, pois investiga a empresa estudada realizando uma maior associação entre demonstrativos. Segundo Andrade (2010), podem ser considerados a análise de um assunto, pois não se atêm em apenas copiar, mas fazer levantamentos sobre o objeto de estudo e ter sua própria conclusão. A lógica da pesquisa é dedutiva, pois parte de uma coleta de dados em modo geral, ela apresenta os assuntos abordados e após análise das informações é possível chegar a uma conclusão. Significa que com base em toda sua pesquisa você usou sua dedução para chegar ao resultado. Levando o pesquisador a analisar se os argumentos dedutivos estão corretos ou incorretos e se as premissas levam conclusão correta ou incorreta (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Quanto à coleta dos dados, se dá a partir de dados primários e secundários. Primários, pois foram elaborados planilhas e gráficos para o comparativo de informações coletadas na empresa. De acordo com Cervo *et al.*, (2007), são informações com dados novos, ainda não informados, para auxiliar na busca dos objetivos de uma pesquisa. Secundários, pois os dados são obtidos na empresa em estudo, mediante documentos e demonstrações. A coleta de dados secundários, são dados que foram coletados para demais finalidades. Assim sendo, o pesquisador deve procurar esses dados e trazer para o assunto em questão (RODRIGUES, 2007).

Sobre a abordagem da pesquisa caracteriza-se com predominância em aspectos quantitativos pois, segundo Marconi e Lakatos (2010), o método quantitativo, como já diz o nome faz com que o pesquisador analise de forma numérica os dados do objeto de pesquisa, o controle estatístico se caracteriza pela veracidade e precisão dos dados. Além desse aspecto a pesquisa também possui informações qualitativas. O embasamento teórico geral e o planejamento servem de apoio e faz com que o investigador não saia do contexto geral. A pesquisa qualitativa não possui finalidade apenas a descrição dos dados de uma pesquisa, mas também, relatar sua interpretação referente aos dados de pesquisas adquiridos (MARCONI; LAKATOS, 2011)

O resultado da pesquisa é caracterizado de forma aplicada, pois se refere a um estudo de caso com um objetivo de encontrar as respostas para o questionamento: “Quais foram os principais efeitos econômicos e financeiros impostos pela pandemia da Covid-19 para o Laboratório Santa Catarina no período de março de 2020 a março de 2021?”. Segundo Motta (2009), a pesquisa aplicada busca solucionar problemas, a partir de documentação e referências fornecidas pela busca de informação.

Em relação aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso, pois foram utilizados livros e artigos, também foram coletados informações e dados da empresa estudada; e estudo de caso, porque envolve um estudo profundo referente ao caso apresentado e a coleta de dados realizada. Bibliográfico devido a sua base teórica possuir origem em livros e artigos, sendo também documentário comprovando as informações da organização por meio de formulários eletrônicos e relatórios internos (BEUREN, 2008). Segundo Triviños (1987), o grande valor do estudo de caso é fornecer conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada, além disso os resultados atingidos permitem a formulação de hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas.

No que tange aos instrumentos para coleta de dados, é realizada na forma de documentação, pois utiliza documentos, relatórios e planilhas na utilização da pesquisa.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

No primeiro momento da elaboração da pesquisa, foram realizadas buscas bibliográficas para conceituar e realizar a fundamentação dos assuntos abordados, com o intuito de obter maiores informações, especialmente relacionadas a Covid-19.

Sobre o segundo momento, houve a coleta de dados na empresa, com a finalidade de acrescentar o conhecimento e entender seus processos, foram realizadas entrevistas com os administradores, também foram analisadas informações sobre as demonstrações contábeis, planilhas e documentos.

Em relação ao terceiro momento, é demonstrado por tabelas e figuras o impacto financeiro que ocorreu na empresa durante este período, comentado sobre realizações da organização e as variações que obteve no custo de aquisição insumos, proporcionando alcançar o objetivo geral da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Na atual seção, apresenta-se o objeto de estudo Laboratório Santa Catarina, realizando sua caracterização. Na sequência, demonstra o estudo detalhado relacionado ao tema, a fim de alcançar o objetivo geral da pesquisa. Logo após, encontra-se a análise dos dados apresentados, a discussão dos resultados e, por fim, a visão sistêmica aplicada ao caso.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO⁵

A empresa em estudo é o Laboratório Santa Catarina, foi fundado no ano de 1976, na cidade de Tubarão, Santa Catarina. Ele atua na área da saúde, o ramo de atividade é Análises Clínicas. Atualmente, faz o atendimento de toda a região da Amurel. Além dos laboratórios associados, existem unidades de coleta própria, possuem 4 unidades em Tubarão, 1 unidade em Capivari de Baixo e 1 unidade em Termas do Gravatal. O foco do Laboratório é a melhoria da qualidade de vida da população, seu maior conceito é a qualidade com preço acessível. Toda essa dedicação, tem como reflexo a qualidade comprovada por importantes certificações,

⁵ Informações contidas nessa seção têm como fonte o Contrato Social, site da empresa e conversa informal com o supervisor de estágio.

tais como: Certificado ISO 9001, Sistema Nacional de Acreditação e Programa Nacional de Controle de Qualidade. Eles utilizam meios diversificados para coleta como: a coleta domiciliar que traz um conforto maior para o paciente e a coleta KIDS que é realizada em uma sala lúdica. O laboratório foi fundado por dois Bioquímicos: Antônio Pedro Furtado, formado em Farmácia pela UFSC em 1969 e José Carlos Mamprim formado em Farmácia pela UFSC em 1974.

Naquela época, em que o laboratório era apenas um sonho, Dr. Mamprim trabalhava em um laboratório terceirizado do Hospital Nossa Senhora da Conceição e o Dr. Antônio trabalhava em outro estado. Contudo, Dr. Antônio possuía muita vontade de ficar perto de sua família, foi então que ele decidiu voltar para a cidade natal e abrir a empresa em sociedade com o Dr. Mamprim. “Quando cheguei busquei informações sobre o credenciamento do INPS.” conta ele referindo-se ao Instituto Nacional de Previdência Social (antigo sistema de saúde). Dr. Antônio relata que quem não possuía o credenciamento no INPS não conseguia se manter no mercado, pois era um dos melhores convênios para a prestação de serviços, tanto pela demanda de serviços quanto a forma de pagamento. Então foram em busca das documentações legais para o seu credenciamento.

Dr. Mamprim tinha muitos planos para expandir, e disse uma frase que marcou muito aquele momento *“Se for para fazermos um laboratório que será apenas mais um em Tubarão, eu fico no meu emprego, se for para fazermos o laboratório que será o primeiro de Tubarão daqui a dez ou vinte anos então vamos fazer.”* E foi assim desde o início, com objetivos definidos e força de vontade que nascia o Laboratório Santa Catarina.

Após formarem a sociedade, instalaram o laboratório na Rua Coronel Cabral. Até conseguir o credenciamento do INPS, demorou em média 6 meses. Naquele período o laboratório tinha pouca demanda de exames, em média 10 a 15 exames diários e conseguiam liberar resultados prontos em um dia, por meios manuais. Após o processo de credenciamento começaram a ter 30 a 40 exames por dia que ficavam prontos só no dia seguinte. Hoje com a automação, são realizados em média de 300 a 400 hemogramas por dia, prontos em até dois minutos. A figura 01, exibe os dois sócios fundadores do Laboratório.

Figura 01 - Fundadores Antônio Furtado e José Mamprim



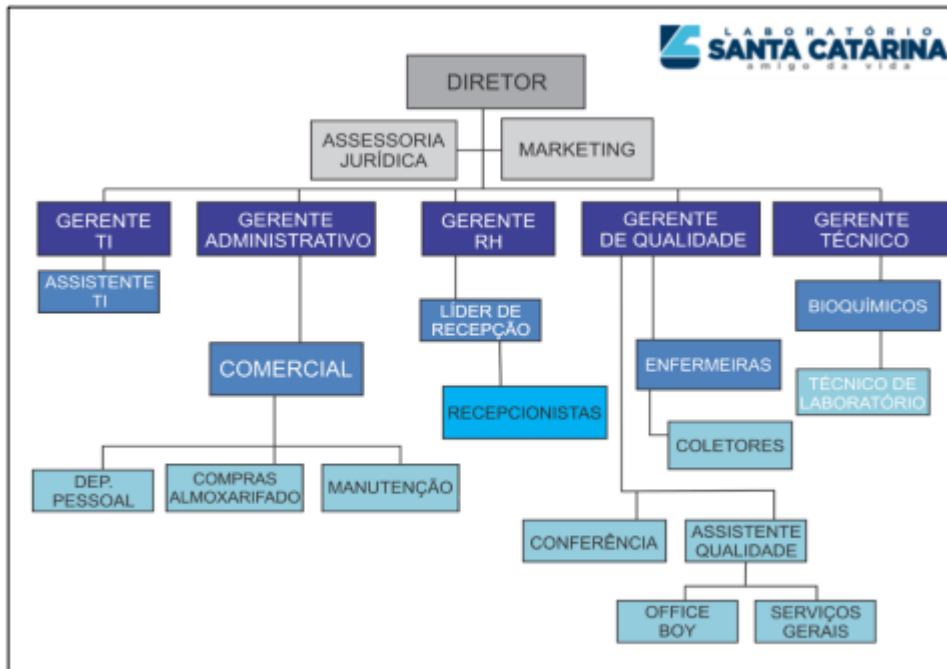
Fonte: Revista Sul Fashion (2013).

Atualmente, o Laboratório conta com 110 colaboradores, alguns possuem mais de 26 anos no exercício da função. A área técnica é dividida por setores: hematologia, química e microbiologia, nestes setores estão os bioquímicos e os auxiliares de laboratório. Para realização de transporte de amostras, existem 3 motoboys a disposição. O administrativo abrange uma série de setores específicos, como departamento pessoal, TI, Marketing e entre outros. O financeiro realiza a emissão de boletos, fechamento de caixa, contas a pagar e verificam se os convênios estão realizando os pagamentos em dia. Na recepção existem funcionários para atendimento ao público que explicam como será realizado cada coleta, formas de pagamento e prazo para disponibilização das análises prontas. A contabilidade é realizada externamente - pelo Escritório de Contabilidade Orprocom, o contato é direto entre os responsáveis, de forma eficaz e ágil, todas as informações são enviadas e recebidas simultaneamente.

É possível perceber que cada colaborador possui as funções laborativas bem definidas e descritas, contando com o apoio do organograma. Desta maneira, torna eficiente a realização de cada função, pois mesmo que ela seja rotineira ou simples, possui grande significância no quadro geral da organização, cada procedimento deve ser realizado da melhor maneira possível. O organograma traz uma representação gráfica dos cargos da empresa, de acordo com Chiavenato (2001) ele representa a estrutura formal. Quanto mais organizado os cargos, melhor será

realizado a comunicação empresarial, facilitando no desenvolvimento de cada função. Na figura 02, apresenta-se o organograma empresarial.

Figura 02 – Organograma empresarial



Fonte: Laboratório Santa Catarina (2020).

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção trata da análise e discussão dos resultados da pesquisa após a coleta de dados na empresa objeto de estudo, com a finalidade de cumprir os objetivos específicos.

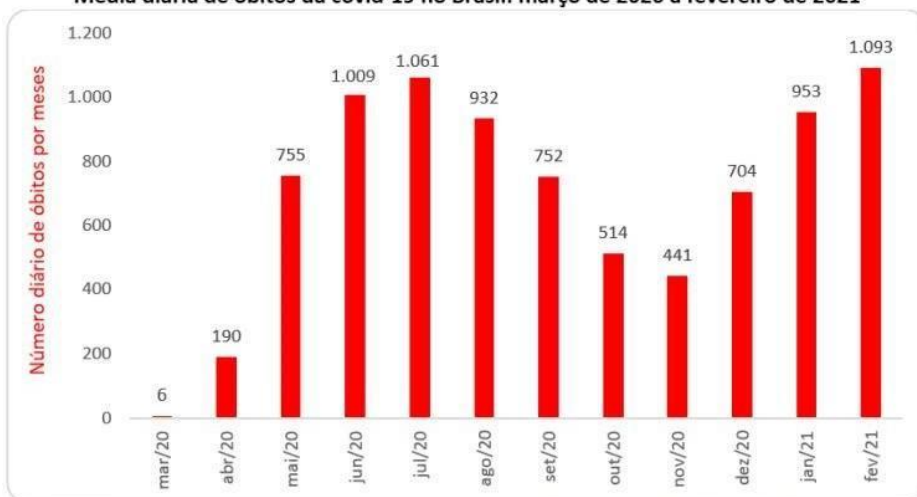
4.2.1 Principais informações da Covid-19

Este assunto visa cumprir o primeiro objetivo específico, que é descrever as principais informações da pandemia da Covid-19. O primeiro caso de Coronavírus foi relatado na China em dezembro de 2019, logo após, começou a se espalhar rapidamente entre outras regiões, dando início a pandemia da Covid-19. O primeiro caso no Brasil ocorreu em 26 de fevereiro de 2020, porém, apenas em março que a OMS realizou a declaração de pandemia, especificamente em 11 de março de 2020, logo após a população percebeu a necessidade de redobrar os devidos cuidados e as medidas de segurança.

Conforme a doença se tornou popular, surgiu variados nomes e terminologias. SARS- CoV-2 foi o nome dado pela *International Committee on Taxonomy of Viruses* para o coronavírus que causa a doença em questão. E já Covid-19, foi o nome dado pela World Health Organization nome popular que refere-se a “*coronavirus disease 2019*”, ou seja, “*doença do coronavírus*” e “*2019*” pois é o ano que teve início. Atualmente, o vírus sofreu mutações e existem outras variações, não apenas a SARSS-CoV-2.

Apesar de grande parte da população redobrar as medidas de segurança, no ano de 2021 houve um aumento enorme na contaminação, os gráficos cresceram drasticamente e junto a isso, muitas pessoas faleceram, trazendo tristeza e desamparo a população. Além das mortes, existe também a insegurança quanto a economia. Muitas pessoas perderam o emprego, e comércios viram a necessidade de encerrar as atividades. A pandemia no Brasil, impactou não apenas a área da saúde, mas também todas as outras áreas da sociedade. A Figura 03 demonstra o gráfico da média diária de óbitos no Brasil.

Figura 03 – Média de óbitos da Covid-19 no Brasil
Média diária de óbitos da covid-19 no Brasil: março de 2020 a fevereiro de 2021



Fonte dos dados: Ministério da Saúde do Brasil <https://covid.saude.gov.br/>

Fonte: Revista Eletrônica EcoDebate (2021).

Pode-se observar que no ano de 2020, junho e julho foram os meses com maior índice de óbito, o esperado seriam os índices diminuírem pelo fato da população já estar habituada com as medidas de prevenção. Porém, em 2021 os números voltaram a aumentar, sendo fevereiro o mês com a maior taxa de óbitos no Brasil. Marcando um período de decepção e desamparo aos brasileiros.

4.2.2 Análise de faturamento

No início da pandemia, o laboratório percebeu a necessidade de adaptar a gestão para passar por esse período causando o menor impacto possível na empresa, portanto, este assunto visa cumprir o segundo objetivo específico proposto, que é apresentar a variação do faturamento que a pandemia da Covid-19 ocasionou na empresa objeto de estudo.

É importante ressaltar que todos os dados informados nesse capítulo foram transformados em porcentagem, com a finalidade de preservar os dados reais da empresa, porém, os resultados apresentados não interferem na análise e conclusão obtidas ao final da pesquisa.

A contabilidade por muitos anos era vista como um sistema de informação tributárias, nos dias de hoje é muito mais que apresentar números, mas também de elaborar e planejar relatórios, assim auxiliando na tomada de decisão da empresa. (CREPALDI, 2011).

O quadro 01 demonstra a porcentagem que a Covid-19 influenciou no faturamento da empresa, entre o período de março de 2020 a março de 2021.

Quadro 01 - Demonstrativo de influência no faturamento mensal

FATURAMENTO COVID-9	
PERÍODO	PORCENTAGEM DE INFLUÊNCIA
Março, 2020	0,94%
Abril, 2020	8,91%
Maio, 2020	4,10%
Junho, 2020	8,02%
Julho, 2020	16,43%
Agosto, 2020	14,54%
Setembro, 2020	6,14%
Outubro, 2020	8,61%
Novembro, 2020	15,40%
Dezembro, 2020	18,77%
Janeiro, 2021	10,06%
Fevereiro, 2021	8,74%
Março, 2021	10,91%

Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

O quadro 01 apresenta de forma resumida e destaca a porcentagem mensal de receitas obtidas com a realização de exames laboratoriais exclusivos à Covid-19. Possui início em março de 2020, pois é a data que os primeiros exames e cuidados

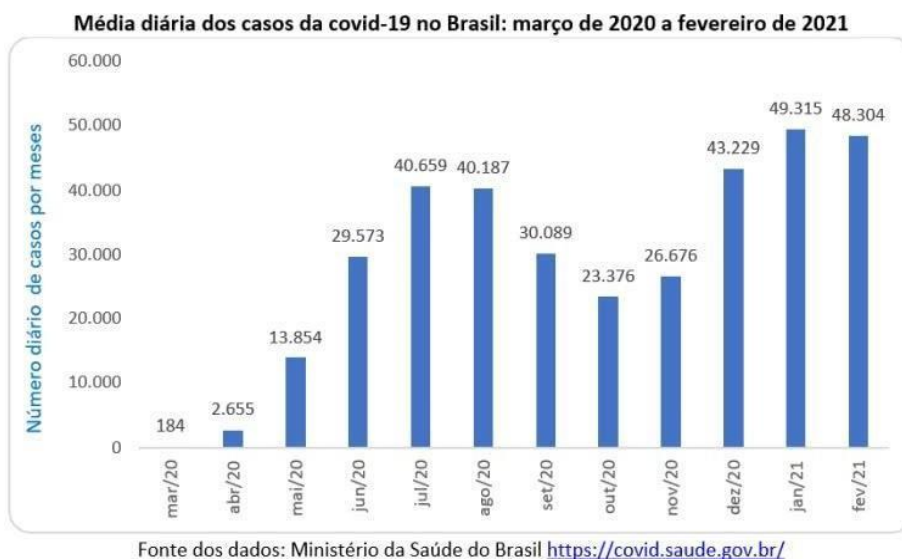
passaram a serem realizados. No mês que teve início a realização dos exames, percebe-se que foi o momento com menor porcentagem de faturamento, representando apenas 0,94% do faturamento empresarial total, devido ainda ser um assunto novo para todos, a procura era menor.

Após isso, foram passando os dias, as notícias e o contágio aumentando, a população viu a necessidade de realizar os exames caso sentissem os sintomas ou até mesmo se estivessem na dúvida de estar contaminado ou não. Relacionando com as notícias que ocorrem na mídia, os períodos chamados “onda da Covid-19”, foram ocasiões que tiveram um aumento na realização de exames laboratoriais. Pode-se observar também, que entre todo o período analisado, dezembro de 2020 foi o mês que obteve o maior faturamento em exames da Covid- 19, esse período representou 18,77% de todo o faturamento empresarial.

Para tornar explícito o que seriam estes períodos popularmente chamados de “onda” ou “pico” da Covid-19, é interessante a utilização das figuras 03 e 04. Por intermédio dos gráficos é possível analisar que em determinados momentos ocorrem o aumento do contágio do vírus. Pesquisadores explicam que o pico acontece quando o número de pessoas infectadas é igual ao número de pessoas recuperadas por dia em determinado período.

Uma das explicações para quando esse fato ocorre são os momentos estimados de aglomeração, principalmente festas e comemorações, é possível analisar que nestes períodos ocorrem o carnaval, festas de fim de ano e férias coletivas. Além das festas, também houveram picos em junho e agosto, pelo fato de ser inverno muitos vírus são transmitidos com maior facilidade, e os sintomas também são parecidos. A figura 04 representa a média diária dos casos da Covid-19 no Brasil.

Figura 04 – Média mensal dos casos da Covid-19 no Brasil



Fonte: Revista Eletrônica EcoDebate (2021).

A figura 04 demonstra o índice de contaminação brasileiro, na análise é possível perceber que houve muitos períodos com dados elevados de contaminação, sendo julho e dezembro de 2020 os maiores índices do ano, logo após em 2021 perdurou a taxa crescendo cada vez mais, percebe-se que grande parte, os números chegam a dobrar de um mês ao outro. Com este gráfico, é possível associar a realização de exames e o faturamento empresarial. Entre os períodos que existem maior incidência de casos, são períodos também que o laboratório obteve maior faturamento com exames da Covid-19.

4.2.3 Realização e a inovação de exames

Conforme existiu a necessidade de realizar os exames da Covid-19, a empresa se aperfeiçoou e inovou para a prestação de serviço. A gestão empresarial foi adaptada para a inovação em exames, prestação de serviço com qualidade e alta demanda, e ainda, evitar a sobrecarga no sistema. Este assunto cumpre o terceiro objetivo específico, que é analisar a variação dos números da realização de exames para Covid-19, apontando os que houveram maiores demandas. Ressaltando também, todos os dados informados nesse capítulo foram transformados em porcentagem, com a finalidade de preservar os dados reais da empresa, porém, os resultados apresentados não interferem na análise e conclusão obtidas ao final da

pesquisa. De acordo com o quadro 02, é possível verificar a influência que os testes específicos para Covid-19 obtiveram no quadro geral da empresa.

Quadro 02 - Demonstrativo mensal da realização de diagnósticos

EXECUÇÃO DE EXAMES COVID-19	
PERÍODO	PORCENTAGEM DE INFLUÊNCIA
Março, 2020	0,04%
Abril, 2020	0,34%
Maio, 2020	0,16%
Junho, 2020	0,70%
Julho, 2020	0,96%
Agosto, 2020	0,88%
Setembro, 2020	0,33%
Outubro, 2020	0,50%
Novembro, 2020	0,97%
Dezembro, 2020	1,17%
Janeiro, 2021	0,52%
Fevereiro, 2021	0,41%
Março, 2021	0,55%

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Como também houve relação com o faturamento empresarial, percebe-se que no primeiro mês do comparativo, foi o momento com menor procura para realizações específicas a Covid na empresa, resultando em apenas 0,04% da prestação de serviço total. Já o período que a procura foi maior, em dezembro de 2020, os testes representaram 1,17% de prestação de serviço total da empresa.

A empresa adotou um interessante método para não sobrecarregar as atividades laboratoriais. Com a utilização de demonstrativos contábeis e gráficos, analisou qual período existia maior requisição de exames e maior movimento no laboratório, logo após, passou a realizar o agendamento para testes da Covid-19 alternando com períodos de muito movimento no laboratório. Em seguida, no quadro 03 é possível verificar o período em que cada teste passou a ser realizado.

Quadro 03 - Demonstrativo da inovação de cada exame

PERÍODO QUE CADA TESTE DA COVID-19 TEVE INÍCIO													
PERÍODO	mar -20	abr -20	mai -20	jun -20	jul- 20	ago -20	set- 20	out -20	nov -20	dez -20	jan -21	fev- 21	mar -21
RT – PCR	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
IGG+IGM		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
ANTICORPOS TOT. POR ECLIA				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
IGG + IGM QUIMIOLUMIN ESCÊNCIA				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
PESQUISA DO ANTÍGENO					x	x	x	x	x	x	x	x	x
ANTICORPOS IGA POR ELISA					x	x	x	x	x	x	x	x	x
IGG + IGM FLUORESCÊNC IA						x	x	x	x	x	x	x	x
ANTICORPOS IGG							x	x	x	x	x	x	x
PCR QUALITATIVO										x	x	x	x
RT-PCR EXPRESS										x	x	x	x
PESQUISA DO ANTÍGENO EM SALIVA												x	x

Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

Pelo quadro 03, é possível perceber que no primeiro mês a empresa realizava somente um modelo de teste, o RT-PCR. Conforme foram passando os meses, a empresa viu a necessidade de realizar outros modelos, com períodos mais curtos para obter o resultado, com meios alternativos de coleta e até mesmo para obter outras informações, não somente “está positivo ou está negativo para a doença”. O Laboratório Santa Catarina, começou a se aprofundar nos estudos e passou a realizar cada vez mais testes novos, inclusive alguns que já ficam prontos no mesmo dia.

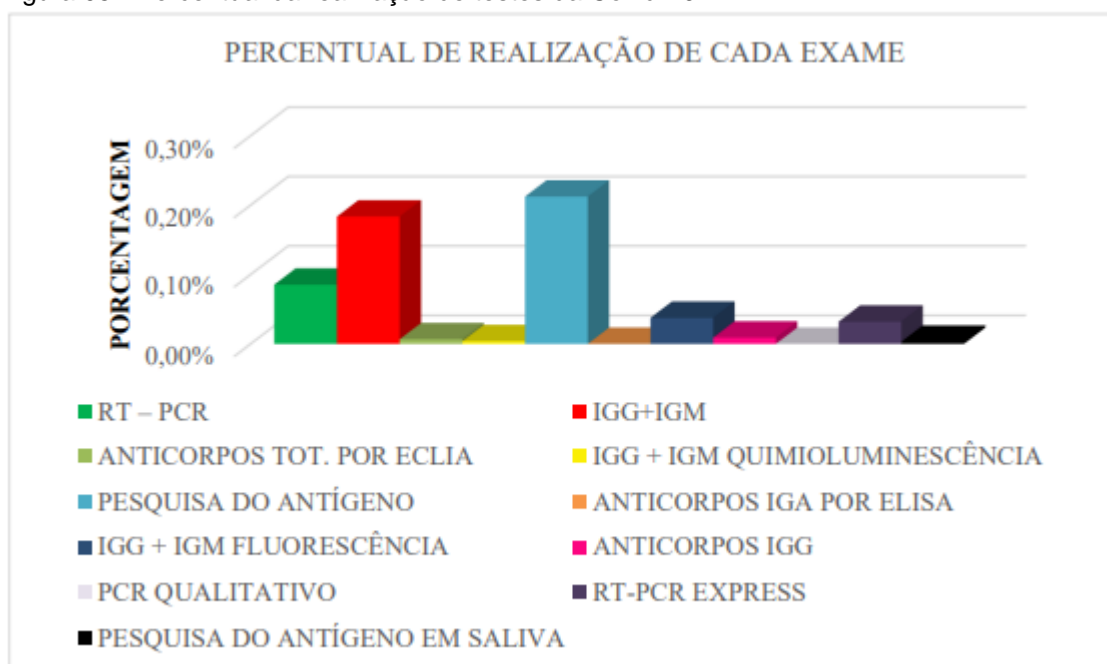
Com a realização de novos exames, a empresa consegue comprar maior quantidade de insumos e obter o custo unitário menor, sendo assim, é possível abaixar o custo da prestação de serviço. Muitas pessoas começam a sentir necessidade de fazerem os exames, o preço atrativo, confiança na prestação do serviço e entrega de resultados rápidos, passa a ser um diferencial para a empresa, garantindo uma boa parcela de mercado. Cidadãos que foram ao laboratório apenas

para realizar um teste rápido por exemplo, conseguiram perceber a qualidade de atendimento, obtendo a empresa como referência para outros diagnósticos.

Esta análise é uma ferramenta muito útil para o gerenciamento, não se trata apenas do custo, mas também, da elaboração de estratégias para que tenha um aumento satisfatório no resultado empresarial, obtendo maior demanda e mantendo a qualidade no serviço prestado.

Um dos fatores com maior relevância para os exames possuem veracidade, é definir qual estágio da doença o organismo humano se encontra, pois, alguns testes são realizados em determinados momentos de estágio e outros até mesmo sem possuir a doença. Portanto, faz com que alguns possuem maior realização do que outros. Mediante a figura 05, é possível observar qual teste obteve a maior requisição entre todo o período analisado.

Figura 05 - Percentual da realização de testes da Covid-19.



Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

A figura 05, é demonstrada por um gráfico, pode-se notar que o exame com maior requisição foi a Pesquisa do antígeno com 0,21%. Possui resultado pronto em vinte e quatro horas após coleta, se tornou uma ferramenta de grande auxílio para a secretaria de saúde na contenção do aumento de casos.

Logo após, é possível perceber que a Pesquisa de anticorpos IGG+ IGM obteve 0,18% de realização, sendo o segundo exame com maior requisição, ele possui liberação de resultado também em até vinte e quatro horas.

Em terceiro lugar, está o teste de RT-PCR, o pioneiro a ser praticado pelo Laboratório, ele possui 0,09% de realização em todo o período analisado. Ele é o único exame liberado pelos planos de saúde com finalidade de diagnosticar a doença logo no início dos sintomas, possui a liberação do resultado em até sete dias úteis.

Cabe ressaltar que alguns testes apresentaram porcentagem zerada, isto ocorre devido à realização ser muito pequena perante outros testes realizados no momento, portanto não fecharam porcentagem suficiente para o cálculo.

4.2.4 Variação no custo de aquisição dos equipamentos de proteção

O uso dos equipamentos individuais e coletivos de proteção, são necessários para garantir a seguridade dos pacientes e colaboradores, são medidas de segurança que minimizam a exposição de doenças que podem prejudicar a saúde e atuação dos profissionais. Este assunto cumpre o quarto e último objetivo proposto, que é demonstrar a variação no custo de aquisição de equipamentos de proteção individuais e coletivos durante o período de análise.

Os dados foram coletados por meio de relatório do estoque empresarial, demonstram como houve um aumento drástico nos materiais necessários para proteção. O motivo do aumento, acontece pela relatividade da lei da oferta e procura, que ditam o quanto irá custar. A falta de matéria prima e de mão de obra ocasiona a escassez no mercado, fazendo com que o pouco que tem, seja vendido por um valor super faturado, como consequência, gera impacto negativo no valor final do exame oferecido ao cliente. No quadro 04 é possível verificar a variação no custo de aquisição de alguns EPI's e outros materiais com uso eficaz ao combate da Covid-19.

Quadro 04 - Demonstrativo da variação no custo dos equipamentos de proteção

VARIAÇÃO NO CUSTO DE AQUISIÇÃO DE EPI'S						
ITEM	VALOR EM 01/2020	VALOR EM 03/2020	VALOR EM 03/2021	VARIAÇÃO DE 01/2020 A 03/2020	VARIAÇÃO DE 03/2020 A 03/2021	VARIAÇÃO DE 01/2020 A 03/2021
AVENTAL C/ PUNHO UN.	R\$ 1,36	R\$ 3,00	R\$ 2,59	120,59%	-13,67%	90,44%
LUVA CAIXA COM 50 PARES	R\$ 14,40	R\$ 42,00	R\$ 83,00	191,67%	97,62%	476,39%
MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA UN.	R\$ 0,11	R\$ 1,50	R\$ 0,36	1263,64%	-76,00%	227,27%
MÁSCARA N95 UN.	R\$ 2,10	R\$ 8,50	R\$ 8,50	304,76%	0,00%	304,76%
TOUCA DESCARTÁVEL UN.	R\$ 0,06	R\$ 0,10	R\$ 0,13	66,67%	30,00%	116,67%
MACACÃO PROTEÇÃO		R\$ 36,00	R\$ 65,00		80,56%	
ÓCULOS PROTEÇÃO UN.		R\$ 9,90	R\$ 12,00		21,21%	
PROTETOR FACIAL UN.		R\$ 28,90	R\$ 25,00		-13,49%	
SAPATILHA PROPÉ PAR		R\$ 0,38	R\$ 0,39		2,63%	
VARIAÇÃO NO CUSTO DE AQUISIÇÃO DE ITENS EFETIVOS AO COMBATE DA COVID-19						
ITEM	VALOR EM 01/2020	VALOR EM 03/2020	VALOR EM 03/2021	VARIAÇÃO DE 01/2020 A 03/2020	VARIAÇÃO DE 03/2020 A 03/2021	VARIAÇÃO DE 01/2020 A 03/2021
ÁLCOOL EM GEL 70% 5L	R\$ 28,00	R\$ 34,00	R\$ 40,00	21,43%	17,65%	42,86%
ÁLCOOL 92,8 IL	R\$ 4,88	R\$ 7,20	R\$ 5,79	47,54%	-19,58%	18,65%

Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

O quadro 04 é formado por alguns dos equipamentos de proteção que possuem grande utilização na empresa em estudo. Ele realiza um comparativo sobre a variação no custo de aquisição dos equipamentos que ocorreram durante a pandemia, utiliza como base três períodos diferentes.

Com os dados é possível analisar que a primeira variação é entre o período de janeiro a março de 2020, ou seja, valores antes da pandemia e valores no início da pandemia. No geral, todos os itens sofreram reajuste nos valores, o item que maior teve impacto foi a Máscara Cirúrgica Tripla, ela aumentou praticamente treze vezes mais, de R\$0,11 passou a custar R\$1,50 – teve um aumento de 1263,64% em pouco tempo. O interessante dessa análise, é que falando em valores monetários, “pagar R\$1,50” é um valor risório, porém considerando a porcentagem que houve de

aumento, é possível perceber quão grande foi essa variação, visto que o Índice Geral de Preços não chegou próximo dessa porcentagem.

Na próxima análise, é possível observar que entre março de 2020 a março de 2021, são períodos em que a pandemia não é mais novidade, as pessoas e os materiais já estão habituados com a procura e oferta, alguns itens passaram a serem utilizados como proteção extra, como o macacão de proteção, óculos de proteção, protetor facial (*face shield*), sapatilha propé e o álcool (70% e 92,8%). O álcool já era um material utilizado no laboratório, porém como é efetivo ao combate da Covid-19, passou a ter aumento drástico nos preços também.

Nesta análise, alguns itens obtiveram queda nos preços entre um período e outro, como a Máscara Cirúrgica Tripla demonstrando uma variação negativa de 76%, de R\$1,50 passou a custar R\$0,36. Alguns itens continuaram o mesmo valor, como a Máscara N95. E outros aumentaram ainda mais, por exemplo a caixa de luvas, que no período analisado aumentou 97,62%, custava R\$42,00 e sofreu um reajuste para R\$83,00.

No terceiro momento, é realizada a análise de janeiro de 2020 a março de 2021, ou seja, período sem pandemia e período atual de pandemia, demonstrando que entre os onze itens listados, todos sofreram um grande aumento de preços, com destaque a caixa de luvas que representou o maior aumento na variação, sendo 476,39% em todo o momento. Cabe ressaltar que, entre reajustes positivos e negativos, nenhum item voltou a custar o mesmo que custava em janeiro (antes da pandemia).

Com o propósito de obter maiores informações, é realizada uma entrevista no Laboratório Santa Catarina, dia 19/05/2021 com o Dr. José Carlos Mamprim, portanto, o quadro 05, é a transcrição da entrevista realizada.

Quadro 05 – Súmula da entrevista realizada com o Dr. Mamprim.

Questão	Entrevistado
Qual a visão que a empresa possui atualmente com a pandemia?	O laboratório teve um aumento de faturamento, provocando também um grande acréscimo nos reagentes e materiais de consumo. Principalmente os EPI's. Concluindo o aumento de faturamento é que é causado pela pandemia, acrescentou consideravelmente os custos do Laboratório.
Quais as expectativas da empresa para quando a pandemia terminar? O que o gestor espera?	Como a Covid-19, é uma doença "NOVA", não sabemos ainda qual será o curso dessa pandemia.
Conforme a empresa realiza modelos variados de exames para Covid-19, os valores dos exames sofrem alterações?	Os métodos de pesquisa do vírus, em virtude da tecnologia tiveram rápidas mudanças, métodos que realizamos no meio da pandemia, hoje já são abolidos e não se usam mais. Os métodos disponíveis sofreram mudanças tecnológicas, o que causou redução de preços, e essa redução foi passada para os clientes também.
Como a empresa lida com o aumento do custo de compra dos materiais?	Por ter sempre a reserva de contingenciamento para despesas (pessoal, fornecedor e impostos), consegue absorve esse aumento e não repassar para os clientes, até o momento.
A gestão empresarial teve modificações com a pandemia? Caso seja afirmativa, comente sobre.	Sim. Tivemos maiores cuidados nas compras e no estoque. Pois em meio a pandemia muitos fornecedores estavam com falta de mercadoria e como não trabalhamos com estoque alto, passamos a ter maior cuidados de compra até mesmo pela alta do valor dos produtos.
A contabilidade influenciou no processo de tomada de decisões da empresa?	Sempre. A contabilidade nos aponta os caminhos financeiros que podemos tomar.

Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

Por meio da pesquisa, é possível associar a contabilidade na área da saúde, ela demonstra a relevância da utilização contábil no meio empresarial. Como não é possível tornar público alguns dados da empresa, em especial os demonstrativos com valores reais, também não é possível realizar um comparativo entre receitas e despesas. Entretanto, não impede a conclusão dos resultados esperados, pois alguns relatórios são possíveis evidenciar por meio de porcentagens e para outros questionamentos, os impactos financeiros e econômicos, ocasionados na empresa, tendo em vista rápidos e consideráveis alterações nos custos dos insumos, bem como na demanda por determinados exames, ocasionados devido ao enfrentamento da pandemia da Covid-19.

4.3 VISÃO SISTÊMICA APLICADA AO CASO

A contabilidade gerencial é uma das ferramentas indispensáveis para uma boa gestão na empresa, pois, com a experiência e análises de dados contábeis o gestor consegue não somente assegurar o uso apropriado de seus recursos, mas principalmente administrar, planejar e controlar a organização empresarial de forma eficiente. Realizar a boa gestão é necessário em todo âmbito, e em meio a uma crise torna-se mais importante ainda para guiar a empresa de maneira que continue realizando suas atividades e sofra o menor impacto possível.

A ciência contábil não é apenas estudo para realizar o método de registrar os débitos e créditos ou repassar informações tributárias, mas também de analisar a situação da saúde empresarial. Com base em toda informação e registros contábeis é possível traçar ganhos a curto e longo prazo.

Pode-se verificar uma grande relação entre a contabilidade e os objetivos desse artigo, pois a análise precisa de cada exame realizado na empresa, faz com que a decisão tomada, seja pequena ou até mesmo anule as chances de erro. A contabilidade gerencial é utilizada para identificar o que realmente influencia no processo de tomada de decisão.

Os dados obtidos por meio de relatórios operantes na empresa junto a experiência do gestor, faz com que ele fique próximo aos resultados diários, assim ele pode tomar decisões estratégicas, baseadas na análise das informações gerenciais que a contabilidade pode contribuir. As inovações de exames, custos, demanda, formas de pagamento e entre outros, são itens que devem sempre serem analisados, para caminhar junto ao mercado oferecendo sempre o melhor possível e mantendo a saúde empresarial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência contábil se torna uma ferramenta útil para uma boa gestão, pois a principal atribuição consiste no fato de gerar relatórios contábeis com informações de qualidade e por meio dessas informações os usuários contábeis podem tomar decisões sobre a organização. Percebe-se a relevância da contabilidade para a organização e como o mecanismo de planejamento é indiscutível. A contabilidade é

uma parte fundamental no processo de gestão, seja a gestão da empresa ou até mesmo administração pessoal.

Portanto, o objetivo geral da presente pesquisa que era apresentar a variação do faturamento versus o aumento no custo dos equipamentos de proteção que a pandemia da Covid-19 trouxe para o Laboratório Santa Catarina no período de março de 2020 a março de 2021, foi alcançado com sucesso, pois mesmo que ocorreu a escassez de mão de obra (por ser uma atividade considerada “linha de frente” do vírus, muitos colaboradores tiveram contaminação), o custo com horas extras para poder continuar a prestação de serviços e o aumento considerável no custo do material de consumo para a realização de todos os exames disponíveis na empresa, o gestor viu a necessidade da utilização da contabilidade como ferramenta essencial para a gestão do negócio e a importância das ações apresentadas para minimizar os impactos negativos da pandemia.

Nesse sentido, os relatórios obtidos nos sistemas Matrixdiagnosis e Fortes AG, as informações contidas em outros relatórios técnicos e com base em todo o material à disposição que fora coletado na empresa objeto de estudo forneceram grande suporte para a pesquisa. É possível também elaborar uma nova visão, no primeiro momento a pandemia foi vista com um grande problema econômico para empresa, logo após, com a análise correta e modificações na gestão, foi possível obter uma nova percepção e fez com que a empresa obtivesse um ganho em curto prazo. Diminuindo o impacto sucedido pela pandemia.

Diante da pesquisa demonstrada foi possível perceber que a contabilidade possui grande valor na gestão empresarial, possui ligação direta na tomada de decisão e gera grandes impactos na empresa, variando positivamente ou negativamente. Com o conhecimento e experiência de um gestor consegue-se realizar estratégias a curto e longo prazo, seja para aumento de receita ou até mesmo para guiar a empresa em meio as crises externas. Através do planejamento estratégico é possível utilizar os recursos disponíveis da melhor maneira possível e alcançar resultados positivos.

A elaboração do custo na área laboratorial, acontece principalmente pela base de preço de mercado, sendo necessário a empresa possuir um diferencial na precisão e qualidade na prestação de serviço. Com o enfrentamento da Covid-19, a escassez de material para proteção individual e aumento no custo dos valores de compra teve influência negativa no âmbito empresarial, porém, a empresa conseguiu

manter o preço acessível frente ao mercado e ainda sim manter também a saúde empresarial.

A busca constante por conhecimento e atualizações que são úteis não apenas da parte contábil, mas também, do ramo de atividade que está gerenciando, saber como agir frente as modificações e estar atento as informações do cotidiano e do mundo, são características de um bom gestor empresarial, torna-se um diferencial significativo para abordar e realizar novos ganhos, tanto profissionalmente como pessoalmente.

Além disso o estágio realizado na empresa objeto de estudo, permitiu associar na prática todo o conhecimento adquirido em sala de aula, foi possível também, realizar uma troca de experiência, tornando-se grande valia para o meio acadêmico e para a realização da pesquisa.

A partir das lacunas observadas, foi possível verificar que muitos exames possuem resistência na elaboração isolada do custo, desta maneira, a formulação acontece pelo preço de mercado. Portanto, é muito interessante um próximo estudo sobre a formulação de preços para exames laboratoriais.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio D. Fevereiro, mês mais letal da pandemia. Março pode ser pior!. mar. 2021. **EcoDebate**. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/03/01/fevereiro-mes-mais-letal-da-pandemia-marco-pode-ser-pior/>. Acesso em: 01 mai. 2021.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARSANO, Paulo *et al.*, **Biossegurança**: ações fundamentais para promoção da saúde. São Paulo: Érica, 2014. Disponível em:

BEULKE, Rolando; BERTO, Dalvio Jose. **Gestão de custos e resultados na saúde**: hospitais, clínicas, laboratórios e congêneres. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BEUREN, Ilse Maria. *et al.*, **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CERVO, Amado L. *et al.*, **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007. CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CORREIA, Vinícius Machado *et al.*, **Manual de condutas na Covid-19**. Barueri: Manole, 2020.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HORNGREN, Charles T. *et al.*, **Contabilidade gerencial**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2004.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MELLO, Gilmar. **Análise de custos: uma abordagem quantitativa**. São Paulo: Atlas, 2013.

MARCONI, Marina De Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina De Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MENDES, Gilmar Ferreira *et al* (org.). **Governance 4.0 para Covid-19 no Brasil: propostas para gestão pública e para políticas sociais e econômicas**. São Paulo: Almedina, 2020.

MOTTA, Alexandre de Medeiros. **O TCC e o fazer científico: da elaboração à defesa pública**. Tubarão: 2009.

RODRIGUES, William C. **Metodologia científica**. FAETEC/IST: Paracambi, 2007.

SILVA, José Vitor da *et al.*, (org.). **Biossegurança no contexto da saúde**. São Paulo: Iátria, 2013.

SLOVINSKI, Elisa. Laboratório Santa Catarina. Araranguá, fev. 2013. **Revista Sul Fashion**. Disponível em: <http://www.revistasulfashion.com.br/noticia/laboratorio-santa-catarina>. Acesso em: 08 set. 2020.

SOEIRO, Alexandre *et al.*, **Covid-19: temas essenciais**. Barueri: Manole, 2020.

STAPENHORST, Amanda *et al.*, **Biossegurança**. Porto Alegre: Sagah, 2018.

TANAKA, Oswaldo; TAMAKI, Edson. **O papel da avaliação para a tomada de decisão na gestão de serviços de saúde**. Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA MVT REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA.

Michelle de Souza Lopes¹

Daniel Barbosa de Souza²

Alessandro de Medeiros³

Resumo: A Contabilidade fiscal e tributária tem como intuito orientar os gestores empresariais através de suas demonstrações sobre a realidade em que se encontram e sobre a situação do patrimônio e do resultado da empresa em um determinado período, de forma precisa seguindo rigorosamente a legislação, os princípios e normas contábeis. O Planejamento Tributário surgiu diante da importância que os impostos têm no mundo dos negócios, e o quanto a carga tributária elevada representa o fator que mais leva à extinção das empresas. Esse estudo tem como objetivo geral apresentar o regime tributário mais adequado entre o Simples Nacional anexo III e o Lucro Presumido para a empresa MVT representação comercial Ltda. Para cumprir ao objetivo geral tem-se como objetivo específico: identificar quais os regimes tributários vigentes no Brasil; levantar dados da empresa MVT Representação Comercial Ltda. do período de 2020; analisar de forma comparativa os resultados gerados a partir dos dados levantados. No que tange à metodologia do artigo, trata-se de uma pesquisa exploratória, teórica e prática. Exploratória, pois produz conhecimento sobre contabilidade fiscal e tributária a partir de um estudo de caso na empresa. Teórico, pois contém embasamento que concilia conceitos em livros, revistas e outras publicações relacionadas ao tema. Prática, pois, o estudo de caso analisa um único objeto em profundidade qual seja a empresa MVT Representação Comercial Ltda. A lógica da pesquisa é dedutiva, utilizam-se todas as provas possíveis para controle dos dados coletados. Através de análises dos dados levantados o objetivo geral foi atendido, de modo que o regime tributário mais adequado para a empresa foi identificado como o Simples Nacional anexo III, resultando uma diferença de percentual de tributação correspondente a 13,06% o que seria uma redução do valor do imposto a pagar em torno de R\$ 66.090,18.

Palavras-chave: Planejamento tributário. Regimes tributários. Carga tributária. Contabilidade fiscal e tributária.

1 INTRODUÇÃO

Em meio ao cenário atual da economia, é perceptível os efeitos causados pela pandemia no mercado de trabalho. Dados fornecidos pelo Pulso Empresas IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística) que realizou a pesquisa com o

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Orientador e Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

³ Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

intuito de estimar os impactos causados pela Covid-19 na economia brasileira nas atividades de Indústria, comércio, construção e serviço, identificou que 40,3% das empresas sofreram dificuldades para realizar os pagamentos de rotina. Seguindo com os dados da pesquisa, 46,8% encontraram dificuldade em acessar seus fornecedores, 32,9% obtiveram diminuição das vendas, 23,8% adiaram os pagamentos dos impostos e 21,4% adotaram medidas com o apoio do governo (IBGE, 2020).

Diante disso, os dados da pesquisa mostram a real necessidade das empresas em adotar medidas para enfrentar não somente tais impactos já informados, mas também, para diminuir a possibilidade da extinção da empresa gerando maior nível de desemprego e agravando ainda mais a economia.

Desta forma, realizar um planejamento tributário eficiente pode levar a diminuição dos fatores que levam à extinção, pois seu objetivo é reduzir a carga tributária existente sendo possível reformular o seu preço de venda, adquirindo assim o seu lugar perante o mercado e conseqüentemente aumentar o seu faturamento. No entanto, para a realização do planejamento tributário satisfatório é necessário a junção e análise de diversos fatores, para que assim seja feito o levantamento do regime mais adequado para a atividade da empresa.

Informações sobre o ramo de atividade, faturamento, despesas incorridas são algumas das principais ferramentas que o contador necessita para que este processo se inicie. No entanto, é fundamental que o contador tenha amplo conhecimento da legislação tributária e da sua adequada aplicação em cada tributo que a entidade esteja submetida.

Segundo Oliveira (2013), para a realização de um planejamento tributário eficaz é necessário considerar todos os encargos relativos à atividade operacional da organização, para que seja capaz de confrontar a redução do ônus fiscal individual com reflexos nos demais tributos.

Sendo assim, é essencial que todos os setores dentro da organização estejam interligados no mesmo propósito buscando entender e aplicar no seu dia a dia operacional as estratégias para a redução desejada. Pois a consequência não é devida somente de quem planeja, e sim, daqueles que executam e traçam diariamente metas de diminuição constante.

A empresa Compliance Contabilidade e Consultoria S/S LTDA, trata-se de um escritório prestador de serviços contábeis com sua natureza jurídica Sociedade

Simples Limitada, atuando na área desde 2018 proporcionando aos seus clientes inteligência e inovação em serviços contábeis.

O estágio supervisionado é realizado no escritório mencionado com o intuito de agregar conhecimento na parte tributária. Iniciando com a execução de um planejamento tributário na empresa MVT Representação Comercial LTDA, escolhida para o estudo dentre os demais clientes. Específica do ramo representação comercial e tributada pelo simples nacional, será realizado a revisão da carga tributária efetiva e na redução da mesma.

Desta forma, a pergunta de pesquisa é: Qual o regime tributário mais adequado entre Simples Nacional anexo III e o Lucro Presumido para a empresa MVT Representação Comercial Ltda.?

Em resposta à pergunta de pesquisa, o objetivo geral é apresentar o regime tributário mais adequado entre Simples Nacional anexo III e o Lucro Presumido para a empresa MVT Representação Comercial Ltda.

Para alcançar tal objetivo foram determinados os seguintes objetivos específicos: identificar quais os regimes tributários vigentes no Brasil; levantar dados da empresa MVT Representação Comercial Ltda do período de 2020; analisar de forma comparativa os resultados gerados a partir dos dados levantados.

Desta forma, a escolha do estudo de caso surgiu diante a oportunidade de agregar conhecimento na área acadêmica com ênfase no planejamento tributário entre todos os regimes de apuração e conseqüentemente o mesmo implicará em um nível a mais na área profissional. Pois, o mercado de trabalho demonstra essa carência entre os profissionais contábeis, fazendo com que este seja um grande diferencial perante os demais.

Com isso, presume-se que os resultados fornecidos pelo planejamento tributário auxiliarão o empreendedor para a tomada de decisão, sobre qual regime disponibiliza maior redução tributária para a empresa. Portanto, com a redução do valor pago com os encargos, resultará no aumento de recursos que serão disponibilizados e assim alocados em melhorias para organização.

Deste modo, acredita-se que o estudo de caso tem efeitos positivos para a sociedade, tendo em vista que a aplicabilidade de um planejamento tributário em uma organização leva a reduzir a extinção da empresa. Sendo assim, o nível de empregabilidade daquela região aumentará, gerando a economia local.

No entanto, os resultados apresentados são dirigidos apenas à empresa em

estudo, levando em consideração para elaboração dados obtidos durante o exercício de 2020 da empresa.

Diante disso, o trabalho está dividido em cinco tópicos como: Introdução, embasamento teórico, métodos e técnicas de pesquisa, apresentação dos resultados e considerações finais.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

O embasamento teórico trata-se do capítulo onde serão apresentados conceitos e ideias discutidos por outros autores sobre o tema abordado neste estudo de caso. Sendo assim, será abordado os seguintes temas: contabilidade fiscal e tributária, elisão e evasão fiscal, planejamento tributário e regimes tributários.

2.1 CONTABILIDADE FISCAL E TRIBUTÁRIA

A contabilidade fiscal e tributária tem como propósito demonstrar através de relatórios a realidade em que se encontram a situação do patrimônio e do resultado da empresa, de forma precisa seguindo rigorosamente os princípios e normas contábeis.

Em outras palavras, Crepaldi e Crepaldi (2019) mencionam que a contabilidade fiscal e tributária consiste no estudo da teoria e na aplicação dos conceitos, princípios e das normas básicas da contabilidade e da legislação tributária de forma apropriada. No entanto, o intuito principal é realizar o que determina a legislação tributária independentemente se o resultado auferido pela empresa não condizer com os resultados fiscais, pois o foco é a aplicabilidade dos princípios e normas sem ferir o direito tributário.

Do ponto de vista de Fabretti (2016) contabilidade fiscal e tributária é o ramo da contabilidade que tem como intuito aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária de forma adequada. Sendo um ramo da contabilidade deve apontar a real situação do patrimônio e o resultado do exercício de forma clara e objetiva, regida conforme conceitos e princípios.

No dizer de Oliveira (2013) este ramo da contabilidade tem como propósito o controle e o planejamento dos tributos ocasionados pelas operações e resultados

empresariais, não somente, mas também da realização de análises em todas as implicações tributárias de cada transação. Contudo, um sistema de informações contábeis junto aos conhecimentos sobre as legislações tributárias e sua contínua atualização são pontos essenciais para que o contador acompanhe a evolução dos tributos incidentes a atividade da empresa reduzindo possíveis infrações fiscais ou penais.

Ribeiro e Pinto (2014) destacam um dos objetivos da contabilidade fiscal e tributária como a concepção de relatórios informativos que facilitam a organização na escolha do melhor caminho tributário a tomar, sempre que houverem diversas opções inteiramente válidas e permitidas perante a legislação.

Além disso, a contabilidade fiscal e tributária trata-se da apuração do resultado econômico social de forma exata para que sucessivamente atenda às exigências da legislação do IRPJ e CSLL, definindo assim a base de cálculo fiscal para composição das provisões indicadas ao pagamento dos tributos onde serão deduzidas do resultado contábil, determinando assim o lucro líquido que será disponível.

2.1.1 Elisão fiscal e evasão fiscal

Crepaldi (2017) descreve elisão fiscal como operação legalmente autorizada que auxilia a lei tributária a atingir a sua finalidade extrafiscal, utilizando meios legais em busca da descaracterização do fato gerador do tributo. Presume lícito o comportamento do contribuinte que de forma honesta, evita ser submetido a uma carga tributária desfavorável.

Sendo assim, a elisão fiscal é uma série de atos de um contribuinte autorizados e não proibidos pela lei, com o intuito de obter uma carga fiscal reduzida deixando de realizar determinadas operações ou realizando de forma menos onerosa para o contribuinte.

Fabretti (2016) define evasão fiscal como condutas contrárias à Lei, normalmente realizadas subsequentemente ao fato gerador da obrigação tributária, com o propósito de reduzir ou ocultar informações relevantes à apuração do imposto. Sendo prevista e capitulada nas Leis contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo (Lei nº 8.137/90). Ao contrário disso, a elisão fiscal é legítima e lícita pois é elaborada conforme o ordenamento jurídico utilizando

métodos menos onerosos ou usufruindo das lacunas da lei.

Padoveze *et al.*, (2017) conceituam elisão fiscal como redução lícita de tributos mediante ações legais com intuito de otimizar os resultados auferidos pela organização. Deste modo, os meios legais de reduzir os impostos, taxas e contribuições, quando efetuados conforme a lei e realizada antes do fato gerador do tributo, sendo inquestionáveis e consideradas como elisão fiscal.

Para Faria (2016) a elisão fiscal compreende em um ato formal e jurídico absolutamente lícito, proporcionando ao contribuinte a redução da carga tributária por meios de intervir ao fato gerador, podendo ser realizado através da própria legislação ou pelas lacunas na legislação.

Por outro lado, a evasão fiscal de acordo com Crepaldi (2017) baseia-se em utilizar técnicas que violem a lei fiscal ou regulamento fiscal através de meios ilícitos, evitando assim o pagamento devido de taxas, impostos e demais tributos. Dentre os meios utilizados para evadir tributos estão a omissão de informações e as falsas declarações entre outras.

Araújo (2018) descreve a evasão fiscal constitui no ato em que o contribuinte utiliza métodos ilícitos e dissimulados, com o interesse de camuflar ou mascarar a ocorrência do fato gerador. Sendo ilícito todo o ato praticado em que o contribuinte posteriormente ao fato gerador com a iniciativa de retardar, evitar ou reduzir o cumprimento de tal obrigação.

2.2 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: ASPECTOS FUNDAMENTAIS

Um dos empecilhos macroeconômico mais comentados entre os pequenos e médios empresários, que dificulta a evolução dos seus negócios, trata-se da alta carga tributária vigente no País.

Um estudo publicado pela Folha de São Paulo relata que a carga tributária brasileira alcançou o recorde de 35,17% do PIB (produto interno bruto) em 2019, superando o pico registrado anteriormente em 2018 onde chegou a 34,64% do PIB. Nesta pesquisa identificou-se que o imposto em destaque dentre o aumento da carga tributária foi o IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) correspondendo 40% deste crescimento, subsequente está o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço) em torno de 30% (Afonso e Castro, 2019).

Diante disso, torna-se imprescindível a busca por um sistema de economia

legal, conhecido como planejamento tributário, sendo capaz de reduzir os encargos pagos pelas organizações. Crepaldi (2017) descreve o planejamento tributário como técnicas capazes de avaliar, a forma mais adequada de recolher e apurar os tributos e as contribuições, tornando-as essenciais perante a competitividade entre os seus concorrentes.

Pois, com a gestão fiscal é possível obter a redução de custos proporcionando reflexos positivos na situação econômica da entidade, sendo realizada a elaboração de um melhor preço de venda perante os demais no mercado.

Faria (2016) conceitua planejamento tributário como métodos que consiste em organizar as operações mercadológicas internas e externas da organização, utilizando benefícios fiscais concedidos por intermédio da Lei a determinados ramos de atividades empresariais que proporcionam à empresa reduzir sua carga tributária.

Padoveze et al., (2017) tem por entendimento que planejamento tributário parte de pesquisas pontuais, estratégicas e específicas com a finalidade de reduzir o impacto da carga tributária geral da empresa por meio de contenciosos, reorganizações societárias e etc.

Andrade Filho (2007) descreve como planejamento tributário ou elisão fiscal como a escolha correta entre alternativas válidas, de situações fáticas ou jurídicas que tem como objetivo reduzir ou minimizar ônus tributários, sempre que houver possibilidade e que esteja nos limites da ordem jurídica.

No dizer de Araujo (2018) o planejamento tributário encontra-se amparado em múltiplos princípios constitucionais, como o Princípio da livre iniciativa que garante ao contribuinte a autonomia de deliberar por uma alternativa jurídica que indica fiscalmente ser menos onerosa, e o princípio da legalidade que defende o contribuinte contra os arbítrios cometidos pelo Estado sendo que somente a lei pode criar direitos, deveres e vedações.

Do ponto de vista de Ribeiro e Pinto (2014) a finalidade do planejamento tributário é proporcionar economia tributária para a entidade, contendo o conhecimento prévio dos compromissos que a empresa tem junto ao fisco, é possível escolher entre duas ou mais alternativas legais que resultem no menor valor a ser recolhido.

2.3 REGIMES TRIBUTÁRIOS

De acordo com Crepaldi (2017) a escolha do regime tributário é um grande passo para o resultado da empresa, e a legislação tributária brasileira proporciona opções que poderão influenciá-las. As pessoas jurídicas são tributadas por uma das formas de apuração do IRPJ e CSLL, sendo por determinação legal ou pela escolha do contribuinte nas seguintes modalidades: Simples Nacional, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado ou Lucro Real. No entanto, cabe lembrar que a legislação não permite alteração de regime no mesmo exercício caso ocorra um equívoco na escolha a mesma terá efeitos durante todo o exercício.

Para Oliveira (2013) a decisão do regime tributário deve estar baseada na margem de lucro da empresa antes da apuração do IRPJ e CSLL, obtidas nas demonstrações contábeis realizadas no período anterior e em sua projeção até o fim do ano.

Em outras palavras, Crepaldi e Crepaldi (2019) complementam que a forma de pagamento dos tributos deve ser definida dentro de um conjunto de estratégias. Ao escolher o método de recolhimento do imposto, deve-se considerar os planos futuros que a empresa possui, as expectativas de lucro, a representatividade dos ganhos da receita bruta, entre outros.

Vale ressaltar que a opção pela forma de recolhimento dos produtos deve ser declarada formalmente à Receita Federal Brasileira (RFB) no início do ano calendário conforme menciona o art. 2º, III, Decreto-Lei n. 1.381/1974. A empresa fará a escolha no momento em que realizar o recolhimento de Imposto de Renda do ano.

2.3.1 Simples Nacional

O Simples Nacional entrou em vigor a partir do dia 1º de julho de 2007, trata-se de um regime tributário diferenciado e simplificado, adequado para empresas de pequeno porte e pequenas empresas. Está previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e posteriormente nas Leis Complementares nº 139/2011 e nº 147/2014. Estabelecendo normas gerais no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo não só o regime tributário diferenciado, como também aspectos relacionados às licitações públicas, as

relações de trabalho, o estímulo do crédito, à capitalização, entre outros. (ANDRADE; LINS; BORGES, 2015).

De acordo com a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, art. 966 se considera microempresa a pessoa jurídica ou o empresário cuja receita bruta, em cada ano-calendário, seja igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); no caso das empresas de pequeno porte o empresário, a pessoa jurídica ou a ela equiparada, que aufera em cada ano calendário receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Ribeiro Junior e Pujals (2015) comentam ainda que esse regime tributário, em regra, as micro e pequenas empresas passaram a se beneficiar de uma menor carga tributária e de um sistema simplificado para o pagamento dos tributos. Não se pode negar que esse é um avanço importante para estimular o crescimento das empresas e do emprego no Brasil.

O Simples Nacional consiste na arrecadação mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica; Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal (ICMS); Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) (OLIVEIRA, 2013).

O regime de tributação Simples Nacional é composto por cinco anexos abrangendo as alterações feitas pela Lei Complementar 155/2016 que passou a vigorar em 2018, logo a apuração dos impostos se dá mediante ao anexo em que a atividade exercida pela empresa se enquadra.

Diante disso, possuindo o conhecimento do anexo a ser utilizado junto com a informação da receita bruta total dos últimos 12 meses, será possível identificar qual faixa a empresa em questão estará submetida para apuração, e subsequentemente a alíquota e a parcela a deduzir para realizar o cálculo do tributo a ser recolhido. Os quadros a seguir numerados do 1 ao 5, apresentam os anexos do Simples Nacional.

Quadro 01 – Anexo I da Lei Complementar nº 155/2016

Faixa	Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)	Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,00%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,30%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,30%	87.300,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,00%	378.000,00

Fonte: Brasil, 2016.

O anexo I destina-se ao setor de atividade do comércio em geral, composto por estabelecimentos varejistas em geral e atacados. Compreendendo seis faixas de faturamento de maneira que, através da receita bruta dos últimos doze meses é possível identificar a alíquota juntamente com o valor a deduzir.

Quadro 02 – Anexo II da Lei Complementar nº 155/2016

Faixa	Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)	Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,50%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,80%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	10,00%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	11,20%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,70%	85.500,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,00%	720.000,00

Fonte: Brasil, 2016.

No entanto, deverá ser considerado para fins de apuração e recolhimento, as receitas auferidas nas vendas de mercadorias industrializadas pelo contribuinte, ao qual serão tributadas utilizando o anexo II.

Quadro 03 – Anexo III da Lei Complementar nº 155/2016

Faixa	Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)	Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	6,00%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	11,20%	9.360,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	13,50%	17.640,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	16,00%	35.640,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	21,00%	125.640,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33,00%	648.000,00

Fonte: Brasil, 2016.

Serão tributadas pelo anexo III os contribuintes que obtiverem suas receitas decorrentes da prestação de serviços como por exemplo serviços de instalação, reparos e manutenção em geral, entre outros, conforme inc. III do § 1º do art., 25 da

resolução CGSN nº 140/2018.

Quadro 04 – Anexo IV da Lei Complementar nº 155/2016

Faixa	Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)	Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,50%	–
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	9,00%	8.100,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	10,20%	12.420,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	14,00%	39.780,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	22,00%	183.780,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33,00%	828.000,00

Fonte: Brasil, 2016.

O anexo IV é indicado para os contribuintes que houverem receitas provindas das prestações dos serviços como serviços de vigilância, limpeza e conservação, serviços advocatícios, serviços de paisagismos, entre outros, conforme menciona o Inc. IV do § 1º do art., 25 da resolução CGSN nº 140/2018.

Quadro 05 – Anexo V da Lei Complementar nº 155/2016

Faixa	Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)	Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	15,50%	–
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	18,00%	4.500,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	19,50%	9.900,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	20,50%	17.100,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	23,00%	62.100,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,50%	540.000,00

Fonte: Brasil, 2016.

O inc. V do § 1º do art., 25 da resolução CGSN nº 140/2018 estabelece que o deverá ser considerado para fins de apuração e recolhimento, as receitas decorrentes das prestações de serviços na forma prevista no anexo III quando o fator “R” for igual ou superior a 28%, ou pelo anexo V quando o fator “R” for inferior a 28%. Ou seja, a empresa deverá determinar o fator “R” e aplicar o anexo III ou V.

2.3.2 Lucro presumido

Fabretti (2016) conceitua lucro presumido ou estimado como a modalidade de tributação com o objetivo de facilitar o pagamento do IR, sem necessidade de ocorrer a apuração complexa do lucro real que presume a contabilidade eficaz, capaz de apurar o resultado antes do último dia útil do mês subsequente ao

encerramento do trimestre.

Rezende et al., (2010) definem o lucro presumido como a forma mais simplificada de apuração no que diz respeito ao lucro real, onde o lucro é estimado (presumido) pela aplicabilidade de um percentual sobre a receita bruta auferida pelo contribuinte. Tal percentual representa a suposta margem de lucro que a empresa atingiu no período. No entanto, o percentual é estabelecido em legislação, e variam conforme o porte e a atividade estabelecida pela empresa.

Para Meurer (2020) o lucro presumido é a forma de tributação que utiliza apenas as receitas da empresa para apuração do resultado tributável pelo IRPJ e CSLL. Nesse regime de tributação o cálculo deverá ser realizado a cada trimestre, melhor dizendo, em março, junho, setembro e dezembro de cada ano. O IRPJ e a CSLL são calculados por meio de um lucro estimado encontrado pela aplicação de percentuais definidos em Lei.

Pinto (2013) afirma que a apuração desse regime se constitui em presumir ou estimar o lucro, encontrando um percentual sobre a receita bruta. Para identificar o percentual do lucro presumido é preciso conhecer a atividade da pessoa jurídica. Portanto, em cada atividade haverá uma alíquota diferente, que pode variar entre 1,6% a 32%. Essa variedade de alíquota tem como intuito favorecer as empresas com margens de lucros reduzidas, obtendo menores alíquotas de presunção, em contrapartida, as empresas que têm margens de lucros maiores consequentemente terão maiores alíquotas de presunção.

A escolha pelo regime de tributação do lucro presumido, o recolhimento dos tributos será estabelecido pela guia Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), com um código exclusivo da primeira quota ou quota única do imposto devido, referindo-se ao primeiro trimestre de apuração de cada ano calendário (OLIVEIRA, 2013).

O quadro 06, demonstra os percentuais de presunção para realizar o cálculo do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) para as empresas que tributam no Lucro Presumido, sendo possível analisar os percentuais que serão aplicados sobre a receita auferida no período mediante a identificação da espécie de atividade exercida pela empresa.

Quadro 06 – Percentuais de presunção para cálculo de IRPJ

Atividade Geradora de Receita	Percentual	Pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviços em geral (Receita anual até R\$ 120.000,00)
Revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural.	1,60%	
Venda de mercadorias e produtos (exceto revenda de combustível para consumo).	8%	
Atividade Rural.	8%	-
Industrialização.	8%	
Prestação de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, fisioterapia e terapia ocupacional, fonoaudiologia, patologia clínica, imagenologia, radiologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, exames por métodos gráficos, procedimentos endoscópicos, radioterapia, quimioterapia, diálise e oxigenoterapia hiperbárica, desde que a prestadora desses serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).	8%	-
Prestação de serviços de transporte de carga.	8%	-
Atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda.	8%	-
Atividade de construção por empreitada com emprego de todos os materiais indispensáveis à sua execução, sendo tais materiais incorporados à obra.	8%	-
Serviços de transporte (exceto o de cargas).	16%	-
Prestação de serviços relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada.	32%	-
Intermediação de negócios. <u>Nota ECONET: A atividade de Representação Comercial, por ser profissão regulamentada, não se beneficia da redução da presunção para 16%, segundo determina o relatório complementar da Solução de Consulta COSIT nº 200/2015.</u>	32%	16%
Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza.	32%	16%
Construção por administração ou por empreitada unicamente de mão de obra ou com emprego parcial de materiais.	32%	16%

Fonte: Brasil, 2016.

Quadro 06 – Percentuais de presunção para cálculo de IRPJ

Atividade Geradora de Receita	Percentual	Pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviços em geral (Receita anual até R\$ 120.000,00)
Construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, no caso de contratos de concessão de serviços públicos, independentemente do emprego parcial ou total de materiais.	32%	16%
Coleta e transporte de resíduos até aterros sanitários ou local de descarte.	32%	16%
<u>Operação de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito realizadas por Empresa Simples de Crédito (ESC), instituída pela Lei Complementar nº 167/2019.</u> Nota ECONET: As operações de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito realizadas pela ESC, deverá ser exclusivamente com recursos próprio, e somente para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte que atuem no Município de sua sede e em Municípios limítrofes, ou, quando for o caso, no Distrito Federal e em Municípios limítrofes.	38,40%	-
Prestação de serviço não mencionada anteriormente.	32%	-

Fonte: Brasil, 2016.

O quadro 07, apresenta os percentuais de presunção para realizar o cálculo da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), e da mesma forma que a tabela do IRPJ apresentada anteriormente, é possível analisar os percentuais que serão aplicados sobre a receita obtida através da identificação da atividade praticada pela empresa.

Quadro 07 – Percentuais de presunção para cálculo de CSLL

Atividade Geradora de Receita	Percentual
Venda de mercadorias e produtos	12%
Atividade Rural.	12%
Industrialização.	12%
Prestação de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, fisioterapia e terapia ocupacional, fonoaudiologia, patologia clínica, imagenologia, radiologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, exames por métodos gráficos, procedimentos endoscópicos, radioterapia, quimioterapia, diálise e oxigenoterapia hiperbárica, desde que a prestadora desses serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).	12%

Fonte: Brasil, 2016.

Quadro 07 – Percentuais de presunção para cálculo de CSLL

Atividade Geradora de Receita	Percentual
Nota ECONET: Caso a prestadora desses serviços não seja organizada sob a forma de sociedade empresária e/ou não atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o percentual será de 32%.	12%
Serviços de transporte, inclusive de carga.	12%
Atividade de construção por empreitada com emprego de todos os materiais indispensáveis à sua execução, sendo tais materiais incorporados à obra. <u>Nota ECONET:</u> Caso não seja aplicado na contratação por empreitada na modalidade total, com fornecimento, pelo empreiteiro, de todos os materiais indispensáveis à execução da obra, sendo tais materiais incorporados a obra, segundo a Solução de Consulta COSIT n° 08/2014 será aplicado 32%.	12%
Construção por administração ou por empreitada unicamente de mão de obra ou com emprego parcial de materiais.	32%
Construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, no caso de contratos de concessão de serviços públicos, independentemente do emprego parcial ou total de materiais.	32%
Prestação de serviços, como limpeza e locação de mão de obra, ainda que sejam fornecidos os materiais.	32%
Intermediação de negócios.	32%
Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza.	32%
<u>Operação de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito realizadas por Empresa Simples de Crédito (ESC), instituída pela Lei Complementar n° 167/2019.</u> Nota ECONET: As operações de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito realizadas pela ESC, deverá ser exclusivamente com recursos próprio, e somente para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte que atuem no Município de sua sede e em Municípios limítrofes, ou, quando for o caso, no Distrito Federal e em Municípios limítrofes.	38,40%
Prestação de serviço não mencionada anteriormente.	32%

Fonte: Brasil, 2016.

2.3.3 Lucro real

De acordo com Chaves (2017) O lucro real é definido como o resultado contábil (receita menos os custos e despesas), ajustados pelas adições e exclusões. Quando realizada a análise somente sobre o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, na maioria dos casos torna-se a melhor opção, por que o tributo só será pago caso a empresa auferir lucro.

Padoveze *et al.*, (2017) conceituam o lucro real como o lucro tributável, ou seja, o lucro líquido auferido na demonstração de resultado do exercício, ajustados

pelas adições, exclusões e compensações prescritas ou amortizadas pela legislação vigente, conforme determina o artigo 247 do RIR/1999.

Para Hauser (2017) o lucro real é o lucro líquido apurado na escrituração contábil, ajustados pelas adições, exclusões e compensações previstas em lei. No entanto, para determinar o lucro real, que será a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, é necessário que sejam feitos ajustes na apuração do resultado do exercício, de acordo com o que a legislação tributária autorizar. Sendo assim, caso a empresa apure prejuízo em determinado período, não haverá recolhimento dos tributos referidos.

Em outras palavras Santos (2018) menciona ainda que as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão optar pela apuração trimestral ou anual, sendo que a apuração trimestral tem como base o valor efetivamente devido no trimestre, já a apuração anual pode ser baseada pelo lucro total do ano corrente ou pelo respectivo valor estimado mensalmente.

Sendo assim, o imposto devido trimestralmente deverá ser recolhido em quota única até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento do trimestre ou opcionalmente em até três quotas mensais, iguais e sucessivas respeitando o valor mínimo de R\$1.000,00 em cada parcela. Para aqueles que optarem por apurar e recolher o imposto mensalmente, o pagamento deverá ser efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao da apuração, e para apuração do lucro real anualmente em 31 de dezembro também deverá ser pago até o último dia do mês subsequente ao da apuração.

Pêgas (2017) complementa ainda que no caso de opção pelo lucro real trimestral, um prejuízo do 1º trimestre somente poderá ser compensado em até 30% de um possível lucro obtido no 2º trimestre. Assim, uma empresa com R\$ 100,00 de prejuízo no 1º trimestre, R\$ 100,00 no 2º e mais R\$ 100,00 no 3º trimestre, caso apresente lucro no quarto trimestre no valor de R\$ 250,00 terá que pagar IR sobre uma base de R\$ 175,00 pois somente poderá compensar R\$ 75,00 que correspondem a 30% do LAIR (Lucro Anterior ao Imposto de Renda) do trimestre. No entanto, a maior perda das empresas que apuram seu imposto pelo lucro real trimestral ocorre em relação à parcela do adicional mensal de R\$ 20.000,00 que deixar de ser recolhida em algum trimestre ao longo do ano, desde que o lucro apurado em outro trimestre seja superior a R\$ 60.000,00.

2.3.4 Lucro arbitrário

Souza (2018) menciona também em sua obra o Lucro arbitrário, definindo-o como a forma de apuração da base de cálculo do imposto de renda, que é aplicável pela autoridade tributária no momento em que o contribuinte deixar de cumprir as obrigações acessórias relativas a determinação do lucro real ou lucro presumido. Como um exemplo disso, uma determinada pessoa jurídica optante pelo lucro real deixa de escriturar o livro diário e efetuar os devidos ajustes e controles no LALUR. No momento em que conhecida a receita bruta e que tenha ocorrido quaisquer hipóteses de arbitramento previstas na legislação fiscal, o contribuinte pode utilizar essa sistemática para apurar e recolher o IRPJ e CSLL.

Oliveira *et al.*, (2004) caracterizam como lucro arbitrário o recurso utilizado pelas autoridades fiscais como última alternativa, que deverá ser aplicada somente na ausência absoluta de confiança na escrituração contábil do contribuinte, propício a falta ou insuficiência de elementos concretos que permitam a identificação ou verificação da base de cálculo utilizada na tributação do lucro real ou presumido. Poderá também ser utilizado nos casos em que o contribuinte dificulte ou se recuse o acesso da autoridade fiscal à documentação comprobatória das atividades.

Andrade, Lins e Borges (2015) menciona que esta apuração será obrigatória, trimestral e aplicada quando não houver possibilidade da Cia. ou do Fisco auferir normalmente o Lucro Real. Portanto, esta modalidade é excepcional e só deve ser utilizada quando não possuir nenhuma outra forma de apurar o lucro do período. Existem duas possibilidades que viabilizem a base de cálculo do arbitramento: quando conhecida a receita ou quando não conhecida a receita.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Para Walliman (2015) métodos de pesquisa são técnicas utilizadas para a realização das pesquisas e concedem os caminhos possíveis que devem ser delineados pelo pesquisador para coletar, ordenar e analisar informações, de modo a criar conclusões. Ao escolher o método adequado ao seu tipo de pesquisa, será possível atribuir validade às suas conclusões, garantindo que o novo conhecimento tenha bases sólidas.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Pesquisa pode ser definida como o procedimento racional e sistemático que tem por objetivo conceder respostas aos problemas que são apontados. Gil (2010) complementa ainda que a pesquisa é desenvolvida ao longo de um processo que envolve diversas fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória demonstração do resultado.

Diante a tipologia de pesquisa quanto aos objetivos, a pesquisa em questão foi classificada como exploratória. Para Andrade (2002) a pesquisa exploratória tem por finalidades primordiais: proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; facilitar a delimitação do tema de pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação de hipóteses; ou descobrir um novo tipo de enfoque sobre o assunto.

Beuren *et al.*, (2003) mencionam que por meio dos estudos exploratórios, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de maneira a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a direção da pesquisa.

No que diz respeito à natureza da pesquisa trata-se de um estudo teórico e prático, os aspectos teóricos ficam por conta da busca de conceitos em livros, revistas e outras publicações relacionadas ao tema. Já quanto ao aspecto prático, o estudo de caso analisa um único objeto em profundidade qual seja a empresa MVT Representação Comercial Ltda.

Com relação a Barros e Lehfeld (2007) o estudo teórico-prático tem por objetivo descobrir teorias, princípios e discussões bem como a aplicação prática do conhecimento a partir da necessidade de compreender determinada situação.

Quanto à lógica da pesquisa, trata-se de um estudo dedutivo, que tem o objetivo de esclarecer o conteúdo das premissas, ou seja, os argumentos dedutivos podem estar corretos ou incorretos, e as premissas asseguram de maneira completa a conclusão, e se for coerentemente incorreta, não a assegura de forma alguma (MARCONI, LAKATOS, 2015).

Os dados coletados são de fontes secundárias, pois são os relatórios contábeis e as referências bibliográficas utilizadas como fundamento teórico para o estudo de caso em questão. Conforme descreve Beuren (2008) os dados de fontes secundárias são extraídos de obras literárias, revistas, teses ou publicações em geral, pois são fontes já publicadas e utilizadas como meio de pesquisa. Marconi e

Lakatos (2002) complementam que as fontes secundárias possibilitam não apenas resolver os problemas já conhecidos, mas também explorar onde os problemas ainda não se concretizaram suficientemente.

Em referência a abordagem da pesquisa a mesma é qualitativa e quantitativa, pois, conforme Beuren (2008) a abordagem qualitativa tem como objetivo destacar características não observadas mediante estudo quantitativo, pois na abordagem qualitativa não se pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas. Em contrapartida, a abordagem quantitativa caracteriza-se pela aplicação de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Sendo aplicadas habitualmente nos estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar a relação entre as variáveis e a relação de acontecimentos entre fenômenos.

Quanto ao resultado da pesquisa, pode-se afirmar que o estudo é aplicado, pois demonstra conhecimento em resposta sobre a pergunta de pesquisa: Qual o regime tributário mais adequado entre Simples Nacional anexo III e o Lucro Presumido para a empresa MVT Representação Comercial Ltda.? Silva e Menezes (2005) afirmam que a pesquisa aplicada tem como objetivo, construir conhecimento para a aplicação da prática e respostas para cada problema em específico.

No que tange os procedimentos técnicos, são caracterizados como pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é elaborada através de livros e artigos científicos, a pesquisa documental lembra bastante a pesquisa bibliográfica com base em relatórios e o estudo de caso é definido com um estudo mais profundo e detalhado com os seus objetivos.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para a realização desta pesquisa, o primeiro passo a seguir foi a delimitação do tema e a pergunta de pesquisa que direciona este estudo. Posteriormente, buscou-se o embasamento teórico para conduzir o processo, a partir de artigos e livros referentes ao tema em questão, obtendo um melhor entendimento sobre o assunto estudado.

Diante disso, foram coletadas informações sobre a empresa MVT concedidas pela Compliance Contabilidade durante o estágio supervisionado e obrigatório. Os

relatórios fornecidos pelo software contábil da contabilidade foram referentes ao ano de 2020: Balanço patrimonial, faturamento, demonstrativo do resultado e relatório de folha de pagamento.

Desta forma, com os dados levantados e após efetuar as devidas observações e interpretações, será destacado qual o regime tributário mais adequado para a empresa objeto de estudo.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Essa seção trata dos resultados da pesquisa, abordando a caracterização do objeto de estudo, a análise e discussão dos resultados e visão sistêmica do caso.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETOS DE ESTUDOS

Neste tópico são apresentados a caracterização de duas empresas. Uma delas é a cedente do estágio e a outra o objeto de estudo. As 312 horas de estágio serão cumpridas em um escritório de contabilidade e o objeto de estudo será um de seus clientes.

Portanto, as empresas aqui apresentadas são: Compliance Contabilidade e Consultoria S/S LTDA e MVT Representação Comercial Ltda. Cabe ressaltar que para efeito de pesquisa, ou seja, o objeto de estudo é a MVT Representação Comercial LTDA.

4.1.1 Compliance Contabilidade e Consultoria S/S Ltda.

A empresa Compliance Contabilidade e Consultoria S/S LTDA, iniciou suas atividades em 22 de janeiro de 2018 situado na cidade de Garopaba SC, fundada pelos sócios Andrey e Aurino, ambos bacharéis em ciências contábeis.

A parceria iniciou com a ideia da elaboração de cursos com o intuito de oferecer ao público amplo conhecimento nas práticas fiscais, auxiliando as rotinas do dia a dia das empresas e também a quem buscava adquirir tal conhecimento.

No entanto, a partir da execução dos cursos notou a grande procura por empresários interessados em adquirir algo a mais do que oferecido nos cursos, uma consultoria e auditoria dentro da empresa implementando melhorias nos processos e

na qualificação dos colaboradores.

Com isso, após iniciarem com as consultorias dentro das organizações tendo contato direto com os empresários, desencadeou a busca pela prestação de serviços contábeis visto que a necessidade de informação que os empresários buscavam não era concedida pela contabilidade contratada.

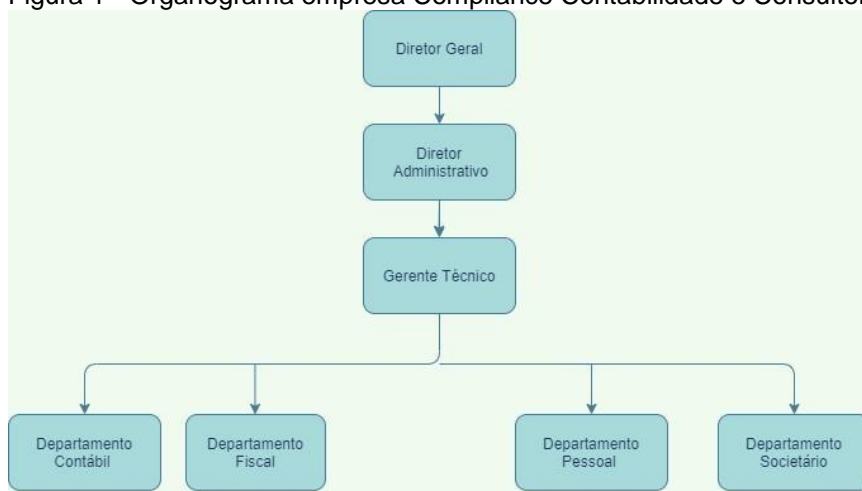
Os sócios então decidiram abrir o escritório exercendo a prestação de serviços contábeis, mas também, continuar oferecendo consultoria e auditoria contábil tributária.

Atualmente a natureza jurídica da empresa é sociedade simples limitada e seu regime de tributação é o simples nacional. Conta com uma carteira de 135 clientes, onde foi escolhido um em específico para realizar o estudo de caso.

A carteira de clientes é bem diversificada tanto quanto ao seu regime tributário quanto os segmentos, sendo seu principal foco empresas do regime normal como lucro presumido e lucro real.

Além disso, o escritório conta com uma equipe profissional e capacitada para desempenhar suas atividades com eficiência, formada por 11 colaboradores e dois empresários divididos da seguinte forma:

Figura 1 - Organograma empresa Compliance Contabilidade e Consultoria S/S LTDA.



Fonte: Elaborada pela Autora (2020).

O escritório tem em vista novos projetos de otimização de processos utilizando a tecnologia, para que dessa forma seja possível alocar tempo utilizando em outros serviços. Com isso, para que os clientes estejam sempre bem direcionados e usufruindo dos melhores serviços dispostos pelos profissionais.

4.1.2 MVT Representações Comerciais Ltda.

A empresa MVT Representações Comerciais Ltda., iniciou suas atividades em 08 de agosto de 2012 situado na cidade de Criciúma SC, trata-se de uma empresa que exerce como sua atividade principal representações comerciais e agentes do comércio em geral.

Atualmente, sua natureza jurídica é sociedade empresária limitada e seu regime de tributação é o simples nacional utilizando o anexo III. Seus principais clientes centralizam em quatro, são eles: Moinho do Nordeste S/A, Fugini alimentos LTDA, Bettanin Industrial S/A e Mili S/A.

A estrutura organizacional da empresa é formada pelo empresário que executa o serviço de representação comercial e uma funcionária responsável pelo setor administrativo, desempenhando as funções do controle de emissão de notas e recebimentos.

Seu primeiro contato com a Compliance contábil foi através de indicações de amigos próximos que os conheceram através de um curso ministrado em Criciúma SC, onde foi capaz visualizar e entender mais do que poderá oferecer além dos demais profissionais desta área. O primeiro contato com a empresa MVT Representações foi em Criciúma, onde Andrey e Aurino tiveram a oportunidade de conhecer ainda mais sobre as atividades elaboradas pela empresa.

Após a reunião realizada, foi possível abordar assuntos relacionados a parte tributária da empresa, assunto este que foi o motivo pela qual a MVT Representações entrou em contato pois gostaria de verificar se sua carga tributária atual estaria de acordo. Com isso, finalizando a reunião e as apresentações de melhoria a parceria foi firmada, e passou então a ser cliente no dia 01/11/2018.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Será abordado neste capítulo a análise e discussão dos resultados auferidos de acordo com os objetivos específicos caracterizados para este estudo. Deste modo, será possível identificar qual a tributação mais adequada para a empresa MVT, entre os regimes Simples Nacional anexo III e o Lucro Presumido.

Este artigo foi elaborado em uma empresa prestadora de serviços tendo como seu ramo de atividade a representação comercial, tributada atualmente pelo anexo

III do Simples Nacional.

4.2.1 Distinções entre os regimes tributários abordados no estudo

A Lei Complementar 155/2016 possibilitou importantes modificações para os micros e pequenos empresários e, conseqüentemente, mudanças para a economia nacional. Dentre as modificações pode-se salientar as alterações entre os anexos III e V do Simples Nacional, pela sua versatilidade de transitar entre anexos levando em conta o fator “R”.

No entanto, o anexo III sobressai diante os demais pois contém uma grande variedade de atividades existentes para as empresas prestadoras de serviços. Os serviços contidos neste anexo são de caráter “não intelectual” onde podem ser mencionados como: serviços de manutenção e reparos, instalações, aluguéis, impressão, transportes, serviços contábeis entre outros. Diante tal variedade nas atividades de prestação de serviço, o anexo III torna-se o mais utilizado pelas empresas que se adequam na prestação de serviços.

Diante disso, os impostos incidentes para as empresas optantes do Simples Nacional tributados pelo anexo III são apurados e relacionados em uma única guia denominada DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional). Os percentuais aplicados aos tributos IRPJ, CSLL, COFINS, PIS/PASEP, CPP e ISS são definidos pela faixa de faturamento, sendo possível analisar os percentuais de cada imposto pela repartição dos tributos.

O fator R é uma técnica de cálculo relacionada a folha de pagamento realizada mensalmente. Este cálculo é permitido para específicas atividades que estão enquadradas no anexo III ou anexo V prestadores de serviço. Sendo reconhecida como um método que permite as empresas que tenham suas atividades enquadradas no anexo V reduzirem a carga tributária em razão de conter um custo considerável com salários.

A realização deste cálculo leva em consideração basicamente o percentual entre os gastos com as folhas de pagamento incluindo o pró-labore e o faturamento bruto dos últimos 12 meses, conforme demonstrado na tabela 01:

Tabela 01 – Cálculo do Simples Nacional em Relação ao fator R

	Anexo V	Anexo III (Fator R)
Faturamento Mensal	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Folha de Pagamento Mensal	R\$ 2.020,00	R\$ 2.590,00
Total gasto com folha 12 meses	R\$ 24.240,00	R\$ 31.080,00
Percentual gasto com folha	22%	28%
Cálculo Simples Nacional		
Faturamento Mensal	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Alíquota Simples Nacional	15,50%	6%
Total de Simples a pagar	R\$ 1.550,00	R\$ 900,00

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A tabela 01 demonstra a diferença entre os valores da folha salarial dentre os anexos III e V pelo fator R, pois no anexo V a alíquota parte de 15,50% e no anexo III a alíquota é de 6%, resultando uma diferença de percentual de tributação correspondente a 9,50% o que seria uma redução do valor do imposto a pagar em torno de 58,06%. Diante a demonstração simplificada da apuração do Simples Nacional, é notório a importância da folha de pagamento para uma redução da alíquota, pois beneficiando-se do cálculo do Fator R é possível a apuração no anexo III partindo de 6%.

Para determinar esse índice, o cálculo utiliza a seguinte fórmula:

Fator R= Folha de pagamento + Pró-labore (em 12 meses) / Receita Bruta (em 12 meses) Fator R= 33.670,00 / 120.000,00 X 100 Fator R= 28%.

Ainda sobre as diferenças de alíquotas referente os anexos III e V, a tabela 02 traz o comparativo com o intuito de analisar em percentual a diferença entre elas:

Para determinar esse índice, o cálculo utiliza a seguinte fórmula:

Fator R= Folha de pagamento + Pró-labore (em 12 meses) / Receita Bruta (em 12 meses) Fator R= 33.670,00 / 120.000,00 X 100 Fator R= 28%.

Ainda sobre as diferenças de alíquotas referente os anexos III e V, a tabela 02 traz o comparativo com o intuito de analisar em percentual a diferença entre elas:

Tabela 02 – Comparação de Alíquotas do Anexo III e V

Alíquota anexo III	Alíquota anexo V	Diferença em %
6,00%	15,50%	9,50%
11,20%	18,00%	6,80%
13,50%	19,50%	6,00%
16,00%	20,50%	4,50%
21,00%	23,00%	2,00%
33,00%	30,50%	2,50%

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Diante disso, ao analisar a tabela 02 é possível comparar a diferença de alíquotas entre os anexos, sendo que o anexo V contém uma alíquota consideravelmente elevada em relação ao anexo III. Sendo assim, caso uma empresa prestadora de serviços que esteja enquadrada no anexo V poderá se beneficiar pelo fator R desde que acate os requisitos apresentados no quadro 08 subsequentemente passe a se enquadrar no anexo III partindo de uma redução de 9,50% na sua apuração.

Outro regime tributário utilizado neste estudo trata-se do Lucro presumido, que por sua vez também contém suas particularidades. Por ser um regime que compreende uma forma simplificada de tributação do IRPJ e CSLL, são aplicados percentuais preestabelecidos pelo fisco sobre as receitas obtidas pela empresa, a fim de simplificar a apuração dos tributos para as empresas de médio e pequeno porte.

Como regra geral poderão optar pela tributação com base no Lucro Presumido, as pessoas jurídicas que auferirem receita bruta total no ano calendário anterior, seja igual ou inferior a R\$ 78 milhões ou a R\$ 6,5 milhões multiplicados pelos meses de atividade no ano calendário anterior ao da apuração.

Os impostos IRPJ e CSLL com base no Lucro Presumido são definidos por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano calendário.

A base de cálculo do imposto e do adicional em cada trimestre, deve ser determinada mediante a aplicação dos percentuais mencionados no quadro 06 e 07, onde são demonstrados os percentuais de presunção para apuração de IRPJ e CSLL.

As alíquotas de presunção para a empresa em estudo mediante a atividade exercida pela mesma são de 32% tanto para IRPJ quanto para CSLL. Após obter os

valores de presunção são aplicados 15% para IRPJ, 10% para o adicional (aplicado sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20.000,00/mês) e 9% para CSLL.

Os demais tributos apurados pelo Lucro Presumido de forma mensal encontram-se o PIS e COFINS, sua forma de tributação é feita mediante a aplicação dos percentuais na forma cumulativa de 0,65% e 3% sobre a receita bruta auferida mensalmente.

Com isso, é possível analisar as distinções entre os dois regimes tributários utilizados neste estudo, sendo ressaltadas as alíquotas incidentes em cada operação na apuração dos tributos, sendo eles mensais quanto trimestrais.

4.2.2 Simples nacional anexo III

O Simples Nacional é um regime tributário voltado para as micro e pequenas empresas. A empresa utilizada para a realização deste estudo está atualmente enquadrada no anexo III da Lei complementar 155/2016, pois a mesma usufrui do benefício fiscal denominado fator R, que permite a transição do anexo V para a tributação no anexo III.

Diante disso, a tabela 03 demonstra o faturamento da empresa no ano de 2019 e 2020, a fim de evidenciar os efetivos dados da empresa utilizados neste estudo.

Tabela 03 – Faturamento de 2019 e 2020

Referência	Fat.2020	Referência 2	Fat.2019	R.B.A últ. 12 meses
Jan/20	R\$ 55.062,29	Jan/19	R\$ 20.386,66	R\$ 357.235,66
Fev/20	R\$ 29.463,17	Fev/19	R\$ 28.663,38	R\$ 391.911,29
Mar/20	R\$ 44.353,88	Mar/19	R\$ 25.734,91	R\$ 392.711,08
Abr/20	R\$ 44.191,78	Abr/19	R\$ 23.808,53	R\$ 411.330,05
Mai/20	R\$ 20.077,43	Mai/19	R\$ 19.554,84	R\$ 431.713,30
Jun/20	R\$ 45.814,56	Jun/19	R\$ 17.184,34	R\$ 432.235,89
Jul/20	R\$ 48.281,48	Jul/19	R\$ 35.445,35	R\$ 460.866,11
Referência	Fat.2020	Referência 2	Fat.2019	R.B.A Últ. 12 meses
Ago/20	R\$ 36.858,85	Ago/19	R\$ 13.490,18	R\$ 473.702,24
Set/20	R\$ 44.858,45	Set/19	R\$ 32.037,59	R\$ 497.070,91
Out/20	R\$ 43.679,90	Out/19	R\$ 43.695,20	R\$ 509.891,77
Nov/20	R\$ 47.474,06	Nov/19	R\$ 41.319,51	R\$ 509.876,47
Dez/20	R\$ 46.006,42	Dez/19	R\$ 55.915,17	R\$ 516.031,02
	R\$ 506.122,27		R\$ 357.235,66	R\$ 5.384.575,79

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

É demonstrado na tabela 03 o faturamento auferido pela empresa nos últimos 24 meses, para que desta forma seja possível encontrar o faturamento acumulado dos últimos 12 meses conforme os meses de estudo. Diante disso, a empresa obteve um faturamento total de R\$ 863.357,93 (oitocentos e sessenta e três mil trezentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos) que servirá como base para a R.B.A dos últimos 12 meses, sendo utilizado como indicador para definir a faixa de faturamento e subsequentemente a alíquota a ser calculada.

Perante o exposto, na tabela 04 será possível analisar o faturamento e os valores gastos com a folha salarial da empresa nos últimos 12 meses, com o intuito de realizar o cálculo do fator R.

Tabela 04 – Cálculo fator R 2020

Mês	Fat. 2020	RBT12	Folha salarial	Ult. 12 MESES	Fator R
Jan/20	R 55.062,29 \$	R 357.235,66 \$	R 19.690,59 \$	R 100.475,30 \$	34%
Fev/20	R 29.463,17 \$	R 391.911,29 \$	R 8.791,08 \$	R 104.169,36 \$	29%
Mar/20	R 44.353,88 \$	R 392.711,08 \$	R 10.773,14 \$	R 112.960,44 \$	32%
Abr/20	R 44.191,78 \$	R 411.330,05 \$	R 15.266,69 \$	R 115.689,89 \$	32%
Mai/20	R 20.077,43 \$	R 431.713,30 \$	R 14.155,45 \$	R 122.961,14 \$	32%
Jun/20	R 45.814,56 \$	R 432.235,89 \$	R 15.344,52 \$	R 129.186,02 \$	33%
Jul/20	R 48.281,48 \$	R 460.866,11 \$	R 16.046,47 \$	R 136.674,73 \$	33%
Ago/20	R 36.858,85 \$	R 473.702,24 \$	R 19.023,82 \$	R 144.256,27 \$	34%
Set/20	R 44.858,45 \$	R 497.070,91 \$	R 18.341,37 \$	R 155.527,38 \$	35%
Out/20	R 43.679,90 \$	R 509.891,77 \$	R 18.307,38 \$	R 165.494,19 \$	36%
Nov/20	R 47.474,06 \$	R 509.876,47 \$	R 19.473,63 \$	R 175.015,20 \$	38%
Dez/20	R 46.006,42 \$	R 516.031,02 \$	R 18.789,97 \$	R 185.076,43 \$	40%
Total	R\$ 506.122,27	R\$ 5.384.575,79	R\$ 194.004,11	R\$ 1.647.486,35	

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Conforme demonstrado na tabela 04, é possível identificar que a empresa objeto de estudo pode se beneficiar da transição do anexo V para ser tributada no anexo III, pois o resultado auferido pelo cálculo do fator R resultou igual e/ou superior a 28%.

A tabela 05 mostra o cálculo do FGTS, FGTS 13^a e 13^o salário, a fim de evidenciar o valor recolhido com tais encargos.

Tabela 05 – Encargos folha salarial 2020

Mês	Empregados	Percentual	FGTS a pagar	FGTS 13º	13º salário
Jan	R\$ 1.334,38	8%	R \$ 106,75		-
Fev	R\$ 1.334,38	8%	R \$ 106,75		-
Mar	R\$ 1.334,38	8%	R \$ 106,75		-
Abr	R\$ 845,10	8%	R \$ 67,61		-
Mai	R\$ -	8%	R \$ -		-
Jun	R\$ 489,28	8%	R \$ 39,14		-
Jul	R\$ 1.779,17	8%	R \$ 142,33		-
Ago	R\$ 1.423,03	8%	R \$ 113,84		-
Set	R\$ -	8%	R \$ -		-
Out	R\$ -	8%	R \$ -		-
Nov	R\$ 1.493,56	8%	R \$ 119,48	R \$ 56,14	R \$ 701,85
Dez	R\$ 1.403,70	8%	R \$ 112,30	R \$ 18,71	R \$ 163,77
Total	R\$ 11.436,98	8%	R \$ 914,96		R \$ 865,62

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A tabela 06 evidencia os percentuais de repartição de cada tributo do anexo III, conforme sua respectiva faixa, bem como, a faixa em que a empresa em estudo se enquadra.

Tabela 06 – Percentual dos tributos – Anexo III

De	Até	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFIN S	PIS	CPP	ISS
	R\$ 180.000,00	6,00%	4,00%	3,50%	12,82%	2,78 %	43,40 %	33,50 %
R\$ 180.000,01	R\$ 360.000,00	11,20%	4,00%	3,50%	14,05%	3,05 %	43,40 %	32,00 %
R\$ 360.000,01	R\$ 720.000,00	13,50%	4,00%	3,50%	13,64%	2,96 %	43,40 %	32,50 %
R\$ 720.000,01	R\$1.800.000,00	16,00%	4,00%	3,50%	13,64%	2,96 %	43,40 %	32,50 %
R\$1.800.000,00	R\$3.600.000,00	21,00%	4,00%	3,50%	12,82%	2,78 %	43,40 %	33,50 %
R\$ 3.600.000,01	R\$4.800.000,00	33,00%	35,00 %	15,00 %	16,03%	3,47 %	30,50 %	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Conforme apresentado na tabela 06 a empresa objeto de estudo auferiu em seu primeiro mês o faturamento de R\$ 180.000,01 até 360.000,00, fazendo com que

a mesma fique inserida na alíquota de 11,20%. No entanto, após o primeiro mês o faturamento obteve um acréscimo, enquadrando-se não mais na alíquota de 11,20% e sim na alíquota de 13,50%.

Desta forma, a tabela 07 evidencia o faturamento dos últimos 12 meses e a apuração do simples nacional pelo anexo III.

Tabela 07 – Apuração Simples Nacional 2020 – Anexo III

Comp	Fat. 2020	Rbt12	Alíquota Nominal	Parcela a deduzir	Alíquot a Efetiva	Imposto a pagar
Jan/20	R\$ 55.062,29	R\$ 357.235,66	11,20%	R\$ 9.360,00	8,58%	R\$ 4.724,28
Fev/20	R\$ 29.463,17	R\$ 391.911,29	13,50%	R\$ 17.640,00	9,00%	R\$ 2.651,39
Mar/20	R\$ 44.353,88	R\$ 392.711,08	13,50%	R\$ 17.640,00	9,01%	R\$ 3.995,46
Abr/20	R\$ 44.191,78	R\$ 411.330,05	13,50%	R\$ 17.640,00	9,21%	R\$ 4.070,71
Mai/20	R\$ 20.077,43	R\$ 431.713,30	13,50%	R\$ 17.640,00	9,41%	R\$ 1.890,08
Jun/20	R\$ 45.814,56	R\$ 432.235,89	13,50%	R\$ 17.640,00	9,42%	R\$ 4.315,23
Jul/20	R\$ 48.281,48	R\$ 460.866,11	13,50%	R\$ 17.640,00	9,67%	R\$ 4.669,99
Ago/20	R\$ 36.858,85	R\$ 473.702,24	13,50%	R\$ 17.640,00	9,78%	R\$ 3.603,37
Set/20	R\$ 44.858,45	R\$ 497.070,91	13,50%	R\$ 17.640,00	9,95%	R\$ 4.463,96
Out/20	R\$ 43.679,90	R\$ 509.891,77	13,50%	R\$ 17.640,00	10,04%	R\$ 4.385,66
Nov/20	R\$ 47.474,06	R\$ 509.876,47	13,50%	R\$ 17.640,00	10,04%	R\$ 4.766,56
Dez/20	R\$ 46.006,42	R\$ 516.031,02	13,50%	R\$ 17.640,00	10,08%	R\$ 4.638,18
	R\$ 506122,27	R\$ 5.384.575,7		R\$ 203.400,00		R\$ 48.174,87

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Observando a tabela 07 é possível identificar a apuração do simples nacional perante o anexo III da Lei nº 155/2016. Conforme o faturamento auferido pela entidade nos últimos 12 meses, alíquota nominal no mês de janeiro era de 11,20%, porém, para os meses subseqüente à alíquota nominal passou para 13,50% se mantendo constante durante o ano de 2020. Tal variação se remete ao cálculo da receita bruta dos últimos 12 meses, que considera sempre o mês anterior ao da apuração para soma, conforme seu aumento de faturamento conseqüentemente a faixa e a alíquota tendem a aumentar.

Sendo assim, para exemplificar o cálculo será tomado como base o mês de janeiro de 2020, pois o cálculo será da mesma forma para os demais meses. Para fins de cálculo é necessário aplicar o percentual de 11,20% da alíquota nominal sobre o RBT12, que foi de R\$357.235,66 (trezentos e cinquenta e sete mil, duzentos e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos), resultando o valor de R\$ 40.010,39 (quarenta mil e dez reais e trinta e nove centavos), o próximo passo é subtrair a

parcela deduzir no valor de R\$9.360,00 (nove mil, trezentos e sessenta reais) que se encontra na 2ª faixa conforme demonstra o quadro 03, onde resultou no valor de R\$ 30.650,39 (trinta mil, seiscentos e cinquenta reais e trinta e nove centavos), agora basta dividir esse resultado pela RBT12, para que assim encontre a alíquota efetiva de 8,58%, e por fim aplicar a alíquota efetiva sobre o faturamento mensal de R\$ 55.062,29 (cinquenta e cinco mil, sessenta e dois reais com vinte nove centavos) que resultará um total de imposto a pagar de R\$ R\$ 4.724,28 (quatro mil setecentos e vinte quatro reais e vinte oito centavos).

Mediante o exposto, foi possível analisar a tributação da empresa MVT no regime Simples Nacional anexo III, a fim de demonstrar através de cálculos, os valores recolhidos e os impostos que a mesma está submetida.

4.2.3 Lucro presumido

Lucro presumido é considerado um regime tributário simplificado por permitir que a Receita Federal determine a base de cálculo desses impostos apenas com base nas receitas apuradas pelas empresas. Nesta seção será demonstrada, através de cálculos, como a empresa MVT se comportaria tributada pelo Lucro Presumido. Diante disso, a tabela 08 demonstra o cálculo do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) no qual sua tributação é realizada trimestralmente.

Tabela 08 – Cálculo do IRPJ no Lucro Presumido 2020

Trimestre	Faturamento	Alíquota de presunção IRPJ	Base de cálculo IRPJ	Alíquota do IRPJ	IRPJ a pagar
1º	R\$ 128.879,34	32%	R\$ 41.241,391	15%	R\$ 6.186,21
2º	R\$ 110.083,77	32%	R\$ 35.226,81	15%	R\$ 5.284,02
3º	R\$ 129.998,78	32%	R\$ 41.599,61	15%	R\$ 6.239,94
4º	R\$ 137.160,38	32%	R\$ 43.892,32	15%	R\$ 6.583,85
Totais	R\$ 506.122,27	32%	R\$ 161.960,13	15%	R\$ 24.294,02

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Conforme demonstra a tabela 08, para realizar o cálculo do IRPJ é necessário obter o faturamento trimestral auferido pela empresa, para que assim seja aplicado o percentual que resultará na base de cálculo do mesmo. Tal percentual é definido

pela Receita Federal que através da atividade exercida pela empresa determina qual alíquota de presunção deverá ser aplicada, neste caso será aplicado 32% conforme demonstra o quadro 06 que abrange as atividades e os percentuais para cálculo. Contendo o valor da base de cálculo, basta aplicar a alíquota de 15% do IRPJ que resultará no imposto a pagar. Cabe ressaltar que a empresa MVT não obteve o adicional de IRPJ pois a base de cálculo trimestral da mesma não excedeu R\$ 60.000,00 e/ou R\$ 20.000,00 mensais.

Bem como a tabela 09 demonstra o cálculo do CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) onde sua tributação assim como IRPJ são efetuadas trimestralmente

Tabela 09 – Apuração CSLL no Lucro Presumido 2020

Trimestre	Faturamento	Alíquota de presunção IRPJ	Base de cálculo IRPJ	Alíquota do IRPJ	IRPJ a pagar
1º	R\$128.879,34	32%	R\$41.241,39	9%	R\$3.711,73
2º	R\$110.083,77	32%	R\$35.226,81	9%	R\$3.170,41
3º	R\$129.998,78	32%	R\$41.599,61	9%	R\$3.743,96
4º	R\$137.160,38	32%	R\$43.892,32	9%	R\$3.950,31
Totais	R\$506.122,27	32%	R\$161.960,12	9%	R\$14.576,41

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Diante os resultados levantados na tabela 09, a forma de cálculo da CSLL é realizada da mesma forma que o IRPJ, para chegar ao resultado da sua base de cálculo é aplicado o percentual determinado pela Receita Federal mediante atividade da empresa conforme demonstra o quadro 08. Neste caso será aplicado 32% para calcular a base de cálculo, após levantada a base de cálculo basta aplicar a alíquota de 9% da CSLL que resultará no imposto a pagar.

A tabela 10 demonstra o cálculo de PIS E COFINS, ambos são tributados mensalmente sobre o faturamento da empresa.

Tabela 10 – Apuração PIS e COFINS 2020 - lucro presumido

Competência	Fat. 2020	Alíquota PIS	PIS a pagar	Alíquota COFINS	COFINS a pagar
Jan/20	R\$ 55.062,29	0,65%	R\$ 357,90	3,00%	R\$ 1.651,87
Fev/20	R\$ 29.463,17	0,65%	R\$ 191,51	3,00%	R\$ 883,90
Mar/20	R\$ 44.353,88	0,65%	R\$ 288,30	3,00%	R\$ 1.330,62
Abr/20	R\$ 44.191,78	0,65%	R\$ 287,25	3,00%	R\$ 1.325,75
Mai/20	R\$ 20.077,43	0,65%	R\$ 130,50	3,00%	R\$ 602,32
Jun/20	R\$ 45.814,56	0,65%	R\$ 297,79	3,00%	R\$ 1.374,44
Jul/20	R\$ 48.281,48	0,65%	R\$ 313,83	3,00%	R\$ 1.448,44
Ago/20	R\$ 36.858,85	0,65%	R\$ 239,58	3,00%	R\$ 1.105,77
Set/20	R\$ 44.858,45	0,65%	R\$ 291,58	3,00%	R\$ 1.345,75
Out/20	R\$ 43.679,90	0,65%	R\$ 283,92	3,00%	R\$ 1.310,40
Nov/20	R\$ 47.474,06	0,65%	R\$ 308,58	3,00%	R\$ 1.424,22
Dez/20	R\$ 46.006,42	0,65%	R\$ 299,04	3,00%	R\$ 1.380,19
Totais	R\$ 506.122,27	0,65%	R\$ 3.289,79	3,00%	R\$ 15.183,67

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Diante disso, a tabela 10 demonstra o cálculo do PIS e COFINS, sua tributação é realizada mediante a aplicação de percentuais sobre o faturamento auferido mensalmente. Tais percentuais são de 0,65% para o PIS e 3,00% para COFINS, aplicados sobre o faturamento resultará no valor de imposto a pagar.

A tabela 11 demonstra o cálculo do ISS (Imposto Sobre Serviço) que conforme determina a Lei 116/2003 para empresa em estudo aplica-se 5% sobre a receita auferida mensalmente.

Tabela 11 – Apuração ISS 2020

Competência	Fat. 2020	Alíquota ISS	ISS a pagar
Jan/20	R\$55.062,29	5,00%	R\$2.753,11
Fev/20	R\$29.463,17	5,00%	R\$1.473,16
Mar/20	R\$44.353,88	5,00%	R\$2.217,69
Abr/20	R\$44.191,78	5,00%	R\$2.209,59
Mai/20	R\$20.077,43	5,00%	R\$1.003,87
Jun/20	R\$45.814,56	5,00%	R\$2.290,73
Jul/20	R\$48.281,48	5,00%	R\$2.414,07
Ago/20	R\$36.858,85	5,00%	R\$1.842,94
Set/20	R\$44.858,45	5,00%	R\$2.242,92
Out/20	R\$43.679,90	5,00%	R\$2.184,00
Nov/20	R\$47.474,06	5,00%	R\$2.373,70
Dez/20	R\$46.006,42	5,00%	R\$2.300,32
Totais	R\$506.122,27	60,00%	R\$25.306,11

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A folha de pagamento no regime de tributação Lucro Presumido tem uma

grande diferença em relação ao Simples Nacional. Neste regime a parte patronal é significativamente onerosa para a empresa, tendo na sua composição 20% sobre a remuneração de todos os empregados e empregadores, o RAT 2% é determinado através do CNAE da empresa, e o terceiros é 5,80% ambos aplicados sobre a remuneração apenas dos empregados. A tabela 12 demonstra o cálculo do INSS, RAT e Terceiros realizados com as informações da folha salarial de 2020.

Tabela 12– Apuração CPP, RAT e terceiros lucro presumido

Comp.	Pró-labore	Salário funcionários	CPP 20%	RAT 2%	Terceiros 5,80%
Jan/20	R\$ 6.101,06	R\$ 1.334,38	R\$ 1.487,09	R\$ 26,69	R\$ 77,39
Fev/20	R\$ 6.101,06	R\$ 1.334,38	R\$ 1.487,09	R\$ 26,69	R\$ 77,39
Mar/20	R\$ 7.500,00	R\$ 1.334,38	R\$ 1.766,88	R\$ 26,69	R\$ 77,39
Abr/20	R\$ 12.000,00	R\$ 845,10	R\$ 2.569,02	R\$ 16,90	R\$ 49,02
Mai/20	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Jun/20	R\$ 12.000,00	R\$ 489,28	R\$ 2.497,86	R\$ 9,79	R\$ 28,38
Jul/20	R\$ 12.000,00	R\$ 1.779,17	R\$ 2.755,83	R\$ 35,58	R\$ 103,19

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Tabela 12– Apuração CPP, RAT e Terceiros Lucro Presumido

Comp.	Pró-labore	Salário funcionários	CPP 20%	RAT 2%	Terceiros 5,80%
Set/20	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Out/20	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Nov/20	R\$ 15.000,00	R\$ 1.493,56	R\$ 3.298,71	R\$ 29,87	R\$ 86,63
Dez/20	R\$ 15.000,00	R\$ 1.403,70	R\$ 3.280,74	R\$ 28,07	R\$ 81,41
Totais	R\$ 142.702,12	R\$ 11.436,98	R\$ 30.827,82	R\$ 228,74	R\$ 663,34

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Cabe ressaltar que, nos meses em que não consta remuneração salarial da parte do funcionário, refere-se a medida provisória de afastamento devido ao período de pandemia, no qual a empresa optou pelo afastamento. No entanto, os demais encargos sobre a folha salarial se comportam da mesma forma do Simples Nacional, conforme demonstrado na tabela 05.

Com isso, foi possível demonstrar através das tabelas como seria a tributação da empresa MVT caso seu regime tributário escolhido fosse o Lucro presumido, logo os encargos que a mesma estará submetida neste regime.

4.2.3 Simples nacional x lucro presumido

Após a elaboração dos cálculos é realizada a comparação entre os dois

regimes Simples Nacional anexo III e Lucro Presumido, para verificar qual o regime tributário é mais adequado para a empresa MVT.

O quadro 08 mostra uma breve comparação referente aos dois regimes de tributação no ano de 2020.

Quadro 08 – Resumo de Tributação 2020

Tributos	Lucro Presumido	Simples Nacional	Análise Horizontal
IRPJ	R\$ 24.294,02	R\$ 1.927,00	92,07 %
CSLL	R\$ 14.576,41	R\$ 1.686,12	88,43 %
PIS	R\$ 3.289,79	R\$ 1.430,23	56,53 %
COFINS	R\$ 15.183,67	R\$ 6.590,27	56,60 %
ISS	R\$ 25.306,11	R\$ 15.633,23	38,22 %
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 33.500,48	R\$ 1.885,43	94,37 %
SIMPLES NACIONAL		R\$ 48.174,87	
Total	R\$ 116.150,48	R\$ 50.060,30	132,02%
Faturamento	R\$ 506.122,27	R\$ 506.122,27	
Carga Efetiva	22,95%	9,89%	13,06%

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Diante disso, no ano de 2020 ao qual a empresa em estudo pertence ao Simples Nacional, a carga tributária é de 9,87% e no Lucro Presumido a carga tributária seria de 22,95%. É perceptível a grande diferença de um regime para o outro, sendo um valor correspondente a R\$ 66.090,18. No entanto, observando a análise horizontal é possível identificar que os impostos com diferenças mais relevantes entre os regimes tributários, foram os encargos sociais com diferença de 94,37% pois no Lucro Presumido é recolhido INSS Patronal de 20%, RAT de 2%, Terceiros de 5,80% tornando-se mais oneroso para a empresa.

Em seguida o IRPJ com a diferença de 92,07% sendo que no Lucro presumido é aplicado a alíquota de presunção de 32% para base de cálculo e 15% do devido imposto, e no Simples nacional referindo-se a faixa em que a empresa se encontra a alíquota parte de 4%.

Logo após a CSLL com 88,43%, pois no Lucro presumido é aplicado a alíquota de presunção de 32% para base de cálculo e 9% do devido imposto, e no Simples nacional a alíquota parte de 3,50%.

Desta forma, após o levantamento dos dados do ano de 2020 demonstra-se que o Simples Nacional é o regime mais adequado para a empresa MVT. No presente estudo não foram demonstrados os encargos no Lucro Real, pois como a receita da empresa consiste na prestação de serviços com margem de lucro

significativo, o método de tributação onde o IRPJ e CSLL incidem sobre o lucro líquido não se torna viável.

4.3 VISÃO SISTÊMICA APLICADA AO CASO

A contabilidade é utilizada pelos gestores empresariais em diversas situações ao decorrer dos anos, sendo fundamental no momento em que a entidade necessita realizar a tomada de decisão. Como seu principal objetivo é o patrimônio da empresa, ela controla, avalia e orienta demonstrando sua atual realidade e contribuindo assim para o desenvolvimento da organização.

A contabilidade compreende os mais diversos ramos, e um dos mais comentados atualmente é a Contabilidade Tributária. Em um país como o Brasil onde sua carga tributária está entre as maiores no País, é fundamental obter um planejamento tributário eficaz para a redução dos valores recolhidos aos impostos.

Desta forma, com a diminuição da carga tributária nas empresas, tende a reduzir um dos principais fatores que levam a extinção das mesmas, permitindo assim o crescimento com maiores possibilidades de investimento.

Nesse contexto, explorou-se o tema planejamento tributário, com o intuito de demonstrar e definir quais as melhores estratégias e formas de tributação para a organização, de forma com que as empresas reduzissem o valor despendido aos impostos dentro da legalidade. Tendo o conhecimento do regime tributário mais adequado e fazendo a escolha do mesmo, a empresa tende a obter lucros futuros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos fatos expostos no decorrer da pesquisa, o planejamento tributário tornou-se uma ferramenta fundamental no contexto empresarial, contudo, antes de qualquer ato relacionado a parte tributária, é necessário conter conhecimento dos impostos incidentes sobre a atividade das entidades. O planejamento tributário exige do profissional contábil o amplo conhecimento dos mais variados tipos de tributos, tanto nas esferas estaduais, municipais e federais, de acordo com o regime tributário da empresa.

No entanto, é imprescindível analisar de forma diligente o regime tributário mais adequado, para que as empresas não desembolsem valores desnecessários

ou tenham prejuízos futuros. De acordo com os aspectos mencionados, o artigo teve como objetivo demonstrar qual a melhor forma de enquadramento tributário para a empresa MVT Representação Comercial Ltda. e cooperar com informações que auxiliem o planejamento tributário a fim de proporcionar benefícios fiscais para a entidade.

O embasamento teórico desenvolvido no presente estudo, apresentou aspectos pertinentes à contabilidade fiscal e tributária e os tipos de regimes tributários vigentes no Brasil, com predominância maior nos regimes do Simples Nacional e Lucro presumido.

Portanto, o objetivo delimitado neste estudo é apresentar o regime tributário mais adequado entre Simples Nacional anexo III e o Lucro Presumido para a empresa MVT Representação Comercial Ltda., visto que foi possível obter a resposta, através da análise dos cálculos realizados entre os dois regimes tributários durante o ano de 2020.

Sendo assim, o regime tributário mais viável para a empresa é o Simples Nacional anexo III ao qual a mesma já está enquadrada, pois há uma diferença de valores consideráveis quando relacionados os regimes de Lucro Presumido e Simples Nacional correspondente a R\$ 66.090,18 no montante recolhido dos tributos.

Deste modo, o planejamento tributário é utilizado como ferramenta fiscal para auxiliar na gestão da entidade, colaborando com o crescimento no âmbito competitivo em que o mercado se encontra. Com isso, o contador é a peça fundamental que auxilia os empreendedores a tomar a decisão certa em meio às circunstâncias decorrentes da sua operação. Sendo assim, cabe ao profissional contábil estar em constante atualização com a legislação e suas mudanças no decorrer dos anos, fornecendo desse modo as informações importantes à empresa sobre o mercado em que ela está inserida e assim contribuindo para o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Roberto. CASTRO, Kleber Pacheco. Estudo aponta que carga tributária bateu recorde em 2019. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/estudo-aponta-que-carga-tributaria-bateu-recorde-em-2019.shtml>-. Acesso em: 07 out. 2020.

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**: noções práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Imposto de Renda das empresas**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ANDRADE, Euridice S. Mamede de; LINS, Luiz dos Santos; BORGES, Viviane Lima. **Contabilidade tributária**: um enfoque prático nas áreas Federal, Estadual e Municipal. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- ARAUJO, Dayane de Almeida. **Planejamento tributário aplicado aos instrumentos sucessórios**. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2018.
- BARROS, Aildin Jesus da Silveira. LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2007.
- BEUREN, Ilse Maria *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BEUREN, Ilse Maria *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento tributário na prática**: gestão tributária na prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- CREPALDI, Silvio. **Planejamento tributário**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- CREPALDI, Silvio, CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade fiscal e tributária**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.
- FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- FARIA, Ramon Alberto Cunha. **Contabilidade tributária**. Porto Alegre: Sagah, 2016.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HAUSER, Paolla. **Contabilidade tributária**: dos conceitos a aplicação. Curitiba: InterSaberes, 2017.
- IBGE. **O IBGE apoiando o combate à covid-19**. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pulso-empresa/>. Acesso em: 16 mai. 2021.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2015.

MEURER, Alison Martins. **Contabilidade tributária**. Curitiba: Contentus, 2020.

OLIVEIRA, Luís Martins *et al.* **Manual da contabilidade tributária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributaria**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luís *et al.* **Contabilidade e gestão tributária**: teoria, prática e ensino. São Paulo: Cengage, 2017.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual da contabilidade tributária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PINTO, Leonardo José Seixas. **Contabilidade tributária**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2013.

REZENDE, José Luís *et al.* **Contabilidade tributária**: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO JUNIOR, Geraldo Roberto; PUJALS, João. **Auditoria integrada do Simples Nacional**: o que muda com o SEFISC - Sistema Eletrônico Único de Fiscalização. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RIBEIRO, Osni Moura, PINTO, Mauro Aparecido. **Introdução à contabilidade tributária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RIOS, Ricardo Pereira, MARION, José Carlos. **Contabilidade avançada**: de acordo com as normas brasileiras de contabilidade (NBC) e normas internacionais de contabilidade (IFRS). São Paulo: Atlas, 2019.

SANTOS. Cleônimo dos. **Auditoria fiscal e tributária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOUZA, Edimilson Patrocínio. **Contabilidade tributária**: aspectos práticos e conceituais. São Paulo: Atlas, 2018.

WALLIMAN, Nicholas. **Métodos de pesquisa**; revisão técnica de Patrícia Viveiros de Castro Krakauer; tradução de Arlete Simille Marques. São Paulo: Saraiva, 2015.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA JM BATERIAS AUTOMOTIVAS

Janaína Gomes Alexandre Zeferino¹

Morgana Pacheco Lessa²

Fernando Pacheco³

Joana D'Arc de Souza⁴

Resumo: As pequenas e médias empresas destacam-se como propulsoras da economia por representar grande fonte de geração emprego e renda para o país. Entretanto muitas dessas empresas encontram dificuldades em se manter no mercado principalmente com um bom desempenho financeiro. Diante disto a contabilidade e suas ramificações, que em sua essência visam fornecer informações para a tomada de decisões, destacam-se como instrumento imprescindíveis para esse setor. Sendo assim o artigo tem por objetivo geral identificar a modalidade de tributação mais vantajosa para a empresa JM Baterias. Para atender ao objetivo geral, tem-se como objetivos específicos: levantar as modalidades de tributação atribuídas pela literatura e pela legislação vigente no Brasil; identificar a modalidade tributária da empresa JM Baterias atualmente; elaborar o planejamento tributário da empresa estudada a partir dos dados do exercício 2020. Quanto a metodologia, trata-se de uma pesquisa exploratória com natureza, teórico e prático e lógica dedutiva. Os dados foram coletados a partir de fontes primárias e secundárias. Caracterizando-se como uma pesquisa bibliográfica, documental e um estudo de caso. Com base no levantamento de informações fornecida pela empresa, após análise e elaboração dos resultados, constatou-se que a forma de tributação atual manteve-se mais vantajosa. Ou seja, o Simples Nacional foi o regime que gerou o menor desembolso tributário.

Palavras-chave: Planejamento tributário; Simples nacional; Lucro presumido; Lucro real.

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual são inúmeros os desafios para se consolidar no mercado. As microempresas e empresas de pequeno porte são as que mais enfrentam desafios. Dentre as principais dificuldades encontradas pelos empreendedores destaca-se a falta de planejamento e gestão financeira, o acesso restrito a linhas de crédito e a alta e complexa carga tributária do país.

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

³ Orientador e Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

⁴ Professora do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

A Contabilidade desempenha papel fundamental também na gestão de MPEs, oferecendo alternativas, para auxiliar no desenvolvimento e crescimento delas.

Dentre as alternativas oferecidas pela contabilidade destaca-se o Planejamento Tributário que é uma ferramenta indispensável para auxiliar os gestores na análise e interpretação correta da legislação afim de encontrar alternativas lícitas para redução da carga tributária das empresas garantindo assim maiores lucros e aumentando a competitividade.

Segundo Luz (2014) planejamento tributário é um estudo minucioso de um negócio visando de forma legal diminuir, suprimir, ou retardar o pagamento de tributos.

De acordo com Hauser (2017), o planejamento tributário está ligado intimamente com a necessidade que toda empresa tem de organizar suas finanças com o objetivo de reduzir custos e aumentar os lucros.

Vale ressaltar que o planejamento tributário não se limita apenas a grandes organizações, microempresas e empresas de pequeno porte também podem se valer dessa ferramenta estratégica na escolha da melhor forma de tributação e na redução de forma legal do pagamento de tributos.

A empresa JM Baterias ME, especializada na venda de baterias automotivas, situada na cidade de Tubarão SC, busca alternativas em relação ao regime tributário mais adequado para seu ramo de negócios, no momento a empresa é optante do simples nacional e possui uma alta carga tributária.

De acordo com o exposto a pergunta de pesquisa é: Qual a modalidade de tributação mais adequada para a empresa JM Baterias?

O objetivo geral do estudo é identificar a modalidade de tributação mais vantajosa para a empresa JM Baterias.

E para atender ao objetivo geral, tem-se como objetivos específicos: levantar as modalidades de tributação atribuídas pela literatura e pela legislação vigente no Brasil; identificar a modalidade tributária da empresa JM Baterias atualmente; elaborar o planejamento tributário da empresa estudada a partir dos dados do exercício 2020.

As microempresas e empresas de pequeno porte representam 99% das empresas brasileiras. O comércio é o que detém maior parte das empresas 41% no total. Os pequenos negócios são os que mais disponibilizam empregos com carteira,

os que mais empregam mulheres e onde os salários mais sobem em comparação a grandes empresas (SEBRAE, 2019).

Diante da importância deste segmento para a economia do país e dos problemas que essas empresas enfrentam para se manter no mercado, considerando ainda a crise atual, a alta complexidade do sistema tributário, e a falta de conhecimento da grande maioria dos gestores e até mesmo contadores, justifica-se a pesquisa com o intuito de proporcionar a empresa em questão o conhecimento e as vantagens do planejamento tributário, a fim de reduzir custos e maximizar lucros.

O Planejamento Tributário deve ser realizado por um profissional qualificado. Os profissionais contábeis têm grande contribuição nesse setor não só ajudando seus clientes na gestão tributária, mas também desmistificando e valorizando a profissão do contador que por muitas pessoas ainda hoje é tida somente como uma despesa para a empresa.

Sendo assim este estudo também destaca a necessidade de profissionais habilitados, que conheçam a legislação tributária brasileira e que busquem atualização constante, para desempenharem esse importante trabalho dentro das instituições.

Sabe-se que a sonegação e a inadimplência fiscal causam impactos graves para as empresas e a sociedade. Os recursos que deveriam ser aplicados em saúde, educação saneamento básico, entre outros, deixam de serem recolhidos aos cofres públicos causando sérios prejuízos ao país e a população.

Pode-se dizer então, que o planejamento tributário além de zelar pelos interesses das entidades, auxilia também indiretamente o Estado no combate à sonegação e a inadimplência, e conseqüentemente a sociedade como um todo.

O resultado da pesquisa se delimita à empresa JM Baterias e ao período escolhido para estudo que é o exercício de 2020. A organização da pesquisa está subdividida em cinco partes, introdução, embasamento teórico, métodos e técnicas da pesquisa, apresentação dos resultados e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, será apresentado o referencial teórico que norteia a pesquisa, apresentando-se da seguinte forma: Origem dos Tributos; Contabilidade Fiscal e Tributária; Planejamento Tributário; Regimes Tributários, Tributação Monofásica.

2.1 ORIGEM DOS TRIBUTOS

A história dos tributos nas sociedades antigas confunde-se com a história da criação do Estado. Apesar de também serem usadas para custear a criação de instituições como administração pública, força militar e obras públicas, a justificativa maior para cobrança de tributos residia na concepção de que o soberano era um ser divino, e que, portanto, precisava ser sustentado com grande luxo. Os tributos também eram devidos pela extração dos frutos da terra, a qual pertencia ao soberano. Na história o tributo é algo antigo, apesar de ser diferente dos que são usados em nossas empresas (ALENCAR; PEREIRA; REZENDE, 2010).

Atualmente a origem dos tributos surge na compra e na venda de um produto, na prestação de um serviço ou quando têm lucro no período. Os tributos incidentes, nessas situações, podem ser classificados como municipais, estaduais e federais, dependendo por qual instância eles são administrados (ANDRADE; BORGES; LINS, 2015).

Segundo Ribeiro e Pinto (2014), a cobrança dos tributos surge a partir do momento que uma atividade se elabora, tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Para entender um tipo de tributo, o governo usa como base a constituição federal onde encontra competência e limites para tributar de forma correta (FARIAS, 2016).

2.1.1 Breve história dos tributos no Brasil

De acordo com Alencar, Pereira e Rezende (2010), no Brasil a arrecadação de impostos começou antes que houvesse uma legislação própria. Todas as

atividades econômicas e outras obrigações estavam sujeitas ao pagamento de impostos ao Rei de Portugal, já que as terras brasileiras pertenciam a coroa portuguesa.

Abraham (2020) destaca que foram introduzidos no Brasil, com o propósito de cobrir os gastos da coroa portuguesa e até render algum lucro, vários tributos e normas impositivas. Assinala ainda que com a vinda da família real para o Brasil expandiram-se os meios de arrecadação e a cobrança de impostos.

Segundo Alencar, Pereira e Rezende (2010) durante o período das regências houve muitas revoluções motivadas pela insatisfação gerada pela cobrança de impostos. Foi no período regencial que surge a primeira reforma tributária onde foram extintos alguns tributos e definidas algumas receitas.

Para Abraham (2020) foi durante o regime militar, que iniciou 1964, que ocorreu o momento histórico mais significativo para tributação no Brasil. Salienta que em 1965 ocorre uma reforma tributária por meio da Emenda Constitucional nº 18/1965 com o propósito de arrecadar maiores fundos para o Estado. E no ano seguinte em 1966, foi estabelecido o Código Tributário Nacional, que subsiste até hoje.

Alencar, Pereira e Rezende (2010), ressaltam que foi no período redemocratização, que iniciou em 1985, onde houve uma maior abertura para questionamentos e discussões contra tributos instaurados em desacordo com os princípios constitucionais. Foi nesse período também que se acentuam os debates relacionados à imprescindibilidade de uma reforma tributária eficaz.

Segundo Pegas (2006) a Constituição Federal (BRASIL, 1988), trouxe mudanças significativas para o sistema tributário nacional, especialmente relacionadas a forma como recursos eram distribuídos entre o Estado federado. Foi a partir daí que o Estado começou a expandir a participação de tributos como: PIS, COFINS e CSLL. Tributos esses que até então não precisavam ser divididos com Estados e Municípios.

2.2 CONTABILIDADE FISCAL E TRIBUTÁRIA

A contabilidade tem papel fundamental na organização administrativa e financeira das entidades. Dentre os ramos de atuação destaca-se a contabilidade

Tributária que é responsável, entre outros, por gerenciar e recolher tributos de forma eficaz.

De acordo com Crepaldi (2017), a contabilidade fiscal e tributária é a área da contabilidade onde os profissionais contábeis realizam o cálculo dos tributos em todas as esferas de arrecadação sendo atribuídos a diversas atividades de uma ou várias entidades.

Segundo Pinto e Ribeiro (2014), a contabilidade tributária é o ramo da contabilidade que se dedica especificamente a estudar, gerenciar e contabilizar os tributos.

Para Fabretti (2013), o objetivo da contabilidade tributária é empregar na prática os conceitos, princípios e normas da contabilidade e das leis tributárias de maneira conjunta e oportuna.

Corroborando ainda Pinto e Ribeiro (2014), destaca que a contabilidade tributária tem por objetivo fornecer aprendizado aos acadêmicos, para que possam desenvolver a profissão contábil com determinação, entrega e principalmente honestidade.

2.2.1 Tributos e suas espécies

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) em seu artigo 145, inciso II e III, os tributos estão divididos em três espécies, que são: impostos, taxas e as contribuições de melhoria. Entretanto a Constituição Federal (BRASIL, 1988), também elenca nos artigos 148 e 149, outras duas subespécies tributárias que são: os empréstimos compulsórios e as contribuições sociais. Os tributos são também classificados em duas espécies denominadas de: tributos vinculados e não vinculados.

Segundo o artigo 16 do Código Tributário Nacional (BRASIL, 1966), a seguir *in verbis*: Art. 16. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

Sendo assim, Oliveira (2013) define imposto como uma obrigação que deve ser cobrada do contribuinte exclusivamente pelos entes competentes atribuídos pela Constituição Federal, na pessoa de seus entes federados (União, Estados,

Municípios e Distrito Federal), com o objetivo de financiar despesas e interesse geral. Como exemplo desses impostos podemos citar o IPI, IRPJ e o IRPF.

O artigo 77 do Código Tributário Nacional (BRASIL, 1966) destaca sobre as taxas:

Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Oliveira (2013), corrobora que as taxas diferentemente dos impostos são tributos vinculados, ou seja, somente serão cobradas se houver uma contraprestação para o contribuinte.

As contribuições de melhoria, definidas no artigo 81 do Código Tributário Nacional (BRASIL, 1966) tem como principal consequência a valorização imobiliária decorrente de obras públicas.

Art. 81. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

De acordo com Alencar, Pereira e Rezende (2010) as contribuições de melhoria são tributos que podem ser cobrados pelo governo desde que haja valorização imobiliária resultante de obra pública.

Os artigos 148, incisos I e II, parágrafo único e 149 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), elencam os empréstimos compulsórios, *in verbis*:

Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

- para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;
- no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, "b".

Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e

sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

Para Alencar, Pereira e Rezende (2010), os empréstimos compulsórios só podem ser estabelecidos pela união com o objetivo de assistir a gastos excepcionais (não previstos no orçamento) resultantes de calamidade pública, guerras ou sua iminência e para investir imediatamente em projetos públicos e de expressivo benefício para o país.

Já as Contribuições Sociais, estão elencadas no artigo 148 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), que dispõe:

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

Segundo Alencar, Pereira e Rezende (2010), as Contribuições Sociais estão classificadas em três tipos: contribuição de intervenção no domínio econômico, contribuição de interesse de categorias profissionais ou econômicas e contribuição da seguridade social.

2.3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

De acordo com a Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976) Lei das sociedades por ações, faz-se obrigatório o planejamento tributário por parte dos gestores de qualquer empresa.

Segundo o artigo 153 da referida lei, “O administrador da companhia deve empregar no exercício de suas funções o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus negócios.” (BRASIL, 1976).

Sendo assim, o Planejamento tributário, antes de ser um direito é também uma obrigação de todo administrador.

Neste contexto Oliveira et al. (2006) apresenta o Planejamento Tributário como uma maneira lícita de diminuir a carga de tributos de uma empresa, através de

conhecimento técnico e de maneira sensata e coerente pelos encarregados das decisões estratégicas da empresa.

Segundo Araújo (2018) O planejamento tributário é um conjunto de medidas que permite aos contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, organizarem seus negócios de forma preventiva, a fim de reduzir legalmente a carga tributária.

Oliveira (2009) ressalta também que o Planejamento Tributário não pode ser confundido com sonegação fiscal. Sendo que sonegar é utilizar de meios ilícitos e fraudulentos para deixar de pagar o tributo devido. E o Planejamento Tributário é uma forma lícita de escolher entre várias opções a menor e melhor forma de cumprir suas obrigações tributárias.

Luz (2014) destaca que através do Planejamento tributário busca-se uma avaliação geral da organização, com ações no presente pretendendo uma melhora futura. Afirma ainda que o objetivo principal do Planejamento Tributário é diminuir os abalos financeiros causados pela incidência de tributos sobre os eventos econômicos.

Para Hauser (2017) o Planejamento Tributário nada mais é do que uma reorganização dos processos internos da empresa, por profissionais qualificados, visando identificar circunstâncias que possam reduzir despesas com impostos e obter compensações ou restituições dentro da legislação.

De acordo com Oliveira et al. (2015), o planejamento tributário é entendido como uma forma legal de reduzir a carga tributária que requer uma alta dose de conhecimento técnico e bom senso dos responsáveis pelas decisões estratégicas no ambiente corporativo

2.3.1 Elisão fiscal e evasão fiscal

De acordo com Ribeiro e Pinto (2014) a elisão fiscal é um meio lícito utilizado pelas empresas, objetivando reduzir a carga tributária buscando alternativas dentro da legislação.

Para Oliveira (2013), elisão fiscal define-se como todo procedimento legal que todo contribuinte pode executar antes do fato gerador, no intuito de reduzir, eliminar ou postergar suas obrigações tributárias.

Lolatto (2020) destaca que a evasão fiscal é uma forma de fraude que leva à infração tributária, ou seja, o desvio de receita causado pelo não recolhimento do tributo pelo contribuinte após a ocorrência do fato gerador.

Segundo Guilherme Simões Crepaldi e Silvio Aparecido Crepaldi (2019), Evasão Fiscal consiste em danos ilegais causados ao Fisco, por meio do não pagamento dos tributos devidos, ou pagando aquém do valor devido, de forma deliberada ou negligentemente.

2.3.2 Tributação monofásica

A ME ou EPP optante pelo Simples Nacional que proceda à importação, à industrialização ou à comercialização de produtos sujeitos à substituição tributária ou tributação concentrada em única etapa (monofásica) da contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS deve segregar a receita decorrente da venda desse produto indicando a existência de substituição tributária/tributação monofásica para as referidas contribuições, de forma que serão desconsiderados, no cálculo do Simples Nacional, os percentuais a elas correspondentes (art. 25, § 6º, da Resolução CGSN nº 140, de 2018). Ressalta-se, porém, que essas receitas continuam fazendo parte da base de cálculo dos demais tributos abrangidos pelo Simples Nacional (SIMPLES NACIONAL, 2021).

No sistema monofásico o fisco concentra o recolhimento do PIS e da COFINS no fabricante e importador, por outro lado zera a alíquota destas contribuições nas operações realizadas pelo comércio. Portanto a alíquota zero (benefício fiscal) da Lei nº 10.925/2004 não se aplica às empresas optantes pelo Simples Nacional (SIGA O FISCO, 2021).

De acordo com Pêgas (2017), alguns veículos, máquinas e peças estão incluídas no sistema de tributação monofásica, com o PIS e a COFINS recolhidos em etapa única pelo fabricante ou importador, com alíquotas específicas, determinadas na Lei nº 10.485/02 e alterações posteriores. As Autopeças pagam 2,3% (PIS) e 10,08 % (COFINS).

Segundo Alencar, Pereira e Rezende (2010), o regime monofásico resume-se a tributação de apenas um elo da cadeia produtiva, geralmente onde a fiscalização pode ser mais eficaz, seja pela redução do número de contribuintes ou pelo alto valor tributário.

Para Pêgas (2006), a diferença entre a tributação monofásica e o modelo de substituição tributária é que o contribuinte arrecada todos os tributos de uma só vez, sem segregação entre a sua parcela e a parcela do contribuinte substituído.

2.4 REGIMES TRIBUTÁRIOS

Atualmente Lucro Presumido, Lucro Real e Simples Nacional são os principais Regimes Tributários vigentes no Brasil a disposição das pessoas jurídicas.

O Lucro Presumido é um regime tributário simplificado para apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurados de forma trimestral das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano calendário, à apuração do Lucro Real (PINTO; RIBEIRO, 2014).

A Base de cálculo é apurada conforme legislação vigente onde é definido um percentual sobre a receita bruta de vendas de mercadorias, de serviços ou produtos. Ressalta-se que o percentual utilizado na pessoa jurídica varia de 1,6% a 32% de acordo com a atividade desenvolvida (ANDRADE; BORGES; LINS, 2015).

Quadro 1 - Tabela de presunção

ESPÉCIES DE ATIVIDADES:	Percentuais sobre a receita
Revenda a varejo de combustíveis e gás natural	1,6%
Venda de mercadorias ou produtos; Transporte de cargas; Atividades imobiliárias (compra, venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis); Serviços hospitalares; Atividade Rural; Industrialização com materiais fornecidos pelo encomendante; Outras atividades não especificadas (exceto prestação de serviços);	8 %
Serviços de transporte (exceto o de cargas); Serviços gerais com receita bruta até R\$ 120.000/ano – ver nota 1);	16%
serviços profissionais (Sociedades Simples - SS, médicos, dentistas, advogados, contadores, auditores, engenheiros, consultores, economistas etc.); Intermediação de negócios; Administração, locação ou cessão de bens móveis/imóveis ou direitos; Serviços de construção civil, quando a prestadora não empregar materiais de sua propriedade nem se responsabilizar pela execução da obra (ADN Cosit 6/97). Serviços em geral, para os quais não haja previsão de percentual específico	32%
Comercialização de veículos usados	ver nota (2)
No caso de exploração de atividades diversificadas, será aplicado sobre a receita bruta de cada atividade o respectivo percentual.	1,6 a 32%

Fonte: Portal Tributário (2021).

O Lucro Real é o lucro líquido apurado no período base, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações autorizadas pela legislação do Imposto de Renda. No livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) devem ser transcritos os ajustes do lucro líquido (PINTO, 2010).

A pessoa jurídica que se enquadrar na lei nº 9.718 de 1998 (BRASIL), artigo 14 e artigo 246 do RIR/1999 terá que, obrigatoriamente, ser tributada com base no lucro real. Para as demais pessoas jurídicas, a tributação pelo lucro real é uma opção (PINTO; RIBEIRO, 2014).

O Simples Nacional é um sistema unificado de recolhimento de tributos. As pessoas jurídicas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderá optar a essa modalidade, onde os impostos serão calculados sobre a receita bruta (OLIVEIRA, 2013).

A apuração dos tributos é realizada de forma mensal, mediante documento único de arrecadação onde é agregado os tributos federais, estaduais e municipais (PINTO, 2010).

As atividades de revenda de mercadorias são tributadas pelo Anexo I da LC 123, de 2006. (Base normativa: art. 25, § 1º, I, da Resolução CGSN nº 140, de 2018).

Quadro 2 - Atividades referente ao setor de comércio

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)	Alíquota	Valor a Deduzir (em R\$)	
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,00%	–
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,30%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,30%	87.300,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,00%	378.000,00

Fonte: Jornal Contábil no R7 (2020).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Esta seção aborda o enquadramento e o procedimento metodológico adotado na pesquisa.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto à natureza do objetivo a pesquisa classifica-se como exploratória, pois, de acordo com Gil (2016) possibilita maior familiaridade com o problema, para esclarecê-lo ou formar uma hipótese.

No que se refere à natureza do artigo trata-se de um estudo teórico e prático. Dentre os aspectos teóricos destacam-se a busca de conceitos e teorias em literaturas clássicas e modernas, artigos e legislação atual. Quanto aos aspectos práticos o estudo investiga um objeto em profundidade, neste caso, a empresa JM Baterias. Sendo assim Lacatos e Marconi (2019) salientam que todo estudo se origina de algumas questões teóricas /práticas que irão explicar o que é relevante ou não relacionado à observação e os dados que devem ser selecionados.

A lógica da pesquisa acontece de forma dedutiva partindo de conhecimentos gerais para um estudo singular. Para Lozada (2018), o raciocínio dedutivo visa explicar o conteúdo das premissas e tirar conclusões por meio de uma cadeia de raciocínio em ordem decrescente (da análise geral à análise específica).

Os dados foram obtidos a partir de coleta em fontes primárias e secundárias. Primárias diretamente em campo através de entrevista semiestruturada e conversas informais e secundárias por meio de documentos e relatórios fornecidos pela empresa estudada. Segundo Fachin (2017) os dados primários consistem em uma bibliografia que fornece uma base teórica para o tema de pesquisa, ou seja, a bibliografia básica do assunto. Por sua vez, os materiais secundários incluem bibliografias suplementares, ou seja, bibliografias que subsidiam o tema da pesquisa.

Em relação a abordagem a pesquisa classifica-se predominantemente como qualitativa com alguns aspectos quantitativos. Conforme Apolinário (2016), a pesquisa qualitativa prevê, em grande medida, pesquisas que coletem dados da interação social do pesquisador com o fenômeno em estudo. Por outro lado, a pesquisa quantitativa prevê amplamente a mensuração de variáveis predeterminadas, procurando verificar e explicar seus efeitos sobre outras variáveis.

Quanto ao resultado refere-se a uma pesquisa aplicada que vai gerar conhecimento a partir de uma pergunta de pesquisa. Andrade (2010) destaca que a pesquisa aplicada pode levar a descoberta de princípios científicos que possibilite o

progresso do conhecimento em alguma área específica e tem por objetivo colaborar com a solução de problemas.

Os procedimentos técnicos decorrem de uma pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Envolve levantamento bibliográfico por pesquisar o tema na literatura específica e legislação vigente. Documental por analisar documentos internos relacionados à contabilidade tributária da empresa. Estudo de caso visto que abrange um estudo aprofundado na empresa JM baterias. Corroborando Nascimento (2012) destaca que a pesquisa Bibliográfica presume o estudo de variadas obras que abordem o mesmo tema para que o autor-aluno tenha chance de verificar diferentes opiniões sobre os mesmos assuntos. E Fachin (2017) afirma que o estudo de caso se caracteriza por uma pesquisa aprofundada. Levando em consideração o conhecimento geral do objeto de pesquisa onde todos os aspectos serão investigados.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a pesquisa semiestruturada com o gestor e contador da empresa, conversas informais, pesquisas bibliográficas referentes ao tema, e demonstrações contábeis do exercício de 2020, fornecidas pela contabilidade da empresa. Em relação aos instrumentos de coleta de dados Lozada (2018) declara que uma das maiores responsabilidades do pesquisador corresponde a definir o instrumento mais adequado à técnica de pesquisa utilizada e a que melhor condiz com a finalidade do estudo.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

No que se refere aos procedimentos para a coleta e análise dos dados da pesquisa, durante a primeira etapa dos estudos buscou-se obter o máximo de informações relevantes sobre tema em literaturas específicas.

Em seguida houve contato com os proprietários da empresa concedente do estágio supervisionado, para avaliar a possibilidade da realização do estudo. Onde foi realizada uma entrevista semiestruturada com perguntas relacionadas ao tipo de produto comercializado, aspectos administrativos e principalmente sobre o enquadramento tributário da empresa com o propósito de averiguar a existência e a disponibilidade dos documentos necessários para a análise.

Diante dos resultados positivos da entrevista, iniciou-se a coleta dos dados necessários para a realização da pesquisa nos documentos contábeis, que foram prontamente fornecidos pela contabilidade.

De posse das informações necessárias, buscou-se realizar uma análise minuciosa utilizando os critérios contidos na legislação Tributária como: porte da empresa Faturamento anual, tipo de seguimento entre outros. Visando encontrar o enquadramento tributário ideal para a empresa.

Foram ainda realizados cálculos em planilhas específicas e gráficos comparativos com base na demonstração do resultado do exercício de 2020 em três regimes tributários. O Lucro, O Lucro Real e o Simples Nacional. Objetivando auxiliar a empresa a escolher a forma de tributação mais adequada para o seu ramo de negócios.

Tendo detalhado todo o processo realizado para alcançar os objetivos propostos, os resultados apresentam-se a seguir.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Serão demonstrados nesta seção informações das empresas concedentes do estágio, iniciando com uma breve apresentação, localização e descrição do ramo de atividade.

Em seguida destaca-se os cálculos e análises realizados. Confrontando os valores do regime atual da empresa que é o Simples Nacional, com os regimes do Lucro Presumido e Lucro Real. Os valores foram apresentados na forma de quadros e gráficos, com as devidas explicações.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO⁵

Essa seção trata da caracterização de duas empresas concedentes de estágio, pois as autoras cumprem as 312 horas de estágio em empresas diferentes. Portanto, as empresas aqui apresentadas são: Atual Contábil Assessoria Contábil e Empresarial e JM Baterias. Cabe ressaltar que para efeito de pesquisa, ou seja, o objeto de estudo é a JM Baterias.

⁵ Os dados contidos nessa seção têm como fonte conversas informais com os supervisores dos estágios, contrato social, e mídias sociais das empresas.

4.1.1 Atual Contábil - Assessoria Contábil e Empresarial

Atual contábil é um escritório de contabilidade fundado em 04/02/2005 inscrita no CNPJ 07.210.851/0001-08, sediada na Rua Luiz Martins Collaço, 466, Sala 01, Edifício Matisse, Centro em Tubarão/SC, CEP 88701-330. Sua modalidade de tributação é o Simples Nacional, é de natureza jurídica sociedade simples limitada constando como principal atividade Serviços de Contabilidade e Consultoria.

O quadro societário foi formado por João e Marcos até setembro de 2018, onde os sócios resolvem não continuar com a sociedade transferindo por venda as quotas ao novo sócio José.

O escritório é formado por quatro setores: (a) departamento pessoal, onde é feito os registros dos funcionários as folhas de pagamento, os envios do e-Social; (b) a contabilidade fiscal com os lançamentos e importação dos documentos fiscais para poder ser feito a guia do Simples Nacional, (c) contabilidade onde são feitos os balanços e alterações contratuais.

Também é prestado (d) serviço na área de consultoria e planejamento tributário com área de atuação em Santa Catarina e outros estados. Sua forma de atendimento é presencial e online, sempre buscando a comodidade aos clientes.

A carteira de clientes gira em torno de setenta empresas, sendo que cinquenta com contrato de prestação de serviços de contabilidade mensal e as demais com contrato de prestação de serviços de consultoria e planejamento tributário. Os segmentos de atuação é o comércio, prestação de serviços gerais, saúde, terceiro setor.

Sua equipe é constituída por quatro colaboradores que atuam diretamente no escritório além de uma equipe de consultores com atendimento externo. O diferencial dos colaboradores é que todos são treinados para entender de todos os setores, buscando sempre a excelência no atendimento aos clientes.

4.1.2 JM Baterias Automotivas

A empresa objeto deste estudo é a JM baterias ME. (nome fictício utilizado para preservação da identidade da empresa), que iniciou suas atividades no ano de 2016. Seu regime de tributação atual é o Simples Nacional, e tem como atividade

principal o comércio e varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores e comercializa as principais marcas de baterias do mercado para linhas leve, pesada, moto e estacionárias.

Atualmente a empresa conta com um vendedor externo e o proprietário/gestor que é responsável por coordenar e administrar o empreendimento.

A gestão contábil da empresa é realizada de forma terceirizada através do escritório Charles Contabilidade que fica localizado a cidade de Capivari de Baixo/SC.

Entre os diferenciais da empresa estão: atendimento especializado, entrega e instalação em domicílio sem cobrança de taxas, vendas *on-line* e plantão 24h.

Objetivando inovar e se destacar no mercado, tendo em vista, a competitividade e concorrência acirrada a empresa está sempre em busca de estratégias e parcerias promissoras para a fidelização de seus clientes. Por essa razão durante dois anos realizou uma pesquisa minuciosa de mercado, levando em consideração consumidores, concorrente e variados fatores econômicos, sociais e ambientais.

A partir do ano de 2018 a empresa JM Baterias firmou parceria com a fábrica Pioneiro Industrial de Treze Tílias/SC, e lançou a sua linha exclusiva de baterias, AGM e AGM Premium, que mesmo sendo novas no mercado tem demonstrado ótima aceitação dos clientes e atingido as metas, o que alavancou as vendas e o crescimento da empresa.

Apesar do bom desempenho, a empresa em questão, apresenta dificuldades na área de tributação, principalmente em relação aos produtos monofásicos, e ao regime tributário adequado, evidenciando a necessidade e um planejamento tributário.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As seções a seguir demonstram as informações coletadas na empresa utilizadas para a análise e obtenção dos resultados. Foram realizados cálculos para a apuração dos três regimes tributários: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro real com base no faturamento apresentado no quadro 3. Os dados foram obtidos através de contato com a contabilidade, e gestor da empresa.

Quadro 3 - Apresenta o faturamento da Empresa no exercício de 2020

Competência	Valor
Janeiro	R\$ 99.161,94
Fevereiro	R\$ 119.326,00
Março	R\$ 68.960,83
Abril	R\$ 51.855,44
Mai	R\$ 82.394,64
Junho	R\$ 87.775,00
Julho	R\$ 48.035,00
Agosto	R\$ 17.770,00
Setembro	R\$ 125.757,85
Outubro	R\$ 98.295,00
Novembro	R\$ 18.815,00
Dezembro	R\$ 85.185,00
TOTAL	R\$ 903.331,70

Fonte: Dados coletados na pesquisa (2021).

4.2.1 Simples Nacional

A Demonstração do Resultado do exercício apresentada no quadro 4 detalha a composição do resultado líquido, através do confronto das receitas, custos e despesas da empresa.

Quadro 4 - Demonstração do Resultado do Exercício 2020

DRE SIMPLES NACIONAL		
Receita Operacional	R\$	903.331,70
(-) Deduções	R\$	54.010,92
Simplex Nacional	R\$	54.010,92
PIS	-	
CONFINS	-	
(=) Receita Líquida	R\$	849.320,78
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	R\$	632.332,19
CMV	R\$	632.332,19
(=) Lucro Bruto	R\$	216.988,59
(-) Despesas Administrativas	R\$	31.659,86
Pró-Labore	R\$	12.540,00
Aluguel	R\$	12.576,00
Contabilidade	R\$	2.640,00
Internet	R\$	1.824,00
Energia	R\$	1.606,71
Alvará de Funcionamento	R\$	473,15
(=) Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	R\$	185.328,73
(-) Despesas Financeiras	R\$	32,85
Juros/Multas	R\$	32,85
(-) Outras Despesas Operacionais	R\$	71,34
Outras Despesas Operacionais	R\$	71,34
(=) Resultados Antes dos Tributos sobre o Lucro	R\$	185.224,54
(-) CSLL	-	
(-) IRPJ	-	
(=) Resultado do Exercício	R\$	185.224,54

Fonte: Dados coletados na pesquisa (2021).

Para a obtenção das alíquotas e realização da apuração do simples nacional foi utilizada a receita bruta acumulada dos últimos 12 meses conforme demonstrado no quadro 3.

De acordo com o quadro 2 a empresa JM se enquadra no anexo 1, 4ª faixa. e esta sujeita a tributação monofásica de PIS e CONFINS detalhado no capítulo 2.3.2. Estabelecendo-se a alíquota a ser utilizada aplica-se sobre a receita bruta auferida nos referidos meses, conforme o quadro 5.

Quadro 5 - Cálculos do Simples Nacional

Mês	Fat. Monofásico	Alíq. Monofásico	Simples Nacional Monofásico	Total do Mês
Jan./20	R\$ 99.161,94	3,73%	R\$ 3.702,91	R\$ 3.702,91
Fev./20	R\$ 119.326,00	3,96%	R\$ 4.726,50	R\$ 4.726,50
Mar/20	R\$ 68.960,83	4,00%	R\$ 2.755,16	R\$ 2.755,16
Abr./20	R\$ 51.855,44	6,71%	R\$ 3.477,37	R\$ 3.477,37
Mai/20	R\$ 82.394,64	6,78%	R\$ 5.588,16	R\$ 5.588,16
Jun./20	R\$ 87.775,00	6,94%	R\$ 6.090,32	R\$ 6.090,32
Jul./20	R\$ 48.035,00	7,08%	R\$ 3.401,39	R\$ 3.401,39
Ago20	R\$ 17.770,00	6,98%	R\$ 1.239,80	R\$ 1.239,80
Set/20	R\$ 125.757,85	6,98%	R\$ 8.781,00	R\$ 8.781,00
Out/20	R\$ 98.295,00	7,06%	R\$ 6.941,52	R\$ 6.941,52
Nov./20	R\$ 18.815,00	7,00%	R\$ 1.316,93	R\$ 1.316,93
Dez/20	R\$ 85.185,00	7,03%	R\$ 5.989,86	R\$ 5.989,86
Total				R\$ 54.010,93

FONTE: Dados coletados na pesquisa (2021).

Os cálculos englobam os tributos IRPJ, CSLL, ICMS e contribuições previdenciárias.

4.2.2 Lucro real

A Demonstração do Resultado do Exercício apresenta a composição do resultado líquido, através do confronto das receitas, custos e despesas da empresa.

Quadro 6 – DRE Lucro real

DRE LUCRO REAL	2020
Receita Operacional	R\$ 903.331,70
(-) Deduções	R\$ 153.566,39
ICMS	R\$ 153.566,39
PIS	-
CONFINS	-
(=) Receita Líquida	R\$ 749.765,31
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 32.867,08
CMV	R\$ 532.867,08
(=) Lucro Bruto	R\$ 216.898,23
(-) Despesas Administrativas	R\$ 34.167,86
Pró-Labore	R\$ 12.540,00
INSS Patronal	R\$ 2.508,00
Aluguel	R\$ 12.576,00
Contabilidade	R\$ 2.640,00
Internet	R\$ 1.824,00
Energia	R\$ 1.606,71
Alvará de Funcionamento	R\$ 473,15
(=) Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	R\$ 182.730,37
(-) Despesas Financeiras	R\$ 32,85
Juros/Multas	R\$ 32,85
(-) Outras Despesas Operacionais	R\$ 71,34
Outras Despesas Operacionais	R\$ 71,34
(=) Resultados Antes dos Tributos sobre o Lucro	R\$ 182.626,18
(-) CSLL	R\$ 16.436,36
(-) IRPJ	R\$ 27.393,93
(=) Resultado do Exercício	R\$ 138.795,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa (2021).

O quadro 7 a apuração apresenta apuração do lucro real anual caso a empresa optasse por essa modalidade de tributação. Utilizou-se o valor do lucro auferido no período demonstrado na DR do quadro 6. Com base nesse valor calculou-se o IRPJ de 15% e CSLL 9%. Nesse caso não houve adicional de 10% sobre o IRPJ.

Quadro 7 - Cálculos do lucro real

APURAÇÃO LUCRO REAL ANUAL	2020	
(+) Receita Bruta Operacional	R\$	903.331,70
(-) ICMS	-R\$	153.566,39
(=) Receita operacional bruta	R\$	749.765,31
(-) CMV	-R\$	568.287,40
(=) Lucro Bruto	R\$	181.477,91
(-) Despesas Administrativas	-R\$	34.167,86
(-) Despesas Financeiras	-R\$	104,19
(=) Resultado Operacional Líquido	R\$	147.205,86
(+) Outras Receitas Operacionais		-
(=) Resultado antes das exclusões e adições	R\$	147.205,86
(+) Adições		-
(-) Exclusões		-
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL	R\$	147.205,86
(-) Provisão para CSLL 9%	-R\$	13.248,53
(-) Provisão para IRPJ 15%	-R\$	22.080,88
(-) Adicional de IRPJ 10%	R\$-	
(=) Lucro Líquido do Exercício	R\$	111.876,45

Fonte: Dados coletados na pesquisa (2021).

4.2.3 Lucro presumido

Serão demonstrados quadros com os cálculos para a obtenção do valor de tributos a pagar caso a empresa optasse pelo Lucro Presumido.

As Empresas enquadradas no regime do lucro presumido e no lucro real anual com relação ao imposto ICMS, de competência de Santa Catarina, Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996 o artigo 21 (SANTA CATARINA, 1996) do ICMS, segue o princípio da não cumulatividade, com alíquota diferenciada, onde se tem o crédito advindo das entradas e o débito das vendas.

Sendo assim o ICMS devido, teve por base de cálculo as compras de mercadorias para revenda tributadas a alíquota de 17% nos meses de janeiro, fevereiro e alíquota de 12% nos demais meses dentro do estado de Santa Catarina.

Quadro 8 – Cálculos ICMS sobre compras

Mês	Compra Interna	Alíquota interna 17% Jan/Fev 12% demais meses	Crédito ICMS
Janeiro	R\$ 89.644,78	R\$ 15.239,61	R\$ 15.239,61
Fevereiro	R\$ 109.225,58	R\$ 18.568,35	R\$ 18.568,35
Março	R\$ 57.584,33	R\$ 6.910,12	R\$ 6.910,12
Abril	R\$ 35.742,18	R\$ 4.289,06	R\$ 4.289,06
Mai	R\$ 61.197,32	R\$ 7.343,68	R\$ 7.343,68
Junho	R\$ 63.887,50	R\$ 7.666,50	R\$ 7.666,50
Julho	R\$ 49.214,00	R\$ 5.905,68	R\$ 5.905,68
Agosto	R\$ 10.752,00	R\$ 1.290,24	R\$ 1.290,24
Setembro	R\$ 105.303,14	R\$ 12.636,38	R\$ 12.636,38
Outubro	R\$ 89.318,00	R\$ 10.718,16	R\$ 10.718,16
Novembro	R\$ 9.644,00	R\$ 1.157,28	R\$ 1.157,28
Dezembro	R\$ 64.500,47	R\$ 7.740,06	R\$ 7.740,06
TOTAL	R\$ 746.013,30	R\$ 99.465,11	R\$ 99.465,11

Fonte: Dados coletados na pesquisa (2021).

A apuração do ICMS sobre vendas realizou-se com base no cálculo das vendas realizadas por período (mês) com tributação de 17% também dentro do Estado de SC.

Quadro 9- cálculo do ICMS sobre vendas

Mês	Venda Interna s/ ST	Alíquota interna 17%	Total ICMS a pagar
Janeiro	R\$ 99.161,94	R\$ 16.857,53	R\$ 16.857,53
Fevereiro	R\$ 119.326,00	R\$ 20.285,42	R\$ 20.285,42
Março	R\$ 68.960,83	R\$ 11.723,34	R\$ 11.723,34
Abril	R\$ 51.855,44	R\$ 8.815,42	R\$ 8.815,42
Mai	R\$ 82.394,64	R\$ 14.007,09	R\$ 14.007,09
Junho	R\$ 87.775,00	R\$ 14.921,75	R\$ 14.921,75
Julho	R\$ 48.035,00	R\$ 8.165,95	R\$ 8.165,95
Agosto	R\$ 17.770,00	R\$ 3.020,90	R\$ 3.020,90
Setembro	R\$ 125.757,85	R\$ 21.378,83	R\$ 21.378,83
Outubro	R\$ 98.295,00	R\$ 16.710,15	R\$ 16.710,15
Novembro	R\$ 18.815,00	R\$ 3.198,55	R\$ 3.198,55
Dezembro	R\$ 85.185,00	R\$ 14.481,45	R\$ 14.481,45
TOTAL	R\$ 903.331,70	R\$ 153.566,39	R\$ 153.566,39

Fonte: Dados coletados na pesquisa (2021).

A partir dos resultados obtidos nos quadros 9 e 10. subtrai-se o total dos créditos oriundos das compras do total dos débitos provenientes das vendas chegando-se ao valor total do ICMS devido. Destaca-se que quando o valor do débito for maior que o do crédito tem-se o ICMS a recolher e quando o crédito for maior que o débito tem-se o ICMS a compensar para o próximo período.

Quadro 10 - Cálculos ICMS a recolher

	ICMS DEVIDO		ICMS A RECUPERAR		ICMS A RECOLHER/RECUPERAR	
Janeiro	R\$	16.857,53	R\$	8.357,37	R\$	8.500,16
Fevereiro	R\$	20.285,42	R\$	10.707,07	R\$	9.578,35
Março	R\$	11.723,34	R\$	4.510,12	R\$	7.213,22
Abril	R\$	8.815,42	R\$	4.289,06	R\$	4.526,36
Mai	R\$	14.007,09	R\$	7.343,68	R\$	6.663,41
Junho	R\$	14.921,75	R\$	7.666,50	R\$	7.255,25
Julho	R\$	8.165,95	R\$	4.705,68	R\$	3.460,27
Agosto	R\$	3.020,90	R\$	1.290,24	R\$	1.730,66
Setembro	R\$	21.378,83	R\$	11.436,38	R\$	9.942,45
Outubro	R\$	16.710,15	R\$	8.318,16	R\$	8.391,99
Novembro	R\$	3.198,55	R\$	1.157,28	R\$	2.041,27
Dezembro	R\$	14.481,45	R\$	6.098,32	R\$	8.383,13
TOTAL	R\$	153.566,39	R\$	99.465,11	R\$	54.101,28

Fonte: Dados coletados na pesquisa (2021).

Foi aplicado neste cálculo o percentual de 20% CPP sobre o total da folha de pagamento da empresa.

Quadro11 – Apurações INSS patronal

Mês	PRÓ-LABORE	INSS/PRÓ- LABORE 20%
Janeiro	R\$ 1.045,00	R\$ 209,00
Fevereiro	R\$ 1.045,00	R\$ 209,00
Março	R\$ 1.045,00	R\$ 209,00
Abril	R\$ 1.045,00	R\$ 209,00
Mai	R\$ 1.045,00	R\$ 209,00
Junho	R\$ 1.045,00	R\$ 209,00
Julho	R\$ 1.045,00	R\$ 209,00
Agosto	R\$ 1.045,00	R\$ 209,00
Setembro	R\$ 1.045,00	R\$ 209,00
Outubro	R\$ 1.045,00	R\$ 209,00
Novembro	R\$ 1.045,00	R\$ 209,00
Dezembro	R\$ 1.045,00	R\$ 209,00
TOTAL	R\$ 12.540,00	R\$ 2.508,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa (2021).

Como demonstrado no quadro 1, a empresa em estudo se enquadra na atividade Revenda de Mercadoria. Portanto utilizou-se a presunção de 8% obtendo a base de cálculo para o IRPJ que é 15%. Não houve adicional de 10%. Os cálculos foram realizados através da receita trimestral, de acordo com a tabela 11.

Quadro 12 - Apurações do IRPJ

Apuração IRPJ Lucro Presumido				
Períodos	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Venda de Mercadoria	R\$ 287.448,77	R\$ 222.025,08	R\$ 191.562,85	R\$ 202.295,00
(x) Percentual de Presunção	8%	8%	8%	8%
(=) Lucro Presumido s/ Vendas	R\$ 22.995,90	R\$ 17.762,01	R\$ 15.325,03	R\$ 16.183,60
(+) Receitas Financeiras	0	0	0	0
(+) Outras Receitas	0	0	0	0
(=) Base de Cálculo do IRPJ	R\$ 22.995,90	R\$ 17.762,01	R\$ 15.325,03	R\$ 16.183,60
(X) Alíquota do IRPJ	15%	15%	15%	15%
(=) IRPJ Á PAGAR	R\$ 3.449,39	R\$ 2.664,30	R\$ 2.298,75	R\$ 2.427,54
(X) Adicional de IRPJ	10%	10%	10%	10%
Adicional de IRPJ a pagar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(=) TOTAL IRPJ Á PAGAR	R\$ 3.449,39	R\$ 2.664,30	R\$ 2.298,75	R\$ 2.427,54

Fonte: Dados coletados na pesquisa (2021).

Para o cálculo da CSLL no regime lucro presumido utilizou-se a presunção de 12% sobre o faturamento trimestral chegando à base de cálculo para a apuração da CSLL que é de 9% apresentado no quadro 13.

Quadro 13 – Apuração do CSLL presumido

Apuração CSLL Lucro Presumido				
Períodos	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Venda de Mercadoria	R\$ 287.448,77	R\$ 222.025,08	R\$ 191.562,85	R\$ 202.295,00
(x) Percentual de Presunção	12%	12%	12%	12%
(=) Lucro Presumido s/ Vendas	R\$ 34.493,85	R\$ 26.643,01	R\$ 22.987,54	R\$ 24.275,40
(+) Receitas Financeiras	0	0	0	0
(+) Outras Receitas	0	0	0	0
(=) Base de Cálculo da CSLL	R\$ 34.493,85	R\$ 26.643,01	R\$ 22.987,54	R\$ 24.275,40
(X) Alíquota do CSLL	9%	9%	9%	9%
(=) CSLL Á PAGAR	R\$ 3.104,45	R\$ 2.397,87	R\$ 2.068,88	R\$ 2.184,79

Fonte: Dados coletados na pesquisa (2021).

Os valores alcançados após os cálculos foram a de R\$ 10.839,98 (dez mil e oitocentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos) para IRPJ e R\$ 9.755,98 (nove mil e setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos) para CSLL.

A Demonstração do Resultado do Exercício mostra a composição do resultado líquido, através do confronto das receitas, custos e despesas e deduções da empresa.

Quadro 14 – Lucro presumido DR

Apuração CSLL Lucro Presumido				
Períodos	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Venda de Mercadoria	R\$ 287.448,77	R\$ 222.025,08	R\$ 191.562,85	R\$ 202.295,00
(x) Percentual de Presunção	12%	12%	12%	12%
(=) Lucro Presumido s/ Vendas	R\$ 34.493,85	R\$ 26.643,01	R\$ 22.987,54	R\$ 24.275,40
(+) Receitas Financeiras	0	0	0	0
(+) Outras Receitas	0	0	0	0
(=) Base de Cálculo da CSLL	R\$ 34.493,85	R\$ 26.643,01	R\$ 22.987,54	R\$ 24.275,40
(X) Alíquota do CSLL	9%	9%	9%	9%
(=) CSLL Á PAGAR	R\$ 3.104,45	R\$ 2.397,87	R\$ 2.068,88	R\$ 2.184,79

Fonte: Dados coletados na pesquisa (2021).

As informações do quadro 14 evidenciam a diferença entre os valores apurados nas 3 modalidades analisadas.

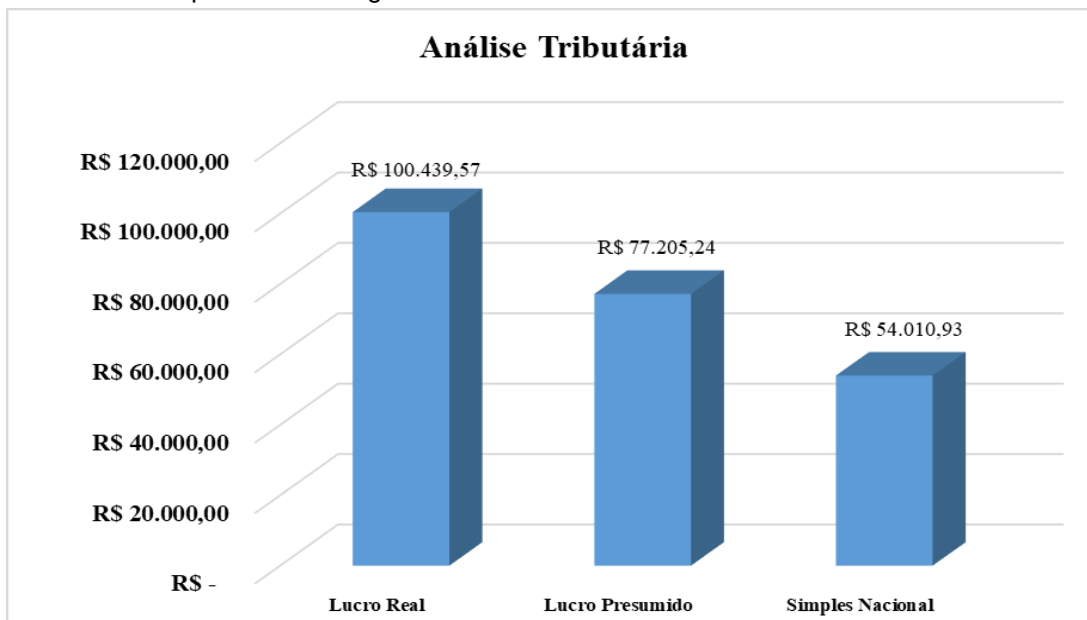
Quadro 15 - Comparações entre os regimes tributários

Impostos	Lucro Real	Lucro Presumido	Simplex Nacional
PIS	-	-	-
COFINS	-	-	-
CSLL	R\$ 16.436,36	R\$ 9.755,98	-
IRPJ	R\$ 27.393,93	R\$ 10.839,98	-
INSS	R\$ 2.508,00	R\$ 2.508,00	-
ICMS	R\$ 54.101,28	R\$ 54.101,28	-
Simplex Nacional	-	-	R\$ 54.010,93
TOTAL	R\$ 100.439,57	R\$ 77.205,24	R\$ 54.010,93

Fonte: Dados coletados na pesquisa (2021).

O gráfico 1 apresenta o comparativo dos encargos tributários anuais nas três formas de tributação: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real referente ao ano de 2020.

Gráfico 1 - Comparativo dos regimes



Fonte: Dados coletados da empresa (2021).

No exercício de 2020, o valor total dos tributos federais no Simples Nacional foi de R\$ 54.010,93. Este valor se refere aos tributos, IRPJ, CSLL, ICMS, INSS/CPP. Por se tratar de produtos com tributação monofásica de acordo com a Lei nº 10.485/2002 (BRASIL, 2002) não há incidência do PIS e COFINS.

No Lucro Real o valor total dos tributos apurados foi de R\$ 100.439,57 sendo que esse valor se refere a soma de quatro tributos: IRPJ, CSLL, ICMS, INSS/CPP, com exceção do PIS e COFINS.

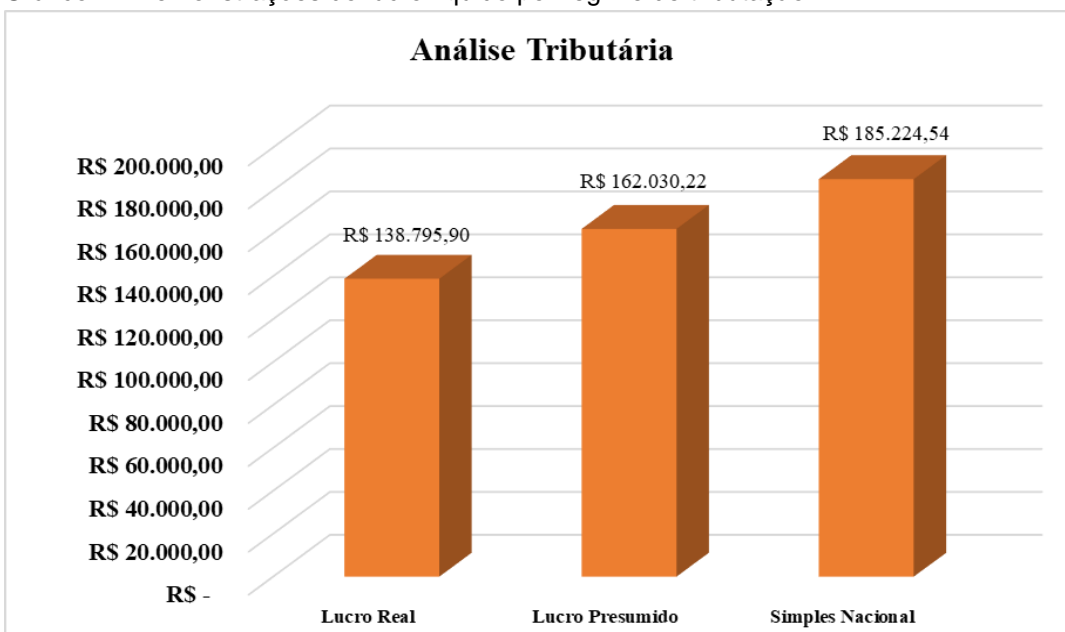
O Lucro Presumido teve um total de R\$77.205,24 de tributos pagos, distribuídos entre IRPJ, CSLL, INSS/CPP, exceto PIS e COFINS. Considerando toda legislação tributária vigente no Brasil e com base nos dados fornecidos pela empresa e contabilidade a carga tributária da JM Baterias Automotivas, sob a modalidade do Simples Nacional gira em média de 5,98%, do faturamento total de empresa, no Lucro Real seria 11,12% e no Lucro Presumido 8,55%.

Com base no Planejamento Tributário realizado constatou-se que das 3 (três) modalidades analisadas a menos onerosa para a empresa é o Simples Nacional.

Sendo assim a empresa deve continuar no mesmo regime tributário que se encontra atualmente.

O gráfico 2 apresenta o Lucro Líquido apurado em cada regime de tributação.

Gráfico 2 - Demonstrações do lucro líquido por regime de tributação



Fonte: Dados coletados na pesquisa (2021).

O regime de tributação do Simples Nacional gerou um lucro líquido de R\$ 185.224,54 (cento e oitenta e cinco mil e duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e quatro centavos). No Lucro Real o lucro líquido do exercício seria de R\$138.795,90 (cento e trinta e oito mil e setecentos e noventa e cinco reais e noventa centavos), e no Lucro Presumido o lucro líquido do exercício seria de R\$ 162.030,22 (cento e sessenta e dois mil e trinta reais e vinte e dois centavos). De acordo com os dados analisados a modalidade que apresentou maior rentabilidade para a empresa foi o Simples Nacional.

4.3 VISÃO SISTÊMICA APLICADA AO CASO

A contabilidade, é subdividida em ramificações e uma delas trata especificamente da contabilidade fiscal e tributária que é de extrema importância para as empresas. Uma de suas principais funções é analisar a carga tributária da entidade visando encontrar alternativas lícitas para reduzi-la.

Planejamento Tributário é toda forma legal de apurar ou reduzir a carga fiscal, por meio de alto conhecimento técnico e bom-senso dos responsáveis pelas decisões dentro da empresa, visando a economia dos impostos. É um meio viável e lícito para reduzir o peso da carga tributária das empresas garantindo assim maiores lucros e aumentando a competitividade.

Para garantir saúde financeira da empresa é importante realizar o planejamento tributário ao menos duas vezes no ano para verificar se a empresa está enquadrada no regime tributário menos oneroso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A contabilidade destaca-se como ferramenta para reconhecer, mensurar e analisar informações relevantes para a tomada de decisões. Portanto evidencia-se a sua importância no contexto da gestão das PMEs.

Por meio do Planejamento Tributário, pode-se proporcionar a empresa JM Baterias Automotivas o conhecimento e as vantagens desta ferramenta contábil, a fim de reduzir custos e maximizar lucros. Com uma correta apuração e comprovação dos resultados, na escolha do regime tributário exato, segundo os conceitos e determinações das legislações, o impacto dos resultados sobre o faturamento é reduzido de forma bastante expressiva, podendo ainda contribuir para a manutenção da empresa no mercado e melhorar o seu desenvolvimento.

O objetivo geral do estudo é identificar a modalidade de tributação mais vantajosa para a empresa JM Baterias ME. Comprovou-se por meio de cálculos, tabelas e gráficos que a modalidade mais adequada para o seu ramo de negócios, é o Simples Nacional.

Esses resultados foram obtidos também através de análises bibliográficas sobre o tema, documentos fornecidos pela contabilidade, pesquisas na legislação vigente, que resultaram no desenvolvimento de planilhas que auxiliaram a chegar à conclusão da pesquisa.

A empresa exerce atividade de comércio, neste caso paga ICMS tanto na compra quanto na venda. Sendo que na venda é de 17%, e na compra a alíquota passou de 17% para 12% no dia 01/03/2020.

Ao analisar os dados coletados pode-se observar que empresa comercializa produtos com tributação monofásica, PIS/COFINS ou seja, concentra a tributação

nas etapas de produção e importação, desonerando as etapas subsequentes a comercialização. Sendo assim a empresa pode se beneficiar com a legislação e ficar livre do pagamento desses tributos o que gera uma maior economia.

Diante de tais comprovações, além de maior facilidade no atendimento da legislação tributária, previdenciária e trabalhista, e da simplificação no pagamento de vários tributos em uma única guia. O Simples Nacional mostrou ser o regime ideal para a empresa em comparação com o lucro presumido e o lucro real, por apresentar a menor carga tributária anual e o maior lucro líquido no período.

Dentre as experiências e conhecimentos vivenciados durante o estágio supervisionado, destaca-se a capacitação e entendimento de assuntos relacionados a profissão contábil oportunizando conciliar a teoria com a prática.

Pôde-se também proporcionar a empresa um melhor entendimento em relação as obrigações fiscais e tributarias, colaborando assim para evidenciar a importância da contabilidade e do profissional contábil na gestão e no sucesso dos empreendimentos.

Sugere-se que a empresa continue utilizando os conhecimentos adquiridos, realizando ao final de cada exercício um novo planejamento tributário. Tendo em vista, as repentinas mudanças na legislação e as variações que possam ocorrer durante o exercício faz-se necessário uma antecipação na busca de uma gestão eficiente e melhores resultados.

Destaca-se a importância de pesquisas futuras considerando a complexidade do assunto e a necessidade de análise criteriosa em cada caso específico. Visando sempre encontrar opções menos onerosas, e redução da carga tributária de forma lícita. Contribuindo assim para o bom desempenho e manutenção das empresas no mercado e conseqüentemente ajudando a economia do País como um todo.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Marcus. **Curso de direito tributário brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

ALENCAR, Roberto Carvalho; PEREIRA, Carlos Alberto; REZENDE, Amaury José. **Contabilidade tributária**: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, Euridice S. Mamede, BORGES, Viviane Lima; LINS, Luiz Dos Santos. **Contabilidade tributária: um enfoque prático nas áreas federal, estadual e municipal.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia científica.** São Paulo: Cengage Learning, 2016.

ARAUJO, Dayane de Almeida. **Planejamento tributário aplicado aos instrumentos sucessórios.** São Paulo: Almedina, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 01 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Código Tributário Nacional. Brasília, DF, 25 out. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em: 16 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, 15 dez. 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 29 nov. 2020.

CHIEREGATO, Renato; GOMES, Marliete Bezerra; OLIVEIRA, Luiz Martins de; PEREZ JUNIOR, Jose Fernandes; **Manual de contabilidade tributária.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CREPALDI, Guilherme Simões; CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade fiscal e tributária: teoria e prática.** 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade fiscal e tributária.** 2. ed. São Paulo: Saraiva 2017.

FABRETTI, Lúdio. **Camargo Contabilidade tributária.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FARIAS, Ramon Alberto Cunha de. **Contabilidade tributária.** Porto Alegre: SAGAH, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

HAUSER, Paola. **Contabilidade tributária dos conceitos à aplicação**. Curitiba: InterSaber, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/149610/pdf/0>. Acesso em: 13 ago. 2020.

JORNAL CONTÁBIL NO R7. **Simple Nacional 2020**: Tabela, anexos, faturamento e alíquotas. 2020. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/simples-nacional-tabela-anexos-faturamento-e-aliquotas-2020/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LATTO, Daiane Lo. **Planejamento tributário**. Curitiba: Contentus, 2020.

LINS, Luiz Dos Santos, BORGES, Viviane Lima. **Contabilidade tributária: um enfoque prático nas áreas federal, estadual e municipal**. 2. ed, Atlas, 2015.

LOZADA, Gisele. **Metodologia científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

LUZ, Érico Eleutério da. **Contabilidade tributária**. 2. ed. Curitiba: InterSaber, 2014.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica**. São Paulo : Cengage Learning, 2012.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de, **Contabilidade tributária**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, Luís Martins de; et al. **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Luiz Martins de *et al.* **Manual de contabilidade tributária: textos e teses com respostas**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual da contabilidade tributária**. 4 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PINTO Mauro Aparecido; RIBEIRO, Osni Moura. **Introdução à Contabilidade tributária**. São Paulo: Saraiva, 2014.

PINTO, João Roberto Domingues. **Imposto de renda, contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal e Sistema Simples** (Incluindo

procedimentos fiscais e contábeis para encerramento do ano-calendário de 2009). Edição Especial Conjunta CRCRS, CRCSC, CRCMG, CRCPB. 18 ed. 2010.

PINTO, Leonardo Jose Seixas. **Contabilidade tributária**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2013.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **IRPJ - Lucro Presumido – Cálculo Do Imposto**. [2021]. Disponível em: http://www.portaltributario.com.br/guia/lucro_presumido_irpj.html. Acesso em: 14 jun. 2021.

SANTA CATARINA. **Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências. Florianópolis, SC, 30 dez. 1996. Disponível em: http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/leis/1996/lei_96_10297.htm. Acesso em: 14 jun. 2021.

SEBRAE. **Especialistas em pequenos negócios**. São Paulo: Sebrae, 2019. 26 slides, color. Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/asn/Indicadores/Novo%20MPE%20Indicadores%20-%20%2001%2010%202019.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SIGA O FISCO. **Simples Nacional será afetado pela Decisão do STF que declarou inconstitucional a vedação do uso da alíquota zero do sistema monofásico?** 2020. Disponível em: <https://sigafisco.com.br/simples-nacional-sera-afetado-pela-decisao-do-stf-que-declarou-constitucional-a-vedacao-do-uso-da-aliquota-zero-do-sistema-monofasico/>. Acesso em: 17 mai. 2021.

SIMPLES NACIONAL. **Perguntas e respostas Simples Nacional**. 2021. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/manual/PerguntaoSN.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

VALUATION: AVALIAÇÃO DO VALOR JUSTO DA EMPRESA WEG S.A.

Steffany Medeiros Corrêa¹

Fernando Pacheco²

Oscar Pedro Neves Júnior³

Resumo: Este artigo aborda um estudo sobre Valuation: método Fluxo de Caixa Descontado. Tem como objetivo geral apresentar o preço justo das ações da empresa WEG S.A. utilizando os cálculos do método Fluxo de Caixa Descontado, que possibilita possíveis adaptações a modelos teóricos existentes, o que permite cumprir com os objetivos específicos: analisar horizontalmente os fluxos de caixa do ano 2015 até 2019; projetar o fluxo de caixa nos próximos 6 anos e calcular o fluxo de caixa livre; calcular o custo médio ponderado de capital (WACC); trazer a valor presente o fluxo de caixa livre; apontar o valor da firma. Para a elaboração do embasamento teórico realizou-se uma pesquisa bibliográfica. Com relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa exploratória, com estudo de caso realizado na empresa mencionada no presente artigo. Como resultado, foi realizado o cálculo do Valuation, apresentado o valor da empresa no mercado e, por consequência, o preço justo da ação, sendo o resultado estimado em R\$ 97,97, o que permite auxiliar em uma melhor tomada de decisão para empresas e investidores. O período estudado deu-se nos anos de 2015 até 2025; percebeu-se que as ações apresentadas estão com um valor abaixo no mercado, se comparadas com o valor encontrado no presente estudo.

Palavras-chaves: *Valuation*. Investidores. Tomada de decisão. Fluxo de caixa descontado.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação do valor justo das empresas é um ponto importante na tomada de decisão tanto para os investidores quanto para os proprietários, é a ferramenta utilizada para encontrar o valor justo chamado Valuation, o qual, segundo Galdi e Lopes (2006), é o processo de conversão de uma projeção em uma estimativa do valor de uma empresa.

Vale ressaltar que há diversas metodologias para realizar essa análise quantitativa, que é o *Valuation*, com vistas a precificar e atingir um valor econômico justo, porém esse método não é considerado, em sua totalidade, uma ciência exata, pois fatores subjetivos impactam o resultado final. Por isto é o melhor modelo a ser utilizado embora não haja garantias de se chegar ao valor justo e os resultados

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Orientador e Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

³ Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

gerados na modelagem da empresa não deem comprovação nos resultados reais, isto é, mercado (COSTA; COSTA; ALVIM, 2011).

O presente trabalho tem o intuito de utilizar as técnicas de Valuation, método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), que diz que o valor de uma empresa é o somatório dos valores projetados do Fluxo de Caixa Livre (FCL) calculados ao valor presente (GALDI; TEIXEIRA; LOPES, 2008). É também uma avaliação intrínseca que oferece visão mais ampla dos fatores determinantes do valor de uma empresa ou ação (DAMODARAN, 2012a).

A empresa objeto de estudo é a WEG S.A., especializada na fabricação e comercialização de equipamentos elétricos. Possui sua matriz localizada na cidade de Jaraguá do Sul – SC, a qual iniciou na Bolsa de Valores brasileira em 1971 e desde então possui acionistas que auxiliam na expansão da empresa no mercado.

Perante o exposto, surge a pergunta de pesquisa: qual o preço justo das ações da empresa WEG S.A., se calculados por meio da utilização do método Valuation: Fluxo de Caixa Descontado?

O objetivo geral da pesquisa é apresentar o preço justo das ações da empresa WEG S.A., por meio da utilização de cálculos do método Valuation: Fluxo de Caixa Descontado.

Os objetivos específicos da pesquisa são: (I) analisar horizontalmente os fluxos de caixas do ano 2015 até 2019; (II) projetar o fluxo de caixa nos próximos 6 anos direcionando para o cálculo do FCL; (III) calcular o Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC), que em inglês significa Weighted Average Capital Cost (WACC); (IV) trazer a valor presente o FCL, apontando o valor da firma (Enterprise Value).

O trabalho se justifica por se tratar de uma área da Contabilidade juntamente com o mercado financeiro, pouco apresentado para os acadêmicos ou para as pessoas em geral. Devido ao cenário econômico atual, é muito importante para os aportadores analisarem a precificação dos papéis para auxiliar na tomada de decisão com o intuito de aplicar seu capital, e assim rentabilizar seu dinheiro, o que ajuda a empresa a expandir e abrir meios de conquistar maiores lucros.

As empresas que entram no mercado financeiro brasileiro estão em busca de capital de terceiros, com o objetivo de aplicar internamente, fazer novos projetos, novas parcerias, novos produtos e assim conquistar os seus ramos e novas formas de operar no mercado.

Então, o tema em questão abrange contribuição nas três áreas: acadêmica,

profissional e sociedade, pois quando se fala de mercado financeiro, comenta-se sobre a economia brasileira e geração de lucro tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, pois o assunto abordado é importante para o conhecimento de todos a melhor aplicação do dinheiro através de análises das demonstrações contábeis para as tomadas de decisões.

A pesquisa se delimita a calcular a precificação justa através do método Valuation: Fluxo de Caixa Descontado, por meio da análise de dados das demonstrações contábeis da empresa WEG S.A., cujo período analisado são os anos de 2015 até 2019 e também a projeção para os anos de 2020 a 2025.

A pesquisa está organizada em cinco seções, o primeiro capítulo fornece informações sobre a introdução, a qual aborda a pergunta de pesquisa, seus objetivos, justificativa, delimitação do tema e a organização da pesquisa. No segundo capítulo, tem-se o embasamento teórico, o qual norteará o estudo através de temas como: contabilidade financeira; fluxo de caixa descontado; custo médio ponderado de capital; valor da firma. O terceiro capítulo traz a metodologia utilizada para a elaboração do estudo, inclusive considera os aspectos e os procedimentos metodológicos. Já no quarto capítulo, demonstram-se os resultados da pesquisa. No último capítulo, apresentam-se as considerações finais do estudo e as referências utilizadas.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Esta seção trata do embasamento teórico que norteia o trabalho estruturado da seguinte forma: Contabilidade Financeira; Fluxo de Caixa Descontado; Custo Médio Ponderado de Capital; Valor da Firma.

2.1 CONTABILIDADE FINANCEIRA

Contabilidade financeira é o processo de elaboração de demonstrativos financeiros para propósitos externos, como acionistas, credores e autoridades governamentais. Ela é condicionada a imposições legais e requisitos fiscais e voltada para o passado (CREPALDI, 2008).

Frezatti, Aguiar e Guerreiro (2007) entendem que a contabilidade financeira consiste em captar e registrar todas as transações que afetam o estado financeiro

de uma empresa e, depois, usar essas transações documentadas para preparar declarações financeiras para tomadores de decisões externos.

E também fornece informações precisas, objetivas e direcionadas por regras e princípios fundamentais da Contabilidade e autoridades governamentais, em divergência com a contabilidade gerencial, onde as informações sofrem apenas as restrições determinadas pela administração (MACHADO; RAPÉ; SOUZA, [2013?]).

Para Camargo (2016a), as demonstrações contábeis baseadas na contabilidade financeira, principalmente: Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados e Demonstrativo do Fluxo de Caixa, são preparadas para um ano contábil a fim de permitir que o usuário faça comparações sobre a posição financeira, rentabilidade e desempenho da empresa em um período específico.

2.2 FLUXO DE CAIXA DESCONTADO

A avaliação realizada pelo método do Fluxo de Caixa Descontado se baseia na teoria de que o valor de um negócio depende dos benefícios futuros que ele irá produzir, descontados para um valor presente, através da utilização de uma taxa de desconto apropriada, a qual reflita os riscos inerentes aos fluxos estimados (ENDLER, 2004).

De acordo com Damodaran (2003), essa metodologia é a mais fácil de ser utilizada em empresas que apresentem fluxos de caixa positivos, os quais possam ser confiáveis estimações para o futuro e que exista um substituto para risco que possa ser utilizado para a obtenção das taxas de desconto.

2.2.1 Fluxo de caixa livre do acionista

Este método tem como objetivo mensurar o fluxo de caixa para os acionistas ou Patrimônio Líquido, ou seja, é o fluxo de caixa na visão do acionista, o caixa que sobra depois dos reinvestimentos e pagamentos de dívidas (PEREIRA, 2019).

O cálculo do Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, do inglês Free Cash Flow to Equity (FCFE), é feito como mostra o Quadro 01.

Quadro 01 – Fórmula do Fluxo de Caixa Livre do Acionista

$$\text{Fluxo de Caixa Livre do Acionista} = \text{Lucro Líquido} - (\text{Despesas de Capital} - \text{Depreciação}) - (\Delta \text{Capital de Giro}) + (\text{Emissão de Dívida} - \text{Pagamento de Dívida})$$

Fonte: Pereira (2019, p. 17).

Desta forma, de acordo com Póvoa (2012), o Fluxo de Caixa para o Acionista contempla apenas o que sobra do fluxo de caixa da empresa para ser distribuído para os detentores do capital próprio, após o pagamento de juros para os credores.

2.2.2 Fluxo de caixa livre da firma

O FCL para a firma é a soma dos fluxos de caixa para todos os detentores de direito da empresa, os de capital próprio como também os detentores de capital de terceiros (GALDI; TEIXEIRA; LOPES, 2008). Conhecido do inglês como FCFF, representa a capacidade de geração de caixa que determinada empresa tem para a operação, ou seja, o seu real potencial para gerar lucros (FAISSOL, 2017).

Segundo Damodaran (2012), este fluxo de caixa pode ser calculado conforme apresenta o Quadro 02.

Quadro 02 – Fórmula do Fluxo de Caixa da Firma

$$\text{Fluxo de Caixa Livre da Firma} = \text{Lucro Operacional} - \text{CAPEX Onde, CAPEX} = \text{Despesas de Capital}$$

Fonte: Damodaran (2012a) adaptado com base em Guimarães (2020).

Este modelo de fluxo de caixa é o principal escolhido para a realização do fluxo de caixa descontado, pois seu ponto de partida é o lucro operacional, diferente do FCFE, que inicia no lucro líquido e oferece maiores informações sobre as despesas, depreciação e amortização (PÓVOA, 2012).

Por este motivo, será o método escolhido para o cálculo do Valuation neste artigo.

2.3 CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL

Para avaliação da empresa, os fluxos de caixa livres deverão ser atualizados em função de uma taxa de juros que revele o custo de oportunidade, modelada pela

fórmula geral para a estimativa do CMPC após o imposto de cada fonte de financiamento (ALVES; REZENDE; RIBEIRO, 2013).

Dessa forma, o fluxo de caixa descontado da empresa é determinado pela média ponderada do custo de capital próprio e pelo custo de capital de terceiros, assim, pode-se dizer que o CMPC é a taxa mínima aceitável de retorno de um capitalista em um investimento numa empresa (REIS, 2018a).

O WACC pode ser calculado, segundo Pereira (2019), pela fórmula apresentada no Quadro 03.

Quadro 03 – Fórmula do WACC

$$WACC = \%CP (rp) + \%CT(rt)$$

Onde,

%CP = Percentual de Capital Próprio rp = Custo do Capital Próprio
 %CT = Percentual de Capital de Terceiros Rt = Custo de Capital de Terceiros

Fonte: Pereira (2019) adaptado com base em Guimarães (2020).

2.3.1 Custo do capital próprio

Para Damodaran (2012), o Custo do Capital Próprio é obtido através do Capital Asset Pricing Model (CAPM), ou em português, Modelo de Precificação de Ativos Financeiros, que é o método que analisa a relação risco e retorno esperado de um investimento. Ele relaciona o retorno de um ativo em relação ao seu risco, medido pelo seu beta, e a um prêmio de risco de mercado.

Damodaran (2012) fornece a fórmula para o cálculo do CAPM apresentada no Quadro 04.

Quadro 04 – Fórmula do CAPM

$$R_p = R_l + \beta (R_m - R_l)$$

Onde,
 Rp = Custo do capital próprio Rl = Taxa Livre de Risco
 Rm = Taxa de remuneração do mercado
 β = Risco do ativo em relação ao risco sistemático da carteira de mercado.

Fonte: Damodaran (2012a) adaptado com base em Guimarães (2020).

2.3.2 Custo do capital de terceiros

O Custo do Capital de Terceiros é a remuneração exigida dos credores que

fazem empréstimos para a empresa, ou seja, a taxa que as instituições do mercado estão dispostas a fornecer em empréstimos à empresa (PEREIRA, 2019).

O capital de terceiros está relacionado com o passivo real ou passivo exigível, e representa todos os investimentos feitos por entidades externas, como, por exemplo, empréstimos e financiamentos.

Para calcular-se o custo de capital de terceiros é necessário seguir a fórmula apresentada no Quadro 05:

Quadro 05 – Fórmula do custo do capital de terceiros

$R_t = i * (1 - IR)$ <p>Onde,</p> <p>R_t = Custo de Capital de Terceiros IR= Imposto de Renda i = Taxa de Juros Sobre os Empréstimos</p>

Fonte: Camargo (2016a) adaptado com base em Guimarães (2020).

2.4 VALOR DA FIRMA

O valor da firma, conhecido em inglês como Enterprise Value é um indicador que leva em conta a cotação das ações, valor de mercado, juntamente com seus ativos e passivos, caixa e dívidas sucessivamente. (REIS, 2018b)

O indicador mostra quanto custaria comprar uma companhia e todos os seus ativos, inclusive descontar o caixa e saldar a dívida, a fim de definir quanto a empresa vale.

Segundo Póvoa (2012), o resultado do valor presente de todos os fluxos de caixa é o valor da firma, calculado pela fórmula apresentada no Quadro 06.

Quadro 06 – Fórmula do *Enterprise Value*

$\text{Valor da firma} = \text{valor de mercado} / \text{quantidade de ações}$

Fonte: Sousa (2015) adaptado com base em Guimarães (2020).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Esta seção trata da metodologia e técnicas utilizadas nesta pesquisa, considerando o enquadramento metodológico e os procedimentos de coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Este estudo caracteriza-se como de caráter exploratório, pois as análises se aplicam a uma única empresa.

Quanto à natureza da pesquisa, pode-se dizer que é teórica e prática, pelo fato de abordar a parte teórica com intuito de esclarecer o conteúdo e também a prática, pois são feitas diversas análises, premissas e cálculos com as demonstrações contábeis da empresa objeto de estudo.

No que se refere à lógica da pesquisa, trata-se de um estudo dedutivo, pelo fato de testar uma teoria existente, que é o Valuation em uma empresa de capital aberto.

Sobre a coleta de dados, pode-se afirmar que as informações são secundárias, pois todos os dados foram retirados dos relatórios, demonstração de resultado, fluxo de caixa, balanço patrimonial da empresa.

Quando se trata da abordagem da pesquisa, o estudo é quantitativo, visto que são necessários os cálculos e análise de dados numéricos para se concluir o resultado da pesquisa.

O estudo vem de um resultado da pesquisa aplicado, pois o conhecimento é gerado a partir de uma única pergunta de pesquisa.

Este estudo de caso configura-se como pesquisa documental, visto que com base nos relatórios e documentos as informações foram extraídas.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção serão abordados os meios utilizados para a elaboração do estudo de caso, bem como o trajeto percorrido para a realização e finalização do estudo em questão.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, ela foi organizada em cinco etapas, sendo elas: análise horizontal do fluxo de caixa dos últimos 5 anos, projeção do fluxo de caixa da WEG S.A., dos próximos 6 anos e cálculo do FCL determinação da WACC, trazer a valor presente do FCL projetado, em que são calculados os percentuais do capital próprio e o capital de terceiros como também o custo do capital próprio e o custo do capital de terceiros, e, por fim, a estimativa do valor da empresa.

A coleta dos dados deu-se por meios de pesquisa documental, pois os dados foram retirados dos relatórios das demonstrações contábeis fornecidas pela própria companhia no seu site de Relações Investidores; as informações utilizadas para as projeções foram extraídas das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP). O período de análise das demonstrações contábeis foi de 2015 a 2019, enquanto as projeções foram feitas de 2020 a 2025.

Para os cálculos do custo de capital próprio, foi analisada a taxa livre de risco do país que seria a taxa de juros básica que no Brasil é conhecida com a taxa Selic, ficando no valor de 2,75% (Banco Central do Brasil, 2020).

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETOS DE ESTUDO

Esta seção trata da vivência de 1080 horas de estágio, neste tópico será descrito a empresa FACC Contabilidade, cujo objetivo é demonstrar a estrutura existente e utilizada . possibilitando possíveis adaptações a modelos teóricos existentes.

Nesta seção também se trata da empresa objeto de estudo WEG S.A., cujo objetivo é apresentar sua história e seus meios de receita.

4.1.1 Facc Contabilidade Ltda.

A empresa escolhida para o estágio é uma empresa prestadora de serviços, optante pelo regime de tributação Simples Nacional, sob denominação de Facc Contabilidade, inscrita no CNPJ sob o nº 10.650.520/0001-01, situada na Avenida Expedicionário José Pedro Coelho, nº 199, bairro Dehon, Município de Tubarão, estado de Santa Catarina, CEP 88704-200.

A empresa referente é optante pela sociedade Ltda., pois as divulgações dos movimentos de capitais na constituição da sociedade, bem como a entrada e saída de sócios e, a divulgação dos resultados do exercício, não precisa ser divulgada ao mercado e nem em jornais, inclusive seu balanço do exercício.

Seu ramo de atividade é a prestação de serviços contábeis. Atualmente, a

FACC Contabilidade presta serviços para todas as regiões do Brasil, com fortes em clientes de transportadora e escolas de curso profissionalizantes.

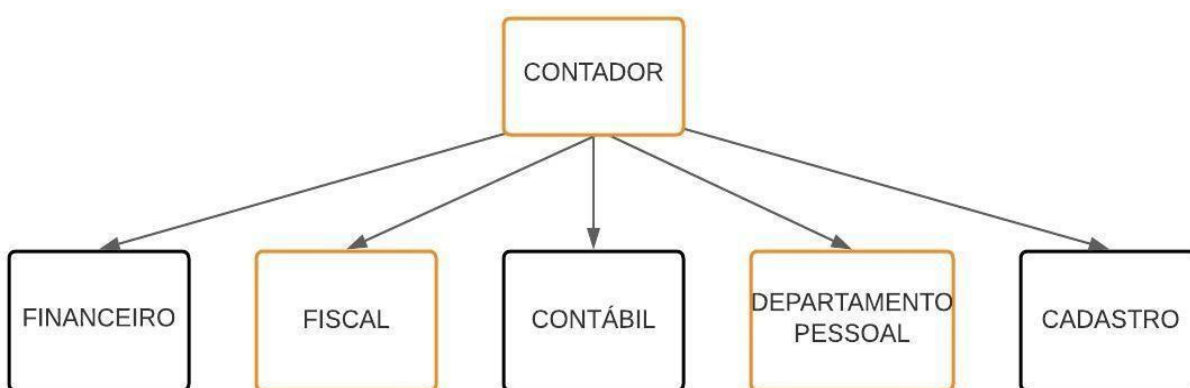
Seu público alvo são empresas que focam ter uma organização fiscal e contábil, com objetivo de melhorar seus resultados.

A empresa atua no mercado há 12 anos. Antes da fundação da empresa, o sócio fundador, Virsângelo de Souza Ferreira, começou como autônomo atendendo 6 clientes e com o passar dos anos foi ampliando sua carteira de clientes e em 2009 fundou a empresa FACC Contabilidade LTDA ME. Atualmente é composta por 14 profissionais, incluindo sócios e colaboradores, atuando nas 5 regiões brasileiras, em diferentes ramos de atividades: indústria, comércio e serviços e nos 3 regimes tributários: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real.

A missão da empresa é prestar serviços contábeis de qualidade e de forma eficiente, levando conteúdos relevantes e seguros para os clientes. Sua visão é com responsabilidade, transparência e ética buscar a excelência na prestação de serviços contábeis e garantir bons resultados e o constante desenvolvimento na área contábil. Seus valores é ter um compromisso constante com o desenvolvimento e buscar surpreender os clientes superando as expectativas.

A empresa é dividida em 6 setores, sendo esses: contador, fiscal, contábil, departamento pessoal, cadastro e financeiro.

Figura 1 - Organograma da empresa Facc Contabilidade



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Todas as funções são importantes para o funcionamento da empresa, cada um possui seu papel de destaque, sendo eles: contador auxilia na tomada de decisão do cliente e sempre dando suporte para o cliente; fiscal, cuida das notas fiscais das empresas e suas tributações; contábil, realiza a parte do balanço

patrimonial, demonstrativo do resultado, entre outros; cadastro, responsável pelas aberturas, alterações e baixas das empresas e o financeiro reponável pelo pagamento e recebimento das contas.

4.1.2 WEG S.A.1

No início da década de 60, o empreendedor Eggon João da Silva já aspirava a ter seu próprio negócio, como já possuía conhecimentos administrativos, financeiros e contábeis, porém carecia de conhecimentos elétricos e mecânicos, e devido a esta necessidade encontrou seus sócios, Werner Ricardo Voigt, um excelente eletricitista e Geraldo Werninghaus, um brilhante mecânico, e juntos começaram a empresa Eletromotores Jaraguá Ltda. cujo intuito era vender motores elétricos.

Registrada em 30 de junho de 1961, localizada na Avenida Getúlio Vargas, 667, Jaraguá do Sul (SC), a empresa começou sua primeira produção de motores elétricos em 16 de setembro do mesmo ano, com o capital de Cr\$ 3.600, equivalente a R\$ 56.380. Por ser uma cidade do interior de Santa Catarina, era um desafio e ainda mais com o mercado de motores elétricos dominado por marcas consolidadas como Arno, Búfalo Brasil, GE e Paulista, contudo, já nos primeiros três meses, foram vendidos 146 motores elétricos, sendo as primeiras vendas feitas em Santa Catarina.

Posteriormente, o nome da empresa mudou para WEG devido às iniciais dos sócios: Werner, Eggon e Geraldo, e, para conquistar o mercado, nos primeiros meses de WEG a produção foi estrategicamente distribuída no mercado de Santa Catarina, parte do Rio Grande do Sul e Paraná. Quem realizava as primeiras vendas era o próprio Eggon João da Silva, e por muitas vezes com o motor elétrico embaixo do braço para demonstração junto aos clientes.

Com o objetivo de entrar com seu produto em grandes mercados, como era o de São Paulo, foi realizada a estratégia de começar a vender diretamente ao mercado consumidor e não para os grandes atacadistas que desejam marcas mais consolidadas no mercado. Ao conseguir simpatizar com os consumidores locais e a demanda por motores WEG aumentar, os grandes atacadistas entraram em jogo para comprar seus produtos.

Conforme a demanda aumentou, consequentemente sua linha de produção

ampliou, a empresa pesquisou novos produtos, estabeleceu novas fronteiras tecnológicas e conquistou cada vez mais seu espaço no mercado. Um ponto que foi crucial para a empresa alavancar foi o desenvolvimento próprio das máquinas e equipamentos necessários para a produção dos produtos.

Com a evolução da venda de motores, era necessária uma expansão, então decide-se pela criação de um próprio parque fabril, com localização na rua Venâncio da Silva Porto, próximo à sede da empresa. Por meio do aprimoramento tecnológico e aperfeiçoamento técnico dos colaboradores, foi possível a produção de novos produtos, como, por exemplo: máquina de injetar rotores, forno de ferro fundido a óleo para tampas e carcaças, máquinas de estampo progressivo para cortar chapas de rotores e estatores.

Ao final da década de 60, a WEG produziu cerca de 30.000 motores elétricos e, no ano de 1971, a empresa passou a ser uma sociedade anônima, ao realizar sua abertura de capital. A partir da década de 80, iniciou a fabricação de componentes eletroeletrônicos, geradores, produtos para automação industrial, transformadores de força e distribuição, tintas líquidas. Atualmente, a empresa trabalha com energias renováveis, como, por exemplo, a usina eólica localizada em Capivari de Baixo, construída pela Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda com os produtos da WEG (Figura 01).

Figura 01 – Tractebel e WEG erguem aerogerador de 2,1 MW em Tubarão



Fonte: Sulinfoco (2015).

Hoje a WEG é a maior indústria de motores elétricos da América Latina, presente em mais de 100 países nos cinco continentes, com parques fabris espalhados pelo Brasil inteiro. Sua produção se concentra em sete parques fabris

localizados em: Guaramirim (SC), Blumenau (SC), Guarulhos (SP), São Bernardo do Campo (SP), Manaus (AM) e dois em Jaraguá do Sul (SC). Tem também três parques fabris principais na Argentina, um no México, um em Portugal e um na China, além das 18 filiais espalhadas pelo mundo, com mais de 14 mil funcionários ao todo.

Conforme o site da WEG S.A. em Relações Investidores, hoje, sua estrutura societária apresenta-se em 64,53% em controladores, que são: participações societárias e a família dos fundadores, administradores em 0,06% divididos em: conselho de administração, diretoria, conselho fiscal. As ações em tesouraria apresentam um percentual de 0,03% e o restante, de 35,38%, está em circulação, segundo representado no gráfico a seguir:

Gráfico 01 - Estrutura societária



Fonte: WEG (2021).

O gráfico a cima mostra a estrutura societária da formação da empresa WEG S.A. A escolha por esta empresa, se da pelo fato que a mesma já possui suas demonstrações contábeis publicadas abertamente, possuindo um fácil acesso das informações para a desenvoltura do presente artigo.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentadas a análise e a discussão dos resultados obtidos, conforme os objetivos específicos designados para este estudo.

4.2.1 Fluxo de caixa: análise horizontal fluxo de caixa dos últimos cinco anos

Para fazer esta análise do fluxo de caixa, foram utilizadas apenas duas contas com o objetivo de calcular o FCL, pois neste cálculo são excluídas as despesas financeiras e a depreciação, consideram-se apenas os investimentos no capital de giro e a ativo imobilizado. Então, o Fluxo de Caixa Operacional (FCO) são todas as entradas e saídas de caixa relacionadas às atividades operacionais da empresa e as atividades de investimentos, e o CAPital

EXpenditure (CAPEX) são as despesas de capitais, ou seja, custos relacionados à aquisição de equipamentos e instalações.

O fluxo de caixa da WEG S.A. foi retirado do site de relações com investidores, como apresenta a Tabela 01:

Tabela 01: Fluxo de Caixa

	2019	2018	2017	2016	2015
Atividade Operacional	R\$ 1.907.853	R\$ 1.299.655	R\$ 1.290.136	R\$ 2.130.912	R\$ 982.442
CAPEX	R\$ - 524.482	R\$ - 429.403	R\$ - 265.777	R\$ -325.500	R\$ -468.200

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Diferente da análise vertical, que é uma análise das contas dentro de um período anual, foi realizada, no cálculo, uma análise horizontal, que são as comparações entre as contas em diversos anos. Com isso, é analisado o quanto aquela conta específica aumentou ou diminuiu de um ano para o outro.

Portanto, a variação entre as contas das atividades operacionais e o CAPEX apresentou-se conforme a Tabela 02:

Tabela 02: Análise do fluxo de caixa

	2019	2018	2017	2016	2015
Atividades Operacionais	46,80%	0,74%	-39,46%	116,90%	100%
CAPEX	22,14%	61,57%	-18,35%	-30,5%	100%

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Com base nessa linha da análise horizontal, foi realizada uma média entre elas, as análises do FCO foram somadas e divididas por 5, assim como as análises do CAPEX, o que resultou em uma taxa de 31,46% e 14,99%, respectivamente, as quais serão utilizadas para a projeção do FCL.

4.2.2 Projeção do fluxo de caixa e cálculo do fluxo de caixa livre

Com as médias das análises realizadas no item 4.2.1, é possível realizar uma projeção do FCO e também do CAPEX. A projeção do FCO coloca-se conforme a Tabela 03 na sequência:

Tabela 03: Projeção do Lucro Operacional

	2025	2024	2023	2022	2021	2020
Atividades Operacionais	9.847.062	7.490.539	5.697.960	4.334.368	3.297.100	2.508.064

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Com os valores encontrados, pode-se exibir um gráfico do FCO, onde se mostram os anos de 2015 até 2025. Com relação aos anos de 2015 até 2019, os dados foram retirados do site oficial da WEG, os quais foram analisados horizontalmente até encontrar o resultado apresentado no Gráfico 02, e os anos de 2020 até 2025 apresentam valores projetados.

Gráfico 02 - Lucro operacional



Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Quanto à projeção do CAPEX, apresenta-se como demonstra a Tabela 04:

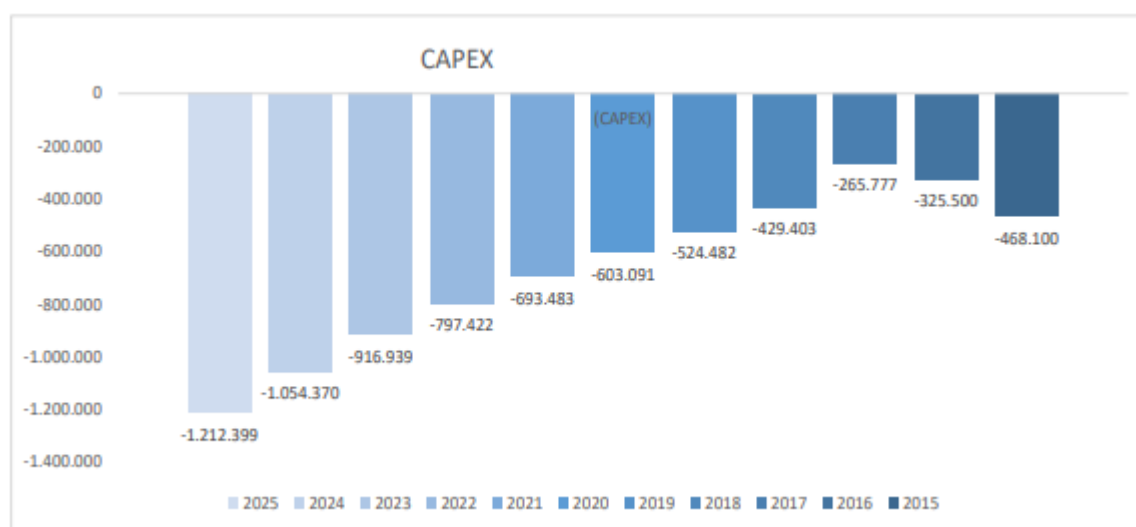
Tabela 04: Projeção do CAPEX

	2025	2024	2023	2022	2021	2020
CAPEX	-1.212.399	-1.054.370	-916.939	-797.422	-693.483	-603.091

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Com os valores projetados obtidos, nota-se um maior investimento na empresa, devido ao aumento do CAPEX nos anos futuros. O gráfico do CAPEX, a seguir, mostra os anos de 2015 até 2025, porém, para os anos de 2015 até 2019, os dados foram retirados do site oficial da WEG, os quais foram analisados horizontalmente até encontrar o resultado apresentado no gráfico, e os anos de 2020 até 2025 apresentam os valores projetados. Conforme demonstra o Gráfico 03:

Gráfico 3 - CAPEX



Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Com as projeções realizadas, será feito o cálculo do Free Cash Flow to the Firm, também conhecido como o FCL da firma. Ele é a subtração do FCO e o CAPEX da empresa. Através deste cálculo, será possível visualizar o FCL projetado para 6 anos, conforme apresenta a Tabela 05:

Tabela 05: Fluxo de caixa livre

	2025	2024	2023	2022	2021	2020
FCO	9.847.062	7.490.539	5.697.960	4.334.368	3.297.100	2.508.064
CAPEX	-1.212.399	-1.054.370	-916.939	-797.422	-693.483	-603.091
FCL	8.634.663	6.436.168	4.781.021	3.536.946	2.504.276	1.904.972

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Com os dados da projeção do FCL da firma, para dar continuidade ao cálculo do Valuation da WEG S.A., é necessário trazer estes valores para o presente. Assim, é preciso a taxa de desconto para encontrar tais valores, pois ela irá refletir os riscos inerentes aos fluxos estimados.

4.2.3 Cálculo da taxa de desconto

Para calcular a taxa de desconto, ou WACC, como é conhecida, é preciso utilizar a fórmula mencionada no Quadro 03 que será calculada em quatro partes, quais sejam: cálculo do custo de capital próprio, custo de capital de terceiro, percentual de capital próprio e capital de terceiro e cálculo da WACC com o objetivo de encontrar a resposta final.

Na primeira parte do cálculo do custo do capital próprio apresentada no Quadro 04, para o cálculo foi utilizado a taxa livre de risco do mercado, ou seja, é a taxa a qual o investidor pode aplicar sem risco e possuir uma taxa de 2,75% de retorno. Na fórmula foi utilizada a Selic, que é taxa básica de juros brasileira, em seguida o Beta Alavancado mede o quanto a ação é volátil no mercado, ou seja, se ela possui altas e baixas frequentes; ele serve para mensurar o risco dos papéis. Segundo o Infront (2020), o Beta Alavancado da empresa em estudo é de 0,86 de uma máxima de 1, o que significa que as ações da WEG S.A. apresentam uma considerável volatilidade, assim, maior risco.

E, por fim, o prêmio de risco de mercado, que representa a taxa de retorno do mercado brasileiro. É a taxa que o investidor aplica e recebe maior rentabilidade, mas em contrapartida possui maior risco.

De acordo com Damodaran (2020), o prêmio de risco do mercado brasileiro em 2020 estava em 7,6%. Com todos os dados apurados e aplicados na fórmula, encontrou-se o valor do custo de capital próprio de 6,95%, o que representa o retorno do ativo em relação ao seu risco. O resultado de 6,95% foi conquistado através da subtração da taxa livre de risco e o prêmio de risco do mercado, este valor foi multiplicado pela adição do Beta Alavancado e a taxa livre de risco, como representado na Tabela 06:

Tabela 06: Custo de capital próprio

Taxa Livre de Risco	2,75%
Beta Alavancado	0,86
Prêmio Risco de Mercado	7,63%
Custo Capital Próprio	6,95%

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Tabela 07: Custo de capital de terceiros

Taxa de Juros Sobre os Empréstimos	8,6%
Tributos	34%
Custo do Capital de Terceiros	5,68%

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

A terceira parte do cálculo foi extraída do Balanço Patrimonial, exibido na relações com investidores da empresa em estudo. O percentual do capital próprio e o percentual do capital de terceiros são representados na Tabela 08:

Tabela 08: Balanço patrimonial

Patrimônio Líquido	R\$ 11.930.298,00
Empréstimos de longo e curto prazo	R\$ 7.997.598,00
Total do Ativo/Passivo/PL	R\$ 19.927.896,00
% Capital de Terceiros	40,13%
% Capital Próprio	59,87%

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Para descobrir o percentual do capital próprio, foi realizada a divisão do patrimônio líquido e o total do ativo/passivo/PL, que resultou em 59,87% de capital próprio da empresa.

Enquanto para o cálculo do percentual do capital de terceiros, foi feita a divisão dos valores que a empresa possui de empréstimos e financiamentos pelo total do ativo/passivo/PL, o qual apresentou um percentual de capital de terceiros de 40,13%. Assim, a conclusão a que se chega é que a sociedade anônima está operando com a maior parte do capital próprio, analisado pelos investidores como ponto positivo, pois este capital possui menor risco na geração de dívidas e pagamento de juros e multas.

Com relação à última parte do cálculo, cuja fórmula foi esclarecida no Quadro 03, será apresentado o resultado da WACC, com a utilização das informações apuradas, como representado na Tabela 09:

Tabela 09: Taxa de desconto (WACC)

% Capital Próprio	59,87%
Custo do Capital Próprio	6,95%
% Capital de Terceiros	5,68%
Custo Capital de Terceiros	5,68%
WACC	6,44%

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Se multiplicados os valores do percentual do capital próprio pelo custo do capital próprio somado ao produto da multiplicação do percentual do capital de terceiros e custo de capital de terceiros, chegar-se-á ao valor da taxa de desconto, que apresenta um valor de 6,44%, e será utilizada para obter os valores dos fluxos de caixas livres projetados ao valor presente, pois é a taxa de juros que revela o custo de oportunidade.

4.2.4 Fluxo de caixa projetado trazido ao valor presente

Vistos os valores dos fluxos de caixa livres projetados e a taxa de desconto, é possível apresentar o fluxo de caixa descontado, conforme mostra a Tabela 10:

Tabela 10: Fluxo de caixa projetado no valor presente

FCL Projetado	Ano	FCL Presente
1.904.972	2020	1.904.972
2.504.276	2021	2.210.408
3.536.946	2022	2.933.012
4.781.021	2023	3.724.784
6.436.168	2024	4.710.891
8.634.663	2025	5.937.671
TOTAL = 27.798.047	TOTAL	= 21.421.740
WACC = 6,44%		

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Conforme já apresentado na Tabela 05, o valor do fluxo de caixa projetado foi trazido ao valor presente, sendo que a soma do fluxo de caixa descontado exibe o Valuation de R\$ 21.421.740 da empresa WEG S.A.

No entanto, com o intuito de encontrar o último objetivo específico, ou seja, o quanto vale o preço dos papéis da empresa WEG S.A., será calculado o Enterprise Value.

4.2.5 Enterprise Value

Para produzir este produto, foi dividido o valor de mercado da empresa pelo a quantidade de ações disponíveis no Ibovespa, apresentado na Tabela 11:

Tabela 11 - Enterprise Value

Valor de Mercado	21.421.740
Quantidade de Ações	2.098.658.999
Enterprise Value	RS 97,97

Fonte: Elaboração da autora, 2021.

Conforme evidenciado na Tabela 10, as ações na Bolsa de Valores da empresa WEG S.A. estão avaliadas no valor de R\$ 70,00, ou seja, as ações estão com preço abaixo, quando comparado com o avaliado neste estudo.

No entanto, sabe-se que o Valuation é uma análise quantitativa, que possui diversas metodologias para precificar um ativo econômico. Esse método utiliza fatores subjetivos que impactam o resultado e também utiliza projeções. Muitas vezes, imprevistos no mercado podem modificar as projeções realizadas, como, por exemplo, em decorrência do COVID-19, que alterou o rumo do mercado e fez com que as empresas diminuíssem o seu valor de mercado.

Por conta disso, o modelo para o método Valuation pode ser o melhor utilizado, ainda que não haja garantia de se chegar ao valor justo e os resultados gerados não deem total comprovação de resultados reais da empresa.

4.3.VISÃO SISTÊMICA APLICADA AO CASO

Segundo o órgão Financial Accounting Standard Board (FASB), a contabilidade financeira é a divulgação financeira que deve fornecer informações que sejam úteis para investidores e credores atuais em potencial, bem como para outros usuários que visem à tomada racional de decisões de investimento, crédito e outras semelhantes. (FREZATTI; AGUIAR; GUERREIRO, 2007)

Para Frezatti, Aguiar e Guerreiro (2007), as principais demonstrações contábeis na contabilidade financeira são: Demonstrativo Fluxo de Caixa, Demonstrativo de Resultados, Balanço Patrimonial, e são preparadas para um ano contábil a fim de permitir que um usuário faça comparações sobre a posição financeira e desempenho da empresa em um período específico.

Desse modo, pode-se perceber uma forte relação da Contabilidade com o tema abordado no artigo, ou seja, o Valuation, pois só é possível utilizar esse método de cálculo através das demonstrações contábeis apresentadas pela

empresa. Sem essas informações, não há possibilidade de se chegar a um resultado final.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo mostrou como a contabilidade pode ir muito além, pois através das informações extraídas das demonstrações contábeis são abertas diversas possibilidades, que permitem, além de encontrar um valor de mercado de uma empresa, calcular índices de liquidez, endividamento e fazer inúmeras análises para orientar a saúde financeira da empresa, o que pode evitar a falência e possivelmente ajudar na tomada de decisão para fazer o negócio mais rentável e lucrativo.

Como resultado, o cálculo do Valuation contribuiu para que um possível acionista, investidor da empresa WEG S.A. possa melhor avaliar a decisão de compra ou venda de uma ação da empresa, por meio do método apresentado e comparado ao valor do mercado.

Quanto aos objetivos específicos e ao objetivo geral, que era apresentar o preço justo das ações da empresa WEG S.A. com a utilização de cálculos do método Valuation: Fluxo de Caixa Descontado, pode-se concluir que todos foram alcançados, o que resulta que o Valuation é um cálculo essencial para futuros investidores para tomada de decisão na compra das ações desejadas e também para que as empresas estejam cientes do quanto sua empresa vale no mercado.

Foi analisada horizontalmente a estrutura do Demonstrativo do Fluxo de Caixa e, através da análise realizada, foi feita a sua projeção, por isso foi possível demonstrar o Fluxo de Caixa da empresa. Posteriormente, foram feitos os cálculos do FCL, Custo de Capital de Terceiros e o Custo do Capital Próprio, e, por fim, a análise do Balanço Patrimonial, onde foram extraídos os percentuais do Capital Próprio e Capital de Terceiros, para concluir o cálculo da Taxa de Desconto e trazer o FCL para o valor presente, encontrar o Valuation e chegar ao preço justo das ações.

O presente estudo é importante para a empresa, como também para o Brasil, pois não trata apenas do valor de mercado em valores numéricos, mas também em valores sociais, pois quanto maior o seu valor de mercado, mais fica demonstrada a

estabilidade para o mercado brasileiro e para os investidores. O fato que ser uma empresa potência na economia pode atrair capitais estrangeiros para o Brasil e assim tornar a economia brasileira mais atrativa, e, por conseguinte, o real mais valorizado. O estudo também mostra-se importante para a acadêmica, por ser um artigo diferenciado que ficará exposto para futuras consultas referentes ao tema abordado ou para temas emergentes.

Por fim, como sugestão para a empresa e investidores, recomenda-se elaborar outras análises, com diferentes metodologias de cálculos, análises de mais fácil compreensão, que visam a facilitar para o investidor leigo, devido ao grande número de pessoas físicas que ingressaram na Bolsa de Valores no período de 2019 e 2020, que, segundo a Brasil, Bolsa, Balcão (B3), o número dobrou de um ano para o outro. Assim, com essas análises diferenciadas, seria cada vez mais fácil o brasileiro investir seu dinheiro sem medo e, como consequência, contribuir para uma economia mais forte e sólida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Leandro de Carvalho; REZENDE, Claudio Francisco; RIBEIRO, Karem Cristina de Sousa. Comparativo de métodos de valuation: análise do caso Hering S/A. *In: XXXIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. A Gestão dos Processos de Produção e as Parcerias Globais para o Desenvolvimento Sustentável dos Sistemas Produtivos* Salvador, BA, Brasil, 08 a 11 de outubro de 2013. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2013_tn_sto_179_020_22700.pdf. Acesso em: 18 nov. 2020.

BANCO central do Brasil. **Taxas de juros básicas**, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 06 jul. 2021

BRASIL, Bolsa, Banco – B3. **Tarifas de taxa selic**. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/tarifas/listados-a-vista-e-derivativos/juros-e-inflacao/tarifas-de-taxa-selic/taxa-selic/. Acesso em: 20 nov. 2020.

CAMARGO, Renata Freitas. **Custo de Capital**: o guia completo para decidir entre capital próprio e capital de terceiros. Treasy. 2016a. Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/custo-de-capital-capital-proprio-x-capital-de-terceiros/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CAMARGO, Renata Freitas. **CAPEX x OPEX**: entenda as principais diferenças e saiba o que levar em consideração na hora de escolher. Treasy. 2016b. Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/capex-x-opex/>. Acesso em: 19 mai. 2021.

COSTA, Luiz Guilherme Tinoco Aboim; COSTA, Luiz Rodolfo Tinoco Aboim; ALVIM,

Marcelo Arantes. **Valuation**: manual de avaliação e reestruturação econômica de empresas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CUNHA, Moisés Ferreira; IARA, Renielly Nascimento; RECH, Ilírio José. O Valor da Perpetuidade na Avaliação das Empresas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**. 2014 Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2352/235232409003.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial**: teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DAMODARAN, Aswath. **Avaliação de investimentos**: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo. 5. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

DAMODARAN, Aswath. **Valuation**: como avaliar empresas e escolher as melhores ações. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012a.

DAMODARAN, Aswath. **Investment valuation**: tools and techniques for determining the value of any asset. wiley finance, 2012b.

DAMODARAN online. Blog. 2020. Disponível em: <http://pages.stern.nyu.edu/~adamodar/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

ENDLER, Luciana. Avaliação de empresas pelo método de fluxo de caixa descontado e os desvios causados pela utilização de taxas de descontos inadequadas. **Revista de Pós- Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**. 2004. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/11715/6918>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FAISSOL, Ricardo de Andrade Lima. **Estudo do “Valuation” a partir do modelo de fluxo de caixa descontado de uma ação estratégica**: aplicação na organização “Saraiva S.A. Livros Editores”. Universidade Federal Fluminense. 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/5447?mode=full>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FREZATTI, Fábio; AGUIAR, Andson Braga; GUERREIRO, Reinaldo. Diferenciações entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial: uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países. **Revista Contabilidade Financeira**. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rcf/v18n44/a02v1844>. Acesso em: 19 mai. 2021.

GALDI, Fernando Caio; LOPES, Alexsandro Broedel. Análise Empírica de Modelos de *Valuation* no Ambiente Brasileiro: Fluxo de Caixa Descontado versus Modelo de Ohlson. *In*: 30º ENCONTRO DA ANPAD, 23 a 27 de setembro de 2006. Salvador/BA. **Anais eletrônicos** [...] Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/10/enanpad2006-fica-0686.pdf. Acesso em: 22 mai. 2021.

GALDI, Fernando Caio; TEIXEIRA, Aridélmo José Campanharo; LOPES, Alexsandro Broedel. Análise empírica de modelos de *Valuation* no ambiente brasileiro: fluxo de caixa descontado versus modelo de Ohlson. **Revista Contabilidade & Finanças**. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772008000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 10 nov. 2020.

GUIMARÃES, Vicente. **Valuation**: modelo de fluxo de caixa descontado. 2020. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iTiBIs-G5gc>. Acesso em: 25 nov. 2020.

INFRONT. **WEG S.A.** 2020. Disponível em: <https://www.infrontanalytics.com/fe-EN/30176LB/WEG-S-A/Beta>. Acesso em: 25 nov. 2020.

LUEDERS, Alidor; PINHO, Adelino Dias; ROSA, Vanderlei Dominguez. **WEG S.A. demonstrações financeiras**: 31 de dezembro de 2019 e 2018. 2020. Disponível em: <https://ri.weg.net/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>. Acesso em: 19 mai. 2021.

LUEDERS, Alidor; PINHO, Adelino Dias; ROSA, Vanderlei Dominguez. **WEG S.A. Demonstrações financeiras**: 31 de dezembro de 2018 e 2017. 2019. Disponível em: <https://ri.weg.net/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>. Acesso em: 19 mai. 2021.

MACHADO, Janaina Resende; RAPÉ, Sara Ferreira de Lima; SOUZA, Sinval Roberto. **Contabilidade gerencial e sua importância para a gestão e tomada de decisão das empresas contemporâneas**. [2013?]. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-cc-adm/pdf/n11/ARTIGO-CONTABILIDADE-GERENCIAL-OPET.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

MELO, Germana Tavares. **A reconfiguração dos recursos ao longo do processo de internacionalização de empresas**: um estudo de caso na WEG S.A. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/27365>. Acesso em: 06 jul. 2021

PEREIRA, Alison Zanon Vasconcelos Rodrigues. **Valuation**: avaliação do valor justo da empresa via varejo S.A. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Finanças) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/47058/1/2019_tcc_azvrpereira.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

PÓVOA, Alexandre. **Como precificar ações**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2012. REIS, Tiago. WACC: saiba como funciona o custo médio ponderado de capital. Suno Artigos. 2018a. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/wacc/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

REIS, Tiago. **Avaliando as empresas através do seu Enterprise Value**. Suno Artigos. 2018b. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/enterprise-value-valor-da-firma>. Acesso em: 10 nov. 2020

SOUSA, João Paulo de Andrade. **Avaliação de empresas pelo método do fluxo de caixa descontado para a firma**: Grupo Ultrapar Participações S.A. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA em Finanças Empresariais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://modelosfinanceiros.com.br/assets/documentos/avaliao_de_empresas_-_ultrapar.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

SULINFOCO. **Tractebel e WEG erguem aerogerador de 2,1 MW em Tubarão**. 2015. Disponível em: <https://www.sulinfoco.com.br/tractebel-e-weg-erguem->

aerogerador-de-21- mw-em-tubarao/. Acesso em: 25 nov. 2020.

WEG. **Estrutura societária**. 2021. Disponível em: <https://ri.weg.net/governanca-corporativa/estrutura-societaria/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

Convido para que mergulhem no universo desta obra, a fim de prestigiarem a produção acadêmica contábil, a qual deve ser fortalecida diariamente, assim como a profissão a qual escolhemos seguir. A contabilidade não começa quando é executada, mas sim, quando é ensinada a outrem.

Rúbia Albers Magalhães

**Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina
(CRCSC) - Gestão 2020/2021**



ISBN-978-65-87169-50-7



9786587169507